UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

THIAGO GODOY GOMES DE OLIVEIRA

O neonacionalismo e a política externa: um estudo comparado dos Estados Unidos e Brasil (2017-2022)

São Paulo – SP

2025

THIAGO GODOY GOMES DE OLIVEIRA

O neonacionalismo e a política externa: um estudo comparado dos Estados Unidos e Brasil (2017-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições Processos e Atores", na linha de pesquisa "Governança, Política Internacional e Política Externa".
Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Oliveira, Thiago Godoy Gomes de.
O482 O neonacionalismo e a política externa : um estudo comparado dos Estados Unidos e Brasil (2017-2022) / Thiago Godoy Gomes de Oliveira. – São Paulo, 2025.
380 f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2025.

1. Nacionalismo – Brasil – Séc. XXI. 2. Nacionalismo – Estados Unidos – Séc. XXI. 3. Brasil – Relações exteriores – Séc. XXI. 4. Brasil – Relações exteriores – Séc. XXI. 5. Brasil – Política e governo – Séc. XXI. 6. Estados Unidos – Política e governo – Séc. XXI. 7. Nacionalismo – Brasil – Séc. XXI. 8. Nacionalismo – Estados Unidos – Séc. XXI. I. Título.

CDD 320.54

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa analisa as dinâmicas da manifestação do neonacionalismo na política externa norte-americana e brasileira durante os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro, comparando as políticas externas e contrapondo elementos discursivos e práticos, promovendo novos conhecimentos para os estudos de política externa e nacionalismos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research analyzes the dynamics of the manifestation of neo-nationalism in US and Brazilian foreign policy during the governments of Donald Trump and Jair Bolsonaro, comparing both foreign policies and contrasting discursive and practical elements, promoting new knowledge for foreign policy and nationalisms studies.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación analiza la dinámica de la manifestación del neonacionalismo en la política exterior estadounidense y brasileña durante las administraciones de Donald Trump y Jair Bolsonaro, comparando las políticas exteriores y contrastando elementos discursivos y prácticos, promoviendo nuevos conocimientos para los estudios de política exterior y nacionalismos.

THIAGO GODOY GOMES DE OLIVEIRA

O neonacionalismo e a política externa: um estudo comparado dos Estados Unidos e Brasil (2017-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições Processos e Atores", na linha de pesquisa "Governança, Política Internacional e Política Externa".
Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Doutora Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr Guilherme Stolle Paixão e Casarões (Fundação Getúlio Vargas)

Prof. Dr David Almstadter de Magalhães (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profª. Drª Tatiana Teixeira da Silva (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos)

Profª. Drª Cláudia Alvarenga Marconi (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo, 13 de março de 2025.

À memória do Ringo, meu fiel amigo desde meus nove anos de idade.
Completo esse grande ciclo sem você, mas te guardo para sempre.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2021/05594-2. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP

Gostaria de agradecer primeiramente ao Programa San Tiago Dantas, seu corpo docente, em especial ao professor Luís Alexandre Fuccille, Giovana e Isabela da Secretaria do Programa, Graziela da Biblioteca do Programa, aos membros do NEAI, alunos e colegas do programa. Muito obrigado por sempre promoverem um ambiente de pesquisa e ensino altamente colaborativo e com trocas saudáveis e de alto nível.

Aos meus pais, meu muito obrigado por tudo. Eu não consigo colocar em palavras o quão importante foi poder contar com o apoio, o incentivo e o carinho de vocês desde que decidi embarcar nessa jornada acadêmica, em 2017. Apesar da distância de um hemisfério e da saudades que todos partilhamos, o amor que sentimos apenas floresce.

Um agradecimento especial ao Felipe, muito obrigado pelo carinho, amor, apoio, risadas e conversas ao longo desse um ano. Obrigado por acreditar em mim quando eu parecia desacreditar. Como diria Tim Bernardes, “se hoje a realidade é bem maior que o sonho, eu já sei por quê”.

Meus eternos agradecimentos à professora Cristina Pecequilo. Muito obrigado por ter topado e acreditado em minha pesquisa. Obrigado pela amizade, por me ajudar a encontrar o caminho e botar os pés no chão nos momentos certos. Além de uma parceria que quero levar para sempre, te carrego como exemplo de profissão e de pessoa.

Cabe um agradecimento especial aos meus grupo de amigos Tiago, Paulo, Majo, Rachel. É muito bom sempre poder torcer por vocês e vibrar com as suas conquistas. É um prazer enorme fazer parte da vida de vocês há tantos anos. Meus agradecimentos também aos queridos Nina, Mari, Gui, Hugo, Nick, Raul e Milena. Obrigado por fazerem parte de minha vida.

Aos meus queridos alunos, meu muito obrigado por existirem. Se hoje eu tenho certeza que lecionar é minha paixão, é também por conta da humanidade e carinho que vocês sempre compartilharam comigo. Saibam que sempre irei torcer e vibrar pela felicidade de vocês.

Aos meus amigos e antigos colegas de trabalho do Colégio São Marcos, obrigado por fazerem das tardes e das manhãs mais divertidas e leves. Em especial, meu muito obrigado ao Victor pela parceria de quase dois anos trabalhando juntos e à querida Talita, meu muito obrigado pela amizade e por ser uma fonte de inspiração.

Gostaria de agradecer aos professores que, ao longo do caminho, me ensinaram e inspiraram nessa trajetória: Igor Alves, Lucas Leite, David Magalhães, Carlos Gustavo, Viviane Franco, Laíz Azeredo, Diego Lopes, Eduardo Mekitarian, e Samuel Alves. Meus agradecimentos em especial ao professor David Magalhães por ter me ensinado tanto ao longo da graduação e durante o estágio de docência e ter topado estar presente nessa banca. Essa pesquisa não teria sido a mesma sem suas contribuições. Ao professor Guilherme Casarões, muito obrigado pelos apontamentos realizados até aqui e por também ter topado o desafio de fazer parte da banca. Muito obrigado à professora Cláudia Marconi por aceitar o convite dessa banca e por ter proporcionado aulas remotas de alta qualidade, em meio ao período difícil que enfrentamos na pandemia.

Um agradecimento em especial para a professora Tatiana Teixeira pelo trabalho colaborativo e excepcional que promove e desenvolve no OPEU. Muito obrigado pelo espaço e incentivo dentro do grupo e por ter aceitado participar dessa banca examinadora.

Aos meus queridos amigos do Programa San Tiago Dantas: Andressa, Getúlio, Carol e Clarissa. É muito bom compartilhar risadas, trocas e ideias mirabolantes com vocês. Obrigado pelo apoio e por toda a ajuda sempre.

Meus agradecimentos aos meus queridos filhos felinos Ludovica, Darth e Luke. A companhia e o amor de vocês me segurou nos momentos mais difíceis.

Não menos importante, meu eterno agradecimento a todos que, de alguma forma, protegem e contribuem para a construção do conhecimento científico e de uma educação de qualidade no Brasil. Nunca devemos nos comprometer e abrir mão desse bem maior.

Eu cheguei de muito longe e a viagem foi tão longa.
E na minha caminhada obstáculos na estrada, mas enfim aqui estou.

Mas estou envergonhado com as coisas que eu vi, mas não vou ficar calado.
No conforto, acomodado como tantos por aí.

É preciso dar um jeito, meu amigo.
É preciso dar um jeito, meu amigo.
Descansar não adianta.
Quando a gente se levanta, quanta coisa aconteceu.

Erasmo Carlos.

RESUMO

Este projeto de tese se baseia em um estudo comparativo entre a política externa brasileira e a norte-americana, buscando compreender como o neonacionalismo se manifesta na política exterior das duas nações, assim como suas origens, distinções e semelhanças. O aumento de movimentos nacionalistas ao redor do mundo juntamente com a eleição de figuras políticas que fazem uso da mesma retórica tornam mais do que necessário a realização de estudos que contribuam para uma maior compreensão acerca do grau de influência do fenômeno contemporâneo do neonacionalismo. O argumento central seria que, no caso da política externa norte-americana, o neonacionalismo operou como um instrumento político de mobilização popular intencional, garantindo alta legitimidade política ao poder executivo frente seus apoiadores. No caso brasileiro, o neonacionalismo se manifesta como uma versão mais radicalizada da corrente do americanismo ideológico de política externa, sendo uma variável dependente da presença do neonacionalismo na política externa de Trump. Os objetivos estabelecidos são de caráter exploratório. Para tal, a pesquisa será de caráter qualitativo dividida em três frentes: o levantamento bibliográfico e documental e a análise comparativa. A pesquisa fará uso de dados secundários, sendo estas análises publicadas ou dados já apurados, e dados primários, presentes em entrevistas, discursos e documentos de diretrizes exteriores oficiais de ambos os governos a serem analisados. Portanto, busca-se analisar tanto a formação do neonacionalismo como, no período temporal delimitado de 2017 a 2022, avaliar a sua manifestação nas pautas de política externa de ambos os países.

Palavras-chave: Neonacionalismo; Análise de Política Externa; Estudo comparado; Donald Trump; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

This thesis project is based on a comparative study between Brazilian and US foreign policy, seeking to understand how neo-nationalism manifests itself in the foreign policy of the two nations, as well as its origins, distinctions and similarities. The rise of nationalist movements around the world, together with the election of political figures who use the same rhetoric, makes it more than necessary to carry out studies that contribute to a greater understanding of the degree of influence of the contemporary phenomenon of neo-nationalism. The central argument would be that, in the case of US foreign policy, neo-nationalism has operated as a political instrument of intentional popular mobilization, guaranteeing a high degree of political legitimacy to the executive branch vis-à-vis its supporters. In the Brazilian case, neo-nationalism manifests itself as a more radicalized version of the ideological Americanism current in foreign policy and is a dependent variable on the presence of neo-nationalism in Trump's foreign policy. The objectives set are exploratory in nature. To this end, the research will be of a qualitative nature, divided into three fronts: a bibliographical and documentary survey and a comparative analysis. The research will use secondary data, such as published analyses or data already collected, and primary data, present in interviews, speeches and official foreign policy documents from both governments to be analyzed. The aim is therefore to analyze both the formation of neo-nationalism and, in the time period from 2017 to 2022, to assess its manifestation in the foreign policy agendas of both countries.

Keywords: Neo-nationalism; Foreign Policy Analysis; Comparative study; Donald Trump; Jair Bolsonaro.

RESUMEN

Este proyecto de tesis se basa en un estudio comparativo entre la política exterior brasileña y la estadounidense, buscando comprender cómo se manifiesta el neonacionalismo en la política exterior de ambas naciones, así como sus orígenes, distinciones y similitudes. El auge de los movimientos nacionalistas en todo el mundo, junto con la elección de figuras políticas que utilizan la misma retórica, hace más que necesaria la realización de estudios que contribuyan a una mayor comprensión del grado de influencia del fenómeno contemporáneo del neonacionalismo. El argumento central sería que, en el caso de la política exterior estadounidense, el neonacionalismo ha operado como un instrumento político de movilización popular intencional, garantizando un alto grado de legitimidad política del poder ejecutivo a los ojos de sus partidarios. En el caso brasileño, el neonacionalismo se manifiesta como una versión más radicalizada del americanismo ideológico vigente en política exterior, y es una variable dependiente de la presencia del neonacionalismo en la política exterior de Trump. Los objetivos son de carácter exploratorio. Para ello, la investigación será cualitativa, dividida en tres frentes: un estudio bibliográfico y documental y un análisis comparativo. La investigación hará uso de datos secundarios, como análisis publicados o datos ya recogidos, y primarios, presentes en entrevistas, discursos y documentos oficiales de política exterior de ambos gobiernos a analizar. Portanto, busca-se analisar tanto a formação do neonacionalismo como, no período temporal delimitado de 2017 a 2022, avaliar a sua manifestação nas pautas de política externa de ambos os países.

Palabras clave: Neonacionalismo; Análisis de política exterior; Estudio comparado; Donald Trump; Jair Bolsonaro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – O nacionalismo cristão nos EUA 52

Figura 1 – O ciclo do pânico moral 58

Gráfico 2 – Temas mais Comuns dos Projetos Aprovados assinados pela FPE..... 62

Figura 2 – Mussolini liderando passeata com motocicletas em maio de 1943..... 73

Figura 3 – A Overton Window 85

Gráfico 3 – Número de lobistas e gastos totais no setor nos EUA 93

Figura 4 – Esquema de intersecção do Neonacionalismos com os conceitos apresentados 104

Figura 5 – Panfletos de grupos extremistas de direita com alta circulação (1934-1981) 136

Figura 6 – Jornais de ultradireita alta circulação (1946-1981)..... 139

Figura 7 – Propaganda de petição antiaborto na revista da Moral Majority (18 mai. 1981) 142

Gráfico 4 – Polarização Afetiva nos Estados Unidos..... 152

Figura 8 – Propaganda do governo Castelo Branco favorável ao FGTS 214

Gráfico 5 – Evolução da média da polarização afetiva em relação aos líderes, 2002-2018..... 255

Gráfico 6 – Ganho relativo na renda real per capita por nível de renda global (1988-2008)..... 283

Figura 9 – Estrutura causal dos efeitos do choque da globalização..... 286

Figura 10 – Bolsonaro reagindo a post de apoiador zombando da primeira-dama francesa..... 316

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dez fatores de previsão para maior adesão ao nacionalismo cristão..... 54
Tabela 2 – Dez aspectos do fascismo, conforme Robert Griffin..... 65
Tabela 3 – Uma descrição tipológica do fascismo, segundo Payne..... 68
Tabela 4 – Principais táticas políticas do fascismo 70
Tabela 5 – Quatro ondas do populismo moderno..... 78
Tabela 6 – Principais características da ultradireita..... 99
Tabela 7 – Implicações do nacionalismo para a política externa, segundo Powers..... 110
Tabela 8 – Dez características comuns do neonacionalismo, segundo Bergmann..... 269
Tabela 9 – Principais características e estratégias neonacionalistas..... 278

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVEC	Assembleia de Deus Vitórias em Cristo
ADM	Armas de Destruição em Massa
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AI-13	Ato Institucional n^0 13
AI-14	Ato Institucional n^0 14
AI-2	Ato Institucional n^0 2
AI-3	Ato Institucional n^0 3
AI-4	Ato Institucional n^0 4
AI-5	Ato Institucional n^0 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALN	Ação Libertadora Nacional
Alt-Right	Alternative Right
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASPA	Cúpula América do Sul-Países Árabes
BLM	Black Lives Matter
BM	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BNP	British National Party
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CIA	Central Intelligence Agency
CIP	Comissão Interministerial de Preços
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNBC	Consumer News and Business Channel
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNN	Cable News Network
CPAC	Conservative Political Action Conference
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DHS	Department of Homeland Security
DOI-CODI	Destacamentos de Operações e Investigação-Centros de Operação e Defesa Interna
DSG	Defense Strategic Guidance
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Fed	Federal Reserve
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Front National
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GOP	Grand Old Party
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED	Investimento Externo Direto
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
II PIN	II Plano Nacional de Desenvolvimento
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INC	Instituto Nacional de Cinema
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISIS	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
ISSA	Associação Internacional de Seguridade Social
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
KKK	Ku Klux Klan
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e Demais Orientações Sexuais e Identidades de Gênero
MBL	Movimento Brasil Livre
MCS	Mercado Comum ao Sul
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
MINUSTAH	Missão de Estabilização da ONU no Haiti
MIP	The Military Intervention Project
MPL	Movimento Passe Livre
MPLA	Movimento Popular pela Libertação de Angola
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRE	Ministérios das Relações Exteriores
NAFTA	North American Free Trade Agreement
NOI	Nation of Islam
NPI	National Policy Institute
NR	Nova Resistência
NRA	National Rifle Association
NSS	National Security Strategy

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN	Programa Calha Norte
PDS	Partido Social Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEI	Política Externa Independente
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPT	Programa Prioritário de Termeletricidade
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PROSUL	Fórum do Progresso e Desenvolvimento para a América do Sul
PRP	Partido de Representação Popular
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SIT	Teoria da Identidade Social
SNI	Sistema Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal

STF	Supremo Tribunal Federal
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUS	Sistema Único de Saúde
TARP	Troubled Asset Relief Program
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TNP	Tratado de Não Proliferação
TPP	Acordo de Associação Transpacífico
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UE	União Europeia
UN	Unidades de Negócio
UNE	União Nacional dos Estudantes
URV	Unidade Real de Valor
USMCA	U.S.-Mexico-Canada Agreement
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
WASP	White Anglo-Saxon Protestant

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**20**
2	**NACIONALISMO OU "NACIONALISMOS": UMA DISCUSSÃO TEÓRICA**	**25**
2.1	**Compreendendo o nacionalismo**	**25**
2.2	**As distintas formas do nacionalismo**	**34**
2.2.1	Formas de nacionalismo descritivas	35
2.2.2	Formas de nacionalismo fixo	39
2.3	**Nacionalismo Cristão**	**49**
2.4	**Nacionalismo frente o Fascismo**	**63**
2.5	**Nacionalismo frente o Populismo**	**75**
2.6	**Nacionalismo e extrema-direita**	**88**
2.6.1	Contextualizando as "novas direitas"	88
2.6.2	Compreendendo a extrema-direita	94
2.7	**A presença e a influência do nacionalismo em política doméstica e externa**	**104**
3	**O NACIONALISMO NOS ESTADOS UNIDOS**	**112**
3.1	**Da Revolução Americana ao final do século XIX**	**114**
3.2	**O nacionalismo no período de Ted Roosevelt até FDR**	**123**
3.3	**De Truman à Carter (1947-1981)**	**128**
3.4	**De Reagan à Clinton (1981-2001)**	**139**
3.5	**O nacionalismo norte-americano no século XXI (2001-2017)**	**152**
3.6	**Elementos do nacionalismo norte-americano sob uma perspectiva histórica**	**169**
4	**O NACIONALISMO NO BRASIL**	**173**
4.1	**O Brasil Império (1822-1889)**	**174**
4.2	**A República Velha (1889-1930)**	**184**
4.3	**A Era Vargas (1930-1945)**	**192**
4.4	**Do Governo Dutra ao Golpe Militar (1946-1964)**	**200**
4.5	**As Ditaduras Militares (1964-1985)**	**211**
4.6	**Período da redemocratização (1985-1995)**	**228**
4.7	**O nacionalismo no Brasil no século XXI (1995-2017)**	**237**

4.8 Elementos do nacionalismo brasileiro sob uma perspectiva histórica..... 257
5 O NEONACIONALISMO..... 262
5.1 O "estado da arte" do neonacionalismo.....;..... 262
5.2 O neonacionalismo sob uma nova abordagem……..…... 274
5.2.1 O conceito e principais características.....…..…….…….…….……... 276
5.2.2 Origens e causas do neonacionalismo ……..……...…..... 282
5.2.3 Implicações para a política externa……..…….. 287
5.3 O Neonacionalismo e as políticas externas comparadas..... 292
5.3.1 Identidade nacional pautada na unidade..... 292
5.3.2 Liderança carismática..... 301
5.3.3 Narrativa unificadora..... 305
5.3.4 Vitimização, Retórica Intransigente e Presença Digital..... 312
5.3.5 Democracia iliberal, Reformulação da OLI e Transnacionalização com lideranças autoritárias..... 321
5.3.6 Considerações da análise..... 328
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 330
7 REFERÊNCIAS..... 336

1 INTRODUÇÃO

Em 9 de novembro de 2016 Donald J. Trump era projetado como o vencedor das conturbadas eleições norte-americanas daquele ano. Contra todas as expectativas, Trump não apenas conquistou a nomeação de um partido que, inicialmente, o rejeitava, como ascendeu à presidência da nação mais poderosa do mundo, desbancando a vitória – até então quase que certa – de Hillary Clinton, uma figura consolidada na política dos Estados Unidos. Trump valeu-se de estratégias controvérsias para garantir a vitória, desqualificando oponentes, membros do próprio Partido Republicano, a mídia convencional e o próprio sistema eleitoral do país, dirigindo ataques que misturavam agressividade, humor politicamente incorreto e teorias conspiratórias. Aparentemente inconcebível aos olhos de grande parte dos eleitores, o estilo de campanha de Trump tocou desde o eleitorado mais radical até o menos engajado politicamente, assim como do mais abastado até o trabalhador de colarinho azul. A situação fica ainda mais complexa quando observamos que cerca 8,4 milhões de eleitores de Barack Obama, em 2012, migraram para Trump logo no ciclo eleitoral seguinte (SKELLEY, 2017).

Dois anos mais tarde, o Brasil assistiria a outro candidato improvável ascender ao cargo mais alto do país. Apesar de não ser um *outsider* "puro", tendo em vista sua experiência como deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro era considerado por seus colegas como parte do baixo clero político do Congresso Nacional, com pouca relevância nas principais discussões legislativas e, em 26 anos de casa, com apenas dois projetos de lei aprovados (MARINI, 2018). O deputado era conhecido por discursos inflamatórios, como seu constante saudosismo pela ditadura militar brasileira e seus detratores, ao declarar que se fosse presidente fecharia o Congresso Nacional no primeiro dia e ao afirmar que somente não estupraria outra deputada por ela "não merecer" (SARDINHA, 2014). Tendo em vista a vitória de Trump, a votação favorável ao *Brexit*, sinais claros de uma quinada conservadora internacional e o apoio de grande parte do mercado financeiro, o elemento mais chocante em sua vitória foi o fato de que o Brasil, após 21 anos de ditadura militar, observaria um de seus defensores mais ativos ascender à presidência.

Seja pela figura do imigrante ou no discurso contra a corrupção, Trump e Bolsonaro exploraram com maestria as principais fontes de ressentimento entre seus eleitores, dando voz aos que se sentiram "deixados para trás" no processo da globalização. Ao longo de seus mandatos, buscaram deslegitimar tanto a democracia liberal quanto a Ordem Liberal Internacional (OLI), apresentando-se como os reais representantes do "povo". Na política externa, romperam com tradições de governos anteriores. De um lado, Trump buscou afastar

os Estados Unidos de seu papel de principal promotor e líder da OLI, aproximando-se de lideranças autoritárias e abandonando antigos arranjos. Bolsonaro, por sua vez, distanciou o Brasil do sistema internacional e de sua tradição de busca pela autonomia, embarcando o país, juntamente com os Estados Unidos, na luta contra o "globalismo". Mesmo após suas derrotas nas eleições de 2020 e 2022, ambos não cederam no discurso antissistema e dobraram a aposta: incitando seus apoiadores, durante longos períodos, de que o sistema eleitoral estaria "comprometido". As invasões do Capitólio e da Praça dos Três Poderes representam o ápice da capacidade de mobilização que conseguem exercer sobre seus apoiadores, estando dispostos a derrubar o mesmo sistema democrático que, ironicamente, foi responsável por tanto Trump quanto Bolsonaro.

As tentativas de reversão de ambas as eleições, contudo, não representaram a "morte política" dessas figuras, retendo considerável apoio popular e relevância política no debate doméstico e internacional. Diferentemente de movimentos de extrema-direita, Bolsonaro e Trump foram capazes de aliciar ideias, falas e atitudes, antes consideradas demasiadamente extremas, com o "popular", mobilizando distintas formas de elementos nacionais que dialogavam com a identidade nacional de seus respectivos países. Logo, distintas formas de nacionalismo foram empregadas tanto na esfera discursiva quanto prática. No âmbito exterior, elementos nacionalistas se fazem presentes em qualquer processo de formulação de política externa de um país, uma vez que os interesses nacionais são parte de sua força motriz. O nacionalismo e suas distintas formas, no contexto doméstico e internacional, promovem uma visão de mundo pautada entre "nós", o grupo que detém a "real" identidade nacional, e "eles", o grupo que não corresponde a essa identidade nacional. Essa divisão entre grupos pode tornar-se uma fonte de conflito quando sentimentos nacionalistas se intensificam – ou sejam intencionalmente aflorados.

Ao abordarmos lideranças políticas que instrumentalizam elementos populistas e distintas formas de nacionalismo, inevitavelmente chegamos ao neonacionalismo, entendido como uma forma de política identitária de alta intensidade, uma vez que descarta os princípios de valores fundamentais do nacionalismo tradicional e convenções básicas de interação política, elevando os aspectos mais controversos do nacionalismo ao extremo. Destarte, fazem uso das mais diversas pautas políticas, econômicas, culturais e raciais, mobilizando os mais engajados e atraindo os desengajados e desiludidos com a atual conjuntura da democracia liberal (ZHOU, 2022).

Nesse contexto, a presente pesquisa utiliza-se do conceito de neonacionalismo buscando analisar, de forma comparada, como se manifestou discursivamente e em ações práticas na

política exterior brasileira e norte-americana no período de 2017 a 2022, tendo como foco os governos de Donald Trump (2017/2021) e o primeiro mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022). Além disso, a pesquisa se propõe a consolidar novos conhecimentos teóricos para os estudos acerca do neonacionalismo e elucidar as consequências práticas do neonacionalismo em política externa por meio da análise discursiva. Por se fazer necessário compreender as raízes, diferenças e semelhanças da manifestação do neonacionalismo em cada nação, se faz necessário explorar os elementos nacionalistas que se fizeram presentes na formação nacional e das identidades nacionais nos Estados Unidos e Brasil. Por fim, busca também identificar as estratégias políticas utilizadas para a expansão do discurso neonacionalista.

Logo a presente pesquisa parte da hipótese de que, na política externa norte-americana, o neonacionalismo operou como um instrumento político de mobilização popular que criou uma legitimidade quase que incontestável – por parte dos apoiadores da administração Trump – das diretrizes adotadas. No caso brasileiro, o neonacionalismo se manifesta como uma versão mais radicalizada da corrente do americanismo ideológico de política externa. Sem cálculos estratégicos, o neonacionalismo na política exterior bolsonarista apresenta-se como dependente da presença do neonacionalismo na política externa de Trump. Compreender a origem desses novos sentimentos nacionalistas, assim como suas narrativas políticas, e sua influência dentro da formulação da política externa dessas duas nações apresenta-se como mais do que necessário frente o cenário político internacional contemporâneo, no qual seu maior agente globalizador se coloca em oposição aos ideais e arranjos que ajudou a criar.

Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa é do tipo básica pura. Justamente por ter como objetivo científico expandir o conhecimento disponível, apresentando novas contribuições para os estudos de política exterior e neonacionalismo. Sua abordagem será qualitativa, uma vez que será necessário uma descrição e exploração aprofundada dos fenômenos relacionados ao tema de pesquisa (KAPLAN, 2014). Para tal, a pesquisa se dividirá em três frentes: o levantamento bibliográfico e documental, a conformação do neonacionalismo em ambas as nações e a análise comparativa. A primeira frente, o levantamento bibliográfico e documental, fará uso de dados secundários que serão fornecidos por agências especializadas, como o *Pew Research Center* e o *Gallup Institute*, e os dados primários se farão presentes em discursos e documentos de diretrizes exteriores oficiais de ambos os governos a serem analisados. Sob o ponto de vista bibliográfico, fará uso de obras e artigos relacionados ao estudo da política externa em ambas as nações, realizando resgates histórico na evolução de suas relações bilaterais, e aos estudos teóricos do nacionalismo e neonacionalismo no contexto internacional e doméstico. Sob o ponto de vista documental, a pesquisa utilizará discursos,

ordens executivas e publicações em mídias sociais produzidos diretamente por representantes do corpo executivo de ambas as nações e de membros de suas administrações. Nesse sentido, será possível confrontar narrativas e elementos discursivos com políticas práticas. Além disso, a pesquisa pôde contar com cópias de documentos, panfletos e revistas da *M & S Collection of American radical extremist literature of the 20th century* (1934-1981), coletadas in loco na Biblioteca do Congresso Nacional, em Washington D.C.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa será dividida em quatro partes. O primeiro capítulo abordará os principais conceitos fundamentais e que norteiam o neonacionalismo. Destarte, a primeira parte do capítulo irá explorar o conceito de "nacionalismos", apresentando as principais proposições sobre o conceito na bibliografia. Em seguida, serão apresentadas as distintas formas de nacionalismos que serão cruciais tanto para a consolidação do conceito de neonacionalismo quanto para o resgate histórico da formação nacional brasileira e norte-americana. Dentre as principais formas de nacionalismo, as que norteiam a temática dessa pesquisa são as formas de nacionalismo descritivas – racial, cultural, religioso e linguístico – e as fixas – o cívico, econômico, revolucionário, expansionista, conservador, liberal, de esquerda, pan-nacionalismo, anticolonial, nacional-socialismo, romântico, de gênero e integralista. Em seguida será explorado o nacionalismo cristão, consolidando o conceito e apresentando suas relações com a política dos Estados Unidos e Brasil. As próximas duas partes do capítulo abordarão as distinções conceituais entre o nacionalismo e o fascismo e o populismo, respectivamente. A última parte evidencia e analisa a presença do nacionalismo na extrema-direita, visando compreender seu relacionamento simbiótico. Por fim, será apresentada a literatura referente a manifestação do nacionalismo em política externa.

O segundo capítulo abordará a presença de elementos nacionalistas ao longo da formação nacional dos Estados Unidos. Subdividido em seis secções, a primeira parte do capítulo abordará o período da Revolução Americana (1763-1783) ao final do século XIX. Em seguida serão explorados os elementos nacionalistas desde a presidência de William McKinley (1887-1901) e Theodore Roosevelt (1901-1909), demonstrando como deram continuidade ao processo de fortalecimento do nacionalismo norte-americano em política exterior. A terceira seção discorre sobre o período do final da Segunda Guerra Mundial, com a presidência de Harry Truman (1945-1953), até a administração de Jimmy Carter (1977-1981). Na sequência, o nacionalismo presente em Ronald Reagan (1981-1989) será explorado até o final do século XX, com a administração de Bill Clinton (1993-2001). A penúltima seção aborda o nacionalismo norte-americano no século XXI, compreendido pelas administrações de George W. Bush (2001-

2009) e Barack Obama (2009-2017). Finalmente, será realizada uma breve conclusão acerca dos elementos nacionalistas destacados no capítulo.

O terceiro capítulo realizará o mesmo movimento voltando-se para o Brasil, buscando compreender os elementos nacionalistas brasileiros e as complexidades da identidade nacional do país, dividindo-se em oito secções. Iniciando-se após sua independência, a primeira seção abordará os elementos nacionalistas no Brasil Império (1822-1889). Na sequência, após a dissolução da monarquia, o mesmo movimento será feito no contexto da República Velha (1889-1930). A terceira seção discorrerá sobre o nacionalismo fervoroso que compreende o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Em seguida, abordaremos o período que compreende a presidência de Eurico Gaspar Dutra até o golpe militar (1946-1964), destacando o Estado Novo de Vargas (1951-1954) e os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João "Jango" Goulart (1961-1964).

A quinta seção tem como objetivo destacar e desmistificar elementos nacionalistas no período da Ditadura Militar (1964-1985), demonstrando distinções de abordagens para o nacionalismo ao longo do momento autoritário brasileiro. A sexta seção discorrerá sobre o período da redemocratização brasileira, compreendendo os governos de José Sarney (1985-1990), o populismo neoliberal de Fernando Collor (1990-1992) e a subsequente presidência de seu vice, Itamar Franco (1992-1995), após seu impeachment. A penúltima seção abordará o nacionalismo nos quatro últimos governos anteriores à presidência de Jair Bolsonaro: Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2019). Por fim, serão apresentados os elementos do nacionalismo brasileiro sob uma perspectiva histórica.

O último capítulo apresentará o conceito do neonacionalismo, discorrendo, primeiramente, acerca das contribuições da literatura sobre o tema, elencando sua evolução histórica, definições conceituais e lacunas. Na sequência serão apresentadas as contribuições da presente pesquisa para o conceito de neonacionalismo. A segunda parte do capítulo abordará a presença do neonacionalismo nas administrações de Donald John Trump (2017-2020) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), realizando um estudo comparado na esfera discursiva de suas políticas externas a partir das principais características do neonacionalismo, contrapondo o discurso com a prática e visando testar a hipótese dessa pesquisa. Finalmente, a pesquisa trará suas considerações finais acerca dos resultados observados ao longo dos capítulos.

2 NACIONALISMO OU "NACIONALISMOS": UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O nacionalismo apresenta-se como um pilar contemporâneo essencial para a compreensão do fenômeno das "novas direitas" internacionais. O capítulo em questão busca contextualizar e compreender o nacionalismo e suas múltiplas facetas ao longo da história que permitiram a ascensão de uma nova onda nacionalista: o neonacionalismo. Nesse sentido, esse capítulo serve como uma introdução aos conceitos essenciais para a análise histórico-política que será elaborada nos subsequentes capítulos. Por se tratar de um fenômeno relativamente contemporâneo, o capítulo em questão explora a bibliografia acerca do nacionalismo e de conceitos correlatos desde o final do século XVIII até o presente momento. Para tal, o capítulo será dividido em sete partes.

A primeira busca compreender o nacionalismo sob a ótica de diversos autores da área de estudo. A segunda parte busca elucidar o nacionalismo frente a suas distintas formas que serão essenciais para a pesquisa em questão, abordando dezessete modalidades de nacionalismo: racial, cultural, religioso, linguístico, cívico, econômico, revolucionário, expansionista, conservador, liberal, de esquerda, pan-nacionalismo, anticolonial, nacional-socialismo, romântico, de gênero e integralista. A terceira parte busca compreender as conexões entre o nacionalismo e sua manifestação dentro da religião cristã, uma vez que é um aspecto presente tanto no caso norte-americano quanto no brasileiro. A quarta e quinta partes buscam delimitar distensões conceituais entre o nacionalismo e, respectivamente, o fascismo e o populismo. A penúltima seção busca analisar e evidenciar a presença do nacionalismo em movimentos de extrema-direita, visando compreender seu relacionamento simbiótico. Finalmente, será apresentada a literatura acerca da manifestação do nacionalismo em política exterior, que será essencial para os subsequentes capítulos.

2.1 Compreendendo o nacionalismo

Apesar de deter elevada importância no presente e ter sido responsável por diversas transformações sócio-políticas que marcaram o início do século XX, o fenômeno do nacionalismo manteve-se quase que "dormente" no período que sucedeu o pós-Segunda Guerra em 1945. Em seu ensaio "*The End of History?*", Francis Fukuyama (1989) levantou a hipótese de que, uma vez encerrada a Guerra Fria, estaríamos presenciando o "fim" da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal como a última forma de governo possível – a consagração e permanência de uma ordem liberal internacional. Passados

mais de 35 anos desde sua publicação, observamos um mundo amplamente distinto do qual Fukuyama havia postulado: subsequentes crises e questionamentos em relação à democracia liberal, novos atores transnacionais e novas disputas militares e econômicas que levaram, até o momento, a conflitos regionais. Subsequentes críticas, entretanto, não constrangeram Fukuyama em defender sua hipótese – mais recentemente no artigo "*More Proof That This Really Is the End of History*" (2022) –, argumentando que a democracia liberal, apesar de sofrer reveses como a Guerra na Ucrânia e a ascensão de movimentos de extrema-direita, ainda resiste e continuará resistindo.

Argumentar frente à confirmação ou não da hipótese do autor, contudo, não cabe ao trabalho aqui proposto. A contribuição para a presente pesquisa reside nas novas possíveis ameaças ou contradições à ordem liberal que Fukuyama levantou em 1989 após o final da Guerra Fria. Estando o fascismo e o comunismo, segundo sua análise, "superados", o autor postula que duas possíveis ameaças futuras residem na religião e no nacionalismo. A ascensão do fundamentalismo religioso cristão, judaico e islâmico encontraria explicação no "vácuo espiritual" de sociedades liberais consumistas, razão pela qual aposta na continuidade de teocracias islâmicas como alternativa política ao liberalismo na região. Ao abordar o nacionalismo – uma ameaça histórica à existência da ordem liberal – aponta que este ainda se apresentava como uma contradição potencialmente não resolvida pelo liberalismo. Contudo, Fukuyama acabou por subestimar o nacionalismo::

> Mas não é claro que o nacionalismo represente uma contradição **irreconciliável** no coração do liberalismo. Em primeiro lugar, o nacionalismo não é um fenômeno único, mas vários, que vão desde uma ligeira nostalgia cultural até à doutrina altamente organizada e elaboradamente articulada do Nacional-Socialismo. **Só os nacionalismos sistemáticos deste último tipo podem ser qualificados como uma ideologia formal ao nível do liberalismo ou do comunismo**. A grande maioria dos **movimentos nacionalistas** do mundo **não tem um programa político para além do desejo negativo de independência de algum outro grupo ou povo**, e não oferece nada como uma agenda abrangente para a organização socioeconômica. Como tal, são compatíveis com doutrinas e ideologias que oferecem tais agendas. Embora possam constituir uma fonte de conflito para as sociedades liberais, **esse conflito não decorre do liberalismo em si, mas sim do fato de o liberalismo em questão ser incompleto**. É certo que uma grande parte da tensão étnica e nacionalista do mundo pode ser explicada em termos de povos que são forçados a viver em sistemas políticos não representativos que não escolheram (FUKUYAMA, 1989, p. 14-15, grifo nosso, tradução nossa[1]).

[1] But it is not clear that nationalism represents an irreconcilable contradiction in the heart of liberalism. In the first place, nationalism is not one single phenomenon but several, ranging from mild cultural nostalgia to the highly organized and elaborately articulated doctrine of National Socialism. Only systematic nationalisms of the latter sort can qualify as a formal ideology on the level of liberalism or communism. The vast majority of the world's nationalist movements do not have a political program beyond the negative desire of independence from some other group or people, and do not offer anything like a comprehensive agenda for socio-economic organization. As such, they are compatible with doctrines and ideologies that do offer such agendas. While they may constitute

Apesar de aparentar limitar a capacidade de articulação política, a narrativa de "nós contra eles", presente no cerne do nacionalismo, tem se apresentado como um elemento altamente aglutinador de movimentos nacionalistas contemporâneos que, ao contrário do que foi apontado pelo autor, resultaram em drásticas transformações políticas, econômicas e culturais tanto na esfera doméstica quanto internacional. Além disso, explicações contemporâneas plausíveis para a ascensão desses novos nacionalismos residem não no caráter "incompleto" do liberalismo, mas por decorrência de sua existência e aparente esgotamento frente a insatisfações populares com a ordem internacional atual. Apesar de minimizar o potencial transformador que o nacionalismo por si só pode acarretar na política, mesmo em um período de otimismo norte-americano após a cessar da Guerra Fria, Fukuyama já o apontava como uma contradição à ordem liberal e ainda não resolvida – o que viria a se confirmar nas décadas iniciais do século XXI.

Mesmo alcançando proeminência nos últimos dois séculos, as origens do nacionalismo precedem até mesmo sua concepção etimológica e posteriores estudos acerca desse fenômeno. Nesse sentido, a realização de um estudo historiográfico que busque demonstrar as origens do nacionalismo até mesmo antes da concepção do termo "nacionalismo" acaba por não caber ao presente trabalho. Por si só, a conceitualização do "nacionalismo", "nações", "identidades nacionais" e "Estados-nação" já se apresenta como um elevado desafio metodológico e científico – até mesmo para pesquisadores renomados na área. Nas palavras de Hugh Seton-Watson, historiógrafo e um dos maiores estudiosos acerca do nacionalismo, "Assim, sou levado a concluir que não é possível encontrar uma 'definição científica' da nação; no entanto, o fenômeno existiu e existe" (1977, p. 5, tradução nossa[2]). Destarte, a preocupação central desse capítulo reside em compreender e conceitualizar o nacionalismo com base nas contribuições apresentadas pelas principais bibliografias acerca desse objeto de estudo para que, nos subsequentes capítulos, o fenômeno seja abordado e compreendido com base nas experiências historicamente distintas do Brasil e dos Estados Unidos.

Apesar de diversos, os conceitos a serem apresentados partilham de um mesmo elemento conciliador no que diz respeito a um conceito básico do nacionalismo: a crença de que interesses e valores de uma nação específica devem vir em primeiro lugar – e na maioria

a source of conflict for liberal societies, this conflict does not arise from liberalism itself so much as from the fact that the liberalism in question is incomplete. Certainly a great deal of the world's ethnic and nationalist tension can be explained in terms of peoples who are forced to live in unrepresentative political systems that they have not chosen (FUKUYAMA, 1989, p. 14-15).

[2] Thus I am driven to the conclusion that no "scientific definition" of the nation can be devised; yet the phenomenon has existed and exists (SETON-WATSON, 1977, p. 5).

das vezes, serem superiores – aos de terceiras nações. Em sua obra "*Nation and States",* Seton-Watson (1977) delimita explicitamente que seu objetivo central não seria desenvolver uma teoria geral acerca do nacionalismo ou analisá-lo como uma doutrina. Sua preocupação reside na ascensão e queda de nações, juntamente com a influência de movimentos nacionalistas nesses processos. Logo, Estados e nações detêm distinções primordiais para o autor, não devendo ser tratados como sinônimos. Um Estado corresponde a uma organização legal e política com o poder de requisitar obediência e lealdade de seus cidadãos. Por sua vez, uma nação é uma comunidade de indivíduos, conectados por um senso cultural comum, de solidariedade e consciência nacional. Para tornar evidente a independência entre o conceito de Estado e nação, o autor aponta para a existência de alguns Estados antes da criação de nações, e vice-versa. Apesar de não ser o foco de sua pesquisa em questão, o autor apresenta a forma pela qual compreende o fenômeno do nacionalismo.

Em sua essência, o nacionalismo deve conter dois significados básicos: uma doutrina sobre o caráter, interesse, direitos e deveres de nações e um movimento politicamente organizado que visa garantir objetivos e interesses nacionais. Dessa forma, o Seton-Watson aponta que os dois objetivos centrais de movimentos nacionalistas residem na busca pela independência, um Estado soberano no qual a nação é dominante, e a união nacional, buscando a incorporação fronteiriça de grupos que dizem pertencer ao Estado. Frente a esses objetivos, na maioria dos casos, reside uma tarefa primordial de estender à população a crença na existência dessa nação e de seus valores (SETON-WATSON, 1977).

Com seu surgimento posterior ao de nações, os estudos de John Alexander Armstrong (1982) auxiliam na compreensão de pré-condições necessárias para o surgimento do nacionalismo no período anterior a 1789[1]. A partir de uma análise historiográfica de civilizações europeias e do mediterrâneo islâmico, Armstrong sugere que a ascensão de nações encontra sua origem em fontes religiosas e seculares. O autor sugere que a base da etnicidade não reside apenas na exclusão de grupos externos, mas que também representa um conjunto de interações variáveis, e não um componente nuclear da organização social. A identidade, por sua vez, constitui um fenômeno de afeto intenso, sendo a percepção das diferenças entre "nós e eles" determinante para dividir muitos alinhamentos étnicos. Nesse contexto, Armstrong observa símbolos como essenciais para a persistência de uma etnicidade, sendo estes reproduzidos e perpetuados por meio da comunicação. Para o autor, a comunicação simbólica da etnicidade trata sempre de uma comunicação entre o presente e os que já pereceram. Igualmente importante para a persistência da etnicidade são as narrativas míticas, responsáveis por criar uma conscientização coletiva entre os membros de um grupo e seu "destino em

comum" e, consequentemente, solidariedade e união frente ao "outro". Nesse contexto, Armstrong apresenta o conceito de "mitomotor" (*mythomoteur*), que define como sendo.

> [...] "o que sustenta um governo e permite que ele crie uma identidade além daquela que pode ser imposta pela força ou adquirida pela paz e prosperidade. [...] Certamente, a consciência da importância do fator mítico no surgimento das nações não é novidade. Mas a preocupação com o mito como um importante fator de formação tem sido frequentemente ausente das análises onde poderia ter sido mais apropriada, [...]" (1982, p. 293, tradução nossa[3]).

Sob uma perspectiva distinta, Ernest Gellner (1983) apresenta a hipótese de que o nacionalismo e as nações emergiram apenas na era moderna da história. Gellner argumenta que avanços tecnológicos de novas indústrias resultaram em uma nova força de trabalho, levando consequentemente a uma necessidade de desenvolvimentos técnicos específicos para o desempenho de atividades e constante aprimoramento de processos. Dessa forma, fez-se também necessário um sistema educacional de base para aprimorar e dar continuidade a essa força de trabalho. Conforme sociedades foram requerendo maior conformidade de valores e de padrões linguísticos e culturais para garantir sua coesão, a ideia de nação surgiu. Estados, logo, não necessitariam de uma nação, mas a nação necessitaria se organizar em um Estado para garantir sua proteção e a perpetuação da cultura – razão pela qual aponta que as fronteiras de um Estado devem corresponder aos aspectos culturais daquele espaço.

O nacionalismo surge como um conceito político no qual as fronteiras estatais e culturais coincidem. Por entender que a nação não é um elemento fundamental e dado na história humana, Gellner argumenta que as origens do nacionalismo podem ser compreendidas a partir da relação entre a economia e a cultura. Consequentemente, a necessidade da padronização de conhecimento em um sistema nacional de educação de base também auxiliou na conformidade cultural e na ascensão posterior de distintas formas de nacionalismo. Logo, para que o nacionalismo possa se materializar, as unidades nacional e política devem ser congruentes. Destarte, a justificativa para a existência de uma nação consiste na realidade de um Estado, sendo o único garantidor viável da educação e cultura, permitir que suas fronteiras abranjam todos os que aderem à mesma cultura (GELNNER, 1983).

Os estudos de Anthony D. Smith, ex-aluno de Ernest Gellner, traz ainda maior importância ao aspecto simbólico de elementos nacionalistas. Distanciando-se de Gellner, Smith argumenta que o nacionalismo se inspira em um histórico pré-existente de um grupo de

[3] [...] what sustains a polity and enables it to create an identity beyond that which can be imposed by force or purchased by peace and prosperity. [...] Certainly awareness of the significance of the mythic factor in the emergence of nations is not novel. But concern for myth as a major formative factor has often been absent from analyses where it might have been most appropriate, [...] (ARMSTRONG, 1982, p. 293).

indivíduos, calcando essa história comunitária em uma identidade em comum e partilhada. Por seu aspecto mitológico, as histórias e mitos agregadores não necessitam ser pautados em uma realidade histórica concreta e que carece de interpretações errôneas ou exageradas. Nesse aspecto, Smith demonstra que a exatidão histórica de mitos nacionais pouco importa se tal exatidão for incapaz de garantir uma unidade nacional consistente – por tal razão, também aponta para a possibilidade de narrativas propositalmente fabricadas por corpos políticos para justificar futuras decisões na esfera política de nações (SMITH, 1986).

Sua maior contribuição reside na inauguração de uma escola de pensamento em estudos de nacionalismo denominada "etno-simbolismo". Sob essa abordagem, os elementos culturais e simbólicos da etnia são destacados em termos de seus componentes de mito, memória, símbolo, valor e tradição. Juntamente com Armstrong e outros autores, Smith denota que essa corrente:

> [...] enfatizou centralidade dos recursos simbólicos, como memória, mito, valor, tradição e símbolo, que moldam o idioma, a religião, os costumes e as instituições das comunidades e persistem ao longo das gerações, o que nos permite comparar e relacionar muitas nações modernas a comunidades étnicas anteriores (etnias). Para os etno-simbolistas, é necessário analisar as etnias e as nações em um período de longa duração, para vê-las como comunidades históricas, inseridas em contextos específicos e nas memórias e mitos de comunidades étnicas. Contextos específicos e nas memórias e mitos de seus membros mitos de seus membros, e ver muitas nações como emergentes em torno de um núcleo étnico e com base em um modelo étnico (SMITH, 2015, p. 1, tradução nossa[4]).

Todavia, a abordagem utilizada por etno-simbolistas tem como fonte de maior crítica a supervalorização do passado e de seus símbolos, uma vez que outros dois elementos centrais do nacionalismo correspondem à sua relação com o poder político e sua função essencial de delimitar e gerar fronteiras. Nesse sentido, o etno-simbolista se basearia em uma reconstrução ideacional do passado, permitindo a criação de uma narrativa histórica que explicaria a ascensão de movimentos nacionalistas (CONVERSI, 1995).

Buscando distanciar-se de definições objetivas e subjetivas do conceito de nação, Eric Hobsbawm (1990) não define a nação como uma entidade social dada ou imutável. O autor compreende a nação como pertencente a um período histórico particular recente, partilhando do mesmo entendimento de Gellner de que o progresso e constante evolução humana auxiliam na ascensão das nações. Todavia, busca argumentar que o nacionalismo pré-data a nação, uma

[4] [...] have emphasized the centrality of symbolic resources such as memory, myth, value, tradition, and symbol, which shape communities' languages, religion, customs, and institutions and persist across generations, allowing us to compare and relate many modern nations to earlier ethnic communities (ethnies). For ethnosymbolists, it is necessary to analyze ethnies and nations over *la longue durée*, to view them as historical communities, embedded in specific contexts and in the memories and myths of their members, and to see many nations as emerging around an ethnic core and on the basis of an ethnic model (SMITH, 2015, p. 1).

vez que é capaz de fazer com que culturas pré-existentes venham a se consolidar como nações, podendo também inventar novas culturas ou aniquilar outras culturas pré-existentes. Apesar de partilhar o mesmo entendimento de Gellner acerca da definição de nacionalismo, Hobsbawm argumenta que a perspectiva de modernização do topo dificulta a percepção das transformações que ocorrem na base de uma sociedade. Nesse aspecto, aponta que a ideologia nacional da classe dominante não necessariamente corresponde à ideologia nacional da classe trabalhadora.

> Primeiro, as ideologias oficiais de estados e movimentos não são guias para o que está na mente até mesmo dos cidadãos ou apoiadores mais leais. Em segundo lugar, e mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. [...] Em terceiro lugar, a identificação nacional e o que se acredita que ela implica podem mudar e se transformar com o tempo, mesmo em períodos bastante curtos (HOBSBAWM, 1990, p. 11, tradução nossa[5]).

Abraçando ainda mais os aspectos subjetivos que compõem uma identidade nacional, Benedict Anderson (1991) classifica a nação como uma "comunidade política imaginada". O aspecto "imaginário" da nação se explicaria pelo fato de que os membros de uma nação, mesmo sem conhecer ou sequer saber da existência de todos seus outros compatriotas, ainda assim se imaginam partilhando de uma comunidade política com outros desconhecidos. Apesar de ser imaginada, Anderson argumenta que essa comunidade – nação – é limitada, já que, mesmo com uma elasticidade, sempre haverá fronteiras para distinguir essa comunidade de outras. Segundo o autor, isso explicaria a razão de que, diferentemente de outras ideologias políticas como o liberalismo e o marxismo, indivíduos estariam dispostos a morrer e lutar por sua nação através de seu sentimento nacionalista. Os indivíduos não estariam dispostos a morrer apenas por um ideal concreto de nação, mas sim por uma ideia; fazendo das nações fenômenos culturais e emocionais. Destarte, o nacionalismo tem como principal efeito criar significado na ausência de um, gerando um profundo sentimento de amor auto-sacrificial. Para ilustrar seu argumento de comunidades imaginadas, Anderson faz uso do exemplo de tumbas de soldados desconhecidos:

> A reverência cerimonial pública concedida a esses monumentos, precisamente *porque* eles estão deliberadamente vazios ou ninguém sabe quem está dentro deles, não tem precedentes reais em épocas anteriores. Para sentir a força dessa modernidade, basta imaginar a reação geral à pessoa atarefada que "descobriu" o nome do Soldado Desconhecido ou insistiu em preencher o caixão com alguns ossos de verdade.

[5] First, official ideologies of states and movements are not guides to what is in the minds of even the most loyal citizens or supporters. Second, and more specifically, we cannot assume that for most people national identification – when it exists – excludes or is always even superior to, the remainder of the set of identifications which constitute the social being. [...] Thirdly, national identification and what it is believed to imply, can change and shift in time, even in the course of quite short periods (HOBSBAWM, 1990, p. 11).

> Sacrilégio de um tipo estranho e contemporâneo! No entanto, por mais que essas tumbas não contenham restos mortais identificáveis ou almas imortais, elas estão saturadas de fantasmagóricas imaginações *nacionais*. [...] O significado cultural de tais monumentos fica ainda mais claro se tentarmos imaginar, digamos, um túmulo do marxista desconhecido ou um mausoléu para liberais mortos. É possível evitar um senso de absurdo? A razão é que nem o marxismo nem o liberalismo se preocupam muito com a morte e a imortalidade (ANDERSON, 1991, p. 9-10, tradução nossa[6]).

O exemplo de Anderson é esclarecedor no que diz respeito ao seu posicionamento em relação aos aspectos que geram identificação entre nacionais. Se os aspectos subjetivos, imaginados, acabam detendo maior importância, estes não são necessariamente precedidos por características em comum criadas ao longo dos anos. Mais contemporâneos do que antes, seus estudos servirão de grande auxílio nos próximos capítulos, justamente por permitir traçar explicações das razões acerca dos sentimentos nacionalistas no período de Trump e Bolsonaro.
A última abordagem dessa seção corresponde aos aspectos políticos que levaram à ascensão de nações e do nacionalismo propostos por Michael Mann (1995). Seu foco reside no papel de instituições e movimentos políticos populares na ascensão de nações europeias no século XVIII – uma vez que o período anterior era caracterizado pela existência de unidades políticas que careciam de uma organização cultural e social que poderia ser caracterizada como uma "nação". De acordo com Mann, podemos identificar duas fases anteriores à emergência das nações e do nacionalismo: a fase religiosa e a fase comercial, ambas auxiliando na expansão do letramento. Essas fases também levaram à lenta solidificação de comunidades locais e regionais, nas quais diversos estilos de vida passaram a ser mobilizados no final do século XVII.

A transformação desses elementos pré-nacionais em nações consolidadas ocorreu em três fases: militarista, industrial e modernista. A fase militarista foi marcada pela forma como atividades militares – em decorrência de conflitos do século XVIII – afetaram a vida social, levando a reações populares e demandas por cidadania política. Durante a segunda fase, que perdurou de meados do século XIX até a I Guerra, a noção de soberania popular se popularizou entre massas de trabalhadores, resultando na necessidade de expansão de funções do Estado e investimentos em sistemas de comunicação. Logo, a soberania popular e atividades estatais permitiram que, naquele período, indivíduos sentissem a nação como uma comunidade mais

[6] The public cerimonial reverence accorded these monuments precisely *because* they are either deliberately empty or no one knows who lies inside them, has no true precedents in earlier times. To feel the force of this modernity one has only to imagine the general reaction to the busy-body who "discovered" the Unknow Soldier's name or insited on filling the cenopath with some real bones. Sacrilege of a strange, contemporary kind! Yet void as these tombs are of identifiable mortal remains or immortal souls, they are nonethelless saturated with ghostly *national* imaginings. [...] The cultural significance of such monuments becomes even clearer if one tries to imagine, say, a Tomb of the Unknow Marxist or a cenotaph for fallen Liberals. Is a sense of absurdity avoidable? The reason is thar neither Marxism nor Liberalism is much concerned with death and immortality (ANDERSON, 1991, p. 9-10).

experiente. A terceira e última fase teve seu início com a negociação de acordos de paz entre 1917 e 1919, marcada pela cisão no conservadorismo do continente europeu, dando início a dois tipos de direita: uma parlamentarista e uma radical e autoritária. Consequentemente, a ala mais radical acabou por triunfar no período, dominando mais de dois terços do continente em torno de 1938 (MANN, 1995).

Destarte, a abordagem política de Mann acabou por sofrer críticas na forma pela qual acaba por ignorar o elemento das "paixões potencializadas pelo nacionalismo". As fronteiras, por mais politicamente importantes que sejam, não são determinantes para nacionalistas, uma vez que o senso de "terra natal" e de um território são quase que mais sagrados e determinantes. A relação emocional entre indivíduos e um território, assim como sua história, são forças motoras essenciais para a mobilização nacional. Nesse aspecto, de acordo com Smith (1998), explicações em termos de relações intraestatais e de conflitos não explicam as fontes emocionais do sentimento nacional (apud ÖZKIRIMLI, 2017).

Mesmo com uma gama de distintos autores e abordagens, a bibliografia sobre nacionalismo denota a ausência de uma definição singular e consensual acerca do nacionalismo. A problemática em adotar uma única definição para o fenômeno reside justamente na abordagem utilizada pelo pesquisador quanto à sua percepção sobre "o que é uma nação" e quando esta se formou. O simples ato de observar o nacionalismo como algo que precede ou que é resultante de uma nação implica em abordagens completamente distintas acerca do que o fenômeno virá a ser. Até a forma de categorização das diferentes correntes de estudo encontra certos empecilhos:

> [...] os **primordialistas** e **perenialistas** acreditam que as nações podem ser encontradas em todos os tempos; os **modernistas** argumentam que não é possível falar de nações antes da era moderna; por fim, os **etno-simbolistas** afirmam que, embora o nacionalismo, como ideologia e movimento, seja moderno, as nações existem em todos os períodos da história (ÖZKIRIMLI, 2017, p. 229-230, grifo nosso, tradução nossa[7]

De acordo com Umut Özkirimli (2017), essa classificação tripartite acaba por eliminar as variações internas entre os diversos autores em cada categoria. Além disso, o pertencimento de um autor a uma determinada categoria acaba por variar dependendo do indivíduo que realiza a classificação: "Armstrong é um 'perenialista', de acordo com Smith, um 'etnicista', de acordo com Hutchinson, e um 'etno-simbolista', de acordo com vários outros" (p. 230, tradução

[7] [...] primordialists and perennialists believe that nations can be found at all times; modernists argue that it is not possible to talk of nations before the modern era; finally, ethnosymbolists claim that although nationalism, as ideology and movement, is modern, nations exist in all periods of history (ÖZKIRIMLI, 2017, p. 229-230).

nossa[8]). Dessa forma, Umut aponta para um *boom* dos estudos de nacionalismo no pós-Guerra Fria, visando um distanciamento das abordagens mais clássicas a partir do entendimento de que o objeto de estudo deve ser abordado de forma interdisciplinar.

> Assim, os estudos em questão abrem o campo para as contribuições de novos métodos de análise, como a análise crítica do discurso, a análise da conversação, a teoria retórica, a psicanálise, a interseccionalidade e novas perspectivas epistemológicas, como o feminismo, o pós-colonialismo e o pós-modernismo. Eles também enfatizam a necessidade de retificar o elitismo das teorias dominantes, reunindo análises de nível macro e micro, ou seja, considerando a visão de baixo (as "massas", as "pessoas comuns") além da visão de cima (as "elites", os "intelectuais" ou os "burocratas do Estado") (ÖZKIRIMLI, 2017, p. 183, tradução nossa[9]).

Nesse sentido, os estudos contemporâneos do nacionalismo buscam problematizar o demasiado enfoque de debates anteriores – especialmente a questão da origem das nações – e seu aspecto eurocentrista. Além disso, há uma elevada preocupação em distanciar-se de teorias do nacionalismo que sejam capazes de explicar o fenômeno de forma generalizada, priorizando as práticas, discursos, aspectos e representações do nacionalismo. O conceito do neonacionalismo, a ser introduzido no Capítulo 3, pertence à nova onda de estudos sobre o neonacionalismo – com um enfoque específico na última década. Destarte, frente a bibliografia apresentada até o momento, a presente pesquisa compreende algumas premissas básicas para o nacionalismo: (1) autorreconhecimento entre uma comunidade imaginada – aqui entendida como uma nação além de características estritamente territoriais e objetivas – caracterizada pela solidariedade e lealdade entre seus membros; (2) sentimento de superioridade de uma nação – grupo de indivíduos – frente outras, criando uma distinção clara entre "nós e eles"; (3) práticas e símbolos que remetem, celebrem e perpetuem essa comunidade imaginada; (4) o desejo de autogoverno em um determinado território; e (5) o nacionalismo não é uma força necessariamente inclinada para a destruição, sendo um elemento necessário e essencial para a organização de Estados-nação até hoje.

2.2 As distintas formas do nacionalismo

[8] Armstrong is a 'perennialist' according to Smith, an 'ethnicist' according to Hutchinson and an 'ethnosymbolist' according to several others (ÖZKIRIMLI, 2017, p. 230).

[9] Thus, the studies in question open up the field to the contributions of new methods of analysis such as critical discourse analysis, conversation analysis, rhetorical theory, psychoanalysis, intersectionality and new epistemological perspectives such as feminism, post colonialism and postmodernism. They also stress the need to rectify the elitism of mainstream theories by bringing macro- and micro-level analyses together, that is by considering the view from below (the 'masses', 'ordinary people') in addition to the view from above (the 'elites', 'intellectuals' or 'state bureaucrats') (ÖZKIRIMLI, 2017, p. 183).

A seção anterior demonstrou que o nacionalismo e suas teorias, quando tratados de forma generalista, se demonstram incapazes de explicar e compreender fenômenos sociais históricos e contemporâneos frente às suas particularidades. Seguindo na mesma linha de pensamento, a presente seção busca apresentar e explicar as distintas formas de nacionalismo que se farão presentes nos subsequentes capítulos e que, posteriormente, servirão de base para melhor compreensão das distintas formas de nacionalismo que o neonacionalismo evoca em suas práticas e narrativas. Nesse sentido, frente às mais distintas formas de nacionalismo presentes na bibliografia, seria contraproducente abordar tipologias que não se farão presentes nos subsequentes capítulos ou que não detêm qualquer conexão com o objeto de pesquisa proposto.

As formas de nacionalismo são determinantes para identificar quais símbolos, narrativas e práticas serão executadas por uma comunidade imaginada. As tipologias de nacionalismo são subdivididas em duas grandes categorias, com base na narrativa nacional escolhida: aspectos de identidade social fixos ou descritivos. A primeira categoria faz referência a aspectos ligados a princípios, valores e ideais a serem internalizados por indivíduos, ao passo que a segunda categoria enfatiza aspectos não elegíveis de identidade nacional, como raça, religião e cultura – isto é, designados e transmitidos através da hereditariedade. Cabe destacar que essa divisão não impede que uma comunidade pautada em aspectos fixos também recorra a aspectos descritivos, como a religião, para compor narrativas e tradições nacionais (KOHN, 1962).

2.2.1 Formas de nacionalismo descritivas

Os nacionalismos conectados a aspectos mais próximos da hereditariedade ou da etnicidade correspondem ao nacionalismo racial, cultural, religioso e linguístico. Apesar de não optarmos pela abordagem de Anthony Smith (1993), uma vez que classifica essa categoria apenas como “nacionalismo étnico”, suas definições sobre etnicidade são válidas para compreendermos os aspectos valorizados nessa categoria. Por valorizar aspectos pré-existentes entre grupos como ponto de partida para movimentos nacionalistas, Smith caracteriza a “etnia” como sendo um grupo com um mito de ancestralidade, memórias e elementos culturais em comum e partilhados, conexão histórica com o território e solidários entre si. O autor ainda aponta que se faz necessário a adoção de um nome próprio para um grupo étnico, não apenas por questões de diferenciação, mas pela razão de que sua ausência faz com que uma identidade cultural coletiva não detenha um senso reconhecível de comunidade. Além disso, um mito de ancestralidade comum e a valorização de uma história coletiva em comum também se fazem

necessários no contexto desses tipos de nacionalismo. O nacionalismo étnico necessita de uma homogeneização nacional a partir da raça, cultura, religião e idioma em comum, podendo pautar tal homogeneização em apenas um ou diversos aspectos étnicos ao mesmo tempo. Sendo assim:

> [...] retira grande parte do seu poder emotivo da noção de que os membros de uma nação fazem parte de uma extensão de uma família, unida em última análise por laços de sangue. O que conta é a crença subjetiva na realidade de um "nós" comum. Os marcadores que distinguem o grupo interno variam de caso para caso e de época para época, e a natureza subjetiva das fronteiras comunais levou alguns a ignorar o seu significado prático. Mas, como observou Walker Connor, um astuto estudioso do nacionalismo, "não é o que é, mas o que as pessoas acreditam que é que tem consequências comportamentais" (MULLER, 2008, p. 20-21, tradução nossa[10]

Dentro dessa categoria de análise, o nacionalismo racial pauta a identidade nacional através da "pureza racial" entre seus indivíduos, banindo imigrantes e proibindo a mistura entre distintas raças dentro de um território. Poder-se-ia levantar a seguinte indagação frente a essa definição: em que medida ela se diferencia do racismo em sua forma mais pura? Apesar de ambos os conceitos poderem implicar em políticas discriminatórias contra indivíduos através da premissa de diferenciação racial, detêm trajetórias históricas distintas e diferenças conceituais claras. Primeiramente, o nacionalismo tem suas raízes nos princípios universalistas que defendem a ideia de soberania popular, autogoverno e igualdade moral de todos os cidadãos que habitam um estado-nação autônomo, ao passo que o racismo é intrinsecamente construído com base em ideias de hierarquia e superioridade de um grupo sobre outros (MALEŠEVIC, 2022). Em segundo lugar, o racismo pode se fazer presente no nacionalismo racial, mas isso não implicaria em uma constante que levaria à conclusão de que "toda forma de nacionalismo racial é, em si, uma manifestação racista", uma vez que pode surgir como uma forma de combater desigualdades ou violências raciais em um território. Um exemplo ligado ao objeto de pesquisa corresponde ao nacionalismo negro nos Estados Unidos, especialmente no período da década de 1960. Através de movimentos sociais como o *Black Power* e o *Nation of Islam* (NOI), o nacionalismo preto se pautou na busca de autossuficiência econômica, orgulho racial e cultural e o separatismo – criando movimentos de emigração para a África, como uma forma de fugir da opressão racial branca no sul dos EUA (PAINTER, 1991). Diferentemente de outras formas de nacionalismo racial, esse movimento surge como uma forma de diferenciação entre "nós e eles" com base na premissa de proteção e resguardo da população preta do país. Logo,

[10] [...] racial nationalism draws much of its emotive power from the notion that the members of a nation are part of an extended family, ultimately united by ties of blood. It is the subjective belief in the reality of a common "we" that counts. The markers that distinguish the in-group vary from case to case and time to time, and the subjective nature of the communal boundaries has led some to discount their practical significance. But as Walker Connor, an astute student of nationalism, has noted, "It is not what is, but what people believe is that has behavioral consequences" (MULLER, 2008, p. 20-21).

seguindo as premissas acerca do nacionalismo adotadas anteriormente, o nacionalismo racial do movimento preto serve como um exemplo no qual o nacionalismo atua como uma força motriz que visa transformações sociais positivas dentro de um determinado contexto.

O nacionalismo cultural – quando não empregado como uma ferramenta meramente política – pauta a nação em princípios morais, e não políticos, promovendo e protegendo uma visão da identidade nacional, sua história e possível destino em detrimento de outras. A pesquisa nessa área geralmente se preocupa com a historicidade do nacionalismo cultural e a relação entre o nacionalismo cultural e a sociedade mais ampla, especialmente o processo pelo qual ele é institucionalizado e disseminado, além de sua relação com o nacionalismo instrumentalizado politicamente (WOODS, 2016).

Por considerar o nacionalismo como um movimento ideológico e não político, Smith (1995) aponta que todas as formas de nacionalismo detêm uma dimensão cultural em maior ou menor escala. Todos os padrões de mitos, simbologias, valores e memórias possuem um caráter transgeracional, auxiliando não apenas na constituição do passado, mas também do futuro de uma nação. Além disso, mesmo que esses padrões culturais perdurem o teste do tempo, ainda há a possibilidade de que tais padrões culturais passem por drásticas e repentinas transformações em um espaço de curto tempo. Os estudos de John Hutchinson (1987) complementam as contribuições de Smith acerca do nacionalismo cultural, uma vez que o apresentam como um fenômeno episódico, podendo se manifestar por diversas vezes após a constituição de uma nação. Nesse aspecto, Hutchinson aponta que o nacionalismo cultural pode servir como uma fonte de reforço e fortalecimento de aspirações nacionalistas políticas, uma vez que primeiro procede dialeticamente com o nacionalismo político – podendo o mesmo processo ocorrer de forma inversa. Logo, apesar de altamente subjetiva e em constante mudança, a cultura é, inegavelmente, uma fonte para a origem e potencialização de sentimentos nacionalistas (NIELSEN, 1999).

Antes detendo um papel mais predominante em distintas sociedades, a religião passou a desempenhar um papel cada vez menor com a explosão de movimentos nacionalistas no século XIX. Todavia, ao mesmo tempo em que a modernidade enfraqueceu o papel político da religião, as constantes mudanças aceleradas trazidas pela modernidade também acabam por desestabilizá-la – fazendo com que a religião ainda atue como um último refúgio frente ao caos da modernidade. De acordo com o *Pew Research Center* (2010), 84% da população mundial total possui algum tipo de filiação religiosa. Dessa forma, mesmo que não seja pela via político-institucional, a religião ainda exerce, em níveis diferentes, elevada influência em diversas sociedades e na trajetória de bilhões de indivíduos.

Ao confrontarmos a religião com o nacionalismo, é possível observar que, assim como na cultura e raça, estamos lidando com dois elementos de construção de identidades através da diferenciação com o outro. Tomemos como exemplo a construção da identidade católica não somente a partir da diferenciação dos extremos opostos, como o judaísmo ou o islamismo, mas também a partir de religiões como o protestantismo e testemunhas de Jeová que, assim como o catolicismo, detêm suas origens na matriz do cristianismo. Todavia, a fusão da religião com o nacionalismo não implica em uma preocupação com valores estritamente teológicos, uma vez que o nacionalismo instrumentaliza a religião a partir da criação de ameaças estrangeiras ou nacionais oriundas de religiões diametralmente opostas à nação em questão. Nesse aspecto, a fusão do nacionalismo com a religião pode se manifestar politicamente através de políticas públicas inspiradas religiosamente, limitação de direitos reprodutivos, de imigrantes, da comunidade LGBTQIA+ e outras minorias. Destarte, quando nessa fusão a religião se torna central para a definição da identidade nacional, indivíduos e grupos que não compactuam com os mesmos ideais religiosos podem sofrer um intenso processo de marginalização e desumanização no território – como no caso do encaminhamento da minoria muçulmana Uyghurs para "campos de reeducação" em Xinjiang, China (BARKER, 2022).

Por fim, o nacionalismo linguístico tem como ponto de partida a ideia de que uma nação deve ser mais definida por um idioma em comum do que por aspectos culturais ou raciais. Nesse aspecto, um idioma nacional coeso e compartilhado é essencial para a unificação e comunicação dentro da nação. Em um primeiro momento, o nacionalismo linguístico se apresenta como um movimento extremamente necessário dentro do contexto de consolidação de uma nação e sua identidade. As teorias linguísticas e dicionários produzidos por Noah Webster, lexicógrafo e escritor norte-americano, serviram como uma forma de diferenciar e consolidar o inglês anglo-saxão do inglês britânico no período pós-independência – sendo hoje mais disseminado e internalizado internacionalmente do que o próprio inglês britânico (LITTO, 1984).

Contudo, o nacionalismo linguístico, assim como outras modalidades, pode operar tanto como uma fonte emancipadora quanto de opressão. Quando desponta para a última, o nacionalismo linguístico tem como objetivo central enfraquecer identidades destoantes com base na marginalização de um idioma análogo ao idioma nacional. As conquistas por autonomia nas regiões da Catalunha e do País Basco após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) servem como um exemplo histórico do nacionalismo linguístico quando em curso. Frente aos direitos de autonomia conquistados, o governo militar de Francisco Franco na Espanha empenhou diversas políticas com o intuito de enfraquecer politicamente e culturalmente essas regiões. Dentre essas medidas, a supressão do idioma catalão operou como uma forma de perda da

identidade catalã e sua consequente assimilação pela cultura espanhola (ENCARNACIÓN, 2017).

2.2.2 Formas de nacionalismo fixo

As subsequentes formas de nacionalismo, como dito anteriormente, fazem referência a aspectos ligados a princípios, valores e ideais a serem internalizados por um grupo de indivíduos. Por tratarmos aqui de aspectos que não são transmitidos através da hereditariedade – isto é, com ainda maior subjetividade – a quantidade de tipos de nacionalismo acaba sendo mais extensa.

O primeiro a ser abordado corresponde a uma das formas mais populares do nacionalismo: o cívico. Nessa modalidade, o nacionalismo é definido não por aspectos ligados à etnicidade de uma nação, mas pelos valores, instituições e comprometimento com a democracia civil. Logo, a participação nessa comunidade imaginada seria voluntária, sendo apenas necessário a internalização desses valores. No pós-Segunda Guerra, Hans Kohn (1944) caracterizou o nacionalismo cívico como uma característica de nações ocidentais liberais, exemplificando uma combinação certeira entre o Estado e a nação. Ao tomar cinco nações – EUA, Reino Unido, França, Países Baixos e Suíça – como objetos de pesquisa, o autor concluiu que o Estado precede a nação nos cinco casos, demonstrando que a construção nacional foi guiada e coincidia com os interesses do Estado. Todavia, a abordagem de Kohn apresenta claras deficiências ao classificar o nacionalismo do Ocidente como o cívico e o do Oriente – menos desenvolvido e atrasado – como o étnico. Sob essa ótica, nações ocidentais não deveriam vir a enfrentar novas ondas de nacionalismos culturais, religiosos ou raciais, e a última década, como pudemos observar – apresentou o oposto (apud TAMIR, 2019).

> A rejeição da dicotomia cívica/étnica e da consequente interpretação de que o desenvolvimento moral e político dos Estados é unidirecional leva à percepção de que os Estados oscilam entre as duas formas de nacionalismo, tirando assim o tapete do paternalismo Ocidental. Suponhamos que o nacionalismo étnico e o cívico não sejam mais vistos como representantes de estágios sucessivos de desenvolvimento moral e político e, em vez disso, sejam considerados como diferentes estados de coisas que não se baseiam no caráter nacional ou na cultura ou mitologia de uma nação, nem em seu desenvolvimento moral e político, mas em questões sociais, econômicas e políticas (TAMIR, 2019, p. 427-428, tradução nossa[11]).

[11] A rejection of the civic/ethnic dichotomy and of the ensuing interpretation that the moral and political development of states is one-directional leads to the realization that states oscillate between the two forms of nationalism, thus pulling the rug from under the feet of Western paternalism. Suppose ethnic and civic nationalism are no longer seen as representing successive stages of moral and political development and are instead regarded as different states of affairs that are grounded not in national character or a nation's culture or mythology, nor in

Como toda modalidade de nacionalismo acaba por ser construída a partir da definição da identidade nacional de um grupo a partir do processo de diferenciação com o "outro", o nacionalismo cívico não identifica seus inimigos com base em aspectos étnicos: "Para os nacionalistas cívicos, o inimigo não é a contaminação étnica, mas sim a tirania doméstica, a corrupção e qualquer adversário estrangeiro que ameace a república" (DUECK, 2020, p. 9, tradução nossa[12]).Uma nação fundada sob os preceitos do nacionalismo cívico – isto é, que perpetua a crença de superioridade nacional com base em instituições democráticas – não necessariamente estará livre da ascensão de movimentos nacionalistas raciais em seu território. Um ponto de questionamento quanto ao conceito do nacionalismo cívico seria sua proximidade com o conceito do patriotismo. O elemento que diferencia os dois conceitos reside na definição mais simples do nacionalismo: o senso de superioridade nacional frente a outras nações. Por mais distintas que possam ser, todas as formas de nacionalismo partem desse mesmo pressuposto (LIEVEN, 2012).

Tanto a discussão acerca do patriotismo quanto do nacionalismo cívico são pontos cruciais para o desenvolvimento da pesquisa e serão retomados no próximo capítulo. O conceito de nacionalismo econômico deu seus primeiros passos dentro da área de estudos da Economia Política Internacional, sendo inicialmente caracterizado como uma forma de protecionismo estatal para garantir seus interesses frente a um cenário internacional anárquico. Todavia, o nacionalismo econômico não deve ser tratado como um sinônimo ao protecionismo econômico, uma vez que a busca de nacionalistas por autonomia, identidade e unidade pode resultar tanto em momentos de abertura quanto de fechamento da economia (PRYKE, 2012).

Abordagens que tratam o nacionalismo econômico como uma ideologia equivalente ao realismo em Relações Internacionais demonstram-se inadequadas para explicar, por exemplo, a disputa comercial entre Estados Unidos e China no governo de Donald Trump, uma vez que o reduzem apenas a práticas protecionistas, como a imposição de tarifas. Logo, esse nacionalismo prima pela defesa dos interesses econômicos de uma nação sob a perspectiva de ganhos absolutos frente a um cenário de jogo de soma-zero[13], podendo até resultar em danos para Estados aliados. Nesse cenário, a cooperação presente no liberalismo econômico, estabelecida desde Bretton Woods, perde força e importância para nações nas quais este se faz

its moral and political development, but in social, economic, and political states of affairs TAMIR, 2019, p. 427-428).

[12] For civic nationalists, the enemy is not ethnic contamination, but rather domestic tyranny, corruption, and any foreign adversary who threatens the republic (DUECK, 2020, p. 9)

[13]Corresponde a um cenário no qual, se uma parte ganha determinada vantagem, a outra deve sofrer necessariamente uma desvantagem similar (COLLINS, 2020).

presente, podendo gerar um cenário de competição e desconfiança entre os Estados (GLADDING, 2018).

Contudo, o conceito de nacionalismo econômico ainda apresenta limitações e falhas. Primeiramente, sua definição acaba por ser vaga, uma vez que pode acabar por implicar que quaisquer medidas econômicas adotadas por um Estado, desde que se apresentem como seguindo o interesse nacional, podem ser consideradas uma forma de nacionalismo econômico. Outro elemento que acaba por ser ignorado corresponde ao capital privado e seu papel na economia nacional, justamente por assumir que os Estados são os atores centrais e únicos (PRYKE, 2012). Frente a essas críticas, Pryke propõe uma definição que busca combater essas deficiências:

> O nacionalismo econômico deve ser considerado como um conjunto de práticas destinadas a criar, reforçar e proteger as economias nacionais no contexto dos mercados mundiais. A prática não é necessariamente contrária à atividade econômica externa, mas se opõe a permitir que a sorte de uma nação seja determinada apenas pelos mercados mundiais. As políticas consistiram em controles sobre as importações para criar monopólios domésticos, sobre as finanças para fixar moedas, sobre o capital para direcionar investimentos para setores prioritários e nacionalização para estabelecer empresas estatais. Em alguns casos, o processo foi além: a nacionalização de empresas estrangeiras (especialmente na exploração de recursos naturais, mineração e petróleo), a redução ou remoção de funcionários estrangeiros, o impedimento da repatriação dos lucros do capital estrangeiro, a obtenção de patentes de propriedade estrangeira, a apropriação de direitos de pesca e prospecção por meio da extensão das águas offshore, a expulsão ou o controle de minorias étnicas com interesses comerciais significativos, a autossuficiência na agricultura e, se possível, na produção de aço e na indústria pesada em geral (PRYKE, 2012, p. 285, tradução nossa[14]).

Como consta em sua própria nomenclatura, o nacionalismo revolucionário tem como principal objetivo estabelecer uma revolução frente o *establishment* nacional. Diferentemente de outras modalidades, a preocupação central de nacionalistas revolucionários reside na integração de conacionais em uma unidade homogênea a partir de um sentimento de destino e propósito à nação. Nesse aspecto, o nacionalismo revolucionário busca elevar o prestígio da comunidade nacional por meio da mobilização de recursos humanos e materiais para um impulso em direção à autonomia econômica, gerando crescimento econômico e industrial

[14] Economic nationalism should be considered as a set of practices designed to create, bolster and protect national economies in the context of world markets. The practice is not necessarily antithetical to external economic activity, but it is opposed to allowing a nation's fortunes to be determined by world markets alone. The policies have consisted of controls on imports to create domestic monopolies, on finance to fix currencies, on capital to direct investment to priority sectors and nationalisation to establish state-owned companies. In some instances the process went further: the nationalisation of foreign companies (especially in the exploitation of natural resources, mining and oil), the reduction or removal of foreign staff, the prevention of the repatriation of the profits of foreign capital, the taking of foreign-owned patents, the appropriation of fishing and prospecting rights by extending offshore waters, the expulsion or control of ethnic minorities with significant business interests, self-sufficiency in agriculture and, if possible, in steel production and heavy industry more generally (PRYKE, 2012, p. 285).

autossustentáveis. Tais demandas exigem uma renovação do tecido cultural e social da nação por meio de mudanças institucionais e sociais substanciais (GREGOR; CHANG, 1979). Destarte, o nacionalismo revolucionário pode promover, dentro de seu território, a perseguição a estrangeiros e conterrâneos que ameacem a renovação do tecido social e, consequentemente, a estabilidade da homogeneidade nacional. Por estar mais presente em movimentos sindicais, o nacionalismo revolucionário obteve maior apoio da classe proletária na Itália, servindo como uma fonte de inspiração para o movimento fascista de Benito Mussolini no início do século (GREGOR, 1979).

O nacionalismo expansionista – também chamado de nacionalismo territorial – corresponde a uma das formas mais agressivas e radicais do nacionalismo. Essa modalidade de nacionalismo acaba por unir preceitos do nacionalismo cultural e racial como objetivo central de recuperar territórios perdidos e expandir a extensão territorial de uma nação através de meios militares, tipificando a figura do "outro" como uma ameaça e principal justificativa para sua expansão. Nesse aspecto, o nacionalismo expansionista também está ligado ao movimento de colonização de novos territórios. Um exemplo histórico notável corresponde ao expansionismo alemão promovido pelo chanceler Otto Von Bismarck no século XIX, tendo como objetivo unificar Estados que adotavam o idioma alemão. Mais recentemente, temos como exemplo a ideologia da *Alternative Right* nos Estados Unidos, tendo como objetivo central a criação de etno-Estados divididos pela raça de seus indivíduos – criando pequenas nações compostas por e para pessoas brancas (HEYWOOD, 2017).

Uma das correntes mais antigas da tradição de política externa norte-americana, o nacionalismo conservador também se apresenta como uma das correntes mais tradicionais na política doméstica do país, juntamente com o nacionalismo cívico. Aproxima-se de um conservadorismo social uma vez que promove a estabilidade do *status quo* social, a defesa da família, interesses, direitos, valores, segurança, tradições e o estilo de vida de uma nação. Por consequência, o nacionalismo conservador acaba por apresentar elevada desconfiança frente a mudanças profundas – especialmente frente às que se originaram com a globalização, como a imigração –, justamente por serem potenciais ameaças à estabilidade nacional e aos valores e tradições presentes na identidade de uma nação (LITTLEJOHN, 2023). Colin Dueck discorre sobre os elementos que compõem o pensamento do conservador nacionalista:

> Eles enfatizam a tradição e o costume, sugerindo que a sabedoria das gerações vale pelo menos tanto quanto a razão individual. Eles enfatizam a ordem social e política como um baluarte subjacente da liberdade. Eles acreditam em um amortecedor central e em um papel de apoio para instituições sociais intermediárias, como a igreja e a família, entre o indivíduo solitário e o Estado. Tradicionalmente, os conservadores

> não acreditam que a democracia deva ser irrestrita. Eles desconfiam do poder sem controle em todas as direções e, portanto, buscam filtros nas maiorias populares e nas elites, principalmente por meio do estado de direito e das formas legais. [...] eles podem muito bem apoiar a igualdade de direitos perante a lei, mas têm pouco interesse ou crença na possibilidade de igualdade socioeconômica de condições. Eles olham para a história em busca de inspiração e instrução (DUECK, 2020, p. 28-29, tradução nossa[15]).

Por ser uma das correntes mais tradicionais na política externa dos Estados Unidos – especialmente dentro do Partido Republicano, ou *Grand Old Party* (GOP) – o nacionalismo conservador será retomado no subsequente capítulo. Em contrapartida, o nacionalismo liberal, apesar de apontar para uma proximidade com preceitos do nacionalismo cívico, acaba por corresponder a uma das formas de nacionalismo mais agressivas. Nesse aspecto, o nacionalismo liberal é quase que paradoxal: ao mesmo tempo em que promove que um Estado-nação deve preservar valores do Ocidente, como o liberalismo e a democracia, promove políticas iliberais dentro de seu território para garantir tal feito. Dentro da área de estudos nacionalistas, ocorrem certas discordâncias em relação ao termo "nacionalista liberal", utilizando o termo como um sinônimo do nacionalismo cívico. Todavia, este se difere do nacionalismo cívico ao não promover valores locais e instituições democráticas nacionais, defendendo valores ocidentais universais que podem despontar, consequentemente, para aspectos étnicos dessa identidade Ocidental. Logo, nacionalistas liberais fazem uso de uma retórica de unidade e proteção nacional para promover políticas anti-imigratórias altamente restritivas (BAUBÖCK, 2016).

Seu extremo oposto corresponde ao internacionalismo liberal que "[...] sustenta que o autogoverno popular, a crescente interdependência econômica e o direito internacional atuam como três fatores que se reforçam mutuamente em favor da paz entre as nações." (DUECK, 2020, p. 16, tradução nossa[16]). Essa modalidade de nacionalismo demonstra que, mesmo se tratando de tradições que buscam universalizar valores democráticos, quando unidos ao elemento do nacionalismo, podem se materializar de formas extremamente opostas ao que o conceito original tenderia a propor. Mais uma vez, corrobora-se a ideia de que o elemento de diferenciação do "outro" presente no nacionalismo seria o elemento responsável por essas distorções.

---

[15] They emphasize tradition and custom, by suggesting that the wisdom of generations is worth at least as much as individual reason. They stress social and political order as an underlying bulwark of freedom. They believe in a central buffering and supporting role for intermediate social institutions such as church and family between the lone individual and the state. Traditionally, conservatives do not believe that democracy should be unconstrained. They distrust unchecked power in all directions, and therefore look for filters on popular majorities as well as on elites, notably through the rule of law and legal forms. […] they may very well support equal rights under the law, but have little interest or belief in the possibility of socioeconomic equality of condition. They look to history for inspiration and instruction (DUECK, 2020, p. 28-29).

[16] [...] maintains that popular self-government, growing economic interdependence, and international law act as three mutually reinforcing factors in favor of peace between nations (DUECL, 2020, p. 16).

Apesar de movimentos nacionalistas acabarem por serem atrelados a movimentos de direita e extrema-direita em nações, o nacionalismo também pode se manifestar dentro do espectro político das esquerdas. Nessa modalidade, o nacionalismo adota princípios de autodeterminação, equidade social, soberania popular e anti-imperialismo. Apesar de pregar um distanciamento de interações mais raciais do nacionalismo, o nacionalismo de esquerda também pode despontar para questões raciais – mesmo que de forma mais velada (GOEBEL, 2007). A criação do movimento de esquerda *Aufstehen*, em 2018, como uma forma de se contrapor ao partido *Alternative for Germany* (AfD), se apresenta como um exemplo contemporâneo do nacionalismo de esquerda na Europa. Como uma forma de reverter o sucesso eleitoral do AfD, os fundadores do movimento enxergavam a capitalização política do partido de extrema-direita em políticas anti-imigratórias como uma oportunidade também para a própria esquerda alemã de capitalizar politicamente utilizando-se do mesmo posicionamento (WEISSKIRCHER, 2018).

Sob a perspectiva de Sahra Wagenknecht, uma das lideranças do movimento no parlamento, o *Aufstehen* seria uma abordagem de esquerda mais pragmática, uma vez que, frente às mudanças sociais, culturais e econômicas na Alemanha – e frente a inércia do centro político – a esquerda deveria encarar com maior seriedade os impactos da imigração nas políticas sociais do país.

> Contra essa união de elites e forasteiros, a *Aufstehen* ofereceu à "esquerda realista" uma abordagem intermediária que fazia distinção entre migração "forçada" e "econômica" – para que todos os "competidores por recursos escassos na base da sociedade" tivessem acesso ao mercado de trabalho alemão e aos benefícios da previdência social. "Se a preocupação central da política de esquerda é representar os desfavorecidos", explicou Wagenknecht, "então a posição sem fronteiras é o oposto de estar na esquerda" (SLOBODIAN; CALLISON, 2019, p. 44, tradução nossa[17]).

Novamente, pela necessidade de diferenciação com o "outro", o nacionalismo de esquerda pode despontar para questões étnicas, como também é o caso do pan-nacionalismo. O objetivo central do pan-nacionalismo reside na ideia de redesenhar fronteiras impostas e expandir, ou unificar, Estados, com base em fatores étnicos. Diferentemente do nacionalismo racial, essa modalidade almeja a unificação nacional por meio de aspectos étnicos como uma forma de combater e se contrapor às fronteiras anteriormente desenhadas que não levaram em consideração questões relacionadas à identidade cultural, mas sim aspectos puramente

[17] Against this union of elites and outsiders, Aufstehen offered "the realistic left" a middle approach that distinguished between "forced" and "economic" migration—lest all "competitors for scarce resources at the bottom of society" be given access to the German labor market and social welfare benefits. "If the core concern of leftist politics is to represent the disadvantaged," Wagenknecht explained, "then the no-borders position is the opposite of being on the left." (SLOBODIAN; CALLISON, 2019, p. 44).

geográficos e estratégicos. Movimentos como o Pan-Islamismo e o Pan-Africanismo são exemplos de movimentos pan-nacionalistas que se originaram como contraponto às categorias geográficas eurocêntricas postuladas nessas regiões (AYDIN, 2013).

Todavia, o pan-nacionalismo não implica apenas na abolição de nações já existentes ou na definição de novas fronteiras, mas também no fortalecimento de identidades em comum entre Estados-nação – detendo um aspecto transnacional. Apesar de fundada com o objetivo de integração econômica e cultural, o conceito da União Europeia (EU) também se materializou com base em aspectos culturais europeus em comum entre seus membros, como a similaridade de suas instituições e costumes políticos, preservação da democracia e direitos civis, racionalismo, ética cristã, dentre outros. Logo, o pan-nacionalismo também pode operar como o criador de novas modalidades de identidade nacional coletiva que transcende os Estados-nação sem necessariamente extingui-los (BANOVIĆ-MARKOVSKA, 2014).

Por sua vez, o nacionalismo anticolonial se apresenta como uma forma de unificação de um grupo de indivíduos frente à invasão e subsequente ocupação de seu Estado-nação. Cabe destacar que, diferentemente do pan-nacionalismo, essa modalidade não necessariamente se origina com o objetivo de unificar ou se opor apenas a identidades nacionais, mas se coloca contra o "modelo" de sociedade nacional imposto pelo Ocidente através do processo de colonização. Com seu ápice em meados do século passado, o nacionalismo anticolonial também se fez presente em movimentos de autodeterminação de nações da Cortina de Ferro frente ao domínio da União Soviética durante o período da Guerra Fria. Além disso, esse movimento não se originou apenas em momentos de contraposição ou embate direto com colonizadores, mas a partir da divisão da sociedade entre o domínio material e "espiritual". O primeiro corresponde ao domínio direto exercido pela nação colonizadora e seus ideais, valores e instituições sob uma nação, ao passo que o domínio "espiritual" corresponde à internalização e preservação da cultura e da identidade nacional dessa nação no período anterior ao domínio colonial. Destarte, quanto mais a colônia buscar exercer o domínio da esfera "espiritual", mais forte se faz o sentimento nacionalista na colônia (CHATTERJEE, 1991).

Em sua forma mais radical e violenta, o nacionalismo se materializou através do nacional-socialismo – ou nazismo – a partir da década de 1930 no continente europeu. O nacional-socialismo surgiu no pós-Primeira Guerra em um contexto de reconstrução da sociedade alemã frente à derrota no conflito e às humilhações impostas pelas nações vencedoras no Tratado de Versalhes. Atendo-se à sua ideologia, o nazismo parte do pressuposto de que incontáveis inimigos – catolicismo, liberalismo, marxismo, judaísmo, materialismo, pacifismo, democracias liberais e humanismo – contribuíam para a ideia de primazia de valores universais

e uma cultura moderna que, consequentemente, ameaçariam a identidade nacional alemã. Tal identidade não estaria apenas atrelada à cultura e a uma história em comum, mas seria determinada pelo aspecto da raça. Nesse contexto, a retórica nacional-socialista tinha como elemento essencial que a "raça sempre diz quem somos nós". De um lado estaria um futuro ameaçado pelo "universalismo sem raça" contra a defesa das particularidades raciais de um povo. Destarte, o aparato antropológico nazista combina perspectivas enviesadas e falsas da biologia humana, cultura e perspectivas metafísicas, como o darwinismo social, racismo científico, eugenia e supremacia branca, tendo como objeto central a desumanização de seu inimigo – permitindo que seu extermínio seja naturalizado e incorporado na engrenagem burocrática do Estado nazista – e a elevação de seu povo como a "raça mais pura" (STEIZINGER, 2018).

O nacional-socialismo é um caso que merece especial atenção nos estudos de nacionalismo, uma vez que há uma tendência de enquadrá-lo como uma ideologia à parte de outras; como uma forma de distanciar diversos conceitos do nazismo. Tal ímpeto de escantear o nacional-socialismo de outros conceitos da ciência política é compreensível tendo em vista seu elevado grau de periculosidade: mais de 6 milhões de judeus mortos pelo Holocausto e uma herança ideológica que persiste até os dias atuais através do neonazismo (United States Holocaust Memorial Museum, 2023). Todavia, o nacional-socialismo demonstra como movimentos nacionalistas podem elevar sua complexidade e propensão à violência quando atrelados a distintas ideologias políticas, sociais e pseudocientíficas. O nacional-socialismo não opera apenas como uma forma de diferenciação frente ao "outro" para alcançar uma unidade nacional de um povo: ele trabalha com a constante desumanização e extermínio do "outro" como elemento crucial para a perpetuação de uma raça ariana. Desatrelar o nazismo dos estudos do nacionalismo acaba por deixar de reconhecer que o nacionalismo, frente a um contexto de grave crise socioeconômica, política e identitária, pode levar à ascensão de movimentos com ideologias que tenham como resultado o extermínio de outros grupos. Logo, o processo de diferenciação de "nós contra eles", assim como a retórica que se origina dele, merece atenção especial nesse campo de estudo.

Sendo uma das modalidades mais antigas e, curiosamente, uma das mais atuais, o nacionalismo romântico acaba por ser muitas vezes ignorado ou confundido apenas como uma forma de retórica nacionalista. Todavia, o nacionalismo romântico é uma categoria essencial para compreendermos o processo de romantização do passado de uma nação e povo sob a perspectiva do nacionalismo. A arte e a poesia de uma nação não servem apenas como recortes temporais de uma sociedade anterior, mas também como uma forma de energizar nacionais e

auxiliar na retórica e narrativas políticas presentes. O romantismo e o nacionalismo se conectam sob uma combinação de um progressismo dinâmico e nostalgia pela permanência. Nessa perspectiva, o progresso histórico é um processo movido pelo conflito de renegociar constantemente o relacionamento e a continuação do passado nacional. Consequentemente, o nacionalismo romântico desponta como uma das formas mais idealizadas do nacionalismo, justamente pela romantização de um passado histórico que, em muitos casos, acaba por não ser descrito ou detalhado em grandes detalhes. Destarte, também pode despontar para questões étnicas quando elementos culturais do presente destoam do passado idealizado (LEERSSEN, 2013). O nacionalismo romântico será resgatado nos subsequentes capítulos frente à retórica de resgate de um "passado glorioso" proposta tanto por Trump quanto por Bolsonaro.

As modalidades de nacionalismo apresentadas até o momento tratam a questão de unidade e construção nacional a partir de um povo homogeneizado sob diferentes esferas, sejam elas na cultura, raça, instituições, religião, dentre outras. A influência do papel social dos gêneros nesses processos, por sua vez, acaba por ser ignorada ou minimizada. Nesse contexto, o nacionalismo de gênero busca demonstrar a forma como os gêneros – por meio de noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade – moldam a participação feminina e masculina na nação, assim como a forma pela qual essa comunidade imaginada virá a ser. Sob essa perspectiva do nacionalismo, o empoderamento de uma nação resulta necessariamente no enfraquecimento de outra nação. A mesma dinâmica ocorre também com o gênero, excluindo a agência nacional de mulheres que são socialmente construídas como as portadoras simbólicas da nação – ao passo que o papel masculino acaba por ser determinante nas relações nacionais. Todavia, o papel feminino possui participação essencial em movimentos nacionalistas, dando continuidade às futuras gerações nacionais, atuando como reprodutoras das fronteiras de grupos nacionais, produzindo e disseminando a cultura nacional e como participantes ativas nas dificuldades e contratempos nacionais (MCCLINTOCK, 1993).

> Desenvolvido inicialmente por estudiosos de relações internacionais, o nacionalismo de gênero é a ideia de que o Estado é amplamente conceituado como masculino. Embora as nações sejam muitas vezes amadas como "pátrias-mães", na realidade as mulheres são frequentemente marginalizadas como líderes políticas e contribuintes produtivas na sociedade, historicamente ligadas ao domínio privado/público que manteve as mulheres fora da esfera pública e situou seu papel principalmente na vida familiar [...]. Embora o domínio privado/público tenha diminuído em alguns aspectos, as características masculinas atribuídas à nação ainda persistem em muitos lugares, inclusive nos Estados Unidos. Por exemplo, Van Berkel, Molina e Mukherjee (2017) descobriram que tanto as mulheres quanto os homens americanos consideram os traços masculinos, como ser extrovertido e individualista, mais prototípicos dos americanos do que os traços femininos, como ser amigável e honesto; eles também

> são mais propensos a listar os homens como exemplos de "verdadeiros americanos" do que as mulheres (DECKMAN, 2020, p. 4, tradução nossa[18]).

O conceito de nacionalismo de gênero será essencial para uma melhor compreensão acerca de retóricas misóginas utilizadas por Bolsonaro e, especialmente, Trump frente a seu eleitorado feminino e as razões que explicam a perpetuação de considerável apoio feminino ao longo de seus mandatos.

Por fim, o nacionalismo integralista será a última modalidade a ser abordada nessa seção. Apesar de ter sido popularizado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), os princípios do nacionalismo integralista foram elaborados pelo político francês Charles Maurras no século XIX. Essa modalidade de nacionalismo surge como uma reação à decadência e desorganização social da sociedade francesa no período, defendendo uma forma conservadora e coletivista de nacionalismo, pregando o anti-individualismo, autoritarismo e elitismo. Movido pela nostalgia de uma França anterior à Revolução de 1789, Maurras delimitou o projeto político do nacionalismo integralista: reestabelecimento da monarquia; a defesa do interesse nacional e a exclusão de comunidades "não francesas", como judeus, protestantes e estrangeiros; e um papel predominante da Igreja Católica como elemento central para a ordem social, unidade cultural e um agente ideológico do Estado. Em sua defesa do integralismo, Maurras argumentou que a teoria positivista de Auguste Comte – que havia demonstrado que o conceito de individualidade da Revolução Francesa era falho, uma vez que a coletividade é essencial –, quando aplicada ao nacionalismo integralista, demonstrava que a pátria seria a forma mais importante de coletividade. Apesar de claramente poder despontar para questões étnicas, Maurras defendia o nacionalismo integralista como não racial, anti-expansionista, social e descentralizador – justamente por argumentar que a descentralização do Estado somente seria alcançada pela Monarquia, já que repúblicas somente perduram através da centralização estatal (KLINCK, 1992).

Destarte, o nacionalismo integralista internaliza aspectos do nacionalismo conservador, revolucionário e religioso. As particularidades envolvendo o nacionalismo integralista dentro da AIB serão abordadas no subsequente capítulo, uma vez que a AIB será um dos elementos centrais para compreender a história do nacionalismo no Brasil.

---

[18] Although the private/public domain has diminished in some respects, the masculine traits ascribed to the nation still persist in many places – including the United States. For instance, Van Berkel, Molina, and Mukherjee (2017) find that both American women and men consider masculine traits, such as being outgoing and individualistic, as being more prototypically American than feminine traits, such as being friendly and honest; they also are more likely to list men as being examples of "true Americans" than women (DECKMAN, 2020, p. 4).

2.3 Nacionalismo Cristão

Como abordado na seção anterior, o nacionalismo religioso não implica necessariamente em uma manifestação ou defesa de princípios puramente teológicos. Por seu caráter mobilizador, o nacionalismo – em suas mais diversas modalidades – acaba por instrumentalizar os aspectos aglutinadores de um grupo com o intuito de gerar homogeneidade dentro da identidade nacional a ser defendida. O caso do nacionalismo cristão merece atenção especial devido à forma explícita e menos evidente que opera na política dos Estados Unidos e do Brasil, respectivamente, assim como à forte influência que exerce na história política e na contemporaneidade de ambas as nações. Para tal, essa seção discorrerá sobre o conceito de nacionalismo religioso, suas origens e como se manifesta na política norte-americana e brasileira. Cabe pontuar que essa seção não irá abordar a presença histórica do nacionalismo religioso na formação política do Brasil e EUA, uma vez que cabe ao subsequente capítulo tal tarefa.

O termo "nacionalismo cristão", apesar de consideravelmente recente, detém suas origens em 1493 no contexto do retorno do navegador genovês, Cristóvão Colombo, para a Espanha e a subsequente criação da Doutrina da Descoberta: uma série de diretrizes papais que estabelecia que a civilização europeia e o cristianismo Ocidental seriam superiores a todas as outras religiões, raças e culturas. Logo, a conquista e colonização de novos povos e territórios – assim como a subsequente violência colonial – seriam uma forma de aprimorar sociedades inferiores. A Doutrina da Descoberta surge como uma forma de unificar os interesses do imperialismo europeu com o zelo missionário cristão. A diretriz mais importante é editada em maio de 1493 pelo papa Alexandre VI, após o retorno de Colombo. Denominada *Inter Caetera*, essa diretriz buscou validar o direito ao domínio espanhol sobre as terras da América, postulando "[...] que em nossos tempos, especialmente, a fé católica e a religião cristã sejam exaltadas e aumentadas e difundidas em todos os lugares, que a saúde das almas seja cuidada e que as **nações bárbaras sejam derrubadas** e trazidas para a própria fé". (JONES, 2023, tradução nossa[19], grifo nosso).

Mais do que uma promoção de preceitos religiosos, o nacionalismo cristão opera como uma estrutura cultural que idealiza e defende a combinação do cristianismo com a vida civil de uma nação. O "cristianismo" presente nesse nacionalismo vai além do aspecto religioso,

[19] […] that in our times especially the Catholic faith and the Christian religion be exalted and be everywhere increased and spread, that the health of souls be cared for and that barbarous nations be overthrown and brought to the faith itself (JONES, 2023).

incluindo nativismo, supremacia branca, defesa do patriarcado, heteronormatividade, militarismo e autoritarismo – sendo tão étnico quanto é religioso. Nessa estrutura cultural, a distinção entre identidade cristã e a identidade de uma nação é turva, observando ambas como complementares e advogando pela união delas. Sustenta-se através da identificação com uma orientação política conservadora, crença na Bíblia e na ideia de uma constante degradação moral. Sua moralidade é centrada exclusivamente na fidelidade à religião e ao país (WHITEHEAD; PERRY, 2020). O nacionalismo cristão acaba sendo enquadrado erroneamente como um sinônimo ao conservadorismo cristão e seus adeptos caracterizados como sendo "cristãos brancos" ou simplesmente a "direita cristã". Mais complexo do que aparenta, o nacionalismo cristão é capaz de criar diversas ramificações para a política doméstica de uma nação. Primeiramente, cabe diferenciar o nacionalismo cristão do conservadorismo cristão.

Em sua obra *Moral Politics*, George Lakoff (2016) busca compreender o pensamento conservador e liberal nos Estados Unidos a partir da moralidade adotada por indivíduos com base em valores familiares idealizados. Lakoff busca demonstrar que indivíduos, quando confrontados com fatos que contradizem seu sistema moral, acabam por ignorar, rejeitar ou se revoltar perante a incoerência de seu próprio sistema moral. Dessa forma, o autor explica a lógica do conservadorismo cristão através da adoção de um modelo de uma figura paterna rigorosa – aqui representando o Deus cristão.

> Na interpretação do Pai Rigoroso, Deus é visto como alguém que estabelece as regras e exige autoridade; se você obedecer, receberá nutrição. [...] O cristianismo, em geral, associa o aspecto nutridor de Deus a Cristo. O cristianismo trabalha com um sistema de contabilidade moral herdado do judaísmo. Os atos imorais são débitos; os atos morais são créditos. Pela aritmética moral [...], receber algo de valor negativo (digamos, sofrimento) é equivalente a dar algo de valor positivo (como pagar por algo). O sofrimento é, portanto, uma forma de pagar por seus pecados: o sofrimento acumula crédito moral, assim como fazer o bem. Se você tiver um saldo positivo de crédito moral suficientemente grande quando morrer, irá para o céu; se tiver um saldo negativo, irá para o inferno (LAKOFF, 2016, p. 248-249, tradução nossa[20]).

O autor aponta que esse sistema de recompensas possui uma brecha: se pecadores se arrependerem de seus pecados e aceitarem a figura de Jesus em seus últimos momentos, seus débitos seriam sanados e estes poderiam ascender ao paraíso – logo, se é possível se arrepender nos últimos momentos e ascender aos céus, qual o incentivo moral para que indivíduos não

[20] On the Strict Father interpretation, God is seen as setting the rules and demanding authority; if you obey, you get nurturance. […] Christianity in general associates the nurturant aspect of God with Christ. Christianity works by a moral accounting system inherited from Judaism. Immoral deeds are debits; moral deeds are credits. By moral arithmetic […], receiving something of negative value (say, suffering) is equivalent to giving away something of positive value (as in paying for something). Suffering is thus a way of paying for your sins: suffering builds up moral credit, just as doing good does. If you have a big enough positive balance of moral credit when you die, you go to heaven; if you have a negative balance, you go to hell (LAKOFF, 2016, p. 248-249).

continuem pecando até o último momento? Consequentemente, o conceito do "Dia do Juízo Final", ou o fim dos tempos, acaba por fechar essa brecha, uma vez que, de acordo com as escrituras, esse evento pode acontecer a qualquer momento e, quando ocorrer, a "pontuação moral" será encerrada. Nesse contexto, há um incentivo constante em obedecer e seguir esse sistema moral. Esse modelo exemplifica como o conservadorismo cristão opera na política, forjando uma conexão metafórica entre seus sistemas de crenças religiosas, liberalismo econômico e livre mercado e o sistema moral de recompensas e punições (LAKOFF, 2016).

Ainda que conservadores cristãos detenham um sistema de crenças religiosas similar, o nacionalismo cristão, diferentemente de conservadores, não tem como interesse central a preservação de preceitos e crenças religiosas, mas sim a influência política em uma nação.

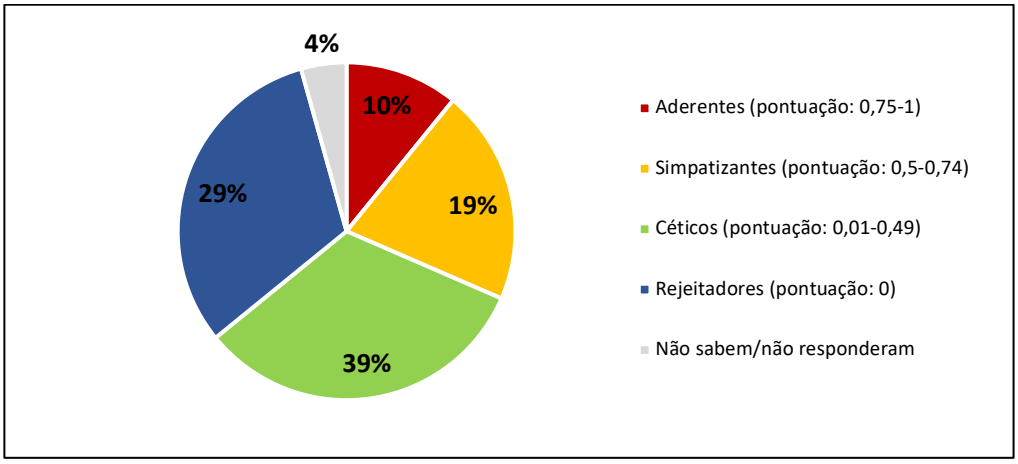
> [...] O nacionalismo cristão não incentiva padrões morais elevados nem valoriza o auto sacrifício, a paz, a misericórdia, o amor, a justiça e assim por diante. Tampouco incentiva necessariamente a conformidade das opiniões políticas de alguém com aquelas que Jesus poderia ter. [...] Em vez disso, os apelos nacionalistas cristãos às "crenças cristãs" eram mais como palavras de código para um modo de vida que é "nosso" (leia-se: cristãos conservadores brancos) por direito divino e que "os secularistas, os humanistas, os ateus, os infiéis" querem tirar. Essa distinção nos ajuda a entender por que a retórica nacionalista cristã ressurge a cada quatro anos durante as campanhas presidenciais ou em épocas de maior conflito cultural. Ela nos ajuda a entender que os embaixadores do nacionalismo cristão votam em candidatos notoriamente ímpios e imorais e, ao mesmo tempo, assumem posições específicas em questões sociais e políticas. Os apelos à religião de alguém, nesse caso o cristianismo, *podem* envolver um apelo para que se vivam os valores cristãos transcendentes de amor, misericórdia ou justiça. Os apelos ao nacionalismo cristão, por outro lado, envolvem uma reivindicação de propriedade ou um chamado às armas, sempre em resposta a uma ameaça percebida. Em resumo, o **nacionalismo cristão é inteiro sobre poder** (WHITEHEAD; PERRY, 2020, p. 86, grifo nosso, tradução nossa[21]).

Nesse sentido, o nacionalismo cristão se distancia de outras formas de conservadorismo religioso ao atrelar o cristianismo a uma questão civilizacional e identitária, na qual o senso de pertencimento – diferenciando "nós" dos "outros" – é mais determinante do que a crença em valores cristãos. Logo, grande parte da força do nacionalismo cristão também reside na crença entre seus adeptos de que determinada nação é ou não uma "nação cristã". Em pesquisa

[21] [...] Christian nationalism does not encourage high moral standards or value self-sacrifice, peace, mercy, love, justice, and so on. Nor does it necessarily encourage conforming one´s political opinions to those that Jesus might have. […] Rather, Christian nationalist appeals to "Christian beliefs" were more like code words for a way of life that is "ours" (read: white conservative Christians) by divine right and which "the secularists, the humanists, the atheists, the infidels" want to take away. This distinction helps us understand why Christian nationalist rhetoric reemerges every four years during presidential campaigns or during times of heightened cultural conflict. It helps us understand Ambassadors of Christian nationalism vote for famously impious and immoral candidates while also consistently taking particular stances on social and political issues. Appeals to someone's religion, in this case Christianity, *may* involve a plea to live out transcendent Christian values of love, mercy, or justice. Appeals to Christian nationalism, by contrast, involve either a proprietary claim or call to arms, always in response to a perceived threat. In short, **Christian nationalism is all about power** (WHITEHEAD; PERRY, 2020, p. 86, grifo nosso).

realizada pelo *Public Religion Research Institute* acerca do nacionalismo cristão nos Estados Unidos, entrevistados foram confrontados com as seguintes declarações: [1] O governo dos EUA deve declarar a América como uma nação cristã; [2] As leis dos EUA devem se basear em valores cristãos; [3] Se os EUA se afastarem de nossos fundamentos cristãos, não teremos mais um país; [4] Ser cristão é uma parte importante de ser verdadeiramente americano; [5] Deus chamou os cristãos para exercer domínio sobre todas as áreas da sociedade americana. Com base em seus posicionamentos frente às declarações – "concordo totalmente, concordo em grande parte, discordo em grande parte ou discordo totalmente" –, os entrevistados foram classificados dentro de uma escala aditiva, recalibrando as pontuações para valores de 0 (baixo) a 1 (alto) para criar uma escala da presença do nacionalismo cristão no país. Os resultados foram organizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – O nacionalismo cristão nos EUA



Fonte: elaborado pelo autor a partir de PRRI (2023a).

Dentre os "aderentes" e "simpatizantes" foi possível identificar, respectivamente, as seguintes características: filiação ao Partido Republicano (21% e 33%); confiança em canais fontes jornalísticas de extrema-direita (38% e 41%); preferência pelos EUA ser uma nação primeiramente composta por pessoas que seguem a fé cristã (59% e 29%); baixa interação com indivíduos de outras religiões (33% para aderentes); apesar de 65% da população total concordar que a supremacia branca é um problema central no país, a maioria de aderentes (57%) e simpatizantes (53%) discordam; concordam que a discriminação contra brancos é um problema tão grande quanto a discriminação contra negros e outras minorias (77% e 66%); concordam com a "teoria da substituição"[22] (71% e 57%); apontam que o *american way of life*

[22] Teoria conspiratória do nacionalismo branco que denuncia a imigração e o multiculturalismo como um "grande plano" internacional para substituir a civilização branca e Ocidental em diversas nações (ROSE, 2022).

precisa ser protegido de influências estrangeiras (85% e 77%); defendem a figura masculina como provedor e a feminina como submissa à liderança do homem na família (69% e 51%); concordam que a sociedade norte-americana está com problemas pela falta de respeito à autoridade (74% e 69%); e, pela sociedade ter "saído dos trilhos", utilizariam violência física para salvar a nação (40% e 22%) (PRRI, 2023ª).

Na obra *Taking America Back For God*, de Andrew Whitehead e Samuel Perry (2020), os autores realizam uma análise sistemática acerca das principais características do nacionalismo cristão nos Estados Unidos e os indicadores de maior adesão ao nacionalismo cristão na sociedade. Diferentemente da pesquisa apresentada anteriormente, a distribuição de adesão ao nacionalismo cristão nos EUA – de menor adesão para maior – se subdivide entre rejeitadores (21,5%), resistentes (26,6%), acomodadores (32,1%) e embaixadores (19,8%). Além disso, os autores delimitam os dez fatores de previsão de maior inclinação ao nacionalismo cristão, conforme a Tabela 1.

Um elemento que merece atenção especial corresponde à proximidade do nacionalismo cristão com aspectos étnicos. Por reforçar fronteiras e relações hierárquicas entre "nós" contra "eles", o nacionalismo cristão acaba por buscar preservar um modelo de supremacia branca na sociedade norte-americana por sua predisposição à preservação da autoridade. Sendo o nacionalismo cristão uma forma de preservação e retorno a uma sociedade mítica com relações hierárquicas tradicionais claras e estruturas de autoridade bíblicas, há uma tendência em apoiar figuras de autoridade no contexto social (como a política) e ignorar, desmerecer ou classificar declarações de minorias como exageros ou sem base factual. Logo, o nacionalismo cristão é um dos maiores fatores de previsão a uma defesa mais autoritária de formas de controle e punição social contra minorias (WHITEHEAD; PERRY, 2020).

A questão de hierarquia e fronteiras também se traduz na figura do imigrante e da população preta do país, uma vez que, pela identidade de "ser cristão" se tornar um marcador mais importante para pertencimento nacional, eleva-se a probabilidade de a identidade norte-americana também estar atrelada apenas àqueles que nasceram e passaram maior parte de suas vidas no país, falam o idioma nativo e detêm ancestralidade norte-americana. Nessa dinâmica, embaixadores e acomodadores – defensores mais ferrenhos do nacionalismo cristão – possuem maior probabilidade de concordar que "imigrantes ilegais do México são animais perigosos em sua maioria" e que muçulmanos e ateus possuem valores morais inferiores, buscam limitar a liberdade ou querem colocar em risco sua segurança física. Todavia, apesar de acomodadores e embaixadores também concentrarem opiniões negativas e conspiratórias acerca de judeus, há uma defesa irrestrita da preservação da autonomia e do Estado de Israel. Isso se deve à narrativa

religiosa imbuída na volta de judeus à "terra prometida" de Israel, já que também seria um sinal bíblico do retorno próximo de Jesus Cristo. Todavia, os autores demonstram uma tendência de redução constante no número de embaixadores e acomodadores e um crescimento no número de rejeitadores e resistentes. Apesar de sua redução em número, a significância dessa parcela na política norte-americana ainda se faz presente (WHITEHEAD; PERRY, 2020).

Tabela 1 – Dez fatores de previsão para maior adesão ao nacionalismo cristão

Fator de previsão (do mais forte para o mais fraco)	**Direção** (positivamente ou negativamente correlacionado)	**Descrição**	**Observações**
1. Identificação com conservadorismo político	+	Ambos têm como interesse preservar uma ordem antiga e restaurar o passado.	Não são sinônimos. Nacionalismo cristão é um fator de previsão mais forte do que ideologias políticas para atitudes acerca de raça, gênero, imigração, porte de armas, família, sexualidade e o Islã
2. Se identificar como alguém que "crê na Bíblia"	+	Três fatores de previsão que envolvem uma interpretação particular e literal da Bíblia, aplicando conceitos do Antigo Testamento para o contexto nacional contemporâneo.	Nacionalismo cristão e religiosidade pessoal estão fortemente correlacionados. Contudo, conforme norte-americanos se tornam mais religiosos em termos de participação em cultos, orações e leituras bíblicas, adquirem menor inclinação a posições políticas conservadoras.
3. A Bíblia é a palavra literal de Deus	+		
4. A Bíblia é perfeitamente verdadeira, embora não interpretada literalmente	+		
5. Sem filiação religiosa	–	Filiação religiosa é um fator de previsão para adesão ao nacionalismo cristão.	Cabe pontuar que a filiação religiosa e a prática não serem os fatores determinantes demonstra certa descontinuidade deles com o nacionalismo cristão. Indivíduos devotamente religiosos detém moralidade mais conectada a justiça social e amparo aos mais vulneráveis.
6. Prática religiosa	+		

7. Acreditar que a nação está à beira da decadência moral	+	Perda de valores e crescimento da "depravação" social	Resulta em um papel mais ativo de nacionalistas cristãos no contexto político. Historicamente, o nacionalismo cristão é mais salientado durante momentos conturbados, fazendo com que norte-americanos realcem suas principais identidades, valores e narrativas de superação frente o "caos social".
8. Acreditar que Deus necessita que fiéis travem batalhas pelo bem	+	Historicamente, o nacionalismo cristão foi utilizado para justificar conquistas e projetos violentos através da "benção" de Deus sob seu povo.	Nesse contexto, a forte identificação do nacionalismo cristão – até mais que de conservadores religiosos – com o militarismo nacional se explica. Nacionalistas cristãos tem a tendência de elevar o serviço militar à um status sagrado e acreditar que o governo norte-americano pouco investe na defesa nacional – apesar de os EUA liderar *rankings* de gastos anuais com defesa e, apenas em 2022, ter gasto 40% do orçamento mundial total (SIPRI, 2023). Além disso, a solução para a desordem social não seria a abolição da possibilidade de violência, mas sim o uso da força individual de "cidadãos corretos", defendendo o porte de armamento por civis.
9. Crença no "arrebatamento"	+	Após o total declínio moral, Jesus seria responsável por arrebatar os verdadeiros cristão para o paraíso.	Demonstra uma visão de munda pré-milenar do nacionalismo cristão. Verdadeiros cristãos teriam a responsabilidade de atrasar o inevitável.

10. Educação	–	Quanto maior o grau de escolaridade, menor a aderência ao nacionalismo cristão.	O estudo anteriormente apresentado também corrobora para a mesma questão uma vez que 4 em cada 10 norte-americanos com ensino superior há 4 anos ou pós-graduados se classificam como rejeitadores do nacionalismo cristão (PRRI, 2023ª).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Whitehead e Perry (2020).

Como abordado até aqui, o nacionalismo cristão se diferencia de outras formas de expressão religiosa fundamentalista pela sua inserção e aspirações na política nacional. Dois elementos brevemente citados na obra de Whitehead e Perry que evidenciam seu viés político correspondem ao *Project Blitz* e ao pânico moral explorado pelo nacionalismo cristão. Sendo composto por uma coalizão de mais de 40 grupos da direita cristã norte-americana, o *Project Blitz* é um "manual" de legislação modelo contendo 116 páginas de valores nacionalistas cristãos do qual políticos conservadores podem fazer uso e implementar políticas públicas a nível local, estadual ou federal. O modelo dos projetos de lei é organizado em três categorias: a primeira é composta por projetos mais simbólicos, uma vez que estabelecem os fundamentos para as duas categorias seguintes ou são utilizados para gerar maior controvérsia no debate político doméstico. Nessa etapa, são introduzidos também projetos de lei de caráter mais simbólico e que possam ser mais facilmente aceitos. A segunda categoria inclui projetos de lei com impacto médio, defendendo a implementação de costumes religiosos no contexto social – como oração obrigatória em escolas. A última categoria opera com maior impacto, buscando implementar políticas públicas que protejam valores bíblicos no contexto do casamento e da sexualidade, favorecendo o processo de adoção para casais heterossexuais e incluindo barreiras para casamentos homoafetivos e tratamentos hormonais para pessoas transsexuais (TAYLOR, 2018).

Frente ao escrutínio popular que o projeto tem sofrido, em 2019 o projeto foi renomeado para *Freedom for All* e passou a operar de forma menos explícita. A última versão disponibilizada do projeto foi o *Project Blitz's 2020-2021 playbook*, sendo extremamente similar às versões anteriores (MAGISTRO, 2021). Apesar de novas versões do projeto não terem sido disponibilizadas por seus idealizadores e mais da metade da população não aderir aos ideais do nacionalismo cristão, os valores defendidos no manual têm reverberado amplamente no debate político nacional e, especialmente, no Partido Republicano. Em levantamento realizado pelo *Public Religion Research Institute* e *Brookings Institution*, mais

de metade dos republicanos acredita que o país deva ser uma nação cristã. Além disso, figuras políticas dentro do partido também buscam dialogar com essa base, como no caso da congressista da Geórgia, Marjorie Taylor Greene. Em entrevista ao *Turning Point USA,* afirmou que o partido deveria ser o partido do nacionalismo: "Sou cristã e digo isso com orgulho, devemos ser nacionalistas cristãos." (GREENE, 2023,, apud LOPEZ, 2023, tradução nossa[23]).
O pânico moral, por sua vez, acaba por ser uma ferramenta narrativa muito eficaz para a construção discursiva de movimentos nacionalistas e, especialmente, do nacionalismo cristão. Primeiramente, devemos entender o conceito de pânico moral como uma forma de histeria em massa intencionalmente fabricada a partir de episódios ou eventos – em sua maioria, com pouca ou nenhuma base factual – que desencadeiam explosões de medo e preocupação severa em um momento e local específico sobre uma "ameaça" percebida. A maioria dos episódios que geram pânico moral são intencionais, fabricados ou alimentados com base em intenções políticas claras. Na maioria dos casos, os grupos que são alvo de narrativas de pânico moral são grupos marginalizados dentro da sociedade, como imigrantes, minorias religiosas e membros da comunidade LGBTQIA+, sendo classificados como ameaças diretas aos valores, interesses e estabilidade da sociedade. O principal objetivo do pânico moral é direcionar a opinião pública a favor de medidas e políticas públicas que busquem "combater" os alvos do pânico moral e avançar os interesses de um grupo político, midiático, econômico ou cultural (GOODE; BEN-YEHUDA, 1994; ALLOUCHE et al., 2022).

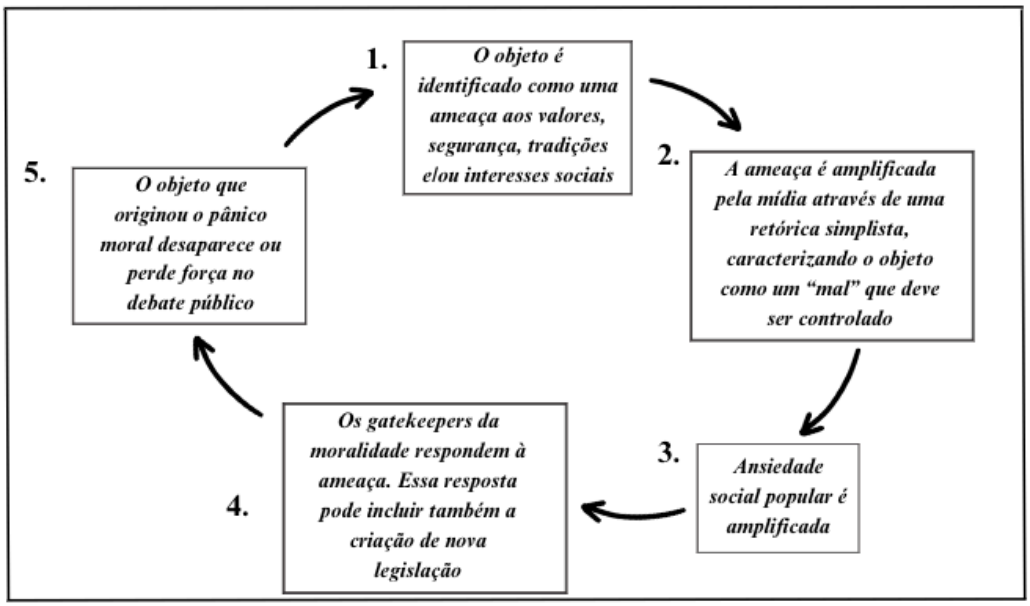
O termo foi desenvolvido pelo sociólogo Stanley Cohen (2002) em sua obra *Folk Devils and Moral Panics* e teve como objetivo inicial explorar a aversão social às subculturas e como essa aversão era explorada politicamente com o objetivo de marginalizar grupos. Cohen também demonstra a rapidez com a qual um objeto de pânico moral surge dentro do debate público e como, dependendo do objeto, pode desaparecer rapidamente – operando como uma cortina de fumaça – ou perdurar por tempo demasiado, acarretando mudanças e repercussões futuras práticas dentro de uma sociedade. A Figura 1 esquematiza como a construção do pânico moral opera.

Uma pauta contemporânea do nacionalismo cristão nos EUA que se utiliza do pânico moral para ganhar propulsão corresponde ao ataque direto à direitos de pessoas LGBTQIA+ - especialmente de pessoas transsexuais. De 2018 a 2022, o número de projetos de lei contra indivíduos dessa comunidade introduzidos em legislaturas estaduais saltou de 42 para 180. Todavia, de 2022 para até abril de 2023 esse número saltou para 417, um aumento de 131,6%

[23] I am a Christian and I say it proudly, we should be Christian nationalists (GREENE, 2023, apud LOPEZ, 2023).

apenas nos primeiros quatro meses de 2023. Do total de projetos introduzidos em 2023, 67,8% estão relacionados a área da educação, 34% estão relacionados a saúde (sendo que dois terços dos projetos estão relacionados a dificultar o acesso à políticas de saúde para afirmação de gênero); 9,3% tratam de proibir performances de *drag queens*, sendo a primeira vez que projetos dessa natureza são apresentados; 9,1% versam sobre direitos civis; 3,6% abordam que documentos de identidade não devem ser alterados para nome social ou após a transição de gênero; 2,1% tratam da limitação de espaços públicos, como acesso à banheiros por pessoas trans; e 10,3% abordam outras barreiras legais. O levantamento realizado pela *American Civil Liberties Union* acaba por incluir vários projetos em mais de uma categoria, uma vez que podem versar sobre educação, saúde e acomodações públicas em apenas um projeto apresentado. Dos 11 estados que passaram legislação anti-LGBTQIA+ até abril de 2023, 9 são de historicamente de maioria republicana – os chamados *red states* (CHOI, 2023).

Figura 1 – O ciclo do pânico moral



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Cohen (2002).

O discurso anti-LGBTQIA+ não é um fenômeno recente na estratégia do pânico moral nos Estados Unidos. Durante o surto de HIV e AIDS na década de 1980, foi possível observar uma constante associação do surto da doença com um "castigo divino" contra a depravação de homens gays, sendo caracterizada como a "praga gay". No mesmo período, discursos que associavam a comunidade, especialmente homens, ao crime de pedofilia também se tornaram recorrentes, uma vez que havia uma associação de que crianças adotadas por casais homoafetivos sofriam maior risco de serem abusadas sexualmente (MARKS et al., 2023).

A constante conquista de direitos e normalização da presença de indivíduos gays na sociedade norte-americana – obtendo seu marco no entendimento da Suprema Corte em *Obergefell v. Hodges*, que garantiu a união homoafetiva em 2015, fez com que o foco contemporâneo de discursos e narrativas de pânico moral se direcionasse para pessoas transsexuais. Em abril de 2022, a aprovação na Flórida da popularmente denominada lei, *Don't Say Gay*– que proíbe a abordagem de discussões e educação acerca de questões da comunidade LGBTQIA+ em escolas – foi caracterizada como uma medida necessária para combater o aliciamento e o abuso infantil. Ron de Santis, governador republicano da Flórida, afirmou que aqueles que se opõem a essa lei são prováveis abusadores infantis ou indivíduos coniventes com o abuso. No mesmo período, uma postagem de Marjorie Taylor Greene exemplificou o pânico moral nessa pauta: "Os democratas são o partido do assassinato de bebês, do aliciamento e da transição de gênero de crianças e da política pró-pedofilia." (apud LAVIETES, 2022, tradução nossa[24]).

Os preceitos apresentados sobre o nacionalismo cristão fazem referência a uma bibliografia que aborda o tema sob a ótica dos Estados Unidos. Todavia, o fenômeno do nacionalismo cristão se traduz também no contexto brasileiro através do avanço neopentecostal no país nas últimas décadas. O movimento evangélico no Brasil surge como um desdobramento do protestantismo, uma das principais divisões do cristianismo, e se subdivide entre pentecostalismo e neopentecostalismo. O último movimento corresponde à terceira onda de popularidade do movimento pentecostal entre as décadas de 1970 e 1980. Diferentemente do pentecostalismo, o movimento neopentecostal abandona a busca de adaptação às transformações sociais em questões de valores, interesses e práticas da sociedade de consumo. Os dois principais pilares do movimento correspondem à teologia da prosperidade e à teologia do dominó.

O primeiro pilar defende a recompensa com bens materiais em troca da fé cristã. A ênfase desse pilar na esfera econômica resulta em duas implicações: [1] ao enraizamento neopentecostal no estrato populacional mais pobre, estendendo uma rede de proteção social, promessas de abundância, resolução de problemas no núcleo familiar e soluções e curas "mágicas"; e [2] permite uma justificativa espiritual para o avanço de condições de vida de uma classe média emergente, trazendo consigo novas demandas culturais, educacionais e econômicas. Já o segundo pilar estabelece que, por Deus e o Diabo estarem em conflito permanente no reino espiritual, ao cristão cabe a obediência à bíblia e uma cruzada permanente

[24] "Democrats are the party of killing babies, grooming and transitioning children, and pro-pedophile politics" (GREENE, 2022, apud LAVIETES, 2022).

contra o demônio e onde quer que ele se manifeste – logo, cabe aos cristãos ocuparem todas as dimensões da sociedade para travar essa batalha (CASARÕES, 2020).

A dimensão da alta influência do nacionalismo cristão evangélico no Brasil se explica pela forma ativa como seus agentes buscam se inserir na formação do debate político entre seus fiéis. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderada pelo bispo Edir Macedo, exemplifica a dimensão da influência do movimento: mais de 10 milhões de fiéis pelo mundo, com presença em 135 nações e 12,3 mil templos nos cinco continentes (R7, 2020). Apenas entre janeiro de 2011 e 31 de julho de 2015, a IURD recebeu R$ 33 bilhões apenas em doações bancárias, não incluindo doações em dinheiro vivo (NASCIMENTO, 2022). Além disso, em pesquisa realizada pelo Datafolha em 2015, a IURD corresponde à quinta instituição de maior prestígio entre brasileiros, estando atrás apenas da imprensa, redes sociais, da Igreja Católica e Forças Armadas. Em questão de recursos, a Universal é responsável pela segunda maior emissora aberta do Brasil, a Record; possui a TV Universal, canal religioso; publica, semanalmente, a Folha Universal; lidera programas religiosos de rádio; e comanda a Line Records, responsável por grandes nomes da música gospel contemporânea. Todavia, não recai apenas à Igreja Universal a participação no ativismo religioso na política, cabendo também à Assembleia de Deus – iniciando participação política na constituinte de 1986 com a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) –, à Igreja Internacional da Graça de Deus, à Igreja Mundial do Poder de Deus e à Assembleia de Deus Vitórias em Cristo (ADVEC), de Silas Malafaia (CASARÕES 2020).

O projeto de poder político do neopentecostalismo brasileiro converge com o nacionalismo cristão em termos de direcionamento narrativo e objetivo final: a ideia de que os valores cristãos, e por consequência seus seguidores, estariam sofrendo uma possível perseguição que colocaria em risco sua existência, podendo apenas ser combatida por meio da recuperação de ideais cristãos enraizados na cultura nacional. Tanto no caso norte-americano quanto no brasileiro, nacionalistas cristãos adotam o mesmo entendimento de que a nação em si é uma nação cristã desde seu primeiro momento de fundação.

> Na mesma linha do que se transformou o nacionalismo cristão norte-americano, os guerreiros culturais tupiniquins vêm buscando usar as alavancas do Estado para promover transformações na legislação e em políticas públicas sobre temas como aborto, união homoafetiva, "ideologia de gênero[25]" e abstinência sexual – ou seja, pretendem exercer maior controle sobre os corpos, sobretudo femininos. Além disso,

[25] Coletânea de teorias conspiratórias criadas por grupos neoconservadores que abordam a ideia de que grupos feministas e LGBTQIA+ buscam redefinir questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar e social. Logo, tal ideologia teria como consequência induzir jovens e crianças a serem homossexuais ou transexuais, uma vez que valores religiosos e heteronormativos estariam sendo completamente abandonados (REIS; EGGERT, 2017).

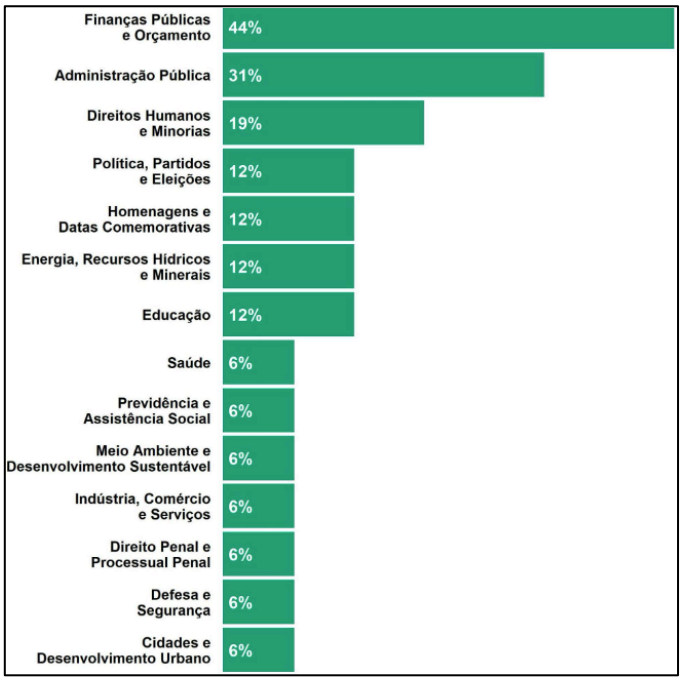
> buscam realocar recursos públicos das artes, da cultura e do entretenimento em favor de grupos religiosos e temáticas cristãs (CASARÕES, 2020, p. 15).

Similarmente ao nacionalismo cristão norte-americano, há uma incursão política através de candidaturas legislativas encorajadas diretamente por líderes dessas igrejas – até mesmo dentro de templos religiosos e durante cultos. Todavia, cabe destacar que, assim como ocorre no nacionalismo cristão nos EUA, o pertencimento ao neopentecostalismo não se traduz em um apoio automático a um candidato político (BARBOSA; CASARÕES, 2022). Indo na contramão do ditado "irmão vota em irmão", a adesão aos princípios do nacionalismo cristão é um fator de previsão maior do que o pertencimento ao neopentecostalismo, pentecostalismo ou outras variações cristãs: "Candidatos que constroem sua imagem dentro de uma identidade cristã recebem o voto do evangélico independentemente de suas filiações religiosas. Já vimos, em 2020, por exemplo, candidatos católicos terem melhor desempenho nesse segmento dos candidatos evangélicos" (TEIXEIRA, 2022, apud PRAZERES, 2022). Tal movimento é capaz de explicar uma certa redução no número de eleitos para a bancada evangélica no Congresso Nacional e um crescimento no número de eleitos pelo movimento bolsonarista (PRAZERES, 2022).

Destarte, a influência direta de instituições religiosas não pode ser ignorada nesse processo de crescimento da inserção política do movimento, uma vez que, entre os ciclos eleitorais desde 1998 até 2018, candidaturas oficiais apoiadas pela IURD obtiveram uma taxa de sucesso de 55,7%, obtendo sua maior taxa de sucesso em 1998, com 70,6% (BARBOSA, CASARÕES, 2022). Além disso, sua inserção no Congresso ocorre também a partir de candidaturas não oficiais e em partidos distintos. Segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), em 2022, a FPE, com 181 deputados e 8 senadores, era composta por 80% dos partidos representados na câmara, sendo o partido do então presidente, Jair Bolsonaro, o com maior número de membros. Além disso, a FPE atua com um elevado grau de coesão – medido pelo índice de Rice – mais elevado que o observado na Câmara como um todo, pontuando 0,77 contra 0,58; sendo 1 o resultado que indica votos parlamentares idênticos. Outro ponto que merece destaque seria que, apesar de se denominar bancada evangélica, a FPE é majoritariamente composta por não evangélicos (54%), demonstrando, novamente, que a filiação religiosa exclusiva a um grupo específico não é determinante para adesão ao nacionalismo cristão (GERSHON, 2022). Nesse sentido, a adesão ao nacionalismo cristão pela FPE se faz presente quando analisados os temas mais comuns dos projetos aprovados assinados pela bancada, conforme o Gráfico 2.

Os dois primeiros temas traduzem os objetivos do nacionalismo cristão na esfera de inserção na administração pública e gestão de recursos para seus membros. A pauta de Direitos Humanos e Minorias, assim como no caso do nacionalismo cristão nos EUA, também se apresenta como uma forma de mobilização e energização de sua base a partir do uso da criação de pânico moral, repetindo o mesmo padrão de um enfoque em pautas contrárias à comunidade LGBTQIA+. Similarmente aos EUA, o pânico moral contra pessoas transsexuais tem mobilizado grande parte do ativismo político e esforços práticos de algumas candidaturas para gerenciar e controlar a pauta legislativa. Um episódio recente ocorreu na esteira da campanha legislativa em junho de 2022, no qual o então vereador por Belo Horizonte (MG) pelo Partido Liberal (PL), Nikolas Ferreira, publicou um vídeo que registrava um constrangimento direto a uma aluna trans de 14 anos que utilizava o banheiro feminino em uma escola da cidade, alcançando mais de 100 mil visualizações em pouco mais de um mês. Apesar de a polêmica ter resultado na instauração de um processo judicial pelo Ministério Público contra o então vereador, Nikolas Ferreira foi o deputado federal mais votado de 2022 e o terceiro mais votado na história da Câmara dos Deputados (SALGADO, 2022; XAVIER, 2022).

Gráfico 2 – Temas mais Comuns dos Projetos Aprovados assinados pela FPE



Fonte: Gershon (2022).

Destarte, essa seção buscou abordar o conceito do nacionalismo cristão, evidenciando diferenças e particularidades do movimento nos Estados Unidos e Brasil. Apesar de claras diferenças tanto na atuação quanto na trajetória de origem histórica dos movimentos em cada

país, o nacionalismo cristão anglo-saxão e tupiniquim possuem uma linha narrativa e objetivos políticos similares: frente a uma ameaça existencial para a identidade cristã nacional, essa somente poderá ser combatida através da recuperação de ideais cristãos enraizados na cultura nacional e a promoção de um projeto político que defenda ambas as nações como nações cristãs. O nacionalismo cristão será retomado no subsequente capítulo, demonstrando seu papel e influência na formação histórica de um movimento nacionalista que viria a alçar Bolsonaro e Trump para o posto da presidência de seus respectivos países.

2.4 Nacionalismo frente o Fascismo

Assim como as duas seguintes, a presente seção tem como objetivo trazer maiores esclarecimentos acerca das distinções do nacionalismo com outros conceitos. Comumente, o nacionalismo acaba por ser utilizado como um sinônimo ou uma versão menos "radical" do fascismo. Por si só, o conceito do fascismo acabou também por ser banalizado e utilizado como um adjetivo negativo a ser utilizado contra oponentes políticos ou indivíduos com opiniões radicais ou extremas. Essa seção, logo, detém três eixos: conceituar e definir o fascismo e suas táticas; abordar sua interação posterior, o neofascismo; e demonstrar suas distinções conceituais com o nacionalismo. Esse movimento se faz necessário na pesquisa, uma vez que traz ao leitor maiores esclarecimentos acerca das razões pelas quais os termos "fascismo" ou "neofascismo" não são adequados para se referir ao todo dos movimentos encabeçados por Trump e Bolsonaro em suas respectivas nações.

Primeiramente, é necessário que partamos sob uma concepção básica acerca do fascismo, que foi perdida nas últimas décadas: nem todas as formas de extremismo ou violência são necessariamente manifestações de um movimento ou grupo fascista. Uma das razões que pode explicar o uso inadequado e demasiado do termo "fascista" nas últimas décadas reside na distinção entre inimigos e aliados no âmbito político. Pela associação automática que fazemos com o fascismo e sua interação nazifascista, nos movimentos de Hitler e Mussolini, caracterizar "inimigos" políticos como "fascistas" representa a forma máxima de diferenciação: o oponente não apenas é diferente, ele é a representação de uma força destrutiva histórica que se materializa no presente. Além disso, similarmente ao nacionalismo, a dificuldade de eleger uma definição única para o fascismo – capaz de conciliar a teoria com a prática de regimes fascistas – também auxilia na utilização do termo como característica classificatória de diferenciação do "bom" contra o "perverso". Dessa forma, cabe abordar as definições mais básicas do fascismo para

que seja possível abordarmos definições que levem em consideração suas complexidades e contradições.

Compreendendo a dificuldade em conceituar o fascismo frente a divergências conceituais no meio acadêmico e as notórias especificidades de movimentos fascistas na Europa, Robert Griffin sugere que definições partam, inicialmente, de um patamar de um "fascismo genérico": "O fascismo é um gênero de ideologia política cujo núcleo mítico, em suas várias permutações, é uma forma palingenética de ultranacionalismo populista." (1991, p. 48, tradução nossa[26]). Para o autor, o requisito mínimo do fascismo corresponde ao aspecto palingenético do ultranacionalismo populista: a ideia de que a nação necessita de uma revolução e, ou, um total "renascimento nacional". Para tal, a lógica nuclear de seu mito promove impulsos destrutivos para que a revolução e o renascimento sejam alcançados, uma vez que o termo "palingenético" deriva de "palin" (novamente, novo) e "gênesis" (criação, nascimento). Logo, pela promoção de impulsos violentos, a mitologia nuclear do fascismo não necessita estar pautada em uma narrativa racional ou prática (GRIFFIN, 1991).

Por ultranacionalismo, Griffin entende como uma forma de se referir a formas extremas de nacionalismo, incompatíveis com instituições liberais ou com tradições do humanismo iluminista; sendo uma interação do nacionalismo integralista, abordado anteriormente. Em relação ao populismo, o autor o utiliza como um termo genérico para se referir a forças políticas que, mesmo que lideradas por pequenos quadros de elite, na prática ou em princípio, dependem do "poder do povo" como base de sua legitimidade. Destarte, o ultranacionalismo populista repudia as formas tradicionais, legais e racionais de política, privilegiando formas predominantemente baseadas em figuras carismáticas, nas quais a coesão e a dinâmica dos movimentos dependem quase exclusivamente da capacidade de seus líderes de inspirar lealdade e ação (GRIFFIN, 1991).

> Quando os termos ultranacionalismo palingenético são combinados, eles se delimitam de tal forma que, como "Estado-nação" ou "social-democracia", tornam-se um conceito político relativamente preciso. Da mesma forma que a combinação de duas lentes em um telescópio pode fazer com que um objeto distinto subitamente entre em foco, a expressão binomial que eles criam define um gênero de energia política muito mais circunscrito do que as vastas áreas de fenômenos abrangidas por eles separadamente, ou seja, uma visão mobilizadora da comunidade nacional que se ergue como uma fênix após um período de decadência que praticamente a destruiu (GRIFFIN, 1991, p. 62, tradução nossa[27]).

[26] Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultranationalism (GRIFFIN, 1991, p. 48).

[27] When the terms palingenetic ultra-nationalism are combined they delimit each other in such a way that, like "nation-state", or "social democracy", they become a relatively precise political concept. Just as the combination of two lenses in a telescope can bring a distinct object suddenly into focus, the binomial expression which they

O ímpeto revolucionário no centro do fascismo acabou por ser, simultaneamente, seu trunfo e queda. Sendo os regimes autoritários de Mussolini e Hitler os únicos movimentos fascistas que autonomamente atingiram a transição de força de oposição para governo, a necessidade de constante energização popular política e de um ciclo revolucionário expansionista resultou na investida imperialista no continente europeu e na eclosão da Segunda Guerra. Inicialmente, tal investida se demonstrou eficaz na preservação de um sentimento de "revolução constante". Todavia, a aversão do fascismo ao senso de "normalidade social" e o preceito de "revolução constante" tornou insustentável a continuidade desses regimes no longo prazo (GRIFFIN, 1991). Destarte, a Tabela 2 apresenta dez aspectos do fascismo, de acordo com Griffin.

Tabela 2 – Dez aspectos do fascismo, conforme Robert Griffin

1.	Os valores e a visão de mundo que o fascismo incorpora serão expressos não apenas em escritos teóricos, discursos, propaganda e canções, mas na linguagem semiótica de comícios, símbolos, uniformes: em suma, todo o estilo de sua política.
2.	O fascismo exibirá um aspecto revolucionário utópico ao tentar derrubar a ordem existente, mas continuará a assumir um aspecto reacionário e opressivo se for instalado no poder.
3.	A utopia que o fascismo busca implementar nunca será realizada na prática, apenas uma farsa dela.
4.	Não importa o quanto o pensamento fascista pareça propagandístico para aqueles que não simpatizam com sua visão de mundo subjacente, seus ativistas e apoiadores mais comprometidos encontrarão nele uma saída para o idealismo e o auto sacrifício.
5.	Apesar das racionalizações da visão de mundo fascista por meio de apelos a "fatos" históricos, culturais, religiosos ou científicos, seu poder afetivo está enraizado em impulsos irracionais e suposições míticas. Logo, o irracional sobrepõe o racional.
6.	O compromisso com o fascismo pode existir em vários níveis de intensidade emocional e apoio ativo, e suas ideias se expressarão em vários graus de sofisticação ou simplificação.
7.	O apoio genuíno ao fascismo decorre, em cada caso individual, de uma afinidade eletiva, em grande parte subliminar, com base em interesses materiais e psicológicos.
8.	Embora um movimento fascista possa parecer uma comunidade ideológica coesa e se apresente como tal, em uma inspeção mais minuciosa, seu apoio provará ser proveniente de uma miríade de motivações pessoais para aderir a ele e de concepções idiossincráticas dos objetivos do movimento.
9.	A ideologia fascista e o impacto que ela causa como base de um movimento não podem ser reduzidos às teorias e políticas de um único ideólogo ou líder, pois ela atua como uma estrutura histórica transpessoal cujo surgimento e sucesso são condicionados por sua interação com outras estruturas, tanto ideológicas quanto não ideológicas.

create defines a genus of political energy far more circumscribed than the vast areas of phenomena embraced by them separately, namely one whose mobilizing vision is that of the national community rising phoenix-like after a period of encroaching decadence which all but destroyed it (GRIFFIN, 1991, p. 62).

10.	O fascismo genérico é um ideal definível, normalmente em termos de seu núcleo ideológico: um conjunto de valores e objetivos comuns a todas as suas várias permutações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Griffin (1991).

A perpetuação de um estado de "revolução constante" demonstra que o movimento fascista – mesmo após se estabelecer como um regime – não detém um objetivo final. Nesse momento, é necessário diferenciar a teoria fascista de sua prática. Ao mesmo tempo em que movimentos fascistas aspiravam destruir o sistema político liberal e introduzir um estilo peculiarmente apolítico de política militarizada, eles foram, no entanto, obrigados a funcionar em grande parte como uma força política regular dentro de sistemas políticos liberais ou semiliberais. Logo, movimentos fascistas nunca foram capazes de operar como forças revolucionárias-insurrecionistas em sua plenitude e, consequentemente, acabaram por expor suas contradições dentro dos sistemas que surgiram. Destarte, Stanley G. Payne (2003) demonstra que é possível se referir apenas a um número seleto de regimes semifascistas ou com inclinações fascistas. Nesse aspecto, o Terceiro Reich de Hitler representa a forma mais extrema do fascismo genérico e único regime completamente fascista. Em relação ao fascismo italiano, o autor aponta que, apesar de ter sido criado na base original do movimento fascista, se estabeleceu e se desenvolveu como uma ditadura mais limitada e semipluralista, na qual o partido estava mais subordinado ao Estado e ao sistema do que ao líder.

Por ter suas origens no nacionalismo integralista, o fascismo, como movimento político, busca um enfoque demasiado no "negativo" ou "naquilo que se odeia". A mobilização fascista se dá, logo, através da diferenciação do que não é desejado, se apresentando como um movimento contrário ao individualismo, antiliberal, anti-conservador, antidemocrático, antimarxista e anticapitalista. Na esfera prática, contudo, regimes fascistas acabam por agir em discordância com alguns desses requisitos, sendo erroneamente classificados num todo como movimentos capitalistas ou extremamente conservadores, por exemplo. No contexto de organização social, o fascismo prevê, por conta de seu aspecto revolucionário, a promoção de uma nova cultura liderada por novas elites, substituindo antigas elites, liberais, conservadoras e de movimentos de esquerda. Seu modelo econômico não defende a implementação de um sistema único modelo. Contudo, as economias fascistas são de múltiplas classes e altamente reguladas (PAYNE, 2003). A Tabela 3 apresenta uma descrição tipológica do fascismo segundo Stanley G. Payne.

Em um primeiro momento, a organização e estabelecimento de uma sociedade organizadamente fascista – conforme a Tabela 3 – se apresenta como uma sociedade pouco

"atraente" ao indivíduo médio. Enquanto ideologias como o liberalismo advogam por valores igualitários e democráticos, o fascismo prega o estabelecimento de um sistema capaz de utilizar a força física e com liberdades irrestritas, buscando esmagar a esfera individual em detrimento da coletiva. Logo, como podemos explicar a expressiva adesão de indivíduos em diferentes nações aos ideais fascistas? Similarmente ao nacionalismo, o fascismo opera inicialmente com o sentimento de "deriva social" e o medo de decadência moral e social. Sob um ponto de vista pragmático, o fascismo não opera de forma eficaz quando pautado em aspectos racionais, triunfando majoritariamente a partir de incentivos e respostas emocionais.

Em sua obra "Psicologia de Massas do Fascismo", o psicanalista Wilhem Reich (2001) busca explicar as razões que levaram à ascensão do nazifascismo na Europa quando, claramente, preceitos do movimento iam contra os interesses de nacionais. Reich demonstra que a explicação para essa contradição pode estar no foco demasiado na repressão sexual em movimentos fascistas. Logo, a capacidade do movimento em fazer com que indivíduos reneguem seus impulsos mais básicos – sexuais – permite que esses mesmos indivíduos se submetam a condições sociais não benéficas e autoritárias. O autor aponta que a submissão à figura de um líder autoritário fascista pode ser explicada na dinâmica do núcleo familiar, no qual a figura paterna representa uma figura de autoridade incontestável. Nessa dinâmica, a criança tem de se submeter à estrutura do estado autoritário em miniatura, a família, processo que a torna capaz de subordinar-se posteriormente ao sistema autoritário geral. Esse elemento de ansiedade e supressão sexual também se faz presente nas dinâmicas políticas e narrativas adotadas por Trump e Bolsonaro. Logo, esse elemento será retomado nos subsequentes capítulos.

Buscando compreender ainda mais a capacidade de mobilização do fascismo, Robert Paxton (1998) apresenta o ensaio *The Five Stages of Fascism*. O autor aponta que aspectos emocionais propulsionam o fascismo mais que o pensamento racional, caracterizando essas "emoções" como sete paixões mobilizadoras para o fascismo:

> 1. A primazia do grupo, em relação ao qual se tem deveres superiores a qualquer direito, seja universal ou individual.
> 2. A crença de que seu grupo é uma vítima, um sentimento que justifica qualquer ação contra os inimigos do grupo, tanto internos quanto externos.
> 3. O medo da decadência do grupo sob o efeito corrosivo do liberalismo individualista e cosmopolita.
> 4. Integração mais estreita da comunidade em uma irmandade (fascio) cuja unidade e pureza são forjadas pela convicção comum, se possível, ou pela violência excludente, se necessário.
> 5. Um senso aprimorado de identidade e pertencimento, no qual a grandeza do grupo reforça a autoestima individual.

> 6. Autoridade de líderes naturais (sempre homens) em toda a sociedade, culminando em um chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo.
> 7. A beleza da violência e da vontade, quando dedicadas ao sucesso do grupo em uma luta darwiniana (PAXTON, 1998, p. 6-7, tradução nossa[28]).

Tabela 3 – Uma descrição tipológica do fascismo, segundo Payne

1.O que o fascismo renega	Liberalismo
	Comunismo
	Conservadorismo *Cabe destacar que grupos fascistas estariam dispostos a formar alianças temporárias com diversos grupos, mais comumente com os de direita
2.Ideologia e objetivos	Criação de um novo estado nacionalista autoritário baseado não apenas em princípios ou modelos tradicionais
	Organização de algum novo tipo de estrutura econômica nacional regulada, multi-classe e integrada, seja ela chamada de corporativista nacional, nacional-socialista ou sindicalista nacional
	O objetivo de império ou de uma mudança radical no relacionamento da nação com outras potências
	Adoção específica de um credo idealista e voluntarista, normalmente envolvendo a tentativa de realizar uma nova forma de cultura secular, autodeterminada e moderna
3.Estilo e organização	Ênfase na estrutura estética de reuniões, símbolos e coreografia política, enfatizando aspectos românticos e místicos
	Tentativa de mobilização de massa com militarização das relações e do estilo político e com o objetivo de formar uma milícia partidária de massa
	Avaliação positiva e uso ou disposição para usar a violência
	Ênfase extrema no princípio masculino e na dominância masculina, ao mesmo tempo em que se estimula a visão orgânica da sociedade

[28] 1. The primacy of the group, toward which one has duties superior to every right, whether universal or individual.
2. The belief that one's group is a victim, a sentiment which justifies any action against the group's enemies, internal as well as external.
3. Dread of the group's decadence under the corrosive effect of individualistic and cosmopolitan liberalism.
4. Closer integration of the community within a brotherhood (fascio) whose unity and purity are forged by common conviction, if possible, or by exclusionary violence if necessary.
5. An enhanced sense of identity and belonging, in which the grandeur of the group reinforces individual self-esteem.
6. Authority of natural leaders (always male) throughout society, culminating in a national chieftain who alone is capable of incarnating the group's destiny.
7. The beauty of violence and of will, when they are devoted to the group's success in a Darwinian struggle (PAXTON, 1998, p. 6-7).

	Exaltação da juventude acima de outras fases da vida, enfatizando o conflito de gerações, pelo menos na efetivação da transformação política inicial
	Tendência específica para um estilo de comando autoritário, carismático e pessoal, independentemente de o comando ser ou não, até certo ponto, inicialmente eletivo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Payne (1980).

Buscando compreender ainda mais a capacidade de mobilização do fascismo, Robert Paxton (1998) apresenta o ensaio *The Five Stages of Fascism*. O autor aponta que aspectos emocionais propulsionam o fascismo mais do que o pensamento racional, caracterizando essas "emoções" como sete paixões mobilizadoras para o fascismo:

> 1. A primazia do grupo, em relação ao qual se tem deveres superiores a qualquer direito, seja universal ou individual.
> 2. A crença de que seu grupo é uma vítima, um sentimento que justifica qualquer ação contra os inimigos do grupo, tanto internos quanto externos.
> 3. O medo da decadência do grupo sob o efeito corrosivo do liberalismo individualista e cosmopolita.
> 4. Integração mais estreita da comunidade em uma irmandade (fascio) cuja unidade e pureza são forjadas pela convicção comum, se possível, ou pela violência excludente, se necessário.
> 5. Um senso aprimorado de identidade e pertencimento, no qual a grandeza do grupo reforça a autoestima individual.
> 6. Autoridade de líderes naturais (sempre homens) em toda a sociedade, culminando em um chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo.
> 7. A beleza da violência e da vontade, quando dedicadas ao sucesso do grupo em uma luta darwiniana (PAXTON, 1998, p. 6-7, tradução nossa[29]).

Além dessas sete paixões mobilizadoras cabe destacar a constante necessidade de existência de uma "crise" nacional que deve ser reparada, o desejo de ser governado por uma liderança masculina forte – complementando a sexta paixão de Paxton – e o direito biológico e natural que um grupo detém para governar grupos denominados como "inferiores" (MOSSE, 2021). Frente um aprofundamento mais detalhado do conceito e das dinâmicas do fascismo, a Tabela 4 apresenta uma coletânea das principais táticas do fascismo.

[29] 1. The primacy of the group, toward which one has duties superior to every right, whether universal or individual.
2. The belief that one's group is a victim, a sentiment which justifies any action against the group's enemies, internal as well as external.
3. Dread of the group's decadence under the corrosive effect of individualistic and cosmopolitan liberalism.
4. Closer integration of the community within a brotherhood (fascio) whose unity and purity are forged by common conviction, if possible, or by exclusionary violence if necessary.
5. An enhanced sense of identity and belonging, in which the grandeur of the group reinforces individual self-esteem.
6. Authority of natural leaders (always male) throughout society, culminating in a national chieftain who alone is capable of incarnating the group's destiny.
7. The beauty of violence and of will, when they are devoted to the group's success in a Darwinian struggle (PAXTON, 1998, p. 6-7).

Com o fim de regimes fascistas na Europa após 1945 o fascismo clássico perde força, fazendo com que intelectuais e forças políticas do fascismo se movimentem em direção à uma "nova extrema-direita", distanciando o fascismo de seu status e condições do período clássico do movimento. A subsequente criação de partidos políticos europeus que combinaram o liberalismo econômico com individualismo, ocidentalismo e outros elementos fascistas se intensificou ao longo da década de 1970, com o surgimento de partidos como o *Front National* (FN) de Marine Le Pen, na França. Na década de 1980 foi possível observar o avanço de agenda anti-imigração e políticas neoliberais, sendo elementos unificadoras dessa nova extrema-direita. É nesse contexto que discussões acerca da proximidade desses partidos com ideários fascistas se inicia, surgindo uma nova categoria de classificação: o neofascismo (NETO, 2022).

Diferentemente do fascismo clássico, o neofascismo vê a figura do imigrante como a ameaça existencial central para países Europeus, detém baixo interesse no expansionismo militar de uma nação e, principalmente, busca se apresentar como um movimento democrático e parte do *mainstream* político. Similarmente ao fascismo, a crescente urbanização é utilizada como uma válvula de escape para problemas sociais e econômicos que acometem a classe mé dia e a classe trabalhadora, apresentando imigrantes como figuras centrais na perda de status social dessas classes. Partidos e movimentos neofascistas contemporâneos aparentam terem internalizado a longevidade de sistema democráticos. Logo, a finalidade revolucionária perde força, buscando limitar preceitos e instituições democráticas de forma implícita ao invés de reestruturar o sistema como um todo. O mesmo ocorre com o uso da violência, agora sendo utilizada contra imigrantes, mas sem o apoio aberto de lideranças políticas neofascistas. Um elemento central do neofascismo é a sua capacidade de readaptação conforme o contexto político específico de um Estado. Consequentemente, a literatura vem demonstrando uma constante necessidade de analisar movimentos e partidos neofascistas com base em suas especificidades e contexto histórico, evitando classificações generalistas (BULL, 2010).

Tabela 4 – Principais táticas políticas do fascismo

Tática	**Descrição:**
1. Passado místico	Necessidade de retorno a um "passado glorioso" que foi tomado por um grupo ou elite. Não é necessário elaborar o recorte temporal desse passado e como operava socialmente.
2. Propaganda	Diferentemente de outras formas de propaganda política aqui opera na lógica de diferenciação com oponentes políticos, buscando delimitar o "outro" como uma ameaça existencial ao grupo.

3. Mobilização de massas	Necessidade de constante mobilização popular a partir da base em direção à figura do "líder messiânico". Nesse contexto, a realização demasiada de comícios e paradas se tornam práticas comuns. A Figura 2 apresenta Mussolini liderando uma parada com motocicletas, demonstrando a centralidade da figura do líder, sua proximidade com apoiadores e o fascínio com a modernidade – representada pelas motocicletas.
4. Anti-intelectualismo	Realidades e paradigmas factuais e científicos são um desafio à autoridade do líder fascista. Logo, a ciência e a realidade somente são necessárias enquanto servirem ao "fortalecimento da nação"
5. Irrealismo	Controle de informações, narrativas e de inconsistências factuais que atinjam a liderança fascista. A permissividade frente a imprensa livre e oponentes políticos desmobiliza o apoio popular.
6. Menor poder e papel de religiões	O fascismo almeja criar sua religião civil através da estética, símbolos arquiteturas e design próprios. Seu objetivo é sair de um movimento político para um movimento emocional. Buscam alcançar as mesmas respostas emocionais de religiões.
7. Hierarquização	Constante hierarquização de elementos sociais entre superiores e inferiores, normalizando e justificando a posição social de indivíduos. Nesse contexto, o medo social reside na perda de status social perante terceiros.
8. Vitimização	Trabalha em conjunto com a hierarquização. Se a posição hierárquica de terceiros é justificada, apelos por maior igualdade política e social de minorias seria uma vitimização. Por minorias não se conformarem com a hierarquização pré-estabelecida e justificada, estas estariam em desacordo com as leis nacionais.
9. Lei e Ordem	Pelo líder e seus seguidores seguirem as leis por natureza, o líder nunca poderá ser acusado de violar leis. A preocupação central não recai sobre a justiça ou a igualdade. Essas estruturas de lei e ordem estão mais preocupadas em demonstrar aqueles que são legítimos e os que não o são.
10. Ansiedade Sexual	Medo histórico da sexualidade que não se conforma com a heterossexualidade e o papel desempenhado pelos gêneros masculino e feminino. A permissividade sexual e de gênero são ameaças existenciais à família.
11. Sodoma e Gomorra	Movimentos fascistas se apoiam em uma divisão entre o rural e o urbano. A alusão bíblica à Sodoma e Gomorra coloca os grandes centros urbanos como representações reais da decadência moral de uma nação – por representarem ideais cosmopolitas. O trabalho "real", assim como os "reais trabalhadores", residem em zonas rurais.
12. Forças paramilitares	Uma grande parte de movimentos fascistas iniciaram-se através de movimentos paramilitares. A utilização dessas forças serve como uma braço institucional não-oficial de controle social e neutralização de opositores.
13. Edificação pelo trabalho	*Arbeit macht frei*, ou "o trabalho te fará livre", é o mantra presente nos portões de entrada do campo de concentração nazista em Auschwitz, na Polônia. O enfoque fascista no uso da força na esfera militar e no desempenho do trabalho braçal busca perpetuar a lógica de sobrevivência dos mais fortes na sociedade. Nessa lógica, minorias seriam preguiçosas por natureza. Logo, através do trabalho, devem ser purificadas. Somente através do trabalho duro um homem pode provar seu valor. A conclusão perversa dessa lógica acabou por justificar a exclusão e o extermínio de indivíduos com deficiências físicas ou mentais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Stanley (2018), Mosse (2021) e Mann (2004).

De acordo com Copsey (2018), há uma constante tentativa na literatura em separar movimentos de extrema-direita contemporâneos do fascismo. Todavia, a ascensão do neofascismo no pós-Segunda Guerra permite uma revisão dessa relação. O autor sugere que o desenvolvimento do neofascismo durante e no pós-Guerra Fria permite uma compreensão mais clara das novas direitas, operando como o "elo perdido" entre o fascismo clássico e a extrema-direita atual e demonstrando como elementos fascistas perduram nesses novos movimentos.

> [...] certamente é errado argumentar que o neofascismo desempenha um papel mínimo na definição da práxis ideológica e discursiva da direita radical populista. Além disso, o fato de os populistas de direita acharem necessário traçar repetidamente uma linha clara (em público) entre eles mesmos e a "extrema direita" também nos diz muito sobre até que ponto os ativistas da direita radical populista e da extrema direita (fascista) ocupam domínios de atitude compartilhados. A questão que precisa ser levantada é que o (neo)fascismo se transforma em populismo de direita radical: eles não são idênticos, mas também não são tão "essencialmente" ou "totalmente" diferentes que se justifique impor uma ruptura nas linhas históricas de continuidade entre o fascismo "clássico" e a direita radical contemporânea (COPSEY, 2018, p. 17, tradução nossa[30]).

A resistência desses movimentos em se classificarem como neofascistas gera duas consequências: uma heterogeneização de movimentos neofascistas, uma vez que aspectos locais acabam por ser determinantes na forma como um movimento se manifesta; e uma maior capacidade de recrutamento de novos membros e crescimento dentro de estruturas políticas de nações democráticas. Essa dinâmica não se restringe apenas a movimentos neofascistas na Europa. A fundação da Nova Resistência (NR) em 2015 demonstra como o neofascismo esteve presente na política doméstica ao longo da década de 2010 – período que precede a ascensão do bolsonarismo em 2017 e 2018. Com uma rejeição do Atlanticismo[31] e uma aproximação de um ideal terceiro mundista sob uma ótica ultranacionalista, esse movimento se apresenta como uma alternativa aos partidos de direita e esquerda, incorporando os aspectos mais "positivos" de cada espectro político – buscando uma síntese ao redor da quarta teoria política de Dugin[32]

[30] [...] it surely is wrong to argue that neofascism plays a minimal role in defining the ideological and discursive praxis of the populist radical right. Moreover, the fact that right-wing populists feel it necessary to repeatedly draw a clear line (in public) between themselves and the "extreme right" also tells us much about the extent to which activists from both the populist radical right and the (fascist) extreme right occupy shared attitudinal domains. The point that needs to be made is that (neo)fascism shades into radical right populism: they are not identical, but neither are they so "essentially" or "utterly" different that imposing a break on the historical lines of continuity between "classic" fascism and the contemporary radical right is justified (COPSEY, 2018, p. 17).

[31] Ideologia que promove uma maior aproximação entre nações europeias ocidentais e a América do Norte no âmbito econômico, político e cultural, promovendo democracias liberais, valores progressistas e uma sociedade aberta pautada no multiculturalismo entre essas nações (ASMUS; VONDRA, 2005).

[32] Teoria postulada pelo geoestrategista russo e pensador tradicionalista das novas direitas, Alexander Dugin, que defende a criação de uma nova ideologia política que supere os ideais do liberalismo, fascismo e comunismo. Dugin caracteriza sua teoria como um fenômeno cultural, abandonando questões como individualismo, a nação ou luta de classes e dando maior importância à existência de um grupo em si – elemento que denota a razão pela qual

– e readaptando a dimensão europeia do neofascismo para a realidade política e étnica brasileira, com enfoque positivo na miscigenação, religiosidade e nuances folclóricas diversificadas (NETO, 2022)

Figura 2 – Mussolini liderando passeata com motocicletas em maio de 1943



Fonte: Mary Evans Picture Library (2023).

A resistência desses movimentos em se classificarem como neofascistas geram duas consequências: uma heterogeneização de movimentos neofascistas, uma vez que aspectos locais acabam por ser determinantes na forma como um movimento se manifesta; e uma maior capacidade de recrutamento de novos membros e crescimento dentro de estruturas políticas de nações democráticas. Essa dinâmica não se restringe apenas à movimentos neofascistas na Europa. A fundação da Nova Resistência (NR) em 2015 demonstra como o neofascismo esteve presente na política doméstica ao longo da década de 2010 – período que precede a ascensão do bolsonarismo em 2017 e 2018. Com uma rejeição do Atlanticismo[33] e uma aproximação de

sua teoria é criticada como sendo neofascista, uma vez que diversos movimentos neofascistas utilizam a ideologia de Dugin como ponto de partida para suas narrativas políticas. Além disso, Dugin admite que a teoria carece de detalhes que demonstrem sua longevidade no longo prazo (MOSBEY, 2015).

[33] Ideologia que promove uma maior aproximação entre nações europeias ocidentais e a América do Norte no âmbito econômico, político e cultural, promovendo democracias liberais, valores progressistas e uma sociedade aberta pautada no multiculturalismo entre essas nações (ASMUS; VONDRA, 2005).

um ideal terceiro mundista sob uma ótica ultranacionalista, esse movimento se apresenta como uma alternativa aos partidos de direita e esquerda, incorporando os aspectos mais "positivos" de cada espectro político – buscando uma síntese ao redor da quarta teoria política de Dugin[34] – e readaptando a dimensão europeia do neofascismo para a realidade política e étnica brasileira, com enfoque positivo na miscigenação, religiosidade e nuances folclóricas diversificadas (NETO, 2022)

> A NR representa uma manifestação bem articulada do neofascismo brasileiro, tanto em termos de estrutura (organização de eventos, presença em protestos de rua e visibilidade em um país de escala continental) quanto de diálogo internacional. Por ocasião do II Congresso Nacional do grupo, em 2021, a NR foi saudado por diversos líderes de grupos identitários, de terceira posição e neofascistas: Aleksandr Dugin, Christian Bouchet, Luca Boniardi (Radio Fenice Europa), Enrique D'Acedo (Editora Fides), Maxence Smaniotto (Rébellion), Alejandro Vasquez e Israel Lira (Centro de Estudos Crisolistas e Juventude Nacionalista do Peru), Carlos Salazar (Círculo Patriótico de Estudos Chilenos e Indo-Americanos), José Alsina Calvés (Nihil Obstat), Mickael (Egalité et Réconciliation) e Manuel Rezende (Escudo Identitário - EI). Embora haja interações ocasionais com outros grupos no campo neofascista, como os líderes de grupos neointegralistas, a NR se estabeleceu até agora como representante de uma matriz "eurasiana" e multipolar do neofascismo brasileiro. As aparentes ambivalências e contradições do discurso político do grupo – tanto à esquerda quanto à direita – não são um obstáculo; pelo contrário, ajudam nessa consolidação (NETO, 2022, p. 20-21, tradução nossa[35]

Apesar de pouco conhecida no contexto do debate político nacional, a NR ganhou maior notoriedade em outubro de 2023, quando um relatório intitulado *Exporting Pro-Kremlin Disinformation: The Case of Nova Resistência in Brazil* foi publicado pelo Departamento de Estado dos EUA. No relatório, a NR é acusada de ter relações diretas e ter suas origens a partir do governo russo, promovendo ideais de Dugin com o intuito de propagar desinformação e desestabilizar democracias (U.S. Department of State, 2023). A publicação do relatório

[34] Teoria postulada pelo geoestrategista russo e pensador tradicionalista das novas direitas, Alexander Dugin, que defende a criação de uma nova ideologia política que supere os ideais do liberalismo, fascismo e o comunismo. Dugin caracteriza sua teoria como um fenômeno cultural, abandonando questões como individualismo, a nação ou luta de classes e dando maior importância a existência de um grupo em si – elemento que denota a razão pela qual sua teoria é criticada como sendo neofascista, uma vez que diversos movimentos neofascistas utilizam a ideologia de Dugin como ponto de partida para suas narrativas políticas. Além disso, Dugin admite que a teoria carece de detalhes que demonstrem sua longevidade no longo prazo (MOSBEY, 2015).

[35] The NR represents a well-articulated manifestation of Brazilian neo-fascism, both in terms of structure (organization of events, presence in street protests, and visibility in a country with a continental scale) and of international dialog. On the occasion of the group's II National Congress in 2021, NR was hailed by a number of leaders of identitarian, third position, and neo-fascist groups: Aleksandr Dugin, Christian Bouchet, Luca Boniardi (Radio Fenice Europa), Enrique D'Acedo (Editora Fides), Maxence Smaniotto (Rébellion),Alejandro Vasquez and Israel Lira (Center for Crisolist Studies and Nationalist Youth of Peru), Carlos Salazar (Patriotic Circle of Chilean and Indo-American Studies), José AlsinaCalvés (Nihil Obstat), Mickael (Egalité et Réconciliation), and Manuel Rezende (Identitarian Shield [Escudo Identitário - EI]).Although there are occasional interactions with other groups in the neo-fascist camp, such as the leaders of neo-integralist groups, NR has established itself thus far as the representative of a "Eurasian" and multipolar matrix of Brazilian neo-fascism. The apparent ambivalences and contradictions of the group's political discourse—on both the left and the right—are not a hindrance; on the contrary, they aid in this consolidation (NETO, 2022, p. 20-21, tradução nossa[35]).

resultou, no mesmo mês, em uma nova onda de expulsão de mais de 50 membros da NR que estavam filiados ao Partido Democrático Brasileiro (PDT). Além disso, a presença de integrantes "reformados" de movimentos neonazistas é outro elemento apontado no relatório, demonstrando preocupação com a possibilidade de terrorismo doméstico (NEIVA, 2023).

Essa seção buscou elucidar o fascismo como uma ideologia que, apesar de ter seu ponto de partida no nacionalismo, opera de forma independente e distinta do nacionalismo. Primeiramente, o nacionalismo se apresenta como um movimento multifacetado, com diversas modalidades que direcionam o enfoque do movimento nacional – se será cívico, cultural ou religioso, por exemplo. Em segundo lugar, o nacionalismo organiza sua estrutura e mobilização popular ao redor da nação, ou da ideia de nação. É possível que o culto ao líder também ocorra em movimentos nacionalistas. No caso do fascismo, o culto ao líder é um elemento central para a existência e mobilização do movimento – razão pela qual a grande maioria dos movimentos fascistas perece após a morte de seu líder. Em terceiro lugar, o fascismo sempre detém um caráter revolucionário, isto é, almeja derrubar estruturas estatais democráticas e substituí-las por um aparato estatal totalitário.

Em quarto lugar, o nacionalismo não obrigatoriamente desponta para elementos étnicos no processo de construção da identidade nacional. Por sua vez, o fascismo toma elementos étnicos como essenciais para o processo de construção de identidades e eleição de futuros inimigos na figura do(s) "outro(s)". Finalmente, o aspecto expansionista e militarista não se faz presente em todas as interações do nacionalismo, sendo elemento necessário e central na ideologia fascista. A discussão trazida pelos conceitos de fascismo e neofascismo será retomada em subsequentes capítulos, uma vez que grande parte da atual "confusão conceitual" acerca do fascismo se dá pela utilização de táticas e estratégias fascistas por subsequentes movimentos e ideologias.

2.5 Nacionalismo frente o Populismo

Similarmente ao fascismo, o conceito de populismo passou por um processo recente de banalização de seu real significado. No período que precede a onda mais recente de movimentos de extrema-direita no mundo, o termo populismo era popularmente atrelado a figuras políticas carismáticas e que detinham uma relação especial com seus apoiadores. Todavia, apesar de o populismo ser um termo em alta no vocabulário convencional e ser utilizado de forma intensiva nas análises mais recentes sobre a nova direita, há uma falta de preocupação em delimitar o conceito de populismo e sua evolução histórica para os dias atuais. Nesse sentido, essa seção

busca abordar essas questões e, consequentemente, as conexões entre o populismo e o nacionalismo. Além disso, os preceitos acerca do populismo aqui apresentados serão resgatados nos posteriores capítulos para justificar as razões pelas quais o presente trabalho opta pelo neonacionalismo, e não pelo populismo, como uma categoria de análise viável frente aos objetos de pesquisa selecionados.

Apesar de ter obtido sua ascensão no pós-Segunda Guerra, o termo "populismo" foi primeiramente utilizado há mais de 150 anos, na Rússia. O populismo russo representou um movimento organizado a partir de 1861 como uma forma de oposição ao regime dos czares, se aproximando de ideais socialistas e anarquistas – vindo a servir como uma fonte de inspiração aos ideais propostos por Karl Marx. Cabe pontuar, contudo, que o movimento populista russo se difere amplamente do populismo contemporâneo, tendo apenas como similaridade um movimento embrionário de mobilização popular frente a uma elite. Todavia, seria um ponto de partida que viria a inspirar movimentos operários e sindicais pela Europa nas décadas seguintes. Outra interação do populismo que pré-data sua concepção moderna ocorreu nos Estados Unidos, manifestando-se em 1892 no Partido do Povo. Conhecidos apenas como "populistas", o partido detinha representantes nas legislaturas de diversos estados nessa década. Entretanto, visando angariar maior apelo nacional, optaram por apoiar o candidato do Partido Democrata, William Jennings Bryan, nas eleições presidenciais de 1896, fazendo com que o movimento perdesse força e que muitos de seus membros se afiliassem ao Partido Democrata[36] (BARROS; LAGO, 2022).

Posteriormente, o termo populismo viria a ser empregado novamente no contexto norte-americano ao longo dos primeiros anos do início da Guerra Fria, manifestando-se sob uma ótica altamente reacionária: O McCarthismo. Nomeado a partir do Senador de Wisconsin, Joseph McCarthy, esse movimento político atrelou o sentimento anticomunista do período como sendo a representação dos "verdadeiros patriotas", promovendo uma "caça às bruxas" política frente a figuras políticas e do entretenimento nacional, uma vez que representariam ideais comunistas e, consequentemente, uma "elite" a ser combatida (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

A concepção moderna de populismo veio a se consolidar no contexto do pós-Segunda Guerra, emergindo inicialmente como uma reformulação do fascismo. Contrariamente ao fascismo que se originou na Europa, os primeiros regimes populistas se iniciaram na América

[36] Cabe destacar que o Partido Democrata nesse período se difere amplamente de sua versão mais progressista dos últimos 50 anos. Nesse momento, o partido representava a parcela mais conservadora e reacionária do eleitorado norte-americano – sendo o berço de origem da Ku Klux Klan (KKK), por exemplo. O processo de reconfiguração partidária foi longo e veio a se consolidar apenas em 1969, após a eleição de Richard Nixon para a presidência (OLIVEIRA, 2021).

Latina, tendo como primeiros exemplares os de Juan Perón, na Argentina, e o de Getúlio Vargas, no Brasil. Podemos compreender o populismo como uma forma de democracia autoritária, uma vez que populistas, igualmente aos fascistas, visavam tomar decisões centralizadas em nome do "povo". A diferença essencial é que o populismo buscava tomar tais decisões por vias democráticas. Apesar de não almejarem um desmantelamento total da democracia, populistas acabam por enfraquecer e minar instituições democráticas e a separação entre os poderes constituídos. Para os fascistas, as eleições não tinham qualquer significado, mas os populistas as observam como uma porta de entrada para a legitimação de seu poder frente o povo. Apesar de a ótica da democracia populista ser mais nacionalista e menos cosmopolita e emancipatória do que outras, os populistas, simultaneamente, elevavam a participação eleitoral de seus apoiadores. Paradoxalmente, o populismo é capaz de aprimorar e incentivar a participação política ao mesmo tempo em que "demoniza" opositores políticos (FINCHELSTEIN, 2019). Nesse sentido, a Tabela 5 elenca as quatro ondas do populismo.

Similarmente aos conceitos apresentados até aqui, o populismo também é um conceito contestado, uma vez que há autores que definem o populismo como uma ideologia, um movimento, uma síndrome ou apenas como uma estratégia de prática política. Um ponto de partida partilhado entre distintas abordagens é a noção de que todas as formas de populismos incluem um grau de apelo ao "povo" e uma crítica contundente à "elite", que representa um *establishment* – político, econômico, cultural ou social – que busca prejudicar os interesses das pessoas comuns. Nesse aspecto, sob a ótica populista, a sociedade se molda com base em dinâmicas antagonistas entre "o povo, puro e escolhido, *versus* uma elite corrupta e perigosa". A abordagem ideacional proposta por Cas Mudde classifica o populismo como uma "ideologia pouco centrada" – *thin-centered ideology* –, justamente por representar um corpo de ideias normativas e da organização e propósitos de uma sociedade de morfologia restrita, normalmente apresentando-se assimilada ou acompanhada de outras ideologias – diferentemente de "ideologias completas", como o fascismo, liberalismo, nacionalismo e o socialismo. Logo, o populismo pode tomar diferentes formas, dependendo do contexto em que se manifesta (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Tal característica é essencial para a pesquisa em questão, uma vez que não entendemos o populismo como uma categoria de análise única e adequada para os fenômenos políticos recentes no Brasil e nos EUA[37].

[37] Até mesmo Cas Mudde não considera Bolsonaro como um populista nato, uma vez que o ex-presidente apenas rejeitou o *establishment* político à esquerda (GIRIT, 2023). No caso de Trump, Mudde contesta classificá-lo como tal. Reconhece que Trump, inicialmente, não poderia ser classificado como um populista, mas, no decorrer de sua campanha, empregou estratégias e comportamentos similares ao de um populista nato (FRIEDMAN, 2017).

Tabela 5 – Quatro ondas do populismo moderno

Ondas do populismo	Descrição	Exemplos históricos
1. Populismo Clássico	Primeira versão do populismo moderno. Surge como uma alternativa aos regimes fascistas europeus que pereceram no pós-Guerra.	Peronismo argentino; Segunda Era Vargas (1951-1954); Gaitanismo, Colômbia (final da década de 1940); e primeiras experiencias populistas do pós-Guerra na Bolívia, Venezuela e Peru.
2. Populismo Neoliberal	Combinação de ideais populistas, como "o povo contra e elite", com programas de austeridade pró-mercado neoliberais. Há uma sinergia entre os interesses do setor privado e a promoção de melhorias sociais para a população nacional.	Carlos Menem, Argentina (1998-1999); Fernando Collor de Melo, Brasil (1990-1992); Alberto Fujimori, Peru (1990-2000); e Silvio Berlusconi, Itália (1994-1995, 2001-2006, 2008-2011).
3. Populismo Neoclássico da esquerda	Surge com uma reação ao populismo neoliberal, criticando sua exclusão, soluções tecnocráticas e crise representativa de partidos tradicionais. Apesar de se apresentarem como algo além da dicotomia "esquerda *versus* direita", neopopulistas clássicos desse período operam no espectro político da esquerda, se opondo aos que estão "no topo" enquanto representam aqueles que estão "abaixo".	Era Kirchner, Argentina (2003-2015); Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-), Venezuela; Evo Morales, Bolívia (2006-2019); e partidos europeus, como o Podemos (Espanha) e o Syriza (Grécia).
4. Populismo Neoclássico da direita e da extrema-direita	Ascende ao *mainstream* político contexto do pós-crise econômica de 2008, intensificando críticas frente os efeitos paradoxais da globalização (multiculturalismo e desaparecimento da classe média em diversas nações) e a crise de representatividade. Consequentemente, detém um elevado nativismo, uma vez que a figura do imigrante e do *establishment* cosmopolita são colocadas como oposição na equação da "elite contra o povo".	Recep Tayyip Erdogan, Turquia (2014-); Estados Unidos (pós-eleição de Barack Obama e ascensão do *Tea Party*) e partidos políticos europeus como o UKIP (Reino Unido), *National Front* (França) e Aurora Dourada (Grécia).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Finchelstein (2019).

Para Mudde, o caso de Trump foi muito diferente da direita populista europeia, uma vez que Trump atacou a imigração ilegal e não o status multicultural do país – pelo menos de forma explícita como Marine Le Pen o faz na França. Além disso, o narcisismo inerente à figura política de Trump faz com que ele se distancie de uma manifestação singular da "voz do povo" – *vox populi*. Nesse aspecto, considera que "Trump é a voz de Trump" (MUDDE, 2015). Outro aspecto importante que distancia Trump e Bolsonaro de uma classificação estritamente populista corresponde à ruptura institucional que promoveram desde o início de seus mandatos

para que, posteriormente, pudessem consolidar suas narrativas conspiratórias em tentativas claras de subversão de resultados eleitorais: a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, incentivada presencialmente por Trump horas antes no jardim da Casa Branca; e a invasão da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, incentivada e promovida por grupos, influenciadores e políticos bolsonaristas ao longo de meses através de acampamentos ilegais à frente de quartéis generais em centenas de cidades brasileiras[38].

> Se o sistema democrático se tornar estável, os populistas continuarão a desafiar quaisquer limitações à regra da maioria e, quando se tornarem fortes o suficiente, poderão causar um processo de erosão democrática. No entanto, **é improvável que eles ameacem a existência do sistema democrático a ponto de provocar sua ruptura**, pois sofrerão forte resistência de vários atores e instituições que defendem a existência de órgãos independentes especializados na proteção dos direitos fundamentais (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 96, grifo nosso, tradução nossa[39]).

O fato de Trump e Bolsonaro terem promovido tal ruptura não deve ser encarado apenas como uma exceção à regra do populismo ou uma manobra política desesperada. Desde suas campanhas, e mesmo após suas vitórias eleitorais, ambos apontavam a existência de possíveis fraudes e manipulações no processo eleitoral, levando a cabo essas narrativas ao longo de suas administrações. Outro aspecto apontado por Mudde (2017) que os distanciam de uma classificação estritamente populista seria a centralidade de suas figuras políticas na continuidade e liderança de seus movimentos políticos. No caso de lideranças populistas clássicas, a morte de uma liderança fundadora pode auxiliar na união de diferentes facções políticas e na consolidação de estruturas políticas que permitam a longevidade dos ideais populistas do movimento. A morte de Perón, por exemplo, permitiu a consolidação de seus ideais no Partido Justicialista argentino.

Apesar de o caso de Trump e Bolsonaro não se tratar de uma "morte física", os acontecimentos que se sucederam após as tentativas de rupturas democráticas poderiam, naturalmente, ter encaminhado ambos para uma lenta "morte no campo político" de seus

---

[38] Apesar de estar fora do país no período anterior e posterior ao 8 de janeiro, Bolsonaro postou em sua conta oficial do *Facebook* um vídeo, já deletado, que contesta os resultados das urnas, alegando que Lula não havia sido eleito pelo povo, mas sim pelo "serviço eleitoral" do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O próprio Ministério Público Federal considerou que a "veiculação da aludida mensagem por Jair Messias Bolsonaro teria o condão de incitar novos atos de insurgência civil contra os Poderes da República". Apesar do pedido de solicitação do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, para que o vídeo fosse preservado e seu código encaminhado, até o presente momento, a *META* alegou que não recebeu o ofício e que seria impossível recuperar um conteúdo já deletado (DIAS, 2023).

[39] If the democratic system becomes stable, populists will continue to challenge any limitations on majority rule, and when they become strong enough, they can cause a process of democratic erosion. However, it is unlikely that they will threaten the existence of the democratic system to the point of producing its breakdown, as they will experience strong resistance from multiple actors and institutions that defend the existence of independent bodies specialized in the protection of fundamental rights (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 96,).

respectivos países. No caso de Trump, até o início de 2023, a perda de suas principais plataformas em redes sociais – elemento crucial para sua comunicação e projeção de sua imagem e mensagens – e quatro indiciamentos criminais, sendo eles o caso de possível interferência nas eleições federais, de interferência na contagem de votos no estado da Georgia, da captura de documentos altamente sensíveis à segurança doméstica dos EUA e a falsificação de documentos privados com o intuito de comprar o silêncio da atriz de filmes adultos, Stormy Daniels – que alega ter tido um encontro sexual com o ex-presidente em 2016 (O'KRUK; MERRILL, 2023).

Em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, a acumulação de mais de 600 processos judiciais (AGOSTINI, 2023); duas condenações pelo TSE por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação em duas ocasiões distintas – em reunião com diplomatas estrangeiros em julho de 2022 e nas comemorações do 7, no mesmo ano –, resultando em sua inelegibilidade até 2030 (VIVAS, 2023); e a presença de um sistema multipartidário no Brasil poderiam sinalizar para um enfraquecimento da força do movimento político inaugurado com sua presidência. Todavia, mesmo com a impossibilidade de atuar politicamente até 2030, Bolsonaro ainda representa uma figura central no bolsonarismo frente a figuras políticas do legislativo e de sua base de apoio. Em pesquisa de opinião realizada pela AtlasIntel, caso a eleição fosse realizada em agosto de 2023, Bolsonaro ainda obteria 40% dos votos, ficando atrás apenas de Lula, com 48,1% (Poder 360, 2023).

Tanto Trump quanto Bolsonaro demonstram a centralidade de suas figuras na projeção e continuidade de seus movimentos mesmo em um cenário que, para lideranças políticas convencionais, poderia resultar em um abandono político tanto na esfera institucional – de seus partidos – quanto na popular. Destarte, para os fins do presente trabalho, apesar de não considerarmos Bolsonaro e Trump como lideranças populistas, reconhecemos que características e estratégias populistas se fazem presentes em suas presidências, operando através da ótica do neonacionalismo. Logo, para uma compreensão mais aprofundada acerca do neonacionalismo no decorrer da pesquisa, cabe aqui abordar as principais características e estratégias políticas do populismo.

Como apresentado até aqui, o populismo opera historicamente como um pêndulo, apresentando diferentes experiências políticas que variam entre os extremos da esquerda e da direita. Todavia, alguns fatores em comum se repetem:

> 1) Um apego a uma democracia autoritária, eleitoral e antiliberal que **praticamente rejeita a ditadura**; 2) Uma forma extrema de religião política; 3) Uma visão apocalíptica da política que apresenta os sucessos eleitorais e as transformações que

> essas vitórias eleitorais transitórias possibilitam como momentos revolucionários na fundação ou refundação da sociedade; 4) Uma teologia política fundada por um líder messiânico e carismático do povo; 5) Uma consideração dos antagonistas políticos como antipovo, ou seja, como inimigos do povo e traidores da nação; 6) Um entendimento fraco do estado de direito e da separação de poderes; 7) Um nacionalismo radical; 8) Uma noção do líder como a personificação do povo; 9) Uma identificação do movimento e dos líderes com o povo como um todo; 10) A reivindicação da antipolítica, que na prática significa transcender a política como de costume; 11) O ato de falar em nome do povo e contra as elites governantes; 12) A auto apresentação de sua posição em favor da verdadeira democracia e contra formas imaginadas ou reais de ditadura e tirania (a União Europeia, o estado paralelo ou profundo, o império, o cosmopolitismo, a globalização, os golpes militares etc.); 13) A homogeneização do movimento e de seus líderes com o povo como um todo. 13) A ideia homogeneizadora do povo como uma entidade única que, quando o populismo se torna um regime, é equiparada às suas maiorias eleitorais; 14) Um profundo antagonismo, e até mesmo aversão, ao jornalismo independente; 15) Aversão ao pluralismo e à tolerância política; 16) Ênfase na cultura popular e até mesmo, em muitos casos, no mundo do entretenimento como personificação das tradições nacionais (FINCHELSTEIN, 2019, p. 85-86, grifo nosso, tradução nossa[40]).

Por se retroalimentar de um constante antagonismo com a figura da "elite", o populismo demarca uma forma altamente hierárquica de liderança, mitigando o diálogo político e a atuação de instituições democráticas com o intuito de estabelecer um link direto entre "o povo" e seu líder. Logo, populistas são capazes de identificar e explorar potenciais lacunas representativas na democracia liberal. Ao mesmo tempo em que se colocam como soluções para crises, movimentos populistas acabam por ser a fonte de novas crises nas mais diversas esferas – uma delas é a intensificação da polarização no debate e na atuação política (FINCHELSTEIN, 2019).

Em termos de capacidade de mobilização política, o populismo se subdivide em três tipos: liderança personalista, movimentos sociais e estrutura político-partidária. A liderança personalista se baseia em um indivíduo independente de estruturas políticas ou partidárias prévias que, a partir de uma mensagem e comunicação eficazes, consegue angariar apoio e mobilizar um grande setor do eleitorado de um país. Movimentos sociais correspondem a demonstrações públicas, marchas e protestos duradouros, caracterizados por um engajamento

[40] 1) An attachment to an authoritarian, electoral, antiliberal democracy that practically rejects dictatorship 2) An extreme form of political religion; 3) An apocalyptic vision of politics that presents electoral successes, and the transformations those transitory electoral victories enable, as revolutionary moments in the foundation or refoundation of society; 4) A political theology founded by a messianic and charismatic leader of the people; 5) A consideration of political antagonists as the antipeople—namely, as enemies of the people and traitors to the nation; 6) A weak understanding of the rule of law and the separation of powers; 7) A radical nationalism; 8) A notion of the leader as the personification of the people; 9) An identification of movement and leaders with the people as a whole; 10) The claim of antipolitics, which in practice means transcending politics as usual; 11) The act of speaking in the name of the people and against the ruling elites; 12) A self-presentation of its standing for true democracy and against imagined or real forms of dictatorship and tyranny (the European Union, the parallel or deep state, empire, cosmopolitanism, globalization, military coups, etc.); 13) The homogenizing idea of the people as a single entity that, when populism becomes a regime, is then equated with its electoral majorities; 14) A deep antagonism, and even aversion, to independent journalism; 15) A dislike for pluralism and political tolerance; 16) A stress on popular culture and even, in many cases, on the world of entertainment as embodiments of national traditions (FINCHELSTEIN, 2019, p. 85-86).

contínuo em uma organização informal de colaboração. Nesse contexto, indivíduos se unem com base em uma identidade ou missão em comum frente a um oponente em comum – sendo este uma figura ou partido político ou um contexto social que oprime tal movimento social, como no caso do movimento dos direitos civis nos EUA nos anos 60. Essa forma de mobilização não necessariamente opera sem a presença de uma liderança. Contudo, a liderança não é o elemento mobilizador ou de continuidade do movimento. Por fim, os partidos políticos representam a forma mais institucionalizada de mobilização populista, podendo operar a partir de partidos populistas em sua concepção – como a Frente Nacional, na França – ou partidos que, apesar de não terem sido criados com tal finalidade, foram gradativamente se aproximando e flertando com movimentos populistas, vindo a se consolidar como partidos altamente populistas – como no caso do *Fidesz*, de Viktor Órban, na Hungria, e do próprio Partido Republicano, nos Estados Unidos (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Um ponto apontado pelos autores e que merece atenção seriam as condições do sistema político que permite a ascensão de lideranças personalistas no cenário político: um sistema presidencialista e multipartidário. Ao mesmo tempo que tais condições poderiam explicar a ascensão de figuras populistas no Brasil e na América Latina, excluiriam os EUA da ascensão de figuras similares à Trump dentro das estruturas partidárias: "Embora os principais políticos dos Estados Unidos usem regularmente a retórica populista, **a mobilização populista só é realmente viável fora da estrutura partidária**, em movimentos sociais como o *Tea Party*, que geralmente estão intimamente ligados a um dos dois partidos." (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 59, grifo nosso, tradução nossa[41]). Como abordado anteriormente, a capacidade de mobilização popular angariada por Trump durante e após sua derrota nas eleições de 2020 demonstra novamente que a tentativa de classificar o fenômeno trumpista como estritamente populista encontra sérios entraves conceituais.

O caráter paradoxal dos efeitos do populismo dentro de sistemas democráticos retoma discussões acerca do populismo ser considerado, ou não, uma ameaça existencial à democracia. Cabe aqui distinguir entre dois elementos cruciais para elucidar essa problemática: no âmbito da política representativa, a democracia liberal. A primeira, em essência, corresponde a um sistema político de autogoverno de pessoas, no qual representantes são eleitos por maioria eleitoral e responsáveis por governar uma sociedade. Nesse aspecto, o elemento de "voz do povo" – elemento central de lideranças populistas – se faz presente nessa concepção pura de

[41] Although mainstream politicians in the United States regularly use populist rhetoric, populist mobilization is only really feasible outside of the party structure, in social movements like the Tea Party, that are often closely related to one of the two parties (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 59).

democracia. Uma vez eleito, o líder tomaria as melhores decisões cabíveis e, mesmo sofrendo críticas ou oposição, estaria amparado pela legitimidade da maioria popular. Todavia, democracias liberais – a concepção de democracia contemporânea na maioria das nações democráticas – se baseiam em regimes políticos que não apenas respeitam a soberania popular e a vontade da maioria de eleitores, mas também estabelecem instituições que operam como pesos e contrapesos entre os poderes constituídos – delimitando e garantindo a liberdade de expressão e proteção às minorias. Consequentemente, apesar de ser essencialmente democrático, o populismo apresenta entraves dentro de democracias liberais, o modelo dominante de democracia na atualidade, encontrando a possibilidade de explorar as tensões entre "a vontade do povo" e as limitações e barreiras institucionais nesses sistemas (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

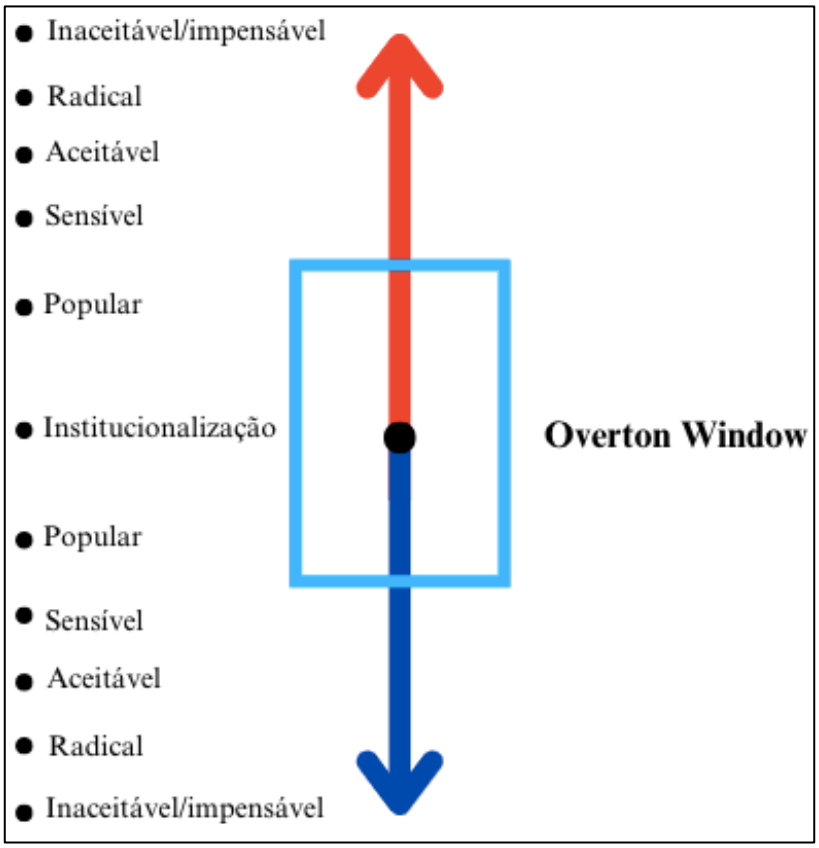
No contexto da democracia liberal, a construção exacerbada do antagonismo e de rivalidades entre "o povo" e a "elite" também explica a incompatibilidade do populismo com a democracia liberal. De acordo com Chantal Mouffe, o antagonismo compatível com a democracia liberal denomina-se agonismo, que se refere à relação entre adversários políticos, na qual as regras e os preceitos democráticos são respeitados. Logo, o populismo se torna altamente incompatível com a democracia liberal quando essa relação entre adversários se transmuta para uma relação entre inimigos, tendo como objetivo final a eliminação – política ou até mesmo física – desse inimigo (apud BARROS; LAGO, 2022). Outro ponto que merece destaque refere-se às teorias performativas do populismo, especialmente no que diz respeito ao caráter transgressivo do populismo. A transgressão estética do populismo – aqui entendida não como algo meramente cosmético, mas a tudo o que é perceptível aos sentidos – redefine o que pode e o que não pode ser visto dentro do campo político. Destarte, o populismo está ligado à sua capacidade de gerar dissenso:

> Segundo os adeptos das teorias performativas do populismo, o populismo está sempre ligado a crises. E não apenas no sentido de que é fruto de uma crise – por exemplo, de uma depressão econômica –, mas também no sentido de que o populismo gera crises. Quando perguntado sobre como fazia para navegar nas tempestades políticas dos Estados Unidos, o então presidente americano Donal Trump teria dito: "**Eu sou a tempestade**". [...] O dissenso populista pode ser problemático quando as crises que gera são fantasiosas, conspiracionistas, destinadas a criar pânico moral, e quando o que inclui são discursos intolerantes, advindos do que Hanna Arendt chamaria de "ralé", que suscitam e sustentam a discriminação contra grupos subalternizados. Nesse caso, o antagonismo entre "povo" e "elite" costuma ser narcisista e moralista, opondo o bem contra o mal, os puros contra os impuros. [...] **o dissenso só serve para consolidar a ideia de um "povo" com uma identidade fechada, e tudo o que é diferente precisa ser eliminado** (BARROS; LAGO, 2022, p. 92-93, grifo nosso).

Dentro dessa redefinição do que pode ou não se fazer presente no campo político, lideranças populistas – especialmente no contexto atual das redes sociais – fazem um uso constante do conceito da *Overton Window* como estratégia de mobilização política. Proposto pelo economista libertário, Joseph Overton, corresponde a um modelo que busca explicar como as ideias na sociedade mudam ao longo do tempo e influenciam a política. Nessa dinâmica, atores políticos estariam limitados às ideias, discursos e narrativas que poderiam apoiar publicamente. Tudo que se encontra dentro do "aceitável", por sua vez, estaria dentro da janela de Overton. Todavia, seja por mudanças culturais temporais ou ações de atores ou estruturas políticas, as ideias que se encontram fora dessa janela podem vir a ser naturalizadas dentro do debate político de uma sociedade, deslocando a janela para uma nova dimensão do que é aceitável ou não (Mackinac Center For Public Policy, 2019). Conforme a Figura 3, o objetivo central seria trazer cada vez mais ao centro da "normalidade" práticas, discursos e – sob uma perspectiva mais ambiciosa – legislações.

Logo, a *Overton Window* se subdivide em seis estágios. (1) Inaceitável/impensável; no qual ideias, práticas e discursos são apresentados. Mesmo sabendo da impossibilidade de serem aceitas, o objetivo desse processo é iniciar um debate acerca do que foi apresentado. (2) Radical; ainda vista com muita relutância, a ideia é ainda mais debatida na esfera de especialistas no tema e do público. Em um ambiente virtual, há o processo de "autoespecialização", no qual indivíduos sem qualquer *background* prévio se tornam "especialistas" no campo da ideia apresentada. (3) Aceitável; aqui a ideia se torna mais aceitável frente a personalidades e grupos influentes, lhe conferindo um grau de "legitimidade" e permitindo a expansão de sua livre circulação; (4) Sensível; confere-se um apelo mais elevado à ideia proposta. Nesse contexto, a ideia ganha maior tração entre indivíduos e os principais meios de comunicação. (5) Popular; através de sua disseminação pelos principais meios de comunicação e redes sociais, a ideia se torna altamente popular e aceitável por uma quantidade significativa de indivíduos. (6) Institucionalização, no último estágio – e mais difícil de ser concretizado – a ideia atinge a esfera da legislação, sendo efetivada através de uma lei ou decreto (BOBRIC, 2021).

Figura 3 – A *Overton Window*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mackinac Center For Public Policy (2019) e Bobric (2021).

Todavia, dois apontamentos se fazem necessários. Primeiramente, a *Overton Window* não pode ser tomada como um "passo a passo" para lideranças políticas normalizarem ideias e discursos. Alcançar o estágio 1 desse processo – especialmente com ideias altamente reacionárias – além de levar demasiado tempo, pode não se concretizar. Segundo a *Overton Window,* não opera como um processo de "alteração de pensamento" de um eleitorado. Erroneamente, o conceito acaba por ser amplamente difundido dessa maneira. Essa janela, que opera no espaço do que é aceitável ou institucionalizado, corresponde simplesmente à capacidade de um ator político em identificar ideias ou narrativas que poderiam gerar elevada adesão, caso fossem lentamente naturalizadas, e, consequentemente, fazer com que o "inaceitável" se torne "popular", deslocando a janela de forma quase que imperceptível – e, nos casos de maior radicalização política, de forma dificilmente reversível.

Por fim, o último aspecto do populismo que merece atenção corresponde às características do líder. Primeiramente, muitas lideranças populistas – tanto na literatura quanto na percepção pública – se apresentam como um homem forte e carismático (*charismatic strongman*), que governa com base em uma dinâmica de "culto ao líder". Clamando por um

senso de urgência e um anti-intelectualismo, essa forma de liderança populista aponta para a necessidade de "ações ousadas" para solucionar crises, simplificando a realidade enquanto produzem soluções de senso comum. Outros aspectos importantes dessa liderança são uma exaltação demasiada na virilidade de seu líder e a utilização de um linguajar vulgar e simples, adotando um discurso de "conversa de mesa de boteco". Dessa forma, essa liderança se apresenta como um homem comum, acessível e "forte", se contrapondo aos seus oponentes – caracterizados como "fracos" (MUDDE; KALTWASSER, 2017). A utilização de um linguajar simples e acessível permite que lideranças populistas operem de forma eficaz dentro da *Overton Window*.

O aspecto do "carisma" da liderança populista pode ser mais facilmente compreendido com base no conceito de liderança carismática proposto por Max Weber (1965). Para o autor, o carisma de um líder refere-se à autoridade do extraordinário, uma devoção pessoal, heroísmo e outras qualidades individuais de uma liderança. O carisma seria autodeterminado e estabelece seus próprios limites, rejeitando ordens externas e rompendo com normas tradicionais e racionais. Nesse aspecto, o carisma é um elemento altamente subjetivo e que transcende a percepção racional de indivíduos, permitindo uma "conexão especial" entre o líder e seus apoiadores. Além disso, o aspecto cultural também acaba por influenciar na percepção do carisma. Bastaria observarmos lideranças – populistas ou não – altamente carismáticas em determinados contextos culturais, geográficos e históricos que, quando retiradas desse recorte, poderiam não deter o mesmo carisma sob outras circunstâncias.

As últimas características de lideranças populistas que merecem destaque correspondem ao arquétipo de empresários e o de *insider-outsider*. Um aspecto cada vez mais comum entre lideranças populistas é o do empreendedor econômico, representado por antigos *businessmen* de sucesso – ou que foram capazes de construir uma percepção de sucesso – ao longo de suas carreiras e que, posteriormente, se aventuraram na esfera política. Pela distinção populista entre "elite contra o povo" não ser baseada puramente em aspectos socioeconômicos, antigos empresários populistas constroem essa distinção reforçando o aspecto da moralidade em sua imagem, uma vez que alcançaram sucesso fora de um sistema dominado por uma "elite corrupta". Por fim, a dinâmica *insider-outsider* não é tão simples como se apresenta, uma vez que uma ampla maioria de líderes populistas compõe parte da elite de suas respectivas nações. Logo, haveria três possibilidades: verdadeiros *outsiders*, *insiders* ou *insider-outsiders* (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

> Os **verdadeiros outsiders são muito raros**. Eles não têm vínculos significativos com a elite, definida de forma ampla, e **constroem sua carreira completamente fora** da

> corrente política principal. Entre os poucos outsiders populistas mais proeminentes estão Hugo Chávez e Alberto Fujimori. [...] Os verdadeiros outsiders são provavelmente mais bem-sucedidos em sistemas políticos mais personalizados e fluidos, como os sistemas presidenciais na América Latina, [...]. Na realidade, **quase todos os populistas bem-sucedidos são insider-outsiders**: homens e mulheres que nunca foram membros da elite política, o círculo interno do regime político, mas que têm (fortes) conexões com eles. [...] Por fim, há um pequeno grupo de insiders populistas que vêm de dentro do coração da elite política. Alguns ocuparam cargos de alto escalão em partidos tradicionais antes de iniciar uma segunda carreira como político populista. [...] Os limites entre o status de insider e outsider tornam-se indistintos quando os líderes populistas conseguem vencer as eleições e permanecer no poder por um longo período de tempo. Quando isso ocorre, eles necessariamente se tornam parte do establishment político – e geralmente também do econômico (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 74-76, grifo nosso, tradução nossa[42]).

Essa seção buscou elucidar o populismo como uma *thin-centered ideology*, justamente por se apresentar, na maioria dos casos, assimilada ou acompanhada de outras ideologias. Esse aspecto é crucial para o trabalho em questão, uma vez que as diferentes tipologias de nacionalismo – especialmente o nativismo – evocadas por Bolsonaro e Trump são colocadas como aspectos centrais em suas práticas políticas. Como demonstrado ao longo dessa seção, o elemento populista, apesar de presente e extremamente importante para compreendermos esses fenômenos, acaba por ser assimilado pelo neonacionalismo. Além disso, a centralidade de suas figuras para seus movimentos desafia as concepções dos limites de durabilidade de movimentos e lideranças populistas convencionais. Outro elemento central que explica a razão pela qual o presente trabalho não se utilizará exclusivamente do conceito do populismo corresponde à improbabilidade de que lideranças populistas ameacem a existência do sistema democrático a ponto de provocar sua ruptura. Tanto Trump quanto Bolsonaro não apenas deixaram claras intenções de ruptura, mas promoveram – Trump mais diretamente – uma ruptura democrática quando confrontados com a derrota nas urnas.

O populismo, que por sua vez tem suas origens no fascismo, acaba por encontrar similaridades na construção de identidades com o nacionalismo. A dinâmica nacionalista de construção de identidades na dinâmica "nós contra eles" encontra similaridades na dinâmica de "o povo contra a elite", uma vez que o elemento da superioridade moral de um grupo frente a

[42] True outsiders are very rare. They have no significant links to the elite, broadly defined and build their career completely outside of the political mainstream. Among the few more prominent populist outsiders are Hugo Chávez and Alberto Fujimori. [...] True outsiders are probably more successful in more personalized and fluid political systems, such as the presidential systems in Latin America, [...] In reality, almost all successful populists are insider-outsiders: men and women who have never been members of the political elite, the inner circle of the political regime, but have (strong)connections to them. [...] Finally, there is a small group of insider populists, populists who come from within the heart of the political elite. Some have held high-ranking positions in mainstream parties before starting a second career as a populist politician. [...] The boundaries between insider and outsider status become blurred when populist leaders are able to win elections and staying power for a long period of time. When this occurs, they necessarily become part of the political—and usually also the economic—establishment (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 74-76).

outro se faz presente. Todavia, o populismo reforça uma opressão social que vem de cima – elites – para baixo, ao passo que o nacionalismo, na maior parte das vezes, opera pela lógica de medo de perda de um *status* nacional garantido previamente – um direito – e que se encontra ameaçado. Um elemento central do neonacionalismo que será abordado posteriormente trata justamente da forma pela qual é capaz de operar simultaneamente com as duas perspectivas narrativas de forma altamente eficaz.

2.6 Nacionalismo e extrema-direita

A presente seção busca elucidar o debate acerca do conceito da extrema-direita dentro do debate teórico posterior acerca do neonacionalismo. Similarmente aos conceitos de fascismo e populismo, termos como "extrema-direita", "direita radical" e "*far right*" são utilizados quase que como sinônimos para se referir ao mesmo fenômeno: a ascensão de uma "nova direita" que, ao mesmo tempo em que herda elementos de direitas antigas e de movimentos nazifascistas, opera de forma distinta e busca se distanciar de comparações com a direita convencional e movimentos mais extremistas. Destarte, essa seção tem como objetivo central situar como o neonacionalismo e elementos nacionalistas se fazem presentes nessas "novas direitas". Para tal, faz-se necessário alguns movimentos iniciais acerca da extrema-direita: abordar seu surgimento e conceitualizar o fenômeno; discorrer sobre as "ondas da nova direita" desde meados do século passado; e elucidar as razões pelas quais a literatura justifica uma classificação distinta da de movimentos nazifascistas. Cabe destacar que essa seção não tem como intuito realizar uma evolução histórica desses movimentos no Brasil e nos Estados Unidos. Tal movimento será feito nos subsequentes capítulos com o intuito de compreender como o neonacionalismo acabou por se desenvolver.

2.6.1 Contextualizando as "novas direitas"

Um ponto de partida necessário para conceitualizar esse fenômeno corresponde à diferenciação entre a esquerda e a direita em suas concepções básicas. De acordo com Norberto Bobbio (1995), uma distinção básica entre ambos reside em seus pontos de vista em relação ao conceito de "igualdade". Para a esquerda, as desigualdades – sejam elas de ordem econômica, cultural, racial ou religiosa – entre indivíduos não seriam uma condição social natural, devendo ser combatidas e superadas através da atuação de um Estado ativo. Em contrapartida, a direita pondera que as desigualdades entre indivíduos seriam naturais e positivas no contexto social,

uma vez que permite que sejam superadas a partir do autoaperfeiçoamento individual; rechaçando intervenções estatais para combater desigualdades. Esse ponto de partida nos permite compreender as distintas formas de manifestação de correntes da direita política (como as diversas formas do conservadorismo e liberalismo econômico) com base no grau em que observam e justificam essas desigualdades como sendo "naturais". Logo, quanto mais radicalizado, cada vez mais tais desigualdades podem servir como forma de justificar a exclusão e, até mesmo, a eliminação de determinados indivíduos.

Similarmente ao surgimento do populismo, a ascensão de uma expressão mais radical da direita que conhecemos atualmente encontra suas origens no pós-Segunda Guerra. Diferentemente do populismo que se originou como uma reação alternativa ao pensamento fascista, a nova direita radical tem como ponto de partida a não superação do colapso de regimes fascistas europeus. Em palestra proferida na Universidade de Viena em 1967, o filósofo e sociólogo alemão Theodor W. Adorno discorreu acerca do ponto de partida dessa nova forma de radicalismo de direita na Europa. As observações iniciais de Adorno, proferidas há mais de cinquenta anos, foram capazes de encapsular um elemento norteador que opera na direita radical até hoje: o ressentimento frente à perda, ou percepção de perda, de *status*.

> Senhoras e senhores, quero então partir daí: os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política. Em primeiro lugar, penso na tendência ainda dominante de concentração do capital, que se pode eliminar do mundo pelas mais diversas artes da estatística, mas de cuja existência não se pode, seriamente duvidar. Além disso, essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da **desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas** de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu *status* social, e possivelmente fortalecê-los. **Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo** ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, **transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam *status***, ao menos segundo concepções tradicionais (ADORNO, 2020, p. 45-46, grifo nosso).

Apesar de a seção 86 do código penal alemão (*Strafgesetzbuch*) ter criminalizado organizações políticas e movimentos nazifascistas no território e na política, Adorno aborda em sua exposição que o sentimento nacionalista e a vontade de retomada de um passado alemão glorioso ainda perduravam na sociedade alemã:

> [...] não se deve acreditar que se trata meramente dos assim chamados "incorrigíveis", sobre os quais se sacode os ombros. **São atraídos também, sem dúvidas, jovens**, // em especial também tipos daqueles, digamos, que vivenciaram a derrocada em 1945 enquanto meninos de quinze anos e que têm o sentimento extraordinariamente forte de que "a Alemanha deve se reerguer". [...] **A identificação com o sistema na Alemanha nunca foi de fato radicalmente destruída**, [...] (ADORNO, 2020, p. 50, grifo nosso).

Aliados à não superação total desses ideais nazifascistas, outros fatores se fizeram presentes ao longo do século passado que possibilitaram um terreno fértil para a ascensão de uma nova direita radical. O primeiro deles diz respeito ao descolamento dos ideais democráticos com as práticas democráticas. O constante apelo e crescimento de lideranças, partidos e movimentos extremistas têm colocado em xeque a ideia de que a democracia representativa, consensualmente, sempre se traduziu como a maneira mais democrática de manifestação da "voz do povo". Comumente apontado como o berço da democracia representativa contemporânea, o sistema representativo dos Estados Unidos, ironicamente, partiu de uma concepção que buscava distanciar o povo da participação política nacional. No artigo 63 dos "Documentos Federalistas"[43], Hamilton e Madison explicitam a necessidade de a nação se distanciar de experiências democráticas anteriores em detrimento de uma república representativa:

> [...] é evidente que o princípio da representação não era desconhecido dos antigos [governos], nem totalmente ignorado nas suas constituições políticas. A verdadeira distinção entre estes e dos governos americanos reside na exclusão **total do povo, na sua capacidade coletiva**, de qualquer participação **nos últimos**, e não na **exclusão total** dos **representantes do povo**, da administração **dos primeiros** (2005, p. 341, grifo do autor, tradução nossa[44])

As posteriores reformas e reinvenções do "mito fundacional" da democracia liberal norte-americana acabaram por ignorar que seu objetivo principal nunca residiu em representar "a voz do povo", mas em ser consoante com o bem público. Esse ponto merece atenção uma vez que pode nos auxiliar a compreender a o distanciamento da realidade da democracia representativa contemporânea com as expectativas prometidas para indivíduos dentro desse sistema: a de que representantes políticos seriam capazes de representar "a voz do povo". Outro elemento diz respeito ao crescimento da independência de Bancos Centrais mundo afora. Não apenas por acabarem, em sua maioria, por serem comandados atualmente por figuras não eleitas e livres de responsabilidade política, mas a relevância de decisões tomadas por esses órgãos passara a afetar mais diretamente o cotidiano de indivíduos após o fim do Sistema de Bretton Woods no início dos anos 70. Se anteriormente desempenhavam um papel mais limitado e discreto na elaboração das políticas econômicas e financeiras, cada vez mais são encarregados

[43] Coletânea de 85 artigos que argumentavam pela ratificação da Constituição norte-americana de 1787. Posteriormente reorganizado e lançado na obra *O Federalista* (1788), os artigos são resultados de debates entre seus autores: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay.

[44] […] it is clear that the principle of representation was neither unknown to the ancients, nor wholly overlooked in their political constitutions. The true distinction between these and the American governments lies **in the total exclusion of the people in their collective capacity** from any share in the **latter**, and not in **the total exclusion of** the **representatives of the people**, from the administration of the **former** (HAMILTON; MADISON, 2005, p. 341, grifo do autor).

por solucionar *trade-offs* de elevado impacto, como se seria mais importante conter a inflação ou o desemprego para a obtenção de um melhor resultado na economia nacional em um determinado ano (MOUNK, 2018).

O terceiro elemento apontado por Yascha Mounk (2018) seria o controle de constitucionalidade na esfera das Supremas Cortes nacionais. Seja um princípio estabelecido constitucionalmente ou adquirido gradualmente ao longo da história – como no Reino Unido – , o controle de constitucionalidade opera como uma forma de salvaguarda contra a possibilidade de tirania da maioria e de proteção à grupos minoritários em nações. Esse princípio, obviamente, se faz necessário em democracias modernas e foi capaz de garantir e resguardar direitos necessários e fundamentais mesmo em momentos de conturbações políticas. Todavia, por mais importante que seja, sua natureza acaba por remover da possibilidade de contestação política diversos assuntos dos quais há a presença de fortes opiniões de indivíduos – abrindo caminho para a percepção de que tais questões estão sob o monopólio de uma "elite" jurídica não eleita. Essa percepção é observável atualmente no contexto brasileiro e norte-americano, nos quais há uma tendência cada vez mais popular – e de algumas figuras políticas na extrema-direita – em argumentar que a suprema corte estaria "legislando" arbitrariamente e atentando contra a "vontade do povo".

De acordo com o *Pew Research Center*, no caso norte-americano, opiniões favoráveis acerca da Suprema Corte do país atingiram seu recorde mais baixo desde o início da série histórica em 1987, com 44% retendo opiniões favoráveis e 54% desfavoráveis em relação à instituição no ano de 2023. A percepção é distinta quando levada em conta a identificação partidária, uma vez que democratas detém atualmente percepções mais desfavoráveis – apenas 24% a observam de forma favorável – em relação à Suprema Corte, julgando-a como mais "conservadora". Todavia, durante a administração Trump e até o final do primeiro ano do governo Biden, uma média de 60% de democratas detinham visões favoráveis frente a instituição, sendo a derrubada da garantia constitucional ao aborto em território norte-americano – estabelecida no caso *Roe versus Wade* em 1973 e derrubada em junho de 2022 – o ponto de virada para uma visão mais desfavorável. Com a percepção de uma Suprema Corte mais conservadora, 68% dos republicanos detêm visões favoráveis em 2023 (LIN; DOHERTY, 2023).

O cenário brasileiro é ainda pior em relação ao STF: de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha, sua desaprovação saltou de 31% para 38% entre os anos de 2022 e 2023, ao passo que sua aprovação reduziu de 31% para 27% no mesmo período. Similarmente, sua aprovação também está correlacionada à inclinação política dos entrevistados, uma vez que,

dos 38% que acham o governo Lula como “bom” ou “ótimo”, 52% aprovam o trabalho da Corte. Em relação aos que desaprovam o governo Lula, 76% consideram que a Corte tem feito um trabalho “ruim” ou “péssimo”, alegando a presença de um forte ativismo político nas decisões do STF (ASSIS, 2023).

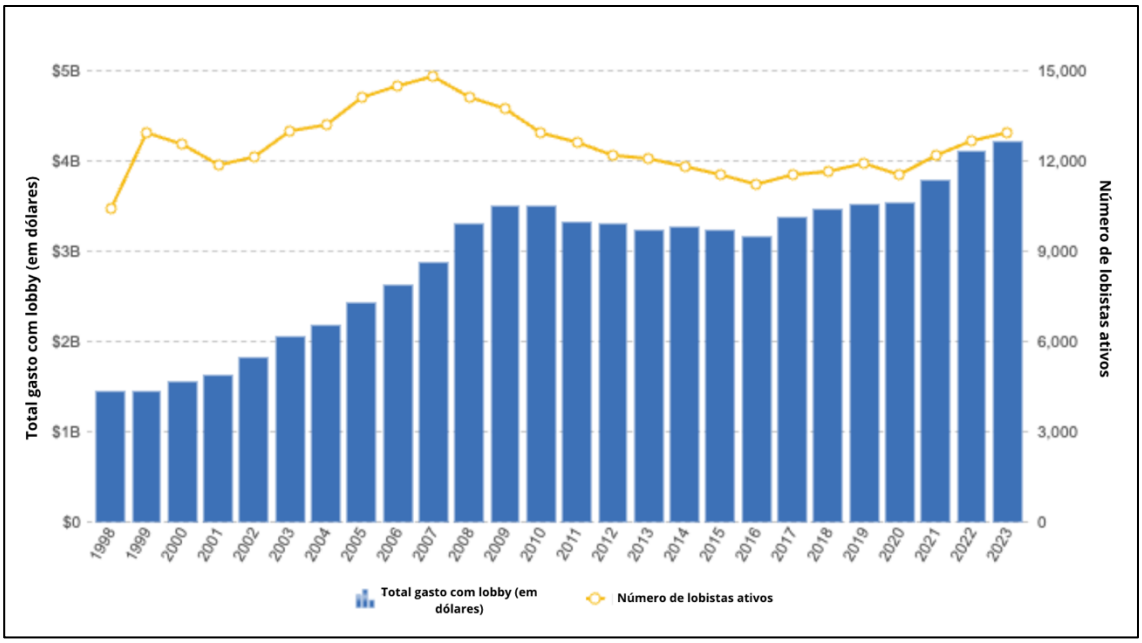
Em relação aos tratados e organizações internacionais, o quarto elemento, ao mesmo tempo em que a ascensão desses novos modos de governança internacional acarretou resultados positivos – como a expansão do livre-comércio e a celebração de direitos humanos e princípios básicos universais, por exemplo –, seria impossível negar que acabaram por impactar no contexto da política doméstica de diversas nações. Seja por efeitos de crises econômicas internacionais ou pela elevação do fluxo internacional de imigrantes, há um claro descontentamento em nações ocidentais com os ônus dos efeitos da globalização que, por sua vez, acabam por se traduzir na busca por “responsáveis” domésticos e estrangeiros pelas transformações nacionais (MOUNK, 2018).

Por fim, Mounk (2018) aborda a crescente conexão entre a classe política e a elite econômica de nações, que resultou na expansão da influência dessas elites em decisões políticas a seu favor, através de doações de campanha e da prática do *lobby*. No caso norte-americano, antes rechaçado pelos Pais Fundadores e proibido durante boa parte da história nacional, o *lobby* não apenas alcançou a esfera da legalidade, mas acabou por se tornar parte central da política nacional, uma vez que, pela necessidade de financiamento de campanhas políticas, partidos passaram a se tornar cada vez mais dependentes desse tipo de financiamento e, consequentemente, acaba por servir como uma forma de distanciar ainda mais a classe política dos reais interesses do povo.

Conforme demonstra o Gráfico 3, apesar de o número de lobistas ativos ter entrado em declínio desde 2007, a quantidade de recursos financeiros gastos com o *lobby* no país atingiu um patamar histórico de 4,2 bilhões de dólares em 2023. Um caso que merece destaque é o da *National Rifle Association* (NRA), organização nacional sem fins lucrativos que busca garantir a proteção ao direito de portar armas, garantido pela Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Historicamente, grande parte de suas contribuições é destinada a representantes do Partido Republicano, buscando não apenas garantir o porte de armas entre cidadãos, mas também um afrouxamento legislativo frente às restrições que ainda perduram. Entre os 17 ciclos eleitorais que ocorrem entre 1990 e 2022, a NRA despendeu um total de 20,5 milhões de dólares em contribuições apenas para o Partido Republicano, representando uma média de 1,2 milhões por ciclo eleitoral. Em contrapartida, o Partido Democrata recebeu um total de 3,5 milhões de dólares durante o mesmo período, representando uma média de 208 mil

dólares por ciclo eleitoral. A realidade prática desse elevado financiamento se traduz em uma convergência quase que total de representantes republicanos com os interesses econômicos do setor de armamento nacional (OpenSecrets, 2024).

Gráfico 3 – Número de lobistas e gastos totais no setor nos EUA



Fonte: Traduzido pelo autor a partir de Open Secrets (2023).

No caso brasileiro, a regulamentação da atividade de lobistas é debatida na esfera legislativa há mais de 40 anos, operando atualmente em uma área cinzenta através da representação de profissionais de relações governamentais de empresas com as esferas do legislativo e executivo. Um levantamento realizado em 2018 estimou que, naquele período, 96 mil profissionais da área de relações governamentais atuavam no país (GALVÃO, 2018). Frente à falta de regulamentação da atividade, torna-se difícil um levantamento contundente acerca da quantidade de investimentos despendidos na atividade por empresas privadas e setores produtivos do país. Todavia, é possível traduzir a influência de grupos de interesse por meio da formação de frentes parlamentares no legislativo brasileiro. Dentre as mais influentes , estão a Bancada da Bala (307 deputados), responsável pela flexibilização do acesso ao armamento civil; a Bancada do Boi (246 deputados), defendendo os interesses da agropecuária e do agronegócio; e a Bancada Evangélica, ou da Bíblia (196 deputados), promovendo a defesa dos interesses de entidades e valores evangélicos na legislação brasileira (SPECHOTO, 2021).

Todos esses elementos resultam numa descrença com o sistema e com a classe política, fazendo com que ocorra uma gradativa aceitação por sistemas cada vez menos democráticos e

mais autoritários e por políticos mais autoritários. De acordo com o *Pew Research Center*, ao passo que a média global de satisfação com a democracia é 57% contra 41% de insatisfação, a média nacional nos Estados Unidos é 41% de satisfeitos frente a 58% de insatisfeitos com o sistema (SCHAEFFER, 2022). Apesar de os níveis de satisfação com a democracia no Brasil terem melhorado entre 2018 e 2022 – saindo de 19% para 38% –, os níveis de insatisfação ainda são maiores, apesar de uma queda no mesmo período: de 79% para 56% de insatisfeitos (TABAK, 2022). A preferência pelo autoritarismo também é reveladora: quando confrontados com a afirmação "como as coisas estão tão fora do caminho neste país, precisamos de um líder que esteja disposto a quebrar algumas regras, se isso for necessário para consertar as coisas", 38% da população norte-americana concordou. Além disso, o apoio pelo uso de violência política por parte de civis para "salvar o país" saltou de 15% em 2021 para 23% em 2023 (PRRI, 2023b).

Na América Latina, o apoio à democracia caiu de 63% para 48%, entre 2010 e 2023 (Agence France-Presse, 2023). Em levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), buscou-se mensurar o grau de propensão de cidadãos brasileiros em apoiarem opiniões e atitudes autoritárias. Utilizando-se da perspectiva teórica e conceitual consagrada nos anos 1950 por Theodor Adorno e colaboradores, o FBSP configurou uma escala de propensão ao apoio a posições autoritárias que varia de "baixo", com score entre 0 e 3, "moderado", entre 4 e 6, e "forte", entre 7 e 10. A amostra de entrevistados brasileiros obteve um score de 8.10, demonstrando uma propensão elevada da população ao apoio de posições autoritárias na sociedade e na política (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

2.6.2 Compreendendo a extrema-direita

Conceitualizar a extrema-direita, assim como seus movimentos, partidos e lideranças, tem sido uma árdua tarefa desde o início dos estudos da literatura. Todavia, cada vez mais consensos foram adquiridos acerca do significado de conceitos que, em primeira vista, parecem operar como sinônimos. Buscando distinguir entre diferenças vitais dentro das "novas direitas", o presente trabalho também parte do entendimento de autores como Cas Mudde e Andrea L P Pirro em utilizar o termo ultradireita (*far right*) para se referir a formas de políticas defendidas que vão além do que é defendido por uma direita mais convencional e moderada. Por sua vez, a ultradireita é subdividida em dois grupos: a direita radical e a extrema-direita. Como ponto de partida, podemos elencar que o elemento que diferencia a direita radical da extrema-direita seria o caráter explicitamente antidemocrático da última, visando em última instância derrubar o

sistema democrático, como no caso do fascismo. Isso não significa que a direita radical não apresente elementos antidemocráticos, com a defesa de uma democracia iliberal ou restringir direitos de minorias em uma nação, ou que a extrema-direita seria uma mera reedição do nazifascismo. Diferentemente desses fenômenos anteriores, a extrema-direita observa um esgotamento claro na organização e na forma de tomada de poder desses regimes: a derrubada de um sistema e a implementação de outro à força são insustentáveis no longo prazo. Dentro do guarda-chuva da ultradireita, esses dois subgrupos partilham como elemento ideológico central o nativismo e o autoritarismo, defendendo ideais excludentes, hierárquicos e desumanizadores que priorizam e buscam preservar a superioridade e o domínio de uns sobre outros, contrariando o princípio constitucional liberal de direitos e liberdades igualitários e desafiando o Estado de direito. Diferentemente dos regimes do início do século passado, a ultradireita compreende que a conquista do campo cultural seria uma estratégia mais eficaz (PIRRO, 2023).

Podemos considerar que a extrema-direita, ao mesmo tempo em que compartilha das principais características da direita (populista) radical, vai mais além: simpatiza ou defende abertamente ideais das ideologias do fascismo e nazismo. Logo, os elementos nativistas que detêm se traduzem através do racismo, antissemitismo, islamofobia ou do não compartilhamento de valores e ideais sociais e culturais do grupo dominante. O elemento populista, já explorado na seção anterior, é intrínseco à ultradireita. Por sua vez, o autoritarismo corresponde à crença de uma sociedade estrita na qual infrações contra a autoridade devam ser severamente punidas. Sob essa ótica, problemáticas sociais complexas são interpretadas e solucionadas por meio da garantia da "lei e da ordem", reintroduzindo o aspecto da moralidade e da tradição no contexto social. Todavia, não há apenas uma disputa da ultradireita com a direita convencional acerca de quem representaria a "direita real". A mesma dinâmica ocorre dentro da ultradireita: membros da extrema-direita apontam a direita radical como "burgueses vendidos", corruptos, fracos e que auxiliam na manutenção do *establishment* político. Em contrapartida, a direita radical busca denunciar o extremismo e a violência presentes na extrema-direita, apontando sua ineficiência política e falsa representatividade. A ultradireita acaba por despender mais energia denunciando a si mesma do que seus "verdadeiros inimigos" do *establishment* (MUDDE, 2019).

Similarmente ao populismo, a ultradireita manifestou-se através de ondas ao longo do século XX. O cientista político alemão Klaus von Beyme identificou três ondas da ultradireita após 1945 na Europa Ocidental: [1] o neofascismo do pós-guerra (1945-1955), operando com maior força na Itália e na Alemanha, nas quais o final violento desses movimentos levou a sua marginalização ou a sua proibição nesses países, colocando seus antigos membros em uma

situação desprivilegiada, uma vez que, apesar do fim desses regimes, muitos ainda simpatizavam com seus ideais; [2] as novas ondas de privação social (1955-1980), permitindo o surgimento de novos partidos, lideranças e movimentos – como o Pujadismo, na França – que ascenderiam politicamente protestando contra a marginalização das periferias rurais e políticas de bem-estar sociais, detendo um caráter mais populista; e [3] a onda da direita radical (1980-2000), originando-se dentro de um contexto de xenofobia e desemprego no continente e marcado pela ascensão da direita populista radical dentro do parlamento de diversas nações europeias (BEYME, 2013).

Segundo Cas Mudde (2020), o contexto atual está inserido na quarta onda, marcada pelo alcance do *mainstream* político de lideranças e movimentos da ultradireita. Oriunda de um contexto de três grandes crises – os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a crise econômica de 2008 e a crise de refugiados na Europa de 2015 – essa quarta onda é marcada não apenas pela normalização da ultradireita dentro do contexto político, mas também do econômico. Segundo o autor, a relutância inicial de grandes empresas e setores econômicos em abraçar políticos e partidos da ultradireita acabou por se dissipar frente à viabilidade eleitoral dessas figuras políticas mais radicais. Mesmo mais inclinados a apoiar republicanos, diversas empresas e empresários foram relutantes em apoiar Donald Trump na campanha presidencial de 2016. Todavia, após conquistar a nomeação e a presidência, o fluxo de doações privadas para a campanha de sua reeleição se intensificou:

> Ao se cercar de um gabinete de capitalistas, os mercados logo abraçaram o novo líder e o mercado de ações, em particular, reagiu com entusiasmo. Da CNBC à Fox Business, os megafones da mídia das grandes empresas estão saudando as "conquistas econômicas" de Trump. Quanto mais tempo ele fica no poder, menos as grandes empresas e seus líderes se opõem abertamente a Trump, que também se tornou o candidato mais popular entre os milionários (MUDDE, 2020, p. 302-303, tradução nossa[45]).

No caso de Bolsonaro, antes mesmo de conquistar a presidência, sua campanha já contava com o apoio aberto de setores econômicos e grandes empresários brasileiros. Sua participação no Fórum Econômico Mundial, logo após sua eleição, detém uma forte simbologia de normalização de sua figura por parte da elite econômica. Ainda em 2019, Bolsonaro foi premiado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA como "pessoa do ano", mesmo sofrendo

[45] Surrounding himself with a cabinet of capitalists, the markets soon embraced the new leader and the stock market, in particular, has responded enthusiastically. From CNBC to Fox Business, the media megaphones of big business are hailing Trump's "economic achievements." The longer he is in power, the fewer big businesses and their leaders openly oppose Trump, who has also become the single most popular candidate among millionaires (MUDDE, 2020, p. 302-303).

protestos de algumas grandes empresas norte-americanas que atendiam à cerimônia (MUDDE, 2020).

Além da normalização de figuras e partidos da direita radical, seu apoio popular na quarta onda é amplamente maior do que no século passado, saindo de uma média de votos de 4,7% na primeira década do século XXI para 7,5% na década seguinte. Além disso, esses partidos foram capazes de se inserir na política nacional em localidades nas quais sofriam alta resistência, como no caso alemão e sueco, ou em localidades além do continente europeu, como no caso brasileiro e argentino, e, na Europa, vieram a se tornar um dos maiores partidos em suas nações de origem, como no caso do *Fidesz*, na Hungria, e o *PiS*, na Polônia – sendo estes também capazes de constituir maioria governamental por si só. A capacidade de definir a pauta (*agenda-setting*) também se amplificou nessa quarta onda, mobilizando discussões nacionais em torno de pautas anti-imigração e conservadoras, visando combater o politicamente correto e a denominada "cultura *woke*"[46]. Se antes a percepção era de que a pauta cultural era monopolizada pela esquerda, na quarta onda a ultradireita vem demonstrando ser altamente efetiva em direcionar pautas e debates políticos para a esfera cultural – seja para energizar e angariar apoio quanto para criar cortinas de fumaça frente a contradições e escândalos em suas lideranças (MUDDE, 2019).

A base ideológica e teórica da ultradireita encontra suas origens a partir das ideias de Dominique Venner, historiador e militante da extrema-direita francesa, que, ao considerar a impossibilidade de uma revolução ou tomada de poder da direita francesa nos anos do pós-Segunda Guerra, aponta para a necessidade de uma organização política e de uma doutrina. Como estratégia contraleninista aos nacionalistas franceses, surge a criação do *Grece*, um grupo de reflexão política que auxiliaria na estruturação desses ideais, tendo Alain De Benoist como uma das figuras que ganharia maior destaque dentro da literatura da ultradireita a partir desse grupo. Com a ideia de criar um "gramscismo de direita", De Benoist aponta para a necessidade de se conquistar o poder político através da dominação da cultura, distanciando-se de simbologias e repertórios ligados ao fascismo histórico e investindo na penetração de meios culturais, através da criação de revistas e associações de indivíduos. Nasce daí a ideia de

[46] Dentro da comunidade afro-americana, o termo *woke* faz referência ao ato de pessoas pretas estarem ativamente informadas, educado e consciente das injustiças sociais que recém sobre estas. O termo ganhou mais popularidade por ser utilizado por ativistas do movimento do *Black Lives Matter*, que defendiam a necessidade de as pessoas se conscientizarem quanto a brutalidade policial e o racismo estrutural nos EUA. Contudo, o termo passou a ser cooptado por grupos da ultradireita, recebendo a conotação de pautas culturais, sociais e econômicas que visem uma maior inclusão forçada de grupos minoritários. Em sua manifestação mais extrema assumem que há um "complô" generalizado dentro do *establishment* para forçar mudanças gradativas na sociedade que acabam por tirar o protagonismo e marginalizar valores conservadores e a identidade nacional – certas vezes explicitamente defendida como sendo de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros (ALFONSECA, 2024).

metapolítica que se dedicará a uma guerra contra a esquerda na esfera da cultura e que, no século seguinte, virá a ser retomada como a estratégia principal de uma nova subcultura da extrema-direita norte-americana: a *Alternative Right* (VASCONCELOS, 2022).

Nesse aspecto, os movimentos iniciais dessa nova direita buscam se distanciar dos elementos estritamente étnicos do nazifascismo, razão pela qual, apesar de não se opor à importância do nacionalismo, De Benoist define a identidade como dividida em duas partes: a parte "objetiva", composta por elementos como etnicidade, família, religião e nacionalidade; e a parte "subjetiva", baseada em valores pessoais, desejos, experiências e interações com terceiros. Logo, a identidade seria um processo em evolução e adaptável (CAMUS, 2019). Esse conceito de identidade é merecedor de atenção, uma vez que podemos observar que a capacidade de readaptação de grupos de ultradireita frente a cenários complexos e desordens – em alguns casos, causadas por esses próprios grupos – é altamente eficaz por operar justamente a partir da lógica de construção constante da identidade. Reconfigurações no aspecto subjetivo da identidade resultam na redefinição de narrativas, inimigos a serem combatidos, valores e pautas a serem defendidas. Essa dinâmica pode ser um ponto de partida para compreendermos como grupos e lideranças efetivas da ultradireita conseguem manter uma base de apoio sólida e mobilizada mesmo quando inseridos em contextos de contradição latente. Destarte, esse aspecto da personalidade subjetiva tem se mostrado quase que imune frente a contradições.

Todavia, essa recalibração discursiva não significa que a ultradireita passaria a renegar aspectos raciais e biológicos de sua ideologia, mas passaria a fazê-lo de uma forma menos explícita – pelo menos até o final do século passado. Segundo Vasconcelos (2022), o próprio Alan De Benoist acabou por denunciar o racismo de membros do próprio *Grece*, como no caso de Guillaume Faye[47], resultando em sua exclusão do grupo após tal acusação. Apesar de buscar se distanciar da corrente do Tradicionalismo dessa nova direita, com aspectos mais nativistas, De Benoist mantém proximidade com figuras tradicionalistas, como no caso de Aleksandr Dugin, partilha temas essenciais de autores tradicionalistas, como Julius Evola[48]: o ideal de um

[47]Concorrente teórico de Benoist na refundação da direita francesa, é conhecido pelo conceito de *arqueofuturismo*, sendo esse um projeto de reconciliação da tecnociência com "valores arcaicos" da Antiguidade grega (VASCONCELOS, 2022).

[48]Filósofo italiano e pensador tradicionalista da ultradireita que tem como ponto principal a revitalização dos "europeus nativos" sendo concebidos como arianos oriundos de uma sociedade patriarcal situada no Ártico, que tiveram a deturpação de seus valores conforme foram se migrando da região ao longo dos séculos. Evola faz questão de pontuar que os povos situados no Ártico teriam sidos "seres etéreos e fantasmagóricos", postulando um sistema de valores que se baseia em uma hierarquia do espírito acima da matéria e abre caminho para outras derivações – Norte acima do Sul, brancos acimas de negros e masculinidade acima de feminilidade. Outro ponto que merece destaque é que Evola, apesar de conexões com grupos fascistas e clara inspiração em ideais eugênicos, sempre buscou se distanciar de grupos fascistas ou de ser denominado como tal (VASCONCELOS, 2022).

nacionalismo europeu pagão; o antimarxismo; o aristocratismo, e a metapolítica. O autor conclui que:

> [...] a Nova Direita estaria além dos fascismos históricos, na medida em que estes se distanciaram de um pretenso projeto original de reformulação da sociedade, do qual a "revolução conservadora" é a fonte. Isso significaria, ao mesmo tempo, que **a recusa da Nova Direita de se denominar neofascista parece ser correta apenas no sentido da nostalgia dos fascismos históricos**, dado que o sentido último da atuação dos intelectuais dessa vertente é um retorno a fundamentos autênticos que faria dos fascismos históricos apenas uma cópia falha de um projeto inacabado. Sendo assim, **a Nova Direita corresponderia ao desenvolvimento de uma tática cultural** — orientada menos diretamente à ação política, disseminando seus princípios de maneira direta e indireta, através da mídia e do mercado editorial — e "pós-moderna" — em sua colagem de diferentes aspectos temáticos e conceituais da esquerda e da direita (VASCONCELOS, 2022, p. 243, grifo nosso).

Frente a uma melhor compreensão de seus aspectos ideológicos e intelectuais, a Tabela 6 apresenta as principais características da ultradireita a partir de seus principais temas, formas de organização e formas de atuação política. Como apontado, o aspecto racial – especialmente sob o ponto de vista de imigrantes – aparenta não ter uma aplicação eficaz pela ultradireita no contexto brasileiro. Até mesmo dentro da história da criação de grupos neonazistas *skinheads* no Brasil na década de 1980, o aspecto nativista acabou por ser rechaçado pelos seus membros, se opondo à segregação racial e ao uso de simbologias abertamente nazistas no contexto da criação dos "carecas do subúrbio", em São Paulo. Todavia, já detinham um histórico de discriminação contra imigrantes, nordestinos, judeus e homossexuais, permitindo que, posteriormente, membros passassem a defender mais ativamente ideais neonazistas e criassem um grupo dissidente: os "carecas do ABC", incorporando práticas e iconografia nazista. Consequentemente, essa radicalização ainda maior ressoou entre grupos no sul do país e se popularizou devido ao histórico de descendência europeia, principalmente a alemã, e à existência do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores da Alemanha na região durante a Segunda Guerra (ANDRADE, 2013). Logo, o aspecto nativista e racial não deve ser subestimado ou considerado "não aplicável" dentro do contexto da extrema-direita brasileira.

Tabela 6 – Principais características da ultradireita

Principais Temas	Direita (Populista) Radical	Extrema-direita	Observações
Imigração	Imigração em massa constitui uma ameaça existencial à nação e ao Estado.	Mais preocupados com o aspecto racial e cultural da imigração. Apontam que a imigração em massa seria uma forma de	Nesse tema, a figura do "outro" acaba por ser retratada, no caso europeu e norte-americano, como o imigrante muçulmano. A figura do imigrante hispânico também é amplamente utilizada nos EUA. Apesar de não ser um

		"genocídio branco"[49], juntamente com a promoção do multiculturalismo.	tema altamente mobilizador no Brasil, o "outro" acaba por ser retratado na figura de imigrantes de países vizinhos, como a Venezuela.
Segurança	Sob o ponto de vista da ultradireita, o crime é quase que exclusivamente uma questão direcionada aos delitos causados por não nativos. Logo, crimes não estariam relacionados a condições socioeconômicas, devendo ser confrontado com uma garantia severa da lei. No quesito propagandístico, são selecionadas ou criadas narrativas altamente sugestivas de "crimes de imigrantes" ou "crimes de pretos contra brancos" – não sendo necessárias fontes ou dados fidedignos.		Há uma lógica causal clara na ultradireita: impedir a entrada de mais imigrantes garante maior segurança. Apesar de alternativamente ser resgatada no cenário brasileiro, a pauta migratória não possui a mesma força mobilizadora como em nações europeias. Consequentemente, a figura mais usada nesse tema é a do arquétipo do "bandido", podendo englobar tanto a elite corrupta quanto minorias nacionais – especialmente habitantes pobres de comunidades.
Corrupção	Constantemente associada ao nativismo, autoritarismo e populismo, sendo uma elite particular a principal fonte de corrupção. Além disso, essa elite é acusada de corromper mentes, especialmente a da juventude e de mulheres.	Narrativas de corrupção tomam um caráter ainda mais conspiratório e nativista dentro da esfera da extrema-direita. Em sua forma mais radical, uma elite judaica global – normalmente liderada pelo investidor e filantropo, George Soros – é responsável por corromper mentes para que se promova a "mistura de raças".	A associação desse tema com o populismo permite que lideranças da ultradireita condenadas por ou com claros indícios de corrupção consigam sobreviver frente contradições na construção de sua liderança.
Política Externa	As relações internacionais são caracterizadas por um cenário de elevada agressividade e desconfiança, em uma dinâmica altamente individualista: se há vencedores, deve haver perdedores. A política internacional, logo, está em segundo plano frente a política nacional. Além disso, desconfiam de organizações supranacionais – como a ONU e a EU –, mas a direita radical, em sua maioria, não defende a extinção total dessas organizações, especialmente da OTAN.	Defendem a saída e, em última instância, a extinção de organizações e arranjos supranacionais. Como ponto de partida para tal ação fazem uso de justificativas de ordem prática (seriam ineficientes e geram gastos desnecessários) ou conspiratória (fazem parte de um complô internacional que tem como principal objetivo minar a soberania e a cultura de nações).	Cabe destacar que o euroceticismo presente na direita radical europeia, no momento posterior às consequências socioeconômicas do *Brexit*, deixou de almejar a saída do bloco para uma pauta de "reformar" suas estruturas. Além disso, mesmo na instancia da extrema-direita, muitas de suas políticas exteriores acabam por serem minadas frente um "choque de realidade" quando colocadas em prática – observando que os custos de uma política anti-multilateral acabam por serem maiores.
Religião	São, no melhor dos cenários, culturalmente cristãos, uma vez que consideram o cristianismo	Apesar de termos a KKK norte-americana como um exemplo de extrema-direita altamente religiosa, a ampla maioria de	A presença de elementos religiosos pode várias de acordo com o contexto cultural de uma nação, sendo

[49] Narrativa conspiratória popularizada pela *Alt-Right* na qual há uma mobilização internacional para exterminar, com base na miscigenação e na premissa de uma sociedade multicultural, a presença de brancos puros como a raça política dominante no ocidente. Essa narrativa é atrelada a outra teoria conspiratória da "grande substituição" (*the great replacement*), na qual uma grande elite judaica internacional busca substituir nações de maioria branca por outros grupos minoritários (WENDLING, 2018).

	como parte intrínseca da cultura nacional, podendo ou não associar a nação a uma religião específica.	grupos e movimentos rechaçam o cristianismo, argumentando que é uma forma de judaísmo. De qualquer forma, quando presente, o aspecto religioso é altamente instrumentalizado como uma ferramenta de mobilização de violência política ou física contra adversários.	mais aberta e forte em nações cristãs ortodoxas, como a Rússia. No caso da ultradireita judaica, o aspecto religioso se une ao aspecto étnico por conta da definição etnorreligiosa nacional.
Formas de Organização	**Direita (Populista) Radical**	**Extrema-direita**	**Observações**
Partidos Políticos	Ponto central da quarta onda da ultradireita. Dividem-se entre aqueles partidos que são herdeiros diretos das tradições fascistas e aqueles que se originam através de um posicionamento antissistema (IGNAZI, 2022). Sua estrutura pode se orientar a partir de um partido de massas ou ter um líder como elemento mobilizador. Detêm um nível modesto de membros e ativistas independentes, dependendo de financiamento governamental ou privado, no caso de alguns sistemas políticos. Mesmo quando não alcançam representação no legislativo, permanecem como uma organização fora do parlamento que busca mobilizar sua base.		O aspecto autoritário da ultradireita também se traduz em sua organização partidária, uma vez que possuem processos decisórios altamente centralizados e pouco democrático entre seus membros – priorizando lideranças mais populares.
Organizações Intelectuais	Apesar de se apresentarem majoritariamente como anti-intelectuais, possuem organizações focadas em desenvolver e transmitir ideias da ultradireita entre seus membros, organizando conferências, *thin tanks* e publicação de material impresso e virtual – sendo o *Grece* um exemplo dessa forma de organização.	Suas organizações intelectuais vão mais além ao promover a normalização de ideias abertamente racistas e que promovem a eugenia, como a *American Renaissance*, de Jared Taylor, e o *National Policy Institute* (NPI), de Richard Spencer – ambos expoentes da *Alt-Right*.	Cabe destacar que a promoção de suas ideias alcançou outro patamar frente a digitalização dos meios de comunicação. Dessa forma, publicações de livros e revistas podem ser compartilhadas e disseminadas de forma gratuitas em domínios oficiais desses grupos ou redes sociais.
Organizações de Mídia	Surgimento de novas organizações por conta da revolução das redes sociais e de alta popularidade angariada pela direita radical.	O meio digital é amplamente mais dominado pela extrema-direita – especialmente nos EUA. Desde os anos 90, é possível observar a popularização da internet coma criação e *sites* neonazistas no país, sendo o *Stormfront* um dos primeiros. Atuam e se mobilizam constantemente em comunidades de fóruns virtuais ou plataformas de mensagens, como o *4chan* e *Discord* – em sua maioria, para fins violentos. Também se fazem presentes em jornais virtuais, como o *Breitbart News*, *Daily Stormer* (abertamente neonazista), *Info Wars* (altamente conspiratório, comandado por Alex Jones) e o *V-DARE* (abertamente supremacista branco).	Apesar de mais numerosas nos EUA, também há a presença de organizações similares em outros países, como o *Rebel Media*, no Canadá, o *Gazeta Polska*, na Polônia, e o Jornal da Cidade Online, no Brasil.
Grupos políticos	Na ausência de partidos de extrema-direita ou de direita radical, grupos políticos de ultradireita acabam por ter um papel central na mobilização de apoiadores e pressão frente partidos da direita convencional. Todavia, a efetividade de sua atuação é contestável.	Nesse caso, frente o baixo número de partidos políticos abertamente de extrema-direita, grupos mais extremistas dificilmente são reconhecidos ou abraçados diretamente por partidos da direita radical. O apoio direto à esses grupos acarreta na associação automática de compartilhamento da responsabilidade por atos de violência que podem vir a praticar. Todavia, não significa que partidos da direita radical possam o fazer de	Possuem uma organização marginal e podem se apresentar das mais variadas formas: grupos com claras conexões com partidos políticos, como no caso do *Tea Party*, com maior presença online, como o *QAnon* e milícias, como o *Proud Boys*. A colaboração internacional entre grupos é quase que marginal, ocorrendo mais fortemente

		forma velada, buscando energizar sua base ou criar situações desestabilizadoras para o governo de oposição.	na esfera de grupos neonazistas, com o objetivo de criar "franquias" em outras nações.
Formas de Atuação	**Direita (Populista) Radical**	**Extrema-direita**	**Observações**
Eleições	A maioria dos partidos de ultradireita participam de ciclos eleitorais, obtendo maior taxa de sucesso em eleições para o legislativo nacional. Na maioria dos casos, lideranças da ultradireita não obtém o mesmo sucesso para eleições do executivo. O caso de Trump e Bolsonaro merecem especial atenção por serem lideranças abertas da ultradireita que conquistaram a presidência em partidos que não são historicamente de ultradireita. No caso de Bolsonaro há outro elemento importante: líderes da ultradireita conseguem chegar no segundo turno de eleições, mas raramente vencem elas.		
Demonstrações	Eventos político-emocionais são cruciais para popularização de lideranças e movimentos da ultradireita: ao mesmo tempo em que criam um senso de comunidade entre seus membros, conquistam espaço na opinião pública, promovem suas ideias e pressionam partidos políticos. Alguns eventos menores são organizados com o intuito de atrair a curiosidade da mídia *mainstream* que, posteriormente, transmite a mensagem do grupo para um público convencional.		
Violência	Apesar de poder ser influenciada por lideranças políticas da ultradireita, essas raramente se engajam em demonstrações de violência – condenando abertamente atos de violência ou esquivando-se de responsabilidade. Até mesmo lideranças de grupos políticos da ultradireita são os responsáveis diretos por perpetuar tais atos.	Materializa-se em demonstrações e comícios através do confronto direto com grupos que comparecem para protestar, atentados terroristas ou massacres planejados antecipadamente, em sua maioria praticados por um único atirador – os chamados "lobos solitários" que se radicalizam através da cultura digital da extrema-direita.	O terrorismo perpetuado por grupos ou indivíduos da ultradireita passou a ser reconhecido como uma ameaça doméstica central para os EUA, representado pela supremacia branca no país. Todavia, há inúmeros incidentes de terrorismo de ultradireita na Europa Ocidental, sendo estimado que, entre 1990 e 2015, 578 incidentes violentos ocorreram nessa região.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mudde (2019).

Antes de encerrar a seção, cabe pontuar alguns elementos em relação à ultradireita. Primeiramente, os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro acabam por cair em qual campo da ultradireita? Como abordado anteriormente, ambos os representantes não se encaixam na classificação de apenas "populistas" em decorrência do incentivo e participação – mesmo que de forma indireta – na tentativa de ruptura institucional após perderem a disputa eleitoral. Logo, pelas mesmas razões, também não se encaixariam na classificação de uma direita (populista) radical, como Marine Le Pen. Restaria então classificar tanto Trump quanto Bolsonaro como figuras pertencentes à extrema-direita. Todavia, o trabalho em questão se propõe a utilizar o neonacionalismo como uma forma de classificação mais adequada perante ambas as figuras, compreendendo que o neonacionalismo – apesar de se intersectar em diversos aspectos com a extrema-direita, assim como o faz com o populismo – é capaz de mobilizar e instrumentalizar, simultaneamente ou alternadamente, diversas tipologias de nacionalismo. Além disso, consegue transitar por elementos demasiadamente controversos da extrema-direita e mobilizá-los de forma altamente popular entre suas bases.

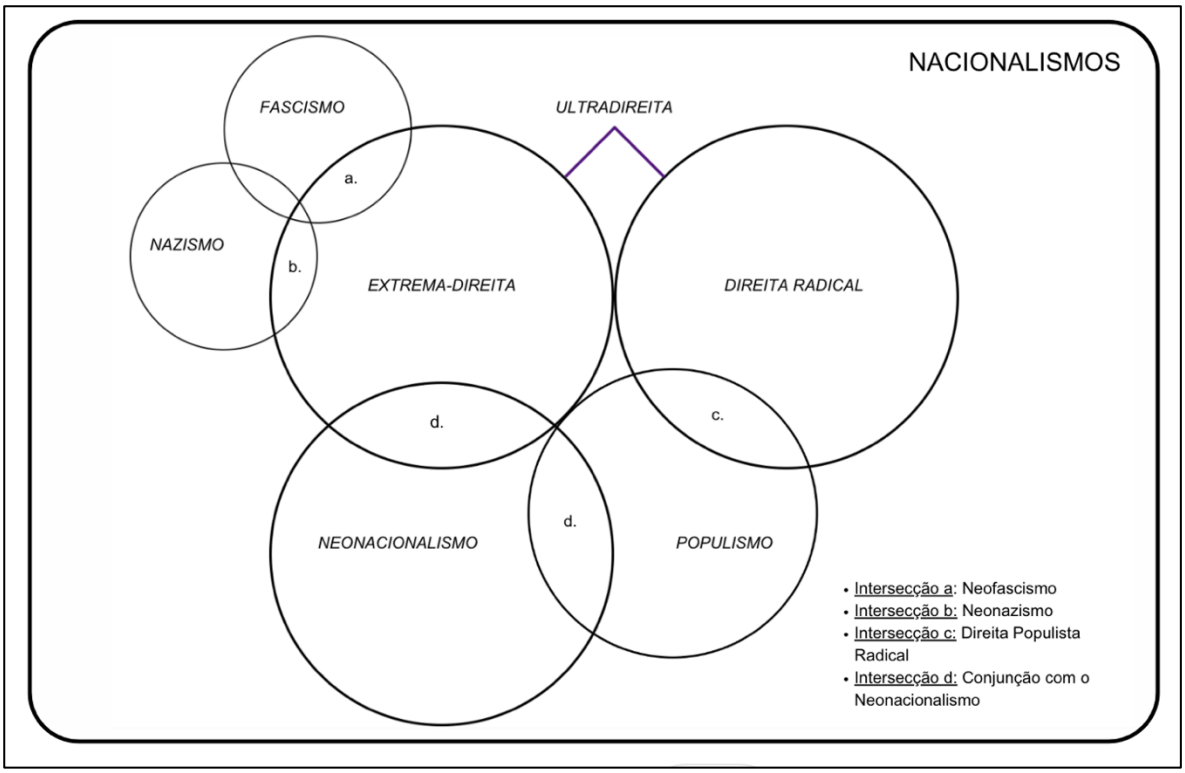
A Figura 4 apresenta um esquema da intersecção entre o neonacionalismo e os principais conceitos apresentados ao longo desse capítulo. Primeiramente, o esquema insere

propositalmente esses conceitos dentro da esfera dos nacionalismos. Como demonstrado até aqui, os estudos e distintos movimentos nacionalistas ao longo da história foram os responsáveis por originar e influenciar – em graus distintos – os movimentos ultranacionalistas da primeira metade do século XX e os movimentos que se seguiram após o fracasso dos primeiros. Tanto os movimentos clássicos do fascismo quanto do nazismo sofrem uma interseção direta com a nova extrema-direita do pós-guerra, continuando a operar em suas subsequentes interações: o neofascismo e o neonazismo. Apesar de ambas pertencerem à ultradireita, a direita radical não possui uma intersecção com a extrema-direita em decorrência do elemento principal de distinção entre ambas: o desejo de romper com o sistema democrático da extrema-direita. Logo, pela mesma razão e pelos pontos apresentados anteriormente, a intersecção do neonacionalismo na ultradireita ocorre apenas com a extrema-direita – na lógica oposta, o populismo se interseciona com a direita radical.

As intersecções do neonacionalismo com o populismo e a extrema-direita correspondem ao caráter que diferencia o neonacionalismo de simples movimentos populistas e justifica seu uso nos objetos desse trabalho: sua capacidade de mobilizar diversas formas de nacionalismo[50] e conciliar os elementos altamente antidemocráticos e radicais da extrema-direita com a esfera da política populista, obtendo elevado grau de engajamento e apoio entre suas bases de apoio – mesmo após o fracasso de uma tentativa de ruptura institucional que, em períodos anteriores, significaria uma "morte" política dessas lideranças.

[50] Mais especificamente, as formas de nacionalismo descritivas apresentadas na primeira secção, assim como o nacionalismo cristão, cívico, econômico, liberal, expansionista, revolucionário, conservador, romântico, de gênero e integralista.

Figura 4 – Esquema de intersecção do Neonacionalismos com os conceitos apresentados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.7 A presença e a influência do nacionalismo em política doméstica e externa

Como abordado, o elemento central das diferentes tipologias do nacionalismo ao longo da história reside no senso de superioridade de um grupo – uma nação – frente a terceiros. Essa superioridade pode ser encarada nas mais diversas óticas: seja a partir da superioridade de uma economia ou instituições históricas singulares e fortes, até a superioridade racial de um grupo perante terceiros no mesmo território ou em outras nações. O elemento do patriotismo também foi abordado e diferenciado do nacionalismo cívico. Apesar da força e a superioridade serem elementos centrais dos nacionalismos (POWERS, 2022), também buscamos desmistificar a percepção que permeia algumas produções na academia – especialmente no campo das Relações Internacionais – de que esse senso de superioridade e força nacionalista leva, necessariamente, à agressão ou conflitos diretos com terceiros. Destarte, dois elementos merecem maior atenção quando buscamos abordar o nacionalismo e suas consequências na política: as distinções entre etnicidade e identidade nacional.

É possível observar uma constante alternância de uso entre os termos "identidade nacional" e "etnicidade", operando quase como sinônimos, apesar de, claramente, implicarem significados distintos. Diferentemente da etnicidade, o conceito de identidade nacional é necessariamente político, uma vez que

> A política do nacionalismo é a política da identidade. [...] **Como uma construção social, a identidade é necessariamente um termo relativo** – não é possível formar uma autoidentidade sem avaliar as próprias características em relação a outras pessoas que observamos. As visões de identidade relativas a si mesmo e aos outros se formam por meio de um processo de comparação social que resulta em percepções de distinção, bem como de similaridade e conexão (WOODWELL, 2007, p.13, grifo nosso, tradução nossa[51]).

Sendo a identidade nacional um conceito político, também podemos compreender a importância que a retórica política, especialmente a presidencial, detém nesse contexto. Segundo Klingbeil, Russell e Stuckey (2018, tradução nossa[52]): "A retórica presidencial ajuda a criar a identidade nacional. O presidente fala pelos cidadãos e os representa, e ele tem a tarefa de tentar preservar nossa história nacional e, ao mesmo tempo, conduzi-la para o futuro."

A identidade étnica não apresenta os mesmos aspectos subjetivos que derivam de uma identidade nacional, que pode variar com base em mudanças geracionais ou, até mesmo, dentro de uma própria geração, decorrente de mudanças sociais, políticas e econômicas – levando indivíduos a abraçarem novas identidades dentro de um Estado-nação. Isso não quer dizer que o aspecto étnico não se faz presente em identidades nacionais: a diferença é que opera um aspecto de identidade relativamente mais fixo (etnia) com aspectos políticos mais fluídos. Fatores que classificam etnicidade primariamente consideram "quem é uma pessoa", ao passo que fatores referentes à identidade nacional consideram "o que elas querem". Membros de uma identidade nacional buscam elevados níveis de autodeterminação, enquanto membros de um grupo étnico podem buscar pouca ou nenhuma. Sendo a identidade nacional elemento central para a organização e coesão de uma nação, e formada através de uma manifestação de um sentimento que une elementos políticos com alto grau de subjetividade – manifestando-se

[51] The politics of nationalism is the politics of identity. […] As a social construct, identity is necessarily a relative term—one cannot form self-identity without gauging ones traits vis-à-vis others whom one observes. Views of identity concerning one's self and others form through a process of social comparison that results in perceptions of distinctiveness as well as similarity and connection (WOODWELL, 2007, p. 13).

[52] Presidential rhetoric helps create national identity. The President speaks for and represents citizens, and they have the job of attempting to preserve our national history while also leading it into the future (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018).

através de um tipo de nacionalismo –, não há uma nação sem a presença do nacionalismo (WOODWELL, 2007).

Apesar de seu caráter político, o nacionalismo ainda é relegado a um fenômeno político de "pouca relevância", uma vez que seus efeitos estariam restritos a períodos de ebulição social – intensificando elementos étnicos, culturais ou econômicos em um grupo – ou movimentos separatistas localizados. Todavia, o nacionalismo é responsável por consequências históricas que reverberam até os dias de hoje. Em um panorama geral, segundo Andreas Wimmer (VOM HAU et al., 2023), o nacionalismo é responsável por oito consequências interconectadas: a deslegitimação das hierarquias étnicas e raciais; a revolução do poder do Estado; uma possível solução para o problema da fronteira da democracia, estipulando o direito ao voto apenas para membros daquela nação; a consolidação da igualdade perante a lei entre seus membros; o fornecimento de uma base ideológica para um aumento maciço da tributação; a base ideológica do alistamento militar universal; o desenvolvimento e expansão de sistemas de bem-estar social em diversas nações; e a consolidação da composição étnica de uma população.

O nacionalismo também pode resultar em consequências diretas para políticas de cidadania, por compreensões distintas de nacionalidade poderem interferir em modelos de cidadania que adotam diferentes critérios de naturalização (HELBLING, 2022). Historicamente, o nacionalismo, e seu entendimento da nação como uma comunidade de iguais, facilitou a ascensão de novos sistemas de estratificação social e mercados de trabalho livre, podendo auxiliar na explicação das variações em desenvolvimento social em diversas nações (VOM HAU et al., 2023). Além disso, o nacionalismo pode corresponder, simultaneamente, a um fenômeno localizado ou um fenômeno que ameaça o ordenamento internacional, desafiando normas Estadocêntricas de integridade e soberania estatal, contestando a autodeterminação – uma norma constituída e defendida pela comunidade internacional – como única alternativa para a consolidação de um grupo em um território (WOODWELL, 2007).

Uma das consequências mais observáveis do nacionalismo contemporâneo corresponde aos seus efeitos sobre a democracia – especialmente em democracias liberais. Assim como abordamos em relação ao populismo, o nacionalismo, no longo prazo, acaba sendo incompatível com sistemas democráticos liberais, uma vez que esses sistemas não buscam apenas a consolidação de leis a partir da maioria demográfica, mas também almejam um equilíbrio entre "a vontade da maioria" e o princípio de proteção a grupos minoritários. Contudo, o nacionalismo, juntamente com seu caráter mobilizador, também foi um fator crucial na consolidação de movimentos democráticos que buscavam independência e representação

política – sendo nações do leste europeu no contexto pós-soviético um exemplo recente na história (VOM HAU et al., 2023).

Frente às consequências apresentadas, cabe explorarmos os desdobramentos desse fenômeno político na esfera de decisões políticas de uma nação. Como abordado anteriormente, o nacionalismo seria a política da identidade. Quando abordamos "identidade", a compreendemos não como um elemento estático, mas socialmente construído e relativo. Logo, compreendendo que o presente trabalho trata de "nacionalismos" em detrimento de um conceito unitário, é possível identificar quais tipos de nacionalismos são mobilizados em um grupo quando compreendemos os nacionalismos como formas de identidades sociais.

Confrontada com o tratamento "monolítico" dado ao nacionalismo nas Relações Internacionais, Powers (2022) partilha de um entendimento inicial, mas crescente, nos estudos desse fenômeno, e adotado também por essa pesquisa: o nacionalismo é um fenômeno multifacetado e facilmente transformado com base em elementos presentes em determinado contexto. Primeiramente, a autora incorpora o elemento do comprometimento – a força de uma identidade nacional – e o conteúdo – normas que definem o que significa ser nacionalista – como duas dimensões do nacionalismo. Dessa forma, o comprometimento de indivíduos com identidades nacionais e supranacionais[53] infere na incorporação de uma ideia específica acerca de "o que significa ser um nacional?", podendo implicar, ou não, no comprometimento com práticas violentas contra *out-groups*, por exemplo. O conteúdo, por sua vez, estrutura como indivíduos de um *in-group* interagem entre si e com aqueles fora de seu grupo. Logo, variações no conteúdo auxiliam na explicação de variações em atitudes nacionalistas na política externa.

Além disso, a autora incorpora modelos relacionais de unidade e igualdade que estabelecem regras implícitas de como pensamos e nos comportamos em relação a outros indivíduos e grupos, aplicando-se a interações sociais e servindo como uma base para nacionalismos e supranacionalismos na política internacional. Normas baseadas em unidade priorizam a homogeneidade do *in-group*, uma vez que necessitam de uma separação dicotômica entre "nós" e "eles" para unificar seus membros. A igualdade, por outro lado, implica reciprocidade e justiça na manifestação de comportamentos dos membros do *in-group*. Diferentemente da unidade, a heterogeneidade se faz presente nesse modelo relacional, promovendo barreiras mais flexíveis de separação entre grupos distintos. Destarte, Powers (2022) argumenta que nacionalismos centrados na igualdade podem mitigar políticas exteriores

[53] Apego nacionalista com uma entidade que vai além das fronteiras nacionais (POWERS, 2022).

agressivas, justamente por aplicar esse princípio entre seus membros e encorajar a cooperação supranacional com aqueles que partilham dos mesmos princípios.

> Suas contrapartes orientadas para a unidade aumentam as ameaças externas e exigem força desproporcional para derrotar os adversários. Com relação à cooperação internacional, uma identidade supranacional baseada na unidade prejudica a confiança e o apoio à integração da segurança. As pressões pela unidade levam os supranacionalistas a rejeitar o aprofundamento dos laços com os "desviantes" dentro dos limites do grupo (POWERS, 2022, tradução nossa[54]

A implementação desses modelos relacionais para os estudos de nacionalismo em política exterior é capaz de conciliar as narrativas convencionais sobre nacionalismo e supranacionalismo – propensão ao conflito e à cooperação, respectivamente – e inconsistências pautadas na realidade, justamente por diversos nacionalistas rejeitarem um militarismo belicoso ou promoverem cooperação internacional e pelo supranacionalismo poder resultar em animosidades com subgrupos que partilham a mesma identidade supranacional. Tomemos como exemplo de inconsistência factível na esfera do nacionalismo um dos objetos desse estudo: a administração de Donald Trump. Apesar de uma retórica altamente belicosa perante determinadas nações – Coreia do Norte e Irã, mais especificamente – e uma baixa adesão aos arranjos de cooperação internacional, a política exterior de Trump contou com apenas três momentos de intervenção militar direta[55]. Na esfera do supranacionalismo, a integração europeia, simultaneamente, apoia um projeto de integração em segurança apesar de baixo consenso acerca do projeto de uma identidade europeia unificada, sendo possível observar manifestações de descontentamento de diversas nações quando esse ponto é retomado.

Ao transitar do político para o psicológico, Powers busca construir uma teoria de identidade nacionalista que se beneficie de contribuições interdisciplinares. Nesse aspecto, a autora faz uso da Teoria da Identidade Social (SIT), proposta por Tajfel e Turner (2000), para compreender o processo de formação de identidades nacionais e como tais identidades, quando confrontadas com elementos supranacionais, podem ser reforçadas ou não. Apesar de se tratar de uma teoria amplamente difundida na Ciência Política e no campo das Relações Internacionais, é utilizada como uma abordagem que assume que o nacionalismo necessariamente leva a conflitos, justamente por "inflar" a percepção de ameaça e encorajar respostas mais agressivas no cenário internacional (POWERS, 2022). Todavia, a SIT assume

[54] Their unity-oriented counterparts instead inflate external threats and demand disproportionate force to defeat adversaries. As to international cooperation, a supranational identity built on unity undermines trust and support for security integration. Pressures for unity lead supranationalists to reject deepening ties to "deviants" inside the group's boundaries (POWERS, 2022).

[55] Ataques aéreos em alvos militares do governo sírio, em 7 e 13 de abril de 2017, e a eliminação do general iraniano Qassem Soleimani por meio de um ataque por *drone* (Reuters, 2021).

maior complexidade em detrimento de uma simples relação de causa e efeito. A teoria propõe que uma fonte essencial de orgulho e autoestima entre indivíduos reside nas mais diversas formas de agrupamento social possíveis, criando um senso de pertencimento e diversas identidades sociais (TAJFEL; TURNER, 2000).

Juntamente com esse processo de autocategorização, indivíduos avaliam os grupos aos quais não pertencem (*out-groups*) e aos quais fazem parte (*in-groups*). Estando a autoestima ligada ao pertencimento e valorização de um grupo, indivíduos constantemente se autocategorizam e determinam o valor ou não de determinados grupos. A categorização, a avaliação do grupo e o valor dos membros do grupo para a autoestima fazem parte do processo de constituição da identidade social de um indivíduo. Logo, uma identidade social "positiva" é recompensada com uma autoestima "positiva", enquanto uma identidade social "negativa" é seguida de constante competição, estratégias para criar uma imagem mais positiva para o *in-group* ou comportamentos de mobilidade social (TREPTE; LOY, 2017).

Os autores demonstram que esse processo de categorização seria um processo cognitivo natural que corresponde a uma tendência de agrupar unidades, levando ao exagero as diferenças entre *out-groups* e as similaridades entre os membros de um *in-group*. Destarte, esse processo de avaliação mental e divisão entre grupos ocorre a partir da categorização, identificação e comparação social. A categorização, que ocorre pela necessidade primária de compreender e de identificar diferentes objetos, torna-se crucial na interação social, uma vez que categorizamos nós mesmos – e terceiros – para compreendermos o ambiente ao nosso redor.
O processo de identificação toma a identidade selecionada a partir da categorização e a utiliza na vivência social de um indivíduo, internalizando costumes, características e comportamentos dessa identidade – elevando a autoestima do indivíduo conforme sente maior pertencimento no grupo. Finalmente, a comparação é realizada favoravelmente no *in-group* em detrimento do *out-group*, mantendo e fortalecendo a autoestima dos membros de um grupo e buscando demonstrar a superioridade desse *in-group* (TAJFEL; TURNER, 2000).

A SIT opera em sete princípios psicológicos centrais: [1] indivíduos se caracterizam como pertencentes a um grupo específico; [2] esse grupo pode se tornar mais saliente, ou não, dependendo do contexto específico; [3] através da comparação social, indivíduos avaliam seu *in-group* em relação a outros *out-groups* relevantes; [4] o resultado dessa comparação social resulta na distinção positiva, que, segundo sua lógica, ocorre caso o *in-group* seja avaliado mais positivamente do que o *out-group*; [5] a identidade social é definida pela combinação entre a auto categorização e sua avaliação; [6] a identidade social é diretamente responsável por influenciar na autoestima de um indivíduo; e [7] a maior parte do arcabouço teórico da teoria

se dedica as consequências desse processo no "como" pode afetar a mobilidade individual, competição social, estereotipagem e criatividade social (TREPTE; LOY, 2017). Por fim, a teoria elaborada pelos autores auxilia na compreensão da criação e fortalecimento de identidades nacionais e nos processos de estereotipagem e competição social.

Ao incorporar as premissas da SIT junto dos elementos de conteúdo e comprometimento e os modelos relacionais de unidade e igualdade, a Tabela 7 demonstra as implicações do arcabouço conceitual de nacionalismos, elaborado por Powers, na política exterior em relação ao conflito e à cooperação intergrupal:

Tabela 7 – Implicações do nacionalismo para a política externa, segundo Powers

Modelo Relacional:	**Unidade**	**Igualdade**
1. Normas constitutivas	Reciprocidade difusa, unidade, solidariedade, consenso	Equilíbrio, reciprocidade específica, justiça
2. Comparação relacional	Binária; os de dentro são todos iguais, os de fora são todos iguais	Heterogeneidade no grupo; permeável à aderência às normas
3. Identificação do grupo	Membros de um coletivo	Pares, um conjunto de iguais
4. Conflito intergrupal	Apoio ao uso da força contra ameaças, escalação	Apoio à resposta proporcional às ameaças, escalonamento gradual
5. Cooperação intragrupal	Desconfiança dentro do grupo heterogêneo, rejeita a cooperação em segurança	Confiança dentro do grupo heterogêneo, apoio à cooperação em segurança

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Powers (2022).

A autora não descarta a importância do papel de liderança no contexto de fortalecimento, ou de redefinição, de uma identidade nacional já estabelecida:

> elites atuam como empreendedores de identidade. Elites poderosas podem forçar sua visão por meio de coerção violenta (Kreuzer, 2006), mas os líderes também chamam a atenção e exercem o poder das palavras. Os líderes e os partidos podem se basear em narrativas nacionais existentes ou apresentar novas interpretações para promover ideias sobre quem "nós" somos (Hooghe e Marks, 2009; Cram, 2012). A "nova psicologia da liderança" de Haslam, Reicher e Platow (2011) baseia-se na pesquisa de identidade social para explicar que, quando os seguidores veem um líder como um bom representante do grupo interno, o líder pode (re)definir o que é um bom americano, alemão ou europeu. [...] Os seguidores comprometidos, por sua vez,

> atualizam suas crenças sobre o conteúdo da identidade nacional para se alinharem com seus líderes. É claro que as pessoas discordam sobre quais elites merecem sua atenção (POWERS, 2022, p. 75, tradução nossa[56]).

A teoria desenvolvida por Powers (2022) nos permite observar não apenas a formulação de identidades nacionais em um determinado território, mas qual o conteúdo nacionalista dessas identidades e qual orientação exterior esse grupo pode vir a promover ou apoiar. Mais especificamente, sua teoria permite que analisemos os efeitos do nacionalismo na política exterior sob uma ótica que evite inferências maniqueístas acerca do nacionalismo na política exterior: sua inerente propensão ao conflito. Cabe pontuar, contudo, que os tipos de nacionalismo apresentados no capítulo anterior não podem ser "automaticamente" incluídos em um modelo relacional, uma vez que, mesmo no caso de uma nação claramente marcada por um nacionalismo cívico – teoricamente menos propenso ao conflito – pode servir apenas para mascarar elementos mais extremos (BILLIG, 1995). Quando abordamos a política doméstica, o método empregado será a abordagem cognitiva – da qual a teoria de Powers em política externa se origina –, tratando do nacionalismo como uma formação discursiva e simbólica capaz de identificar diferenças no conteúdo do nacionalismo. Destarte, o subsequente capítulo abordará a presença do nacionalismo na formação nacional dos Estados Unidos, desde sua independência.

[56] elites act as identity entrepreneurs. Powerful elites might force their vision through violent coercion (Kreuzer, 2006), but leaders also command attention and wield the power of words. Leaders and parties can draw from existing national narratives or present novel interpretations to advance ideas about who "we" are (Hooghe and Marks, 2009; Cram, 2012). Haslam, Reicher and Platow's (2011) "new psychology of leadership" draws from social identity research to explain that when followers view a leader as a good representative for the in-group, the leader can (re)define what constitutes a good American, German, or European. [...] Committed followers, in turn, update their beliefs about national identity content to align with their leaders. Of course, individuals disagree about which elites merit their attention (POWERS, 2022, p. 75).

3 O NACIONALISMO NOS ESTADOS UNIDOS

No capítulo anterior, foram apresentadas as principais definições e tipologias do nacionalismo presentes na literatura desse fenômeno, explorando também como se manifesta em política externa, o nacionalismo cristão e as distinções e relações do nacionalismo com fenômenos históricos como o fascismo, populismo e a ultradireita. Todavia, ainda restam alguns elementos centrais a serem compreendidos antes de adentrarmos no neonacionalismo. Como pudemos observar, a falta de concordância dentro da literatura acerca de um conceito definitivo do nacionalismo acaba por dificultar um entendimento conceitual desse fenômeno e, consequentemente, como este pode se manifestar e influenciar politicamente uma nação em determinados contextos. Logo, o presente capítulo buscará elucidar a presença de elementos nacionalistas ao longo da história dos Estados Unidos, iniciando com uma contextualização mais geral. No próximo capítulo, o foco será na trajetória histórica do nacionalismo no Brasil. A ideia é oferecer o contexto para compreender o porquê da ascensão de Trump e Bolsonaro.

Para tal, além de fazer uso dos conceitos introduzidos anteriormente, faremos uso da metodologia de explicação de resultado no *process-tracing*. De maneira breve, o método do *process-tracing* busca identificar a presença, ou ausência, de mecanismos causais em estudos de casos individuais. O método se subdivide em três variantes: *process-tracing* para testagem de teorias já estabelecidas, *process-tracing* para o desenvolvimento de novas teorias e – variante que será usada nessa secção – *process-tracing* para explicar resultados, tendo como objetivo explicar determinados resultados ou cenários em um caso específico de estudo (BEACH; PEDERSEN, 2013). Destarte, o *process-tracing* será utilizado para identificar, ou não, a presença relevante de elementos nacionalistas mais nativistas no nacionalismo histórico das duas nações.

Como abordado na seção anterior, o nacionalismo se baseia na construção de identidades através de um processo de autoavaliação e diferenciação com terceiros. Por tal razão, assim como ocorrerá no caso brasileiro, o marco inicial do nascimento do nacionalismo norte-americano se dá após o período colonial, com o início da Revolução Americana (1763-1783). Os colonos não possuíam uma identidade nacional unificada:

> Todos os americanos, tanto os Whigs quanto os Tories, eram genuína e profundamente leais ao "império" ou nação britânica, a seus ideais e a seu rei. As divisões entre eles eram em relação às reformas constitucionais práticas, sua validade e importância, não em relação aos ideais nacionais britânicos ou à lealdade a esses ideais. Evidentemente, a lealdade nacional britânica dos anglo-americanos era real. Seu conceito de "império" era o da nação dos britânicos onde quer que estivessem, em ambos os lados do

> Atlântico ou em qualquer outro lugar. No entanto, o senso de diferença dos americanos e sua consciência de que eram um segmento peculiar e especialmente favorecido dessa sociedade imperial eram igualmente reais e estavam crescendo com grande intensidade (SAVELLE, 1962, p. 908, tradução nossa[57]).

O tensionamento nas relações acabou por alcançar um ponto drástico com a eclosão da Guerra de Independência (1775-1783), junto da subsequente Declaração de Independência (1776). Ambas não foram responsáveis por "criar" uma "nação Americana" ou o "nacionalismo Americano". De forma pragmática, o documento da declaração não reconhece a independência de uma nação unificada, mas sim de "colônias unificadas" em uma luta contra a Grã-Bretanha. Em abril de 1777, durante as discussões dos delegados representantes das colônias no Congresso Continental, Thomas Burke [58], delegado da Carolina do Norte, defendeu o inalienável direito do poder soberano dos Estados frente a uma confederação. O ponto de partida inicial para a formação de um *in group* que, com o decorrer dos eventos da Revolução Americana, passou a se entender e identificar como "americanos", foi a causa em comum pela independência contra um *out group*. Portanto,

> Ao mesmo tempo em que as exigências práticas no curso dos acontecimentos levavam os homens à conceituação de uma nação americana, os intelectuais e editores estavam descobrindo e **criando um mito americano, tanto em nível estadual quanto continental**. Poetas, publicitários e políticos exaltavam os primeiros pioneiros que cruzaram o oceano, os heróis americanos, especialmente as figuras que haviam aparecido na Guerra dos Sete Anos, as façanhas militares americanas, a paisagem americana, o destino manifesto americano, a luta épica contra os índios e assim por diante. [...] **Os americanos estavam se tornando conscientes de seu próprio passado heroico e de sua própria cultura**, bem como das tradições inglesas que haviam herdado. O nascimento de um mito americano e da consciência de uma cultura nativa americana foi um dos incidentes no progresso dos americanos em direção a uma consciência nacional plena – uma autoconsciência crescente que começou a exigir independência cultural e política da Grã-Bretanha (SAVELLE, 1962, p. 918, grifo nosso, tradução nossa[59]).

---

[57] All Americans, Whigs and Tories alike, were genuinely and deeply loyal to the "British empire" or nation, to its ideals, and to its king. The divisions amongthem were divisionsa s to practical constitutional reforms, their validity and their importance, not as to national British ideals or loyalty to those ideals. Evidently, the British national loyalty of the Anglo-Americans was real. Their concept of the "empire" was one of the nation of Britons wherever they were, on both sides of the Atlantic or elsewhere. Yet the Americans' sense of differentness and their consciousness that they were a peculiar and specially favored segment of this imperial society were equally real and were growing with great intensity (SAVELLE, 1962, p. 908).

[58] Sua proposta de poder soberano dos Estados acabou por ser adotada como o segundo artigo dos Artigos da Confederação, elaborados em 1777 e ratificados em 1781 (SAVELLE, 1962).

[59] At the same time, too, that the practical exigencies in the course of events were driving men toward a conceptualization of an American nation, intellectuals and publishers were both discovering and creating an American mythos, at both the state and the continental level. Poets, publicists, and politicians exalted the first pioneers who crossed the ocean, American heroes, especially figures who had appeared in the Seven Years' War, American military exploits, the American landscape, American manifest destiny, the epic struggle with the Indians, and so on. [...] Americans were becoming conscious of their own heroic past and their own culture, as well as of the English traditions that they had inherited. The birth of an American mythos, and of the consciousness of a native American culture, was one of the incidents in the progress of Americans toward a full national consciousness - a growing self-consciousness which began to demand cultural as well as political independence from Great Britain (SAVELLE, 1962, p. 918).

3.1. Da Revolução Americana ao final do século XIX

No processo da Revolução Americana, a imagem de uma sociedade imperial inglesa – que detinha a lealdade total dos colonos até o final de 1775 – foi gradualmente sendo substituída pelo conceito de um Império americano. Ao fim da revolução, o período da Nova Nação (1783-1815) fica marcado pelos movimentos iniciais de autogoverno no país, com base nos Artigos da Confederação, e o estabelecimento de instituições políticas – partidos e organização do processo eleitoral – e culturais – formulação de uma história nacional. A necessidade de consolidação política nacional, aliada ao nacionalismo gestacional no país, resultou na ratificação da Constituição Americana em 1788. Precedida por uma série de discussões realizada na Filadélfia, no ano anterior, que buscaram defender a unificação nacional, é possível identificar um orgulho nacional latente entre os pais fundadores na obra *O Federalista* (1788):

> Por outro lado, os redatores federalistas não hesitaram em despertar o orgulho nacional. Ao mesmo tempo em que divulgava a natureza republicana da constituição proposta, O Federalista insistia nos benefícios de prestígio de ser uma nação poderosa. James Madison esperava que os americanos propusessem uma nova forma de bom governo para "toda a raça humana" e garantissem "respeito" ao seu país. John Jay vinculou explicitamente a União às perspectivas de "grandeza". Alexander Hamilton também afirmou que a Constituição poria fim à atual "humilhação nacional" e seria um exemplo "glorioso" para a humanidade (BRICE, 2015, tradução nossa[60]).

Com Hamilton, já era possível observar as bases iniciais do nacionalismo econômico no país, uma vez que demonstrava ceticismo perante o livre-comércio e a percepção de conectar a política econômica com o "propósito nacional". Almejava que os Estados Unidos se tornassem uma grande potência industrial e comercial, capaz de promover e defender democracias no continente. Para alcançar tal feito, Hamilton defendia o desenvolvimento nacional por meio de subsídios e alocação de crédito. Todavia, ao longo do século XIX, a estratégia corrente do nacionalismo econômico no país foi a adoção de políticas tarifárias protetivas (WRAIGHT, 2021).

Nesse contexto, o primeiro presidente norte-americano, George Washington (1787-1797), junto de Alexander Hamilton, seu Secretário do Tesouro, elaborou um dos primeiros documentos cruciais de manifestação do nacionalismo no país: o *Farewell Address*. Ao

[60] Conversely, federalist writers did not hesitate to arouse national pride. While touting the republican nature of the proposed constitution, The Federalist insisted on the prestige benefits of being a powerful nation. James Madison hoped Americans would propose a new form of good government to "the whole human race" and would secure "respect" for their country. John Jay explicitly linked the Union with prospects of "greatness." Alexander Hamilton also asserted the Constitution would put an end to the present "national humiliation," and would set a "glorious" example to mankind (BRICE, 2015).

despedir-se de vinte anos de serviço à vida pública, Washington realiza um último discurso em Mount Vernon, na Virgínia, em 1796, elucidando diretrizes nacionais que ressoam até os dias atuais. O primeiro presidente postula que o povo americano estaria conectado por uma mesma religião, hábitos, costumes e princípios políticos: unidos por uma causa em comum – luta pela independência – pela qual triunfaram unidos. Sob o ponto de vista da política exterior, Washington defendeu uma política externa coesa e livre de amarras de alianças permanentes, colocando o conceito de *freedom of action* no campo internacional como elemento norteador da política externa, até o início do século XX (LOWRY, 2019).

A defesa de uma política exterior sem alianças permanentes não implica, necessariamente, no isolacionismo no contexto internacional. Em seu discurso, Washington aborda de forma clara o distanciamento de alianças políticas e econômicas permanentes, não excluindo ou desmotivando engajamentos exteriores. Pelo contrário, busca prevenir interferências externas no país ao mesmo tempo em que advoga por uma influência dos EUA no mundo – se assemelhando mais ao internacionalismo unilateral (RESTAD, 2010). O *Farewell Address* deixa claro o teor de primórdios de um sentimento de superioridade nacional da experiência dos Estados Unidos frente a outras nações, evidenciando o potencial da liderança do país em guiar pelo exemplo: "Será digno de uma nação livre, esclarecida e, em um período não muito distante, **de uma grande nação**, dar à humanidade **o exemplo magnânimo** e muito novo de um povo sempre guiado por uma justiça e benevolência **elevadas**" (WASHINGTON, 1797, p. 18, grifo nosso, tradução nossa[61]). Dessa forma, um ponto de concordância na literatura acerca do nacionalismo no país corresponde ao reconhecimento de que a identidade nacional – e, consequentemente, o nacionalismo – não surgiu no país anteriormente ou durante a Revolução Americana (TRAUTSCH, 2015).

Com os primeiros movimentos iniciais de consolidação de um sentimento e identidade nacional, o período da Expansão Nacional (1815-1880) foi marcado por dois elementos cruciais: a expansão territorial da costa leste, para a oeste[62] e a Guerra Civil, juntamente com o processo de reconstrução após o conflito. Visando cessar qualquer possibilidade de intervenção de nações europeias no continente e nos territórios adquiridos até então, a Doutrina Monroe (1823) surge como uma política nacional que, além de endereçar a problemática de intervenções estrangeiras, encorajava o surgimento de um sistema amigável de regimes republicanos pelo

[61] It will be worthy of a free, enlightened, and, at no distant period, a great nation, to give to mankind the magnanimous and too novel example of a people always guided by an exalted justice and benevolence (WASHINGTON, 1797, p. 18, grifo nosso).

[62] O processo de expansão territorial tem seu início ainda com a presidência de Thomas Jefferson (1801-1809), representado pela compra do estado da Louisiana, em 1803 (TIAN, 2021).

continente americano. Inicialmente criada para barrar intervenções europeias, tal doutrina viria a ser utilizada como uma política externa que viria a justificar intervenções diretas e indiretas em nações latino-americanas, ao longo do século XIX (DUECK, 2019).

Ao longo desse século, mais elementos políticos retóricos que compõem os primórdios do nacionalismo no país são desenvolvidos, sendo o excepcionalismo norte-americano o principal. A primeira manifestação do conceito de excepcionalismo foi apresentada pelo filósofo político francês, Alexis de Tocqueville, em sua obra "Da Democracia na América" (1835). Tocqueville manifestou sua fascinação pelo sentimento de orgulho nacional crescente entre conterrâneos, além do apreço pelas instituições democráticas gradativamente erguidas após a independência, classificando os americanos não apenas como um povo "excepcional", mas que estes já se enxergavam como tal:

> Os anglo-americanos não estão apenas unidos por essas opiniões comuns, mas estão separados de todas as outras nações por um sentimento comum de orgulho. Nos últimos cinquenta anos, não foram poupados esforços para convencer os habitantes dos Estados Unidos de que eles constituem o único povo religioso, esclarecido e livre. Eles percebem que, no momento, suas próprias instituições democráticas são bem-sucedidas, enquanto as de outros países fracassam; por isso, têm **uma opinião exagerada de sua superioridade e não estão muito longe de acreditar que pertencem a uma raça distinta da humanidade** (TOCQUEVILLE, 2014, p. 426, grifo nosso, tradução nossa[63]).

O excepcionalismo norte-americano é uma convicção de que o país seria oriundo de uma trajetória histórica singular, sendo sua população detentora de uma missão única no mundo. Logo, aqui se estabelece um elemento central do nacionalismo nos Estados Unidos: não bastaria habitar esse território, ser considerado um americano envolveria também um compromisso ideológico com os preceitos de excepcionalidade do país (MAGNOTTA, 2016). Apesar do conceito de excepcionalismo negar a necessidade de um *out-group* que auxilie na consolidação da identidade nacional, o aspecto de exclusão étnica – que será explorado mais adiante – e o processo de independência no país demonstram que, desde seus primórdios, o nacionalismo norte-americano, assim como todas as formas de nacionalismo, perpassa por um processo de diferenciação frente a um *out-group* para o fortalecimento do *in-group*. Como apontado anteriormente, o nacionalismo no país obteve suas primeiras manifestações como consequência de um processo de diferenciação frente à Grã-Bretanha.

[63] The Anglo-Americans are not only united together by these common opinions, but they are separated from all other nations by a common feeling of pride. For the last fifty years no pains have been spared to convince the inhabitants of the United States that they constitute the only religious, enlightened, and free people. They perceive that, for the present, their own democratic institutions succeed, whilst those of other countries fail; hence they conceive an overweening opinion of their superiority, and they are not very remote from believing themselves to belong to a distinct race of mankind (TOCQUEVILLE, 2014, p. 426).

> Por um lado, a narrativa excepcionalista nega a necessidade do nacionalismo americano de se diferenciar de seus pontos de referência externos. Por outro lado, ao negar essa necessidade de demarcação e ao concluir que o nacionalismo americano era, portanto, pacífico e universal, ela de fato define a nação americana em oposição a – e afirma sua superioridade sobre – seus Outros imaginários, que supostamente são agressivos e paroquiais (TRAUTSCH, 2015, p. 10-11, tradução nossa[64]).

O excepcionalismo norte-americano, portanto, opera como uma tática retórica eficiente, permitindo reescrever ou desconsiderar elementos de nacionalismo étnico e cultural ao longo de sua história ou, em casos mais extremos, desconsiderando a presença do nacionalismo como um todo, tendo em vista a conotação histórica negativa do conceito, optando por fazer uso do conceito de patriotismo – não aplicável nesse contexto frente às discussões abordadas nesse capítulo. Para reiterar a percepção de uma nação "benevolente" dotada de uma "missão especial" no mundo, novos elementos retóricos derivam-se do excepcionalismo. O primeiro deles diz respeito à *American Civil Religion*.

Elaborado no trabalho *Civil Religion in America* (1967), o sociólogo Robert Bellah argumentou a existência de uma fé religiosa não sectária no país, detendo em sua história nacional símbolos sagrados. Bellah apontou que a sacralização de valores dominantes presentes em eventos, personagens e artefatos históricos não seria algo surpreendente em qualquer sociedade. O autor argumenta que simplesmente classificar essa fé civil como uma forma de "nacionalismo vulgar" seria ignorar sua indispensabilidade e contribuições profundas para manter uma sociedade nacional viável e coesa. O elemento religioso messiânico, contudo, permanece em um nível abstrato e difuso apesar de estar "ligado a arquétipos bíblicos (os Estados Unidos como a "Nova Israel", Washington como Moisés, Lincoln como a figura do Cristo sofredor), [...]." (STAUFFER, 1975, p. 390, tradução nossa[65]), tornando pouco eficientes interpretações estritamente sectárias.

A *American Civil Religion* nos auxilia a compreender constantes invocações de elementos religiosos dentro do debate político do país. Ela permite que seu povo expresse sentimentos nacionalistas por meio de uma linguagem religiosa, criando um elo de consistência entre as preferências políticas e os imperativos religiosos dos Estados Unidos. Destarte, constrói uma aura de aprovação e de providência divina nas decisões tomadas no âmbito doméstico e exterior, evocando sempre a confiança inabalável de seu povo e um destino nacional calcado

---

[64] On the one hand, the exceptionalist narrative denies the need of American nationalism to set itself apart from its external reference points. On the other hand, bydenying this need for demarcation and by concluding that American nationalism was, therefore, peaceful and universal, it does in fact define the American nation in opposition to – and asserts its superiority over – its imaginary Others, which are alleged to be aggressive and parochial (TRAUTSCH, 2015, p. 10-11, tradução nossa[64]).

[65] linked to Biblical archetypes (America as the "New Israel," Washington as Moses, Lincoln as the suffering Christ figure) (STAUFFER, 1975, p. 390).

através da providência (McCARTNEY, 2004, p. 403-406). Nesse contexto, podemos observar a corrente do nacionalismo cristão como um elemento intrínseco dentro desse aspecto messiânico do excepcionalismo norte-americano.

Outro elemento retórico do excepcionalismo corresponde ao termo *city upon a hill*, oriundo de um discurso de Jesus Cristo denominado "Sermão da Montanha", segundo o Evangelho de Matheus. Utilizado primeiramente pelos puritanos do século XVII no país, esse elemento retórico amplamente difundido na política nacional contemporânea[66] coloca os Estados Unidos como uma nação em uma posição privilegiada no "topo da colina" do mundo, servindo como um "farol da humanidade"[67] capaz de guiar outras nações ao "ensinar pelo exemplo"[68] (PECEQUILO, 2013). Além disso, o iluminismo europeu também influenciou a forma como o excepcionalismo norte-americano veio a operar nos séculos seguintes.

> O aspecto iluminista corresponde a utilização de conceitos europeus na nova experiência norte-americana. Partindo-se do pressuposto de que os Estados Unidos seria uma *tábula rasa*, essa seria a possibilidade de realizar o novo início proposto pela corrente iluminista europeia, livre do controle europeu e possibilitando a propagação da liberdade individual e do progresso por meio da razão. Logo, o experimento norte-americano seria o ponto de partida desse novo início, explicando assim o caráter missionário do excepcionalismo (OLIVEIRA, 2021, p. 34).

A partir da década de 1840, a expansão em massa para o oeste acabou por resultar na intensificação de conflitos com povos originários no país, alterando o processo da principal forma de expansão territorial de compras de novos territórios para o domínio pela violência. Logo, frente à falta de uma legitimidade popular para uma expansão territorial violenta[69], o Destino Manifesto ascende como um conceito altamente popular no debate político e cultural no país. Diferentemente de uma doutrina, nunca houve um compilado de princípios oficiais ou uma articulação política oficial para a criação desse conceito. Em um contexto de expansionismo por parte de uma nação ainda em formação que, devido ao seu processo revolucionário, passou a repensar e estruturar sua identidade nacional, o Destino Manifesto surge como uma necessidade de justificar uma política expansionista, e violenta, como parte de um "destino nacional". Esse conceito, inspirado tanto no excepcionalismo norte-americano quanto no nacionalismo romântico, supunha a "fé" no "destino" postulado e sua missão de inspirar nações através da disseminação de um governo republicano e, consequentemente, do

---

[66] Esse elemento retórico é disseminado tanto por republicanos quanto democratas, como Robert F. Kennedy, Ronald Reagan, George W. Bush, Barack Obama, dentre outros.
[67] *Beacon of mankind.*
[68] *Teach by example.*
[69] Nessa década, teve início a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) que obteve como principal saldo a anexação do território do Texas, antes pertencente ao México (PRATT, 1927).

american way of life. Portanto, representa uma crença bastante comum e popular de que a cultura, a religião, a moralidade e a política americanas são únicas e superiores. Consequentemente, os imigrantes americanos deveriam levar a civilização para os "selvagens" do oeste e, os que impedissem a disseminação dessa civilização, deveriam ser expulsos (PRATT, 1927).

Pela necessidade de solucionar problemáticas oriundas da expansão para o oeste do país[70], o sentimento nacionalista no país se fortaleceu durante a primeira metade do século XIX. Todavia, com a tentativa de implementação do sistema escravista, por parte de estados sulistas, em territórios recém-anexados, frente à oposição ao norte encabeçada pelo então presidente e principal expoente do GOP, Abraham Lincoln (1861-1865), acabou por resultar na eclosão da Guerra Civil (1861-1865). Longe de ser uma questão moral, a problemática da escravidão era encarada por Lincoln como um sistema incompatível no longo prazo, tanto em termos econômicos como em questões políticas relacionadas ao modelo de sociedade postulado na Constituição. Em sua percepção, para preservar a União, o sistema escravista defendido pelos Confederados não deveria se expandir para novos territórios – muito menos ter uma longevidade na nação (LOWRY, 2019).

A subsequente vitória da União no conflito representou outro marco no nacionalismo no país: para consolidar a indivisibilidade da nação, duas propostas de identidades nacionais em um mesmo território se enfrentaram, resultando no reconhecimento da supremacia do governo central do país. Por fim, "A sobrevivência do povo americano como uma nação unida também proporcionou um estímulo à autoconfiança tão necessária ao nacionalismo [no país]." (BLOOM; CRAPSTER; DUNKELBERGER, 1958, p. 63, tradução nossa[71]). Seria possível argumentar que a oposição da União, a subsequente vitória no conflito e a abolição da escravidão[72] demonstrariam que, apesar dos revezes históricos até então, o nacionalismo norte-americano nesse pós-guerra estaria comprometido com o distanciamento de elementos étnicos em sua composição.

Entretanto, como apontado anteriormente, a abolição não ocorreu por conta de um "ideal inegociável" da União, mas por um pragmatismo político de preservar a estabilidade e as instituições fundacionais – um marco do nacionalismo conservador de Lincoln. A subsequente

[70] Problemáticas relacionadas com a consolidação de um sistema ferroviário conectando os dois extremos do país, conflitos com povos nativos americanos, políticas de terras públicas e as relações com outras potências do período (BLOOM; CRAPSTER; DUNKELBERGER, 1958).
[71] The survival of the American people as a united nation also provided a fillip for the self-confidence so necessary to nationalism (BLOOM; CRAPSTER; DUNKELBERGER, 1958, p. 63).
[72] Contida na 13ª emenda da Constituição, ratificada pelo Congresso em 6 de dezembro de 1865.

tentativa de veto ao *Civil Rights Act* (1866) pelo presidente republicano Andrew Johnson (1865-1869) também demonstrou a não superação completa de elementos étnicos e culturais nesse nacionalismo (GOULD, 2014).

Mais além, o fim do período da Reconstrução Nacional (1865-1877) corrobora com a percepção de que elementos nacionalistas étnicos não foram solucionados no período propício para tal. Com questionamentos e disputas frente à supressão de votos da população negra, os resultados das eleições de 1876 foram levados para a comissão eleitoral. Por necessitarem da aprovação democrata na comissão para garantir a presidência do republicano, Rutherford B. Hayes (1877-1881), os republicanos aceitaram a barganha democrata: para certificar a eleição de Hayes, o processo de reconstrução deveria ser encerrado, retirando tropas da União dos assuntos políticos dos estados do Sul, permitindo aos estados sulistas abandonarem compromissos com direitos civis e se segregassem ainda mais por um quarto de século (GOULD, 2014). O abandono dos compromissos com a reconstrução deu espaço para a ascensão de leis estaduais e locais promovidas por democratas que institucionalizaram legislações segregacionistas – as chamadas *Jim Crow laws*[73].

O último quinto do século, o período de ascensão da América Industrial (1880-1900), também viria a apresentar momentos importantes ao nacionalismo norte-americano – tanto em questões de política doméstica, quanto externa. Marcado por um período de expansão da indústria doméstica do país, uma demanda por mão de obra e novas oportunidades haviam tornado os Estados Unidos um destino atraente para imigrantes europeus, especialmente alemães, britânicos, chineses e irlandeses. Em decorrência da imigração chinesa e da pressão popular de que esses imigrantes estariam criando uma competição desigual e um ambiente de trabalho "não-saudável", a imigração chinesa é restringida no país com o *Chinese Exclusion Act* (1882). Além de proibir a entrada de imigrantes chineses por uma década, esse ato representou a primeira forma de institucionalização de um histórico crescentemente sino-fóbico no país e a primeira legislação significativa que restringia a imigração nos EUA (KIL, 2012). Logo, o demarcador mínimo para a primeira legislação nacional limitando a imigração seria a raça, e não elementos conectados apenas ao aspecto cultural ou cívico.

Mesmo sendo a adesão aos valores e cultura nacional o elemento – ao menos no discurso – central para adentrar a identidade nacional norte-americana, o histórico étnico na construção da identidade nacional demonstra uma predisposição às categorias fixas de cidadania que

[73] Jim Crow fora um personagem interpretado por um ator branco com maquiagem de *blackface*, como uma forma de satirizar a figura do afro-americano. Serviu como fonte de inspiração para uma série de leis que viriam a institucionalizar a marginalização de negros ao sul (GUFFEY, 2012).

privilegiam a branquitude. No excelente trabalho "*Like one of the family: race, ethnicity, and the paradox of US national identity"*, Patricia Collins (2010) demonstra uma "política de contenção" com a população não branca ao longo da formação nacional. A autora pontua que as relações raciais no país são pautadas por demarcadores identitários herdados do modelo colonial do país: os colonos europeus brancos, nativo-americanos e afro-americanos. A construção do senso de cidadania não apenas operaria com base nesses modelos, mas nas dinâmicas históricas entre esses três grupos, inerentemente criando categorias de cidadania demasiadamente racializadas: o cidadão branco de primeira classe, o "indígena" com status de cidadania "ambíguo" e, por fim, o cidadão negro de segunda classe.

> A tenacidade desse triângulo racial explica, em parte, como a sociedade norte-americana pode passar por uma reorganização maciça de suas instituições sociais básicas e populações étnicas em resposta às fases do desenvolvimento capitalista e, ainda assim, conseguir reproduzir uma **hierarquia racial aparentemente permanente**. Apesar da reorganização social maciça das instituições sociais dos EUA durante as transições do capitalismo industrial para um capitalismo global dependente do setor de serviços, os contornos básicos do triângulo racial persistem. [...] As etnias vêm e vão, mas **a necessidade de categorias raciais persiste**. (COLLINS, 2010, p. 9, grifo nosso, tradução nossa[74]).

As categorizações – "afro-americano", "nativo-americano" e, posteriormente, "latino-americano" – demonstram que essas categorias de cidadania estariam subordinadas à outra; apenas descrita como "branco", sem a necessidade do demarcador "americano". Esses demarcadores viriam a influenciar também o processo pelo qual um imigrante viria a se reconhecer como "americano", disputando uma posição em meio às referências raciais dessas três categorias. Nesse aspecto, é possível compreender como o processo de assimilação cultural acabou por ser mais benéfico, especialmente no longo prazo, para imigrantes europeus brancos, permitindo que utilizem demarcadores como "ítalo-americano" mais sob uma perspectiva de hereditariedade europeia do que um demarcador racial de cidadania norte-americana – justamente por deterem o demarcador racial que os insere na cidadania de primeira classe. O caso do imigrante irlandês ilustra bem esse ponto: juntamente com os alemães, foram a primeira onda de imigrantes a serem alvos de uma campanha anti-imigração promovida pelo partido

[74] The tenacity of this racial triangle explains in part, how US society can undergo massive reorganization of its basic social institutions and ethnic populations in response to phases of capitalist development, yet somehow manage to replicate a seemingly permanent racial hierarchy. Whites were on top at the founding of a US nation-state reliant on agrarian capitalism: they remain so today. Native Americans and African Americans were on the bottom and these groups remain so today. Despite massive social reorganization of US social institutions during transitions from industrial capitalism to a global capitalism reliant on the service industry, the basic contours of the racial triangle persist. [...] Ethnicities come and go, yet the need for racial categories themselves persists (COLLINS, 2010, p. 9).

Know Nothing[75], em 1857, mas, diferentemente de imigrantes não brancos, foram capazes de se inserir no demarcador de cidadania de primeira classe (COLLINS, 2010).

Mesmo sem uma história ou cultura em comum na fundação dos EUA, a população europeia branca, através de um processo de diferenciação, construiu uma identidade nacional à parte de afro-americanos e nativo-americanos. Um dos elementos desse processo reside na construção de elementos culturais que reforçam essa diferenciação entre esses grupos. O gênero literário de *captivity novels*[76] – altamente popular durante os primórdios da república – reiterava a percepção de "selvagens" em nativo-americanos e a necessidade de brancos não "se misturarem" com esse grupo, justamente por comumente apresentar mulheres sendo sequestradas por nativos. Segundo Carroll Smith-Rosenberg (2010), "a necessidade de excluir violentamente outros vistos como perigosos ou poluentes formou um componente crítico da identidade nacional dos Estados Unidos [...] até o presente" (p. xi, apud TRAUTSCH, 2015, p. 12, tradução nossa[77]).

Ao final do século, a Guerra Hispano-Americana (1898) não foi o primeiro marco de intervenção bélica do país em outra nação, como abordado anteriormente. Contudo, representou a primazia da corrente do internacionalismo unilateral em política externa, abraçando uma política exterior nacionalista pautada pela capacidade de promover a civilização em outros territórios – pensamento que viria a justificar o imperialismo do país nas Filipinas, após os espanhóis perderem essa colônia no conflito de 1898 (TIAN, 2021). Longe de ter sido uma "aberração" na trajetória de uma política externa "isolacionista", a guerra foi seguida pelo anúncio da *Open Door Policy*, visando frear interesses europeus em território chinês, participação na primeira Conferência de Paz em Haia, em 1899, e a contribuição de tropas para uma força expedicionária internacional para abafar a rebelião dos boxers na China. Logo, os Estados Unidos encerrariam o século se preparando para uma política exterior mais intervencionista no território americano, fazendo-se valer desse aspecto missionário como justificativa central.

> "Domar a fronteira", perseguir o destino manifesto, promover o comércio, promover a civilização anglo-saxônica-protestante, assumir o "fardo do homem branco", buscar a "libertação e a salvação do mundo", tornar o mundo "seguro para a democracia" e,

[75] Partido formado em 1849 como uma resposta ao crescente número de imigrantes irlandeses católicos e alemães.
[76] "Romances de cativeiro".
[77] the need to violently exclude Others seen as dangerous or polluting has formed a critical component of the United States' national identity […] to the present (Smith-Rosenberg, 2010, p. xi, apud TRAUTSCH, 2015, p. 12).

> finalmente, liderar o "mundo livre" foram todos atos de internacionalismo unilateral (RESTAD, 2010, p. 34, tradução nossa[78]).

3.2 O nacionalismo no período de Ted Roosevelt até FDR

As administrações de William McKinley (1887-1901) e Theodore Roosevelt (1901-1909) deram continuidade ao processo de fortalecimento do nacionalismo norte-americano em política exterior. Apesar de uma retórica hesitante em relação ao papel internacional do país, a expansão de sua força marítima e a estratégia internacional de Ted Roosevelt – *speak softly and carry a big stick*[79] – denotavam uma compreensão do papel de liderança provincial dos Estados Unidos no continente: "Quer desejemos ou não, não podemos evitar a partir de agora termos deveres a cumprir diante de outras nações. Tudo o que podemos fazer é estabelecer se iremos cumpri-los bem ou mal" (ROOSEVELT,, apud LOWRY, 2019, p. 165, tradução nossa[80]).

O nacionalismo promovido pela figura de Roosevelt exemplifica bem as dinâmicas do nacionalismo norte-americano entre um caráter mais cívico frente a um mais étnico: ao mesmo tempo em que expressava seu nacionalismo através de uma ideologia racial combativa – buscando a vitória e a eliminação de povos "selvagens" –, alocava o nacionalismo norte-americano como uma tradição cívica poderosa que celebrava o país como uma nação aberta para novos indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, raça e práticas religiosas – contanto que se dedicassem à nação e obedecessem suas leis. O então presidente também defendia a ideia de o país ser um real *melting pot* – uma mistura de diferentes indivíduos das mais distintas origens – não sob uma perspectiva meramente progressista, mas como uma forma de atestar que essa mistura de raças – excluindo a negra, segundo ele – denotaria o caráter de superioridade racial do país (GERSTLE, 1999).

O nacionalismo de Roosevelt, quando confrontado entre se comprometer com o aspecto cívico em detrimento do étnico, optou pelo segundo. Após deixar a presidência e demonstrar descontentamento com seu sucessor, William Howard Taft (1909-1913), Roosevelt criou o *Progressive Party*, ou *Bull Moose Party* (1912-1920), sob o slogan de um "Novo

---

[78] "Taming the frontier," pursuing manifest destiny, promoting commerce, advancing the Anglo-Saxon Protestant civilization, picking up the "White Man's Burden," pursuing the "liberation and salvation of the world," making the world "safe for democracy," and, finally, leading the "Free World" were all acts of unilateral internationalism (RESTAD, 2010, p. 34).

[79] "Fale manso, mas carregue um grande bastão". A abordagem de Roosevelt se resumia a adotar um tom mais calmo e tático no campo discursivo, visando solucionar conflitos pacificamente, e, ao mesmo tempo, deixar claro que a nação detinha capacidade militar para agir e defender seus interesses (GOULD, 2014).

[80] Whether we wish it or not, we cannot avoid hereafter having duties to do in the face of other nations. All that we can do is to settle whether we shall perform these duties well or ill (ROOSEVELT, apud LOWRY, 2019, p. 165).

Nacionalismo", termo criado pelo jornalista Herbert Croly, visando defender uma plataforma política mais inclusiva e progressista (LOWRY, 2019). Com o forte apoio de antigos eleitores republicanos negros no sul do país, Roosevelt almejou também o apoio de eleitores democratas brancos desiludidos com o partido. A condição de entrada no partido posta por esses eleitores foi a defesa irrestrita do partido com os princípios da supremacia branca, incluindo a segregação e a perseguição de negros no sul. Roosevelt aceitou a demanda, negando a participação de delegados negros no partido sob a justificativa de que a segregação no sul não desapareceria através da "força" do norte, mas sim por meio da sabedoria e ações bem-intencionadas de homens brancos sulistas que buscariam aprimorar a vida da população negra (GERSTLE, 1999).

Todavia, a política exterior norte-americana permaneceu nacionalista durante o século XX. Poder-se-ia argumentar que ocorrera uma ruptura inicial com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão do liberalismo internacionalista promovido por Woodrow Wilson (1913-1921), como aponta Dueck (2020). Contudo, Wilson teria dado continuidade à perspectiva nacionalista em política externa, argumentando que os EUA ofereceriam a melhor chance para a paz duradoura. A razão pela qual o então presidente teria optado pela neutralidade no conflito e, posteriormente, a participação nele seria a mesma: garantir que o país fosse o principal árbitro nas negociações de paz e, consequentemente, na supervisão norte-americana no mundo do pós-guerra. Além disso, Wilson não teria se inclinado ao internacionalismo por conta do conflito, uma vez que visava organizar o mundo pós-guerra antes mesmo da entrada oficial dos Estados Unidos no conflito – detendo a crença de que a futura Liga das Nações auxiliaria no papel de liderança norte-americana no mundo (RESTAD, 2010).

O ponto central da não participação dos Estados Unidos na Liga não reside na já superada questão da "tradição do isolacionismo" em política exterior, mas na possibilidade de o arranjo internacional ceder demasiada soberania do país. Mesmo aparentando pregar uma forma de nacionalismo mais inclusiva, ou cívica, Wilson esbarra nas mesmas contradições de Ted Roosevelt. Além de promover *Jim Crow laws* a nível federal e ter um histórico racista já documentado[81], o então presidente detinha uma amizade próxima do escritor Thomas Dixon Jr., responsável pela obra literária que seria adaptada ao cinema por David W. Griffith em *The Birth of a Nation* (1915). Ao mesmo tempo em que a obra foi responsável por trazer avanços técnicos para a indústria cinematográfica, exaltava o papel da organização nativista *Ku Klux*

[81] Ver AMBROSIUS, 2007.

Klan[82] (KKK) no sul do país durante a reconstrução, apresentando-os como heróis em cavalos brancos responsáveis por garantir segurança perante a "selvageria" de homens negros – retratados no filme por atores brancos em *blackface* – e capazes de guiar a nação para uma missão messiânica (AMBROSIUS, 2007).

Wilson não apenas exaltou o filme, mas realizou uma exibição especial na Casa Branca, em 1915. Em suas palavras: "É como escrever história com um raio. Meu único arrependimento é que tudo é tão terrivelmente verdadeiro." (apud JANIK, 2015, tradução nossa[83]). A popularidade do filme, juntamente com o apoio do presidente, resultou em uma segunda onda da KKK após 1915, atingindo uma marca de 4 milhões de membros nacionais até 1925 (The Southern Poverty Law Center, 2024).

O período dos entreguerras foi marcado pela dominância republicana na presidência de Warren G. Harding (1921-1923), Calvin Coolidge (1923-1929) e Herbert Hoover (1929-1933). Sob o ponto de vista internacional, a estratégia da política exterior republicana nesse período se dividiu em dois âmbitos: confiança na crescente prosperidade econômica do país e um crescente envolvimento na política europeia (RESTAD, 2010). Apesar de essas administrações republicanas buscarem limitar obrigações internacionais no estrangeiro, estabeleceram uma política externa pautada em nacionalismo econômico – elevando tarifas de competidores externos – não envolvimento estratégico e anti-intervencionista. No período, Hoover foi o maior expoente do nacionalismo econômico na política externa, acreditando haver duas alternativas para o país: apoiar somente as forças morais isoladas em prol da lei entre as nações ou utilizar da força econômica e inevitavelmente militar contra agressores. Por sua parte, o então presidente evitou a utilização da força moral como única opção (DUECK, 2019).

A Crise de 1929 denotou ainda mais o nacionalismo econômico no período da década de 1930. Sendo a responsabilidade primária o próprio mercado doméstico, tanto Hoover quanto seu sucessor, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), com a aprovação da *Smoot-Hawley Tariff Act* (1930) – mecanismo altamente protecionista que barrava exportadores europeus do mercado doméstico norte-americano – e o *Reciprocal Trade Agreement* (1934) – permitindo que FDR pudesse negociar a diminuição de tarifas de forma bilateral. Além disso, houve uma mudança de foco de um internacionalismo para um regionalismo, uma vez que a *Good*

[82] O mais antigo grupo de ódio no país. Surgiu após a Guerra Civil seis veteranos confederados se reuniram em Pulaski, Tennessee, para criar a KKK, um grupo de vigilantes que mobilizava uma campanha de violência e terror contra a população negra que se beneficiavam do progresso da reconstrução. Apesar de ainda ativo e pouco expressivo atualmente, o grupo deteve três ondas ao longo da história: Primeira Klan (1865–1872); Segunda Klan (1915–1944); e Terceira Klan: 1960 até o presente (Southern Poverty Law Center, 2024).

[83] It's like writing history with lightning. My only regret is that it is all so terribly true (WILSON, 1915, apud JANIK, 2015).

Neighbor policy e o acordo de 1934 foram mais direcionados para nações latino-americanas, aumentando ainda mais uma relação quase que colonial dos EUA com algumas nações da América Central (RESTAD, 2010).

O período de FDR, frente à necessidade de recuperação econômica, encontrou no *New Deal*[84] não apenas uma forma de remediar os efeitos da crise econômica, mas também como uma forma de expandir o papel da União ao buscar uma maior centralização de decisões ligadas ao desenvolvimento econômico nacional – centralização que resultou em fortes críticas de republicanos, acusando FDR e democratas de estarem alinhados com ideais comunistas e irem contra a tradição histórica de um governo com papel limitado (RICHARDSON, 2014). Como esperado em momentos de crise econômica intensa, em 1935, autoridades federais expulsaram à força mais de 500 mil imigrantes mexicanos – um terço da população mexicana no país –, sendo que 60% deles já possuíam cidadania norte-americana (U.S. Citizenship and Immigration Services, 2024). Além de já terem sido uma classe fortemente afetada pela Grande Depressão, esse momento denotou outra reincidência da primazia de elementos étnicos e culturais perante cívicos em relação ao nacionalismo no país, especialmente em momentos de intensa crise econômica.

Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a narrativa de isolacionismo em política externa – até o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941 – não se sustenta. Após a invasão nazista na Polônia em 1939, a opinião pública no país apoiava uma intervenção no conflito e, apenas após a percepção real de ameaça alemã com a tomada da França, em julho de 1940, não foi possível observar uma insistência no isolacionismo por parte da maioria dos congressistas. FDR, três dias depois de sua declaração de neutralidade, em 5 de setembro de 1939, buscou repelir os atos de neutralidade e o embargo de venda de armas, conseguindo a reversão em 4 de novembro. O elemento que merece atenção é o desmantelamento, pelo Congresso, da estrutura de neutralidade antes de 1941, demonstrando que a utilização de Pearl Harbor como real motivo do "fim do isolacionismo" em política exterior é um recurso mais retórico do que factível (RESTAD, 2010).

Em 1939, o movimento nazista consegue reunir a fúria de cerca de 100 mil ativistas antinazistas na entrada do *Madison Square Garden*, em Nova Iorque, enquanto realizava um comício. Apesar de reunir 20 mil ativistas do movimento, a repercussão negativa após o comício

[84] Programa econômico pautado na ideia de que o poder e a intervenção governamental seriam necessários para recuperar o país frente a Grande Depressão. Postulava uma série de reformas governamentais nas esferas bancárias e auxílio econômico à população. Consequentemente, também estipulou a seguridade social, programas de proteção a sindicatos e auxílio à fazendeiros e imigrantes. Sendo esse programa a base do Estado do bem-estar social, que perdura até os dias de hoje (Library of Congress, 2024).

foi tamanha que a organização do evento, a *German American Federation*, acabou por declinar nos anos seguintes após a prisão de seu líder, Fritz Julius Kuhn, por desvio de dinheiro (KRAMER, 2019). O evento gerou revolta por se valer de um "americanismo" para justificar a ideologia nazista no país, mas, infelizmente, não viria a ser o último, com a fundação do *American Nazi Party*, em 1959 – além da disseminação de diversos materiais, panfletos e jornais próprios.

Roosevelt buscou envolver os Estados Unidos no planejamento do mundo pós-1945 até mesmo antes de o país adentrar o conflito – almejando um papel de liderança do país dentro do futuro sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

> Roosevelt estava muito envolvido no planejamento do mundo pós-guerra antes de os Estados Unidos participarem do conflito, assim como Woodrow Wilson. Foi FDR, de fato, quem primeiro sugeriu a ideia de chegar a um acordo sobre objetivos de guerra comuns na reunião em Placentia Bayon, em 9 de agosto de 1941, entre ele e Winston Churchill. [...] O documento de oito pontos conhecido como *Atlantic Charter* era nitidamente americano. O segundo artigo rejeitava mudanças territoriais que não estivessem "de acordo com os desejos livremente expressos dos povos envolvidos"; o quarto continha uma promessa de que ambos os governos tentariam promover o acesso de todos os estados "em igualdade de condições" ao comércio e às matérias-primas do mundo; e havia referências a outras ideias rooseveltianas, como "liberdade da carência" e "liberdade do medo". Enquanto Churchill argumentava que a Carta deveria se aplicar somente à Europa, FDR declararia, após Pearl Harbor, que ela se aplicava ao mundo inteiro (RESTAD, 2010, p. 56-57, tradução nossa[85]).

O eclodir da guerra e a entrada dos Estados Unidos após Pearl Harbor, como esperado, aflorou elementos nativistas, uma vez que o cenário de confronto requer a necessidade de um *out-group* – o inimigo japonês e de outros países do Eixo – para fortalecer a coesão e a identidade do *in-group* nacional. Em 1942, a administração de FDR acabou por implementar uma série de políticas de segurança doméstica que tinham como alvo a população japonesa-americana. Entre março e agosto daquele ano, aproximadamente 112 mil japoneses-americanos, dos quais 70 mil eram cidadãos norte-americanos, foram enviados para "campos de realocação" até o fim da guerra, sendo forçados a viverem em condições similares ao encarceramento e sem direito ao devido processo legal. Apenas em 1988 o governo reconheceu a injustiça praticada

[85] Roosevelt was very much involved in planning the postwar world before the United States was a party to the conflict, just as Woodrow Wilson had been. It was FDR, in fact, who first suggested the idea of agreeing upon common war aims at the meeting in Placentia Bayon August 9, 1941, between him and Winston Churchill. [...] The eight point document known as the Atlantic Charter was distinctly American. The second article rejected territorial changes that did not "accord with the freely expressed wishes of the peoples concerned";the fourth contained a pledge that both governments would try to promote access by all states "on equal terms" to the world's trade and raw materials; and there were references to other Rooseveltian ideas such as "freedom from want" and "freedom from fear." Whereas Churchill argued that the Charter should only apply to Europe, FDR would state, after Pearl Harbor, that it applied to the entire world (RESTAD, 2010, p. 56-57).

nesse período, pedindo desculpas e oferecendo uma compensação de 20 mil dólares para cada indivíduo que fora encarcerado (National Archives, 2024).

3.3 De Truman à Carter (1947-1981)

Com o monopólio tecnológico inicial na criação de armamento nuclear, os Estados Unidos encerraram a Segunda Guerra, sob a liderança de Harry Truman (1945-1953), com os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, reafirmando não apenas sua superioridade bélica, mas sua capacidade de garantir a segurança de seu território através da simples ameaça de utilização dessa modalidade de armamento. Logo, ao mesmo tempo em que garantiu um sentimento de segurança incontestável do país entre 1945 e 1949[86], acabou por aflorar ainda mais o nacionalismo e a percepção de ameaça iminente durante as décadas seguintes (POSEN, 1993). Além disso, a ordem internacional oriunda do segundo pós-guerra foi um experimento norte-americano que, apesar de similaridades com o sistema proposto por Wilson, se aproximou mais dos preceitos de Lodge durante o período da Primeira Guerra. Diferentemente da Liga das Nações, as Nações Unidas estavam sediadas no país, dependente de seu financiamento e, especialmente nos anos iniciais, recebendo maior influência dos Estados Unidos. Nesse aspecto, essa nova ordem deixava clara sua liderança por parte dos Estados Unidos:

> Em resumo, os Estados Unidos buscaram, e conseguiram, salvaguardar sua tradição unilateral por meio dos seguintes mecanismos gerais: veto sobre possíveis ações (por meio do veto no Conselho de Segurança ou de sua participação nos votos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial); amplas garantias de que o Senado (em oposição ao embaixador dos EUA na ONU, por exemplo) poderia vetar ou sancionar as ações dos EUA nessas instituições; a oportunidade de se isentar da jurisdição (tanto no caso do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) quanto da Carta da ONU em geral); ou por meio da não participação em conjunto (como no caso do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) e da Carta da ONU em geral); ou por meio da não participação em conjunto (como no caso do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) e da Carta da ONU em geral). A oportunidade de se isentar da jurisdição (tanto no caso da Corte Internacional de Justiça (CIJ) quanto da Carta das Nações Unidas em geral); ou por meio da não participação (como no caso da Organização Internacional do Comércio ou de tratados de direitos humanos, como a Convenção para a Prevenção do Genocídio, que o Senado rejeitou) (RESTAD, 2010, p. 73, tradução nossa[87]).

[86] Ano em que a URSS desenvolveu seu armamento nuclear.

[87] In brief, the United States sought, and got, to safeguard its unilateral tradition through the following general mechanisms: a veto over potential actions (through the veto in the Security Council or its share of votes in the International Monetary Fund and the World Bank); extensive assurances that the Senate (as opposed to the U.S. Ambassador to the UN, for example) would be able to veto or sanction U.S. actions in these institutions; the opportunity to exempt itself from jurisdiction(both in the case of the International Court of Justice (ICJ) and from the UN Charter in general); or through non-participation all together (as with the International Trade Organization or human rights treaties such as the Convention to prevent Genocide, which the Senate rejected) (RESTAD, 2010, p. 73).

O nacionalismo econômico, como esperado, teve papel central na idealização e manutenção dessa nova ordem internacional. O Plano Marshall (1948), mais do que um mecanismo econômico de reconstrução de nações europeias após a guerra, representou os primórdios da política de contenção do comunismo internacional, justamente por permitir a reconstrução de nações devastadas pelo conflito desde que elas desenvolvessem pagamentos e comércio multilaterais na Europa, avançassem em direção à conversibilidade da moeda, buscassem eliminar a discriminação contra as importações dos EUA, incentivassem reduções nos gastos públicos, relaxassem os controles governamentais e elevassem suas exportações para os Estados Unidos (International Monetary Fund, 2014).

Mais além, o país liderou a criação de um novo modelo econômico internacional com o sistema de Bretton Woods, utilizando o dólar, e não mais o ouro, como a âncora de trocas comerciais internacionais. Ao mesmo tempo em que esse novo sistema buscou evitar uma crise da mesma magnitude da de 1929, beneficiou e expandiu ainda mais o poderio econômico dos Estados Unidos, uma vez que, entre 1945 e a década de 1960, foram responsáveis pela grande maioria de todos os novos fluxos de Investimento Externo Direto (IED), sendo que os investimentos feitos na Europa e no Japão por empresas norte-americanas cresceram de 2 bilhões de dólares em 1950 para 41 bilhões em 1973 (RABINOWITZ, 2023).

Após a eleição de Truman contra o candidato republicano, Thomas Dewey, em 1949, tanto o contexto doméstico – que desde 1919 buscava combater a ameaça comunista do *red scare*[88] – quanto o internacional – teste da bomba soviética, a vitória da revolução comunista chinesa de Mao Zedong e novas revelações de espiões soviéticos em território nacional – permitiram uma escalada no sentimento anticomunista no país, dando maior visibilidade para um obscuro senador republicano de Wisconsin: Joseph McCarthy. Em 1951, a perseguição a dissidentes e simpatizantes do comunismo no país deu início ao movimento do Macarthismo[89], tomando conta do cenário político e do sentimento popular no período. Fazendo uso de uma retórica política conspiracionista, o momento político do Macarthismo denotou mais um episódio de distanciamento de ideais do nacionalismo cívico de duas formas: a institucionalização da negação de direitos constitucionais e um momento de clara intersecção do contexto político nacional com o nacionalismo cristão (RICHARDSON, 2014).

[88] "Ameaça vermelha".

[89] Termo originado por conta de seu proponente, o senador Joseph McCarthy, foi uma prática de acusar de subversão ou traição possíveis comunistas dentro do território. Destarte, perseguições políticas, estabelecimento de inquéritos e exílios fizeram parte dessa política. Contudo, no período de 1950 a 1957, trabalhadores sindicais e até mesmo figuras do entretenimento foram acusadas e, injustamente, perseguidas e exiladas (GOULD, 2014).

Primeiramente, medidas legais excepcionais foram empregadas, comprometendo liberdades individuais, direitos civis e adaptando a lei de forma ampla e permanente. Mesmo com um estado de emergência não sendo oficialmente declarado no Macarthismo, práticas legais comuns deixaram de ser aplicadas. A impossibilidade de cidadãos invocarem a quinta emenda[90] à Constituição nas audiências do comitê liderado por McCarthy operou como a negação de direitos constitucionais fundamentais (MERRITT, 2011). Em segundo lugar, as relações entre o nacionalismo cristão e a política doméstica no período são colocadas em segundo plano em detrimento do ápice dessas relações na era Reagan. Todavia, desde os seus primórdios, o Macarthismo buscou atrelar o combate ao comunismo como um imperativo cristão moral de combate ao ateísmo e à degradação de valores morais cristãos – sendo a degradação moral e social valores que estariam presentes entre comunistas. Apesar de ter sofrido críticas de cristãos e organizações religiosas do período, McCarthy encontrou respaldo especialmente entre católicos conservadores, marcando o momento inicial em que o GOP trouxe o nacionalismo cristão para o *mainstream* político:

> Embora McCarthy seja hoje condenado, na época os cristãos se sentiram tentados a apoiá-lo. O comunismo, com seu ateísmo autoproclamado, parecia inaceitável para muitos cristãos. O comunismo, com seu ateísmo autoproclamado, parecia inaceitável para muitos cristãos. Além disso, McCarthy alegava estar agindo por patriotismo, uma emoção consistente com a vontade de Deus aos olhos da maioria dos cristãos. Os cristãos americanos às vezes até viam o destino da América como especialmente significativo para Deus, um exemplo da sociedade ideal de Deus para a edificação de outras partes do mundo. Cada uma dessas atitudes ainda pode ser encontrada, mas elas eram especialmente predominantes no início dos Estados Unidos do pós-guerra, antes de serem atenuadas por várias fontes de desilusão. O final da década de 1950 testemunhou uma crescente conscientização sobre os abusos dos direitos civis nos Estados Unidos, e a década de 1960 trouxe o complexo de problemas associados à Guerra do Vietnã. No início dos anos 50, no entanto, os partidários de McCarthy achavam fácil acreditar que estavam lutando a luta de Deus, salvando o mundo das forças do mal e defendendo o modo de vida americano. [...] Traindo um pouco de anti-intelectualismo e uma recusa em aceitar nuances, eles ajustaram as acusações emocionais e categóricas de McCarthy à sua imagem do mundo, um lugar de luta entre o bem e o mal. Os conservadores americanos continuaram, e de fato continuam a presumir que a verdadeira identidade americana era, e é, encontrada nas formulações morais e éticas do idealismo cristão. Com base nisso, McCarthy recebeu um grande apoio cristão (Ericksen, 1990, p. 46-47; p. 58[91])

[90] Versa contra o abuso de autoridade e a garantia do devido processo legal. Permite, dentre outras garantias, o direito de permanecer em silêncio durante julgamentos (National Constitution Center, 2024).

[91] Although McCarthy is now condemned, at the time Christians were tempted to give him support. Communism, with its self-professed atheism, seemed unacceptable to many Christians. Also, McCarthy claimed to be acting out of patriotism, an emotion consistent with God's will in most Christian eyes. American Christians sometimes even saw the fate of America as especially significant to God, an example of God's ideal society for the edification of other parts of the world. Each of these attitudes can still be found; but they were especially prevalent in early postwar America, before being tempered by various sources of disillusion. The later 1950s witnessed a growing awareness of civil rights abuses in America, and the 1960s brought the complex of problems associated with the Vietnam War. In the early fifties, however, McCarthy's supporters found it easy to believe they were fighting God's fight, saving the world from the forces of evil and for the American way of live. […] Betraying some anti-

A empreitada de radicalização política promovida por McCarthy foi barrada nos bastidores pelo presidente Dwight "Ike" Eisenhower (1953-1961), auxiliando no desmantelamento de sua comissão anticomunista. Mesmo se colocando contra McCarthy, a reação do presidente se deu pelas críticas feitas ao exército, que estaria "infestado de comunistas". Por ser considerado um "herói de guerra", Ike, um nacionalista conservador, viu o desrespeito às tropas como o limite último do movimento promovido pelo então senador (LEDBETTER, 2017).

O distanciamento e posterior desmantelamento da comissão de McCarthy não foram uma surpresa, uma vez que Eisenhower buscou equilibrar uma política externa pautada em minar e conter o avanço comunista através da maximização do arsenal nuclear do país e da capacidade de retaliação em massa[92] frente a um ataque, com uma política doméstica de centro-direita, buscando a responsabilidade fiscal e o diálogo bipartidário – denominado por ele como um "republicanismo moderno". A estratégia de "diplomacia nuclear" de Ike, ao mesmo tempo em que mobilizava elementos do nacionalismo econômico – uso pragmático de recursos financeiros e menor custo de resposta militar perante uma agressão –, buscava a política de contenção do comunismo internacional através da dissuasão (DUECK, 2019).

No contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), uma parcela da literatura acredita que ameaças veladas da administração Eisenhower à China – levantando a possibilidade de expansão da guerra para o país e o uso de armas nucleares – teriam induzido os governos norte-coreano e chinês a negociarem um cessar-fogo. Se, por um lado, a estratégia de Ike poderia ter sido responsável pelo fim do conflito, foi responsável por capitalizar maiores hostilidades com a China e, consequentemente, em uma escalação do arsenal nuclear com a União Soviética (PACH, 2024).

Contudo, a maior oposição que sofreu veio de seu próprio partido. Uma parcela considerável de republicanos nacionalistas observara com espanto a continuidade de engajamento internacional e a não negação do legado de FDR, como o *New Deal*. O período de Ike, logo, foi marcado por uma mudança dentro do Partido Republicano: se antes a resistência às responsabilidades internacionais era a norma, os republicanos pós-Eisenhower viriam cada

intellectualism and a refusal to accept nuance, they fitted McCarthy's emotional and categorial charges to their image of the world, a place of struggle between good and evil. American conservatives continued, and indeed continue to assume that the true American identity was, and is, to be found in the moral and ethical formulations of Christian idealism. On that basis, McCarthy received a great deal of Christian support (Ericksen, 1990, p. 46-47; p. 58).

[92] Doutrina que ficou conhecida como *mass retaliation*. Inaugurada em 1954, assegurava que, frente a um ataque sofrido, a resposta da nação seria dada em lugares e através de meios de sua própria escolha, sendo esse o arsenal nuclear. Essa doutrina garantia que a resposta norte-americana seria de retaliação máxima frente a uma ameaça exterior (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2020).

vez mais a compreender tais responsabilidades e sair de uma posição amplamente protecionista para uma defesa aberta do livre-comércio. Logo, "Justamente por respeitar os limites do nacionalismo conservador, ele internacionalizou o Partido Republicano." (DUECK, 2019, p. 69, tradução nossa[93]).

Mesmo fazendo parte de um partido que, cada vez mais, se distanciava das ideias de Lincoln e abraçava ideais de supremacia branca ao sul do país, Eisenhower também despertou a fúria de eleitores e políticos republicanos perante suas posições favoráveis acerca do movimento dos direitos civis da população afro-americana. Ike, inicialmente, deu continuidade às medidas adotadas por Truman de eliminar a segregação racial em órgãos federais e nas forças armadas e fez valer a decisão da Suprema Corte no caso *Brown vs. Board*[94] de 1954. Além de também assinar o *Civil Rights Act*[95] (1957), se colocou contrário ao então governador do Arkansas, Orval Faubus, que compactuou com o impedimento de que nove alunos negros pudessem acompanhar aulas no ensino médio, na capital Little Rock. Como resposta, enviou tropas federais para cessar a segregação escolar que ocorria em Little Rock (NICHOLS, 2007). Mesmo assim, Eisenhower detém uma reputação nebulosa em relação ao movimento dos direitos civis, uma vez que

> Em relação aos direitos civis, ele expressou repetidas vezes opiniões "moderadas" diante de homens cujas opiniões eram imoderadas. Ele buscou uma mudança gradual onde outros buscavam um progresso imediato ou nem isso. Ele demonstrou um senso comum desapaixonado; seus oponentes lutaram com um fanatismo apaixonado (HITCHCOOK, 2018, p. 297, tradução nossa[96]).

Logo, frente o nacionalismo conservador de Eisenhower, forças mais reacionárias – defendendo ideais de nacionalismo cristão e étnico – surgiram dentro e fora do GOP como uma resposta ao seu "republicanismo moderno". O *National Review*[97] de William F. Buckley Jr foi um dos veículos mais ativos nesse período, defendendo abertamente a supremacia branca no

[93] Precisely by respecting the limits of conservative nationalism, he internationalized the Republican Party (DUECK, 2019, p. 69).
[94] Decisão unânime da Suprema Corte que declarou que as leis estaduais que segregavam escolas eram inconstitucionais, independentemente de as escolas segregadas serem iguais em qualidade. A decisão foi de suma importância para o movimento dos Direitos Civis (NICHOLS, 2007).
[95] Permitia a instauração de um processo judicial contra aqueles que buscassem violar o direito ao voto no país (U.S. Citizenship and Immigration Services, 2025)
[96] Again and again on civil rights he expressed "moderate" opinions in the face of men whose views were immoderate. He sought gradual changed where others sought immediate progress or not at all. He showed dispassionate common sense; his opponents fought with passionate zealotry (HITCHCOOK, 2018, p. 297).
[97] Revista semestral de notícias e de comentários acerca de questões políticas, sociais e culturais nos Estados Unidos. Lançada em 1955, a revista foi responsável por moldar as premissas e fronteiras do pensamento conservador do país (PERLSTEIN, 2017).

Sul[98] e que, juntamente com organizações como a *John Birch Society*[99], se opunham ao movimento dos direitos civis, à ONU e ao próprio presidente – considerados como ferramentas do plano de dominação comunista internacional. Além disso, elementos do nacionalismo cristão ficaram mais evidentes em simbologia política, justamente por ter sido durante a administração de Ike que o juramento à bandeira foi alterado para incluir o termo "*one nation under God*" (1954) e que o lema nacional *In God We Trust* (1956) foi adotado (RICHARDSON, 2014).

O nacionalismo no período da presidência de John F. Kennedy (1961-1963) e de seu vice, Lyndon B. Johnson (1963-1969) deteve um caráter dúbio: ao mesmo tempo em que houveram críticas ao colonialismo e a repressão política em países da cortina de ferro e um aparente apoio ao movimento dos direitos civis, incorreu uma maior intensificação da participação do país na Guerra do Vietnã (1955-1975) – culminando na elevação de apoio financeiro e militar ao Vietnã do Sul, após o assassinato de Kennedy, e no envio de tropas em 1965 – e um aumento exponencial na quantidade de intervenções diretas e indiretas no exterior[100], durante a década de 1960, variando desde operações de contra insurgência até golpes de Estado apoiados pela *Central Intelligence Agency* (CIA), cabendo destacar a tentativa de assassinato contra Fidel Castro na Invasão da Baia dos Porcos (1961), golpe de Estado no Laos (1961) e a *Operation Brother Sam* (1964), que operou como uma operação preemptiva de garantir a efetivação do golpe militar no Brasil caso houvesse contratempos. (GROSSMAN, 2024). Sob o ponto de vista exterior, o legado de Kennedy é visto de forma crítica. Apesar de discordâncias em relação à inevitabilidade de participação no Vietnã, a literatura aponta para uma elevação de insegurança internacional durante sua administração, uma vez que incorreram duas ameaças de uso de armamento nuclear: em 1961, com a construção o Muro de Berlim e em 1962, na crise dos mísseis (KAUFMAN, 2007).

Como consequência da intensificação de uma cruzada moral, e religiosa, no combate ao comunismo internacional, a relação de JFK com o nacionalismo cristão merece maior destaque. Diferentemente da tradição protestante, Kennedy era um conhecido senador de criação católica, angariando críticas e desconfiança de uma parcela conservadora majoritariamente protestante.

[98] Um editorial de 24 de agosto de 1957 denominado *Why The South Must Prevail* defendeu abertamente a manutenção da supremacia branca na região (DIONNE JR, 2016, p. 47).

[99] Grupo de pressão política de direita formado em 1958 pelo magnata Robert Welch, tendo como objetivo combater a subversão política e social originada por uma "conspiração comunista internacional" que se alastrava pelas escolas, jornais, igrejas e dentro do próprio governo. Curiosamente, Buckley viria a "expurgar" essa organização da direita do país, uma vez que, frente a campanha de Barry Goldwater, seu teor conspiracionista viria a danificar a imagem do candidato. Ativa até os dias atuais, essa organização detém alta influencia dentro do debate político norte-americano, fazendo uso de narrativas que radicalizem as discussões a seu favor (SAVAGE, 2017)

[100] Durante ambas as administrações ocorreram um total de doze intervenções, sendo três delas golpes de Estado (GROSSMAN, 2024).

Apesar de não ser devoto, o então presidente buscou construir sua plataforma pregando uma clara divisão entre o Estado e a Igreja, demonstrando como seu histórico como católica teria pouca relevância em sua administração. Mesmo se sobressaindo perante uma tentativa de polarização de sua figura por parte da direita nacionalista cristã no país, a sua defesa de um liberalismo religioso – curiosamente, indo de encontro com os ideais dos pais fundadores – acabou por criar um efeito rebote na direita nacionalista cristã: passaram a se organizar mais, tornando mais proeminentes elementos políticos tanto no púlpito quanto na organização de campanhas para candidatos que abraçassem seus ideais. "Por fim, quando pressionados por mudanças sociais mais amplas, os conservadores protestantes e católicos uniram forças com o Partido Republicano, formando um movimento nacional pancristão para travar uma guerra contra o liberalismo político e religioso." (HUNTINGTON, 2020, tradução nossa[101]). Ao passo que Kennedy conseguiu se eleger como um católico, perante um eleitorado democrata mais conservador, viria a ser o último presidente católico até Joe Biden, em 2021.

O contexto da candidatura republicana de Barry Goldwater, nas eleições de 1964, e a candidatura independente do antigo governador do Alabama, George Wallace, em 1968, demonstraram o início de um avanço mais claro de uma retórica nacionalista cristã, misturando elementos de discursos conspiratórios, anti-Estado e nostálgico por um "passado glorioso", mas distante – no caso de Wallace, ainda mais exagerado, se colocando contrário à dessegregação do sul e, surpreendentemente, se tornando o único candidato independente a conquistar cinco colégios eleitorais em eleições, quando disputou o pleito contra Nixon (DIONNE JR, 2016). Por fim, mesmo com a eliminação de "cotas de origem" para imigrantes, em 1965, e com os avanços civis e políticos na luta antirracista no período, os assassinatos de lideranças negras no período – Martin Luther King Jr e Malcolm X –, a desaprovação considerável de 31% da população, frente a aprovação do *Civil Rights Act*, demonstram que, mesmo com perante a institucionalização de direitos adquiridos, o elemento de supremacia branca ainda se fazia presente na sociedade norte-americana (O'KEEFE, 2020).

A Figura 5 apresenta panfletos de grupos da ultradireita norte-americana da primeira metade do século, enquanto a Figura 6 apresenta alguns exemplos de manchetes de jornais desse grupo no mesmo período. É evidente a presença de elementos de nacionalismo étnico, cristão, cultural, expansionista e do nacional-socialismo, além da perseguição direta de pessoas negras, elementos de cunho conspiratório que aponta para uma conspiração judaico-comunista

[101] Eventually, when pressed by broader societal change, Protestant and Catholic conservatives joined forces with the Republican Party, forming a national pan-Christian movement to wage war against political and religious liberalism (HUNTINGTON, 2020).

internacional – até mesmo no âmbito de organizações internacionais – e com o objetivo de reversão de valores, cultura e hierarquia racial no país. Mesmo marginalizado, criminalizado e, em diversas ocasiões, mais monitorados por autoridades policiais do que movimentos de supremacia branca no país, o nacionalismo negro se consolidou como uma frente organizada e forte ao longo dessa e da próxima década (HOBAN, 2021). Dessa forma, o Anexo I apresenta documentos consultados *in loco* na Biblioteca do Congresso Nacional dos Estados Unidos sobre o jornal "*Black America*", editado pelo movimento *Black Liberation Front*, acerca da violência sofrida e leniência das autoridades com grupos de extrema-direita.

A vitória de Richard Nixon (1969-1974) nas eleições de 1968 evidenciou ainda mais uma falta de consenso nacional frente o aspecto do nacionalismo étnico: descontentes com uma política cada vez mais progressista do partido democrata, uma considerável parcela de seus eleitores sulistas – mais de dois terços do eleitorado branco protestante – migrou para O GOP, consolidando o partido como representante do conservadorismo e, consequentemente, de uma parcela considerável que ainda advogava pela volta de políticas segregacionistas (KELLEY, 1977). Perante uma política nacional que vinha se tornando cada vez mais personalista nesse século – muito por conta da disseminação de meios de comunicação além do rádio –, Nixon viria a abraçar e potenciar esse personalismo político durante sua administração, especialmente na forma como enxergava a identidade nacional e, consequentemente, como a comunicou e a construiu nesse período. Logo, havia cinco elementos centrais na forma pela qual Nixon buscou construir e transmitir a identidade nacional norte-americana:

> A primeira é a ênfase no **papel do presidente de representar todo o povo**, o que confere legitimidade ao presidente para definir uma identidade coletiva. O segundo é a **convicção de que o povo do país está unido como uma nação**. Ironicamente, o terceiro elemento – **a primazia e a importância da regra da maioria** – contradiz o segundo elemento, mas ambos os presidentes conseguem entrelaçar os dois. Em quarto lugar, ambos os presidentes falam sobre **o lugar adequado de cada cidadão na política**, o que envolve a justificativa das políticas nacionais e econômicas. A quinta estratégia é **a confiança nos valores fundamentais** (especialmente a liberdade) para definir a identidade nacional (STUCKEY; HOFFMAN, 2006, p. 74, grifo nosso, tradução nossa[102]).

Os dois primeiros elementos foram constantemente ressaltados por Nixon, reforçando discursivamente sua legitimidade e referindo a si mesmo como "o presidente" e apresentando

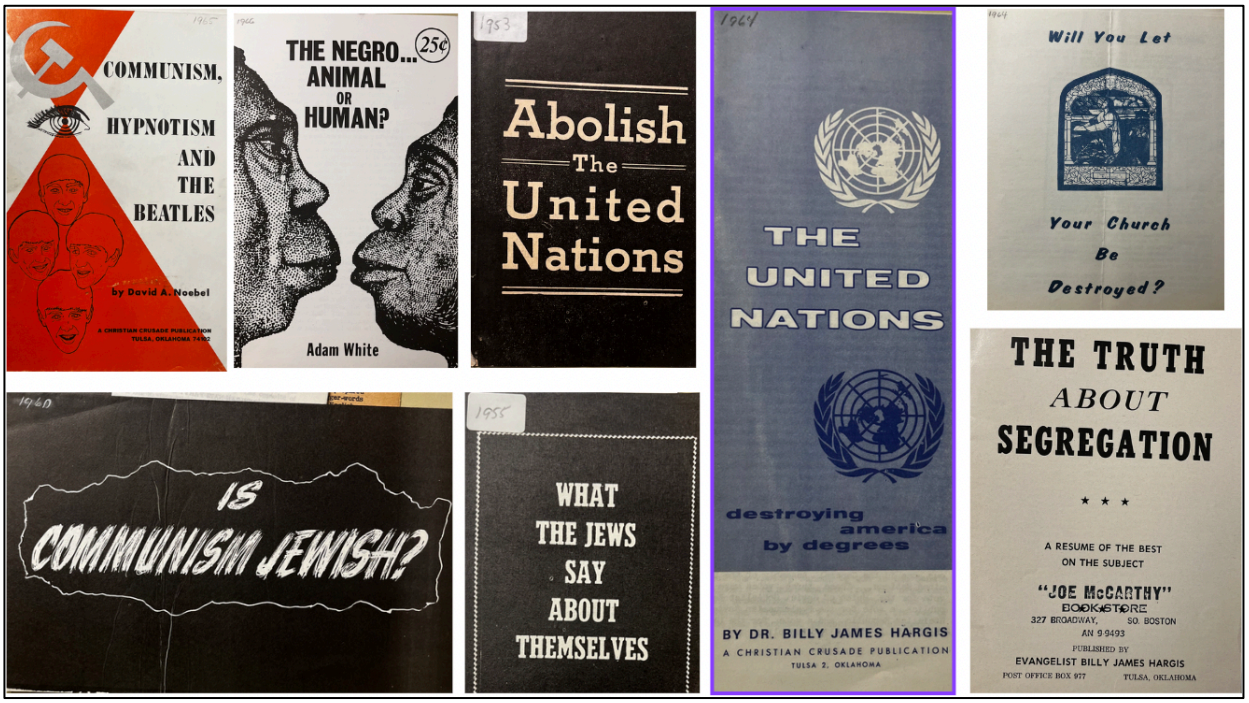
[102] First is the emphasis on the role of the president to represent all of the people, which confers legitimacy on the president to define a collective identity. The second is the conviction that the people of the country are united as one nation. Ironically, the third element—the primacy and importance of majority rule—contradicts the second element, but both presidents manage to weave the two together. Fourth, both presidents talk about the proper place foreach citizen in the polity, which involves justifying national political and economic policies. The fifth strategy is reliance on foundational values (especially freedom) to define national identity (STUCKEY; HOFFMAN, 2006, p. 74).

o país como uma nação unificada – por esforço dos "bons cidadãos" – contra aqueles que buscam desestabilizar a nação, justamente por não aderirem ao ordenamento hierárquico social. Esse elemento, ironicamente, ressaltava ainda mais o aspecto étnico nessa divisão entre "bons" e "maus cidadãos", uma vez que, ao mesmo tempo em que aplaudia o aspecto multicultural dos EUA, acaba por reduzir "todas as nações do mundo" apenas aos imigrantes de origem alemã, irlandesa, polaco, ítalo e francês – majoritariamente branca e corroborando para o ideal WASP[103] da identidade nacional do país. O terceiro elemento foi encapsulado em sua ideia da "maioria silenciosa"[104], chegando a comparar a esquerda com "terroristas de extrema-esquerda" e criando sua famosa "lista de inimigos" de sua administração (STUCKEY; HOFFMAN, 2006).

Em um contexto de avanços sociais e questionamentos às hierarquias nacionais estabelecidas, Nixon buscou reforçar avanços de proteção às minorias nacionais ao mesmo tempo em que reforçava papéis sociais já estabelecidos. Uma diferença memorável de sua administração fora a maior visibilidade para povos nativo-americanos. Todavia, apesar de colocar povos originários em uma posição mais evidente que outros presidentes, outros grupos minoritários – como mulheres e afro-americanos – continuaram por pontuar baixo hierarquicamente. Por fim, os valores nacionais fundamentais defendidos por Nixon iam contra políticas assistencialistas, valorizando o esforço individual em um cenário social de "oportunidades similares" (STUCKEY; HOFFMAN, 2006).

[103] *White anglo-saxon protestant* (protestante anglo-saxão branco).
[104] Também conhecido como *Silent majority*. Uma construção retórica que serviu para legitimar suas posições, ao mesmo tempo em que deslegitimava a de oponentes.

Figura 5 – Panfletos de grupos extremistas de direita com alta circulação (1934-1981)



Fonte: Library of Congress, *M & S Collection of American radical extremist literature of the 20th century, 1934-1981*. Pamphlets, 1934-1981, Box 58, 63, 71.

Sob o ponto de vista exterior, a administração de Nixon deu continuidade ao processo de organização de intervenções políticas e militares, especialmente em nações latino-americanas – sendo a orquestração do Golpe de Estado no Chile, em 1973, o mais emblemático – buscando conter avanços do comunismo internacional – com políticas de limitação do arsenal nuclear com a URSS e a retomada das relações diplomáticas com a China [105] – e, consequentemente, preservando os interesses nacionais no exterior (DUECK, 2019). Os episódios de expropriações de empresas nacionais em países da Americana Latina [106] demonstraram a primazia do nacionalismo econômico norte-americano frente outras nações latinas, buscando a promoção do crescimento econômico através do IED e da liberalização econômica liderada pelo setor empresarial privado (BRANDS, 2007).

Nixon também buscou se distanciar até mesmo de arranjos internacionais nos quais os EUA continham aliados, revivendo uma política externa nacionalista mais unilateral. Essa política nacionalista unilateralista ficou ainda mais evidente no amito econômico com a crise do dólar em 1971, impondo sobretaxas que equivaliam a tarifas de proteção e retirando o dólar do padrão-ouro internacional, colocando-o sob o controle nacional – atuando de forma

[105] Respeitando o princípio da *One China Policy*, reconhecendo a China de Mao Zedong como a "única China" frente Taiwan (DUECL, 2019).
[106] Em 22 ocasiões distintas, entre 1968 e 1976, quase que uma dúzia de países da região tomaram ou forçaram a venda de empresas norte-americanas em seus territórios (BRANDS, 2007).

peremptória, sem nenhuma discussão significativa com aliados –, colocando fim ao sistema de Bretton Woods, também liderado pelos EUA (KELLEY, 1977).

O fim de Bretton Woods, apesar de não significar o "fim" da força do nacionalismo econômico norte-americano, deu início à narrativa de uma "traição" dos princípios econômicos postulados por Hamilton, justamente pela década de 1970 ter se distanciado da prosperidade econômica das duas décadas anteriores – com déficits comerciais elevados, desindustrialização e instabilidade socioeconômica – e com a redução de tarifas e a liberalização do comércio, iniciadas no *New Deal*, demonstrariam a utopia falha do livre-comércio universal. Como consequência, figuras proponentes de um nacionalismo mais conservador, religioso, cultural e econômico – especialmente paleoconservadores, como Patrick Buchanan – viriam a resgatar essa narrativa de traição ao longo dos anos 1990 e no século XXI, vindo a ser utilizada por Trump ao longo de sua primeira campanha presidencial (WRAIGHT, 2019).

O unilateralismo de Nixon, dentro da esfera doméstica, foi potencializado pelo seu caráter populista altamente conspiratório. Sob o ponto de vista político, o escândalo de Watergate (1972)[107] representou uma quebra clara na sociedade norte-americana: enquanto uma parcela clamava pela renúncia e responsabilização do presidente, uma parcela mais conservadora abraçou a narrativa de perseguição política pelos democratas. Logo, mesmo com a classe política republicana abandonando Nixon em 1974, as divisões nacionais tomaram contornos políticos mais forte após Watergate, dando início a um processo gradativo de intensificação da polarização política e midiatização da política nacional. Com a eleição de um novo Congresso em 1974 – majoritariamente democrata –, ocorrera uma intensificação de confrontos culturais, elevando objetivos políticos para o status de direitos inalienáveis. No caso democrata, o direito ao aborto, saneamento, pautas ambientais e a segurança do consumidor. Já no caso republicano, o direito de portar armamento, políticas antiaborto, redução de taxas, direito à liberdade sem regulamentação governamental e a redução do tamanho do Estado (LAWRENCE, 2018).

Com a sucessão de seu vice, Gerald Ford (1974-1977), e a subsequente administração democrata de Jimmy Carter (1977-1981), a segunda metade da década de 1970 seria marcada por uma economia pouco próspera, com estagflação e migração de uma economia de poupança para uma de crédito, uma política externa conturbada – como a Revolução Iraniana (1979) – e um sentimento popular de impotência frente o mundo após a derrota frente uma nação de

[107] Tentativa de roubar documentos e instalar escutas no Comitê Nacional do Partido Democrata nas eleições de 1972. Foi um dos casos de corrupção mais severos da história do país e que acabou por custar sua presidência, renunciando mais tarde em 9 de agosto de 1974 (GOULD, 2014).

capacidades demasiadamente menores que dos EUA. Logo, junto com essa "Síndrome do Vietnã", o avanço de grupos mais nativistas – resgatando símbolos racialmente carregados, como a bandeira da Confederação –, de grupos conservadores religiosos e uma percepção de derrocada do *American dream*, a década seguinte seria marcada pela dominância republicana e a tentativa de recuperação desse orgulho nacional – permitindo que o nacionalismo cristão tomasse centralidade nesse contexto (GOULD, 2014).

Figura 6: Jornais de ultradireita alta circulação (1946-1981)



Fonte: Library of Congress, *M & S Collection of American radical extremist literature of the 20th century, 1934-1981*. Newspapers, 1946-1981 and undated, Box 27, 47, 54.

3.4 De Reagan à Clinton (1981-2001)

Ciente do crescimento de um eleitorado conservador religioso e de um movimento nacionalista cristão, Ronald Reagan abraçou e defendeu ideais religiosos ao longo da campanha, portando-se contra o aborto e a favor do ensino religioso nas escolas, dando a esses grupos uma representatividade ao longo de seus dois mandatos – mantendo um balanceamento necessário para não sub-representar outros segmentos (GOULD, 2014). Sob os slogans de um nacionalismo romântico, como "*Let's Make America Great Again!"* e "*It's Morning Again In America*", a década de 1980 foi marcada pelo domínio discursivo dos republicanos, se opondo a um Estado grande e ao discurso liberal dos democratas, defendendo um governo limitado para garantir a liberdade econômica da população, diminuindo o orçamento governamental, elevando o gasto com a defesa nacional e cortando regulações e impostos. No âmbito econômico, a *Reaganomics*, também conhecida como *trickle-down economics*, representou o início do domínio do neoliberalismo em política econômica e dominou o GOP no período, defendendo a redução de impostos para empresas e para a classe mais rica com o intuito de estimular o investimento em negócios para que, segundo essa lógica, a sociedade como um todo fosse beneficiada (RICHARDSON, 2014). Na prática, sua administração acabou por cortar programas sociais e impostos sem reduzir consideravelmente gastos governamentais, resultando em grandes déficits (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018).

Utilizando-se de uma dicotomia religiosa que dividia o mundo entre o "bem" e o "mal", a administração Reagan reativou o sentimento de combate ao comunismo internacional e fez uso de três movimentos específicos para energizar seu eleitorado: o "pânico satânico", "a praga gay" e a "*moral majority*", ao longo dos anos 80. O crescente movimento nacionalista cristão acabou por incorporar uma retórica mais religiosa dentro do movimento de *homeschooling* que havia crescido ao longo dos anos 1970. Se antigamente o movimento falava da necessidade de se educar uma criança em casa para fundamentar aspectos "educacionais, psicológicos e morais", essa nova onda viria a defender essa educação rivalizando diretamente contra o sistema de ensino público, o caracterizando como "mal" e classificando escolas públicas como "templos satânicos" (GAITHER, 2017). Atrelado ao "pânico satânico", a propagação do vírus do HIV havia se intensificado claramente ainda em 1982. Todavia, Reagan viria apenas a classificar o vírus como prioridade em 1987, operando nesse período com indiferença e perpetuação de estigmas frende a população LGBTQIA+, sugerindo que a transmissão poderia ser freada a partir de um comportamento mais "ético" e que, na prevenção do vírus, "a medicina e a moralidade" ensinam a mesma lição (GIBSON, 2015).

Consequentemente, a organização política da *Moral Majority* ascenderia nesse período como a representação principal de um movimento nacionalista cristão que se apresentava apenas como uma simples direita cristã. Liderada por Jerry Falwell Sr. e com conexões diretas com membros do Partido Republicano, a organização operava como uma forma de *lobby* civil com milhões de membros que buscavam influenciar diretamente legisladores, tanto em nível federal quando estadual e municipal, na elaboração de leis que buscassem consolidar os EUA como uma nação cristã. Dentre essas pautas destacam-se a oposição ao *Equal Rights Amendment*, ao *Strategic Arms Limitation Talks* (SALT I e SALT II) e ao reconhecimento e inclusão de pessoas homossexuais; proibição do aborto, até em casos de estupro; promoção da reza e ensino religioso em escolas; e conversão gradual de não-cristãos (WILCOX, 1989).

As conexões entre a administração Reagan e a *Moral Majority* são extensas e variam desde simples sinalizações discursivas de Reagan – declarando categoricamente que aprovava a organização – ao apoio direto à reeleição do presidente em 1984, a defesa pelo ensino religioso nas escolas, o combate ao aborto, através do *Pro-Life Act* (1988) e o lançamento de representantes do movimento para cargos legislativos (MILKIS; TICHENOR, 2019). Seguindo a mesma tradição de movimentos da ultradireita norte-americana, possuía a revista *Moral Majority* Report, garantindo ampla circulação de seus ideais. Apesar de fazer uma defesa ao Estado de Israel, há claros elementos antissemitas dentro da organização. A Figura 7 apresenta uma propaganda de uma petição contra o aborto, na edição de18 de maio de 1981. O texto equipara o aborto com o Holocausto, derivando uma mistura nítida entre antissemitismo e pânico moral.

Apesar de representar o período de início da proeminência do nacionalismo cristão na política norte-americana, Reagan buscou distinguir a retórica da política doméstica em relação à exterior: na esfera doméstica, operou a infusão da religião na política pública como uma garantia para suas metas políticas, ao passo a sua confiança nos valores tradicionais para apoiar suas preferências políticas norteou sua retórica na política exterior (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018). Sob tal abordagem, sua administração aparentava ser mais agressiva na retórica do que na prática, razão pela qual despertou o descontentamento de neoconservadores – que inicialmente apoiaram entusiasticamente sua administração. Por sua recusa de agir de forma direta e expansiva internacionalmente, seu governo demonstrou um nacionalismo conservador altamente responsável, mantendo-se próximo de Mikhail Gorbachev, último Secretário Geral da URSS, e auxiliando no processo de desmantelamento pacífico do bloco soviético após a queda do muro de Berlim, em 1989 (DUECK, 2019).

Sob o ponto de vista doméstico, o período de Reagan representou uma retomada do sentimento de orgulho nacional e confiança no governo, após episódios como Watergate. No início de sua administração a quantidade de nacionais que diziam serem "muito orgulhosos de serem americanos" alcançou quase 90%, ao passo que a "confiança no governo" saiu de 25%, em 1980, para 51% no ano seguinte. Apesar desses sentimentos de orgulho nacional e confiança governamental decaírem após a eclosão do caso Irã-Contras[108] (McLEAN, 1999), o legado de Reagan, diferentemente do de Nixon, é aclamado no imaginário do partido e do eleitorado conservador nos Estados Unidos, sendo considerado por eleitores republicanos, de acordo com um levantamento realizado pelo *Pew Research Center*, o melhor presidente republicano da atualidade (DANILLER, 2023).

Figura 7: Propaganda de petição antiaborto na revista da *Moral Majority* (18 mai. 1981)



[108] Tratava-se de um "esquema engenhoso" de venda de armas aos Contras nicaraguenses para financiar resgates de uma espécie de obtenção de liberdade para cidadãos norte-americanos detidos no Irã. O escândalo Irã-Contras levou a audiências no congresso, à demissão de vários assessores importantes e prejudicou a imagem de Reagan como um combatente assíduo do terrorismo internacional (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018).

Fonte: Moral Majority (1981).

Reagan reforçava uma identidade nacional baseada na possibilidade de "universalização" do *American Dream* para todos, através do foco no trabalho árduo e na noção de que todos os cidadãos merecem ser tratados com justiça e dignidade. Além disso, a moralidade individual e a prosperidade nacional estavam intimamente ligadas no sucesso da nação. Apesar de colocar a família diretamente no centro da sociedade norte-americana, Reagan deixava claro que a identidade nacional não poderia compactuar com elementos que "desunificassem" a sociedade e fossem contrários ao caráter meritocrático dessa identidade:

> Mas nem todos os cidadãos eram igualmente membros da comunidade nacional. Para Reagan, os cidadãos precisam entender que podem construir uma vizinhança nacional melhor sem a interferência do governo federal. A reconstrução da vizinhança americana e a redescoberta dos valores fundamentais dos Estados Unidos permitiram que Reagan tornasse o "sonho americano" retoricamente alcançável por todos os cidadãos como pessoas livres que querem melhorar suas vidas na visão de seu criador. Walter Fisher (1973) argumenta que o "sonho americano" é materialista e moralista. O mito materialista baseia-se no trabalho árduo, na "persistência", na "iniciativa" e na "autossuficiência", enquanto o mito moralista inclui a "verdadeira consideração pela dignidade e pelo valor de cada indivíduo". A narrativa de Reagan sobre o "sonho americano" se concentra em proteger o povo americano da generosidade do governo federal e em preservar a vontade do povo (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018, p. 93, tradução nossa[109]).

O enfoque na responsabilidade e no trabalho individual para alcançar o "sonho americano", atrelado aos cortes de programas social, acabaram por afetar mais negativamente famílias de baixa renda e, principalmente, afro-americanas. Segundo dados do *U.S. Bureau of the Census*, durante sua administração, famílias monoparentais negras aumentaram de 51,9% para 59,4%, ao passo que, para os brancos, foram 17,1% e 21,7%, respectivamente. No mesmo período, o nível de pobreza das famílias negras com filhos aparentados menores de 18 anos aumentou de 35,5% para 37,3%, enquanto o aumento para as famílias brancas foi de 11,2% para 12,4% (PIERRE, 1991).

[109] But not all citizens were equally members of the national community. For Reagan, citizens must understand that they can build a better national neighborhood without the interference of the federal government. Those needing governmental aid were defined as the problem, creating a disunited nation. The rebuilding of the American neighborhood and the rediscovery of the foundational values of the United States allowed Reagan to make the "American Dream" rhetorically attainable for all citizens as free people who want to improve their lives in the vision of their creator. The "American Dream," as an idea that is attainable for all citizens in the United States, is key for the Reagan narrative. Walter Fisher (1973) argues the "American Dream" is materialistic and moralistic. The materialistic myth is grounded in hard work, "persistence," "initiative," and "self-reliance," while the moralistic myth includes "true regard for the dignity and worth of each and every individual". Reagan's narrative of the "American Dream" focuses on protecting the American people from the largess of the federal government and preserving the will of the people (KLINGBEIL; RUSSELL; STUCKEY, 2018, p. 93).

Dando continuidade e intensificando o combate ao crime e às drogas da administração Nixon, os anos 80 foi marcado pela intensificação do encarceramento em massa no país, saindo de uma população carcerária de 329 mil para 627 mil, ao final da administração Reagan (CULLEN, 2018). Consequentemente, homens afro-americanos entre 18 e 29 anos e sem diploma escolar, saíram de 7,4% para 20,1% da população carcerária total, ao final de 1989 (ROSSINOW, 2015). Atrelado ao processo de desindustrialização e desmantelamento de sindicatos que também ocorreram nesse período, ao final de sua administração, um típico núcleo familiar branco detinha uma média de dezessete vezes mais riqueza do que uma família afro-americana (SCHERMERHORN, 2023).

Além disso, sua administração iniciou a tendência de enquadrar a fronteira com o México como a última linha de defesa contra imigrantes ilegais. Apesar de a retórica de securitização contra uma ameaça estrangeira existencial ter se iniciada em meados da administração Ford, foi apenas com Reagan que, em 1986, o *Immigration Reform and Control Act*[110] foi implementado. Logo, sua administração reiterava a proteção da fronteira frente uma ameaça de segurança nacional. De acordo com Massey (2021), a administração Reagan também vinculou a imigração não autorizada

> [...] explicitamente à sua perseguição à Guerra Fria na América Central, dizendo aos americanos que "terroristas e subversivos estão a apenas dois dias de carro de [Harlingen, Texas]" e que se poderia esperar que eles produzissem "uma onda de refugiados – e desta vez serão 'pessoas a pé' e não em barcos – invadindo nosso país em busca de refúgio da repressão comunista ao sul". Ele alegou que "provocadores comunistas" se "alimentariam da raiva e da frustração dos recentes imigrantes da América Central e da América do Sul que não conseguirão realizar sua própria versão do sonho americano" (p. 11, tradução nossa[111]

Destarte, a identidade nacional postulada por Reagan permitiu uma maior proeminência de atores, associações e retóricas do nacionalismo cristão no debate político nacional, ressaltando elementos nacionais que corroborassem para a continuidade de um imaginário WASP de identidade nacional.

---

[110] Resultado de um acordo bipartidário no Congresso, previa anistia para 3 milhões de imigrantes não documentados no país, penalidades contra quem empregasse imigrantes ilegais, maior financiamento na securitização da fronteira – como o aumento de 50% de agentes de patrulha na fronteira – e limitava o acesso à assistências federais para imigrantes não documentados (MASSEY, 2021).

[111] […] linked it to his prosecution of the Cold War in Central America, telling Americans that "terrorists and subversives are just two days driving time from [the border crossing at] Harlingen, Texas, "21 and they could be expected to yield "a tidal wave of refugees – and this time they'll be 'feet people' and not boat people – swarming into our country seeking safe haven from communist repression to the south." Communist provocateurs, he alleged, would then "feed on the anger and frustration of recent Central and South American immigrants who will not realize their own version of the American dream." (MASSEY, 2021, p. 11).

Dado o início do fim do cenário de Guerra Fria, a administração de George H. W. Bush (1989-1993), vice de Reagan, iniciava-se sob a perspectiva de um "novo alvorecer" dos Estados Unidos no mundo, que Bush viria a denominar de uma "nova ordem mundial". Apesar de uma nova perspectiva de unipolaridade, a atuação exterior dos subsequentes presidentes permaneceu similar ao período anterior: a continuidade de um unilateralismo internacionalista norte-americano em política externa. Poder-se-ia argumentar que a eclosão da Guerra do Golfo (1990-1991) e a atuação multilateral dentro da esfera do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) demonstrariam descontinuidade nesse unilateralismo em política externa (RESTAD, 2010). Todavia, em suas memórias, o ex-presidente esclarece que, caso a comunidade internacional não tivesse apoiado os EUA frente a ameaça do Iraque de Saddam Hussein, o unilateralismo prevaleceria:

> Embora tenhamos buscado o apoio das Nações Unidas desde o início da crise, isso foi feito como parte de nossos esforços para **forjar um consenso** internacional, e não porque achávamos que precisávamos de seu mandato. [...] A ONU forneceu um manto adicional de poder político. **Nunca pensamos que, sem sua bênção, poderíamos ou não intervir** (BUSH; SCOWCROFT, 1998, p. 416, grifo nosso, tradução nossa[112]).

O conflito no Golfo, de forma imediata, permitiu uma elevação da autoestima nacional no quesito de operações militares, buscando desmantelar o sentimento de Síndrome do Vietnã, uma vez que, janeiro e março de 1991, a aprovação do então presidente alcançou um recorde de 88% (SALVANTO; DE PINTO, 2018). Em seu primeiro ano de mandato, a *Operation Just Cause*[113] também corroborou para a permanência do unilateralismo em política exterior, uma vez que, ainda no seu primeiro ano de mandato, o país moveu-se unilateralmente para intervir no contexto doméstico do Panamá para garantir seus interesses – demonstrando também uma continuação da lógica do Destino Manifesto na região. Além disso, com o fim da Guerra Fria e do bloco soviético, a continuidade da OTAN e seu processo de expansão gradativa com antigos membros do bloco soviético – criada inicialmente para preservar a segurança coletiva de seus membros em um contexto de bipolaridade internacional – seriam fatores que demonstram a tendência norte-americana em política exterior de garantir a continuidade de arranjos que preservem a possibilidade de ação unilateral do país (KNOTT, 2024).

---

[112] While we had sought United Nations support from the outset of the crisis, it had been as part of our efforts to forge an international consensus, not because we thought we required its mandate. [...] The UN provided an added cloak of political power. Never did we think that without its blessing we could or would not intervene (BUSH; SCOWCROFT, 1998, p. 416).

[113] Lançada em 20 de dezembro de 1989, a operação militar teve como objetivo capturar Manuel Noriega, antiga liderança militar no Panamá, após não aceitar a derrota de seu sucessor nas eleições daquele ano. A operação foi tida como um sucesso, resultando na captura, condenação e aprisionamento de Noriega, no estado da Flórida (KNOTT, 2024).

Ao mesmo tempo em que o país se encontrava em uma posição de liderança unipolar, "[...] o pós-Guerra Fria não possibilitou um novo começo para o multilateralismo. A 'Nova Ordem Mundial' de Bush não sinalizou um novo começo para os Estados Unidos e as Nações Unidas, mas sim a continuação da tendência dos EUA ao unilateralismo." (RESTAD, 2010, p. 97, tradução nossa[114]). Apesar de uma política externa ativa, sua administração acabou por negligenciar elementos domésticos importantes, como a crescente recessão econômica, elevação do déficit nacional – uma tendencia desde Reagan –, elevação da taxa do imposto de renda para 31% – indo contra sua promessa de campanha e um dos fatores que custaram sua reeleição – e o surgimento de novas forças e movimentos políticos (DUECK, 2019; DIONNE JR, 2016).

As primárias e as eleições de 1992 foram marcadas por fortes críticas ao então presidente não apenas por seu oponente democrata, William Jefferson Clinton, mas por figuras de caráter mais antissistema. De um lado, a presença do expoente do paleoconservadorismo, Pat Buchannan, e do antigo diretor nacional da KKK, David Duke, nas primárias demonstraram a expressividade de elementos nacionalistas étnicos e econômico no imaginário do eleitor – justamente por Duke ter conquistado a terceira colocação na nomeação presidencial republicana. De outro lado, a candidatura independente do empresário Ross Perot – e sua liderança na corrida em julho daquele ano – já demonstrava um sinal de descontentamento popular com o *establishment* político democrata e republicano (LEVY, 2019).

Por fim, se Reagan deu o ponto de partida da notoriedade de forças políticas do nacionalismo cristão na década passada, H.W. Bush, mesmo apresentando-se como um conservador moderado, deu continuidade a esse processo. Não apenas na gradativa revisão de suas posições políticas anteriormente favoráveis ao financiamento federal ao *Planned Parenthood*[115], em sua atuação como vice-presidente se viu forçado a dialogar e sinalizar maior aproximação com a *Moral Majority* de Reagan para garantir parte do apoio necessário para as eleições de 1989. Ainda na reeleição de Reagan, Bush sinalizou tais mudanças ideológicas: passou a se opor ao financiamento federal para o aborto, exceto quando a vida da gestante estivesse em risco e apoiou uma emenda constitucional para reverter *Roe v. Wade*[116]. Após transição da *Moral Majority* para a *Christian Coalition* – organização de base popular –, a

[114] […] the post-Cold War did not enable a fresh start for multilateralism. Bush's "New World Order" did not signal a new beginning for the United States and the United Nations, but rather a continuation of the U.S. penchant for unilateralism (RESTAD, 2010, p. 97).

[115] Organização sem fins lucrativos que visa fornecer cuidados à saúde reprodutiva no país, incluindo a defesa do aborto legal e seguro.

[116] Decisão da Suprema Corte do país que garantiu, ainda em 1973, a responsabilidade constitucional em proteger a liberdade individual de mulheres gestantes e proibir restrições governamentais no acesso ao aborto legal.

direita cristã se fez mais presente dentro das estruturas de seu partido, contando com 15% de delegados republicanos na convenção de 1992 pertencentes a *Christian Coalition*. Além disso, a escolha de Dan Quayle, um conservador evangélico, para a posição de vice-presidente e a nomeação de Clarence Thomas – uma das figuras centrais na derrubada de *Roe v. Wade*, em 2022 – para a Suprema Corte representaram sinalizações importantes de maior inserção do nacionalismo cristão nas estruturas políticas nacionais (YOUNG, 2018).

O período da presidência de Bill Clinton (1993-2001), apesar de deter uma propensão inicial positiva em relação à ONU, enfrentava um forte descontentamento e desconfiança da classe política norte-americana em relação à organização. Tendo sido criada com o objetivo de – além de promover as missões e valores postulados em sua Carta – garantir os interesses dos EUA nessa ordem, o fato era que, de acordo com Restad (2010, p. 98, tradução nossa[117]), "[...] a ONU da década de 1990 – vista da perspectiva dos EUA – estava muito distante da organização criada principalmente pelos Estados Unidos na década de 1940". Uma das razões que, segundo a então Secretária de Estado, Madeline Albright (1998), o país enfrentava dificuldades em convencer membros da ONU da severidade da ameaça do Iraque seria a que segue: "Somos os Estados Unidos, somos a **nação indispensável**, estamos de cabeça erguida – **enxergamos mais longe no futuro**." (apud RESTAD, 2010, p. 98, grifo nosso, tradução nossa[118]). Nesse sentido, a administração Clinton voltou-se mais para questões de matéria doméstica – preterindo o multilateralismo e dando continuidade à tendência do unilateralismo em política externa, manifestando-o principalmente por meio do nacionalismo econômico.

> Considerando que o presidente Clinton era um internacionalista do livre comércio, ele presidiu um governo que impôs novas sanções econômicas unilaterais, ou ameaçou fazê-lo, **sessenta vezes contra trinta e cinco países**, [...]. Além disso, durante a crise monetária de 1998 na Ásia, os esforços dos Estados Unidos para obrigar os estados asiáticos que recebiam assistência do Fundo Monetário Internacional a realizar reformas internas que os Estados Unidos buscavam há muito tempo foram recebidos com acusações de uso do FMI para impor uma agenda unilateral em grande parte da Ásia. De fato, em 1998, o presidente sul-africano Nelson Mandela, durante a visita do presidente Clinton, declarou publicamente que se ressentia dos esforços dos EUA para impor condições à sua liberdade de comércio (RESTAD, 2010, p. 99, grifo nosso, tradução nossa[119]).

[117] […] the UN of the 1990s – seen from the U.S. perspective – was a far cry from the organization created mainly by the United States in the 1940s (RESTAD, 2010, p. 98).
[118] we are America, we are the indispensable nation, we stand tall – we see further into the future. (ALBRIGHT, 1998, apud RESTAD, 2010, p. 98).
[119] Whereas President Clinton was an economic free trade internationalist, he presided over a government that imposed new unilateral economic sanctions, or threatened to do so, sixty times on thirty-five countries, [...]. Furthermore, during the 1998 monetary crisis in Asia, the United States' efforts at compelling those Asian states receiving assistance from the International Monetary Fund to undertake internal reforms the United States had long sought, was met with accusations of using the IMF to impose a unilateral agenda on much of Asia. Indeed,

A criação do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) não contradiz a perspectiva de ação mais unilateralista de Clinton, uma vez que foi realizado apenas com nações fronteiriças – Canadá e México – e buscou, primeiramente, atender as demandas produtivas do país. Com uma crescente percepção negativa do NAFTA nas décadas seguintes, sendo apontado como o principal responsável pela intensificação da desindustrialização nos EUA, Trump viria a extinguir o acordo em detrimento do *U.S.-Mexico-Canada Agreement* (USMCA) (CHATZKY; McBRIDE; SERGIE, 2020).

No que tange à imigração, a administração Clinton deu continuidade a política de securitização da fronteira que percorreu o segundo mandato de Reagan e o de seu sucessor, H. W. Bush. Com as diretrizes articuladas no *Border Patrol Strategic Plan: 1994 and Beyond*, essa nova política estabelecia uma estratégia nacional baseada em "prevenção através da dissuasão", tendo como objetivo elevar a quantidade de recursos de fiscalização em cada um dos principais corredores de entrada, aumentar a quantidade de agentes na fronteira, fazendo uso intensivo de tecnologia. Dessa forma, seria possível elevar o risco de apreensão a um nível suficientemente alto para ser um impedimento eficaz. Como esperado em operações passadas, a intensificação da securitização da fronteira em San Diego – denominada *Operation Gatekeeper* – não cessou a imigração ilegal na fronteira, uma vez que novas rotas de entrada pelo Arizona foram estabelecidas. Todavia, no período anterior à operação, o total de mortes entre imigrantes não documentados na fronteira correspondia a uma média de 99 mortes por ano. Nos anos seguintes, saltou para 330 mortes de imigrantes por ano na fronteira – alcançando um ápice de 8.239 mortes no decorrer de 2019 (MASSEY, 2021).

A política de fronteira de Clinton merece atenção especial, uma vez que sinalizou uma institucionalização por parte da elite do Partido Democrata de que a intensificação da securitização da fronteira seria o melhor caminho viável. Nesse sentido, é possível observar que elementos de nacionalismo racial e cultural – mesmo que em intensidades distintas – se fazem presentes tanto entre a classe política republicana quanto a democrata. De acordo com Douglas S. Massey (2021), essa dinâmica contribuiu para a criminalização da figura do imigrante hispânico ao longo da história:

> Durante a maior parte da história dos EUA, a entrada, a residência e o trabalho não autorizados nos Estados Unidos eram **violações do direito civil e não do direito penal**. Até bem pouco tempo atrás, mesmo os imigrantes condenados por crimes não eram rotineiramente deportados depois de cumprirem suas penas. Em seu ensaio "Criminalizing Migration", César Cuauhtémoc García Hernández documenta a constante criminalização da imigração nos Estados Unidos, um processo conhecido

in 1998 South African President Nelson Mandela, during President Clinton's visit, publicly declared that he resented U.S. efforts at imposing conditions on its freedom of trade (RESTAD, 2010, p. 99).

> como "crimigração" [*crimigration*]. Enquanto em 1986 o Congresso promulgou uma legislação para solicitar que os policiais locais denunciassem às autoridades de imigração os imigrantes presos por crimes relacionados a drogas, em 1988, ele criou uma **nova categoria legal de "crime agravado" e exigiu que as autoridades de imigração assumissem a custódia de qualquer não cidadão condenado por tal delito, inclusive estrangeiros residentes legais**. [...] Embora a migração criminosa tenha consequências para todos os imigrantes nos Estados Unidos, o ônus recai mais pesadamente sobre os latinos, criando barreiras poderosas para a integração do imigrante de acordo com a raça e o status legal (p.9, grifo nosso, tradução nossa[120]

O processo de encarceramento em massa teve continuidade nos anos Clinton com a *Violent Crime Control and Law Enforcement Act*[121], de 1994. Apelidada simplesmente de *Crime Bill*, é observada hoje como o momento no qual os democratas buscaram controle frente a narrativa de "qual partido é mais duro no combate ao crime?", uma vez que já na plataforma política das eleições de 1996, o partido promovia feitos de endurecimento no combate ao crime, como ter expandido a pena de morte para mais de 60 tipos de crime e encorajado a processar criminalmente jovens como adultos (OFER, 2019).

Consequentemente, os efeitos mais drásticos foram sentidos por afro-americanos, criando um processo de criminalização de suas comunidades, uma vez que essa legislação acabou por reforçar o *The Anti-Drug Abuse Act of 1986*. Altamente problemática em seu conteúdo, criou enormes disparidades nas sentenças entre o crack e a cocaína em pó. Previa que um indivíduo poderia ser condenado a uma pena mínima de cinco anos por cinco gramas de crack – sendo necessária uma quantidade 500 vezes maior de gramas de cocaína em pó para obter a mesma sentença. Por ser uma alternativa mais barata à cocaína em pó, o crack se torna mais proeminente em bairros de baixa renda que, provavelmente, sejam predominantemente negros e estejam localizados em áreas urbanas e que podem ser policiadas em excesso com mais facilidade do que as áreas suburbanas ou rurais (RAY; GALSTON, 2020).

A década de 90 marca o início de um bipartidarismo político – e uma tentativa de controle de pauta política – na militarização da fronteira e intensificação da dinâmica de *Law and Order*, iniciada por Nixon; se estendendo até meados dos anos 2000. De um lado, a

---

[120] For most of U.S. history, unauthorized entry, residence, and labor in the United States were violations of civil rather than criminal law. Until quite recently, even immigrants convicted of crimes were not routinely deported once they had completed their sentences. In his essay "Criminalizing Migration," César Cuauhtémoc García Hernández documents the steady criminalization of immigration in the United States, a process known as "crimmigration." Whereas in1986 Congress enacted legislation to request that local law enforcement officers report immigrants arrested for drug crimes to immigration authorities, in 1988, it created a new legal category of "aggravated felony" and required immigration authorities to take custody of any noncitizen convicted of such an offense, including legal resident aliens. [...] Although crimmigration has consequences for all immigrants to the United States, the burden falls most heavily on Latinos, creating powerful barriers to immigrant integration along the lines of race and legal status (MASSEY, 2021, p. 9).

[121] Aumentou consideravelmente o financiamento para a construção de novas prisões federais e incluiu uma cláusula de "três *strikes*", que exigia uma sentença de prisão perpétua obrigatória para um indivíduo culpado de cometer um crime grave e violento após duas condenações anteriores (BOGERT, 2020).

utilização do termo "superpredadores" – teoria com amplas falhas que apontava para o surgimento de um novo tipo de criminoso, buscando uma desumanização de possíveis infratores e recaindo mais pesadamente sob a população afro-americana –, amplamente divulgado pela mídia na década, alcançou primeiro as estruturas políticas do Partido Democrata. A então primeira-dama, Hillary Clinton utilizou o termo "superpredadores" em 1996, vindo a se arrepender em 2016 de tê-lo feito por conta de sua contação racista (BOGERT, 2020). De outro lado,

> Em vez de desafiar a narrativa de uma invasão alienígena transfronteiriça, os democratas no Congresso e na Casa Branca a cooptaram na esperança fútil de pressionar os republicanos a apoiar a reforma da imigração. Foi Bill Clinton quem promulgou a estratégia de "prevenção por meio da dissuasão" que militarizou a fronteira entre o México e os Estados Unidos; e foi Clinton quem lançou o formidável regime de deportação em massa sobre a nação. Posteriormente, Barack Obama aumentou o número de deportações e de agentes da patrulha de fronteira para níveis recordes de todos os tempos (MASSEY, 2021, p. 19, tradução nossa[122]).

Na esfera econômica, o neoliberalismo da era Reagan também foi internalizado pelo Partido Democrata com a iniciativa "Novos Democratas", de Bill Clinton. Nesse contexto, apresentou, em 1995, sua intenção de transferir os recursos e a tomada de decisões para os cidadãos, comuns, promovendo a escolha, concorrência e responsabilidade individual na política nacional. No ano seguinte, anunciou o fim da era do "governo grande". Logo, tradando-se de uma democracia liberal, isto é, que deve garantir também a proteção e diretos para grupos minoritários, os dois maiores partidos políticos dos Estados Unidos adotaram uma agenda totalmente liberal baseada em governos menores e mercados livres (MEARSHEIMER, 2020).

Uma tendência que se acentua em meados da administração Clinton é o fenômeno da polarização afetiva. Diferentemente da polarização política, que trata de um acirramento de opiniões de ordem ideológica-política entre dois polos distintos, a polarização afetiva corresponde a diferença entre os sentimentos positivos dos indivíduos em relação ao seu próprio partido político e os sentimentos negativos em relação ao partido oposto. O principal fator psicológico teorizado que explica a polarização afetiva é o partidarismo operando como uma identidade social. Nessa dinâmica, indivíduos desenvolvem vínculos duradouros com sua identificação partidária, que tendem a perdurar por toda a vida, mesmo diante de grandes eventos políticos, como guerras, recessões ou derrotas eleitorais. No âmbito norte-americano,

[122] Rather than challenging the narrative of a cross-border alien invasion, Democrats in Congress and the White House co-opted it in the futile hope of pushing Republicans toward support for immigration reform. It was Bill Clinton who promulgated the strategy of "prevention through deterrence" that militarized the Mexican-U.S. border; and it was Clinton who unleashed the formidable regime of mass deportation upon the nation. Barack Obama subsequently increased the number of deportations and Border Patrol officers to all-time record highs (MASSEY, 2021, p. 19).

a retórica partidária entre as elites se elevou mais claramente a partir dessa década e a retórica de campanha se tornou ainda mais negativa (DRUCKMAN; LEVY, 2021).

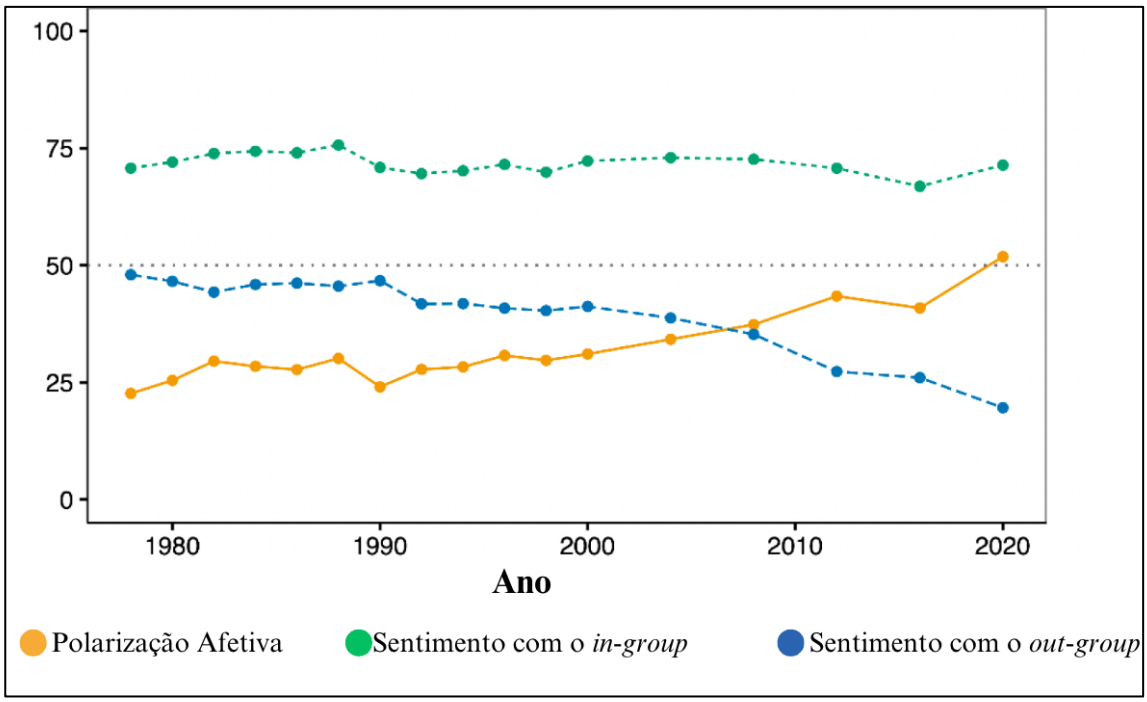
O Gráfico 4 ilustra a acentuação da polarização afetiva nesse período. O elemento da polarização afetiva será retomado de forma mais aprofundada no subsequente capítulo acerca do neonacionalismo. Contudo, é de suma importância para o objeto aqui analisado, uma vez que, assim como o nacionalismo, o partidarismo opera como uma forma de identidade social que ressalta uma maior validação do *in-group* – e até mesmo acrítica – em detrimento de uma visão e sentimentos crescentemente negativos em relação ao *out-group*. O período da presidência de Clinton foi marcado pelo acirramento de posições na esfera legislativa com os republicanos, representados pelo congressista do sexto distrito da Georgia, Newt Gingrich. Uma então figura controversa até mesmo entre seus colegas republicanos, Gingrich liderou a vitórias republicana nas eleições de *midterm* de 1994 sob a plataforma do *Contract With America*, um documento que sinalizava dez diretrizes legislativas que seriam colocadas em prática com um Congresso de maioria republicana. Dentre as diretrizes destacaram-se intenções de corte no bem-estar social, cinco diretrizes ligadas a redução de impostos, uma ao combate ao crime e as últimas três buscando estabelecer limites às interferências da ONU, elevar os gastos com o setor militar nacional, criar um limite máximo de doze anos para o mandato de senadores e congressistas e o estabelecimento do *Family Reinforcement Act*, abordando medidas ligadas ao conservadorismo social, como o incentivo a adoção e o combate a pornografia (FALLOWS, 2014).

No mesmo contexto foi possível observar a proeminência de veículos de comunicação altamente conservadores, como o radialista Rush Limbaugh, a criação da *Fox News* e o início da ascensão de fóruns digitais, sendo alguns de conteúdo mais extremado – como no caso da fundação do fórum neonazista, *Stormfront*, criado por Don Black e David Duke em 1996. Logo, a "caça às bruxas" contra republicanos moderados e a polarização foram elementos marcantes no período de liderança de Gingrich. Todavia, a realização de dois *government shutdowns* ao final de 1995 – sendo que o segundo ocorreu em um espaço de menos de um mês e durou por 21 dias – elucidaram uma tendência da oposição em realizar uma oposição pela "simples realização de uma oposição" frente a administração Clinton; abandonando a abordagem de uma oposição capaz de se impor, negociar e aprovar legislações de forma eficaz (KABASERVICE, 2012).

A exploração midiática do escândalo Clinton-Lewinsky em 1998 marcou a derrocada da revolução conservadora no Congresso estabelecida por Gingrich. Juntamente com a exploração midiática por parte do GOP, a tentativa de retirar Clinton através de um processo de

impeachment que ligava o escândalo com atos de perjúrio e obstrução da justiça não surtiu o efeito esperado, uma vez que o enfoque de Clinton em problemas nacionais práticos e a energia despendida por republicanos em explorar de forma explícita episódios sexuais de um presidente acabou por dar mais seis assentos para representantes democratas na Casa dos Representantes, após as *midterms* de 1998 (DIONNE JR, 2016). A década de 1990 demonstrou um consenso partidário no país acerca do panorama de uma ordem neoliberal, com efeitos políticos, econômicos e culturais que viriam a se acentuar perante os eventos que que se sucederiam no século XXI.

Gráfico 4 – Polarização Afetiva nos Estados Unidos



Fonte: Traduzido pelo autor a partir de Westwood (2021, apud DRUCKMAN; LEVY, 2021).

3.5 O nacionalismo norte-americano no século XXI (2001-2017)

Ao longo de sua campanha, George Walker Bush (2001-2009) adotou a postura de um presidente focado em resultados e comprometido com medidas de mitigação do aquecimento global. Nesse sentido, se apresentou como uma figura mais moderada dentro do GOP após a revolução conservadora da última década, buscando conciliar a ala moderada e conservadora do partido com base na premissa do conservadorismo compassivo[123]. Entretanto, os ataques

[123] Com origens no final da década de 1970, ganhou maior proeminência após ser abraçado por George Bush em sua campanha. Frente a percepção de que os conservadores estavam desconectados com a realidade e as necessidades do povo, o conservadorismo compassivo tinha como preocupação central a melhoria do bem-estar

terroristas do 11 de setembro de 2001 forçariam uma mudança drástica em suas diretrizes de política doméstica e exterior (KABASERVICE, 2012).

Os ataques são comumente apontados como os catalisadores de um redirecionamento repentino de diretrizes de um conservadorismo não intervencionista para um conservadorismo internacionalista mais forte. Todavia, os ataques foram responsáveis por amenizar, mesmo que momentaneamente, a polarização política crescente no país, justamente por Bush ter sido capaz de centralizar sua administração no objetivo de combate ao terrorismo internacional com as intervenções no Afeganistão e no Iraque – alcançando a aprovação mais alta na história recente, com 90% da população favorável à sua administração nas semanas seguintes aos ataques (GALLUP, 2024). Se antes Bush despendia a maior parte de suas energias nos três pilares de política doméstica – o conservadorismo compassivo, o fortalecimento das defesas nacionais e uma inclinação contrária a intervenções democráticas em outras nações –, os ataques acabariam por potencializar ainda mais o nacionalismo unilateralista norte-americano na Era Bush (DUECK, 2019). Mais uma vez, a política exterior seguiria uma orientação unilateralista. A diferença central seria que a política externa de Bush não iria despender esforços para tentar acobertar desrespeitos sistêmicos ao ordenamento jurídico internacional.

> **A aversão de Bush ao multilateralismo** na diplomacia e às restrições internacionais **é**, de fato, **compatível com essa tradição de política externa**. A novidade foi a ostentação desse fato. Parte do motivo pelo qual a **Doutrina Bush** gerou uma oposição tão dramática no exterior foi o fato de que a doutrina **nem sequer tentou esconder os esforços do governo para se isentar da lei internacional**. O foco na disseminação da democracia sob a mira de uma arma também parece totalmente consistente com a política externa dos EUA durante a Guerra Fria. [...] a campanha contra o terrorismo marginalizou os direitos humanos da mesma forma que a luta contra o comunismo fez durante a Guerra Fria. [...] Parece que o Presidente **Clinton teria preferido mais multilateralismo do que conseguiu, e que o Presidente Bush teria preferido mais unilateralismo do que conseguiu**. Mas os principais objetivos da política externa de Clinton – a defesa dos direitos humanos, a ampliação da democracia e o apoio às economias baseadas no mercado – parecem idênticos aos de Bush, e nenhum dos presidentes estava acima do unilateralismo para atingir esses objetivos (RESTAD, 2010, p. 103, grifo nosso, tradução nossa[124]).

---

social através de técnicas conservadoras a partir do livre-mercado, fazendo uma triangulação entre o Estado, igrejas e caridade (KABASERVICE, 2012).

[124] Bush's aversion to multilateralism in diplomacy and international constraints is indeed compatible with this foreign policy tradition. What was new was the overt flaunting of this fact. Part of the reason why the Bush Doctrine engendered such dramatic opposition abroad was the fact that the doctrine did not even attempt to hide the administration's efforts at exempting itself from international law. The focus on spreading democracy at the point of a gun also seems entirely consistent with U.S. foreign policy during the Cold War. [...] the campaign against terrorism has marginalized human rights in much the same way that the fight against Communism did during the Cold War. [...] It seems that President Clinton would have preferred more multilateralism than he got, and that President Bush would have preferred more unilateralism than he got. But Clinton's primary foreign policy objectives – the defense of human rights, enlargement of democracy, and support for market based economies – seem identical to Bush's, and neither president was above unilateralism to achieve these objectives (RESTAD, 2010, p. 103).

Destarte, a Doutrina Bush viria a se constituir em torno de sete ideias centrais. Em relação ao eixo do terrorismo estatal [1], versava que o país deveria tratar como terroristas as nações que dão refúgio ou auxílio à grupos terroristas, não diferenciando organizações terroristas de Estados. O direito norte-americano em iniciar uma guerra preventiva, ou um ataque preemptivo [2], contra regimes que se apresentem como uma ameaça para sua segurança – especialmente em relação a organizações terroristas e Armas de Destruição em Massa (ADM). Em relação a promoção da democracia [3], buscava minar o terrorismo internacional e permitir a criação de novos Estados democráticos através da mudança de regimes nas nações classificadas como *rogue states*. Na esfera do unilateralismo [4], priorizava a implementação de um *freedom of action* genuíno. Em relação ao multilateralismo, dava maior importância para alianças temporárias e coalizões *ad hoc* [5]. Frente as organizações internacionais [6], reforçava ainda mais o unilateralismo, minimizando a importância de arranjos internacionais. Finalmente, o moralismo maniqueísta [7] assegurava que mundo seria dividido entre o "bem", representado pelos Estados Unidos e aliados, e o "mal", representado por nações rivais (PELEG, 2009).

Dois mecanismos governamentais oriundos dessa doutrina viriam a definir o unilateralismo de Bush: o *USA PATRIOT Act* (2001) e o *Department of Homeland Security*, ou DHS (2003). Atuando sobre a premissa da Guerra ao Terror, essas duas políticas representaram uma vasta expansão da forma com a qual o poder executivo poderia exercer seu poder. O primeiro, também conhecido como *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism*, previa a expansão de medidas e capacidades de vigilância doméstica e internacional, o fortalecimento de agências federais no combate ao terrorismo, maiores penas para crimes de terrorismo e, consequentemente, uma expansão das atividades que poderiam ser tipificadas como terrorismo (Department of Justice, 2001).

Já o DHS passou a ser responsável pela segurança doméstica dos Estados Unidos, englobando operações e monitoramento na esfera do terrorismo doméstico, imigração, segurança nas fronteiras, prevenção contra desastres e segurança cibernética (Department of Homeland Security, 2019). Para que fosse garantida a capacidade irrestrita de atuação unilateral e preemptiva no exterior, essas prerrogativas garantiam que possíveis efeitos colaterais, especialmente em matéria de direitos humanos, não constituiriam entraves legais. Práticas proibidas tanto pela Convenção de Genebra quanto pela própria legislação doméstica passaram a ser aceitas (RICHARDSON, 2014).

Os episódios do 11 de setembro, assim como seus desdobramentos iniciais, resultaram em um efeito imediato na identidade nacional do país. O sentimento inicial da população após

os ataques apontava para 71% dos entrevistados dizendo que se “sentiram deprimidos”, 49% tinham “dificuldade de concentrar-se” e 33% tiveram “problemas de sono”. Além disso, quando assistindo a cobertura da mídia, 92% “sentiram-se tristes ao assistir” e 77% “estavam assustados”. Já em 2016, o 11 de setembro ainda era apontado por 76% dos norte-americanos como o principal evento político que ocorreu em sua vida e, mesmo em 2021, 93% dos maiores de trinta anos apontaram “se lembrar exatamente onde estava” no momento dos ataques. Com a alta aprovação de Bush após os ataques, a confiança no governo saltou para 60%, um nível nunca atingido nas últimas três décadas, possibilitando uma alta legitimação política e popular da administração Bush, com 55% da população em 2001 e 2002 concordando com a necessidade de “sacrificar liberdades civis para combater o terrorismo”. Consequentemente, o terrorismo passou a ser um dos principais tópicos prioritários na visão popular, variando entre 83% e 74%, entre 2022 e 2020, e marcou uma crescente partidária em relação a religião muçulmana no país: em março de 2002, apenas 32% dos eleitores republicanos concordavam que “o Islã tem maior probabilidade de encorajar violência, frente outras religiões”, ao passo que, em agosto de 2021, 72% concordavam com a afirmação (HARTIG; DOHERTY, 2021).

Após os ataques, a securitização da fronteira se intensificou com base na premissa do combate ao terrorismo. Ao longo da administração Bush, a quantidade de agentes na patrulha da fronteira teve um crescimento de 90% entre 2005 e 2008, o maior crescimento na série histórica que se inicia em 1965, além de uma elevação em seu orçamento, saindo de pouco mais de 1 bilhão de dólares para 2,2 bilhões, ao final de seu segundo mandato. Como esperado, a tendência de deportações em massa, iniciada por Clinton, alcançou 2 milhões de deportações totais. Por fim, a criação do DHS elevou os recursos para a vigilância, detenção e deportação de estrangeiros – permitindo também a deportação de cidadãos não americanos sem o devido processo legal (MASSSEY, 2021).

Assim como Restad (2010), Stephen Hurst (2005) entende a política externa de Bush como pautada em um nacionalismo conservador. Todavia, há uma percepção na literatura de política externa norte-americana que, apesar de revisitada por alguns autores, ainda perdura: a política externa dos Estados Unidos, especialmente durante o primeiro mandato de Bush, foi dominada, até dentro de suas estruturas, por neoconservadores. Apesar da retórica de Bush ter se assemelhado ao neoconservadorismo – utilizando maniqueísmos, promoção de valores democráticos na esfera internacional e maior investimento na capacidade militar da nação –, Hurst argumenta que ele buscava realçar a necessidade de criar uma balança de poder capaz de prover as condições necessárias para que cada nação fosse capaz de escolher o ônus e os benefícios das liberdades presentes no sistema democrático. O autor aponta para uma diferença

central entre neoconservadores e nacionalistas: ao passo que os primeiros buscam criar um mundo democrático, os conservadores nacionalistas se limitam apenas em tornar o mundo mais seguro para as democracias já existentes. Nesse sentido, Boot (2009) argumenta que a abordagem adotada com o Iraque não obteve continuidade na Coreia do Norte e Irã, as outras duas nações incluídas no "Eixo do Mal" de Bush. Contrariando a tradição neoconservadora, a administração de Bush realizou tentativas de negociação com a Coreia do Norte e de reduzir as tensões entre Irã e Israel – uma realidade que a própria Secretária de Estado na época já manifestou[125]

Até mesmo na esfera estrutural, a lógica de "sequestro neoconservador" no período não se sustenta. Dentre as principais figuras da administração, como Rice, Rumsfeld, Cheney, Powell e o próprio presidente, apenas Paul Wolfowitz se autointitulava como neoconservador. No caso de figuras controversas como Cheney e Rumsfeld, e que são utilizados como exemplos nessa narrativa de "sequestro ideológico", se enquadram mais como nacionalistas fervorosos – especialmente pela presença de um forte pragmatismo em política exterior. Logo, a percepção de uma forte presença neoconservadora no período se deu fora da esfera da administração Bush, influenciando mais o debate político nacional através de *think thanks*[126] e com presença midiática (BOOT, 2009).

Atrelada ao conflito no Iraque, a forte crise econômica iniciada com o colapso do mercado de hipotecas de tomadores classificados como *subprime*[127], em 2007 viria a amargurar ainda mais a percepção negativa frente a administração Bush. Como uma forma de impedir um colapso do sistema financeiro nacional após a crise financeira internacional, o pacote de resgate de 700 bilhões de dólares aos bancos privados, incluído no *Emergency Economic Stabilization Act* (2008), foi encarado como um ultraje até mesmo entre a parcela mais conservadora de seu eleitorado, justamente por aparentar privilegiar os "grandes negócios" em detrimento do trabalhador médio. Logo, assim como os democratas, a percepção de que o GOP representaria um *establishment* político desconectado com as necessidades populares (DIONNE JR, 2016). A resposta governamental de resgate aos bancos e à indústria nacional não deve ser encarada

[125] Em um discurso na *American University*, em Ohio, Condoleezza Rice argumentou que o objetivo central em política exterior não era a expansão democrática sob o comando dos EUA: "Agora, estamos seguindo um curso diferente. Estamos apoiando as aspirações democráticas de todas as pessoas [...]. Como disse o presidente Bush em seu segundo discurso de posse: 'A América **não irá impor nosso estilo de governo aos relutantes**. Nosso objetivo, em vez disso, é ajudar os outros a encontrar sua própria voz, para alcançar sua própria liberdade e para **fazer o seu próprio caminho**' [...]." (RICE, 2005, grifo nosso, tradução nossa).

[126] Sendo a mais proeminente o *Project for The New American Century*, extinto em 2006.

[127] No contexto da crise, pessoas com histórico de crédito ruim e de alto risco de não quitar futuros empréstimos foram beneficiadas com empréstimos ou hipotecas, auxiliando no colapso financeiro e da bolha imobiliária após a inadimplência em massa com o eclodir da crise.

como uma forma de descontinuidade na política econômica ou mero "protecionismo" econômico. O colapso financeiro de 2008 realmente exigiu uma ajuda estatal maciça, mas o objetivo foi permitir a continuidade do impulso da globalização econômica, e não uma reconsideração ou reversão importante de um sistema conceitualizado e defendido pelos próprios Estados Unidos (PRYKE, 2012). Ao final de seu governo, em outubro de 2008, sua aprovação alcançaria o ponto mais baixo de 25% (GALLUP, 2024).

O período de Bush resultou em algumas mudanças significativas dentro da política nacional que viriam a influenciar a maneira pela qual o próprio Partido Republicano viria a se portar durante o governo de Barack Obama. A primeira corresponde a redução da cooperação bipartidária dentro do Congresso norte-americano. Mesmo obtendo uma maioria em ambas as casas legislativas até as *midterms* de 2006 – nas quais os democratas passaram a controlar o Congresso até o final da presidência de Bush –, sua administração fez um uso intensivo de ordens executivas, priorizando uma administração executiva em detrimento de uma coletiva no alcance de objetivos programáticos do governo.

A segunda mudança fora a utilização de elementos maniqueístas de política exterior e dentro do debate político do país. Se antes Bill Clinton era considerado um inimigo conservador, na administração de Bush não somente o Partido Democrata, mas também estados majoritariamente compostos por eleitores democratas passaram a serem classificados como não patriotas. A escolha de nacionalizar a política de combate ao terrorismo, especialmente em períodos próximos as eleições, fez com que diretrizes domésticas fossem associadas a Guerra ao Terror, tornando quaisquer críticas de democratas acerca da agenda econômica de Bush como um ataque à defesa nacional (RICHARDSON, 2014).

A noção de que democratas eram fracos no combate ao terrorismo e incapazes de garantir uma segurança nacional efetiva contribuiu para o crescimento do sentimento de impossibilidade de conciliação de republicanos, especialmente de seus eleitores, com democratas que não representavam a "América verdadeira" (DIONNE JR, 2016). Logo, segundo o *Pew Research Center* (2012), durante a administração Bush ocorreu uma elevação drástica na polarização partidária que, desde 1987 até 2002, mantinha um distanciamento em torno de 9% a 11% entre democratas e republicanos, crescendo de 11% para 16% entre 2002 e 2009.

Mesmo não despontando para um resgate de elementos do nacionalismo étnico, o período de Bush representou uma desvalorização dos elementos do nacionalismo cívico no país. A sobreposição do poder executivo no processo de tomada de decisão e a utilização em larga escala de ordens executivas que, por muitas vezes, continham diretrizes que feriam garantias e

direitos fundamentais para que fosse assegurado um objetivo nacional, são alguns dos exemplos históricos abordados aqui. Talvez, o episódio de maior destaque de expansão do unilateralismo norte-americano fora a criação de uma aliança *ad hoc* – incluindo Austrália, Reino Unido e Polônia – para a invasão do Iraque. Ao não buscar qualquer tentativa de legitimar a invasão dentro das estruturas do CSNU, Bush buscou garantir os interesses nacionais norte-americanos através – mesmo que isso significasse desrespeitar a Convenção de Genebra, cometendo um crime de agressão de guerra ao prosseguir com a invasão mesmo sem a legitimidade do Conselho de Segurança. Logo, os EUA se mostraram dispostos a deslegitimar um sistema internacional – construído e promovido a partir de sua liderança –, mesmo que com altos custos futuros, quando interesses nacionais estiverem em jogo.

A defesa de valores ocidentais frente a luta contra a barbárie, representada aqui pelo terrorismo, foram indícios de um crescimento do nacionalismo cristão no país. O cenário de polarização política cada vez mais intenso juntamente com as diretrizes da administração Bush criou um terreno fértil para que movimentos regionais com raízes fortemente conservadoras se originassem nos últimos anos da administração republicana. O movimento do *Tea Party* viria a representar um efeito colateral do fortalecimento popular do nacionalismo cristão mediante a desilusão política e a percepção de uma ineficiência de atuação do GOP.

O período da campanha presidencial de 2008, que antecede o início da administração de Barack Hussein Obama (2009-2017), merece destaque devido a suas dinâmicas políticas do período. Nessas eleições o GOP se viu forçado novamente fazer uso da mesma dinâmica anterior frente seu eleitorado: manter um conservadorismo moderado e, ao mesmo tempo, fazer sinalizações para um eleitorado mais radicalizado e nativista. A escolha pela então governadora do Alaska, Sarah Palin, como vice-Presidente serviria como uma forma de balancear o baixo alcance do moderado John McCain com uma base mais conservadora de eleitores (RICHARDSON, 2014). O descontentamento eleitoral com o *establishment* do GOP foi um dos pontos mais explorados por Palin, que, desde seu discurso de aceitação da nomeação, se colocava como uma *outsider* dentro do alto escalão do partido e da política como um todo: "[…] A política não é apenas um jogo de partidos conflitantes e interesses conflitantes. O motivo certo [para ir a Washington] é desafiar o status quo, servir ao bem comum e deixar esta nação melhor do que a encontramos (PALIN, 2008, apud The New York Times, 2008, tradução nossa[128])".

[128] […] Politics isn't just a game of clashing parties and competing interests. The right reason [to go to Washington] is to challenge the status quo, to serve the common good, and to leave this nation better than we found it (PALIN, 2008, apud The New York Times, 2008).

Ao mesmo tempo em que McCain tentava moderar sua base e silenciar manifestações racistas em relação a origem de Obama, durante seus comícios, sua campanha explorava ligações do democrata com terroristas domésticos e, em comícios de Palin, palavras de ordem como "mate ele" ou "terrorista" eram exclamadas por seus apoiadores sem o repúdio da então candidata à vice-presidência. Nesse sentido, o alcance nacional do movimento do *Tea Party* no primeiro ano de Obama não ocorrera repentinamente. O ciclo eleitoral, aliado ao descontentamento republicano frente a eleição do primeiro presidente negro e ao resgate do próprio partido aos grandes bancos, explicam de forma mais adequada a explosão de popularidade que o movimento viria a ter (DIONNE JR, 2016).

A plataforma progressista de Obama, que dentre outras diretrizes constava uma reforma no sistema de saúde do país, através do *Obamacare*, junto da continuidade do resgate aos bancos e a aprovação do *American Recovery and Reinvestment Act* – pacote de estímulos de US$ 787 bilhões com o objetivo de manter os postos já existentes e criar novos postos de emprego –, nos primeiros meses de seu mandato, foram políticas públicas que acentuaram ainda mais a crescente polarização afetiva no país. Logo, com o controle democrata no Congresso até as primeiras *midterms*, a velha lógica de obstrução política republicana, potencializada por Gingrich no século anterior, veio a ser a estratégia do líder republicano no senado, Mitch McConnell, no início da administração Obama. Em entrevista, pontuou que "A coisa mais importante que queremos alcançar é que o presidente Obama seja um presidente de um mandato" (McCONNELL, 2010, apud National Journal, 2010, tradução nossa[129]).

O período de Obama se subdivide em um primeiro mandato mais pesadamente concentrado em política doméstica e um segundo mandato, já sem maioria nas duas casas do Congresso, e definido por diversos desafios internacionais que viriam a ser endereçados mais unilateralmente pelo executivo, como a situação na Líbia, a anexação da Crimeia pela Rússia e o conflito no leste da Ucrânia, a ascensão da China e suas ambições regionais e militares, a guerra na Síria, a disseminação do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), a violência renovada no Iraque e no Afeganistão, as crises de refugiados no Oriente Médio e na Europa e a ascensão de mais governos autoritários ou iliberais (BILGIN, 2017).

Assim como FDR e Reagan, Obama inicia sua administração justamente com o enfoque de resgate da economia em recessão. Antes de aprovar o *American Recovery and Reinvestment Act*, reforçou a iniciativa de resgate aos maiores bancos e montadoras implementada por Bush, o *Troubled Asset Relief Program* (TARP). Apesar da eficácia do TARP e do pacote de Obama,

[129] The single most important thing we want to achieve is for President Obama to be a one-term president (McCONNELL, 2010, apud National Journal, 2010).

a aprovação do último, do lado da oposição, contou apenas como o apoio de três senadores republicanos, ilustrando a lógica da oposição republicana ilustrada por McConnel. Sob o ponto de vista econômico, sua gestão foi capaz de criar 11,3 milhões de novos empregos, derrubar a taxa de para menos de 5%, a inflação (média de 1,4%) e as taxas de juros permaneceram baixas e o déficit orçamentário federal anual caiu de mais de US$ 1,4 trilhão para menos de US$ 600 bilhões. Todavia, o crescimento do PIB nacional não excedeu a faixa dos 2% durante sua administração (NELSON, 2024). Além disso, o constante declínio da classe média desde 1970, problemática que havia prometido reverter durante seu governo, apenas se agravou após a crise de 2008. Nesse sentido, sob o ponto de vista econômico, sua administração se encerraria com uma percepção de uma erosão de empregos para a classe média e medidas que acabariam por serem acusadas de beneficiar o topo da pirâmide social:

> [...] o Survey of Consumer Finances do Fed mostra como a distribuição desse estímulo tem sido desigual. Entre 2010 e 2013, à medida que a recuperação se consolidou e os mercados de ações dispararam, o patrimônio líquido médio das famílias dos 40% com maior renda cresceu. Para todos os outros, o patrimônio líquido médio diminuiu, caindo 19% para o quinto intermediário. Da mesma forma, **os ganhos médios das famílias dos 10% mais ricos cresceram mais de 9%** de 2010 a 2013, **enquanto os ganhos dos outros níveis estagnaram ou diminuíram**. Para o quinto intermediário, os ganhos médios caíram 4,6%. Ao longo dos seis anos até 2013, a renda familiar média anual do quinto intermediário caiu de US$ 53.008 para US$ 47.243, enquanto seu patrimônio líquido médio caiu de US$ 236.525 para US$ 170.066 (SCHNEIDER, 2015, grifo nosso, tradução nossa[130]).

Buscando uma correção de rumos de tendências iniciadas por administrações passadas, Obama adotou em política doméstica uma atitude – mesmo que com limitações – mais reformista. Frente a necessidade de responsabilizar instituições bancárias para que crises similares não ocorressem, 2010, Obama persuadiu o Congresso a promulgar a *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act*, uma legislação de reforma financeira que, além de outras provisões, criou o *Consumer Financial Protection Bureau*, com o intuito de monitorar as práticas de empréstimo de bancos, empresas hipotecárias e credores, que fazem empréstimos de curto prazo a juros altos para clientes de mais baixa renda (NELSON, 2024).

Outra tentativa de revisão de rumos nacionais se deu com tentativas de avançar uma reforma da justiça criminal no país. Dentre diversas medidas, optou por aumentar as

[130] [...] the Fed's Survey of Consumer Finances shows how uneven the distribution of that stimulus has been. Between 2010 and 2013, as recovery took hold and stock markets soared, the average net worth of families in the top 40 percent of income earners grew. For all others average net worth shrank, declining 19 percent for the middle fifth. Similarly, the average earnings for families in the top 10 percent grew more than 9 percent from 2010 through 2013, while those at other levels stagnated or shrank. For the middle fifth, average earnings fell 4.6 percent. Over the six years through 2013, the middle fifth's average annual family earnings fell to $47,243 from $53,008 while their average net worth dropped to $170,066 from $236,525 (SCHNEIDER, 2015).

comutações de sentenças de indivíduos ainda presos sob penas de drogas excessivamente severas, especialmente aqueles condenados sob diretrizes ultrapassadas de posse de crack; criar uma comissão presidencial para estudar o encarceramento em massa e sugerir reformas de alto impacto; acabar com o subsídio financeiro federal ao encarceramento em massa; e defendeu a iniciativa "*ban the box*" – a pergunta que solicita aos candidatos que revelem se foram condenados por um crime – para empregos federais (DUNNE, 2016). Destarte, a administração Obama obteve certo sucesso na reversão do quadro de encarceramento em massa no país, reduzindo em 10% o número total da população prisional ao final de 2016 – uma tendencia de redução que continuaria com Trump, que reduziu em 5% o total da população (GRAMLICH, 2021). Além disso, a decisão da Suprema Corte em 26 de junho de 2015, no caso *Baker v. Nelson*, garantiu o casamento homoafetivo como um direito civil básico, contando com o apoio publico de Obama na decisão. Um crescimento em políticas progressistas, contudo, viria a acarretar reações mais vocais da ala mais conservadora no país.

Todavia, a atitude reformista de Obama não se fez presente em relação a uma reavaliação do papel de agência de inteligência do país no descumprimento de direitos civis básicos – como o devido processo legal para suspeitos de envolvimento com terrorismo – (UNGER, 2016) e na esfera da imigração na fronteira, repetindo a histórica tendência de maior securitização e deportações. Em seu discurso no *State of The Union* de 2013, Obama reforçou que "Uma reforma real significa uma segurança de fronteira mais forte, e podemos aproveitar o progresso que meu governo já fez – colocando mais soldados na fronteira sul do que em qualquer outro momento de nossa história." (apud COLWELL; WATKINS, 2013, tradução nossa[131]). O orçamento da patrulha na fronteira saiu de uma média US$ 2,7 bilhões, em 2009, para uma média de US$ 4,8 bilhões ao final de seu governo. Apesar de ter mantido o orçamento da fiscalização migratória interna em US$ 6 bilhões – sem grandes elevações durante oito anos –, tal redução não se refletiu no número total de imigrantes deportados durante sua administração, alcançando o ápice de 3,1 milhões de deportações – garantindo a Obama o apelido de *Deporter in Chief*[132] (MASSEY, 2021).

No âmbito da política exterior, Barack Obama se projetou sob uma plataforma internacional que buscava desafiar e mudar dogmas e pensamentos comuns que estruturaram as últimas administrações, buscando trazer maior atenção para a região da asiática frente os

[131] Real reform means stronger border security, and we can build on the progress my administration has already made – putting more boots on the southern border than at any time in our history (OBAMA, 2013, apud COLWELL; WATKINS, 2013).

[132] Um jogo de palavras com o título de *Commander in Chief*, designado para se referir ao presidente norte-americano e comandante das forças nacionais.

conflitos iniciados no Oriente Médio. Além disso, Obama buscava distanciar os Estados Unidos de práticas "antiamericanas", como a tortura praticada no contexto das guerras do Iraque e do Afeganistão. Todavia, sua tentativa inicial de revisionismo em política externa não buscava contestar, ou reduzir, poderes presidenciais, acreditando ser capaz de utilizar do fortalecimento da esfera executiva para transformar a atuação internacional do país (UNGER, 2016). A promoção democrática internacional, apesar de inicialmente abraçada por Obama, foi dificultada a partir da eclosão da Primavera Árabe em 2011. Logo, justificou sua abordagem em relação ao Oriente Médio e à Ucrânia – após a invasão da Crimeia (2014), pela Rússia – como uma abordagem baseada em uma "contenção realista", buscando preservar os recursos militares dos EUA e pressionar aliados a assumirem uma parte maior do fardo econômico (BILGIN, 2017).

A noção de excepcionalidade e primazia militar norte-americana, contudo, persistiria durante seu governo. No *National Security Strategy* (NSS) de 2015 reiterou que uma liderança norte-americana forte seria essencial para uma ordem internacional baseada em regras, não sendo necessário o questionamento de se os EUA devem liderar, mas como ele irá liderar. Outras provisões também incluídas no *Quadrennial Defense Review* de 2010 e 2014 *Defense Strategic Guidance* (DSG) de 2012 corroboram para uma visão estratégica de um "hegemon liberal", reconfirmando os princípios básicos do consenso bipartidário de Washington sobre segurança nacional e política externa. Sob essa perspectiva, Obama reafirmava o papel internacional dos Estados Unidos ao mesmo tempo em que buscava distanciar essa liderança de erros passados cometidos no Iraque e Afeganistão, distanciando-se do absolutismo moral, da arrogância do excepcionalismo e uma crença descompensada na utilização do exército para a resolução de problemáticas demasiadamente complexas (LÖFFLMANN, 2019). Durante uma visita ao continente asiático em 2014, Obama, em um momento de descontração com repórteres, sistematizou sua política externa na frase "Não faça coisas estúpidas[133]":

> De fato, depois de fazer essa afirmação, ele teria se levantado, ido em direção à sua própria cabine no avião e depois parado. Voltou-se para os repórteres reunidos e, como se fosse um professor do ensino fundamental que estivesse ensinando os alunos, disse: "Então, qual é a minha política externa?" Os repórteres, em uníssono, disseram: "Não faça coisas estúpidas" (ROTHKOPF, 2014, tradução nossa[134]).

Entretanto, ao mesmo tempo em que reiterava o papel do excepcionalismo norte-

[133] Don't do stupid shit.

[134] In fact, after making this point, he reportedly stood up, headed forward toward his own cabin on the plane, and then stopped. He turned back to the gathered reporters, and, much like an elementary school teacher hammering rote learning into students, he said, "So what is my foreign policy?". The reporters, in unison, then said, "Don't do stupid shit." (ROTHKOPF, 2014).

americano, sua prática gerava fortes contradições frente sua retórica, sendo essa uma das fontes de maiores críticas da Doutrina Obama: ao mesmo tempo em que se baseava na base do excepcionalismo, comportamentos de retração política perante conflitos se fizeram presentes (LÖFFLMANN, 2019). Nesse contexto, a Doutrina Obama baseou-se uma suspeita inata sobre o uso do poder americano e a relutância em implantá-lo e usá-lo, optando por uma escolha mínima e "liderar por de trás[135]". Obama também buscou alterar o engajamento com adversários – sendo acusado de ter sido desproporcionalmente conciliatório com eles e "fraco" –, trabalhando unilateralmente em uma abertura diplomática com Cuba que ocorreu sem concessões substanciais por parte do regime de Fidel Castro, com o número de prisões políticas aumentando depois da abertura. Em relação ao acordo nuclear, o Irã por diversas vezes, elevou seus termos de acordo como, por exemplo, na importação de armas que violavam as sanções anteriores do Conselho de Segurança da ONU. Consequentemente, sua doutrina acabou por gerar um distanciamento de aliados tradicionais europeus e no Oriente Médio, como a Arábia Saudita, Egito e, especialmente, com Israel (LIEBER, 2016). Resumidamente, a abordagem de Obama se baseou em estratégias de contenção e descompromisso, mais claramente presentes no seu primeiro mandato na invasão da Líbia: agir inicialmente pela contenção da violência do regime de Muammar Gaddafi contra a população nativa e, após sua derrubada, um descompromisso com o processo de reconstrução nacional – fragilizando o Estado e criando um vácuo de poder para a ascensão do ISIS na região.

O segundo mandato de Obama em política externa é marcado pelo impasse de responder e assumir o papel de liderança frente constantes novas crises externas, ao mesmo tempo em que devia fazê-lo com uma maioria republicana no Congresso pouco cooperativa com sua administração e uma população pouco interessada em "aventuras" norte-americanas no exterior. Nesse sentido, a estratégia de contenção de Obama passou a ser desafiada e, quando confrontada, resultou em momentos de inação. Em 2013, no contexto de um conflito civil iniciado na Primavera Árabe, Bashar al-Assad cruzou a "linha vermelha" estabelecida por Obama no conflito: a não utilização de armas químicas contra a própria população de seu país. A invasão russa na região da Crimeia, que se deu após uma tentativa inicial dos EUA de reiniciar relações diplomáticas com a Rússia, não obteve reação norte-americana no âmbito militar. Ao tentar evitar a presença de *boots on the ground*[136] nesses cenários – incluindo o combate ao ISIS na Síria e no Iraque – Obama, mesmo optando por uma abordagem mais pragmática em relação a custos e perda de capital político do país no exterior – tendo em vista

[135] "Lead from behind" foi um dos mantras adotados por Obama em política exterior.
[136] Expressão utilizada para confirmar a presença de tropas norte-americanas em nações estrangeiras.

o desgaste de intervenções praticadas recentemente –, acabou por enfrentar fortes críticas de inação, especialmente no combate ao terrorismo internacional (UNGER, 2016).

Aliadas as turbulências enfrentadas em seu segundo mandato, havia a percepção de um possível declínio global dos Estados Unidos após 2008, com novos atores e dinâmicas no contexto internacional das quais o país parecia não saber lidar:

> No final do segundo mandato do ex-presidente Obama, [...] a liderança americana também foi cada vez mais desafiada pela nova assertividade de potências globais, como a Rússia e a China, e regionais, como o Irã e a Arábia Saudita. [...] O declínio do status de superpotência dos Estados Unidos também foi acompanhado por **uma abdicação de sua posição normativa como** a única "nação indispensável" – **o defensor da democracia em todo o mundo**. Em um artigo de opinião publicado na Foreign Affairs, intitulado "Is the United States Giving 164 po n Supporting Democracy Abroad?", Thomas Carothers, o maior especialista em promoção da democracia, apresentou um quadro sombrio da liderança dos EUA em relação à democracia. Ele argumentou que a democracia não está mais entre as principais áreas da política externa dos EUA e que **a pura sabedoria do valor e dos benefícios do setor de promoção da democracia dos EUA foi questionada**. Embora **a promoção da democracia** não tenha desaparecido totalmente, ela foi **transferida do "alto nível" de engajamento** político e de segurança com países estrategicamente importantes **para a área de "baixo nível"**, com métodos mais rotineiros e menos visíveis **voltados para países de menor relevância política**. No final da presidência de Obama, foi amplamente entendido que os Estados Unidos haviam perdido não apenas o status de superpotência e a superioridade estratégica incomparável, **mas também o interesse, o entusiasmo e a resolução de liderar e defender a democracia no exterior** (BILGIN, 2017, p. 60-61, grifo nosso, tradução nossa[137]).

Um elemento que merece destaque é a continuidade do unilateralismo norte-americano no exterior. Ao mesmo tempo em que buscava reduzir a presença do país no exterior – realizando uma redução gradual de tropas no Iraque e no Afeganistão – sua presença militar continuou a se expandir no Oriente Médio, fazendo uso quase que indiscriminável de drones no combate ao terrorismo e transformar o conceito de "iminência da ameaça" em "imediatez da ameaça"[138] para justificar a expansão do uso de força no exterior. A utilização de drones se

[137] By the end of former President Obama's second term, [...] American leadership was also increasingly defied by the new assertiveness of global powers, such as Russia and China, and regional ones like Iran and Saudi Arabia. [...] The United States' declining superpower status has also been accompanied by an abdication of its normative position as the one 'indispensable nation'-the defender of democracy around the globe. In an op-ed in Foreign Affairs, entitled "Is the United States Giving Up on Supporting Democracy Abroad?", Thomas Carothers, the foremost expert on democracy promotion, offered a gloomy picture of the U.S. leadership on democracy. He argued that democracy is no longer among the main areas of U.S. foreign policy and that the sheer wisdom of the value and benefits of the U.S. democracy promotion sector has been called into question. While democracy promotion has not fully disappeared, it has been moved away from the 'high level' of political and security engagement with strategically important countries, to the 'low level' area of more routine, less visible methods aimed at countries of a lesser political relevance. By the end of Obama's presidency, it was widely understood that the United States had lost not only its superpower status and unrivaled strategic superiority, but also its interest, enthusiasm, and resolution to lead and defend democracy abroad (BILGIN, 2017, p. 60-61).

[138] O primeiro diz respeito a sensibilidade perante a "proximidade temporal de uma ameaça". Na expansão do uso de drones, sua administração argumentou que a iminência deveria se distanciar de uma interpretação de ameaça "iminente" para "imediata" (TRENTA, 2017).

daria através de três critérios: a existência de uma "janela de oportunidade" para o ataque, a possibilidade de reduzir danos colaterais e a chance de extinguir algum desastre futuro mediante esse ataque. Seguindo a tendencia histórica de expansão dos poderes do Executivo, Obama se colocou como o tomador final de decisões em operações com drones. Apesar do uso silencioso no início de sua administração, seu segundo mandato observou uma queda em ataques com drones, uma vez que críticas nacionais e internacionais frente o uso desse equipamento acabaram por constranger a legitimidade no uso desse recurso militar (TRENTA, 2017). Todavia, ao final de seu governo, Obama totalizou 563 ataques aéreos, contra 57 no mandato de seu antecessor; e somando entre 384 e 807 civis mortos em operações no Paquistão, Somália e Iêmen (The Bureau of Investigative Journalism, 2017).

Apesar de uma percepção popular pouco entusiasmada com sua política externa[139], a administração Obama obteve êxitos que não devem ser ignorados. A reaproximação com Cuba, como mencionado anteriormente, foi um movimento estratégico importante de sua administração, buscando uma nova abordagem com essa nação após o afastamento de Castro do regime. O Acordo de Paris e o Acordo de Associação Transpacífico (TPP) também foram movimentos importantes de resgate de um multilateralismo – mesmo que com uma clara liderança norte-americana nessas iniciativas (UNGER, 2017). Apesar de momento de contradições entre seu discurso e prática, Obama, em relação a política externa norte-americana "[...] procurou **modificar, em vez de substituir**, o paradigma estratégico existente, usando a retórica excepcionalista da continuidade hegemônica para aumentar uma mudança moderada na política em direção a uma **maior cautela militar** e ao pragmatismo da política externa." (LÖFFLMANN, 2019, p. 14, grifo nosso, tradução nossa[140]).

Todavia, o período de Barack Obama trouxe novas dinâmicas e movimentos na política nacional dos Estados Unidos, que iriam resgatar e potencializar elementos de nacionalismo de ordem cultural, racial, romântica, expansionista, econômico e, como esperado, cristão. O primeiro desses movimentos se inicia como uma reação ao início do governo Obama, em 2009. Energizados com a campanha de Palin, o movimento do *Tea Party* surgiu a partir de uma série de protestos, cunhando o nome do movimento em fevereiro daquele ano. Sua base demográfica era variada, contanto com indivíduos de baixa escolaridade até pessoas com pós-graduação. Diferentemente de conservadores mais moderados ou tradicionais, seus membros abraçavam e

[139] Segundo o *Pew Research Center* (2016), tanto a economia (7%) e a política externa (9%) pontuaram baixo perante entrevistados quando questionados sobre qual seria o maior legado do governo Obama.
[140] [...] sought to modify rather than to replace the existing strategic paradigm, using the exceptionalist rhetoric of hegemonic continuity to augment a moderate policy change toward greater military caution and foreign policy pragmatism (LÖFFLMANN, 2019, p. 14).

faziam uso de narrativas mais conspiratórias e generalizadas em relação à negros e imigrantes no país – que seriam extensivamente utilizadas em relação a Barack Obama (KABASERVICE, 2012). A legitimidade de Obama passaria a ser desafiada também em sua nacionalidade, já que, segundo a narrativa do *birther* – tendo Donald Trump como um de seus maiores porta-voz –, o então presidente não teria nascido no país. Em meados de abril de 2010, apenas 58% da população como um todo tinha certeza de que Obama havia nascido nos EUA, ao passo que 23% e 20%, não sabiam responder e tinham certeza de que ele não havia nascido no país, respectivamente (DIONNE JR, 2016).

Seus membros apresentavam retóricas que caracterizavam democratas e republicanos moderados como socialistas, inspirando-se em movimentos conservadores de McCarthy e Goldwater. Além disso, detinham características similares a de movimentos anteriores: predominantemente homens brancos, de meia idade, entre a classe média e alta, que temiam as transformações sofridas no país nos últimos anos (KABASERVICE, 2012). A percepção econômica do movimento vê como negativo não apenas o papel do Estado, mas também às grandes corporações, justamente por 56% e 61%, respectivamente, preferirem um Estado menor e considerarem o governo como ineficiente na maior parte do tempo, ao passo que 54% acreditam que as grandes corporações retêm lucros demasiadamente elevados. Mesmo detendo similaridades com o discurso antissistema de movimentos posteriores, como o movimento mais progressista do *Occupy Wall Street*, em 2011, a defesa de liberdades individuais não se faz presente na defesa do casamento homoafetivo (64% se opõem) e na legalização do aborto (59% contrários), mas passa a ser um tema crucial na defesa aborto do direito à posse de armas, contando com apoio de 78% de seus participantes. Além disso, elementos do nacionalismo cristão são essenciais nas opiniões do movimento, uma vez que 53% e 46% de seus membros, respectivamente, citam a religião como a influência mais importante perante suas opiniões sobre o casamento homossexual e o aborto. Consequentemente, 69% dos que concordam com o movimento cristão conservador concordam com os ideais do *Tea Party* (Pew Research Center, 2011).

A proximidade popular e institucional entre o GOP e o *Tea Party* merece destaque, justamente pela capitalização que o partido tentou fazer com o movimento – uma antiga dinâmica que já fez em outros momentos: capitalizar nos extremos políticos sem se comprometer totalmente com seus ideais. Com a criação de organizações políticas ligadas ao movimento, como o *Tea Party Express* e o *Tea Party Patriots*, o apoio de *think thanks* já estabelecidos, como no caso da *Freedom Works*, e com o crescimento popular expressivo do movimento, a escolha republicana pela capitalização política se explica pela necessidade de

sobrevivência política e uma preparação para um possível avanço republicano nas *midterms* de 2010. Nesse contexto, Sarah Palin se colocou como uma das primeiras vozes de dentro do GOP a apoiar e incentivar o movimento, angariando frutos políticos ao *Tea Party* no seguinte ciclo eleitoral, elegendo 42 candidatos republicanos associados ao movimento (DIONNE JR, 2016).

A presença de uma recente candidata à vice-presidência pelo Partido Republicano dentro de comícios realizados por organizações do movimento, juntamente com suas críticas tecidas aos republicanos garantiam ao *Tea Party* cada vez mais legitimidade política. Palin rotineiramente argumentava em comícios que o movimento representava "os verdadeiros ideias americanos" e, caso os republicanos não ouvissem sua mensagem, o partido estaria "acabado" (DIONNE JR, 2016). A criação do *Tea Party Caucus* na Câmara dos Representantes, meses antes das eleições, foi mais um indicativo dessa tentativa de capitalização política, uma vez que operava como uma forma de preservação política em duas frentes: ao mesmo tempo em que muitos representantes republicanos convencionais puderam adentrar a convenção antes das *midterms*, já havia um órgão institucional no Capitólio pronto para receber uma novos representantes eleitos por conta do movimento (GERVAIS; MORRIS, 2012).

O nacionalismo presente no *Tea Party*, assim como de outros movimentos anteriores, também ressaltava aspectos étnicos e culturais em sua retórica. A narrativa direcionada ao então presidente desafiava sua figura em termos étnicos, culturais e religiosos. Mesmo com a maior parcela de apoiadores não ter sido tão afetada pelos efeitos da crise de 2008, narrativas de ansiedade racial – perda de status social de uma maioria por um grupo minoritário – correspondiam a um aumento na probabilidade de apoio ao movimento por parte de indivíduos brancos em até 10%, quando comparados com outros grupos (WILLER; FEINBERG; WETTS, 2016). Esses elementos nos auxiliam na compreensão das razões que levaram o movimento a ter elementos históricos racialmente carregados como socialmente aceitáveis entre seus membros, como a bandeira dos Confederados, em protestos e comícios de *Tea Party* (TANENHAUS, 2013). Apesar de uma queda na popularidade do movimento e a subsequente "domesticação" de seus membros eleitos perante as estruturas e dinâmicas mais convencionais do partido, o *Tea Party*, e especialmente sua forma de mobilização em redes sociais, viria a ser um prelúdio de novos movimentos políticos mais extremos que viriam a ganhar maior notoriedade ao final do governo Obama, como a *Alt-Right* – que será abordada com maiores detalhes no subsequente capítulo.

Destarte, o governo Obama se encerra com uma sociedade completamente diferente das expectativas e idealizações que a marcaram após o final da Guerra Fria. Como abordado anteriormente, a era Clinton inicia um processo de intensificação da polarização afetiva,

conforme o Gráfico 4. Ao final do governo Obama, contudo, não apenas a polarização afetiva viria a se intensificar, mas também o crescimento de um sentimento negativo com o *out-group* (DRUCKMAN; LEVY, 2021). Mesmo encerrando seu mandato com uma aprovação de 54%, apenas 33% da população dizia estar satisfeita com a então atual situação do país. Além disso, ocorreu uma intensificação no crescimento de insatisfação de opositores frente presidentes do partido oposto, fazendo com que presidentes democratas – mesmo obtendo uma média de aprovação da oposição de 49%, desde Eisenhower – Obama contou apenas com uma média de apenas 14% de aprovação de eleitores republicanos durantes seus mandatos (TYSON, 2016).

Além disso, ocorrera um claro distanciamento entre pontos de convergência ideológica não apenas entre os membros do congresso, mas também entre a população do país. Ainda durante a administração Obama, o *Pew Research Center* (2014) apontou que a parcela geral de americanos que expressam opiniões consistentemente conservadoras ou consistentemente liberais dobrou nas últimas duas décadas, saindo de 10% para 21%. Como resultado de o pensamento ideológico estar mais alinhado com o partidarismo do que no passado, a sobreposição ideológica entre eleitores do partido reduziu: 92% dos republicanos estão à direita do democrata médio e 94% dos democratas estão à esquerda do republicano médio.

Nesse cenário, discordâncias ficaram mais aparentes: 39% e 81 % dos republicanos, respectivamente, concordam que "imigrantes fortalecem o país" e que é "mais importante proteger o direito à posse de armas". No âmbito democrata, 82% e 27%, respectivamente, concordam com as afirmações, demonstrando um distanciamento claro em elementos intrinsicamente conectados com a identidade nacional. A desconfiança e o baixo entusiasmo com o governo também cresceu, já que, em 2015, sete em cada dez norte-americanos concordaram que as políticas adotadas após a recessão fizeram pouco para ajudar a classe média no país. A percepção popular acerca da perda de importância do papel de liderança dos EUA também se intensificou no período Obama, alcançando o ápice da série histórica (53%) na metade de seu governo e o encerrando com 46%. A perda de importância internacional também foi seguida por um desinteresse em resolver problemas internacionais e preferir lidar com questões domésticas (57%) e uma percepção de que o país "fazia muito" para solucionar problemas mundiais. A representação política racial que Barack Obama trouxe merece atenção. Se o movimento inicial após sua eleição seria de o começo de uma "América pós-racial", ao final de 2016, as percepções sobre as relações raciais, especialmente entre afro-americanos, estavam mais negativas do que já estiveram ao longo do século XXI (DIMOCK, 2017).

A sociedade norte-americana, ao final de Obama, encontrava-se desiludida com a realidade perante as promessas de ascensão contínua do país na esfera doméstica e

internacional. O crescimento da polarização afetiva no país, ao mesmo tempo em que tornou cada vez mais difícil a cooperação partidária, resultou em uma perda de pontos de concordância entre nacionais, fazendo com que oponentes políticos passassem a ser vistos não apenas como um inimigo político, mas, especialmente nos anos seguintes, como uma ameaça existencial. Houve uma crescente na quantidade de republicanos e democratas que consideram o outro lado como "mente fechada", "desonesto", "pouco inteligente" e "preguiçoso". No quesito da moralidade, em 2016, 35% de democratas e 47% de republicanos consideravam o outro lado como "imoral". Em apenas seis anos, houve um crescimento de 63% e 72%, respectivamente (PEW RESEARCH CENTER, 2022). Somados a esses fatores, a sensação de orgulho nacional também havia se dissipado, mantendo um declínio contínuo durante sua administração e alcançando apenas 52% ao final dela (BRENAN, 2023). Logo, tanto a perda de status nacional e internacional, assim como um crescente ressentimento anti-*establishment*, viriam a ser elementos explorados por forças políticas que viriam a ascender ao final da segunda década do século.

3.6 Elementos do nacionalismo norte-americano sob uma perspectiva histórica

Esse capítulo evidenciou distintas tipologias de nacionalismos presentes ao longo da história dos Estados Unidos da América, desde sua independência. Nesse sentido o nacionalismo cívico, étnico, econômico, expansionista, cultural e o cristão se fazem mais presentes no contexto de influência em sua identidade nacional. Cabe uma breve reflexão acerca da presença e inserção de elementos do nacionalismo étnico nos Estados Unidos até os dias de hoje, demonstrando que elementos racistas do passado e do presente estão longe de superados ou solucionados. O nacionalismo banal, desenvolvido no capítulo anterior, é marcante na formação histórica e na consolidação de símbolos que compõe a identidade nacional do país. Ao longo de sua história, é notável a presença de símbolos que remetem a identidade nacional no espaço público e social: a presença massiva de bandeiras nacionais em locais públicos e privados; monumentos nacionais sempre elevados nas interações culturais nacionais, como a Estátua da Liberdade e a Casa Branca; e o hino nacional e o juramento à bandeira. O elemento dos monumentos nacionais é culturalmente relevante em termos de carga emocional que exprime, sendo facilmente observável na forma como esses monumentos são retratados e destruídos em produções culturais – com obras retratando a destruição da cidade Nova Iorque datando de 1838. A destruição desses monumentos pode servir como uma forma de comentar as ansiedades do contexto político e cultural do período, mas também retrata o efeito dessa

destruição na identidade nacional do país. Nesse sentido, esse arquétipo presente em um número relevante da produção cultural auxilia na consolidação da unidade na identidade nacional, a partir da ativação emocional dessa destruição (MAGUIRE, 2009).

Os eventos traumáticos do 11 de setembro de 2001 e a subsequente união nacional que acarretou – juntamente com a legitimação de ações controversas da administração Bush – são o exemplo concreto do reforço de uma identidade nacional pautada na unidade, após os ataques e a destruição de símbolos nacionais altamente relevantes sob o ponto de vista, cultural, econômico e político. Não apenas os monumentos em questão, mas o fato de os ataques principais terem ocorrido na cidade de Nova Iorque, outro símbolo nacional historicamente relevante, complementa a explicação:

> Várias outras cidades do mundo enfrentaram a destruição cinematográfica, mas Nova York lidera em termos de volume absoluto. Há vários motivos para esse fascínio um tanto mórbido. Ela é, obviamente, a maior e mais famosa cidade dos Estados Unidos e sua capital econômica, embora não seja sua capital política, o que a diferencia claramente de cidades como Paris e Londres. Além disso, a ascensão de Nova York a metrópole gigante – e mais particularmente a da ilha de Manhattan – ocorreu no século XIX e foi contra a principal tendência da história americana naquele período – a expansão para o oeste. **A ascensão a tal domínio de uma cidade que não é a capital política de uma nação é uma espécie de anomalia**. Nova York foi bem-sucedida porque era um grande porto: os produtos da nação saíam de Manhattan para a Europa, enquanto os imigrantes da Europa chegavam a Nova York. Por esse motivo, Nova York se tornou a cidade americana. Além disso, em torno desse porto, todas as coisas necessárias para o comércio cresceram: companhias de seguros, bolsas de valores, empresas e bancos. Nova York tornou-se a sede do poder econômico americano e pode ter sido a primeira cidade do mundo em que os templos a Mammon [estilo arquitetônico dos bancos] eram maiores e mais impressionantes do que os templos a Deus (MAGUIRE, 2009, p. 514, grifo nosso, tradução nossa[141]).

Esses símbolos, assim como a forte presença, do nacionalismo banal no país, contudo, não estão salvos de elementos do nacionalismo étnico e cristão. Alguns do nacionalismo étnico já citados anteriormente, como a bandeira dos Confederados, não se restringem apenas ao exercício da liberdade privada de cidadãos e empresas, se fazendo presente em locais públicos administrados pela autoridade constituída. Segundo Hunter (2021), há em torno de 1.800

[141] Numerous other cities in the world have faced cinematic ruin but New York leads in terms of sheer volume. There are a number of reasons for this rather morbid fascination. It is, of course, the largest and most famous city in the United States and its economic capital, although not its political capital, which clearly differentiates it from cities like Paris and London. Furthermore, the rise of New York to giant metropolis – and more particularly that of the island of Manhattan – occurred in the nineteenth century and went against the major trend of American history in that period – the westward expansion. The rise to such dominance of a city that is not a nation's political capital is something of an anomaly. New York succeeded because it was a great port: the nation's products poured out of Manhattan to Europe while Europe's immigrants poured into New York. For this reason, New York became the American city. Furthermore, around that port, all the things necessary for trade grew up: insurance companies, stock exchanges, businesses and banks. New York became the seat of American economic power and may have been the first city in the world in which the temples to Mammon were larger and more striking than the temples to God (MAGUIRE, 2009, p. 514).

marcos Confederados, incluindo 736 monumentos físicos, no país, sendo que sua maioria foi construída durante períodos de alta supremacia branca reacionária e de violência contra a população negra – sendo o pico na era Jim Crow. Mesmo com uma desaprovação nacional, muitas legislações no Sul proíbem ou dificultam a retirada desses monumentos, sendo mantidos por recursos públicos – US$ 40 milhões entre 2008 e 2018 – que também acabavam por financiar grupos de patrimônio dos Confederados, que promovem narrativas revisionistas da Guerra Civil. Além disso, a resistência na retirada desses monumentos, constantemente observada até hoje [142], reforça que a sociedade norte-americana esteja longe de uma reconciliação com o passado racista do país, especialmente quando essas questões reverberam na esfera política, com 87% dos republicanos apoiando a preservação do legado dos Confederados no Sul (PRRI, 2022).

Similarmente ao regramento constitucional brasileiro, que garante a laicidade do Estado, há a presença de símbolos religiosos cristãos em estabelecimentos públicos em ambos os casos, demonstrando que, mesmo com a condição legal de que esses símbolos religiosos atendam a um objetivo secular quando expostos em público, estes também podem ser justificados quando conectados à identidade cultural de uma comunidade. Uma decisão da Suprema Corte em 2019 permitiu que um monumento, em formato de uma cruz católica de doze metros em Maryland, fosse mantido em uma rodovia pública. Divergindo de parte de seus colegas, a juíza da Suprema Corte, Ruth Bader Ginsburg, argumentou que o monumento, apesar de homenagear soldados da I Guerra, em anda remete à homenagem original, servindo mais para elevar uma identidade cristã (WILLIAMS, 2019).

Não há apenas a presença do modelo relacional de unidade no nacionalismo no contexto histórico doméstico. A política externa norte-americana, mesmo que marcada por períodos e episódios de propensão à cooperação, tem se apresentado cada vez mais militarizada e intervencionista, com os últimos anos (2001-2017) como o terceiro período com mais intervenções. Com um banco de dados que compilou todas as intervenções praticadas pelo país entre 1776 e 2017, o *The Military Intervention Project* (MIP) demonstrou que os EUA realizaram mais de quinhentas intervenções militares internacionais, sendo que 60% delas foram realizadas entre 1950 e 2017 e quase um terço delas ocorreram após 1999 – contrariando as expectativas do período com o fim da Guerra Fria e da URSS. Além disso, há uma maior

[142] No exemplo mais recente, a remoção da estátua de Nathan Bedford Forrest, fundador da KKK, em Nashville, Tennessee, em 7 de dezembro de 2021. O processo que levou até sua remoção não foi consensual, enfrentando protestos favoráveis e contrários à remoção da estátua Confederada (GIBBS, 2020). Além disso, em duas semanas seguidas, Nashville foi o centro de passeatas de grupos neonazistas, estampando bandeiras com suásticas e símbolos supremacistas (McCALL, 2024).

disposição norte-americana em agir cada vez mais unilateralmente e de forma mais militarizada nesse século, uma vez que, enquanto embaixadores norte-americanos operam em um terço das nações, membros das operações especiais estão ativos em três quartos delas (The Military Intervention Project, 2018).

Distanciando a questão do debate contemporâneo sobre o declínio hegemônico dos Estados Unidos, a percepção de orgulho nacional apresenta um declínio constante desde 2013, saindo de 85% para 42%, em 2020, de cidadãos que consideram ser "extremamente orgulhosos de serem americanos" (BRENAN, 2020). O desenvolvimento histórico e a presença desses elementos na identidade nacional norte-americana, da maneira que foram expostos até agora, permite uma melhor compreensão da ascensão e mobilização política em torno desses elementos mais racialmente carregados com o ciclo eleitoral de 2016 que levou Donald Trump ao poder. Na sequência, no capítulo 4, examina-se, também do ponto de vista da trajetória histórica, o nacionalismo no Brasil.

4 O NACIONALISMO NO BRASIL

Pelos mesmos motivos apresentados no capítulo anterior, traremos o início do Primeiro Reinado como marco inicial da construção de um nacionalismo brasileiro. O período que antecede o início do Brasil Império é marcado pela perda de popularidade de D. Pedro I, sendo cada vez mais visto como um autocrata que trabalhava para assegurar o trono para sua herdeira, D. Mária da Glória, pouco interessado em governar a nação e acusado de priorizar interesses portugueses. É justamente com o início da década de 1820 que percepções acerca de uma nacionalidade específica começaram a se estruturar: se antes consideravam-se portugueses americanos que partilhavam de uma mesma história europeia, agora os observavam como inimigos e negavam o legado português. Logo, com ânimos elevados contra os lusitanos, a oposição ao monarca cresceu na imprensa e, no contexto das eleições parlamentares de 1830, opositores políticos republicanos e federalistas ganharam mais voz, o que viria a resultar no início do Período Regencial, até 1840 (COSTA E SILVA, 2023).

Em seu caráter colonial, o Brasil, até então, operava como uma réplica lusitana totalmente separada da ideologia republicana e de seu caráter iluminista. Mesmo após sua independência, preserva e revigora o instituto da escravidão e inicia um novo período sob um herdeiro da coroa portuguesa. Diferentemente dos Estados Unidos da América, o processo de independência não é marcado por conflitos militares diretos com a antiga metrópole[143]: se dá após uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas – emprestadas pela Inglaterra sob condições que beneficiavam o mercado e o comerciante inglês – pagas para a Coroa portuguesa. A independência viria a se assemelhar menos a um processo de ruptura:

> A independência do Brasil teve características que a distinguem do que se passou nas outras partes do continente americano. E não falta quem a dispa de roupagem revolucionária e a interprete como uma independência conservadora. Seus principais protagonistas foram o príncipe herdeiro da coroa de Portugal, que se fez brasileiro, continuando português, e um cientista de brilhante carreira na Europa, [...] José Bonifácio de Andrada e Silva. Nenhum dos dois tinha por objeto o corte de laços políticos com Portugal; foram para isso empurrados pelas cortes portuguesas. Com a independência, o Brasil tornou-se uma monarquia hereditária e constitucional, num continente republicano. E, apesar das pressões regionais, não se fragmentou, como sucedeu com a América espanhola (COSTA E SILVA, 2023, p. 32).

No contexto da independência, a institucionalização de um Estado Nacional e o delineamento da nação como território e povo se separaram por quase um século. Além disso,

[143] Salvo, entre 1822 e 1824, os embates armados travados em províncias com forte presença lusitana que rejeitavam a independência brasileira, sendo elas o Maranhão, Piauí, Bahia, Grão-Pará e a Cisplatina (SCHWARCZ, 2015).

esse Estado Nacional terá como elemento central não tratar do povo ao longo do processo de formatação da nacionalidade brasileira. O nacionalismo brasileiro começa a ser pensado e estruturado nesse período, sendo completamente dissociado da participação popular e nos auxiliando a compreender a formulação de uma identidade nacional pouco participativa e uma tendência do nacionalismo brasileiro em se construir sem a necessidade constante de um inimigo externo. Ao passo que o nacionalismo norte-americano desenvolveu-se juntamente com o processo de formação nacional, a economia nacional e o discurso nacionalista brasileiro antecedem justamente o processo de formação da nação, mantendo à sombra a ideia de "o povo". Nas palavras de Carlos Lessa:

> Na sequência histórica, o Estado brasileiro surge sem ruptura com o passado colonial; é o resultado da transposição oceânica da Coroa portuguesa, impelida pelas Guerras Napoleônicas. Portugal, satélite da hegemonia inglesa, ao se transferir para o Novo Mundo no início do século XIX, constitui o Rio de Janeiro como sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Quando Junot invade Portugal, a Coroa, segundo planos longamente amadurecidos, estava preparada para se transferir para o Brasil, sob o amparo da frota inglesa. Foi tão completa a mudança que até mesmo a biblioteca real, com os poucos exemplares da primeira edição de *Os lusíadas*, veio no bojo das naus. [...] Foi uma suave transição para Estado Nacional independente: o luso colonial transmutou em brasileiro independente. **Não houve, no Brasil, rancor contra a metrópole lusitana**. Jamais, no passado, a elite colonial se sentiu excluída ou preterida pela Coroa. [...] mobilidade de coloniais na hierarquia lusitana. Sem descontinuidade, o **Brasil independente surgiu sem conflitos** e – salvo umas insignificantes manifestações – sem tensão com os portugueses. Foi o "parto sem dor" de um Estado Nacional (2008, p. 241).

4.1 O Brasil Império (1822-1889)

Com a independência do Brasil, agora sob o domínio de D. Pedro I, a imigração e a identidade nacional passaram a ganhar maior atenção, uma vez que havia expectativa de que o papel do estrangeiro seria crucial para a consolidação política e cultural do país. Todavia, o processo inicial de "branqueamento" nacional – que insinuava uma transformação nacional geracional que levaria, inevitavelmente, ao desaparecimento de "sangues de raças mais fracas" – viria a impor uma visão menos crítica das dinâmicas raciais brasileiras e seria crucial na formulação de uma política migratória brasileira, especialmente entre os anos de 1820 e 1920. Nesse aspecto, os imigrantes eram observados pelas principais elites como capazes de aperfeiçoar uma nação "contaminada" pelo colonialismo e pela escravidão. Por conta de uma percepção mais popular das elites – e, consequentemente, do povo – acerca da imigração, o papel de "imigrante" não se limita ao nascimento em nação estrangeira. Indivíduos com ascendência imigrante, diferentemente do caso norte-americano, raramente fazem uso de

categorias hifenizadas – nipo-brasileiro, afro-brasileiro, ítalo-brasileiro, dentre outras – para se definirem, valorizando o local de origem de seus ancestrais e referindo-se apenas à sua nacionalidade (LESSER, 2014).

No processo de repensar uma identidade nacional durante o século XIX, pensadores do período, como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, foram amplamente influenciados pelas correntes de teorias raciais europeias, popularizando a interpretação de que, apesar de o meio territorial ser altamente propício, uma cultura europeia teria dificuldades de florescer justamente por conta da questão da problemática racial. Nina Rodrigues aponta para o processo de embranquecimento como uma necessidade de fusão da raça branca com "espécies inferiorizadas" – negros e índios –, que deveriam receber um tipo especial de agência para gerir as desigualdades entre raças. Ao passo que Romero defendia o embranquecimento como um projeto de criação de um grupo étnico único, Euclides da Cunha demonstrava receio na teoria de embranquecimento geracional, uma vez que, se seria a miscigenação a fonte da instabilidade da identidade nacional, como esta poderia ser a solução no longo prazo, uma vez que o mestiço representava "[...] quase sempre um desequilibrado, um decaído, sem energia física dos ascendentes selvagens e sem atitude intelectual dos ancestrais superiores." (MUNANGA, 2023, p. 61).

Nesse período, a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão racial entre o branco, o negro e o índio tornou-se corrente, atribuindo aos brancos, obviamente, posição de superioridade nessa dinâmica. Logo, por se fazer urgente a construção de uma "cultura brasileira" que, naquele momento, era inconsistente, o ideal nacional somente seria alcançado no futuro através do processo de embranquecimento racial, apresentado anteriormente (ORTIZ, 1994). O embranquecimento populacional também era uma preocupação latente sob o ponto de vista demográfico: com uma população de 4,5 milhões de habitantes em 1822, o Brasil era composto por 1 milhão de brancos contra 1,2 milhões de negros e 1,5 milhões de pardos (ALVES, 2022). Nas palavras de Lilia Schwarcz, "Tratava-se, desde Roma, da maior concentração de escravos." e, por conta do elevado fluxo do tráfico, "[...] a capital e a parte Nordeste do país ganhavam um aspecto africano. No Rio de Janeiro, por exemplo, na Cidade Nova, a concentração era de tal ordem, que parte do bairro ficou conhecido como "Pequena África" (2011, p. 230).

O aspecto étnico não será um marcador histórico do nacionalismo brasileiro se comparado aos EUA. Todavia, ele não deve ser desconsiderado. No momento em que a preocupação das elites brasileiras adentrou o campo de estruturar uma identidade nacional brasileira, o elemento étnico – mesmo que por influência de correntes de racismo biológico

europeu – teve uma forte presença inicialmente, o que viria a estigmatizar e idealizar as relações raciais nos subsequentes séculos. Destarte, a identidade nacional brasileira não teve uma discussão inicial voltada para, como faria Alberto Torres em *O Problema Nacional Brasileiro* (1914), o papel das elites nacionais e sua alienação frente a realidade brasileira – que uma nova nação e mantém intactas diversas instituições e estruturas oriundas de seu antigo colonizador – , preterindo uma construção artificial de identidade nacional através de elementos patrióticos (nacionalismo cívico) e optando por tratar a diversidade racial como o real problema para a construção de um nacionalismo brasileiro (MUNANGA, 2023).

Os Estados Unidos independentes têm como ponto de partida um projeto federalista e que buscava descentralizar o poder do Executivo, enquanto o Brasil partiria de uma elite[144] inserida em uma estrutura monárquica altamente centralizadora no quesito de decisões políticas. Sendo um dos aspectos que esse capítulo busca elucidar justamente a desconexão, ou até mesmo o desinteresse, entre brasileiros com elementos da identidade nacional brasileira, esse ponto de partida distinto já elucida a separação entre "o povo" e o processo de construção da identidade nacional no país – o que viria a ser uma tendência ao longo da história.

O período do Primeiro Reinado (1822-1831) inicia-se sob os moldes de uma monarquia parlamentarista que, apesar de estabelecida sob preceitos liberais na Constituição de 1823, viria a enfrentar um processo de centralização, subsequente desgaste da figura do Imperador D. Pedro I com a classe política e a sociedade e, consequentemente, em sua abdicação, em 1831. Em 1824, dissolve a antiga Constituição e outorga uma nova que, mesmo mantendo elementos do pensamento liberal, não detinha a legitimidade da votação dos constituintes e caminhou para atitudes mais centralizadoras por parte do monarca. Em 1825, envolveu-se na impopular Guerra da Cisplatina (1825-1828) para manter controle da Colônia de Sacramento e acabou por perder o conflito. Frente à queda de Carlos X, a luta contra o autoritarismo francês despontava em 1830 como um evento político que poderia angariar perturbações políticas até mesmo no Brasil. Com a elevação das tensões políticas no ano seguinte, a abdicação de D. Pedro I se deu em 7 de setembro após demissões e impasses no âmbito dos ministérios e um protesto no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, unindo em torno de 4 mil participantes que compunham a classe política, tropas e o povo (CARVALHO, 2012b).

Dado o início do Período Regencial (1831-1840) após a abdicação e a ausência de um sucessor capaz de assumir o mandato naquele momento – uma vez que Pedro II tinha pouco

[144] Antes da independência, o país já detinha uma elite brasileira, uma vez que, antes de sua volta para Portugal, D. Pedro I concedeu 254 títulos de nobreza – excluindo condecorações, em torno de 4372. Logo, o Brasil independente se inicia com uma nobreza que deve seu status social ao antigo monarca da nação colonizadora (SCHWARCZ, 2011).

mais de cinco anos –, acaba por ser marcado por um entusiasmo inicial de autogoverno que viria a ser substituído por maiores turbulências políticas e conflitos regionais internos.

> Alguns historiadores apropriadamente consideram essa fase da vida brasileira como uma experiência republicana. Pode-se dizer que ela representou, para o Brasil, o que tinham sido os 15 anos entre 1810 em 1825 para a colônia espanhola da América, quando nela desaparecera a fonte da soberania tradicionalmente localizada no monarca ponto como na América hispânica houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política. O período regencial pode ser dividido em duas partes. A primeira, de 1831 a 1837, correspondeu à vitória do liberalismo moderado. A segunda, de 1837 a 1840, foi marcada pela reação conservadora (CARVALHO, 2012b, p. 87).

Após a queda do antigo imperador, seria esperado que, sob o entusiasmo liberal, uma nova constituinte fosse convocada, justamente pela Constituição corrente ter sido criada unilateralmente por Pedro I. Todavia, A Constituição de 1824 foi mantida e suplementada pelo Ato Adicional de 1834 que, dentre diversas prerrogativas, buscou organizar a nação a partir da descentralização do poder. Foram estabelecidas Assembleias Legislativas provinciais, autonomia para a Corte do país e maiores responsabilidades administrativas para representantes políticos de províncias. Uma das maiores problemáticas do Ato foi a sobreposição dos papéis dos poderes do legislativo federal e das províncias, resultando em dois órgãos legislando de forma diferente sobre questões similares. Logo, sob uma regência que mantinha um distanciamento entre governo e demandas da sociedade, inúmeras revoltas irromperam no país por conta do caráter autocrático do regente Diogo Antônio Feijó (1835-1837) e, em alguns casos, por ressentimentos com lusitanos nas províncias. Tais revoltas clamavam por melhorias sociais e econômicas e maior autonomia provincial, sendo a mais duradoura a Revolta da Farroupilha (1835-1845), que ameaçou a coesão territorial a partir de anseios separatistas (PAULA, 2016).

Com o fim da regência e a maioridade de D. Pedro II, o Segundo Reinado (1840-1889), inicia-se com uma perspectiva de retomada do processo de centralização política. Com o surgimento de revoltas armadas por parte de liberais descontentes, em 1842, o então imperador faz uso do Poder Moderador constitucional, garantindo uma maior centralização de poderes ao governante que ia além dos limites de atuação do Executivo e findando a autonomia das províncias. Com a derrota de liberais em 1842, Pedro II lhes garante anistia e os chama ao poder, buscando fazer um uso mais responsável do Poder Moderador: sinalizar a possibilidade de alternância no poder através desse mecanismo, sem a necessidade de revoltas populares e políticas. Com o fim da Farroupilha em 1845, três anos depois, uma nova tentativa de rebelião

é organizada por liberais – a revolta Praieira, de Pernambuco –, clamando pela nacionalização do comércio varejista, abolição do Poder Moderador, um sistema federalista, sufrágio universal e medidas antilusitanas, como a expulsão de portugueses da região – demonstrando uma xenofobia local pelas condições mais benéficas de lusitanos. Após falhar na tentativa de conquista da capital da província, a revolta encerra-se juntamente com o ciclo de rebeliões após o Ato Adicional (CARVALHO, 2012b).

Perante maior estabilidade, esforços foram direcionados para garantir o fim do tráfico de escravos em 1850, após diversas pressões econômicas e militares dos britânicos; uma regulamentação da estrutura fundiária no mesmo ano, apesar de obter poucos resultados pela resistência de proprietários; criação de um código comercial, regulamentando atividades comerciais e empresariais no país pela primeira vez; e a reforma da guarda nacional, centralizando seu comando a partir do governo, mas, consequentemente, foi o início do processo do "coronelismo" no período republicano (CARVALHO, 2012b). Nesse contexto, é claro um maior esforço no Segundo Reinado em buscar estruturar condições – especialmente econômicas e políticas – para um desenvolvimento nacional mais estruturado. Como apontado anteriormente, o nacionalismo brasileiro desponta em um momento anterior ao Brasil independente e torna necessário um processo simultâneo: buscar desenvolver a nação e estruturar uma identidade nacional legitimada quase que retroativamente. Nesse aspecto, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é essencial ao nacionalismo brasileiro, cabendo a ele o papel, desde 1838, de estruturar uma ciência histórica no país e operar como um mecanismo de legitimação da soberania oriunda do imperador.

Pelo contexto histórico de sua criação, o IHGB teve como a maioria de seus fundadores figuras palacianas ligadas ao sistema político do Brasil Império. Editada até os dias atuais, revistas e materiais produzidos pelo instituto passaram a ganhar maior periodicidade e consistência, almejando catalisar numerosas produções durante o Segundo Reinado em torno do conhecimento e exaltação da história do país (BOSI, 2012). Pedro II teve participação ativa na consolidação e fortalecimento do instituto, participando de mais de quinhentas sessões, postulando programas históricos, oferecendo premiações para as produções de maior destaque em áreas específicas, financiando expedições e solicitando ao corpo diplomático brasileiro no estrangeiro que ativamente buscasse documentos referentes à memória nacional. Além disso, direcionou maiores recursos financeiros para a realização das atividades do instituto. Destarte, pelo seu caráter elitizado durante esse período, diversos trabalhos que não correspondiam aos ideais e métodos da instituição não eram aceitos e promovidos, garantindo a preservação de uma vertente "oficial" do nacionalismo brasileiro pelo Império – especialmente até a década de

1870, enquanto mantinha o monopólio da legitimidade de escrita da história nacional (PAULA, 2016).

Todavia, os aspectos negativos da historiografia de uma nação se fazem necessários, assim como os positivos, na construção de uma identidade e uma memória nacional coletiva e popularmente legítima. A recusa do IHGB imperial em incorporar tais aspectos negativos na historiografia – além de promover um nacionalismo demasiadamente artificial e que ressoava mais com as elites – se fez pela necessidade de desabonar o passado do colonizador e fortalecer os laços entre brasileiros e lusitanos no território, evitando maior fragmentação. Repetindo as dinâmicas de construção da identidade nacional a partir da diferenciação, o contexto brasileiro diferenciou-se do norte-americano uma vez que o processo de contraposição com o *out-group* não ocorreu com o antigo colonizador, mas sim com a América-espanhola que, segundo a elite brasileira, tinha lutas intensas e processos de ruptura por conta de sua herança republicana e o caudilhismo militar. Essa diferenciação, belas dinâmicas nacionalistas, apresentava o Brasil como uma nação superior aos seus vizinhos: herdando compromisso civilizador dos portugueses na região sem uma ruptura na independência (PAULA, 2016). Obviamente, havia um interesse da monarquia em evitar uma maior integração com a América espanhola, fazendo uso de diferenças culturais e linguísticas para construir uma identidade nacionalista superior aos demais vizinhos.

Após o lançamento de um concurso objetivando uma produção que postulasse uma forma de abordar e condensar a história geral da nação – e após sete anos da abertura do concurso –, o IHGB elegeu, como vencedor, em 1845, o trabalho do naturalista alemão, Karl Friedrich Philipp Von Martius, correspondente do instituto em Munique, argumentando ser necessário analisar o país sob a ótica da miscigenação. Logo, os estudos da história do Brasil seriam divididos em três eixos focais: [1] a população indígena e suas antigas civilizações; [2] os portugueses, seu antigo Império e os efeitos de sua organização administrativa no país; e [3] a população negra escravizada, seus conhecimentos culturais e costumes. Um ponto central que merece atenção na abordagem de Von Martius – apesar de demasiadamente anacrônica para estudos atuais – foi o fato de observar a miscigenação como um "trunfo" para a consolidação da identidade nacional, uma vez que o contexto do país colocava três raças distintas em constantes interações diretas e, segundo o autor, tratava-se de um fenômeno desconhecido na história antiga (VON MARTIUS; RODRIGUES, 1956).

Apesar de aparentemente bem-intencionado, o aceite de sua proposta pode ser explicado pela centralidade que dá ao eixo lusitano e seu caráter "civilizatório" no país, conferindo pouca centralidade ao papel do negro, especialmente: "Sei muito bem que Brancos haverá, que a uma

tal ou qual concorrência dessas **raças inferiores** taxem de menoscabo [com desdém] à sua prosápia [linhagem]; mas também estou certo que **eles não serão encontrados** onde se elevam vozes para uma historiografia filosófica do Brasil." (VON MARTIUS; RODRIGUES, 1956, grifo nosso). Esse trecho é esclarecedor quanto ao interesse do projeto de conseguir constituir uma história central da nação a partir da miscigenação, tendo o branco como elemento central perante vozes dissidentes de "raças inferiores" que não se fariam ouvidas perante o objetivo central de construir uma história nacional. Além disso, é necessário apontar que um dos primeiros documentos que viria a nortear a construção da identidade brasileira foi postulada, ironicamente, por um estudioso europeu. Voltando-se para o nacionalismo, a eleição desse ensaio pelo IHGB, que viria a nortear estudos historiográficos durante um longo período, levanta questionamentos correntes acerca da presença de um elemento nacionalismo étnico: apesar de mais sutil e menos escancarado que o exemplo norte-americano, até que ponto essa presença sutil veio a mascarar elementos étnicos ao longo da história sob a perspectiva de uma "miscigenação mais positiva", perpetuando ilusões correntes de uma "democracia racial" ou de uma nação "sem racismo"?

O IHGB também foi responsável por promover diversos mitos da formação da nação que viriam a compor o imaginário popular: o Brasil como país do futuro, devido às suas potencialidades naturais; a nostalgia pelo romantismo, buscando uma releitura de figuras históricas para a promoção de novos mitos e "heróis", como a figura do bandeirante desbravador ou o revisionismo histórico que promoveu a ideia do "bom indígena"; a ideia de o Brasil ser uma democracia racial; e a ideia do colono português em busca de riquezas rápidas no país, ao invés da valorização do trabalho árduo. O nacionalismo brasileiro nasce por meio da confirmação da soberania do estamento político-burocrático em um meio já pré-estabelecido, surgindo apenas como uma unidade que conecta essa soberania com o estamento; diferentemente de lutas nacionalistas europeias, que se deram pela ampliação de terras (PAULA, 2016). Logo, o nacionalismo brasileiro surge e opera, primeiramente, como um instrumento político a serviço do corpo imperial, auxiliando-nos a compreender uma desconexão popular com essa identidade nacional "postulada".

Um momento que colocaria à prova a instrumentalização do nacionalismo no Império foi a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a necessidade de incrementar o contingente de tropas do exército nacional. Após a invasão do Mato Grosso no início da Guerra, despertou-se um sentimento patriótico entre os nacionais, elevando-se a quantidade de voluntários para batalhar contra o Paraguai. Nesse contexto, a criação dos corpos dos Voluntários da Pátria, em 7 de janeiro do ano seguinte, visou intensificar ainda mais o alistamento voluntário, postulando

recompensas – na forma de 300 mil réis e um lote de terra de dez hectares – para cada alistado ao final do conflito. Todavia, a corrente nacionalista promovida até então pelo Império detinha um conteúdo que de pouco serviria ao tipo de sentimento nacionalista que conflitos como esse despertam. Destarte, a eclosão da guerra apresentou a possibilidade de construção de uma nova identidade, agora baseada na oposição ao inimigo externo em comum (SOUZA, 2016).

A possibilidade de construção dessa nova forma de nacionalismo, consequentemente, despontaria para elementos étnicos e explicitamente xenofóbicos em relação ao seu adversário no conflito. Ao passo que a imprensa brasileira representava o Paraguai e seu então líder, Solano López, como uma nação de bárbaros liderados por um tirano, a contraparte paraguaia direcionava aos brasileiros, comandantes militares e até mesmo a Pedro II charges e ofensas com teor altamente racista, devido ao número elevado de negros no país (CARVALHO, 2012ª). Todavia, o Império – por sua proximidade e herança de ideais europeus de "nação civilizadora" – observava as repúblicas sul-americanas como bárbaras e não civilizadas, servindo para reforçar um patriotismo (disfarçado de nacionalismo étnico) e uma capacidade de mobilização nacional frente à um inimigo; tornando mais fácil dispensar maior força contra os "bárbaros" paraguaios (SOUZA, 2016).

Como aponta José Murilo de Carvalho (2012c), o processo de independência brasileiro não teve grandes conflitos ou campanhas militares que se fizeram presentes em nações sul-americanas, não produzindo qualquer herói militar na independência ou uma história de construção nacional comum. Nesse sentido, a guerra proporcionou a criação de um espírito de corpo entre os oficiais do exército, fazendo com que a dura vivência fortalecesse suas identidades e permitisse cobranças por maior atenção do governo perante suas reivindicações. Esse fortalecimento da identidade das tropas brasileiras, juntamente com uma maior politização pela influência do militarismo das repúblicas hispano-americanas, abriria caminho para o apoio ao ideal abolicionista e republicano no país, contribuindo para a queda da monarquia nos anos seguintes (PAULA, 2016). Outras consequências da guerra viriam a se manifestar em uma maior valorização e consolidação de símbolos nacionais, como o hino e a figura de uma liderança forte e presente, representada em D. Pedro II:

> Pelo lado positivo, a guerra constituiu poderoso fator de formação da identidade nacional brasileira. Sem guerras, sem experiências dramáticas que afetassem o grosso da população, e com enormes distâncias entre as províncias, a independência do país não criara uma identidade nacional. [...] a redução do entusiasmo provocada pelo prolongamento da guerra certamente não apagou essas manifestações de um sentimento novo no país. A mudanças verificou-se também no tratamento dado aos símbolos nacionais, sobretudo ao hino e à bandeira. Antes pouco valorizados, nem mesmo havia uma letra fixa para o hino, eles ganharam nova força simbólica ao acompanharem as tropas no campo de batalha e nos navios de guerra, ao marcarem as

> cerimônias de despedida dos combatentes nas províncias de na capital do Império. Nesse último caso, o imperador com frequência se fazia presente, tornando-se, ele também, símbolo da nação. [...] A valorização do hino tornou-se evidente quando, em 1869, o pianista e compositor norte-americano Louis Moreau Gottschalk, então no Rio de Janeiro, o incluiu na *Marcha solene brasileira*, cuja execução despertou enorme entusiasmo cívico (CARVALHO, 2012c, p. 108-109).

Entretanto, o Império brasileiro não se preocupou em criar, após o término do conflito, estátuas e monumentos nacionais que reafirmassem esse "novo sentimento nacional". Apesar das claras contradições inerentes em sua figura – uma sociedade escravocrata em uma luta contra os "bárbaros" paraguaios – impossibilitarem uma autocelebração nacional dos voluntários na guerra, como aponta Souza (2016), há de se argumentar que figuras e mitos nacionais sempre detêm teores controversos e estão sujeitos ao revisionismo histórico; seja com o intuito de reparação ou apagamento histórico. A dificuldade brasileira em consolidar mitos nacionais consistentes que atravessem gerações pode ser explicada parcialmente pela dificuldade em constituir um senso de identidade nacional comum através de representações diárias da nação. Mesmo detendo lideranças políticas e militares altamente controversas e com um legado dúbio, os Estados Unidos não hesitaram em compreender a importância e a capacidade no uso do nacionalismo banal para o fortalecimento de aspectos específicos da identidade nacional no país. Esse elemento do nacionalismo banal no Brasil, como exploraremos nas seguintes seções, será mais reservado para momentos específicos da história nacional do que uma quase constante, como ocorre no exemplo norte-americano.

Nas relações com os Estados Unidos, representaram a primeira república americana a reconhecer a independência do país, em junho de 1824. Apesar da tentativa do embaixador brasileiro em Washington, Silvestre Rebelo, em propor uma aliança formal com os norte-americanos, a proposta foi recusada pelo então presidente John Quincy Adams (1825-1829) que, apesar de apoiar totalmente a Doutrina Monroe e a não interferência europeia, pouco interesse tinha na criação de um "sistema americano", muito menos um que incluísse o Brasil. Pelos próximos sessenta anos, não houve nenhum interesse de governos norte-americanos em se pensar um Hemisfério Ocidental, exceto pelo interesse em abrir a navegação comercial estrangeira no rio Amazonas, por conta do expansionismo dos EUA no México – conquistando a abertura em 1867 e o fim das pretensões expansionistas na região após o fim da Guerra Civil (BETHEL, 2012).

Outro aspecto essencial nas relações exteriores, assim como para com a formação nacional, foi a definição das fronteiras, principalmente, pelas ações empenhadas por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, durante o segundo reinado. A alta capacidade de compreensão das dinâmicas de negociações diplomáticas permitiu que Rio Branco, ao final

do Império, incorporasse 900 mil quilômetros ao território nacional sem a erupção de conflitos com vizinhos e nações europeias. O embaixador Rubens Ricupero (2017) melhor sumariza o legado de Rio Branco para a diplomacia brasileira:

> O resultado é que, ao chegar a seu término, o Império podia, a rigor, ostentar dois tratados definitivos fixando os limites com a Venezuela e o Paraguai. A divisa com as Guianas permanecia em aberto, do mesmo modo que a da Colômbia. Os ajustes com o Peru e a Bolívia resistiram ao tempo e às críticas, mas parte importante dessas duas fronteiras sofreria alterações significativas durante e após a crise do Acre. O limite final com a Argentina teria de aguardar o arbitramento do presidente Cleveland, e o do Uruguai, como mencionado, seria revisto pelo Barão do Rio Branco. [...] Durante muito tempo, as questões territoriais e de navegação constituíram o essencial das relações diplomáticas com vizinhos quase inacessíveis, com os quais praticamente inexistia intercâmbio comercial, econômico ou de outra natureza. O mérito dos diplomatas e governos do Império residiu na perseverança com que insistiram em encaminhar soluções negociadas para todas essas questões. Opiniões de observadores imparciais, até de países que foram nossos adversários nas negociações ou nas doutrinas, reconhecem que o Brasil terminou por prevalecer graças à continuidade da política, à coerência da doutrina e ao profissionalismo de uma diplomacia preservada das oscilações oriundas da instabilidade dos vizinhos. **A política de fronteira certamente representa o exemplo mais incontestável do potencial construtivo de diplomacia baseada no conhecimento e no poder suave da negociação e do compromisso** (p. 237-238, grifo nosso).

Apesar do episódio da Guerra do Paraguai, o êxito da diplomacia brasileira na questão da fronteira no século XIX – apesar de não servir ao formato de nacionalismo pautado pela unidade – demonstrou a capacidade do país em adotar uma abordagem exterior que possibilitasse a consolidação nacional sem a necessidade de despender custos monetários e humanos para alcançar determinados objetivos. Na diplomacia brasileira, um nacionalismo pautado pelo princípio da igualdade de Powers (2022) viria a se fazer cada vez mais presente na política exterior, sendo o conflito com o Paraguai a última instância de envolvimento brasileiro direto em conflitos com Estados vizinhos – ainda mais com o teor altamente étnico presente nessa guerra.

Já na posição de liderança do gabinete do Partido Conservador, o Gabinete Rio Branco (1871-1875) acabou por contribuir para mais aspectos essenciais ao processo de consolidação nacional durante o Império: a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), reforma do sistema judiciário e da polícia, realização do primeiro censo nacional (1872), promoveu a imigração, a navegação e a construção de ferrovias. Simultaneamente, originaram-se durante seu período efeitos que levariam ao fim do Império, como o ataque ao sistema escravocrata que descontentou os proprietários, o conflito com a Igreja (oriundo da problemática com maçons, no período), e a criação do Partido Republicano que viria a se consolidar como a alternativa à monarquia. O crescimento do movimento abolicionista durante a década de 1880, além de auxiliar na queda da monarquia pelo descontentamento dos proprietários rurais, representou o

primeiro movimento de mobilização da opinião pública no país, reunindo desde a regente Isabel e membros dos principais partidos políticos até a classe operária, militares, libertos e escravos. Nesse contexto, a organização política de militares – detendo uma tradição positivista nesse período – e seu apoio massivo ao abolicionismo contribuíram para a abolição em 1888 e, no ano seguinte, no golpe militar em 15 de novembro que proclamou a República no país (CARVALHO, 2012c).

Mais uma vez, o Brasil passava por outro processo de reconfiguração política que, apesar de aparentemente positivo, ocorria novamente sem uma inserção popular nacional no movimento republicano, uma vez que foi organizado por militares e civis insatisfeitos com a monarquia. Como esperado, o período subsequente da história brasileira seria marcado pelo elitismo e um papel ativo dos militares que, a partir desse momento, viriam a se tornar atores mais presentes em momentos de transformações e rupturas políticas no país. No momento inicial de fundação da República e de transição para um modelo federativo, o país, no início de seu processo de busca de uma identidade à parte de outra potência, se inspira na experiência norte-americana, em sua constituição e, até mesmo, em seu nome oficial. Destarte, os "Estados Unidos do Brasil" – como seria chamado até 1967 – iniciam um novo período na busca pela autonomia de sua identidade nacional.

4.2 A República Velha (1889-1930)

Similarmente ao que ocorreu no período inicial do processo de independência, a instauração de uma República no Brasil foi precedida por um panorama mais otimista quanto ao cenário de modernização a partir da adoção do modelo civilizatório francês e sua sociabilidade urbana e vida cultural. As promessas iniciais da República seriam guiadas por ideais de igualdade e cidadania que seriam alcançados a partir de mais uma tentativa de importação de um modelo europeu para o contexto brasileiro. Na mesma esteira de importação de um modelo europeu de modernidade, a ascensão de teorias europeias de racismo biológico viria a impactar o projeto nacional de um país que, em menos de um ano, contava com uma nova população de escravos libertos, agora atirados à própria sorte em um novo momento político: a retomada de um projeto hierárquico pautado na diferenciação racial. Logo, a República Velha é marcada pelo deslumbramento com essa nova modernidade e pelo pavor com os efeitos de novas formas de segregação. Somados ao determinismo racial, essas novas formas de segregação levaram a práticas coletivas de higienização que recaíram pesadamente sobre a população negra e pobre do país. Logo, a designação do curioso nome de "República

Velha" se explica pela inconsistência entre o que se entendia como ideal de "modernidade" e a forma com a qual esta se traduziu na política nacional (SCHWARCZ, 2012a).

A construção da identidade nacional brasileira nesse período seria marcada por uma negação da cultura própria e dos elementos da sociedade brasileira que iam contra esse ideal de modernidade. A implementação de políticas que tinham como cerne o eugenismo e a continuidade da ideia de embranquecimento objetivava a construção de uma sociedade majoritariamente branca em uma nação amplamente miscigenada, distanciando essa república de suas promessas iniciais:

> A Primeira República é caracterizada pela negação da ideia de participação política: preconceito contra imigrantes e negros, eugenismo e tipologia de criminosos, a questão social era vista como questão de polícia, além do falseamento das eleições e da criminalização de certas manifestações culturais, como, por exemplo, a capoeira. Fatores que delimitavam tanto a vida política como cultural do povo. A República, cujo governo teoricamente deveria servir a coisa pública, foi limitada no sentido de construção da democracia e da cidadania. [...] Embora se pretendesse colocar o Brasil nos caminhos da modernidade, nos projetos políticos sociais permanecia expressa uma mentalidade colonizada [...] (MORAIS, 2016, p. 138-139).

Como consequência do processo de adensamento urbano – por conta da entrada irregular de populações do campo e o elevado número de imigrantes europeus e asiáticos nas cidades – a política de modernização empenhada acabou por priorizar, primeiramente, a valorização estética dos centros urbanos em detrimento de políticas públicas para essas populações, desapropriando moradias irregulares. Logo, o inchaço da pobreza levou à expulsão dessas populações dos centros urbanos. Nesse contexto, a Revolta da Vacina (1904), no Rio de Janeiro, é um exemplo histórico da combinação de uma política urbana autoritária e higienista que, ao mesmo tempo em que buscava combater doenças, mesclou o controle populacional (eugenia e exclusão social) a essa política, buscando combater essa "subcidadania" do homem brasileiro – provocada pela falta de saúde reinante entre populações rurais e pobres, e não pelo próprio Estado, segundo esse pensamento – através desse processo de modernização das cidades (SCHWARCZ, 2012b).

Organizada a partir de um golpe militar, a República, sob a liderança do militar Deodoro da Fonseca, uniu a noção de necessidade de uma "tutela militar" para garantir a estabilidade política ao jacobinismo – radicalismo popular xenófobo, resultando, após a constituinte de 1891, na intervenção nos estados, colocando no poder apoiadores e, em seguida, na tentativa de dissolução do parlamento e instaurar uma ditadura no país. Após deposto, seu vice, Floriano Peixoto (1891-1894), repetiu as mesmas práticas de interferência, agora perseguindo "deodoristas". Contudo, a Constituição de 1891 levantava dúvidas quanto à legitimidade de

Floriano, uma vez que previa, caso o cargo de presidência fosse desocupado com menos de dois anos de mandato, a convocação de novas eleições. Nesse cenário, diversas revoltas de suboficiais e marinheiros deodoristas se fizeram na capital do país, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso. Após a contenção dessas revoltas que ameaçavam a eclosão de uma possibilidade de guerra civil, iniciava-se a Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul e que se estenderia até o Rio de Janeiro, sendo marcada pelo embate armado entre republicanos e antigos monarquistas e a repressão violenta imposta pelo governo de Floriano, derrotando a ameaça na capital em 1894. Com a presidência de Prudente de Morais (1894-1898), buscou-se desarticular as bases populares do jacobinismo florianista na capital e a firmação de um acordo de paz com os revoltosos, em 1895 – concedendo indulto e permissão ao voto (MATTOS, 2012).

Mesmo com a morte de Floriano em 1895, o cenário conturbado de revoltas constantes, assim como a percepção inicial de se tratar de uma possível ameaça monarquista, contribuiu para a resposta violenta do governo de Morais na Guerra de Canudos (1896-1897), resultando na morte de mais de 20 mil habitantes. Sendo a falta de políticas governamentais localizadas uma das principais razões da formação da comunidade em torno do líder Antônio Conselheiro, o Estado brasileiro – dando continuidade à tradição de centralização e autoritarismo durante o período colonial e imperial – viria a se valer constantemente da aplicação de força no contexto doméstico para garantir a estabilidade política, mesmo custando sacrificar princípios republicanos ainda antes da virada do século. Frente à demanda de garantir o controle político regional em um sistema federativo, e sem a presença do Poder Moderador, o sistema do coronelismo ascende como a norma política desse período (SCHWARCZ, 2012b).

Como dito anteriormente, um sistema federalista é instaurado em um contexto no qual, especialmente nas zonas rurais, o poder do Estado não era tão forte quanto o poder localizado da alta classe rural em suas antigas províncias, sendo necessário a realização de negociações e barganhas com os denominados coronéis para manter certo controle político. Além disso, em um contexto no qual o voto não é secreto e o sufrágio ainda não é universal, fraudes eleitorais, compras de voto e, até mesmo, ameaças tornaram-se mecanismos de poder desses coronéis. Apenas após 1930, o poder de influência dos coronéis começou a se dissipar na esfera federal (CARVALHO, 1997).

Todavia, táticas coronelistas não se limitavam às políticas dos estados, materializando-se no início da Política do Café com Leite (1902-1930), após a sucessão de Campos Sales (1898-1902) que a denominou como “política dos estados”. Com a sucessão do paulista Rodrigues Alves (1902-1906) pelo mineiro Afonso Pena (1906-1909), é dado início ao processo de

alteração de poder entre políticos da oligarquia paulista e mineira até o fim da república[145], visando a defesa dos interesses de produtores cafeeiros e de leite em São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Com a aprovação do Convênio de Taubaté [146] (1906), era quase que institucionalizado um sistema político fraudulento a partir de alianças oligárquicas que buscavam, primeiramente, a manutenção de seu poder político e econômico (MATTOS, 2012).

Essa desconexão das elites políticas frente à realidade do povo acabou por resultar em dois levantes durante o período de Hermes da Fonseca (1910-1914). O primeiro, a Revolta da Chibata (1910), se deu pelos castigos físicos de chibatadas em marinheiros de baixa patente e, em sua ampla maioria, negros e mulatos pobres. Sob a ameaça de bombardear a capital caso os castigos físicos não cessassem, o então presidente atendeu às demandas dos revoltosos, prometendo anistia aos marinheiros que compuseram a revolta. Todavia, após o indulto não ser cumprido e uma parcela de marinheiros ter sido dispensada, uma segunda revolta se iniciou e teve como reação do governo um verdadeiro massacre, aprisionando e torturando grande parte dos revoltosos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A persistência no uso de castigos físicos – especialmente a chibatada, empregada contra escravos – e a reação violenta do governo contra revoltosos, de maioria negra e mulata, exemplificam o *modus operandi* durante o período: a promessa de um projeto de modernidade que não implica em políticas públicas efetivas para a população, seguido de uma intensificação de adversidades sociais que se materializa em revoltas e, por fim, a resposta governamental de silenciamento dessas revoltas sem trazer transformações significativas e positivas para essa população.

O segundo levante, a Guerra do Contestado (1912-1916), seguiu a mesma linha: uma revolta armada de pequenos proprietários de terra, após a desapropriação de áreas sem compensação adequada, visando a construção de uma estrada de ferro que atravessaria os estados do Paraná e Santa Catarina. No mesmo sentido, houve um abandono do poder político e melhorias sociais na região, resultando em um conflito armado com alta repressão estadual e federal (MATTOS, 2012). Como veremos adiante, a política externa de Rio Branco durante a República Velha, guiada pela diplomacia, resolução de conflitos e pautada pelo princípio da igualdade no nacionalismo, diferencia-se amplamente da abordagem dada ao nacionalismo no cenário doméstico: adotando o princípio da unidade que continuava a realçar elementos étnicos

[145] Dos nove presidentes eleitos e que assumiram o posto entre 1902 e 1930, apenas quatro não eram mineiros ou paulistas: Nilo Peçanha (1909-1910), ascendendo pela linha sucessória; Hermes da Fonseca (1910-1914), gaúcho e parte da elite militar; Epitácio Pessoa (1919-1922), paraibano; e Washington Luís (1926-1930), carioca. Cabe destacar, porém, que mesmo aqueles candidatos (MATTOS, 2012).

[146] Garantia o financiamento federal para comprar o café excedente por um valor mínimo, impedindo a queda dos preços internacionais (Ibid).

e, para manter a coesão desse nacionalismo pautado na unidade, recorreria a respostas mais violentas contra levantes e revoltas nacionais – especialmente quando a maioria dos indivíduos que compunham essa revolta estivesse em "desacordo" com o "ideal nacional", apresentado no início do capítulo.

O eixo da política externa no período se divide entre um momento inicial de idealismo externo, priorizando relações com os Estados Unidos (1889-1902), o período de comando do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912) e, por fim, um período de decadência na participação externa (1912-1930), muito por conta das convulsões internas que o país enfrentava. No século XX, a política exterior de Rio Branco, novamente, consolidou bases importantes da diplomacia brasileira: o estreitamento das relações com os norte-americanos, estabelecendo limites ao paradigma pró-Estados Unidos ao mesmo tempo em que eram atendidas demandas exportadoras das oligarquias cafeeiras brasileiras; reformas na estrutura física e organizacional do Itamaraty; reconhecimento de relações assimétricas de poder com grandes potências, assim como relações de relativa simetria com nações vizinhas; e a consolidação da política territorial, com a finalização da questão do Acre. Mesmo com uma participação simbólica na I Guerra Mundial, as tensões internas, especialmente na última década da República Velha, repercutiram no processo decisório na política exterior e em certo descaso nas relações com nações vizinhas. Apesar da participação do país na Liga das Nações, o assento permanente no Conselho acabou por resultar na saída do Brasil da organização, voltando-se mais para a reconstrução das relações na América do Sul – até a eclosão da Revolução de 1930 (DORATIOTO, 2012; RICUPERO, 2017).

Na dimensão do desenvolvimento e consolidação do nacionalismo brasileiro, Luís Cláudio Villafañe Santos (2010) centraliza o papel de Rio Branco em três características: o princípio dinástico e a nação; extensão e integridade do território como mito de origem; e o caráter tardio do nacionalismo brasileiro. Diferentemente de demais nações americanas, a independência brasileira ocorreu sem a presença de figuras históricas de "libertadores" nacionais, fazendo com que o Império mantivesse um sentimento de pátria comum atrelado à legitimidade dinástica portuguesa. Todavia, com a perda dessa legitimidade dinástica na República – e mesmo sendo filho de político de alta importância na monarquia –, Rio Branco, um monarquista convicto, simbolizou a experiência peculiar do nacionalismo brasileiro no continente: mesmo ao sair de um contexto dinástico e passar para a ideia de "servir o Brasil", tanto Rio Branco quanto o nacionalismo brasileiro não deixariam de incorporar às marcas dinásticas desde o início do Império. Em relação à segunda característica, frente as dificuldades apresentadas de construção de um ideal nacional forte e único, os feitos de Rio Branco foram

responsáveis por auxiliar na instrumentalização do princípio da integridade territorial, como um elemento unificador mais "natural" à identidade nacional, elevar o prestígio internacional e firmar a disposição de liderança do país na região.

Finalmente, o caráter tardio do desenvolvimento do nacionalismo e da identidade brasileira, como já expresso nessa seção, configurou desafios no processo de consolidação nacional ainda durante boa parte da República Velha. Todavia, permitiu uma vantagem em termos de consolidação do sentimento nacional com as ferramentas do século XX:

> Superado o Estado dinástico, o nacionalismo brasileiro foi consolidado nas quatro primeiras décadas do século XX. Então, já começavam a surgir meios de comunicação mais potentes, como o rádio (o programa "A Hora do Brasil" começa a ser transmitido em 1935), e a própria burocracia estatal passava a contar com instrumentos desconhecidos para os frágeis Estados do início do século XIX: o alistamento militar obrigatório, a difusão do ensino público, a proliferação de eventos cívicos e datas nacionais, a criação de estruturas burocráticas específicas (como o notório Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939), etc. Ao contrário dos países vizinhos (que já no início do século XIX viram-se subitamente na contingência de se imaginar como nações), no Brasil, a consolidação do nacionalismo foi empreendida em fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Um nacionalismo tardio, mas que pôde contar com os instrumentos necessários para se consolidar em um território continental, marcado por imensas diferenças sociais e regionais (SANTOS, 2010, p. 31-32).

Se, por uma perspectiva, o quase "vácuo" presente na identidade nacional brasileira permitiu que se usufruísse de ferramentas da modernidade para se consolidar como nação, por outro, essa construção se faz à parte do povo. Conforme aponta Carlos Lessa, esse desenvolvimento tardio da identidade nacional explicaria a facilidade da cultura brasileira em incorporar elementos novos sem renunciar o passado, já que "Como o processo histórico brasileiro não incorporou, em sua plenitude, a maioria do povo brasileiro à modernidade econômica e à plenitude cidadã, é um ato de **sabedoria existencial incorporar a novidade** e é temerário renunciar ao que sabe ou possui." (2008, p. 251, grifo nosso)[147].

A colocação de Lessa também nos permite compreender como o Brasil, mesmo detendo elementos étnicos fortemente raciais como os Estados Unidos, foi capaz de diluir tendências segregacionistas ao longo do tempo. Obviamente que estruturas e heranças racistas ainda perduram no país e o efeito a longo prazo da miscigenação representa o apagamento em detrimento da identidade branca (NASCIMENTO, 2016), mas é nítido que o dinamismo entre diferentes culturas na sociedade brasileira tornou difícil a inserção de elementos racistas

[147] A obra que melhor capturou essa "busca pelo novo" na identidade brasileira foi *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade: um herói protagonista múltiplo que carrega os contraditórios similares do povo brasileiro e seu fascínio e crença em uma natureza infinita e exuberante, demonstrando que a cultura brasileira detinha a tendência de partir do que se falta, e não do que realmente existe no país (SALIBA, 2012).

explícitos em movimentos de inspiração fascista europeia, como veremos na próxima seção. Enquanto no âmbito norte-americano esse elemento nacionalista étnico foi cada vez mais sendo incorporado e naturalizado na retórica e na política institucional de diversas figuras políticas, no Brasil tal retórica não conseguiu firmar-se da mesma forma explícita ou não angariou o mesmo apoio ao longo da história. Se, por um lado, estruturas racistas se fazem presentes em ambas as nações, o imaginário coletivo brasileiro não observa no racismo e na xenofobia explícita um potencial de mobilização política duradoura.

Sob a perspectiva do nacionalismo econômico, a República Velha, ao adotar o ideal de "ordem e progresso", empreende a tentativa hamiltoniana de Rui Barbosa de fomentar o desenvolvimento industrial. Contudo, frente aos interesses da elite agroexportadora, esse projeto é abafado, mas retomado após a Primeira Guerra pelo tema de autossuficiência siderúrgica nacional. Logo, o nacionalismo econômico brasileiro, por conta do projeto de modernidade posto, tem como objetivo o desenvolvimento urbano e industrial. Com a crise de 1929, a hegemonia primário-exportadora se desorganiza e, frente às dificuldades cambiais do momento, esse nacionalismo econômico passa a apresentar maiores ressentimentos às filiais estrangeiras, acusadas de piorar a situação exterior do país. Nesse contexto, é compreensível que a adoção do modelo de nacional-desenvolvimentismo gerasse maior mobilização nacional em favor do monopólio estatal do petróleo e outros recursos naturais. Apesar de não ter sido propriamente contra a presença estrangeira, o nacionalismo econômico brasileiro reforçava o papel do Estado como o principal ator para o desenvolvimento (LESSA, 2008).

A década de 1920, ao mesmo tempo em que apresenta sinais de claro esgotamento desse sistema republicano-oligárquico, foi marcada por mais dois momentos relevantes de novas formas de nacionalismo brasileiro: a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo (1924) e o surgimento de novos grupos nacionalistas que viriam a ter elevada importância nas décadas seguintes. Frente à frustração de uma geração de artistas e intelectuais brasileiros que, perante os potenciais perdidos pelo projeto de modernidade republicana e à eclosão da Primeira Guerra, levantaram a necessidade de enxergar a realidade nacional sob uma perspectiva mais crítica, questionando o peso do passado colonial, rejeitando teorias deterministas acerca da compreensão do país e, a necessidade de o Brasil se fazer primeiro "nacional" para que depois pudesse ser "universal". O movimento modernista artístico compreendia que o país, sendo uma parte pequena de um contexto maior, reconhecia a necessidade do brasileiro em descobrir a própria identidade e se inserir no universal a partir do particular. Nesse sentido, novas formas de compreensão da identidade brasileira começaram a despontar nessa década, com obras como *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado (SALIBA, 2012).

O surgimento de novos grupos nacionalistas, por sua vez, começou a encontrar maior espaço após a Primeira Guerra, buscando formas de se repensar o papel do Estado e a nacionalidade brasileira, assim como alternativas para enfrentar a agitação operária. A primeira associação, a Liga de Defesa Nacional, foi fundada em 1916, sendo seguida pela Liga Nacionalista em São Paulo. Mesmo com uma certa desmobilização após o fim da guerra, as turbulências da década de 1920 – como a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922 – auxiliaram na união dessas ligas na Ação Social Nacionalista (1920-1924). Mesmo sem a inserção e popularização de uma ideologia fascista nesses movimentos, delimitavam suas propostas políticas sob uma perspectiva autoritária e já detinham tendências antissemitas, de crítica ao grande capital e ao ultracatolicismo – sendo amplamente críticos ao fim da monarquia como a unidade moral nacional, amparada pela união Igreja e Estado (BERTONHA, 2012). Ainda mais influenciados pelo fascismo europeu na próxima década, esses grupos viriam a adaptar tal ideologia para o contexto brasileiro: distanciando-se de aspectos mais étnicos e aproximando-se de elementos do conservadorismo religioso.

Após a presidência conturbada de Arthur Bernardes (1922-1926)[148], o sistema político oligárquico encontrou seu esgotamento no processo de escolha do sucessor do último presidente do período, Washington Luís (1926-1930). A candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de 1930 colocava críticas às práticas oligárquicas e à primazia dos interesses dos principais estados produtores perante o país, defendendo novos setores econômicos emergentes, teses de industrialização, alfabetização nacional, políticas trabalhistas e o voto secreto. Com a preponderância do empresariado industrial nesse sistema oligárquico, a vitória do paulista Júlio Prestes resultou no esgotamento do sistema e gerou um conflito interoligárquico que tinha como origem uma reação dos demais estados à supremacia política paulista – muito por conta de seu poder demográfico e econômico. Em outubro de 1930, ministros militares ligados à Aliança Liberal de Vargas depõem Washington Luís e impedem que Prestes assuma a presidência, colocando fim ao período da República Velha (MATTOS, 2012).

Mesmo com desdobramentos internos distintos e suas particularidades, o período republicano encerra-se da mesma forma que o período imperial: a deposição do atual sistema por um movimento político-militar, insatisfeito com os rumos autoritários da nação, o sistema oligárquico e as condições da vida civil no período. Frente a desfechos similares, a tendência

[148] Por conta de diversas tensões militares, foi obrigado a governar em estado de sítio por quase todo seu mandato. Com o início da Coluna Prestes (1924-1927), esse levante tenentista, surgido no interior do país, representou mais uma manifestação de insatisfações populares com o atual sistema político, juntamente com o movimento operário do período (MATTOS, 2012).

de crescimento do autoritarismo político na próxima década – buscando evitar tais episódios – viria a alcançar seu ápice com a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937.

4.3 A Era Vargas (1930-1945)

O período inicial da presidência de Getúlio Vargas (1930-1937) é marcado por um otimismo momentâneo de retomada democrática nos anos seguintes. Similarmente aos períodos anteriores, Vargas já demonstra nos anos iniciais a tendência de maior centralização de poderes do Executivo, em detrimento dos estados. Todavia, essa centralização também teve como intuito reduzir a influência das oligarquias no processo decisório político e minar o sistema federativo. Mesmo não sendo uma bandeira da revolução anterior, a industrialização ganha especial atenção em seu período por conta das adversidades externas oriundas da Grande Depressão. Nesse contexto, ainda em 1931, Vargas promulga uma nova Lei de Sindicalização, submetendo associações sindicais ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e cria o Código dos Interventores, depositando maior poder ao Executivo na escolha dos interventores federais nos estados – sendo essencial na derrota da Revolução Constitucionalista, em outubro de 1932. Atravessadas as conturbações dos primeiros anos, Vargas é oficialmente eleito para a presidência em 1934, após a elaboração de uma nova constituinte no ano anterior (FAUSTO, 2013). O nacionalismo étnico já ganha destaque na criação da nova constituição com o artigo 121 que impunha restrições na imigração para garantir a "integração étnica", além de vedar a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território brasileiro, evitando a formação de quistos raciais e contribuindo para o crescimento de movimentos que denunciavam o crescente "perigo amarelo e semita" (CARNEIRO, 1990).

No período do entreguerras, a crise do liberalismo reflete na sociedade brasileira o crescimento de um pensamento autoritário, auxiliando no avanço de uma direita mais conservadora e radical representada pela Igreja Católica, juntamente com seu papel doutrinário, e a ascensão da Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado, inspirada pelas ideias do fascismo na Itália. Fundada em outubro de 1932, além de claras conexões com o fascismo internacional, a AIB viria a se firmar como o maior partido fascista fora do continente europeu. Seu símbolo, a letra grega sigma[149], compunha a simbologia do vestuário integralista: uniformes produzidos nacionalmente de camisas verdes e calças brancas ou pretas. Concentrava diversos segmentos fascistas e de intelectuais conservadores brasileiros, antes dispersos pelo país. Sob

[149] Esse símbolo matemático indicava o projeto de um Estado único e integral, juntamente com a soma de números infinitamente pequenos – seus integrantes (NETO; GONCA, 2020).

um forte viés do nacionalismo revolucionário, se opunham ao capitalismo e ao comunismo, propondo a criação de um Estado Integral através de processos de rupturas e reestruturação (CARNEIRO, 1990).

Um fator que diferencia o integralismo de outros movimentos fascistas europeus foi justamente a baixa presença de elementos de nacionalismo étnico em sua ideologia, tendo em vista a fraca adesão desse tipo de discurso perante uma base popular nacional cada vez mais racialmente diversa. Nesse aspecto, a religiosidade católica será um elemento central para a sustentação dos ideais transformadores e messiânicos do movimento, atrelada ao modelo de organização fascista:

> A ligação religiosa passava a ser um dos principais sustentáculos do movimento integralista. O lema "**Deus, pátria e família**" se encaixava perfeitamente nos princípios da doutrina, conforme expresso no Manifesto: **Deus (que dirige o destino dos povos), pátria (nosso lar) e família (início e fim de tudo)**. O documento foi aberto com a expressão "Deus dirige o destino dos povos", o que deixava clara a importância da questão religiosa e espiritualista no discurso e no imaginário integralista, assim como o caráter messiânico estabelecido no movimento em torno da imagem de Plínio Salgado, visto como um profeta. [...] a AIB assumiu um caráter espiritualista de harmonização social, de negação da luta de classes, denunciando que o liberalismo e o comunismo possuíam duas faces da mesma moeda: o materialismo. Seguindo o modelo clássico do fascismo, Plínio Salgado afirmava que o plano das duas correntes era a dominação dos governos e do Estado com o objetivo de controlar economicamente os povos. A principal motivação que ocasionou a adesão de muitos integralistas, sem dúvida, foi o anticomunismo intensificado pelo pânico criado no Brasil (NETO; GONCA, 2020, p. 14;18, grifo nosso).

Seu apelo popular também se deu pelo alcance dos ideais do movimento através da fundação de um jornal próprio, em 1931: a Razão. Considerado como o primeiro jornal puramente nacionalista e politicamente ativo no Brasil, foi responsável por propagar os ideais integralistas e diversos textos de Plínio Salgado que ecoavam os ideais fascistas europeus do período. Consequentemente, o elemento antissemita se fazia presente no movimento integralista. Ainda durante a liderança de Salgado, Gustavo Barros apresentou "Os Protocolos dos Sábios de Sião[150]" ao líder integralista. Em 1936, com a anuência de Salgado, Barros lança a edição traduzida da obra no Brasil e se torna uma referência no movimento antissemita nacional. Enquanto em outras nações o texto dos protocolos incitava a violência contra indivíduos não brancos, Barros se viu obrigado a adaptar o discurso para o contexto brasileiro, pregando a defesa de uma raça brasileira – e não pura –, utilizando judeus e o crescente combate

[150] Obra fonte das diversas teorias conspiratórias da existência de um complô judaico internacional que tinha como objetivo a dominação mundial e a subjugação do cristianismo. Lançado em 1902 e desmentido já em 1921, o texto teve alta circulação entre movimentos nazifascistas históricos e ainda se apresenta relevante entre movimentos da ultradireita internacional (Holocaust Encyclopedia, 2024).

ao comunismo como os bodes expiatórios para as dificuldades enfrentadas na sociedade brasileira (CARNEIO, 1990).

Apesar de uma simpatia ao governo Vargas e de sua participação no golpe que resultou no Estado Novo em 1937, o movimento integralista foi removido do bloco governista por conta da relutância integralista em assumir o catolicismo conservador radical e sua defesa da República. Frente à canalização de apoio das forças armadas, Igreja, elites econômicas e da base popular e operária, Vargas eliminou a AIB em 1938, após tentativa frustrada de golpe, exilando Salgado em Portugal. O crescimento de movimentos fascistas – especialmente a partir do modelo autoritário estadonovista – era incompatível com as necessidades do regime autoritário de Vargas. Enquanto o fascismo necessita de uma mobilização popular na expectativa de transformações sociais, o Estado Novo prezava por uma inspiração mais nos aspectos de ordem e hierarquia de governos fascistas já estabelecidos. Logo, movimentos políticos de inspiração fascista viriam a ser sufocados nas décadas seguintes – mesmo no contexto da ditadura militar –, ganhando nova sobrevida no século seguinte com o advento de novos mecanismos de engajamento digital e uma nova onda conservadora religiosa (BERTONHA, 2012).

Também não deve ser ignorada, e muito menos minimizada, a existência do Partido Nazista Brasileiro (1928-1938) no período. Estabelecendo uma diretoria partidária e conexões diretas com o partido alemão oficial, teve sua primeira sede no Rio de Janeiro, sendo transferida para São Paulo, em 1934, e com ligações com o Paraná. Concentrado inicialmente em imigrantes alemães, buscou desenvolver organizações e atividades de fortalecimento da ideologia do nacional-socialismo, passando instruções claras de que essa ideologia somente poderia ser divulgada e abordada entre alemães puros. Estima-se que a maior presença de nazistas era no estado de São Paulo. Todavia, o movimento acabou por se disseminar entre nacionais e passou por um processo de "tropicalização" dos ideais nazistas, mantendo o caráter antissemita forte e algumas simbologias e envernizando a retórica racista (PRATES; HEUSER, 2024).

A presença histórica e institucional do nazismo na história brasileira, mesmo que "tropicalizada", não viria a cessar após o partido ter sido jogado na clandestinidade por Vargas, em 1938. A disseminação de seus ideais e símbolos transcorreu durante uma década, alcançando a elite do período e, após a queda do Terceiro Reich, transmutou-se em movimentos neonazistas – presentes até hoje no país.

> As convicções nazistas circularam entre as elites, autoridades governamentais e latifundiários do café, embora mostre também como tocaram outras camadas da

> sociedade brasileira. Como ponto de partida, apresenta tijolos marcados com suásticas, tidos como a fonte histórica que conduziu à descoberta de uma "[...] transferência de 50 meninos, 48 'pretos ou pardos', de 9 a 12 anos, entre 1932 e 1941" (Aguilar Filho, 2011, p. 24) de um orfanato do Rio de Janeiro para uma propriedade privada no interior de São Paulo, em Campina do Monte Alegre (SP). Aponta, a partir disso, a submissão dessas crianças ao trabalho escravo em uma fazenda de adeptos do nazismo e membros da Ação Integralista Brasileira (AIB); acontecimento esse que coincidiu com uma clara disseminação de sigmas e suásticas no corpo social da década de 1930, paralelamente à difusão das ideias eugenistas impostas por meio de políticas estatais de segregação (PRATES; HEUSER, 2024, p. 268-269).

Ao mesmo passo em que o integralismo se organizou e cresceu no período – alcançando cerca de 150 mil membros durante seu auge, em 1937 – o movimento comunista brasileiro ganhava uma nova frente em 1935 com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, atraindo intelectuais, operários e militares descontentes. Valendo-se da Lei de Segurança Nacional, aprovada no mesmo ano, Vargas dissolveu a ANL, resultando em uma tentativa de insurreição que acabou por falhar. Com o estado de sítio convertido em estado de guerra até julho de 1937, O recém-criado Tribunal de Segurança Nacional ficou responsabilizado pelos detidos e investigados pelos atos de insurreição. Recorrendo sumariamente a práticas de tortura de presos políticos. Todavia, o episódio mais obscuro do período Vargas foi a entrega de Olga Benário, companheira de Prestes e em gravidez avançada, para a Gestapo, em 1936. Olga viria a dar à luz a sua filha e falecer em 1942, dentro de um campo de concentração nazista. Com a encenação política envolvendo o Plano Cohen[151], o clima apreensivo de preparação para as eleições no ano seguinte foi encerrado com o golpe autoritário de Vargas em 10 de novembro de 1937, instaurando o Estado Novo (1937-1945) e, pela primeira vez no país, um regime propriamente ditatorial que fechou o Congresso e extinguiu os partidos políticos (FAUSTO, 2013).

Com plenos poderes ditatoriais, Vargas tinha como ideário nesse novo momento a criação do Estado Nacional brasileiro, detendo uma raça homogênea e um povo integral ciente da realidade nacional e pronto para servir seu país. Nesse contexto, o governo buscaria mascarar atitudes políticas próximas de regimes fascistas com uma retórica e ações que buscavam beneficiar o trabalhador. Uma política hostil ao imigrante veio a crescer durante o Estado Novo, limitando a entrada de estrangeiros em prol do "abrasileiramento dos núcleos de colonização" (CARNEIRO, 1990), a proibição de transmissões de rádio, TV e jornais em língua estrangeira, um decreto que proibia a atividade política a estrangeiros e outro que regulava a expulsão de estrangeiros do país (GOMES, 2013). Se o elemento étnico já era visível no período anterior, o

[151] Documento fabricado por militares brasileiros que denunciava uma suposta ameaça comunista que consistia em derrubar Vargas e deflagrar a revolução comunista no país. Além disso, a escolha de um nome judaico para encabeçar um plano de dominação política já deixava implícito o antissemitismo varguista (FAUSTO, 2013).

Estado Novo de Vargas estava empenhado na construção de um modelo de homem brasileiro a partir do ideal germânico, incluindo figuras desse "novo" homem brasileiro em compêndios escolares, juntamente com slogans que pregavam o "amor à Pátria" e a "unidade da raça". Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a censura e a propaganda estadonovista operavam com êxito, resgatando valores relacionados à nacionalidade, moral, trabalho, catolicismo e o culto de heróis, símbolos e lideranças nacionais (CARNEIRO, 1990). Se restavam dúvidas do claro intuito eugenista na construção de uma identidade nacional brasileira no período, Vargas se fez claro já no segundo ano do novo regime:

> Em 7 de setembro de 1938, encerrando as comemorações da Semana de Pátria e da Raça, Vargas discursou enaltecendo o culto aos heróis e as glórias do passado, além de fazer uma verdadeira apologia a raça. Frisou a necessidade do fortalecimento da raça com o objetivo de assegurar o "preparo cultural e eugênico das novas gerações" (CARNEIRO, 1990, p. 35).

Mesmo com algumas práticas e simbologias fascistas, o período ditatorial de Vargas não pode ser classificado como um governo propriamente fascista ao estilo de Mussolini, na Itália. O dirigismo econômico de Vargas, apesar de claramente autoritário em sua concepção, buscava operar em equilíbrio com a iniciativa privada, assegurando considerável liberdade econômica. O autoritarismo entrava em direto conflito nessa esfera com políticas como a nacionalização de minas e as restrições à imigração, vistas apenas como puramente eugênicas e sem ganhos práticos sob a perspectiva econômica (ABREU, 2014).

Mascarando o aspecto eugenista de seu nacionalismo, o Estado Novo empenha uma política de "nacionalização" do Brasil, traduzida para a fórmula propagandista de "Marcha para o Oeste". Esse projeto também acabou por repensar possibilidades de novas fronteiras para os estados, criação de novos territórios e a divisão do Brasil em regiões geográficas. A inspiração para o projeto, além do próprio nome, se deu claramente pela experiência norte-americana de modelo de divisão territorial, seguindo o critério de tamanho dos estados como prioritário. Mesmo num contexto ditatorial, essa proposta de divisão explica também a razão pela qual o Estado Novo, ao invés de abandonar por completo o sistema federativo, optou por mantê-lo e caminhar mais para um "federalismo centralizado". Por essa via de regionalismo estadonovista, o nacionalismo brasileiro, na esfera mais propagandista, seria compreendido como uma multiplicidade de elementos diversos e, na esfera mais prática, representado por propostas eugenistas e de embranquecimento (GOMES, 2013).

No contexto educacional, buscou inviabilizar escolas de multiplicidade étnica, exigindo, por exemplo, a adoção de nomes brasileiros para escolas em colônias de imigrantes, a presença de brasileiros nas direções e corpo docente e o uso estrito do português, vetando o uso de

qualquer língua estrangeira para menores de 14 anos. O ideário do nacionalismo viria a ser a base da educação varguista, sendo a escola uma via de reconstrução da sociedade brasileira (BRITO, 2006). Ainda no contexto educacional, empenhou um movimento de educação musical, proposto por Heitor Villa-Lobos através do canto orfeônico, que buscou difundir o nacionalismo através do orgulho das origens brasileiras, de seu folclore[152] e da formação moral e cívica. Através do patrocínio ao trabalho de Villa-Lobos, Vargas buscava o desenvolvimento de uma música eruditamente verdadeiramente brasileira, sendo um componente do nacionalismo cultural a ser difundido domesticamente e externamente (AMATO, 2007).

Mesmo o samba, que causava estranhamento ao regime devido ao seu caráter incongruente com o ideal estadonovista de ordem, foi eleito gênero musical brasileiro por excelência – mesmo que sujeito à censura do DIP. Dessa forma, o governo Vargas buscava tutelar e adequar a multiplicidade da produção cultural brasileira a serviço de seu projeto cultural nacionalista que valorizasse essa multiplicidade sem perder uma identidade nacional única. A penetração da cultura brasileira no exterior com músicas, como "Aquarela do Brasil", e de figuras como Carmen Miranda, juntamente com a proximidade dos norte-americanos no contexto da guerra, permitiam a inserção da produção hollywoodiana no país e, simultaneamente, uma maior projeção cultural brasileira. Assim, mesmo ritmos mais regionais como o frevo, maracatu, caboclinho, dentre outros, puderam popularizar-se dentro dos limites da censura varguista (DUTRA, 2013).

Segundo Fausto (2013), a base de sustentação socioeconômica do Estado Novo foi a aliança entre a burocracia civil e militar, a classe operária sindical e a burguesia industrial. Parte dessa base de sustentação, aliada aos objetivos de desenvolvimento nacionalista de Vargas, explica o viés trabalhista mais intensificado nesse período. A Consolidação das Leis do Trabalho, conhecida como CLT (1943), e a implementação da Justiça do Trabalho (1941) foram avanços no que tange ao acesso a maiores direitos trabalhistas, como a instituição do salário-mínimo, férias remuneradas, jornadas de trabalho de oito horas, dentre outras. Apesar de a classificação de um governo propriamente fascista ser imprópria para Vargas, classificá-lo como um governo nacionalista autoritário de viés populista – lembrando o fato de o populismo ser uma *thin-centered ideology* – é mais adequado.

> Acompanhando essas medidas, a construção da **figura de Vargas, como o grande condutor da nação**, ganhou forte impulso no decorrer do Estado Novo. Essa tendência vinha desde os primeiros tempos de sua presidência quando, em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade. Na sistemática escalada do Estado para controlar a informação e promover, ao mesmo tempo, a figura do chefe da nação, um

[152] Vale lembrar que Vargas também criou a Comissão Nacional do Folclore, em 1947 (DUTRA, 2013).

> marco sempre lembrado é a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão diretamente ligado à presidência da República. O principal dirigente do DIP foi **Lourival Fontes, entusiasta do fascismo e de Mussolini**, no início dos anos 1930, e que **se converteu em pessoa de estrita confiança de Vargas**. [...] Alguns dos valores mais caros ao Estado Novo – o nacionalismo, a valorização do trabalho – foram promovidos de inúmeras formas, por meio de jornais, revistas, noticiário cinematográfico ou músicas populares, encomendadas pelo regime. Um aspecto significativo da atuação do DIP consistiu na atração de intelectuais, convidados a ocupar públicos ou escrever em revistas publicadas pelo Estado. A principal delas foi denominada *Cultura Política – Ensaios mensais de estudos brasileiros* [...]. Nessa publicação. Escreveram os principais ideólogos do regime, [...]. Mas aí se encontraram também textos de intelectuais de projeção, adversários do regime, [...]. Foi no curso do **Estado Novo que se consolidou o chamado regime populista** ou, para alguns, o estilo populista de Vargas (FAUSTO, 2013, p. 103).

A política externa do período varguista também merece atenção, especialmente no contexto da Segunda Guerra. Mesmo compreendendo a impossibilidade de o Brasil abandonar a neutralidade no conflito e ir para o lado do Eixo, a maior aproximação dos Estados Unidos durante o período Vargas também se deu para além de questões comerciais, uma vez que observavam o Brasil como principal ponto de sustentação político-diplomática no hemisfério. Logo, a chamada "equidistância pragmática" foi uma forma encontrada de manter a neutralidade no conflito e um certo – às vezes superestimado pela bibliografia – poder de barganha com os norte-americanos e a Alemanha nazista. Não apenas pelo desenrolar do conflito, mas também pela intensificação das relações políticas e comerciais com os Estados Unidos a partir do ataque de Pearl Harbor[153], a declaração de guerra contra o Eixo em agosto de 1942 foi facilitada por conta do torpedeamento de embarcações brasileiras, afundando cinco embarcações e centenas de mortos. Após revoltas populares e a mobilização de um protesto, organizado pela recentemente criada União Nacional dos Estudantes (UNE), favorável à entrada na guerra, Vargas declarou guerra em 22 de agosto. Após o fim do conflito, o Brasil emergia como a principal força armada na América Latina, com uma economia fortalecida, reservas expandidas, dívida externa controlada, uma indústria dinâmica e certo prestígio diplomático (RICUPERO, 2017).

Cabe apenas destacar que a apresentação de seu projeto de desenvolvimento econômico e industrial nacional como sendo "autônomo" não refletia uma realidade desde o início do Estado Novo. Vargas compreendia que a emancipação econômica brasileira deveria utilizar o capital estrangeiro como propulsor desse desenvolvimento, estando mais preocupado, no

[153] Primeiramente, conseguiu o compromisso de financiamento norte-americano para a siderúrgica de Volta Redonda. Além disso, o Brasil se colocou como sede da Terceira Reunião de Consultas dos líderes do hemisfério, em 1942, abrindo espaço para negociações de empréstimos, armamentos, equipamentos e a criação de uma comissão militar mista. Em 1943, na Conferência de Casablanca, resultou na adesão do país à Carta do Atlântico e na criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada para o conflito apenas em 1944 (RICUPERO 2017).

contexto do nacionalismo, com questões relacionadas à unidade nacional do que uma contraposição ao capital estrangeiro. Contudo, para compor essa unidade nacional, promoveu seu nacionalismo varguista como propulsor da industrialização interna e

> contribui para a criação de uma interpretação histórica segundo a qual industrialização e nacionalismo eram indissociáveis à época. Dessa forma, ele teria sido o grande mentor de um desenvolvimento nacional autônomo. Argumento **ideologicamente construído a posteriori, escamoteia um dado fundamental: seu projeto de industrialização**, apenas esboçado em linhas gerais e repleto de lacunas, **fundamentava-se, desde pelo menos 1939**, [...] **no financiamento e no fornecimento de tecnologia estrangeiros**. (CORSI, 2000, p. 282, apud BRITO, 2006, p. 10, grifo nosso).

A participação do Brasil no conflito mundial foi uma das razões do desgaste e subsequente fim do Estado Novo. Por ter se situado entre dois polos desde a ascensão do nazifascismo e optar pelo lado norte-americano, Vargas criou uma contradição que viria a ser explorada pela oposição: como se colocar do lado de potências democráticas em uma guerra contra forças antidemocráticas, enviando 25 mil homens para a Itália, e manter um Estado nitidamente ditatorial. Mesmo tentando adiar o processo de democratização e com o surgimento do "queremismo" – que pedia a permanência de Vargas no poder –, a perda de apoio da cúpula militar, juntamente com a pressão contra a continuidade de seu governo, resultou em sua deposição em 29 de outubro de 1945. Nas eleições de 2 de dezembro, o militar Eurico Gaspar Dutra seria eleito à presidência e Vargas, mesmo na condição de ex-ditador, não teve direitos políticos cassados, sendo eleito senador pelo Rio Grande do Sul com ampla margem (FAUSTO, 2013).

O nacionalismo durante o período de Vargas possui um legado dúbio. Ao mesmo tempo em que consolida elementos da cultura nacional e avanços sociais e econômicos presentes até hoje – sendo o primeiro momento de real preocupação e ação governamental nessa construção nacional –, todo esse movimento se deu sob uma tutela estatal claramente autoritária, mascarando elementos eugenistas no cerne de seu projeto nacionalista. Indo mais além, a própria figura de Vargas viria a ser um modelo de um "real estadista", mascarando práticas autoritárias sob um véu de "apelo popular". Seu apelo popular promoveu um fortalecimento na relação quase que paternal entre a figura de um líder político popular e o sentimento "daquilo que falta" na identidade brasileira, já descrito nesse capítulo. Mesmo após sua morte, seu posto de "condutor da nação" e a relação especial com seus apoiadores são elementos que viriam a se consolidar na constante expectativa brasileira de ter um Estado forte – mesmo que autoritário – junto de um líder como uma figura quase que paternal e capaz de centralizar e solucionar as mazelas sociais.

4.4 Do Governo Dutra ao Golpe Militar (1946-1964)

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) tem seu início no contexto da Guerra Fria, dando continuidade ao processo de perseguição de comunistas no país e, em 1947, colocando o PCB na ilegalidade e rompendo relações com a União Soviética. Como esperado, uma nova Constituição foi postulada, adotando uma roupagem mais liberal – instituindo o sufrágio universal, exceto para analfabetos – e mantendo o corporativismo trabalhista da década passada, mas, diferentemente de seu antecessor, promoveu uma perseguição a organizações trabalhistas. Nesse cenário, o país estava dividido entre os nacionalistas, que defendiam um desenvolvimento econômico autônomo, baseado na industrialização, e os entreguistas, advogando por uma menor intervenção econômica do Estado, combate à inflação, equilíbrio das contas e a necessidade do capital estrangeiro no desenvolvimento (FAUSTO, 2013). Para o governo Dutra, esse desenvolvimento deveria ser condicionado ao alinhamento com os norte-americanos, única fonte para adquirir equipamentos, bens manufaturados e maquinaria. Com claros sinais de déficits expressivos nas relações comerciais com os EUA, a política de inspiração liberal acabaria por, ironicamente, ser um estímulo à expansão industrial para substituir importações (RICUPERO, 2017).

Por conta de seu viés liberal e um maior enfoque na arena econômica, não há iniciativas intensivas de construção da identidade nacional brasileira em seu governo, mantendo uma estrutura organizacional similar ao governo passado – aqui mascarando o autoritarismo através do liberalismo. O alinhamento ideológico com os Estados Unidos, o clima de ameaça comunista e a base de apoio de Dutra são algumas das razões que explicam o maior espaço obtido pelos militares em seu governo, promovendo uma repressão menos explícita [154], com uma coordenação de ações entre o exército e a "polícia secreta" contra opositores e mídias, sob o pretexto de "combate ao comunismo". A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) desse período promove um ideal que viria a caminhar para um resultado inevitável: alinhando a segurança da nação com o militarismo e o desenvolvimento econômico. No campo militar, o estreitamento das relações com militares norte-americanos viria a trazer maior alinhamento ideológico com o país através de cursos oferecidos pelo *War Department* e o compartilhamento de informações de atividades comunistas no Brasil (MARTINS, 2021).

[154] Se durante o Estado Novo órgãos de censura e controle já não eram mais bem vistos, a estratégia do governo Dutra foi fazer uso de uma roupagem "mais secreta" na atuação desses órgãos (MARTINS, 2021).

Destarte, a repressão no combate ao comunismo e à classe trabalhadora foram elementos que também colocaram o governo Dutra em contradição com seu antecessor. Neste cenário, Vargas buscaria preparar o terreno para seu retorno como um real "líder das massas" nas eleições de 1950. Contudo, a continuidade e a intensificação da participação militar na esfera política trarão maiores consequências nos governos seguintes:

> A história de uma cultura política de repressão e reconciliação no Brasil permitiu que o aparato repressor de Vargas não fosse apenas mantido como aprofundado. O caráter conciliatório permitiu que os agentes ditatoriais não apenas não fossem responsabilizados como também pudessem participar da vida político partidária junto àqueles que poderiam (ou queriam) realizar a transição. O próprio ditador não sofreu qualquer represália legal e, pelo contrário, além de também participar do Congresso Constituinte, conseguiu ser eleito presidente da República na sucessão do governo de redemocratização e de "união nacional". [...] Francisco Campos, um dos principais teóricos do antiliberalismo brasileiro, herdeiro das tradições teóricas de Alberto Torres e Oliveira Vianna, ajudou a fundar o Estado Novo varguista, participando da elaboração da Constituição federal de 1937. Durante a ditadura, este pensamento antiliberal foi aliado ao pensamento de Góes Monteiro, um dos principais militares da época, que desde 1930 vinha propagando uma doutrina de interferência política do Exército e de combate ao comunismo como ideologia ameaçadora à democracia brasileira. O pensamento de Góes influenciou na manutenção desta cultura política repressora e permitiu a manutenção do aparato repressor, bem como sua integração com as próprias Forças Armadas, visto que o combate ao comunismo começou a ser tratado como um arcabouço teórico de "Segurança Nacional" (MARTINS, 2021, p. 252-253).

Com cerca de 49% dos votos nas eleições de 1950, o segundo governo Vargas (1951-1954) inicia-se pela via democrática e com alto apoio popular em torno de sua figura. A crescente divisão ideológica dentro do exército – entre entreguistas e nacionalistas –, a oposição do partido da União Democrática Nacional (UDN) e os entraves democráticos, quase que ausentes durante o Estado Novo, colocavam obstáculos para essa nova reedição de seu mandato presidencial. Logo, abriu caminho para o retorno de sindicatos e figuras ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na esperança de impulsionar o movimento sindical em favor do governo. O movimento, entretanto, teve um efeito reverso. Com uma explosão de greves em 1953, representou uma derrota para o getulismo, justamente pelos sindicatos ligados ao partido comunista terem tido papel central na greve, acusando o atual governo de ser um lacaio do imperialismo norte-americano. A própria figura do ministro do Trabalho e então presidente do PTB, João Goulart (ou Jango), gerava inquietações quanto às suas inclinações políticas, sendo acusado de incitar greves e querer fazer uma "república sindicalista" no Brasil. Por estas razões, em fevereiro de 1954, Vargas aceita a demissão de Jango e demite o ministro da Guerra por ter permitido atos de insubordinação de coronéis. Buscando manter seu apelo popular, anuncia no Dia do Trabalho a duplicação do salário-mínimo – feito que não gerou muito efeito, uma vez que apenas compensava, por conta da inflação, a perda do valor do salário (FAUSTO, 2013).

Diferentemente de seu primeiro período, a intensificação da Guerra Fria com o início da Guerra das Coreias, em 1950, redirecionou a atenção norte-americana do continente latino-americano. Em 1952, Vargas obteve um acordo militar convencional com Washington, com venda e fornecimento de equipamentos e armas, cursos e treinamentos e intercâmbio de oficiais – dando continuidade à intensificação de contato ideológico de militares com os EUA. Contudo, o debate político nacional entre "entreguistas contra nacionalistas" acabou por atrasar em nove meses a aprovação do acordo. Apesar de a obtenção de recursos por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada em 1949, ter resultado na criação de mecanismos e instituições para os projetos prioritários de infraestrutura: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Eletrobras e a Petrobras. Contudo, a eleição de Eisenhower mudou os rumos do acesso ao financiamento estrangeiro, dando maior prerrogativa para o Banco Mundial (BM) decidir sobre os projetos de desenvolvimento que mereciam financiamento em diversos países e, consequentemente, resultando no fim da Comissão e seu financiamento (RICUPERO, 2017).

O nacionalismo varguista, frente à realidade econômica, encontrava entraves na adoção de uma política exterior puramente nacionalista e neutra perante os conflitos dentro e fora do continente. Aliado ao contexto econômico e à oposição que enfrentava, a tentativa desastrosa de assassinar Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954, resultou na morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, e, consequentemente, em uma rebelião dentro da Aeronáutica por conta do envolvimento claro do círculo mais próximo de Vargas no atentado. Com inevitabilidade de derrubada pela via militar, Vargas suicidou-se em 24 de agosto, deixando uma "carta testamento". Logo, em seu último momento, Vargas buscou denunciar uma perseguição da oposição interna e externa por defender direitos sociais, a classe trabalhadora e o controle das fontes energéticas brasileiras, e, segundo suas próprias palavras, dava "[...] o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História." (apud FAUSTO, 2013, p. 114). Os efeitos de sua morte também afetariam as eleições seguintes – consolidando a aliança entre os conservadores e o populismo trabalhista, levando Juscelino Kubitschek à vitória – e a política exterior brasileira nos próximos anos – possibilitando uma ruptura com o paradigma americanista e abrindo espaço para a Política Externa Independente (PEI).

O período de quinze meses que precede o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ou JK, apesar de ter mantido uma continuidade na política exterior brasileira, foi marcado por uma instabilidade na política nacional a partir da aliança de udenistas, seguidores de Lacerda, com militares anticomunistas no comando nacional, sendo fortemente criticados,

além da crônica dificuldade de obtenção de financiamento interno (RICUPERO, 2017). Para fins do objetivo desse capítulo, o elemento nacionalista que merece destaque nesse período corresponde à criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955. Vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura e sendo uma continuidade do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), o ISEB "[...] destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional." (ABREU, 2023) e teve papel crucial na consolidação da ideologia do nacional-desenvolvimentismo no país, desde a morte de Getúlio Vargas, através da produção de obras e realização de cursos e conferências.

O nacional-desenvolvimentismo foi a síntese encontrada pelos intelectuais do ISEB para a superação do subdesenvolvimento da realidade latino-americana no período, através da base nacionalista de soberania e autonomia brasileira, tendo o latifundiário agrário-exportador como principal adversário ao desenvolvimento. Diferentemente de trabalhos que, segundo os isebianos, adotavam o culturalismo americano como modelo buscando apenas "interpretar o Brasil", compreendiam o nacionalismo como um processo que circunscreve a história, e não como um "ser" nacional. Logo, dentre algumas das diversas obras duramente criticadas estão "Retrato do Brasil", de Paulo Prado; "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda; e "Interpretação do Brasil", de Gilberto Freyre (SANTOS, 1985). Diferentemente do período Vargas, o ISEB viria a gozar de independência editorial e não se tornaria um mero órgão reprodutor dos ideais políticos nacionais do presente governo ou de seus sucessores, vindo a tecer fortes críticas ao modelo de nacional-desenvolvimentismo de JK e seu desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Logo, o ISEB buscou desenvolver uma ideologia que possibilitasse unificar os interesses nacionais gerais, por meio de um nacionalismo pautado tanto na teoria quanto na prática (DOMINGOS, 2006).

Renato Ortiz (1994) partilha da importância do instituto e da atemporalidade de conceitos desenvolvidos durante o período em que esteve em atividade:

> Quando, nos artigos de jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como "cultura alienada", ou "colonialismo" ou "autenticidade cultural", agimos com uma naturalidade espantosa, esquecendo-nos de que eles foram forjados em um determinado momento histórico e, creio eu, produzidos pela *intelligentsia* do ISEB. Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão da questão cultural no Brasil dos anos 60 até hoje. O livro de Corbisier *Formação e Problema da Cultura Brasileira* é, neste sentido, paradigmático, pois desenvolve filosoficamente uma argumentação que se tornou familiar nos meios do cinema, do teatro, da literatura e da música. Apesar de alguns estudos recentes estabelecerem uma crítica profunda da ideologia dos intelectuais isebianos, o trabalho de Caio Navarro Toledo é pioneiro e abre uma

> perspectiva nova, permanece um descompasso entre a realidade e a crítica, uma vez que os conceitos são articulados no nível político e a crítica é sobretudo de caráter filosófico. [...] O período Kubitscheck se caracteriza por uma internacionalização da economia brasileira justamente no momento em que se procura "fabricar" um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir. Sobre os problemas nacionais. Por outro lado, o golpe de 1964 encerrou, definitiva e autoritariamente, as atividades deste grupo de intelectuais (p. 46-47).

Voltando-se para o período de JK, sua eleição é seguida de uma tentativa golpista, liderada pelo general Henrique Teixeira Lott, após o afastamento do então presidente Café Filho (1954-1955), em decorrência de um ataque cardíaco. Após frustrado o golpe e um estado de sítio de sessenta dias, Kubitschek iniciaria um governo marcado pela inter-relação entre três projetos de sociedade: o nacional-desenvolvimentismo, defendido pelo governo; o ruralista, conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, mais reformista e popular. A presença de diferentes projetos nacionais no período se explica por diversos elementos que favoreceram o desenvolvimento do nacionalismo na década, como a campanha do petróleo, os efeitos do suicídio de Vargas e a necessidade de novas alternativas na política exterior a partir do princípio de soberania nacional brasileira – claros primeiros passos da PEI, ainda sob Café Filho – com a busca de reestabelecer relações com a China e países do bloco soviético europeu (DOMINGOS, 2006).

Comumente chamado de "os anos dourados", o período trazia consigo novas manifestações culturais únicas e de renome, como a bossa-nova, e um otimismo quanto ao futuro encapsulado no lema governamental do Plano de Metas: avançar cinquenta anos em cinco. Dentre projetos ambiciosos no período de JK, a construção da nova capital em Brasília destaca-se no quesito de efeitos de médio a longo prazo na sociedade brasileira. Se inicialmente enfrentou oposição perante o isolamento territorial da classe política – distanciando-a do centro urbano carioca – e os altos custos que, de fato, alavancaram a inflação no período, acabou por dinamizar o mercado interno, pela oferta de empregos durante sua construção, e possibilitou a ligação do Centro-Oeste com outras regiões do país. Todavia, as expectativas de criação de uma "cidade modelo" e com alto grau de planejamento na área urbana, que levaria a um padrão de vida elevado para a população local, não se concretizaram por completo, uma vez que as desigualdades sociais brasileiras ficam nítidas quando a cidade representa, hoje, a maior renda *per capita* do país enquanto está cercada de cidades periféricas com serviços precários e rendas consideravelmente menores (FAUSTO, 2013).

Junto da criação de Brasília, o Plano de Metas inspirou-se nos projetos e diagnósticos oriundos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e foi consolidado pelo Grupo Cepal-BNDE. Com um total de trinta e uma metas, o grosso dos investimentos (mais de 70%) era destinado

ao binômio energia-transportes. Ao mesmo tempo em que o plano apresentou um cumprimento quase que completo da maioria das metas – especialmente na construção de rodovias e no setor elétrico – e resultou numa média anual de crescimento de 9%, entre 1957 e 1961, o aprofundamento do déficit e das despesas governamentais resultou num processo inflacionário, saltando de 20% para uma média de mais de 30% ao final do governo JK, uma vez que o financiamento desses gastos se fez através da emissão de papel-moeda. Ao mesmo tempo, a atração de capitais estrangeiros se apresentava como uma alternativa no período. Com a recuperação das economias europeias e japonesa e incremento na competição com os norte-americanos, apresentava uma possibilidade de financiamento além da dependência de créditos dos EUA. A instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)[155] foi central nesse contexto, alavancando o setor automobilístico brasileiro e permitindo a entrada de mais de 401 milhões de dólares no Brasil, entre 1955 e 1960. Todavia, essa estratégia teve como custo o incremento na dívida externa brasileira, crescendo mais de 700 milhões de dólares no período de cinco anos (RICUPERO, 2017).

Os anos 50 têm como consequência um avanço de divergentes projetos e ideais nacionalistas no país. Enquanto angariava uma base de apoio frente à sua proposta nacional-desenvolvimentista, o governo também recebia acusações de entreguismo frente aos privilégios e na ênfase dada ao capital estrangeiro nesse processo de desenvolvimento industrializante. Nesse contexto, JK buscou distanciar tais acusações a partir de uma diferenciação entre um "nacionalismo saudável" – mais colaborativo e aberto ao outro no processo de construção nacional – e o "discriminador" – que observa o estrangeiro como inimigo e isola o país.

Compreendendo que todo nacionalismo brasileiro tinha como finalidade a superação do subdesenvolvimento, Kubitschek aponta que o problema não residia na "finalidade" desses nacionalismos, mas nos "meios" pelos quais buscavam alcançar o mesmo objetivo. Logo, buscava solucionar a contradição da presença de capital estrangeiro em seu projeto nacional através da dicotomia entre "[...] investimentos estrangeiros em setores que visam desenvolvimento nacional x investimentos estrangeiros em setores que ampliam a condição de dependência". Todavia, o "nacionalismo de fins" de JK encontrava seu limite na permissão da exploração do petróleo nacional pelo capital estrangeiro, justamente por compreender essa temática como objeto de esforço unicamente brasileiro, seja por motivos políticos ou de segurança nacional. Dessa forma, permitia uma política de atração de capitais estrangeiros sem romper com grupos nacionalistas de sua base de apoio (BOTEGA, 2020). De maneira sucinta,

[155] Instrução que favorecia o capital estrangeiro perante o nacional, permitindo a importação de equipamentos e maquinário sem cobertura cambial (RICUPERO, 2017).

> A política do Estado, sintetizada no chamado Plano de Metas, foi um sucesso inclusive no que se refere a um aspecto no qual Vargas falhou: a atração de investimentos privados dos mais diversos países imperialistas, dos Estados Unidos ao Japão, para setores chaves da economia brasileira. Constituiu-se, enfim, o que se convencionou chamar de o "tripé" de uma economia capitalista industrial consolidada: capital estatal, capital estrangeiro e, a "perna fraca", capital particular nacional. A indústria cresceu e se diversificou, com a instalação, no Brasil de um forte setor de bens de capital e de bens de consumo de luxo, este simbolizado principalmente pela fabricação de veículos motorizados. Some-se a isto a forte migração para as cidades; as mudanças na estrutura ocupacional, com a criação de novos postos na burocracia de Estado e nos altos e médios escalões das empresas estatais e particulares; a fundação da nova capital, Brasília; as rodovias que rasgavam o território brasileiro em todas as direções; o impacto simbólico da indústria automobilística; as inovações culturais como a Bossa-Nova, o Cinema-Novo e a arquitetura de Oscar Niemeyer; e – enfim! – a conquista, pela primeira vez, da Copa do Mundo de futebol... Realmente, **parecia haver fortes razões para acreditar que, como afirmou Kubitschek, "o gigante acordou" e que o Brasil estava condenado ao desenvolvimento e – ainda mais – com democracia** (ALMEIDA, 2006, p. 84).

No plano externo, três problemáticas se fizeram presentes: a volatilidade das cotações do café no mercado estrangeiro, fazendo da política de estabilização dos produtos primários uma das principais linhas da diplomacia econômica brasileira; a relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que resultou na ruptura com o órgão após a indecisão frente o plano de estabilização apresentado pelo governo, rendendo manifestações de apoio doméstico frente uma postura "altamente nacionalista"; e a Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, iniciativa do governo que previa não apenas uma maior integração política com outras nações no continente e o combate ao comunismo, mas também atrair a atenção e investimentos norte-americanos para a América Latina. Apesar de a OPA não ter se concretizado, a atenção norte-americana para o continente viria a ganhar novos contornos com a Crise dos Mísseis, em 1962. Contudo, o estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, representou um importante passo na tentativa de maior cooperação, integração e superação do subdesenvolvimento na região (RICUPERO, 2017).

Antes de encerrar-se o período de Juscelino Kubitschek, é importante voltar nossa atenção ao movimento integralista que, posto na ilegalidade durante o Estado Novo, começou a se reorganizar dentro do sistema político, fundando o Partido de Representação Popular (PRP), em 1945. Passando por uma readequação de sua imagem, muitos integralistas adotaram o discurso de que o movimento nunca teria sido puramente fascista e readequaram sua crítica ao sistema liberal pelo conceito de democracia cristã. Logo, os valores puramente cristãos postulados pelo PRP seriam a "verdadeira democracia" a ser defendida, demonstrando a clara reorientação do núcleo do integralismo para moldes de um nacionalismo cristão em detrimento do antissemitismo e flertes abertos com antigos regimes fascistas. Apesar de não obter resultados eleitorais expressivos, o PRP viria a se consolidar como o maior expoente da direita

radical nos anos de 1950 e na primeira parte da década seguinte. Cabe destacar, contudo, que sua presença política se fazia através da participação de coalizões políticas nos estados sulistas, chegando a participar dos governos JK, Quadros e Goulart no Instituto Nacional de Imigração e Colonização e no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, entre 1955 e 1961 (BERTONHA, 2012).

Se o antissemitismo parecia ter sido abandonado, o emblema do sigma continuava a ser o emblema do movimento e, agora, de seu partido político. Mesmo com bases fundacionais antidemocráticas, além da forma solícita com a qual o movimento se ofereceu para auxiliar Vargas no golpe estadonovista (CALIL, 2010), a reabilitação do integralismo no sistema político – juntamente com a anistia dada por JK para militares que participaram da Revolta da Jacareacanga, em 1956 (FAUSTO, 2013) – era mais um indicativo de complacência com crescentes ameaças autoritárias no ambiente político do país. Essa reabilitação seria destruída com o apoio crescente do PRP à atmosfera golpista anterior ao golpe, que se concretizaria em 1964. Mesmo com a extinção de todos os partidos políticos com o Ato Institucional Número 2 (AI-2), o movimento integralista não se dissipou completamente, sendo absorvido pelo partido do governo e ganhando acesso às estruturas da organização governamental:

> Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe de 31/3/1964. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra o presidente João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. **Várias das "Marcha da Família por Deus e pela Pátria" conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado** foi especialmente atuante em São Paulo. [...] **Plínio também colaborou**, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, **na organização do golpe em si**. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, [...] é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os **ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido** (BERTONHA, 2013, p. 145, grifo nosso).

Com apenas duzentos e seis dias de mandato presidencial, o governo de Jânio Quadros (1961), apesar de turbulento, traz transformações consideráveis na arena exterior e na forma como a política externa passaria a ocupar papel relevante no contexto doméstico. A manifestação de tendências que viriam a se consolidar na PEI, como apresentado até aqui, se fiz presente no período de Vargas e JK. Mesmo com um cenário de afloramento do nacionalismo desde a década passada, assim como a presença desses elementos na história, não acomodam a PEI como apenas mais uma política governamental de viés nacionalista com leves alterações. A PEI surge em um contexto bipolar, buscando uma terceira posição que negava a lógica imposta de alinhamento automático com um dos dois polos. Nesse contexto, essa nova

orientação exterior levava em conta novos acontecimentos que desafiavam a bipolaridade: a Revolução Cubana (1959), movimentos de descolonização, a recuperação econômica da Europa e do Japão, a consolidação do bloco soviético e o Movimento dos Países Não-Alinhados. O objetivo central, logo, seria uma política externa para o desenvolvimento, mantendo as relações Norte-Sul, mas buscando novos horizontes na esfera Sul-Sul e Sul-Leste (RICUPERO, 2017).

O núcleo básico da PEI – melhor desempenhado no governo de Jango – segundo Paulo Vizentini (1994), é composto por cinco princípios: [1] ampliação do mercado externo brasileiro através da diversificação de parcerias comerciais e reduções tarifárias; [2] a formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômicos; [3] a coexistência pacífica, através da manutenção da paz e desarmamento generalizado; [4] a não-intervenção em questões domésticas de outras nações, especialmente na questão cubana; e [5] o apoio à emancipação completa de territórios não-autônomos. Dentre as interpretações que explicam a ascensão da PEI, Vizentini propõe explicações na esfera diplomática, econômica e social. As explicações propostas nos eixos vão para caminhos similares, demonstrando uma necessidade de inserção política e econômica do país em um contexto internacional transformado, assim como uma reação nacionalista ao hegemonismo norte-americano na região. Em seu cerne nacionalista, a política externa do período buscou "[...] tornar-se *um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais*, no caso a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo. [...] Esse é o plano que confere sentido ao nacionalismo que marcou o período." (VIZENTINI, 1994, p. 105, grifo do autor).

Como esperado, a política externa iniciada por Quadros causaria alarde frente à sua aproximação com nações socialistas ou não-alinhadas. A visita realizada à Cuba, em 1960, seguida da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior homenagem para cidadãos estrangeiros, gerou revolta entre militares que promoveram uma devolução coletiva de suas medalhas. Apesar de buscar centralizar seu carisma em sinalizações que agradassem tanto à esquerda quanto à direita, Quadros carecia de uma base de apoio político forte e, após a denúncia de Lacerda de que o ministro da Justiça estaria tramando um golpe, o então presidente renunciou ao cargo, em 25 de agosto de 1961. Apesar de seu curto período na presidência, o estilo de política "populista" de Jânio Quadros – adotando vestimentas e costumes mais próximos do "povo", assim como uma energia política demasiada em questões supérfluas, como proibição de biquínis em praias – marcou o período e viria a ser cada vez mais explorado em futuros governos (FAUSTO, 2013). Após a presidência interina de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, o vice-presidente assume a presidência – com poderes

reduzidos – após retornar de viagem diplomática à China, dando início ao governo de João Goulart (1961-1964).

Em um contexto de crescente radicalização no debate político, militares tentam impedir a posse de Jango, alegando que sua visita aos chineses o colocava sob suspeição. A saída encontrada foi a adoção de um sistema parlamentarista em 7 de setembro, colocando Tancredo Neves na direção e o deputado do PTB, San Tiago Dantas, no Ministério das Relações Exteriores (MRE). No âmbito doméstico, a mobilização de organizações populares de esquerda e a sinalização governamental de abordar reformas sociais importantes acabaram por distanciar gradativamente o apoio da burguesia industrial, frustrando qualquer possibilidade de uma aliança entre o Estado, indústria e trabalhadores na construção de um projeto nacional. No meio político-civil, ocorreram rupturas dentro da própria esquerda, em decorrência do relatório Kruschev[156], além do surgimento de frentes nacionalistas mais agressivas, e opostas à Jango, em outros partidos. No eixo militar, a insatisfação e suspeitas contra Jango eram crescentes, fosse da ala entreguista ou nacionalista. Além disso, as eleições para governadores e congressistas pioraram ainda mais a situação do presidente, com um avanço considerável da centro-direita nos governos estaduais (GOMES, 2013).

Nos quase quatro anos desse período que precedem sua extinção, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, juntamente com o PCB e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), contribuíram para um desdobramento do conceito do nacional-desenvolvimentismo: o nacional-reformismo. Esse desdobramento se justificava pela postura do governo Goulart em compreender a necessidade de interferência estatal nas principais reformas de base no país, tendo a sistematização da PEI, da criação do 13^0 salário, do Estatuto do Trabalhador Rural e da criação da Eletrobrás como fins para o objetivo desenvolvimentista. Cabe destacar que o teor dessas reformas sociais e econômicas, tanto na prática quanto no discurso, não promovia políticas socialistas e visava a manutenção do capitalismo em prol do desenvolvimento. Contudo, como já destacado até aqui, a radicalização política no período gerava reações contrárias dos setores conservadores políticos e da burguesia industrial. Além disso, a deterioração das relações com os norte-americanos não tinha como ponto de partida apenas uma aversão ao possível "avanço comunista" com a presidência de Jango, mas sim no caráter de um nacionalismo mais autônomo, e menos alinhado, que o país vinha adotando, tornando incertos

[156] Relatório divulgado por Nikita Kruschev no qual acusava o antigo líder, Joseph Stalin, do uso indiscriminado de violência, processos fraudulentos e execuções de adversários. A divulgação do documento gerou uma ruptura no PCB, criando o PC do B (Partido Comunista do Brasil) (FALCÃO, 2011).

os futuros passos do país, na percepção de Washington, em uma zona de alta influência (DOMINGOS, 2008).

Com a volta do presidencialismo em 1963, tanto a situação econômica quanto a radicalização política pareciam se acentuar após uma sucessão de trocas no Ministério da Fazenda, trazendo uma sensação de inação administrativa frente a uma inflação que já beirava os 80%. No contexto da já citada *Operation Brother Sam*, a administração Kennedy, em apenas dez meses de governo Goulart, já começou a planejar a possibilidade de remover o presidente pela via do golpe militar, escolhendo pela opção de "tentar mudar sua orientação política e econômica" uma vez que faltavam aos opositores a "capacidade e a vontade de derrubá-lo" (RICUPERO, 2017).

Todo esse contexto dificultou a realização do Plano Trienal, proposto pelo ministro Celso Furtado, uma vez que já encontrava um cenário econômico adverso e os opositores que tinham mais voz na sociedade acabaram por se fazer mais ouvidos. Goulart chegou até mesmo a ser criticado pelo próprio PTB e Leonel Brizola, frente à implementação ineficaz de reformas e à tendência do governo em descartar a via democrática para a solução de crise, declarando um estado de sítio fracassado, em outubro. No ano seguinte, Jango fez uso dos dispositivos militares e sindicais para realizar reformas de base, realizando diversas demonstrações públicas para demonstrar a força e apoio às reformas. O "comício da Central", realizado em 13 de março, reuniu 150 mil pessoas, contando com manifestantes portando bandeiras vermelhas e faixas que exigiam a reforma agrária e urbana, causando espanto nos setores conservadores que viram as imagens na televisão. Consequentemente, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada após seis dias e pelos setores mais conservadores, contou com 500 mil participantes que deixavam claro seu repúdio e temor com o governo Goulart – sinalizando uma base de apoio popular para a empreitada militar (FAUSTO, 2013).

Frente a episódios de desafios à disciplina hierárquica no âmbito militar – especialmente na Revolta dos Marinheiros e o apoio prestado por Goulart –, o restante da esfera legalista do Exército acaba por abandonar sua confiança no presidente. Jango, em seu último discurso proferido no cargo, participa da reunião do Automóvel Clube da Associação dos Sargentos Suboficiais da Polícia Militar como última tentativa de contornar o cenário de crise institucional. Todavia, os preparativos para o golpe já estavam em curso:

> O encontro com os sargentos aconteceu em 30 de março. Nessa mesma data, o coronel Vernon Walters relatava em mensagem ultrassecreta os detalhados preparativos do iminente golpe de Estado. O movimento deveria ocorrer naquela semana e esperava-se que partisse de São Paulo, mas, na realidade, detonou horas depois, como se sabe, em Juiz de Fora. No dia 31 de março, em telefonema de cinco minutos cuja gravação

> se pode hoje ouvir na internet, o subsecretário de Estado George Ball informava ao presidente Lyndon Johnson que a rebelião principiara no Estado de Minas Gerais. Com a devida prudência, o presidente concedia o sinal verde para desencadear a operação Brother Sam, que, de qualquer modo, dependeria da chegada da força-tarefa à costa carioca em 12 de abril. Muito antes dessa data, na madrugada do 1º de abril, o embaixador Gordon informava: "it is '95% over'. Branco has taken over Rio. He has told us that he doesn't need our help", isto é "[o golpe] está 95% 211omplete. [Castelo] Branco tomou o Rio. Ele nos disse que não precisa de nossa ajuda" (RICUPERO, 2017, p. 469).

Com o exílio de Jango no Uruguai, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, mais uma vez assume a presidência interinamente entre 2 e 15 de abril, quando o período ditatorial se inicia oficialmente. Novamente, mais um período republicano – o quarto até aqui – encerra-se mediante uma ruptura democrática, em grande medida articulada pela cúpula militar. Esse período representou o "momento nacionalista" no país, uma vez que o debate não apenas mais se restringia aos meandros políticos, mas passou a estar inserido também na sociedade civil. Mesmo que sob abordagens distintas, essa seção demonstrou um claro amadurecimento do pensamento nacionalista brasileiro, tendo como ápice a Política Externa Independente, com San Tiago Dantas, e as teses do nacional-desenvolvimentismo. Diferentemente de outros períodos, as tentativas de transitar internacionalmente além do bloco norte-americano se explicam pela busca de autonomia nacional. Na esfera política, o período também demonstrou que o apelo político do populismo viria a ser cada vez mais um fator determinante na manutenção da liderança presidencial – especialmente em tempos de crise.

Por fim, o golpe de 1964 já se apresentava como uma profecia autorrealizável perante inúmeros episódios golpistas em governos e ciclos eleitorais anteriores. Um aspecto da identidade nacional que apresentava uma lacuna no período, e que persiste até hoje, seria a construção de uma memória nacional acerca desses episódios. A constância de anistias concedidas para esses militares afastou qualquer sensação de constrangimento ou punição deles nesses episódios, além de permitir, cada vez mais, uma presença e participação de militares nas dinâmicas políticas e econômicas do país. Quase que como um "quarto poder" no período, os militares finalmente alcançavam a posição hierárquica na política nacional que tanto almejaram nas últimas décadas.

4.5 As Ditaduras Militares (1964-1985)

Se não havia um projeto nacional unificado e unânime dentro da sociedade, a mesma dinâmica se fez presente entre militares e, como será demonstrado mais adiante, projetos viriam a ser alterados por decorrências econômicas e, principalmente, pela crescente pressão popular

e política perante o acirramento da violência praticada por autoridades do Estado. As alas militares, segundo Ricupero (2017), eram compostas de um lado pelos membros da Escola Superior de Guerra (ESG). Mais intelectualizados, americanistas e liberais na via udenista, tinham como representantes o próprio Castelo Branco, Cordeiro Farias e Golbery do Couto e Silva, enquanto do outro lado, "[...] 'generais da tropa', Costa e Silva, Garrastazu Médici, Orlando Geisel[157], adeptos da 'linha dura', herdeiros da tradição nacionalista do Exército." (p. 480).

O governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) inicia-se com uma aliança heterogênea que reunia líderes políticos, religiosos e empresariais, elites, militares, civis e movimentos populares a partir do receio de implementação das reformas de base, do governo anterior. A perspectiva dessa base de apoio foi de que o golpe militar, longe de ter sido um atentado contra a democracia, foi realizado em caráter defensivo, razão pela qual havia expectativa de que o calendário eleitoral – com eleições presidenciais em 1965 e para o Congresso e governadores no ano seguinte. Cabe destacar que, mesmo com o afastamento de parlamentares da esquerda, Castelo Branco conquistou 361 votos no parlamento, inclusive do PSD e de JK, que viria a ser cassado, juntamente com outros 39 parlamentares, ainda em junho do mesmo ano (REIS, 2014).

As expectativas de retorno ao sistema democrático foram, ainda em 1964, ceifadas, quando a Emenda Constitucional nº 9 foi aprovada, prorrogando o mandato presidencial até 1967. Ainda em setembro, foi possível observar uma reação opositora ao governo, com jornais liberais, como o Correio da Manhã, liderando campanhas contra perseguições políticas e torturas. Contudo, a institucionalização do controle informacional se fez na criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), ainda em 24 de setembro, tendo como "[...] finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional." (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2023). Seu primeiro ano de mandato já se encerraria com 203 denúncias de tortura e outras 20 de mortes, mandatos cassados e com a UNE colocada na ilegalidade. Até o final de seu governo, Castelo Branco promulgou três atos institucionais: o AI-2 (27 de outubro de 1965), dissolvendo partidos, estabelecendo a eleição presidencial indireta, permitindo à Justiça Militar processar civis acusados de crimes políticos e a adoção do bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido de sustentação da ditadura, e a oposição controlado do Movimento Democrático Brasileiro

[157] Apesar de ser da linha dura, seu irmão mais novo, Ernesto Geisel, não era.

(MDB); o AI-3 (5 fevereiro de 1966), promulgando a eleição indireta de governadores estaduais e prefeitos; e o AI-4 (7 de dezembro de 1966), que tinha como objetivo organizar e discutir a criação de uma nova Constituição, mais alinhada ideologicamente ao projeto militar ditatorial, que substituiria a de 1946 (REIS, 2014).

Na esfera econômica, o primeiro governo militar tinha como objetivo a estabilização de preços perante a alta de 69,26% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), em 1964. Apesar de não apresentar resultados no ano seguinte, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), apresentado por Roberto Campos, surtiu efeitos a partir de 1966, com um crescimento baixo e a perda de impulso da alta de preços, às custas de cortes no crédito e arrocho salarial (SINGER, 2014). Frente à Lei Antigreve (1964), e buscando reduzir os custos de demissões de trabalhadores e financiar a construção de imóveis, o governo cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, derrubando o pilar da estabilidade no emprego postulada na CLT (FONTENELLE, 2017). Ainda podendo optar entre a estabilidade e o Fundo perante a lei, na prática, empresas passaram a contratar aqueles que renunciaram à estabilidade. Para convencer o trabalhador das benesses do FGTS, o governo fez uso de peças publicitárias que elencavam o valor meritocrático no trabalho, os êxitos de militares em governos passados e, seguindo um dos objetivos na criação do Fundo, o financiamento na construção de imóveis pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), conforme a Figura 8.

Pela ala militar castelista ter como uma de suas bases os segmentos da burguesia brasileira associados ao capital estrangeiro e o empresariado dependente do mercado externo, o governo contou com uma reaproximação dos norte-americanos, obtendo volumosos empréstimos para o país. O elemento do americanismo – uma maior aproximação ideológica dos EUA – seria o marco da política externa de Castelo Branco, capturada na frase do embaixador brasileiro em Washington, o general Juracy Magalhães, de que o que seria bom para os norte-americanos seria bom para o Brasil. Contudo, o cálculo de erro da diplomacia castelista foi que, quanto mais o Brasil colaborava, cada vez menos se fazia necessário aos norte-americanos retribuir financeiramente, frustrando a expectativa de vir a se tornar um "aliado preferencial" para recursos e abertura a produtos brasileiros (CRUZ, 2008). Todavia, é importante ressaltar que o elemento nacionalista presente nas Forças Armadas no período impede classificar essa aliança como puramente ideológica ou entreguista, uma vez que uma das fontes de inspiração da diplomacia do governo era a doutrina dos "três círculos

concêntricos”[158], do general Golbery, um dos ideólogos do golpe (RICUPERO, 2017). Dada a postura de convergência com Washington e o contexto da Guerra Fria,

> No tocante à política externa, o Brasil adotou uma postura de convergência com a Casa Branca: rompeu relações diplomáticas com Cuba e a China socialista (1964); participou da intervenção norte-americana na República Dominicana (1965) e opôs-se à proposta chilena de criação de um mercado comum latino-americano que excluísse os EUA (1965). Posteriormente, respaldou a proposta de criação da Força Interamericana de Paz (FIP), que seria formada por militares de todos os Estados do continente e comandada pela OEA, com poderes para intervir em qualquer país da região onde a “paz” estivesse ameaçada. A ideia foi rejeitada por vários governos latino-americanos (Chile, México, Venezuela), com os quais o Brasil teve atritos diplomáticos (CRUZ, 2008, p. 58).

Figura 8: Propaganda do governo Castelo Branco favorável ao FGTS



Fonte: Fontenelle (2017).

[158] Sob tal doutrina, as prioridades brasileiras partiriam de dentro para fora, iniciando-se com a América Latina e o aproveitamento hidrelétrico e a disputa na Bacia do Prata, seguidos pelos EUA e o Ocidente e, por fim, o restante do mundo (RICUPERO, 2017).

Com a institucionalização do modelo autoritário na Constituição de 1967, o governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969) representou o primeiro governo militar comandado por um membro da chamada "linha dura" do Exército. Mesmo com a melhora econômica, os movimentos de contestação da ditadura ganhariam novo momentum com o início de passeatas, em 28 de março de 1968, perante a morte do estudante secundarista Edson Luís pela Polícia Militar (PM) do estado de São Paulo, sofrendo forte repressão governamental. Logo, ao mesmo tempo em que a ditadura enrijecia seu caráter repressor, novos atores de oposição viriam a contestar o atual sistema através da luta armada, como no caso da Ação Libertadora Nacional (ALN)[159], o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)[160] – este último sendo a fusão de militares nacionalistas expulsos das Forças Armadas e grupos socialistas. Frente ao crescimento de ações armadas – somando cinquenta entre 1966 e 1969 – e movimentos de repúdio ao governo, como a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro (REIS, 2014), o Ato Institucional n^0 5 (AI-5) é aprovado, em 13 de dezembro de 1968. Considerado como um "golpe dentro do golpe", o AI-5 previa a suspensão de direitos políticos e do *habeas corpus* e maiores poderes ao Executivo, dando a possibilidade de fechamento do Congresso a qualquer momento e poder de intervenção em estados e municípios. Em seu preâmbulo, busca justificar os subsequentes efeitos colaterais do Ato como oriundos de uma tentativa de resguardar os valores da "revolução de 1964" frente a atores "subversivos", deixando claro que os militares se viam "obrigados" a adotar tais medidas:

> CONSIDERANDO, no entanto, que **atos nitidamente subversivos**, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, **comprovam que os instrumentos jurídicos**, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, **estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la**;
>
> CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de **medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução**, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;
>
> CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, **obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição** (Diário Oficial da União, 1968, p. 2-3, grifo nosso).

[159] Com Carlos Marighella – considerado "inimigo número um" pelo governo – como cofundador.
[160] Formada em 1966, teve como um de seus comandantes notórios o militar desertor, Carlos Lamarca. Assim como Marighella, Lamarca viria a se tornar uma das principais figuras do movimento da guerrilha revolucionária.

De forma sucinta, a principal consequência do Ato foi a institucionalização da tortura e da execução por agentes do Estado e início dos chamados "anos de chumbo" (1967-1974), sendo o período com mais da metade das 180 mortes oficiais da Ditadura Militar como um todo (ANDRADE, 2014). Paradoxalmente, 1969 também foi o ano de início do "milagre econômico" do período ditatorial. Pelo viés nacionalista da linha dura, foi retomada a herança varguista do Estado – aqui sem participação popular – como promotor e regulador da política, economia e cultura, preservando estruturas corporativas pela suscetibilidade dessas ao controle do Estado. Nesse sentido, Delfim Neto, Ministro da Fazenda, buscou incrementar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) através da criação de um sistema de crédito de longo prazo para transações imobiliárias, sendo adaptado posteriormente ao comércio de bens duráveis. Logo, o "milagre" se deu por conta do extraordinário crescimento anual no período – sendo o mais baixo de 9,5% do PIB, em 1969, e o crescimento mais alto de 14%, em 1973. Além disso, o governo buscou subsidiar a exportação brasileira, isentando-a de determinados impostos. Por fim, a criação da Comissão Interministerial de Preços (CIP), reajustando preços para acompanhar a inflação – mantendo-a em declínio no período (SINGER, 2014).

No âmbito da política exterior, pela necessidade de lidar com exigências comerciais de balanço de pagamentos e de mercados do Brasil, o governo Costa e Silva mitiga o fervor ideológico americanista de seu antecessor, buscando melhores condições nas trocas internacionais por meio do enfrentamento com nações industrializadas. Guiando-se pela doutrina de interesse nacional, o Brasil buscava espaços no sistema internacional, oriundo do contexto da Guerra Fria, através de acordos bilaterais – especialmente no denominado "terceiro mundo". A recusa em assinar o Tratado de Não Proliferação (TNP) de armas nucleares foi a decisão que melhor expressou a busca por uma autonomia brasileira para além do mero alinhamento norte-americano. Todavia, a carga ideológica não escapou das votações do país na ONU, enxergando lutas anticolonialistas e o apartheid na África do Sul, por exemplo, pela perspectiva Leste-Oeste, seguindo por muitas vezes o mesmo voto dos norte-americanos (SILVA, 2014).

A problemática que iniciou o "fim da lua de mel" com os Estados Unidos foi justamente o enrijecimento do regime ditatorial, indesejável para os norte-americanos que esperavam tornar o Brasil em um exemplo na região da Aliança para o Progresso. Se com Castelo havia uma tranquilidade de Washington, com Costa e Silva essa tranquilidade transformou-se em dúvida e, com a implementação do AI-5, a ruptura:

> Enquanto puderam lidar com pessoas *like-minded* no poder, com valores e opiniões semelhantes, gente como Castelo, Roberto Campos, Juracy Magalhães, os americanos

> tapavam o nariz e fingiam acreditar que estavam no caminho certo. Quem lê as comunicações secretas trocadas nos primeiros tempos entre a embaixada de Gordon e o governo em Washington **impressiona-se com o grau de intimidade do envolvimento americano na reconstrução das instituições brasileiras**. Certos telegramas programáticos de quase cem páginas chegam a descer a detalhes como o salário que se deveria pagar a professores do ensino fundamental! Aos poucos, as dúvidas convertem-se em desapontamento, e este conduz ao desengajamento gradual em relação ao regime que haviam contribuído para criar. As últimas ilusões desaparecem com o fortalecimento da linha dura e a escolha de Costa e Silva. **O AI-5 apenas confirmou publicamente a ruptura, por meio da condenação do Departamento de Estado e o anúncio da suspensão da ajuda americana**. Ao se dizer, corretamente, que Costa e Silva iniciou o distanciamento em relação a Washington, convém lembrar que o **divórcio se deu por mútuo consenso (e iniciativa),** uma vez que os Estados Unidos tampouco se dispunham a continuar associados a regime dominado pela linha dura (RICUPERO, 2017, p. 490-491, grifo nosso).

Mediante o nacionalismo do período, Costa e Silva merece atenção especial por marcar o ponto de partida dos principais aparatos de repressão dentro do SNI, que permitiriam levar a cabo o projeto militar: o AI-5, já citado; a Operação Bandeirante (OBAN), centro de informações que integrava a polícia e militares com o intuito de combater dissidências armadas e sistematizar técnicas de tortura, sequestro e execução de opositores; e a criação, a partir da OBAN, do DOI-CODI, a unificação dos Destacamentos de Operações e Investigação (DOI) e dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI), um dos maiores símbolos da repressão militar (REIS, 2014; D'ARAUJO, 2024). Ao priorizar o desenvolvimento econômico em última instância, o projeto desenvolvimentista e modernizador dos governos ditatoriais seria pautado em uma lógica tecnocrática, priorizando uma concepção autoritária e produtivista na esfera econômica, cultural e educacional. Logo, apenas através da repressão violenta o projeto tecnocrático seria alcançado.

> Portanto, a defesa dos intelectuais orgânicos da ditadura militar sobre o papel dos tecnocratas no âmbito do Estado brasileiro estava diretamente relacionada à supressão das liberdades democráticas e à célere modernização das relações capitalistas de produção, isto é, sem democracia era impossível criticar, fiscalizar e controlar as decisões econômicas e sociais adotadas pelos tecnocratas, em relação às políticas implementadas pelos governos que se sucederam entre 1964 e 1985. A consequência daí derivada foi **a institucionalização do tecnicismo como ideologia oficial de Estado**. [...] Ou seja, o regime militar primou por estabelecer um governo de técnicos, com base no fortalecimento centralizador do Poder Executivo e pautando as ações administrativas pelo primado do econômico sobre os aspectos políticos e sociais. Neste contexto, a ideologia tecnicista serviu como um invólucro mistificador do projeto "Brasil Grande Potência" que os governos dos generais-presidentes utilizaram para justificar a supressão das liberdades democráticas e, por conseguinte, a repressão política que se abateu contra as tendências oposicionistas. Assim, **a propensão em transformar o Estado aos moldes de uma grande empresa**, gerenciada por técnicos que absorvessem as funções da política pela dita eficiência que eles representavam, constituiu-se no *leitmotiv* da ideologia tecnicista que embalou o regime militar. No tocante à questão educacional, os tecnocratas defendiam como pressuposto básico a aplicação da "teoria do capital humano", como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. A tecnocracia

> brasileira era filiada aos ditames emanados da "escola econômica" sediada na Universidade de Chicago (EUA) e, portanto, afeita às teorias aplicadas à educação desenvolvidas por Theodore W. Schultz (1902-1998). Para ele, a "instrução e a educação" eram, antes de tudo, valores sociais de caráter econômico. Portanto, a "instrução/educação" é considerada como um "bem de consumo", cuja principal propriedade é ser "um bem permanente de longa duração" [...] (FERREIRA JR; BITTAR, 2008).

No período que precedeu o afastamento de Costa e Silva, decorrente de seu adoecimento, a lógica de escalação da violência estatal resultaria, em contrapartida, em medidas cada vez mais desesperadas e violentas da guerrilha. O episódio do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, por guerrilheiros do MR-8 e da ALN, em 4 de setembro, marcou o primeiro episódio de tentativas de elevar o poder de barganha da resistência frente à ditadura. Apesar de terem obtido a liberação de quinze presos políticos pela devolução segura do embaixador, os subsequentes Atos Institucionais n^0 13 e 14 (AI-13 e AI-14), baixados dias após o fim do sequestro, institucionalizavam a pena de morte no Brasil e o banimento dos presos políticos soltos após o episódio. Ainda no mesmo mês, Virgílio Gomes da Silva, o comandante do sequestro, viria a se tornar o primeiro desaparecido político da ditadura, sendo torturado e morto nas dependências do OBAN. Após o afastamento de Costa e Silva, ocorre mais um golpe dentro do golpe: a impossibilidade de que o vice-presidente eleito indiretamente, Pedro Aleixo, ascendesse ao posto, por conta do estabelecimento de uma junta militar entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Nesse sentido, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) inicia-se em um contexto favorável ao projeto nacionalista tecnocrático dos militares e viria a representar o apogeu da ditadura, seguindo o modelo de desenvolvimento econômico e mantendo Delfim Neto na Fazenda (REIS, 2014).

Mesmo com a totalização de mais de mil denúncias de tortura ao final de 1969, o enfraquecimento da luta armada, juntamente com o assassinato de lideranças como Marighella e Lamarca, e a repressão aos dissidentes – sejam membros da Igreja Católica ou ex-parlamentares, como o assassinato de Rubens Paiva –, o crescimento e a forte máquina propagandística do período legitimaram, segundo Ricupero (2017), o poder político de Médici através do bom desempenho econômico. Diferentemente do DIP no Estado Novo, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da ditadura buscou apoiar-se em um caráter mais "apolítico" com o público. O intuito não era mobilizar totalmente ou invadir o cotidiano do brasileiro, razão pela qual campanhas oficiais tinham um caráter menos explícito de serem oriundas do Estado e buscavam transmitir uma aparente normalidade, avanços modernizantes e o patriotismo nacional (SCHNEIDER, 2017). No trabalho "Toalhas, revistas e uma bicicleta:

o milagre econômico nas páginas publicitárias", Raquel Cartoce (2023) evidencia o caráter propagandístico menos direto que marcou o período:

> [...] a aliança entre a iniciativa privada (a empresa que assina o anúncio) e o governo (a frase do presidente) teria se provado como a combinação ideal para a promoção do progresso do país evidenciado no "milagre" e expresso na questão da integração nacional. Ainda que o interesse da anunciante em promover determinados valores caros à ditadura seja bastante evidente nesse caso, essa não era uma exceção. Temas como integração nacional, o progresso do país, a relação entre o governo e a iniciativa privada e o próprio "milagre econômico" eram bastante recorrentes em anúncios de empresas as mais variadas, expressos em slogans e títulos como "O desenvolvimento brasileiro não é encargo exclusivo do govêrno. Agora nós também ajudamos", do banco Halles, ou "Combustível do progresso", da distribuidora de gás Supergasbras. Delfim Netto se tornou garoto-propaganda de diversos anúncios, como o da petrolífera Ipiranga, que estampou uma grande ilustração do ministro junto ao título "O homem do destino", e frases atribuídas a Médici ocupavam lugar de destaque até mesmo em anúncios de diesel (p.129).

Acerca dos raros anúncios produzidos diretamente pelo governo, a autora aponta que não havia fotos de lideranças militares ou assinaturas de nomes nas peças, demonstrando a compreensão da AERP na ineficácia de propagandas "chapa-branca". Contudo, era "[...] possível notar a presença de diversos assuntos espinhosos ao regime ditatorial nos anúncios publicitários da época. Censura, golpe de Estado, guerrilhas e até mesmo a tortura foram temas de anúncios de tapetes, roupas e móveis." (CARTOCE, 2023, p. 137), mesmo que de forma implícita ou jocosa. Além da propaganda, o fervor nacionalista se faria presente na conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol (1970) e nas Festas do Sesquicentenário da Independência (1972) – sendo o último o ponto alto da popularidade de Médici (RIDENTI, 2014).

O cinema nacional também foi alvo de interesse do período militar. Ainda com Castelo Branco, a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC), em 1966, marcou uma nova era no cinema nacional, agora não mais voltado apenas para o viés educativo. No período Médici, o INC seria absorvido pela recém-criada Embrafilme (1969), implementando medidas protetivas ao mercado cinematográfico nacional e elevando as cotas de exibição nacional, alcançando 84 produções apenas em 1976. Similar à abordagem no meio propagandístico, o Estado adota uma linha de neutralidade, se opondo ao esteticismo e ao cinema ideológico, e adotando uma atitude industrialista do cinema brasileiro. Por conta dessa visão do cinema como mercadoria, o movimento do Cinema Novo viria a se desenvolver no período, se marginalizando da indústria cinematográfica promovida pelo governo e promovendo reflexões das condições humanas do povo, presente nas diversas obras do cineasta Glauber Rocha (ORTIZ, 1994).

Um fato simbólico, mas que merece atenção no período, foi a substituição do nome oficial da nação, passando de "Estados Unidos do Brasil" para "República Federativa do

Brasil", em 1969 (Emenda Constitucional Nº 1, 1969). No primeiro momento, fica claro que a alteração se deu como uma tentativa de evitar similaridades com o nome dos vizinhos ao norte do hemisfério. Todavia, ao mesmo tempo em que era uma tentativa de reafirmação de autonomia do país – uma projeção de uma reafirmação nacionalista –, o novo nome não retratava a realidade doméstica: longe de ser uma república, muito menos federativa. Essas aparentes contradições, na realidade, detêm certo grau de intencionalidade nos governos militares, buscando uma projeção internacional que beneficiasse a imagem no exterior e auxiliasse no desenvolvimento nacional – mesmo que essa projeção estivesse claramente oposta ao real contexto doméstico.

Se com Costa e Silva o avanço estatal na economia havia criado 46 estatais em dois anos, Médici seguiria a tradição da linha dura com a criação de 76 empresas estatais, dando origem a grandes conglomerados de centenas de firmas, como a Vale do Rio Doce – buscando principalmente a autonomia nacional em áreas sensíveis – e resultando na consolidação de um novo tentáculo do regime: a "burguesia estatal". Projetos econômicos, como a ponte Rio-Niterói (1974) e a construção da rodovia Transamazônica a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), seriam colocados como símbolos de triunfos nacionalistas de modernização. Entretanto, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) também previa o fortalecimento das empresas privadas de capital nacional e um caráter de tutela do Estado com as multinacionais (CRUZ, 2008). Sob o ponto de vista exterior, também seguiu os mesmos passos de seu antecessor, atenuando-se o isolamento em detrimento do acirramento da repressão. Nesse sentido, a diplomática possível buscava uma maior cooperação com nações vizinhas, culminando na assinatura do Tratado de Itaipu (1973) que daria início ao processo de construção da hidrelétrica Itaipu Binacional. Correspondendo ao maior trunfo da diplomacia de Médici, institucionalizando uma cooperação com o Paraguai e sanando parte da problemática de autonomia energética (RICUPERO, 2017).

A presidência de Ernesto Geisel (1974-1979) é marcada pela derrocada do milagre econômico em decorrência da crise do petróleo, no ano anterior. Frente ao acúmulo de críticas com os desrespeitos sumários de direitos humanos, o surpreendente avanço da oposição do MDB nas eleições de 1974 e a alta popularidade ainda no governo de Médici – com excelentes resultados eleitorais do ARENA –, Geisel e Golbery do Couto e Silva, seu principal assessor – ambos opositores da linha dura –, começam a elaborar, ainda em finais de 1973, um projeto de restauração democrática que, mais tarde, seria sintetizado no bordão "abertura lenta, gradual e segura". Logo, a ideia seria uma retirada da arena política, ao mesmo tempo em que o Estado ainda mantinha controle final do processo, e uma ofensiva econômica na tentativa de manter o

ritmo do milagre, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – mantendo a linha nacional desenvolvimentista –, lançado ao final de 1974 (REIS, 2014).

O plano, ao contrário do movimento de adoção de medidas restritivas de outros Estados, contava com a possibilidade de um novo ciclo de endividamento para manter o impulso desenvolvimentista do governo, enquanto os juros ainda não haviam subido significativamente. Na área de infraestrutura, previa a ampliação da malha rodoferroviária e da rede de telecomunicações, além da constituição de um modelo para a produção e comercialização agrícola. A estruturação de um poderoso setor de bens de produção nas indústrias siderúrgica e química e expansão energética para além do petróleo e hidrelétrica – como a energia nuclear e o etanol – razão pela qual também foi intitulado por Geisel como "Projeto Brasil-Potência". Mesmo garantindo taxas de crescimento altas – ainda que bem abaixo dos governos anteriores – a dívida externa brasileira saltou de US$ 14,9 bilhões para US$ 55,8 bilhões e a inflação também disparou: de 15,54% para 40,81%. Destarte, com uma balança de pagamentos desequilibrada, o governo se vê obrigado a reduzir projetos de investimento – mas não sem antes proibir o termo "recessão" dos meios de comunicação (MARINGONI, 2016). Longe de ser um completo sucesso ou fracasso, o plano foi responsável por transformações que ditariam os rumos do regime e que reverberam até hoje:

> Em menor proporção, o Projeto Brasil-Potência deu início ao complexo financeiro-industrial, composto por grandes grupos econômicos nacionais, entre eles: bancos, supermercados, indústrias, siderúrgicas, etc. [...] a busca de recursos pelo governo estimulou a especulação financeira em decorrência da baixa economia mundial e fez com que uma das diretrizes do projeto, fortalecimento da empresa privada, fosse deixada de lado. [...] A classe média e a popular, perceberam durante esse processo que, para ter direito à expressão e lutar pelas suas convicções, era necessário um diploma de nível superior, o que abriria novas possibilidades de trabalho tanto em empresas privadas, nacionais e multinacionais, quanto em estatais. Intensificou-se o processo de assalariamento, com base na modernização dos produtos e no desejo da classe em consumir. A mudança de visão socioeconômica das camadas média e popular, aliada à insatisfação com as medidas tomadas em relação ao ensino superior, que não atingiu o esperado pela maioria, fez com que aumentasse a oposição ao regime militar [...] (CARNEIRO et al., s.d., p. 11-12).

Como esperado, a participação política do regime ainda perdurou com episódios sistemáticos de violência sistemática, sendo importante destacar os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, morto em sessão de tortura, do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como "Osvaldão" – morto em Araguaia e tendo sua cabeça exposta numa base militar – do ex-presidente Juscelino Kubitschek[161] – divulgado na época como um acidente de

[161] O relatório da Comissão da Verdade Vladimir Herzog concluiu que os indícios da morte de JK apontam para um planejamento antecipado por agentes da ditadura (Comissão Nacional da Verdade, 2014). Fato curioso foi que

ônibus – e de grande parte do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, jamais envolvido na luta armada ou em seu financiamento. Contudo, a subestimação da inflação – passando esta a ser medida pelos preços oficiais e não os praticados de fato no mercado consumidor – e a constante elevação do custo de vida resultaram em maiores pressões para o governo Geisel, culminando na volta do movimento operário com a primeira greve sindical desde o AI-5. Encabeçada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e liderada por Luís Inácio Lula da Silva, a primeira de uma série de greves ocorreu na fábrica da Saab-Scania em São Bernardo do Campo, espalhando-se para noventa indústrias metalúrgicas do ABC paulista. A efetividade do movimento ficou clara pela solidariedade entre os mais de 500 mil trabalhadores, de mais de quatrocentas empresas no estado, e a desobediência direta ao AI-5 (SINGER, 2014).

Além da pressão externa, com a eleição de Jimmy Carter sob uma plataforma de respeito aos direitos humanos – com a elaboração de um relatório que condenava a ditadura militar que resultou no subsequente rompimento do acordo militar com os norte-americanos, por parte de Geisel em 1997 – o governo viria a enfrentar uma nova série de protestos estudantis após a prisão de operários e estudantes e como reação ao Pacote Abril (1977), que foi precedido pelo fechamento do Congresso e resultaria no adiamento da abertura, na criação do cargo de "senador biônico" – indicado pelo presidente – e na reforma do Judiciário, como uma tentativa de aumentar a presença da ARENA e pulverizar a oposição no Legislativo. Mesmo na cúpula militar, Geisel sofreria com constantes críticas da linha dura que levariam o general Sylvio Frota – então Ministro do Exército – a tentar um "golpe dentro do golpe", pelo descontentamento da ala militar frente ao processo de abertura, sendo exonerado logo em seguida (REIS, 2014).

No âmbito exterior, em meio ao fim do milagre e com a necessidade de se fazer divisas para arcar com a dívida externa, a promoção de exportações explicou a diversificação de parcerias internacionais no período. A aproximação de nações africanas, com o reconhecimento do governo socialista na Angola[162] e o rompimento com a tradição colonialista europeia no continente – reinstituída nos momentos iniciais pós-1964 –, o reestabelecimento de relações com os chineses e a intensificação de relações com nações socialistas, especialmente com os soviéticos, são razões que levam à classificação de sua política externa, segundo Letícia Pinheiro (2004), de um "pragmatismo responsável". O "pragmatismo" se deu justamente pelas necessidades de manutenção do projeto econômico, enquanto o aspecto "responsável" se deu

o governo viria a decretar um luto oficial de três dias após seu velório reunir mais de 100 mil pessoas, em Brasília (RICUPERO, 2017).

[162] O Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).

pela superação de fronteiras ideológicas sem causar grandes distensões com os norte-americanos; pelo menos até a presidência de Carter, em 1977.

Talvez o projeto mais ambicioso e que representava a ideia de Brasil-Potência fora o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975) para a construção de oito reatores nucleares e a transferência de tecnologia. Contudo, já insatisfeitos com a realidade da ditadura, as pressões da administração Carter sob o governo alemão impediram a transferência de tecnologia sensível e atrapalharam o andamento do acordo, que já sofria críticas internas pela falta de diálogo com a comunidade científica brasileira, sua eficácia e custos econômicos. Logo, de oito reatores, apenas Angra I e II foram construídas, tornando o que restou do programa nuclear "[...] símbolo dos ruinosos elefantes brancos que retardaram em anos o desenvolvimento do país." (RICUPERO, 2017, p. 527).

No âmbito da América do Sul, houve um esforço na tentativa de construir relações mais sólidas e amigáveis. Contudo, em um lado, optou-se pelo afastamento como tentativa de evitar uma "contaminação" da imagem brasileira com outras ditaduras, como a de Augusto Pinochet, no Chile. De outro lado, o tensionamento se deu perante críticas que o próprio governo recebia de vizinhos, como no caso venezuelano. Todavia, como apontam Cervo e Bueno (2011) a política externa do Brasil na América Latina, entre 1967 e 1979, foi conduzida nas dimensões de ação nos órgãos multilaterais regionais para promover a cooperação dos Estados Unidos ao desenvolvimento regional, nas iniciativas de integração multilateral e bilateral e no escalonamento da América Latina na estratégia de inserção mundial.

O momento de maior tensionamento se deu pelas pretensões argentinas de frustrar a Itaipu Binacional, pela assinatura do Acordo de Corpus (1973) com o Paraguai para a construção de uma represa nas águas internacionais do Rio Paraná. Mesmo após uma série de reuniões tripartites e um aparente encaminhamento da questão após uma série de concessões, a decisão brasileira e paraguaia em aumentar o número de turbinas anulou as possibilidades de resolução. A contragosto do Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, a iniciativa de expansão da turbina foi respaldada por Geisel, no intuito de expandir a capacidade energética brasileira (RICUPERO, 2017). Esse episódio confrontou o pragmatismo responsável frente ao nacionalismo desenvolvimentista de Geisel, evidenciando a primazia do segundo – mesmo custando a resolução do litígio.

Com a extinção dos poderes dos Atos Institucionais em 31 de dezembro de 1978, o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) – assim como o de seu sucessor – está inserido no contexto da chamada "transição democrática" (1979-1988). O último governo militar tem como objetivo central dar continuidade e encerrar o processo de abertura, nessa

altura, demasiadamente lenta e gradual na percepção da população civil. Parte central desse processo de transição foi garantida com a Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, garantindo que guerrilheiros e agentes da repressão, incluindo os torturadores, estivessem anistiados e perdoados (REIS, 2014). Outro elemento importante nesse processo foi a Reforma Partidária, aprovada em novembro do mesmo ano, quebrando o consenso bipartidário do período – já não servindo mais ao interesse dos militares –, e permitindo a criação de seis novos partidos que viriam a se tornar *players* políticos nos anos seguintes, como o Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula, o Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola (RICUPERO, 2017).

Se o desgaste econômico com a ditadura já vinha se intensificando desde Geisel, o segundo choque do petróleo, no primeiro ano de seu governo, viria a resultar na reorientação das prioridades do período, visando a redução do déficit público, restrição ao crédito e a redução da inflação, que viria a alcançar 218,24% em 1985. Com a política de restrição de crédito adotada pelos norte-americanos e a subsequente elevação dos juros, aumentou o serviço da dívida externa de nações subdesenvolvidas – no momento em que o Brasil necessitava rolar sua dívida, que atingiu US$ 54 bilhões ainda em 1980 e encerrou o período militar com US$ 100 bilhões, em 1984 (SINGER, 2014). Esse cenário leva o governo, com Delfim de volta à Fazenda, a abandonar o projeto nacional desenvolvimentista, visando os esforços da administração tecnocrática em equilibrar a balança de pagamentos e buscar novas negociações, sem muito sucesso, com o FMI e os Estados Unidos para conter a crise. Sem a liquidez internacional do contexto do primeiro choque, o período demonstrou um claro esgotamento do financiamento pelo endividamento externo, praticado até então pela ditadura (SALOMÃO, 2016b).

O desgaste econômico do último governo da ditadura se somaria ao retorno da pressão dos órgãos repressivos ligados à linha dura, com o envio de cartas-bomba à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Câmara de Vereadores, no Rio de Janeiro em 198, matando a secretária do presidente da OAB e o assessor de um vereador. No ano seguinte, o plano do atentado no Rio-Centro, realizado por militares da linha dura, tinha como objetivo desencadear uma tragédia e comoção nacional em favor da permanência dos militares. Todavia, ainda no estacionamento do Rio-Centro e enquanto o festival no Dia do Trabalhador ocorria, a bomba falhou e explodiu no carro, matando dois militares. O episódio resultou na saída de Golbery da Casa Civil, insatisfeito com a ausência de qualquer responsabilização ou punição dos militares envolvidos no atentado terrorista. O avanço operário, na medida em que a economia deteriora, marca uma onda de organização grevista entre 1979 e 1981, resultando na criação de novas

entidades sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com o desemprego em alta, uma série de saques e motins tomam São Paulo e Rio em abril de 1983, culminando na greve geral de 21 de julho de 1983. Destarte, o movimento político das Diretas Já, em 1984, surgiria como o sinal mais claro de insatisfação popular com os militares e um claro desgaste do governo, clamando pela realização de eleições diretas no ano seguinte e reunindo mais de 1,5 milhão de pessoas no comício de encerramento no Vale do Anhangabaú, em São Paulo (REIS, 2014).

A política exterior "sóbria e eficaz" do governo Figueiredo, segundo Ricupero (2017), não apenas representou uma continuidade do governo anterior, mas também foi capaz de solucionar questões em aberto – como o contencioso na Bacia do Prata com o Acordo de Cooperação Técnico-Operativa (1979), entre Brasil, Argentina e Paraguai – e portar-se de forma cooperativa no cenário internacional. A reaproximação com a Argentina, na perspectiva brasileira, advém da possibilidade de cooperação econômica entre ambas as nações. No caso do governo argentino de Videla, contudo, a lógica anticomunista da Guerra Fria ainda perdurava. Mesmo com a invasão argentina às Malvinas, em 2 de abril de 1982, o Brasil buscou um ponto de equilíbrio entre Chile, Peru e Venezuela – hostis às atitudes argentinas –, além de criticar publicamente sanções europeias e norte-americanas contra o país, defendendo a adoção de medidas construtivas nos fóruns da ONU. Nas relações com os EUA na era Reagan, recusou a proposta norte-americana de intervir militarmente em conjunto no Suriname, em 1983. Mesmo reconhecendo a severidade do golpe militar ocorrido no país e a possível subsequente aproximação com os cubanos, o governo Figueiredo optou por antes esgotar as possibilidades de encaminhamento pacífico da solução, impedindo o ímpeto de uma intervenção armada nas mediações vizinhas. Reconhecendo também sua esfera de atuação e influência, o governo se colocou contra subsequentes intervenções norte-americanas na Guatemala, El Salvador e Nicarágua, mas não buscou protagonismo nesses episódios, preservando sua independência e capacidade de atuação onde lhe dizia respeito.

Não é possível argumentar que o nacionalismo presente nos governos ditatoriais esteve subjugado ao interesse nacional norte-americano, especialmente em política exterior. No período castelista, elemento do americanismo ideológico marcou presença no início do período, mas os subsequentes governos demonstraram que o nacionalismo, mesmo em sua versão mais autoritária, estava longe de ser ideológico como o da Argentina, na década de 80: apoiando intervenções armadas dos Estados Unidos no continente. Apesar de prezar pela unidade, e não pela igualdade no contexto doméstico, o contexto internacional e a necessidade de financiamento do projeto desenvolvimentista tecnocrático forçaram cada vez mais os governos

ditatoriais para o caminho da cooperação. No período militar, a promoção de uma identidade nacional pautada na unidade, à primeira vista, implicaria em atitudes na política exterior com maior propensão ao conflito e disputas, segundo o conceito de Powers (2022) – apresentando uma contradição prática de seu modelo. Contudo, algumas considerações merecem atenção.

Primeiramente, o conceito de Powers (2022) não implica uma lógica causal de que identidades nacionais pautadas na unidade necessariamente ditam conflito na arena exterior. A autora é clara em demonstrar em seus estudos de caso que há uma propensão ao conflito em decorrência da identidade nacional pautada na unidade na esfera doméstica e suas expectativas na esfera exterior. Segundo, o modelo de Powers não abrange tais interações em governos ditatoriais, justamente pela participação, pressão ou expectativas da população civil não serem fatores determinantes na condução dessa política exterior. Por fim, e o aspecto que trata especificamente do caso da ditadura militar, a política exterior brasileira do período – e do século XX num geral – esteve mais focada, conforme aponta D'Araujo (2024), no viés do nacionalismo econômico, promovendo projetos que buscassem a superação de limitações ao desenvolvimento do país. Logo, a construção de uma política exterior que atendesse a esses objetivos desenvolvimentistas não necessitava estar atrelada à promoção doméstica de uma identidade nacional pautada na unidade – demonstrada ao longo dessa seção –, uma vez que o processo decisório autoritário em política externa detinha como principal objetivo o âmbito econômico e não tinha qualquer interesse na mobilização política da população, salvo algumas exceções.

Como colocado anteriormente, apesar de não ter sido uma ditadura fascista, o período das ditaduras militares foi marcado, desde os momentos anteriores ao golpe de 1964, pelo apoio do PRB de Plínio Salgado e parte dos integralistas. Desde as várias "Marchas da Família por Deus e pela Pátria" até a participação de integralistas no golpe, ao mesmo tempo em que a presença do movimento nos governos militares não deve ser subestimada, também não deve ser superestimada, como Salgado constantemente apontava, assumindo méritos pela articulação do golpe e influência direta no processo decisório:

> [...] realmente, **o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRB**, com a exceção de pontos de contato eventuais. **O viés dessa era**, ainda que existissem várias correntes no seu interior, **o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer ideia de mobilização popular ou de criação de um partido de massa**. Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os **ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado**. Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista

> não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes desse no papel de torturadores (BERTONHA, 2012, p. 146, grifo nosso).

Contudo, a ditadura

> [...] apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos (BERTONHA, 2012, p. 146).

Mesmo não compactuando ou internalizando ideais e valores integralistas, e longe de uma política nacional objetivamente eugenista, como no Estado Novo, fica claro que a ditadura não se constrangeu perante a atuação violenta de grupos de extrema-direita – especialmente do CCC e do envolvimento de suas lideranças com a tortura – e foi marcada pelo apagamento intencional da militância negra do período. Apropriando-se da ideia de "democracia racial" de Gilberto Freyre, os governos militares fizeram uso da Lei de Segurança Nacional para perseguir com violência e desmantelar movimentos que questionassem a "harmonia racial" promovida pelo período. Pelo controle autoritário dos órgãos governamentais, também promoveu o apagamento de distinções raciais, omitindo, por exemplo, as categorias de "raça" do censo de 1970. A repressão também foi imensa com a população indígena, totalizando 8,3 mil indígenas vítimas de massacres, remoções forçadas e torturas (CARRANO, 2024).

O crepúsculo do período militar foge à dinâmica das transições anteriores: um golpe autoritário que inicia um novo modelo governamental que se desgasta e é substituído por outro golpe autoritário. Mesmo com uma marcante violência estatal, o período encerra com plena garantia de imunidade aos agentes violentos do Estado e a "conquista" de uma democracia que, sem o esgotamento do desenvolvimentismo pelo endividamento nos anos 70, dificilmente teria sido efetivada. Talvez o legado mais nocivo das ditaduras do período resida na impossibilidade de construção de uma memória nacional crítica do período. Diferentemente de outras nações que passaram pelo mesmo processo, como a Argentina em 1985, o controle pleno dos militares no processo "lento e gradual" de abertura permitiu não apenas o controle da narrativa do momento, mas uma equiparação incabível com os atos violentos do período, igualando as ações de guerrilheiros e do Estado, ignorando a plena capacidade de recursos do governo em recorrer a meios de coerção que não fossem a institucionalização da tortura.

> As relações de poder são desta forma encobertas, o que leva a uma insistência obsessiva de um Estado autoritário a se apresentar como democrático. Dentro dessa perspectiva as categorias de "nacional" e "popular" são reelaboradas em função de um discurso que tende a ser o mais globalizante possível. [...] O Estado e as indústrias

> culturais despolitizam a questão da cultura, uma vez que as relações sociais são apreendidas como "expressão popular" (ORTIZ, 1994, p. 125).

A narrativa que prevaleceu foi a de uma "revolução" necessária em 1964, seguida de governos nos quais a normalidade imperava e que buscavam conter ameaças externas e domésticas – cometendo raros excessos –, com o retorno ao sistema democrático por conta das reivindicações populares. A desmobilização política popular promovida no período reverberaria nos anos seguintes e permitiu a consolidação do nacionalismo autoritário na política brasileira – adormecido nos primeiros governos democráticos e mais presente na segunda década do século XXI.

4.6 Período da redemocratização (1985-1995)

Se o golpe de 1964 se justificou em partes pelo compromisso dos governos militares de deixar um cenário mais próspero do qual haviam encontrado, a realidade imediata era de uma economia desorganizada, uma dívida externa robusta, índices sociais longe dos desejáveis e um cenário deprimente em matéria de direitos humanos, democracia, instituições e meio ambiente. Nesse sentido, o período que compreende os governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995) é marcado pela tentativa de superação da hiperinflação e da dívida externa e pela consolidação o processo de redemocratização com base na nova Constituição de 1988. Como reação direta ao modelo autoritário dos últimos 21 anos, ganhou o título de Constituição-Cidadã, uma vez que dava atenção especial aos direitos sociais e humanos, direitos minoritários, acesso à cultura, reconhecimento de direitos de povos originários, transferência de renda, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros, além de trazer avanços na participação popular em sua construção política (RICUPERO, 2017).

Representando a sétima Constituição e sendo a mais extensa da história do país, a Constituição-Cidadã, pelo seu caráter de lenta construção e na medida em que as diversas sugestões de parlamentares iam se acumulando, teve como tendência diversos acordos para ser efetivada. Nesse sentido, conforme aponta Elival da Silva Ramos (2023), professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo (USP), "Por conta de uma não reorganização do quadro partidário, ela se tornou uma Constituição extremamente corporativista.". O professor também aponta que a falta de diálogo entre os constituintes em relação às responsabilidades e ao funcionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), durante seu processo de elaboração, viria a ser uma das razões entre desequilíbrios entre os poderes nas décadas seguintes (apud

Jornal da USP, 2023). Especialmente na esfera política, Ricupero (2017) aponta um claro desbalanceamento para os atribuições do Executivo e do Legislativo e na forma como o novo sistema fora pensado – que resultaria em constantes crises políticas, seguidas de ameaças de *impeachment*:

> Não foram menores os problemas que introduziu ou agravou, em especial, aumento de gastos sem correspondente criação de receita; transferência a estados e municípios de 25% da receita, sem real passagem de encargos; elevação ainda maior das vinculações da receita da União (de acordo com o governo, de 92% do total), reduzindo a quase nada a flexibilidade orçamentária e a possibilidade de ajuste fiscal; efetivação de todos os servidores públicos com cinco anos de exercício. [...] impeachment. O anteprojeto da Comissão Afonso Arinos **propunha a adoção do regime parlamentarista**, e inúmeros dispositivos do texto final refletiam essa opção básica. [...] A Assembleia criara **sistema híbrido** que continha o pior de dois mundos: um **Congresso com poderes quase de parlamentarismo**, permanentemente disposto a ocupar todo o poder, sem responsabilidade, e um **Executivo obrigado a comprar o apoio parlamentar por meio de barganha** de cargos e verbas cada vez mais dispendiosa e desmoralizadora. Nos casos de conflito sério entre Executivo e Legislativo, frequentes na prática brasileira, a **ausência de mecanismos de conciliação empurrava a vida política para o enfrentamento do impeachment**. (p. 559-560, grifo nosso).

Todavia, o período da presidência de José Sarney inicia-se três anos antes da elaboração da constituição e com baixa expectativa popular, justamente pela morte abrupta da primeira opção ao cargo, Tancredo Neves, e as relações políticas próximas de Sarney com o antigo regime[163]. Como tentativa de conter a inflação e buscar legitimidade e apoio popular, o Plano Cruzado (1986) teve um sucesso inicial de oito meses, elevando a popularidade do presidente a níveis jamais vistos – considerado como "bom ou ótimo" por 72% dos brasileiros (REIS, 2014). Prevendo a criação de uma nova moeda, o Cruzado, e o tabelamento de preços – sendo a própria população convocada como "fiscais do Sarney" para garantir seu cumprimento –, Sarney tratou de se colocar para o povo como o elaborador principal do plano, utilizando repetidas vezes o pronome pessoal em primeira pessoa, "eu", buscando uma ponte direta com o interlocutor em discursos sobre o plano (SALOMÃO, 2016ª).

Contudo, o congelamento dos preços e o reaquecimento rápido do consumo apenas amenizaram artificialmente a subida de preços entre 1986 e 1987, alcançando o patamar de 363,5% no restante de 1987. O que se seguiu foram mais dois planos para tentar conter a hiperinflação: Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989). Combinando congelamento temporário de preços com medidas de contenção da demanda, ambos os planos foram ineficazes

[163] Ricupero (2017) aponta que, pressionado para antecipar as eleições, Sarney lhe confessaria que esta não era uma opção. Com eleições antecipadas, na avaliação do então presidente, Brizola sairia vencedor, sendo um "resultado absolutamente inaceitável para os militares." (p. 561).

em seus objetivos, marcando uma inflação de 1.362,6% no último ano de seu mandato (SINGER, 2014).

A política externa do governo de José Sarney, inicialmente entusiasmada com a possibilidade de reaproximação com os norte-americanos, se viu frustrada pela falta de interesse de Washington em auxiliar na estabilização do novo período democrático, marcando disputas de propriedade intelectual e sanções norte-americanas contra o Brasil, por conta da Lei da Informática. Marcada pela crise da dívida, deteve características similares na busca por autonomia além dos Estados Unidos, presente nos governos anteriores, e uma maior aproximação com nações latino-americanas. Sendo uma década marcada pelo avanço do neoliberalismo com Reagan e Margaret Thatcher, no Reino Unido, políticas militares e diplomáticas mais agressivas, assim como a primazia de suas multinacionais no comércio, tiveram impacto econômico direto na inserção internacional de nações em desenvolvimento. Pelo reconhecimento de interesses e dificuldades em comum, o processo de integração na região evoluiu para a criação do primeiro órgão consultivo diplomático, o Grupo do Rio (1986) – incluindo nações fora do hemisfério sul, como México e Panamá –, e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), precursor do Mercosul (1991) (PRADO; MIYAMOTO, 2010).

Todavia, foi no tema do meio ambiente, envolvendo a tentativa de ingerência externa na região da Floresta Amazônica, que o governo Sarney deixou claro o compromisso brasileiro em promover a presença do poder público e o desenvolvimento consciente da região – vale citar o Programa Calha Norte (PCN)[164]. No âmbito das nações do Pacto Amazônico, a Declaração da Amazônia (1989) denota uma posição nacionalista não apenas de desagrado com as interferências estrangeiras, mas de desafiar a lógica de que a região não deveria ser administrada pelas nações ali presentes, sob o argumento de que seriam incapazes de administrar responsavelmente o território, e os obstáculos que a crise da dívida colocava aos países em questão:

> Reafirmamos **o direito soberano de cada país se administrar livremente seus recursos naturais**, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente. [...] Assinalamos que a **proteção e a conservação do meio ambiente** na região [...], a que cada um de nossos países está firmemente dedicado, **não podem ser alcançadas sem a melhoria das angustiantes condições sociais e econômicas** que afligem nossos

[164] Criado em 1985, o programa "[...] tem a missão de contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação sendo um dos vetores do Estado Brasileiro, com os objetivos de aumentar a presença do poder público, proporcionar assistência às populações, fixar o homem na região e contribuir para a defesa nacional." (Ministério da Defesa, 2024).

> povos e que são agravadas por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa. [...] Denunciamos as graves características da dívida externa e de seu serviço, que nos convertem em exportadores líquidos de capital para os países credores às custas de sacrifícios intoleráveis para nossos povos. [...] Ressaltamos a necessidade de que as preocupações expressas nos países altamente desenvolvidos com relação à conservação do meio ambiente se traduzam **em medidas de cooperação nos planos financeiro e tecnológico** (Correio Braziliense, 1989, grifo nosso).

A retomada das relações diplomáticas com Cuba, também em 1986, ao mesmo tempo em que caminhava na expansão de horizontes de cooperação, quebrava um tabu herdado da ditadura militar. Com o processo de redemocratização e a volta do Brasil, após quase duas décadas, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas na eleição de 1987, o governo Sarney buscou avançar a presença brasileira nas pautas internacionais de direitos humanos e meio ambiente, renegadas pelos militares – quando não tratadas com negacionismo – e que foram um dos grandes responsáveis pelo derretimento da imagem positiva do país no exterior. Avançando na superação de hostilidades com a Argentina, assinou a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear (1985), visando minar a rivalidade dos programas nucleares paralelos e a suspeição do desenvolvimento de armamento nuclear de ambas as partes. Todavia, por conta das adversidades descritas no período e a redução das reservas internacionais para o patamar de US$ 3,5 bilhões – bem abaixo da linha dos US$ 5 bilhões para garantir um nível mínimo de segurança –, a suspensão dos pagamentos da dívida ocorreu entre 20 de fevereiro de 1987 e 3 de janeiro do ano seguinte. Apenas com a implementação do Plano Brady (1989), pelo Departamento do Tesouro norte-americano, é que modalidades de alívio da dívida passaram a estar disponíveis aos países latino-americanos durante a crise. Adotada no último ano de seu governo, o período de José Sarney encerra a década de 1980, que viria a ser conhecida como a "década perdida" por conta das latentes instabilidades econômicas (RICUPERO, 2017).

As primeiras eleições diretas para a presidência desde a redemocratização ocorreriam em 15 de novembro de 1989, contando com vinte e dois candidatos e destacando-se Lula (PT), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas, senador por São Paulo e do recente Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Paulo Maluf, do Partido Social Democrático (PDS) – partido herdeiro do ARENA. Com quase 4 milhões de votos de diferença em relação a Lula, Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), alcançaria a presidência no segundo turno das eleições, com base em uma campanha de promessa modernizadora e altamente personalista. Ainda na campanha presidencial, Daniel Aarão Reis (2014) argumenta que Collor parecia uma reedição moderna da figura de Jânio Quadros: alto poder de comunicação e sedução política, angariando adesão de classes e setores sociais de interesses antagônicos.

Ainda durante a campanha presidencial, Collor, assim como outros candidatos, realizou viagens ao exterior em busca de uma legitimidade e prestígio na corrida. Em alguns momentos, apresentava-se como social-democrata e em outros vestia o neoliberalismo de Thatcher, apropriando-se mais de imagens do que ideias em sua campanha. Com a queda do muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, sua campanha buscou estabelecer um paralelo entre o moderno, representado por Collor, e o antigo, desatualizado, representado pela esquerda. Casarões (2022) aborda a estratégia de Collor e aponta que esse episódio de campanhas presidenciais no exterior somente viria a se repetir em 2018:

> A pouco mais de uma semana do pleito decisivo, o programa do candidato Fernando Collor de Mello anunciava, com uma voz em *off*, uma das virtudes que haviam permeado a imagem e o discurso daquela campanha nos intensos meses que precederam ao pleito: a modernidade. [...] Às vésperas da eleição, no último debate entre os contendores – que deixou sua marca na história pela edição tendenciosa ao candidato à direita, que o impulsionou na reta final –, Collor demarcava, apropriando-se do espírito do tempo, as diferenças profundas entre ele próprio e Lula [...]. Nos ciclos eleitorais posteriores a 1989, nenhum presidenciável fez campanha no exterior. O cenário, contudo, mudou radicalmente no pleito de 2018, graças ao então deputado Jair Bolsonaro. Logo que apresentou sua pré-candidatura, embarcou em uma série de missões parlamentares – Israel, em 2016; Estados Unidos, em 2017 e Japão, Coreia do Sul e Taiwan, em 2018 – como parte integrante de seus esforços de campanha (p. 114-115).

No dia seguinte à sua posse, o Plano Collor I era anunciado e causaria alvoroço entre a população por conta de suas extravagantes medidas anti-inflacionárias: o congelamento de preços e salários por dezoito meses, além do confisco de poupanças acima de 50 mil cruzados pelo mesmo período. A lógica do confisco era baseada na redução da demanda, resultando em uma paralisação da atividade econômica e, consequentemente, em deflação. Nesse contexto, acarretaria uma hiperrecessão pela paralisação da atividade econômica, resultando em uma nova alta de preços conforme ativos sequestrados foram sendo liberados. Em abril, novo congelamento de preços e salários, seguido de uma liberalização dos preços. Ao mesmo tempo, o superávit governamental em 1990 representou um corte alto na demanda efetiva, resultando em uma crise de superprodução. As inconstâncias na condução da política econômica fizeram com que o PIB caísse 5,05% naquele ano. Em 1991, já no Plano Collor II, foi retomado o congelamento de preços e salários, abolição de indexadores oficiais e a proibição de indexação de preços e salários, resultando, como já esperado, no desaparecimento de produtos das prateleiras, suspensão de transações e cobranças além do valor final do produto (SINGER, 2014).

A liberalização econômica no período seguiu a tendência generalizada entre países em desenvolvimento, adotando um esquema progressivo de redução de barreiras tarifárias e

iniciando o processo de privatizações no país nos setores da siderurgia, fertilizantes e petroquímica. Ao todo, foram privatizadas quinze empresas no período Collor e dezoito no de seu sucessor, sendo a venda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a mais controversa, uma vez que significou a venda da simbólica usina de Volta Redonda – projeto nacionalista comemorado no período Vargas. Nesse quesito, há um consenso acerca do rompimento de Collor com o modelo nacional-desenvolvimentista por conta do esgotamento do modelo de substituição de importações (RICUPERO, 2017).

Com o rápido desgaste econômico do governo, as eleições para o Congresso e governadores, em 1990, ressoavam o descontentamento com o governo e o derretimento político da figura do presidente. Deixando o cenário ainda mais conturbado, vinha à tona um escândalo de corrupção, em maio de 1992, denunciado pelo próprio irmão de Collor, sócio das empresas da família, que veio a público confirmar denúncias existentes de corrupção contra o presidente. Após a formação e investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi demonstrado um complexo esquema de corrupção e tráfico de influência que envolvia Collor e figuras do governo:

> [...] o presidente tentou reverter a maré, fazendo apelos públicos para que a sociedade o defendesse. O resultado, oposto, foi o aparecimento nas ruas de **movimentos estudantis contra sua permanência no cargo.** Com os rostos pintados como índios, **os "caras-pintadas"** exigiram, de agosto em diante, a deposição de Collor por meio do *impeachment*. Foi um rolo compressor. **Como se os votos dados a Collor tivessem se evaporado**. Nada, nem ninguém, aparecia para apoiá-lo. Incriminado pela CPI, a Câmara aprovou, em 29 de setembro, o início do processo de *impeachment* pelo Senado e o consequente – e imediato – afastamento do presidente. Considerando-se perdido, Collor renunciou em 29 de outubro, mas não escapou da condenação do Senador que suspendeu por oito anos seus direitos políticos (REIS, 2014, p. 115-116, grifo nosso).

Cabe aqui apontar possíveis explicações sobre o motivo de o populismo neoliberal de Collor ter se provado insuficiente para mobilizar apoio popular e político quando mais necessitou. A primeira parte dela é das ideias apresentadas por Mudde e Kaltwasser (2017) acerca da segunda onda populista, sendo a "elite corrupta" do período representada primeiramente pela classe política e pelo Estado. Collor, durante sua campanha presidencial, foi capaz de construir essa narrativa com êxito. Os autores, contudo, também caracterizam essa segunda onda como marcada pela implementação de programas de combate à pobreza para o setor informal e de extrema pobreza, elemento ausente em seu governo que, pelo contrário, acabou por ser marcado pela falta de uma condução econômica consistente. O último elemento apontado pelos autores denota a sintonia desse populismo com a abordagem neoliberal,

caracterizando o papel do povo como uma massa passiva, sendo possível deduzir suas ideias e preferências por meio de pesquisas de opinião.

Essa sintonia também se fez presente em Collor em diversos momentos, demonstrando uma desconexão do então presidente com seus eleitores logo no início de seu governo com o episódio do confisco. Logo, mesmo construindo uma plataforma narrativa bem-sucedida na campanha, as decisões governamentais – especialmente na esfera econômica – inviabilizavam o apoio popular frente a uma narrativa populista que já não se sustentava antes das denúncias de seu irmão, tendo em vista que sua popularidade já tinha alcançado seu patamar mais baixo – apenas 14% de aprovação, caindo para 9% no mês de seu impedimento (CEM/USP, 2022).

Outro elemento essencial na queda de Collor foi justamente a cobertura midiática dada ao seu movimento de oposição, os "caras-pintadas". Representando o primeiro ato de mobilização política depois das Diretas, os protestos desse movimento viriam a ser a marca de protestos na Nova República, especialmente depois de 2013: uma certa "teatralidade" nas manifestações, com vestimentas, pinturas faciais e protestos com músicas e tons de ironia e humor; mesmo com enfoque no *impeachment*, há o surgimento de pautas difusas e uma descentralização de uma liderança única para o movimento; e a relação de interesse e proximidade dos meios de comunicação em potencializar a cobertura desses atos (QUINTÃO, 2010).

A falta de um plano de ação claro e bem definido na economia, consequentemente, fragilizava o Brasil externamente e deixava pouco espaço para a elaboração de uma política exterior própria (SILVA, 2014). Nesse aspecto, Letícia Pinheiro (2004) aborda duas fases na política externa em seu curto mandato presidencial: uma aproximação com os norte-americanos e um retorno ao globalismo.

> [...] primeiramente se buscou retomar o paradigma *americanista* como coadjuvante da adoção de um novo modelo econômico ancorado na liberalização da economia. [...] Além disso, nessa primeira fase, a política externa do governo Collor inaugurou aquilo que se chamou de *autonomia pela participação* buscando aumentar a credibilidade internacional do país com vistas à renegociação da sua dívida externa e mesmo com um passaporte para o Primeiro Mundo, por meio da adesão aos regimes internacionais de comércio, controle de tecnologias sensíveis, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos. No entanto, a tentativa de retorno ao *americanismo* mostrou-se ineficaz de vez que o consenso interno em torno de uma relação especial com Washington deixara de existir, [...]. Dessa forma, o retorno a alguns aspectos do *globalismo* caracterizaria a segunda fase da política externa de Collor. As negociações preparatórias para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, são, sem dúvida, um excelente exemplo desse quadro (p. 56-57).

As dificuldades na condução da política externa explicam o motivo de ter representado mais continuidade do que rompimento com governos antecessores – exceto no aspecto da

política comercial de liberalização e privatizações. Dessa forma, nas relações com a Argentina, houve um aprofundamento da cooperação nuclear, com a assinatura do Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear (1991). No âmbito da integração, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve início com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, prevendo também a antecipação em quatro anos do prazo para completar o mercado comum – agora, a ser concluído em dezembro de 1994. Destarte, o viés neoliberal de seu governo não limita sua política exterior a uma reedição do americanismo, optando por ter participação marcante nos fóruns internacionais na condenação da invasão iraquiana no Kuwait, mas abstendo-se de participar das ações militares sob a égide da ONU – para o desgosto de H.W. Bush (RICUPERO, 2017).

Um aspecto, estritamente ligado ao nacionalismo cultural no período, foi a Lei Federal de Incentivo à Cultura, a chamada Lei Rouanet. Alvo de críticas contemporâneas – muitas delas infundadas – a lei apresentada pelo Executivo instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), estabelecendo políticas públicas para o acesso e promoção da cultura no país. Indo na contramão de políticas neoliberais adotadas no período, essa lei, até hoje, é um instrumento nacionalista de extrema importância para a cultura do país, distanciando o Brasil democrático de um modelo de tutela estatal sob a cultura, como em períodos anteriores. Em uma análise antropológica acerca das semelhanças do teor nacionalista da lei com a promoção cultural no período Vargas, Simone Alvarez Lima (2023) demonstra que ambos buscavam estabelecer uma diferenciação, preservação e proteção da cultura nacional contra influências externas, tendo um caráter claramente xenófobo no caso varguista.

O diferencial da lei foi justamente a promoção do investimento privado em obras culturais através de incentivos fiscais para essas empresas e, diferentemente de períodos anteriores, a necessidade de um parecer técnico da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) para aprovação de projetos de captação. O nacionalismo ainda se faz presente pela presença do poder estatal, mas, diferentemente de Vargas, não tenta construir uma identidade cultural nacional aliada ao projeto de um governo específico. Sob o ponto de vista prático, entre 1991 e 2018, foi responsável por injetar uma média de R$ 1,8 bilhões anualmente na economia brasileira, com um retorno de R$1,59 centavos para cada um real investido por patrocinadores (Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, 2018).

Dado início ao governo de Itamar Franco, após a queda de Collor, os dois maiores desafios ainda permaneciam: o controle da inflação e a abertura do país ao mercado internacional. Mesmo herdeiro de uma mentalidade mais nacional-desenvolvimentista, Itamar, frente à falta de apoio político, buscou conduzir um governo de caráter mais conciliador para

atingir seus objetivos. Depois de três ministros na economia, seria com Fernando Henrique Cardoso, ou FHC, em 1993, que seria colocado em curso o plano de estabilização inflacionária a partir da adoção de uma unidade monetária como indexador da inflação, buscando alinhar os preços com a moeda. A Unidade Real de Valor (URV) seria adotada para estabilização de preços e salários, dando início ao Plano Real no ano seguinte, contendo uma série de medidas – como a Lei de Responsabilidade Fiscal, renegociação da dívida de estados e municípios e abertura comercial – e, diferentemente de planos anteriores, contou com ativa participação e discussão no parlamento até ser aprovado. Após instabilidades no processo de adoção da alavanca cambial, o Plano Real conseguiu liquidar a hiperinflação e se consolidar como o plano econômico – postulado de forma participativa e democrática – que foi capaz de estabilizar a economia e eliminar um dos maiores entraves no desenvolvimento econômico e social nacional: a hiperinflação (REIS, 2014; SINGER, 2014).

No âmbito internacional, a política externa de Itamar amargava com a deterioração da imagem do Brasil. Primeiramente, a aparente instabilidade doméstica do país: desorganização econômica, escândalos de corrupção e um *impeachment* contra o primeiro presidente eleito diretamente na redemocratização. Outro elemento doméstico que deteriorava a imagem brasileira era a onda de violência que se iniciou em outubro de 1992, após o massacre promovido por policiais militares contra detentos no presídio do Carandiru, São Paulo (RIUPERO, 2017).

O contexto doméstico exigia adaptações na política externa do país, buscando respaldo e participação em fóruns internacionais, como na Agenda para o Desenvolvimento e na Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena (1993), e promoção da autonomia brasileira nesses contextos, como a candidatura brasileira a um assento permanente e discussões sobre reformas no CSNU. Na mesma linha de seus antecessores, propôs intensificação da integração regional com a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (PINHEIRO, 2014).

O período da redemocratização, apesar de curto, foi marcado pela definição de novos rumos para a nova república e a resolução de problemáticas – muitas oriundas do período militar – para a efetivação desse novo projeto. Apesar de a discussão da identidade nacional ser escanteada – de forma compreensível – pelo tema econômico, foram apresentados importantes marcos para a identidade nacional brasileira no próximo século. A Constituição de 1988 aborda uma compreensão e uma identidade nacional muito mais heterogênea e inclusiva do que todas suas antecessoras, além de reconhecer a necessidade de se proteger instituições, patrimônios e identidades culturais presentes no território. Como forma de endereçar as problemáticas

históricas vividas pelo país – especialmente em episódios que resultam em rupturas –, as próprias cláusulas pétreas impossibilitam que quatro temas essenciais sejam passíveis de alteração: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais (ACS, 2023). Todavia, o século XXI, principalmente em sua segunda década, será marcado pelos atenuantes do processo de globalização e seus efeitos na política nacional, permitindo o surgimento de novos atores políticos, novas crises e novas formas de se pensar a identidade e a história nacional.

4.7 O nacionalismo no Brasil no século XXI (1995-2017)

Conquistada a estabilização da moeda, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) viria a colher os frutos de seu trabalho no Ministério da Fazenda, sendo eleito em primeiro turno em duas ocasiões contra o mesmo oponente do PT, Lula. Seu governo seria o primeiro a sentir a volatilidade internacional, oriunda da intensificação do processo de globalização na última década do século. Três grandes crises externas marcariam seus mandatos: a crise econômica do México (1994), atingindo fortemente o Brasil e a Argentina; a crise financeira asiática (1997), com forte desvalorização das moedas desses países pela fuga de capitais; e a moratória russa (1998), incapaz de pagar os juros ou amortizar a dívida (SINGER, 2014). A reeleição de FHC se concretizou a partir de um esforço do governo em se fazer aprovar uma emenda constitucional, em junho de 1997. O episódio já denotava, nos momentos iniciais dessa nova república, a tendência já mencionada de um Executivo em barganhar compra de apoio do Legislativo – aqui, através do fornecimento de cargos e apoio em futuras pautas – se fez presente, sendo duramente criticada pela oposição para, futuramente, tornar-se parte "comum" ao funcionamento das dinâmicas políticas do país (REIS, 2014).

No contexto de intensificação da globalização, a promoção e o avanço de políticas neoliberais se fariam presentes especialmente em nações latino-americanas em desenvolvimento, promovendo reformas com base em privatizações, abertura comercial e desregulamentação – sendo a primeira, a de maior destaque no período FHC. Nesse sentido, seu legado no aperfeiçoamento das instituições brasileiras: a privatização com base em seu aparato institucional, como emendas constitucionais, mudanças legislativas e criação de agências regulatórias; 2ª) o tripé da política macroeconômica, com câmbio flutuante, metas de inflação e metas fiscais; e a Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando equacionar os gastos da União, estados e municípios com a arrecadação realizada (RICUPERO, 2017). Com FHC, há a

implementação, segundo André Luiz Reis da Silva (2012), de um "neoliberalismo matizado" em seu governo, uma vez que a implantação do neoliberalismo no Brasil

> ocorreu no momento de consolidação democrática e de fortalecimento dos movimentos sociais e teve que enfrentar uma forte burguesia nacional protegida pelo Estado e um movimento social e político de esquerda, com capacidade de resistência superior ao dos outros países da região (Saes 2001). Dessa forma, **o neoliberalismo avançou no Brasil com um caráter matizado, revelando sua dificuldade de se projetar hegemonicamente**. Entretanto, a crise fiscal do Estado e a hiperinflação geraram o consenso em torno da necessidade das "reformas estruturais" do Estado e da economia. Nesse sentido, a implantação do Plano Real, em 1994, possibilitou a construção de um bloco histórico hegemônico, fortalecendo o início do governo Cardoso, que também contava com uma ampla base de apoio parlamentar, que contribuiu para a governabilidade e para implementar as reformas econômicas, ancoradas nas privatizações e medidas para maior participação do capital estrangeiro no Brasil (p. 22, grifo nosso).

A consolidação desse novo paradigma de desenvolvimento econômico não implicou em uma exclusão do papel do Estado na sociedade ou na privatização indiscriminada de serviços públicos. Pelo contrário, seu governo viria a ter papel atuante na promoção de políticas sociais e redistributivas, como a consolidação do Cadastro Único para Programas Sociais e da Rede Social Brasileira de Proteção Social, formada por benefícios sociais como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, auxílio gás e seguro desemprego, misturando soluções sociais mais universais com mais focalizadas – como no programa de enfrentamento da pobreza (DRAIBE, 2003).

Todavia, esse neoliberalismo matizado também se faria presente em tentativas de privatizações menos "escancaradas", como no caso da Lei do Petróleo (1997). Visando a flexibilização do setor do petróleo e do gás natural, determinava que toda empresa, nacional ou estrangeira, poderia realizar atividades desde a extração até o refino e exportação de petróleo, com devida autorização, permissão ou concessão de autoridade pública. Na prática, a lei promoveu e incentivou a entrada de competidores estrangeiros em uma área sensível aos interesses nacionais. Como forma de evitar desgaste desnecessário com a privatização da Petrobras, foi optado por dividir a empresa em Unidades de Negócio (UN) para subsequentes vendas, aumentando a autonomia dessas unidades e gerando problemas de gestão e competição entre elas. Além disso, permitiu a pulverização no mercado de ações da empresa: "Em 2000, foi realizada a venda de 179.639.300 ações ordinárias de emissão da Petrobras, de propriedade da União Federal, sendo 108.345.748 ações, basicamente, na Bolsa de Valores de Nova Iorque." (RIBEIRO; NOVAES, 2014).

Na concepção de FHC, o verdadeiro nacionalismo não estaria na promoção de um modelo nacional-desenvolvimentista do século passado e que, em sua visão, ia contra a busca

pela autonomia nacional. Ainda em 1988, durante entrevista ao programa *Roda Viva*, já observava a necessidade brasileira de abandonar esse paradigma e buscar maior participação internacional para, quem sabe, poder ditar as regras:

> Tá se confundindo um certo arcaísmo com o interesse do Brasil. O que é o arcaísmo? O arcaísmo é pensar hoje, quando você tem uma Europa integrada e integrando-se economicamente à União Soviética, com óleo oleoduto [...], gasoduto. Os Estados Unidos com Canadá e até o México entrando num outro bloco importante. O Japão com o sudeste da Ásia. A China com grandes polos que se integram e que levam à dinâmica do crescimento econômico. E o Brasil, se pensar como se fosse um grande Camboja. Isso é arcaico. **Isso não é nacionalismo, isso é um atraso,** não é? Nacionalismo é você me perguntar qual o interesse do seu país nesse processo. [...] economias estão internacionalizando-se, o problema é saber se eles vão nos internacionalizar ou se **nós é que vamos dar a regra do que nós queremos** nessa internacionalização (Roda Viva, 2021, grifo nosso).

Sob a influência desse neoliberalismo matizado, a política exterior definiria um novo paradigma de política exterior: a autonomia pela participação. Grande parte dessa participação brasileira se faria em fóruns internacionais, adesão aos esforços para construção de regimes internacionais e busca por maior multilateralismo nas relações entre nações (BARRETO, 2010). Indo além das presidências de Sarney e Collor, FHC fez um uso consciente da diplomacia presidencial [165], buscando um maior compartilhamento de funções entre a diplomacia profissional e órgãos de governo, admitindo as pressões sociais no processo de definição da política exterior. Além disso, previa uma participação mais ativa da figura do Executivo na imagem internacional do país, explicando a reserva de 374 dias de seu governo para viagens internacionais (SILVA, 2012).

A originalidade da "autonomia pela participação" – "e integração", num segundo momento – de FHC reside na mudança com base em dois aspectos. Primeiramente, em detrimento de uma acentuação do discurso de críticas e denúncias em fóruns internacionais, adotou-se uma posição mais construtiva e propositiva, buscando pesar a posição brasileira no aperfeiçoamento de normas e instituições. Em segundo lugar, pela mudança de atitude brasileira em casos concretos de política externa, sendo a assinatura do TNP um marco na política externa do período. Sob essa orientação exterior, a participação no tratado deixava claro que "[...] 'ausentando-se do tratado, o Brasil nada ganhava' e entrando 'nada perdia porque já assumira compromissos de não proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos'. Ganhava, sobretudo, em termos de credibilidade e de credenciais como nação coerente com seus princípios." (RICUPERO, 2017, p. 627).

[165] Corresponde à diplomacia "[...] que, por meio da ação do mandatário como formulador e/ou porta-voz da política externa daria maior visibilidade e, por vezes, mais agilidade às decisões deste campo (PINHEIRO, 2004, p. 53).

Na concepção de Letícia Pinheiro (2004), esse novo paradigma também poderia ser chamado de institucionalismo pragmático, uma vez que havia uma visão que estimulava a adesão aos regimes e instituições internacionais para a cooperação e, simultaneamente, uma visão mais realista do contexto, reconhecendo a busca por interesses próprios e ganhos relativos. Destarte, sua política exterior pautou-se pela lógica de busca de ganhos absolutos no entorno global a partir de uma maior ênfase na cooperação regional. Além das relações bilaterais, as três frentes regionais de atuação brasileira foram, por ordem de prioridade, o Mercosul, a América do Sul e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), idealizada pelos norte-americanos, sendo, até então, a presidência que mais deu atenção ao entorno regional brasileiro. O fortalecimento do Mercosul servia como forma de projeção internacional da região e dava um maior ponto de apoio brasileiro nas negociações da ALCA. Todavia, a crise econômica argentina (1999-2002) viria a findar maiores avanços no processo de integração do Mercosul para a adoção de uma Moeda Comum (SILVA, 2012).

Na esfera da América do Sul, a realização da Cúpula Sul-Americana (2000) reuniria pela primeira vez líderes sul-americanos, lançando a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que recolheria e articularia projetos regionais e bilaterais já existentes. Em relação à ALCA e aos norte-americanos, foram colocados à prova os limites da autonomia com a integração. Frente às demandas excessivas dos Estados Unidos – como a ampliação de direitos de propriedade intelectual e a arbitragem de investidores privados contra Estados –, a percepção brasileira, colocando o Mercosul como prioridade na integração no período, via na ALCA uma ameaça na consolidação do bloco ao Sul. O país fez valer suas demandas necessárias para tornar o projeto mais compatível com os interesses nacionais – demandas essas que foram excluídas pelos norte-americanos nas negociações –, optando por não se comprometer com um processo de integração que colocaria o país em posição subalterna aos Estados Unidos (RICUPERO, 2017).

Mesmo sem um retorno ao discurso terceiro-mundista da PEI, a ampliação de horizontes também se deu com a promoção de parcerias estratégicas para o desenvolvimento brasileiro, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), África do Sul, China – alcançando a posição de segundo parceiro comercial do país, em 2002 – Rússia, Índia, Portugal, dentre outros. Logo, a concepção e atuação internacional brasileira em fóruns seria pautada pelas seguintes ideias:

> Assim, constituíam referência nos pronunciamentos da diplomacia brasileira na ONU os termos democracia (ampliação do Conselho de Segurança), globalização (riscos e oportunidades, em especial, a ideia de globalização assimétrica), integração (como

> uma contrapartida à globalização e por uma integração entre povos, com a defesa da experiência do Mercosul), capitais voláteis (necessidade de controlar), reforma da ONU (ampliação do Conselho de Segurança), liberalismo (abertura de mercados agrícolas e oposição ao protecionismo dos desenvolvidos), multilateralismo (oposição ao unilateralismo das grandes potências), governança global (regulação multilateral das relações internacionais), e protecionismo (novos temas nas negociações econômicas, meio ambiente, patentes e cláusulas trabalhistas) (SILVA, 2012, p. 30-31).

Com a eclosão de disputas militares entre o Equador e o Peru na região da Floresta Amazônica no início de seu governo, o papel mediador brasileiro resultaria, em 26 de outubro de 1998, no Acordo Global e Definitivo de Paz, assinado por ambas as nações, com a presença de FHC, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e vários presidentes do continente. A resolução do contencioso denotou o papel de protagonismo responsável, e nunca unilateral, do Brasil, além de reforçar a essência pacífica da diplomacia brasileira na promoção da paz (RICUPERO, 2017). Logo, é mais uma evidência da presença de um nacionalismo pautado na igualdade, ou seja, mais cooperativo, na política exterior brasileira. Todavia, o segundo mandato de seu governo seria marcado por uma nova correção de rumos, frente ao esgotamento da matriz neoliberal após a crise financeira de 1999 e, em seguida, ao esvaziamento da ONU frente à ascensão do unilateralismo norte-americano e sua agenda de securitização pós-11 de setembro de 2001. Se na primeira parte de sua política exterior a participação brasileira na agenda internacional seria o ponto de partida de maior inserção e desenvolvimento, passaria agora a denunciar os efeitos dessa globalização assimétrica – que estaria gerando descompasso entre as nações e prejudicando, especialmente, as em desenvolvimento (SILVA, 2012).

A conturbação ao fim de sua política exterior também refletia o contexto doméstico de seu segundo mandato, com uma série de apagões elétricos e racionamentos forçados de energia ocorridos no país entre 2001 e 2002, que resultariam na retração do crescimento do PIB (de 4,3% para 1,3%), intensificação da inflação e juros de 19%. Mesmo com a negociação de um pacote de US$ 15 bilhões com o FMI, o cenário econômico viria a se desorganizar mais uma vez com a ansiedade eleitoral de uma possível vitória de Lula em 2002. Quanto aos apagões nacionais, parte de suas ocorrências é explicada, justamente, pela adoção desse "neoliberalismo matizado" no setor energético, privando investimentos estatais necessários em uma área essencial, como apontam Ribeiro e Novaes (2014):

> Em 2000, o governo federal exigiu que a Petrobras contratasse quantidades adicionais de gás natural boliviano, insumo que seria utilizado nas usinas termelétricas atreladas ao PPT [Programa Prioritário de Termeletricidade]. Pode-se afirmar que esta estratégia representou um indício de que a crise energética brasileira, que ocorreu em 2001, avizinhava-se. No que se refere a tal crise, o governo de Fernando Henrique

> Cardoso mostrou-se surpreso com o fato, atribuindo o problema à diminuição dos níveis dos reservatórios do Sudeste, associada à estiagem. Por outro lado, **o reduzido nível e/ou a inadequação dos investimentos realizados no setor foram apontados pelos críticos desse governo como os principais causadores do apagão**. Independentemente dos fatores causadores da crise energética e da parcela de culpa do governo Fernando Henrique Cardoso para que ela ocorresse, **além do racionamento de energia, as usinas termelétricas movidas a gás natural foram transformadas, de maneira emergencial, em válvula de escape à geração hidrelétrica**. Para viabilizar tal solução, o governo Cardoso obrigou a Petrobras a encampar a maior parte do PPT, o que acabou gerando enormes prejuízos à empresa.

Aliado aos apagões, a deterioração da economia – com uma retração nos últimos anos, apesar de recuperação em 2000 – elevação da dívida pública e da inflação, má distribuição de renda e, por fim, uma percepção negativa de seu governo com escândalos de corrupção do período[166] derrubaram seu índice de aprovação para 23%, em setembro de 2002 (Folha de S. Paulo, 2022). Desgastado por sua proximidade com o governo FHC, o candidato psdebista e ex-ministro, José Serra, acaba por perder a eleição e, após três disputas presidenciais passadas, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assume a presidência. Passados 22 anos desde sua criação, o PT transformou-se de sua vertente mais radical para uma mais reformista, preocupada com a governabilidade e as reações do mercado – de certa forma, tornou-se mais pragmático. Com o receio do mercado de que uma vitória de Lula representaria um possível calote da dívida pública, a elevação do dólar e do risco Brasil fez com que sua campanha tranquilizasse a sociedade e demonstrasse uma nova faceta do PT além de sua vertente mais radical. Na "Carta aos brasileiros", Lula comprometia-se a respeitar contratos e privatizações firmadas no governo anterior, promover a união e combater a inflação. Dessa forma, saia de cena a figura do sindicalista revolucionário e entrava a de um presidente conciliador e propenso ao diálogo (REIS, 2014).

Em um primeiro momento, sua política econômica não se diferenciou muito da de seu antecessor. Com a crise econômica sul-americana de 2002, o governo sufocou o crescimento da economia em 2003 para conter a inflação do ano anterior, abaixando os juros e retomando o crescimento após superada a crise. O que se sucedeu durante seus dois mandatos foi um crescimento exponencial do PIB brasileiro, saindo de 1,2% para 5,7% em 2004 e mantendo uma média de crescimento de 5,2% entre 2004 e 2008. Mesmo com um crescimento de -0,3% em 2009, em decorrência da crise financeira do período, saltou novamente para um crescimento de 7,6% no último ano de seu mandato (RICUPERO, 2017).

[166] 69% da população apontava envolvimento com corrupção em seu governo, com 33% achando que FHC tinha "muita responsabilidade" pelos casos (Datafolha, 2002).

Parte do crescimento econômico no período se deu pelo aumento da oferta do crédito consignado e políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, expandindo o mercado interno. Em seu segundo mandato, a abordagem econômica adquiriu um caráter menos neoliberal, culminando na criação de controles de capitais especulativos a partir da elevação contínua do imposto sobre recursos vindos do exterior (SINGER, 2014). Além disso, a dependência com o FMI foi sanada a partir do acúmulo elevado de reservas internacionais, encerrando 2010 com US$ 288,5 bilhões em reservas (Valor Online, 2011) e antecipando o pagamento da dívida, no valor de US$ 15,5 bilhões, ainda em 2005 (Exame, 2008).

Mesmo com uma certa continuidade na política de desenvolvimento dos últimos governos, o período Lula inaugura uma nova abordagem que viria a ser conhecida como "neodesenvolvimentismo", ou "novo desenvolvimentismo". Sob essa perspectiva, um país se desenvolverá a partir do aproveitamento das forças do mercado, desde que mantenha a estabilidade macroeconômica, não apenas da inflação e das contas públicas; conte com instituições gerais que fortaleçam o governo e o mercado com um conjunto de políticas econômicas que sejam a base de uma estratégia nacional de desenvolvimento; e seja capaz de promover a poupança interna, o investimento e a inovação empresarial, não necessitando apenas de uma poupança externa para financiar o desenvolvimento. O crescimento econômico também deveria ser compatibilizado com a equidade social, sendo impossível, segundo essa premissa, reduzir a desigualdade sem o crescimento econômico elevado e continuado. Essa nova abordagem se colocava como uma terceira opção ao populismo latino-americano e à ortodoxia convencional do Consenso de Washington. Além disso, promovia uma retomada da importância da dimensão política do Estado-nação para o desenvolvimento (SAAD-FILHO, 2011).

Mesmo inserido na terceira onda populista – de um populismo neoclássico da esquerda – e mantendo proximidades com figuras que compõem essa onda – com os Kirchners na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia –, tanto o modelo de desenvolvimento escolhido quanto a abordagem política de Lula passam longe da retórica anti-imperialista e estatizante dessas lideranças (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Todavia, é inegável que o populismo se fez presente como uma ideologia complementar ao novo desenvolvimentismo de Lula. Ao abordar a forma como o presidente construía sua visão de nação, Roberto Mendes Ramos Pereira e Laurindo Mékie Pereira (2011) apontam, em "*A nação segundo Lula: o reencontro do Brasil consigo mesmo*", o aspecto otimista na forma como Lula aborda a nação, associando sua história pessoal à história do país, prometendo por vezes recuperar a dignidade e a autoestima dos brasileiros, e fazendo uso da diplomacia presidencial

na projeção externa. Em referência ao "gigante pela própria natureza", Lula argumentava que as potencialidades brasileiras não poderiam continuar adormecidas, preparando seu governo para uma ênfase maior em seu papel como agente condutor nesse processo.

Referenciando a ótica neodesenvolvimentista, o Estado é colocado em seus discursos como o indutor, planejador e investidor – especialmente após a crise de 2008, com o relaxamento em se alcançar superávits primários, aumento nos gastos governamentais e um papel mais ativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no fomento do crescimento econômico (NETO, 2023). O aspecto da projeção e do prestígio externo – especialmente na política, economia e diplomacia – é aliado no processo de recuperação e elevação da autoestima nacional.

> A nação se pretende unificadora; ela procura representar as diferenças com unidade. No discurso lulista, **esse esforço unificador foi percebido a partir de alguns temas e imagens principais aos quais o Presidente recorria** para destacar a prevalência de um todo sobre clivagens e interesses setorizados. Numa análise minuciosa dos temas, os mais utilizados foram: a) **o combate à miséria**, especialmente a mobilização contra a fome, à qual o presidente se refere como uma "guerra"; b) **a união e colaboração de todos os brasileiros**, especialmente partidos políticos e entidades de classe em prol do "país" ou dos "interesses maiores", "nacionais"; c) **a ênfase na capacidade de o brasileiro de superar dificuldades e ser "bem sucedido"**, o que seria comprovado pelo próprio Lula, cuja biografia é explorada à exaustão; d) **a marca na história**: persistente afirmação de seu governo e suas ações como especiais na história do país, procurando associá-lo a outros períodos que ocupam espaço privilegiado na memória nacional como a Era Vargas e o governo JK; e) **a transformação da política e imagem externas brasileiras**, projetando o Brasil e os brasileiros como uma nação e um povo respeitado internacionalmente; e f) como produto desse conjunto de fatores, os brasileiros teriam aumentado a sua autoestima, se orgulhariam de sua identidade e **o país teria se "reencontrado consigo mesmo".** Entre essas ideias-chave, a mais forte parece ser a utilização da política externa como o instrumento por excelência para a grande virada na autoestima dos brasileiros (PEREIRA, R; PEREIRA, M, 2011, p.353).

O nacionalismo proposto por Lula detém um caráter mais pragmático e, partilhando aqui a mesma concepção dos autores, se aproxima mais de um nacionalismo cívico – que se enquadra no modelo relacional pautado na igualdade (POWERS, 2022) – valorizando elementos que remetem à união nacional através da valorização das potencialidades brasileiras presentes e futuras, desvalorizando aspectos étnicos ou uma história nacional única. O pragmatismo fica evidente quando, ao promover a exportação de capitais para o país, não prega um combate ou revanchismo contra o "imperialismo". Assim como o neodesenvolvimentismo não o faz, "[...] a nação de Lula não triunfa contra o imperialismo, ela pretende se fazer precisamente participando dele. Paradoxalmente, é o governo do presidente operário que parece mais próximo dessa inversão." (PEREIRA, R; PEREIRA, M, 2011, p. 363).

Com um vazio de liderança na América do Sul – dado o contexto de direcionamento da atenção norte-americana para a Ásia e, especialmente, o Oriente Médio – a política externa do período guiou-se por quatro eixos diplomáticos: [1] o reconhecimento brasileiro como ator global de primeira ordem, observado na busca pelo assento permanente no CSNU e participação ativa de novos blocos; [2] a consolidação de um cenário econômico internacional que beneficiasse o desenvolvimento com base nas vantagens comparativas brasileiras, especialmente na agricultura; [3] maior ênfase na dinâmica Sul-Sul; [4] e a criação de um espaço político-estratégico e econômico-comercial na América do Sul, tendo a expansão do Mercosul como melhor caminho (RICUPERO, 2017). Além da busca no assento permanente, o primeiro eixo ficou marcado por iniciativas ousadas de projeção e atuação internacional através da dinâmica Sul-Sul, do G20 e da participação ativa brasileira na Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). No segundo eixo, destaca-se a participação brasileira na Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), que, mesmo não gerando os resultados esperados no curto prazo, foi um marco importante na postulação das demandas comerciais para nações em desenvolvimento. O terceiro eixo foi marcado pela criação do bloco de nações com economias emergentes, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (PECEQUILO, 2010).

Por fim, o último eixo representou uma continuidade da gestão passada no fortalecimento da integração na região através do Mercosul e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), além da criação de novos organismos: a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Dessa forma, buscaram estabelecer uma agenda conjunta de desenvolvimento político e econômico para os países membros sem a presença e influência dos Estados Unidos em ambas. Foram criadas iniciativas extrarregionais inéditas como as Cúpulas América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA), tendo como objetivo a maior aproximação e intensificação de negociações econômicas e estratégias entre essas regiões. No âmbito do Mercosul, destacaram-se a continuidade das negociações[167] do acordo comercial com a União Europeia (UE) e a ampliação de parceria estratégica com o bloco europeu. Além disso, ocorrera um crescimento das relações extrarregionais com a China, vindo a se tornar o maior parceiro comercial de diversas nações latino-americanas e, especificamente,

[167] O acordo foi concluído apenas em 2024, durante seu terceiro mandato (SCHREIBER; PRAZERES, 2024).

do Brasil em 2008 – trazendo benefícios e desequilíbrios às economias locais, como desindustrialização e déficits comerciais (PECEQUILO; CARMO, 2017).

Todavia, Ricupero (2017) aponta algumas limitações no processo de integração na região que se devem tanto a fatores externos quanto à abordagem diplomática do governo. Ao mesmo tempo em que havia um vácuo de liderança na região no início do século, houve um processo de heterogeneização dos governos regionais, elevando as divergências e dificultando o consenso. A ascensão de lideranças da terceira onda populista na Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador – com um processo de radicalização política mais forte nas três últimas – dificultava a integração com nações de viés mais democrático com economias liberais, como o Chile, Peru e Colômbia. Aliado ao fator externo, a presença de uma "diplomacia paralela" do governo na América do Sul – mais ideológica e de orientação partidária e presidencial – dificultava uma ação mais contundente com esses governos em matéria de direitos humanos e disputas locais, como no caso da nacionalização da Petrobras na Bolívia. Promovida pelo então presidente Evo Morales, em 2006, foi decretada a nacionalização de investimentos e a ocupação militar de instalações da empresa. Em sequência, o Palácio do Planalto viria a reconhecer o direito boliviano soberano sobre seus recursos naturais, não fazendo qualquer menção ao episódio com uso de força militar. Além do prejuízo de ordem energética e econômica, o episódio denotou claros limites do nacionalismo neodesenvolvimentista do governo perante a frente mais ideológica de sua diplomacia.

A anuência de Lula não se deu apenas após o episódio, ela pode ter sido uma das fontes de inspiração para a "demonstração" de poder boliviano:

> O que não se sabia é que **Lula tinha sido consultado por Evo Morales sobre a eventual reação brasileira**. No seminário "Bolívia Dez Anos", realizado em São Paulo (5 de outubro de 2015), o ex-presidente, ao lado do vice-presidente boliviano Álvaro García Linera, assim narrou a sondagem: "O Evo me perguntou: 'Como você se comportaria se nós nacionalizássemos a Petrobras?' Respondi: '**O gás é de vocês, o petróleo é de vocês**'. E foi assim que nos comportamos, respeitando o direito soberano que a Bolívia tinha sobre seu solo". Não é de admirar que, diante da resposta, o presidente boliviano se sentisse autorizado a agir como fez, certo de encontrar do lado brasileiro compreensão e apoio. Essa atitude estendeu-se além do episódio da nacionalização propriamente dito. Em 2007, um ano após a nacionalização, Evo Morales visitaria Brasília, onde obteria de seu colega aprovação para o pagamento de US$ 434 milhões adicionais pelo conteúdo alegadamente "rico" (em termos de aproveitamento petroquímico, que não foi feito) do gás fornecido nos anos anteriores. Uma vez mais, a **Petrobras havia resistido em aceitar a exigência, que não constava do contrato, mas foi forçada a acatar as ordens do Palácio do Planalto**. A decisão seria mais tarde questionada pelo Tribunal de Contas da União (RICUPERO, 2017, p. 660).

No que tange as relações com os EUA, segundo Pecequilo (2010), estas podem ser divididas em três fases: os dois primeiros anos da nova presidência do Brasil e ao auge do

unilateralismo norte-americano (2003-2005), já abordados anteriormente e marcado pelo *boom* das *commodities* e o surgimento da China como principal mercado exportador; os próximos três anos (2005-2008) são de uma tentativa de *restart* nas relações, com a criação do *U.S.-Brazil Strategic Partnership Dialogue* (2005) e a assinatura de um memorando de entendimento entre os dois países para avançar na cooperação em biocombustíveis (2007); e, de 2009 em diante, o início das relações com Barack Obama, na qual ocorrera um retorno da atenção norte-americana para outros conflitos globais e, especialmente, para questões de ordem doméstica. Todavia, episódios como o golpe em Honduras e as negociações nucleares com o Irã marcariam pontos de inflexão na cooperação entre esses países, devido a divergências.

Dialogando com o nacionalismo no governo Lula abordado anteriormente, a esfera da cultura foi de suma importância no período. Segundo Calabre (2013), ao se buscar cumprir a emenda constitucional 48, de 10 de agosto de 2005 – que estabelece as diretrizes para implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC) –, os primeiros quatro anos do Ministério da Cultura (MinC) sob sua gestão foram marcados pelo estabelecimento de um conjunto de proposições de programas, políticas e ações, elevando a importância e destaque do ministério no período – tendo a liderança de alta importância simbólica de Gilberto Gil. A cultura era entendida como um direito básico ao cidadão, cabendo ao Estado promover e difundir democraticamente o acesso e os meios para elaboração de projetos culturais. As secretarias passam a atuar sob a lógica de implementação de políticas públicas, saindo apenas da finalidade cultural através de incentivos. Houve uma coordenação de ação com órgãos federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), propondo a produção e sistematização de dados referentes à cultura. Nesse sentido, os programas implementados visavam a "tridimensionalidade cultural", elencando as dimensões simbólica, cidadã e econômica; visando a cultura como um vetor de desenvolvimento. Outra inovação na abordagem foi o modelo de gestão democrática e participativa no MinC, promovendo não apenas o acesso e a expansão, mas também a diversidade cultural (CALABRE, 2013).

> A construção do PNC foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. Em dezembro de 2010, o PNC foi finalmente aprovado, sendo composto por cinco capítulos, nos quais se distribuem 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas estabelecidas com base no conjunto das diretrizes, estratégias e ações previstas no documento (CALABRE, 2013, p. 149).

Todavia, a partir de 2007, houve uma ampliação do escopo de atividades do MinC, comprometendo maior efetividade nas ações:

> Podemos afirmar que entre 2007 e 2010, [...] novos campos de diálogo eram abertos, novas parcerias foram sugeridas, ampliando as dificuldades de efetivação já evidentes. Sem dúvida o Ministério ousou, ampliou a complexidade da pasta, alargou seu campo de ação, intensificou os debates sobre a cultura colocando-a no campo das políticas públicas, mas várias lacunas ficaram igualmente abertas. O presidente Lula, em diversas oportunidades, expressou a importância da pasta da cultura, mas o Ministério não conseguiu alcançar o simbólico 1% do orçamento para a cultura (CALABRE, 2013, p. 155).

Seguindo a lógica neodesenvolvimentista, a agenda social ganhou nova dimensão em seu segundo mandato. Mesmo com a eclosão do episódio de corrupção do Mensalão[168] e um desgaste de figuras ligadas ao governo, a reeleição de Lula inaugurava um segundo momento na política econômica: políticas sociais passavam a ser uma prioridade, buscando balancear a responsabilidade fiscal e uma inflação em patamar aceitável. Apesar de duramente criticado durante seu primeiro mandato, o Programa Fome Zero – depois incorporado ao Bolsa Família – foi, de fato, o primeiro esforço governamental brasileiro de combate à fome (NETO, 2023). O Bolsa Família, por sua vez, viria a receber reconhecimento internacional por seus esforços e resultados, recebendo, em 2013, prêmio da Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA) em seu sucesso no combate à pobreza (Ipea, 2013). Juntamente com políticas de expansão de crédito e valorização do salário mínimo, o governo optou por adotar uma atitude anticíclica em meio ao cenário de crise mundial, evitando um novo ciclo de recessão econômica através do investimento na esfera social – impactando positivamente a atividade econômica no período (NETO, 2023).

Ao final de seu mandato, mesmo com uma aprovação de 83%, a marca da corrupção passava a ser um espectro que assombraria o PT cada vez mais nos subsequentes ciclos eleitorais. Não cabendo ao escopo do trabalho uma análise profunda acerca dos meandros do caso do Mensalão, o fato é que a utilização da Teoria do Domínio do Fato – que considera o autor aquele que detém o controle da ação, mesmo não tendo participado ativamente dela – na abordagem jurídica do caso fundamentou a prisão de várias lideranças do partido, uma vez que permitia a associação ao esquema de corrupção por ocuparem posições partidárias importantes. Aliado a esse fato, a exploração midiática do caso expandiu a abordagem, fazendo associações diretas de participação de Lula. Especialmente no caso da Revista Veja, ocorrera uma constante

[168] Escândalo de compra de votos envolvendo figuras ligadas ao governo. Baseou-se no pagamento mensal a parlamentares, desde que votassem nas pautas apresentadas pelo governo. Diferentemente de escândalos na gestão passada, o Mensalão dominou o debate público e a cobertura midiática no período, elevando a pressão sob o governo e Lula (FONTAINHA; LIMA, 2019).

evocação de um modelo cognitivo idealizado negativo em capas que retratavam a figura de Lula[169].

Nesse sentido, a eclosão de escândalos de corrupção, seguidos de uma forte cobertura midiática, e a presença do partido no poder durante quatorze anos constituiriam gradativamente uma associação do partido com a corrupção inerente ao sistema político brasileiro. Esse quadro viria a se intensificar com o julgamento do Mensalão, em 2012, e a eclosão de novos escândalos no segundo mandato de sua sucessora – consolidando o forte sentimento do antipetismo no período (PINA, 2018). Os primórdios do antipetismo são um ponto que merece destaque na pesquisa por se tratar de um sentimento que viria a ser cada vez mais explorado politicamente, especialmente por Jair Bolsonaro.

Pode-se dizer que o capital político construído por Lula, especialmente durante seu segundo mandato, foi crucial para a vitória de sua ex-ministra e então sucessora, Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Mesmo contrariando seu círculo mais próximo, a indicação de Dilma tinha dois objetivos: ser uma pessoa de confiança do presidente para dar continuidade ao projeto lulista e a intenção de Lula de "presentear" o país com a primeira presidente, após ter sido o primeiro presidente operário da história (RICUPERO, 2017). Com a imagem do partido ainda afetada e com escândalos no período anterior, a então presidente buscou realizar uma "limpeza" no quadro do governo, negando proteção aos acusados de corrupção. No espaço de menos de um ano, seis ministros caíram e Nelson Jobim, Ministro da Defesa, foi substituído por Celso Amorim (PECEQUILO; CARMO, 2017).

De acordo com Sydenham Lourenço Neto (2021), mesmo com um crescimento do PIB (2,7%) muito próximo da média mundial de 4,4% e a elevação do país à sétima maior economia do mundo, em 2011, a percepção interna do governo e empresariado era de um crescimento ainda muito abaixo do esperado, resultando na elaboração de uma estratégia de retomada de crescimento com o Plano Brasil Maior, ainda no primeiro ano. Longe de ser uma "nova matriz econômica", como foi apresentado pelo governo, não se diferenciava tanto das políticas anticíclicas de Lula após a crise de 2008, fazendo uso de políticas expansionistas. Logo, as medidas contidas no plano se resumiam à redução dos juros reais e da taxa Selic, desoneração de impostos e tributos, desvalorização da moeda e a redução de tarifas de energia elétrica – com o objetivo de reduzir a tarifa em 20%, trouxe efeitos desastrosos como o aumento da inflação em 4% e das tarifas de energia em 49%, em 2015. Se a ideia central do plano era retomar o crescimento e a industrialização no país, claramente não obteve o êxito esperado. O crescimento

[169] Ver (SANTOS, 2023).

nos dois anos seguintes (1,92% e 2,5%, respectivamente) ficou abaixo do valor projetado pelo governo, piorando ainda mais a situação com o crescimento pífio de 0,5% em 2014 – ano de reeleição. Nos subsequentes anos, o crescimento negativo na economia (-3,55% e -3,31%, respectivamente) e a persistência da inflação apenas confirmaram o cenário de recessão na economia brasileira, após as eleições.

> O fracasso da Nova Matriz Econômica, ou Agenda FIESP, ou simplesmente Plano Brasil Maior, é inegável, na medida em que a desindustrialização continuou acelerada e o PIB não cresceu o esperado segundo as próprias previsões do governo. Para 2013, por exemplo, o crescimento projetado foi de 3,3% e o crescimento real verificado foi de 2,5%. **O fracasso do Plano Maior certamente foi determinante para o rompimento da aliança política com a FIESP e até mesmo com algumas centrais sindicais**. FIESP e Força Sindical trabalharam contra a reeleição de Dilma, em 2014, e depois formaram parte da linha de frente do movimento a favor do golpe jurídico e parlamentar de 2016 (NETO, 2021, p. 499).

Preocupados com o fracasso do plano, a estratégia governamental optou por intensificar o uso de recursos do Tesouro, estimulando investimento através de empréstimos subsidiados pelo BNDES e o consumo de famílias e a concessão de desonerações tributárias para setores específicos. Na prática, a expansão na concessão de subsídios para as empresas denominadas "campeãs nacionais" acabou apenas por intensificar o desequilíbrio fiscal do governo: quanto mais os gastos estivessem acima da capacidade de arrecadação, mais comprometida estaria a capacidade de crescimento e a implementação de programas sociais. A falta de coesão na condução econômica se tornou ainda mais clara quando, após uma vitória apertada no segundo turno contra Aécio Neves – 51,64% contra 48,36% –, nomeou para a Fazenda um nome forte no mercado financeiro, Joaquim Levy, e implementou um programa econômico de austeridade similar ao de seu concorrente, classificado na campanha como um "plano de austericídio" (RICUPERO, 2017).

Na política externa, a maior expectativa era de que, sob a liderança de uma mulher, ex-guerrilheira e torturada na ditadura, a pauta dos direitos humanos viria a se tornar o eixo central nos próximos quatro anos. O voto brasileiro condenando violações de direitos humanos no Irã parecia indicar uma superação de algumas barreiras ideológico-partidárias. O que transpareceu, na realidade, foram episódios similares ao de seu antecessor: críticas – corretas – perante intervenções do CSNU, praticadas por nações desenvolvidas sob pretexto humanitário, mas uma inação na frente da "diplomacia paralela" do Executivo. Essa dinâmica ficou clara na fuga e refúgio de Roger Pinto, senador boliviano, na embaixada brasileira em La Paz – impasse que durou 15 meses, só foi solucionado unilateralmente por Eduardo Saboia, encarregado da embaixada e, consequentemente, resultou na queda do então chanceler, Antonio Patriota – e as

posições dúbias tomadas em relação ao *impeachment* do paraguaio, Fernando Lugo, a subsequente expulsão do Paraguai do Mercosul e a entrada da Venezuela no bloco. Mesmo com a normalização do Paraguai e retorno ao bloco em 2013, abriu-se espaço para contestações internas, uma vez que ficava a impressão de que se tratou apenas de uma manobra diplomática para incluir a Venezuela no bloco e anular a maior oposição quanto à sua entrada: o Paraguai. Além disso, a dificuldade no processo de integração também persistiu com a ascensão de Nicolás Maduro na Venezuela, garantindo maior instabilidade nessa questão (PECEQUILO; CARMO, 2017).

A falta de inserção e protagonismo brasileiro na região acabou por fragmentar ainda mais o processo de integração, permitindo maior influência chinesa na região e maior aproximação do Chile, Colômbia e Peru com o bloco comercial norte-americano:

> Ao se mostrar incapaz de oferecer uma alternativa, ou de liderar um projeto comum, o Brasil permitiu a fragmentação da região com o enfraquecimento do consenso político existente acerca da integração. Um dos resultados foi o surgimento da Aliança do Pacífico. [...] Para um Estado como o Brasil, cuja projeção dependia basicamente do *soft power* e das expectativas sobre o crescimento futuro da sua economia, a reversão das expectativas econômicas impactou de forma direta na sua capacidade de se projetar internacionalmente e de interferir na agenda global. [...] Ao final do primeiro governo Dilma, as principais iniciativas da política externa brasileira, os BRICS e a América Latina, estavam sob o guarda-chuva chinês no Foro China-CELAC (PECEQUILO; CARMO, 2017, p. 36; 37-38).

De acordo com Ricupero (2017), o grande dilema da política exterior de Dilma era, ao mesmo tempo, não se mover à sombra dos feitos internacionais de Lula e calcar uma identidade própria. Esse cenário levou à incorporação de um perfil mais discreto e pouco ativo em política externa, contrastando com o papel mais protagonista da última gestão – chegando a ser criticada até mesmo por Lula ao adotar certa "timidez" nessa esfera. Todavia, uma atitude inovadora foi a tentativa de estruturar uma relação mais recíproca e proveitosa com os Estados Unidos, distanciando-se das expectativas brasileiras e focando no papel de aproximador entre extremos que o país poderia desenvolver na América Latina. Entretanto, pouco tempo antes da primeira visita de Estado ao país, em outubro de 2013, eclodiu o escândalo de espionagem da NSA contra "nações amigas", monitorando diretamente a então presidente brasileira. Mesmo com a realização da visita ao país em 2015 – um ano antes do *impeachment* da presidente –, o incidente de espionagem nunca seria propriamente absorvido, distanciando as nações e permanecendo como uma marca altamente negativa nas relações no período. Nas palavras do autor, "As relações Brasil-Estados Unidos confirmavam a espécie de maldição de que sofriam havia décadas: cada vez que se anunciava uma fase de realizações brilhantes, não demorava para que tudo recaísse na frustração e no desapontamento recíproco." (p. 687).

No âmbito do BRICS, a criação do Banco de Desenvolvimento e a criação de um Arranjo Contingente de Reservas, caso a capacidade e recursos de liderança brasileira fossem favoráveis, poderiam ter resultado em maior liderança ativa do país no bloco. Todavia, o protagonismo chinês nesse processo – concedendo 82% do valor de 50 bilhões de dólares totais para a criação das reservas iniciais – levantou questionamentos quanto à viabilidade da redução da dependência da economia brasileira com outras potências mundiais frente a um rearranjo dessa dependência, a partir de um projeto reformista liderado pela China. Sem mais avanços concretos das pautas na OMC e do Acordo Mercosul-União Europeia, a política externa, similarmente ao contexto econômico, aparentava carecer de objetivos claros a serem alcançados internacionalmente. A desvalorização do Itamaraty – e da carreira diplomática no período[170] – fez com que o órgão perdesse a capacidade de iniciativa em questões exteriores. Além disso, sendo o Brasil uma nação cuja projeção dependia de um *soft power* e das expectativas de crescimento econômico, o refluxo da economia acabou por impactar negativamente na projeção e capacidade de ação brasileira na agenda internacional (PECEQUILO; CARMO, 2017).

O elemento mais importante do período Dilma corresponde ao contexto da política doméstica brasileira, culminando em três episódios que trariam reverberações contundentes no futuro do país: as Jornadas de Junho de 2013, a eclosão da Operação Lava-Jato e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse sentido, esses elementos serão abordados brevemente na sequência, explorando seus efeitos na polarização afetiva no país. Cabe destacar, primeiramente, que o contexto de engajamento popular na política brasileira, especialmente após o movimento de *impeachment* de Collor, não apresentava alto grau de mobilização ou engajamento com temas e pautas políticas. O que se observa na história política do país são momentos de engajamento seguidos por longos períodos de desinteresse ou apatia por assuntos de natureza política. Os movimentos de rupturas apontados até aqui podem ser parte da explicação, justamente por atrapalharem – ou interromperem de fato, como no caso da ditadura – a possibilidade de construção a longo prazo de movimentos políticos engajados além de temas ou momentos políticos específicos. Contudo, a já apontada falta de identificação do povo com seu papel histórico na construção nacional – e, consequentemente, de uma ideia de identidade clara – também complementa parte da explicação. As manifestações de junho de 2013 são

[170] Segundo Rubens Ricupero (2016, p.683): "Depois da fase de exagerada expansão de cargos e criação de embaixadas da era dourada Lula/Amorim, o Itamaraty passou, quase sem transição, a não ter dinheiro para pagar contas de luz, água, telefone e aluguel das missões e consulados, do auxílio-moradia para funcionários diplomáticos e administrativos, para as contribuições a organizações internacionais, a começar pela ONU e agrupamentos dos quais havíamos sido fundadores quase na véspera. Depoimentos de diplomatas que levaram tais problemas a ministros e autoridades responsáveis pelo orçamento e liberação de gastos dão conta da indiferença, na melhor das hipóteses, e da má vontade preconceituosa, na pior, com que eram recebidas essas demandas.".

cruciais por representarem um momento de retorno de insatisfações populares às ruas, sendo o ponto de virada para o crescimento, nos anos seguintes, de um maior engajamento político – com efeitos adversos para a democracia liberal brasileira.

As manifestações começaram de forma organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 6 de junho, protestando contra o aumento de vinte centavos da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo e tendo como um de seus slogans o "não me representa", já demonstrando que, mesmo com as transformações nos subsequentes protestos, o movimento demonstrava um claro descontentamento com a representação política frente aos anseios populares. Um diferencial nessas manifestações foi o uso intensivo de redes sociais para a organização de manifestações, atraindo, em grande parte, estudantes secundaristas. Conforme os protestos cresciam rapidamente, pautas difusas passaram a ser inseridas nos protestos por novos participantes, atores e grupos com orientações ideológicas divergentes e, até mesmo, divergentes. Cartazes e gritos de ordem contra o governo e pedindo "Fora, Dilma!" passaram a ser mais comuns nas manifestações, assim como episódios de violência policial e hostilização de políticos e movimentos partidários. Mesmo com o MPL abandonando os protestos após atingirem seus objetivos, estes continuaram e se espalharam pelas principais capitais do país e em diversas cidades e passaram a ter maior presença de grupos de direita e pautas anticorrupção, aumentando a cobertura midiática dos protestos (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

A mancha política que havia recaído sobre a direita brasileira após o fim da ditadura começa a se reverter a partir dessa reorientação aparentemente "apolítica" para uma pauta mais moralizante de combate à corrupção generalizada. A percepção de que as manifestações não tinham qualquer cunho ideológico era clara no período, uma vez que, ao final de junho, apenas 15% da população era contra os protestos (G1, 2013), enquanto grupos que pedem pela intervenção militar na política já se faziam presentes nos protestos de 2013, como a União Nacionalista Democrática, fundada em 1993, e O Pesadelo de Qualquer Político, de 2007 (FREITAS, 2023). A direita – e com a ultradireita no mesmo processo – passaria a se reorganizar:

> Os protestos de 2013 podem ser tomados como o ponto de inflexão histórico a partir do qual disputas políticas passaram a se dar dentro de uma retórica antipartidária, que aos poucos foi se aproximando de uma gramática moral que alimentaria uma cruzada "saneadora" contra a corrupção. Uma rede de websites de perfil político conservador emergiu angariando um número considerável de seguidores nas redes sociais que repercutiam suas notícias – incluído o que hoje é chamado de fake news – levando-os às ruas – o que até então era muito mais frequente por parte de grupos progressistas, como demonstrado, por exemplo, pela Marcha da Maconha, pela Marcha das Vadias, pelo Movimento do Passe Livre etc. A partir de 2013, "político" deixou de ser substantivo e passou a ser um adjetivo usado negativamente para desqualificar pessoas, ideias, análises. Paralelamente a isso, foi emergindo um vocabulário que

> rechaça a ideia de liderança, prioriza a ação direta (até violenta) em detrimento das formas de diálogo e da negociação política. Observa-se nesse ponto, a extrapolação para a vida cotidiana offline de um acirramento das posições que parece espelhar o fenômeno das bolhas de opinião das redes sociais. Desde então, tais bolhas e as manifestações divergentes nas ruas passaram a se retroalimentar e se digladiar (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 955).

Mesmo com a interrupção dos protestos em 2013, o resultado apertado das eleições de 2014 reacendeu o *momentum* político para novos protestos a partir de novembro. Entre o final daquele ano e no decorrer do seguinte, ocorreu o surgimento de novos grupos e movimentos políticos no decorrer das manifestações, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Movimento Nas Ruas (MNR), vindo ambos a elegeram representantes políticos no futuro[171]. A eclosão da Operação Lava-Jato apenas reforçou a mobilização nos protestos contra o governo, abarcando extensa cobertura midiática nos últimos dois anos do governo Dilma. O episódio do levantamento do sigilo da gravação da conversa entre a então presidente e Lula, para que este assumisse o Ministério da Casa Civil, foi o sintoma de uma dinâmica recorrente: o ativismo judicial presente na operação, com um canal direto entre investigadores e jornalistas, buscando coordenar o vazamento seletivo de informações[172]. A associação entre os esquemas revelados pela Lava-Jato e membros do PT fez com que a pressão popular, política e empresarial pelo *impeachment* apenas crescesse.

Após o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, perder o apoio petista no Comitê de Ética na votação de um processo que o visava por corrupção, em 2 de dezembro de 2015, acatou um dos diversos pedidos de *impeachment* recebidos até ali. Com a votação na Câmara (17 de abril de 2016) e o subsequente afastamento de Dilma, o Senado confirmou a perda do cargo em 31 de agosto de 2016. A justificativa do pedido se deu pela violação da Lei de Responsabilidade Fiscal – as "pedaladas fiscais" – pela presidente (RICUPERO, 2017). Vários dos votos parlamentares apresentavam justificativas com temas generalizantes – como "Pelo fim da corrupção, pelo fim da vagabundização remunerada" –, saudações a membros familiares, de ordem religioso-política – "Pela paz de Jerusalém" – e até mesmo com requintes de violência política, sendo o mais emblemático o voto do então deputado, Jair Bolsonaro[173] (TEIXEIRA, 2016). Tanto a justificativa do pedido, dos votos, e o

[171] Foram eleitos em 2018 e 2016, respectivamente, o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), pelo MBL, e a deputada federal e fundadora do MNR, Carla Zambelli (Patriota-São Paulo).

[172] Uma série de reportagens do *The Intercept*, a partir de 2019, viria a expor mensagens e conversas entre investigadores, agentes da Polícia Federal (PF) e jornalistas (MARTINS; NEVES; DEMORI, 2021).

[173] "Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos da Casa: parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em salas de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo

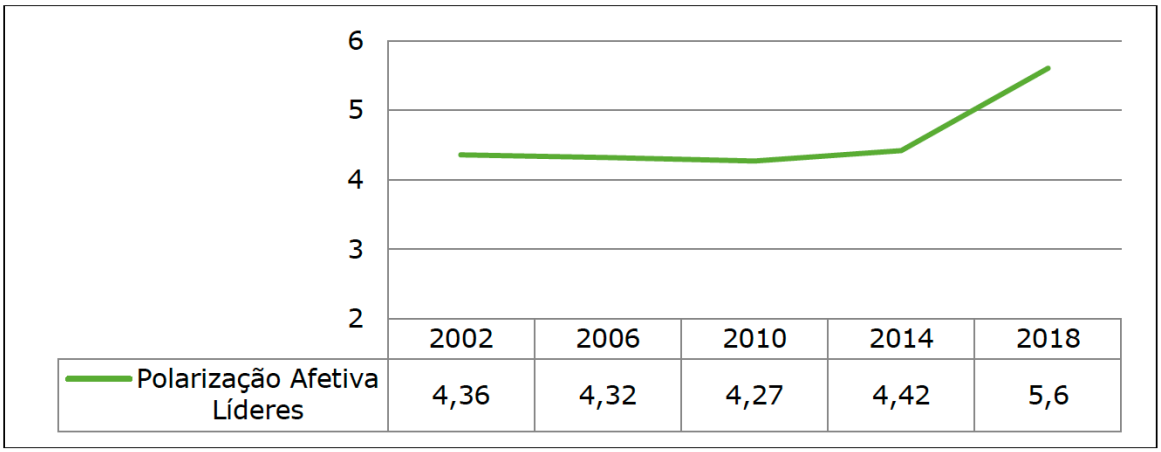
fato de apenas onze deputados terem usado as "pedaladas fiscais" como justificativa (NALON, 2016), quanto a divisão na votação no Senado – não cassando os direitos políticos de Dilma – deixavam claro que as intenções na efetivação do *impeachment* se deram mais pelo contexto econômico durante seu governo e a perda de sua base política no Congresso do que pela existência ou não do crime de responsabilidade.

O que interessa é a elevação da polarização afetiva mediante esse processo que se inicia em 2013. No estudo "Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil", Mario Fuks e Pedro Henrique Marques (2022) apontam elo entre o crescimento na polarização afetiva na década passada e o crescimento do engajamento político, sendo que os mais participativos tinham 47,5% mais chances de estarem polarizados em relação a algum líder político. Entre 2014 e 2018, os autores identificaram um declínio na porcentagem de indivíduos que se autodeclaravam ideologicamente como "não sabem" (de 22% para 10,5%) e um crescimento entre os que se declararam como de "esquerda" (de 7,7% para 14,8%) e de "direita" (27,5% para 43,4%). Além disso, conforme demonstra o Gráfico 5, a polarização afetiva em relação às lideranças políticas aumentou ainda mais que a polarização em relação aos partidos.

Com a finalização do processo de afastamento, o governo de Michel Temer (2016-2019) tem seu início com um cenário altamente polarizado e com uma economia que havia apresentado crescimento negativo do PIB (-3,3%) em 2016. Sabendo que sua baixa popularidade inviabilizaria qualquer pretensão política em 2018, Temer buscou aproveitar os últimos dois anos que restavam de mandato para empenhar uma série de reformas impopulares, como a trabalhista, da previdência, do ensino médio e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, ou "Teto de Gastos". Esta última, aprovada em finais de 2016, estabelecia um teto para o crescimento das despesas do governo e promovia um ajuste fiscal. A lenta recuperação econômica – com um crescimento médio de 1,6% do PIB e uma taxa de desemprego de 13%, em 2018 – foi alcançada através do empenho de políticas neoliberais, recaindo o maior impacto sobre o aspecto social.

Gráfico 5 – Evolução da média da polarização afetiva em relação aos líderes, 2002-2018

exército de Caxias do Sul, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de tudo, meu voto é sim!" (BOLSONARO, 2016, apud TEIXEIRA, 2016).



	2002	2006	2010	2014	2018
Polarização Afetiva Líderes	4,36	4,32	4,27	4,42	5,6

Fonte: Fuks e Marques (2022)

A reforma trabalhista, sob a promessa de reduzir o desemprego alto do período flexibilizando as relações com o empregador, não reduziu o desemprego momentâneo e contribuiu, no longo prazo, para uma intensificação da informalidade, precarização de postos de trabalho e da remuneração trabalhista (FGV-Ibre 2024, apud SOBRINHO, 2024). A reforma previdenciária, por sua vez, teve sua tramitação suspensa pelo governo em 2018 por conta da falta de votos no parlamento e pela Intervenção Federal no Rio de Janeiro, no mesmo ano. No ensino médio, a reforma foi uma fonte de controvérsias por conta da precarização que a flexibilização curricular acarretaria para o ensino público, quando comparado com o particular, além de corroer os conteúdos obrigatórios dessa etapa de ensino (LIMA; MACIEL, 2018). A PEC 55, no longo prazo, demonstrou-se como um instrumento pouco relevante na contenção de gastos nos anos seguintes, uma vez que o Ministro da Fazenda do seguinte governo viria a "furar" o teto estabelecido, argumentando que a PEC havia sido mal elaborada (ASSIS; GUALTER, 2022). Ainda em seu governo, a PEC acabou por reter efeitos drásticos em investimentos na área de educação, cultura e saúde, uma vez que trata todos os gastos governamentais de forma homogênea, igualando o peso de gastos administrativos com gastos com programas sociais, por exemplo (ROUBICEK, 2021).

Mesmo recriando o MinC um mês após duras críticas quando optou por extingui-lo, o retorno de tendências neoliberais acabou por resultar no desmonte da pasta, sob justificativas de necessidade de "desaparelhar" o ministério, redirecionando esforços na área apenas para ampliação da lei de incentivo, aumentando a atratividade para os patrocínios e permitindo a cobrança de ingressos cinco vezes acima do valor do vale-cultura (CERQUEIRA, 2018). Temer resumiu de forma sucinta na frase "Não fale em crise, trabalhe" a abordagem de seu governo na esfera social e cultural logo em seu primeiro discurso como presidente (DINIZ, 2016).

Em matéria de política exterior, por conta da natureza transitória de seu governo, não houve uma tentativa de retomar um papel de protagonismo internacional ou a implementação de um novo paradigma. Diferentemente de governos anteriores, Temer optou por duas indicações ao MRE fora da carreira diplomática e buscar uma política exterior de oposição às gestões anteriores, intensificando maior rivalidade com o governo venezuelano (OLIVEIRA, 2018). A busca estabelece uma ruptura com o legado exterior do país, legitimando decisões sob a justificativa de se combater a ideologização da política exterior. O redirecionamento de esforços para a Aliança do Pacífico, os Estados Unidos e a União Europeia – através das negociações com o Mercosul – sob a justificativa de retorno aos parceiros "tradicionais" não era um sinal de desconhecimento das tradições exteriores do país, mas uma evidência de que a retórica de combate a uma ideologia tinha por detrás a implementação de outra abordagem ideológica – mesmo que o governo não admitisse. Logo, representou um isolamento brasileiro com nações vizinhas e sem tentativa de avanços no processo de integração (MIRANDA, 2019). No âmbito multilateral, os maiores esforços do governo se restringiram a questões de comércio exterior e atração de investimentos ao país, abandonando a possibilidade de investimento via BRICS e optando por mecanismos de concessões e privatizações.

> Um sintoma da tímida participação do Brasil na política internacional é o descaso dos líderes mundiais que, ao passarem pela América Latina, não incluíram o país em seu roteiro. [...] Além disso, podem ser incluídos no rol de fatores prejudiciais à política externa brasileira, outros dois: a questão do desinteresse com as questões ambientais, tendo em vista a questão do desmatamento na região amazônica e, principalmente, a questão dos direitos humanos, na qual o governo Temer tem conduzido internamente com evidente descaso, sendo, inclusive, criticado por Organizações Internacionais (OLIVEIRA, 2018, p. 304).

4.8 Elementos do nacionalismo brasileiro sob uma perspectiva histórica

O presente capítulo buscou trazer uma melhor compreensão acerca dos elementos nacionalistas no Brasil, desde sua independência. Diferentemente do caso norte-americano, o nacionalismo cívico, e especialmente o nacionalismo étnico, não são tão expressivos na história – mas isso não significa que não estejam presentes. O nacionalismo cívico no país, além de sofrer com constantes episódios de adversidades exteriores e rupturas institucionais internas, não encontra alta inserção popular, devido aos processos de exclusão popular em processos importantes à formação da identidade nacional, já abordados aqui. Não é comum, na mesma proporção que nos Estados Unidos, observar o nacionalismo banal no país, sendo mais reservado para momentos específicos de protestos e celebrações – como o rápido

desaparecimento de bandeiras nacionais em locais públicos e privados após o fim de campeonatos internacionais de futebol. Mais além, as rupturas institucionais ao longo da história brasileira acabaram por gerar ainda mais desconexão popular com as instituições históricas do país, uma vez que novos ciclos são iniciados sem uma averiguação crítica do que transcorreu. No exemplo mais recente da falta de uma memória coletiva nacional, temos a ditadura militar brasileira que, quando encerrada, foi seguida da promessa de um novo período democrático. Com mais de trinta anos desde a nova Constituição, a instabilidade democrática que ameaça uma nova ruptura ainda persiste.

> O corrente sistema já passou dos 32 anos, quase o dobro do primeiro. Dos sete presidentes, um chegou ao fim do mandato só Deus sabe como (Sarney, 1990); dois sofreram impeachment (Collor, outubro de 1992; Dilma, agosto de 2016); dois cumpriram mandatos duplos (Fernando Henrique e Lula), um completou o termo de Collor (Itamar), o outro (Temer) tenta fazer o mesmo em relação ao de Dilma. A primeira e inescapável conclusão é que **os regimes políticos não se tornaram mais estáveis com o decorrer do tempo**. A taxa de instabilidade e ruptura continua intoleravelmente alta, embora haja importante modificação: **agora, os afastamentos de governos fazem-se não por golpes militares** e, sim, pela aplicação de mecanismos constitucionais, ainda que de caráter excepcional como o impeachment. Aumentou, portanto, o grau de institucionalização, apesar de a **instabilidade continuar sendo a regra** (RICUPERO, 2017, p. 693, grifo nosso).

O nacionalismo étnico, aparentemente, não apresenta a mesma aderência que no caso norte-americano. Nesse aspecto, o processo de miscigenação – longe de solucionar as relações raciais e perpetuar uma "democracia racial" – acabaria por diluir manifestações mais explícitas de conteúdo étnico, explicando, por exemplo, as adaptações que o nazismo e o fascismo histórico tiveram que tomar no contexto brasileiro. Contudo, mesmo que de forma não explícita, o elemento étnico se fez presente no processo de miscigenação através do branqueamento. Abdias Nascimento (2016), uma das maiores vozes no ativismo e exponente da cultura negra brasileira, aborda essas questões em sua obra "*O Genocídio do Negro Brasileiro*", desmistificando o conceito de democracia racial de Gilberto Freyre, servindo de instrumento de apagamento da história e da identidade negra no país:

> Devemos compreender "democracia racial" como significando a metáfora perfeita para designar o **racismo estilo brasileiro**: **não tão óbvio como racismo dos Estados Unidos** e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, **mas institucionalizado** de forma eficaz aos níveis oficiais de governo, assim como **difuso e profundamente penetrante** no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagem se inferiores. Ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra" da operatividade do "sincretismo" religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem penetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa maquina ironicamente designada "democracia racial" que só **concede aos**

> **negros um único "privilégio": aquele de se tornarem brancos**, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica **permanece intocada a crença na inferioridade do africano** e seus descendentes. [...] O processo de assimilação ou de aculturação não se relaciona apenas à concessão aos negros, individualmente, de prestígio social. Mais grave, restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até à intimidade mesma do ser negro e do seu modo de autoavaliar-se, de sua autoestima. Assim, provoca em Florestan Fernandes esta dramática interrogação: "até que ponto o 'negro' e o 'mulato' estão socializados não só para *tolerar*, mas também para aceitar como normal e até endossar as formas existentes de desigualdade racial, com seus componentes dinâmicos – o preconceito racial dissimulado e a discriminação racial indireta?" (p. 111-112, grifo nosso).

Outro elemento que pode explicar a "diluição" desses elementos étnicos é o fato de que o modelo relacional pautado na igualdade ficou em maior evidência no período abordado. Especialmente em matéria de política exterior, os momentos brasileiros de ímpeto mais agressivo, menos cooperativo e mais propenso ao conflito, além de raros, não são reservados à história nacional desde a Guerra do Paraguai. Aqui há outra divergência com o caso norte-americano: dentre as tentativas brasileiras de se repensar a identidade nacional, raramente estiveram pautadas em uma tentativa ativa de fortalecimento de uma unidade coesa e mais homogênea. Além disso, os repensares da identidade nacional brasileira não permitiram que o país tivesse um "pecado originário", ou seja, um mito fundacional forte com aderência nacional, como o exemplo dos *founding fathers*, nos Estados Unidos. A fundação do Brasil não se deu sob princípios de soberania nacional ou liberdade, serviu como a extensão de um projeto de outra nação – permanecendo assim mesmo após sua independência, no contexto do Brasil Império. O projeto não era de nação, mas de exploração (NETTO, 2023).

Com o crescimento do movimento laico, a Constituição de 1891 estabeleceu a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, mas não impediu a influência do cristianismo na sociedade brasileira. Mesmo sem o papel mais protagonista que possui na história e nos mitos fundacionais dos Estados Unidos, o cristianismo permaneceu como um elemento cultural importante na esfera popular-cultural. Aspectos ligados à religião cristã e ao conservadorismo possuem uma longa tradição na história nacional, permitindo que esses elementos se sobressaiam em períodos ou momentos específicos. Além disso, a cultura política das elites brasileiras, conservadoras, buscou sempre uma distância de radicalismos que pudessem desestabilizar a ordem social vigente. Destarte, a impossibilidade de grande espaço dado por essas elites para grupos, movimentos ou temáticas mais explícitas da extrema-direita, explica, em partes, a baixa adesão popular a esses elementos nacionalistas mais radicais.

> [...] há muito, uma característica central do sistema político implantado após a Proclamação da República, em 1889: a lógica liberal associada à práxis democrática. seja no domínio oligárquico disfarçado de liberalismo durante a república Velha, seja no autoritarismo da Era Vargas ou na «democracia relativa» implantada pelo regime militar, a cultura política das elites brasileiras sempre desconfiou de mobilizações populares ou radicalismos que fossem perigosos para a ordem constituída. nesse sentido, a manutenção do *status quo*, **pela força se necessário**, é a prioridade absoluta e as elites brasileiras sempre desconfiaram de mudanças que poderiam sinalizar uma perda de controle da sociedade e do Estado por parte delas. O fato de a **cultura política brasileira sempre ter sido**, em essência, **conservadora, autoritária e pouco democrática**, sempre pronta a resolver pela força os problemas e desafios sociais e políticos, **pode ter bloqueado o caminho da direita radical**, em suas várias encarnações. Em outras palavras, o fato de o Brasil ser um país dominado, na maior parte da sua história, pela direita tradicional, em suas mais variadas formas, pode ter dificultado, e não facilitado, a existência da direita radical no país. o fato de a direita brasileira sempre ter conseguido dar as cartas no país, ao menos até a redemocratização em 1985, pode ser, assim, a razão central da força relativamente pequena da sua ala radical (BERTONHA, 2021, p. 149-150, grifo nosso).

Mesmo em sua forma "tropicalizada", movimentos e grupos de ultradireita vêm crescendo e se reorganizando no país desde a redemocratização. A pesquisa de Adriana Dias, antropóloga e referência no monitoramento de grupos neonazistas no país, aponta que, apenas entre 2019 e 2021, as células de grupos neonazistas cresceram 270,6% no país, contando com 99 células em São Paulo, 69 em Santa Catarina e 66 no Paraná – mas com presença também em estados do Nordeste e Centro-Oeste (RODRIGUES, 2024).

Outro aspecto levantado na segunda parte do capítulo foi a perspectiva de que, ao mesmo tempo em que há um "vácuo" na identidade nacional brasileira. A capacidade da identidade nacional brasileira incorporar novos elementos também a torna suscetível de ser instrumentalizada, permitindo disputas narrativas e revisionismos quanto aos elementos que a compõem. O mito do Sebastianismo[174] é corrente na narrativa política brasileira, profetizando a chegada messiânica e a capacidade de uma liderança nacional em solucionar todas as mazelas e principais questões nacionais.

Apenas entre os anos de 2013 e 2018, diversas figuras e personalidades políticas foram elevadas ao nível de "herói nacional": Eduardo Campos, despontando como uma nova alternativa eleitoral em 2014 com sua famosa frase "Não vamos desistir do Brasil", antes de falecer em acidente aéreo; Aécio Neves, na quase vitória em 2014; Eduardo Cunha ao longo do impasse do *impeachment*; e Sergio Moro, no comando da Lava-Jato, são alguns desses exemplos recentes. A perpetuação dessa tradição denota seu caráter autoritário, reforçando a ideia de que apenas a partir de uma liderança forte os problemas nacionais serão solucionados. De outro lado, o vácuo possibilita a capacidade brasileira de incorporar e abraçar o "novo",

[174] Mito lusitano do retorno profético do rei D. Sebastião ao trono, para reconduzir Portugal de volta à glória (ABREU, 2002).

conforme abordamos a partir de Carlos Lessa (2008). Contudo, a incorporação constante da novidade, apesar de admirável, também coloca a identidade nacional – e os brasileiros – em um constante estado de espera pelo "novo". Por consequência, a nação se torna o "País do Futuro": com um horizonte brilhante, mas que nunca chega.

5 O NEONACIONALISMO

Após uma reconstrução histórica dos principais elementos nacionalistas na história nacional dos Estados Unidos e do Brasil, após suas independências, foi possível observar a influência de contornos históricos distintos no processo de estruturação das identidades nacionais. O processo de formação nacional norte-americano – somado ao conceito de excepcionalismo do país – permitiu que o nacionalismo étnico permanecesse como um elemento crucial no desenvolvimento da identidade nacional do país, assim como nas relações sociais altamente racializadas no país. Além disso, o nacionalismo cristão despontou como outro elemento constante ao longo de sua história, portando-se como um demarcador de identidade importante no arquétipo WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*). Já no caso brasileiro, a baixa inserção histórica do nacionalismo cívico, assim como uma diluição do nacionalismo étnico através da miscigenação, já despontam como diferenças notórias com os vinhos ao Norte. Com experiências históricas bem distintas, cabe o seguinte questionamento: como explicar, a partir dessas experiências, similaridades claras entre Trump e Bolsonaro e a ascensão de sentimentos sociais e políticos que, em períodos anteriores, pareciam pouco intensos e, em alguns casos, aparentemente inexistentes?

Nesse sentido, o último capítulo dessa pesquisa busca elucidar essa questão a partir do conceito do neonacionalismo, referenciado nos capítulos anteriores. Para tal, será apresentado, primeiramente, o estado da arte do conceito, elencando sua evolução histórica e suas definições conceituais, lacunas, para, sem seguida, introduzir as contribuições da presente pesquisa para o conceito de neonacionalismo. A última parte do capítulo abordará a presença do neonacionalismo nas administrações de Donald Trump e Jair Bolsonaro, realizando um estudo comparado de suas políticas externas a partir das principais características do neonacionalismo, visando testar a hipótese apresentada no primeiro capítulo.

5.1 O “estado da arte” do neonacionalismo

Assim como os estudos de nacionalismos, os estudos de neonacionalismo, apesar de pouco difundidos na literatura da ultradireita contemporânea, surgem no final do século passado na Europa, buscando compreender a ascensão gradual de uma nova direita europeia mais identitária[175] Como ocorre com diversos conceitos das ciências sociais, o termo

[175] Ver Gingrich, 2006; Beck, 1996.

"neonacionalismo", muitas vezes, foi utilizado ao se referir à uma nova forma de nacionalismo, ou "novo nacionalismo", que poderia se consolidar perante a intensificação do processo de integração regional europeia e a perda de importância de Estados-nação nesse processo (BAYER, 2000), ou como uma nova forma de identidade nacional coletiva que viria a emergir no continente integrado (MAMADOUH, 1999). Com os desdobramentos políticos a partir da segunda metade da década passada, o termo neonacionalismo passou a se referir mais propriamente ao conceito presente nessa pesquisa.

Similarmente aos conceitos de nacionalismos, populismo e ultradireita, o neonacionalismo se consolida a partir de uma perspectiva histórica que também detém intersecções com a evolução histórica desses conceitos. A problemática que iniciou os estudos de neonacionalismo fora a dificuldade contínua em conceituar e compreender a tendência contemporânea na direita radical populista e na extrema-direita em defenderem a ideia de que a imigração ameaçaria a homogeneidade cultural da nação—juntamente com o comportamento de pânico moral empregado pela ultradireita (HERVIK, 2021). Um dos primeiros trabalhos a popularizar o conceito foi o artigo *Neo-nationalism and the reconfiguration of Europe*, do etnólogo austríaco, Andre Gingrich (2006). Partindo da problemática referenciada acima, Gingrich (2006) define o neonacionalismo como sendo

> o **nacionalismo em um período globalizado de reajuste agressivo** pós-colonial e pós-Guerra Fria. Em alguns casos, o neonacionalismo em suas variantes de "nova direita" pode compartilhar alguns de seus inventários ideológicos com grupos extremistas militantes ilegais, como os neonazistas, mas não é idêntico a eles. Em outros casos, o neonacionalismo pode se cruzar até certo ponto com o etno-nacionalismo, o regionalismo e até mesmo com elementos de secessionismo, […]. No entanto, em escala europeia, o neonacionalismo geralmente não é caracterizado por movimentos de separação dos estados existentes ou por movimentos antiparlamentares e anticonstitucionais clandestinos. Esses fenômenos existem por si só, mas sua interseção com o neonacionalismo é limitada. Independentemente de suas fortes tendências internas ao autoritarismo, **até agora os neonacionalistas têm observado cuidadosamente a legitimidade constitucional**, bem como uma certa dose de "liberalismo populista" […]. Ao mesmo tempo, eles se esforçam para explorar, manipular e **transformar a democracia constitucional para seus próprios fins**. Sua busca pelo poder geralmente é encenada na forma de **campanhas populistas dramáticas e performances carismáticas na mídia**, visando a uma fortaleza europeia recém-reconfigurada, que eles afirmam que deve ser reconstruída em torno de estados nacionais solidamente revigorados **que cooperam defensivamente contra as consequências da globalização que são percebidas como malignas e perigosas** (p. 200, grifo nosso, tradução nossa[176]).

[176] is nationalismin a globalised period of aggressive postcolonial and post-Cold War readjustment. In a few cases, neo-nationalism in its 'new right' variants may share some of its ideological inventories with illegal militant extremist groups such as Neo-Nazis, butit is not identical with them. In other cases, neo-nationalism may intersect to an extent with ethno-nationalism, regionalism and even with elements of secessionism, [...] Yet on a Europe-wide scale, neo-nationalism is generally not characterised by breakaway movements from existing states, or by underground antiparliamentaryand anti-constitutional movements. These phenomena exist in their own right, but

Apesar de não discorrer mais intensivamente sobre as relações entre o conceito e o populismo, a conceitualização inicial de Gingrich elenca alguns dos elementos cruciais presentes no neonacionalismo: os efeitos da globalização mais intensificada após o fim da Guerra Fria, campanhas populistas, transnacionalização e interferências no modelo da democracia liberal. Logo, o contexto de surgimento do neonacionalismo levantado pelo autor está situado no contexto do surgimento e ascensão da direita radical europeia – presente na terceira onda da ultradireita (1980-2000) – na política parlamentar de muitas dessas nações (BEYME, 2013), assim como na segunda onda populista, compreendida entre o final dos anos 80 e anos iniciais do século XXI: o populismo neoliberal[177] (FINCHELSTEIN, 2019). Frente a um desemprego crescente, imigração em massa e a intensificação do processo de integração regional europeu, partidos de direita radical passaram a ser observados como uma possibilidade eleitoral – mesmo que com níveis de sucesso distintos. Todavia, a gradativa aproximação desses partidos com o populismo permitiu sua combinação ao autoritarismo e à crescente aversão ao imigrante não-europeu (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Destarte, a crescente interdependência entre nações no processo de globalização – movido cada vez mais pela internalização dos ideais neoliberais nas classes políticas dominantes – juntamente com suas consequências adversas, se apresenta como propulsor direto da ascensão neonacionalista contemporânea. Como ocorre com o populismo e a ultradireita, a ascensão do neonacionalismo subdivide-se em três ondas: a crise do petróleo, na década de 1970; o colapso do comunismo e o 11 de setembro de 2001; e a crise financeira internacional de 2007 e crise de refugiados na Europa. Como forma de retaliação aos países ocidentais que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kippur (1973), Estados-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram o preço internacional do barril de petróleo, resultando na queda da produção mundial de petróleo e, consequentemente, adversidades econômicas – especialmente na elevação do desemprego. No contexto europeu, significou o primeiro avanço de uma direita radical populista que viria a explorar politicamente a figura do imigrante como ponto de antagonismo e de origem das frustrações econômicas do período. Todavia, a diferença central nesse momento foi a popularização de narrativas políticas de

---

they intersect only to a limited extent with neo-nationalism. Regardless of their strong internal tendencies towards authoritarianism, so far neo-nationalists have carefully observed constitutional legitimacy as well as a certain amount of 'populist liberalism', as discussed earlier [...]. At the same time, they strive to exploit, manipulate and transform constitutional democracy for their own purposes. Their quest for power is usually staged in the form of dramatic populist campaigns and charismatic media performances aimed at a newly reconfigured fortress Europe, one that they claim must be rebuilt around solidly reinvigorated national states that cooperate defensively against consequences of globalisation that are perceived as evil and dangerous (GINGRICH, 2006, p. 200).

[177] Apesar de muito mais inserido no contexto latino-americano, o populismo neoliberal se fez presente no continente europeu com a ascensão política de Silvio Berlusconi, na Itália.

ansiedade cultural na Europa. Frente à imigração massiva que o continente sofreu no pós-guerra – necessária e promovida pela demanda de mão de obra –, a primeira onda de neonacionalistas buscou desvencilhar-se de heranças e figuras ligadas ao neofascismo e ao neonazismo europeu para conquistar espaços, como no caso da Frente Nacional (FN), de Jean-Marie-Le Pen, conquistando espaço no parlamento francês e popularizando a ideia central do movimento identitário da direita radical europeia: a percepção de uma destruição cultural e espiritual em andamento na Europa que apenas poderia ser revertida por meios radicais[178] (BERGMANN, 2020).

A segunda onda, iniciada após o colapso do bloco comunista europeu, é marcada por um gradual distanciamento de políticos sociais-democratas da base trabalhadora. Fosse por uma desconexão com as demandas e a realidade da classe trabalhadora ou pela busca de novos eleitores, sociais-democratas direcionaram seus esforços para tarefas políticas "mais sofisticadas", como igualdade de gênero, proteção ambiental, educação superior e inovações democráticas, criando um vácuo de demandas políticas através da alienação de trabalhadores de esquerda e perda de apoio da maior parte da classe trabalhadora. É justamente esse vácuo que neonacionalistas buscaram preencher no período. Consequentemente, os eventos catastróficos do 11 de setembro trouxeram, sob uma perspectiva mais popular e superficial, validação para crescentes sentimentos negativos em relação ao imigrante, especialmente o muçulmano, popularizando teorias conspiratórias de um plano de islamização do continente europeu, como na obra *Eurabia: The Euro-Arab Axis* (2005), de Bat Ye'or[179]. Juntamente com a popularização dessas teorias, grupos mais extremistas avançaram no período, como o *British National Party* (BNP), de caráter neofascista, e o movimento nacional-socialista dinamarquês de 1991, resgatando o neonazismo herdado do antigo partido nazista do entreguerras (Ibid).

Por fim, a terceira onda é marcante pela popularização e normalização política de figuras neonacionalistas:

> Mesmo em democracias firmemente enraizadas, a política tradicional deu lugar aos populistas. A terceira onda de populismo nativista também trouxe uma transformação em sua aparência. Eles não eram mais demagogos desonestos que se divertiam com o simbolismo nazista, como nas épocas anteriores. Em vez disso, os líderes populistas agora se pareciam com políticos normais. […] a terceira onda viu a disseminação do nacionalismo populista mais do que nunca no mainstream da política europeia e americana. A nova onda trouxe o Brexit para o Reino Unido, Donald Trump para o

[178] Nesse contexto, teorias de cunho antissemita e altamente racistas, como o "genocídio branco" e "a grande substituição" – abordadas no segundo capítulo – não estavam mais apenas reservadas ao círculo da direita radical e da extrema-direita europeia.

[179] Pseudônimo utilizado pela historiadora Giséle Littman. Sua obra, duramente criticada dentro da academia, mas altamente popular fora dela, promulga uma conspiração de que países árabes, desde a década de 1970, buscam subjugar o continente europeu, islamizando sua sociedade e tornando-o um satélite político do mundo árabe.

> poder nos Estados Unidos e Marine Le Pen se classificou para o segundo turno nas eleições presidenciais na França, onde obteve um terço dos votos. De fato, esse era um mundo totalmente novo. É revelador de seu alcance o fato de que as quatro maiores democracias do mundo – Brasil, Indonésia e Índia, além dos EUA – foram todas governadas por políticos frequentemente rotulados como populistas (BERGMANN, 2020 p. 131, tradução nossa[180]).

Nesse sentido, antes de explorarmos as raízes políticas, culturais e econômicas do neonacionalismo, cabe discorrer criticamente acerca das principais definições do conceito postuladas até o momento. No artigo *Neo-nationalism in Western Europe*, Eger e Valdez (2014) evidenciam o distanciamento de partidos europeus anti-imigração de um modelo econômico amplamente neoliberal com um Estado enxuto, caminhando, desde meados da década de 1990, para uma posição mais favorável em relação à proteção do Estado de bem-estar social. Nesse sentido, a partir de um mapeamento de eleitores e partidos da direita radical europeia, os autores concluem que neonacionalistas divergiriam de partidos da direita convencional e da direita radical europeia pela sua oposição ao multiculturalismo, à integração europeia e aos direitos civis (especialmente de grupos minoritários), defesa de um sistema de bem-estar social (apenas para co-nacionais) e, curiosamente, uma baixa adesão ao autoritarismo. Em referência ao último ponto, os autores apontam que – mesmo com esse resultado contradizendo a literatura acerca de variáveis previsíveis de apoio à direita radical – esses partidos buscam capturar uma "audiência nacional", não se restringindo a eleitores com preferências por personalidades políticas autoritárias.

Perante o mapeamento apresentado pelos autores, há duas importantes contribuições. Primeiro, o distanciamento de neonacionalistas de políticas neoliberais – no período anterior a 2016 – corrobora para a percepção de uma institucionalização de ideais neoliberais econômicos por partidos sociais-democratas. Em segundo lugar, a capacidade de alcance de neonacionalistas em comparação com partidos convencionais da direita radical, mobilizando pautas e temas ligados ao aspecto da identidade europeia sem alienar eleitores não cativos. Contudo, há uma definição pouco clara e generalizante acerca do conceito, especificidades e estratégias que diferenciam neonacionalistas de partidos anti-imigração no continente. A

[180] Even in firmly rooted democracies, traditional politics were given way to populists. The third wave of nativist populism also brought a transformation in their appearance. These were no longer rogue demagogues reveling in Nazi symbolism, as in previous eras. Instead, populist leaders now looked like normal politicians. [...] the third wave saw the spread of populist nationalism further into the mainstream in Europeand and American politics than ever before. The new wave brought Brexit to the UK, Donald Trump to power in America and Marine Le Pen qualifying to the second round in the presidential elections in France, where she bagged a third of the vote. Indeed, this was a brand-new world. It is telling for their reach that the four largest democracies in the world – Brazil, Indonesia and India in addition to the US – were all governed by politicians often labelled as being populist (BERGMANN, 2020 p. 131).

perspectiva apresentada traz um foco demasiado no aspecto anti-imigração que, após os eventos de 2016, viriam a se apresentar como apenas uma das facetas neonacionalistas.

Publicada dois anos após o *Brexit* e a ascensão de Trump, a obra *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*, de Roger Eatwell e Mathew Goodwin (2020), busca apresentar razões que levaram ao cenário pós-2016. Apesar de não tratar especificamente do neonacionalismo e optar pelo termo "nacional-populismo" – infelizmente, altamente generalizante e pouco definido conceitualmente ao longo do livro – os autores acabam por discorrer sobre causas históricas da ascensão do neonacionalismo através de uma abordagem de tendências de longa duração que vem remodelando a democracia liberal, exemplificadas em "quatro Ds": desconfiança, destruição, privação (*deprivation*, em inglês) e desalinhamento. O primeiro aborda os efeitos da democracia liberal na promoção da crescente desconfiança com políticos, partidos tradicionais e instituições democráticas – nacionais ou supranacionais. O segundo aborda a destruição de comunidades e identidades nacionais já estabelecidas, a partir de movimentos de imigração e reconfigurações demográficas. Nesse aspecto, a desconfiança abordada anteriormente apenas aumenta, uma vez que a percepção de erosão da nação – muitas vezes não fundamentada na realidade objetiva de determinados contextos – está em pleno curso com o encorajamento da imigração em massa e agendas "politicamente corretas".

Quanto ao terceiro "D", os autores apontam como a economia globalizada neoliberal aflorou o sentimento de privação relativa: a crença de que, frente à crescente desigualdade econômica, determinados grupos estão perdendo em relação aos outros – especialmente grupos minoritários. Por fim, o desalinhamento é marcado pelo fim da era clássica da democracia liberal, com certa estabilidade política, partidos convencionais fortes e eleitores leais. Nesse contexto, o rompimento com o *mainstream* político acaba por tornar sistemas democrático-liberais cada vez mais voláteis, imprevisíveis e fragmentados. O espanto e surpresa do *establishment* político com Trump e o *Brexit* demonstram esse desalinhamento da classe política dominante com as frustrações populares. Em decorrência dos "quatro Ds", Eatwell e Goodwin (2020) argumentam que um novo espaço de oportunidades políticas – classificado como "reservatório de potencial" – foi inaugurado com um

> grande número de pessoas que já não se identificam com os políticos estabelecidos e que sentem que não tem voz na política, que a imigração crescente e a rápida mudança étnica ameaçam seu grupo nacional, sua cultura e seu modo de vida, e que o sistema econômico liberal as está deixando para trás em relação a outros na sociedade. **Tais tendências precisam ser analisadas em conjunto, não apresentadas como abordagens concorrentes.** Dizemos isso porque, infelizmente, há no Ocidente um inútil debate sobre o populismo que joga os fatores uns contra os outros, como se eles fossem mutuamente excludentes. Trata-se de economia ou de cultura? De empregos ou de imigrantes? De austeridade ou de nacionalismo? […] esse debate binário é de

> pouca ajuda: a vida real não funciona assim. Ele é simplista demais e ignora o fato de que preocupações sobre cultura e economia podem interagir e frequentemente o fazem (p. 22-23).

Logo, partilhamos da percepção de que fatores culturais e econômicos devem ser analisados conjuntamente para uma melhor compreensão acerca do neonacionalismo – movimento que será realizado após as definições conceituais do fenômeno. Os autores destacam que o argumento econômico isolado, por exemplo, não se sustenta se observarmos casos específicos como Portugal, Espanha e Irlanda: nações fortemente impactadas pela crise econômica de 2007, mas que tardariam a observar movimentos políticos similares aos da França e Alemanha. Há também um cuidado em desmistificar o mito do voto nessas novas lideranças pelo simples "protesto" contra o sistema, uma vez que propostas como a construção do muro obtiveram um apoio de oito em cada dez eleitores de Trump, demonstrando um apoio engajado ativo de seus eleitores. Todavia, como abordado inicialmente, o termo "nacional-populismo" é pouco adequado, uma vez que os autores o utilizam para se referir, simultaneamente, a figuras como Marine Le Pen, Nigel Farage, Viktor Orbán, Donald Trump e Jair Bolsonaro. Enquanto há um cuidado em não generalizar explicações da origem desse fenômeno, o mesmo não ocorre ao delimitar conceitualmente o nacional-populismo, tipos de populismo e nacionalismos e especificidades que justifiquem a utilização desse termo em detrimento de outros já existentes – além de uma utilização pouco aprofundada do conceito de extrema-direita.

Contribuições mais específicas acerca do neonacionalismo são encontradas na obra *Neo-nationalism: The rise of Nativist Populism*, do cientista político Eirikur Bergmann (2020). O autor compreende o neonacionalismo como uma junção entre o populismo e o nativismo, sendo o último correspondente a uma oposição a uma minoria interna a partir de seu caráter estrangeiro. Logo, o elemento nativista se baseia na impossibilidade de conciliação de um grupo com a figura do "outro", operando como a política que separa grupos externos daqueles que são considerados como constituindo "o povo escolhido". O aspecto populista separa a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: "o povo" frente a uma elite corrupta. O populismo contemporâneo (denominado pelo autor como um "novo populismo") agrega como componentes de mobilização a crise da representatividade na América Latina e na Europa e uma crescente descrença em políticos convencionais. Esse elemento da descrença é crucial nesses movimentos por apresentar novas lideranças como *outsiders* e soluções radicais para momentos de crise. A ascensão acelerada desse fenômeno na última década se deu por conta de três tendências cruciais: a onda de políticas populistas, a disseminação de teorias da conspiração e o crescimento de fontes de desinformação por conta da revolução nos meios midiáticos. Na

era digital, essas novas lideranças neonacionalistas puderam propagar teorias da conspiração e desinformação em larga escala, minando de forma bem-sucedida o establishment político de diversas nações.

Bergmann (2020) elenca dez características essenciais ao neonacionalismo que, apesar de se fazerem presentes em interações anteriores, operam de forma conjunta e mais intensiva nesse novo fenômeno, conforme a Tabela 8. O autor argumenta que a retórica neonacionalista, por meio da política da disrupção, visa transmitir originalidade e expor "performances roteirizadas" do *establishment* político, sendo essencial a quebra de convenções políticas usuais. Com o atual cenário, no qual declarações neonacionalistas são exploradas e denunciadas constantemente pela mídia, neonacionalistas encontram uma forma eficaz de expor essa dinâmica, adotando uma "formulação retórica em quatro etapas":

> **Primeiro vem o ato ou comentário escandaloso** do populista, por exemplo, um comentário racista contra um muçulmano. **Isso desencadeia uma reação dos principais atores** que se opõem ao comentário racista. **A terceira etapa é**, então, o populista **alegar vitimismo e/ou desviar o foco** apontando para outros, até mesmo equiparando o comentário em questão a algo totalmente diferente. **A etapa final é partir para a ofensiva e dramatizar o ciclo** com exageros, enfatizando o direito à liberdade de expressão e acusando aqueles que se opuseram ao comentário inicial de silenciamento e opressão. […] é por meio desse padrão retórico que os populistas têm conseguido **definir a agenda**. A sempre faminta mídia de notícias 24 horas e a moderna mídia on-line são amplamente exploradas para transmitir a mensagem escandalosa dos populistas. Na verdade, a nova mídia tornou-se uma companheira imediata do populismo, pois ambos se beneficiam mutuamente. A nova mídia forneceu aos populistas o oxigênio da atenção que eles precisavam desesperadamente para ter sucesso. Devido ao interesse do público, a mídia de fato ficou obcecada com o comportamento de quebra de normas de muitos populistas. No ambiente da nova mídia, as histórias sensacionais viajam muito mais rápido e mais longe do que as notícias mais sérias e tradicionais (BERGMANN, 2020, p. 44, grifo nosso, tradução nossa[181]).

Além da sistematização do neonacionalismo em "ondas" ao longo da história, o autor aponta a tripla reivindicação neonacionalista de seu apoio ao povo: [1] a criação discursiva de uma ameaça externa à nação; [2] acusações contra a elite doméstica, sendo esta uma traidora do povo e suscetível a se aliar às forças externas; [3] e o autoposicionamento como os únicos

[181] **First comes the scandalous act or comment** of the populist, for instance a racist comment against a Muslim. **That triggers a push-back from mainstream actors** opposing the racist comment. **The third step is** then for the populist **to claim victimhood and/or deflecting** by pointing to others, even equating the comment in question with something entirely different. **The final step is going on the offensive and dramatizing the cycle** with exaggerations, emphasizing the right to free speech and accusing those that countered the initial comment of silencing and oppression. [...] it is through this rhetorical pattern that populists have been able to **set the agenda**. The ever hungry 24-hour rolling news media and the modern online media are widely exploited for transmitting the scandalous message of the populists. In fact, the new media became an instant bedfellow with populism, as both benefitted from one other. The new media provided the populists with the oxygen of attention that they desperately needed to succeed. Because of audience interest, the media in fact became obsessed with the norm-breaking behavior of many populists. In the new media environment, sensational stories travel much faster and further than the more serious and traditional news (BERGMANN, 2020, p. 44, grifo nosso).

defensores verdadeiros do povo contra forças exteriores. Nesse aspecto, grande parte do apelo neonacionalista reside na promessa temática de um indivíduo em "retomar o controle", seja de sua nação, comunidade ou vida pessoal – mesmo que esse "controle" nunca esteja, de fato, na mão desse indivíduo. Partilhando da mesma percepção de Bergmann (2020), o autor argumenta que a "fórmula de sucesso" de neonacionalistas não é apenas uma reiteração da fórmula empregada por um simples populismo de direita – a combinação de políticas neoliberais, autoritarismo e anti-imigração –, mas também nos processos duplos de incitação ao medo e criação eficaz de diferentes "bodes expiatórios" para serem os receptores das frustrações populares. Logo, é possível atribuir culpados e legitimar, através do medo, políticas extremas, como a "[…] construção de barreiras, fechamento de fronteiras, expulsão de imigrantes, saída de instituições internacionais, emasculação da elite, e assim por diante." (p. 216, tradução nossa[182]).

Tabela 8 – Dez características comuns do neonacionalismo, segundo Bergmann

Característica:	Descrição:
1. Nativismo	Utilização de narrativas mitológicas para unificar o grupo frente ameaças estrangeiras ou nacionais.
2. Exclusão	Dividem a sociedade entre "nós" e "eles" – que podem ser imigrantes, minorias e grupos políticos de oposição.
3. Liderança carismática	Operam com base nesse líder do qual detém uma "relação especial".
4. Antielitista	São contra o *establishment* político e é altamente anti-intelectual.
5. Simplificação da realidade	Frente cenários complexos, optam por soluções simples que mobilizem e energizem sua base.
6. Apelo emocional	Atitudes que apelem mais para a emoção de seus apoiadores, mesmo que essas estejam embutidas de contradições severas.
7. Protecionismo	Apesar de se classificarem como liberais econômicos, tendem a ser extremamente protecionistas com a produção nacional.
8. Partidos autoritários ou conservadores	Os partidos dos quais se filiam normalmente são de conservadores sociais ou/com tendências autoritárias.
9. Democracia iliberal	Democracia corresponde à vontade do "povo escolhido". Buscam uma comunicação direta através de canais próprios, especialmente por meio de redes sociais.
10. Menos multilateral	Em matéria de política exterior, não são adeptos de instituições e arranjos supranacionais.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bergmann (2020).

Contudo, há alguns pontos de discordância com a abordagem empregada por Bergmann, a mais fundamental corresponde à utilização do termo "nativismo". Frente à abordagem empregada ao longo da pesquisa em desmistificar o nacionalismo como um conceito

[182] [...] putting up barriers, closing borders, ousting immigrants, exiting international institutions, emasculating the elite, and so on (BERGMAN, 2020, p. 216).

monolítico, o conceito de nativismo é demasiadamente limitante para capturar elementos de distintas formas de nacionalismo empregadas por neonacionalistas. Apesar de o autor compreender que o nativismo não gira, necessariamente, em torno da raça, mas sim da cultura – subtendendo-se que imigrantes bem integrados, e até mesmo seus descendentes –, podem ser considerados como parte *out-group*, utilizar o termo "nativismo-populista" como um sinônimo ao neonacionalismo é pouco adequado. Parte do diferencial do conceito de neonacionalismo reside em sua capacidade discursiva de reformular o *out-group* constantemente, podendo ser imigrantes, adversários políticos, opositores populares, instituições específicas, dentre outros, e até mesmo conceitos mais abstratos e nada específicos, como o "comunismo internacional", a "cultura *woke*" ou o "globalismo". O nativismo, apesar de adequado para exprimir as políticas de nações europeias, não é adequado para explicar, por exemplo, a realidade brasileira, sendo necessária uma abordagem que compreenda o neonacionalismo como um fenômeno de alta adaptabilidade frente ao contexto atual e histórico de cada nação onde se populariza.

Nesse aspecto, a subsequente problemática presente em grande parte dos estudos do neonacionalismo também se faz presente aqui: uma perspectiva altamente eurocentrista. Apesar de citar casos de nações fora do Ocidente global ou menos desenvolvidas, o autor não aborda, justamente, as especificidades de cada realidade nacional. Quando as ondas neonacionalistas são abordadas – especialmente no que diz respeito à primeira onda –, os acontecimentos internacionais transformadores não têm seus efeitos explorados nessas nações. Se apenas tomarmos como exemplo o caso brasileiro, tanto a crise do petróleo quanto a crise financeira do início desse século detiveram impactos e efeitos distintos no país, gerando efeitos econômicos mais tardios – como o avanço tardio do neoliberalismo. Mesmo partilhando da concepção de que neonacionalistas focam primordialmente em aspectos socioculturais, Bergmann subestima a determinância do aspecto racial – mesmo que de forma menos explícita – na capacidade de mobilização a partir da instigação de medos altamente subjetivos de perda de status de um *in-group*.

Pelo seu enfoque no aspecto nativista, o autor considera que neonacionalistas, ao empregar o elemento populista de "povo *versus* elite", tendem a focar na construção de um cenário no qual essa elite estaria trabalhando em nome de forças e interesses estrangeiros. Novamente, apenas o caso brasileiro desmistifica essa percepção, uma vez que inimigos internos foram recorrentemente utilizados – e até com maior eficácia – do que ameaças externas. Logo, o neonacionalismo não se restringe apenas a nações com problemáticas presentes ou passadas de imigração. O mesmo problema é identificado por Haynes (2021), delimitando o

neonacionalismo de Donald Trump apenas em aspectos do nacionalismo cristão e de uma modalidade especificada desenvolvida pelo autor, o "nacionalismo *America first*[183]".

Além disso, Bergmann (2020, p. 45-46) elucida certa dúvida quanto as aspirações de longo prazo de neonacionalistas quando comparadas com às aspirações de experiências históricas do fascismo e nazismo. O argumento que será desenvolvido mais adiante aponta que, inicialmente, neonacionalistas se apresentam mais como anti-elite e defensores da democracia em períodos eleitorais e nos momentos iniciais quando ascendem ao poder. Em seguida, empregam esforços gradativos de erosão do sistema de pesos e contrapesos de sistemas democráticos, caminhando para uma democracia iliberal ao mesmo tempo em que buscam manter um senso de normalidade e de uma "democracia funcional" perante seus apoiadores. Contudo, quando resultados eleitorais ficam aquém do desejado, buscam desmantelar resultados eleitorais de forma explícita, como observamos com Trump e Bolsonaro. Finalmente, as características neonacionalistas apresentadas na Tabela 8 serão retomadas ao final dessa seção, justamente por se fazer necessário expandir e repensá-las frente ao enfoque que o autor deposita no aspecto nativista em detrimento de uma abordagem que empregue distintos nacionalismos.

Autores como Oleksandr Svitych (2023) expandem o conceito ao confrontá-lo com a perspectiva de um neonacionalismo de direita e outro de esquerda, abordando as implicações de cada interação. Similar à perspectiva de diferenciação entre esquerda e direita de Norberto Bobbio (1995), Svitych argumenta que o neonacionalismo de direita consideraria a desigualdade social como sendo natural, ao passo que sua versão de esquerda se oporia ao capitalismo justamente pela desigualdade que promove, adotando uma posição mais universalista e igualitária. O autor também considera que o neonacionalismo de esquerda assume uma postura "mais internacional", enquanto o de direita se voltaria mais para o doméstico, priorizando os interesses nacionais. A incorporação dessa diferenciação pautada na igualdade é pouco inovadora para o conceito, uma vez que opera como uma base de diferenciação do radical mínimo entre a direita e a esquerda, sendo este incorporado como elemento mínimo de diferenciação entre suas subsequentes interações. Mais além, iremos observar que a percepção de "isolamento" ou "completo desinteresse" de neonacionalistas frente o contexto internacional não é sustentada. O desinteresse de neonacionalistas com o internacional se dá pelos moldes do atual sistema vigente desde o pós-Segunda Guerra, se

[183] Categoria de nacionalistas preocupados com a fronteira, imigração e em elevar as potencialidades domésticas e externas do país (HAYNES, 2021). Discordamos dessa perspectiva pro se tratar de uma nomenclatura que, segundo o próprio autor, transmutou-se ao longo da história e, conforme apresentado no capítulo 2, apresenta-se como uma categoria desnecessária frente as mais diversas já existentes e estabelecidas.

fazendo necessário deslegitimar suas instituições e desvencilhar-se de restrições multilaterais, garantindo maior capacidade de ação unilateral, acordos bilaterais e alianças *ad hoc*.

Ao discorrer acerca das especificidades dessas duas vertentes neonacionalistas, aborda que o neonacionalismo de direita é mais voltado para a homogeneização através da cultura, a defesa da nação e mais étnico, enquanto seu oposto e a nação como pautada pela classe, sendo voltado para a defesa de uma classe e pautado no nacionalismo cívico (SVITYCH, 2023). A pesquisa em questão discorda dessa perspectiva por três razões: [1] compreendemos o neonacionalismo como um conceito inserido no contexto de diversos nacionalismos e que se intersecta com elementos do populismo e da extrema-direita, conforme a Figura 4; [2] não incorporamos a percepção de que o neonacionalismo incorpora apenas uma forma de nacionalismo; e, pelas razões apresentadas até aqui, [3] consideramos que o neonacionalismo, necessariamente, promove um nacionalismo pautado no modelo relacional de Powers (2022) de unidade, e não de igualdade. Além disso, o próprio autor considera mais adiante a baixa expressividade eleitoral dos denominados partidos "neonacionalistas de esquerda" e julga o sucesso da versão de "direita" por sua capacidade de "descarregar" frustrações na figura do outro – um elemento crucial do neonacionalismo como um todo.

Todavia, o autor partilha da percepção altamente subjetiva presente no neonacionalismo a partir da incorporação do conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (1991), uma vez que aplica políticas identitárias de forma assertiva e necessita, constantemente, reimaginar a "nação". Nesse aspecto, Svitych (2023) acertadamente propõe um modelo interdisciplinar de análise do neonacionalismo, incorporando ferramentas da economia política internacional e comparada, teoria crítica, política contenciosa, movimentos sociais, psicologia social, competição partidária e preferências eleitorais – movimentos que julgamos necessários para a expansão de estudos menos generalizantes nessa área.

A penúltima contribuição a ser explorada é apresentada na obra *Neo-nationalism and Universities*, de John Aubrey Douglass (2021). Partindo de premissas e causas de ascensão do neonacionalismo similares às apresentadas no início do capítulo, o autor destaca a importância da

> […] capacidade de uma nova geração de populistas e demagogos de usar a tecnologia e as redes sociais para promover a si mesmos e seus movimentos. Esse último advento permitiu que os populistas de direita **contornassem a mídia convencional, construíssem seguidores e criassem uma realidade política separada para seus adeptos**. A grande mídia e o filtro que ela oferecia não são mais os principais veículos de comunicação para políticos e ativistas. Nos Estados Unidos, **quase todas as diretrizes políticas** importantes do presidente Donald J. Trump **foram anunciadas**

> **em tweets**, intercalados com comentários vingativos e difamações sobre adversários políticos; […] (p. 17, grifo nosso, tradução nossa[184]).

A importância da popularização das redes sociais e de novas tecnologias de inserção digital operou – e ainda opera – como uma das razões de maior aceleração no crescimento de apoiadores e no surgimento de novas figuras políticas neonacionalistas. As estratégias e implicações da atual configuração das plataformas de redes sociais serão exploradas ao final dessa seção, com base nas contribuições de Giuliano Da Empoli (2023)[185] para o tema. Todavia, cabe adiantar que partilhamos da percepção de que esses espaços são cruciais na construção e redefinição de narrativas unificadoras e inimigos em potencial – o *out-group* do "momento". O autor também denota que essas narrativas de unificação neonacionalista sempre remetem ao retorno de uma "era dourada", pouco definida discursivamente em relação a qual período e quais especificidades a tornavam "gloriosa". Finalmente, a hostilidade frente a ambientes mais intelectualizados é o objeto de análise de seu livro, demonstrando uma busca pela deslegitimação e desestruturação de ambientes universitários e de pesquisa, posicionados como ambientes "esquerdistas", de "doutrinação" e "pouco patriotas" (DOUGLASS, 2021).

Por fim, a abordagem proposta por Shaoqing Zhou (2022) em *The origins, characteristics and trends of neo-nationalism in the 21st century* parece ser uma das únicas que leva em consideração as complexidades dos nacionalismos presentes no neonacionalismo. O autor classifica o neonacionalismo como uma forma de "política de identidade de alta intensidade", uma vez que

> A política de identidade do neonacionalismo, em comparação com o nacionalismo tradicional, tem uma espécie de características quase fundamentalistas. Ela descarta os princípios de valores fundamentais do nacionalismo tradicional e a etiqueta básica da sociedade educada e leva alguns fatores essenciais perigosos e até mesmo malucos do nacionalismo a extremos na nova era. Além disso, sob a bandeira enganosa de proteger a população local e retornar à religião e à cultura tradicional, a influência e a destrutividade do neonacionalismo foram significativamente aumentadas à medida que um grande número de eleitores medianos que não são nacionalistas nem racistas foram envolvidos no campo (ZHOU, 2022, p. 10, tradução nossa[186]).

---

[184] the ability of a new generation of populists and demagogues to use technology and social networks to promote themselves and their movements. This last advent allowed right-wing populists to **bypass conventional media, build a following, and create a separate political reality for their adherents**. The mainstream media, and the filter they offered, are no longer the primary vehicles for politicians and activists to communicate. In the United States, **almost all of President Donald J. Trump's significant policy directives were announced in tweets**, sandwiched between vindictive comments and aspersions about political opponents; [...] (Douglass, 2021, p. 17, grifo nosso).

[185] Na obra *Os Engenheiros do Caos*, o autor explora as dinâmicas de algoritmos na disseminação de *fake news*, ódio digital, teorias conspiratórias e seus efeitos em eleições democráticas.

[186] The identity politics of neo-nationalism as compared with traditional nationalism has a sort of quasi-fundamentalist characteristics. It discards the core value principles of traditional nationalism and the basic etiquette of polite society, and brings some dangerous and even crazy essential factors of nationalism to extremes in the

Nesse sentido, a capacidade aglutinadora do neonacionalismo se dá por sua capacidade de conseguir mobilizar os mais diversos temas, tópicos e pautas políticas, econômicas, culturais e raciais, mobilizando os mais engajados e atraindo os desengajados – desiludidos com a atual conjuntura da democracia representativa partidária. Zhou (2022, p. 10, tradução nossa[187]) também destaca uma característica distinta do neonacionalismo, da qual também partilhamos: "[…] vários nacionalismos inspiram e competem entre si, produzindo um efeito superimposto em termos de influência. Nesse sentido, o neonacionalismo do século XXI pode ser considerado uma cascata complexa de nacionalismo[s].". Reconhecer a complexidade presente nas diversas formas de nacionalismo frente ao conceito de neonacionalismo permite uma análise que considera os principais elementos nacionalistas na formação histórica e contemporânea de determinado objeto de estudo. Contudo, o autor acaba por não destacar ou levar em consideração essa perspectiva ao argumentar que o neonacionalismo de "terceiro mundo" tem suas origens apenas na "fé e no nativismo antigo". Além disso, o neonacionalismo nos Estados Unidos é manifestado através do nacionalismo cristão, enquanto o de nações europeias seria o "nacionalismo da ultradireita" – desconsiderando que elementos nacionalistas da ultradireita norte-americana não se resumem apenas ao nacionalismo cristão.

Assim como John Aubrey Douglass (2021), Zhao (2022) também destaca o importante papel das redes sociais na promoção e disseminação de mensagens e pautas neonacionalistas, destacando o papel das massas de apoiadores na promoção consciente de valores neonacionalistas no espaço cibernético e sua capacidade de transnacionalização, não se limitando a um país ou região específica. Também considera que sua negação ao "politicamente correto" implica na negação de valores e conquistas da civilização política, desde princípios básicos de respeito na retórica política até a deslegitimação do sistema internacional como um todo. O aspecto do populismo é destacado como mecanismo de propulsão do neonacionalismo, explicando sua capacidade de alcance e apelo popular se comparado aos nacionalismos – que recorrem ao elitismo.

5.2 O neonacionalismo sob uma nova abordagem

new era. Moreover, under the deceptive banner of protecting local people and returning to religion and traditional culture, the influence and destructiveness of neo-nationalism has been significantly enhanced as a large number of median voters who are neither nationalist nor racist are entangled into the camp. Due to space limitations, a brief analysis of this assertion is hereby given (ZHOU, 2022, p. 10).

[187] various nationalisms inspire and compete with each other, producing a super imposed effect in terms of influence. In this sense, neo-nationalism in the 21st century can be deemed as a complex cascade of nationalism (ZHOU, 2022, p. 10).

Com base nos conceitos explorados no presente capítulo e em anteriores, essa seção busca apresentar uma nova abordagem para os estudos de neonacionalismo, delimitando seu conceito e principais características, as explicações para a onda neonacionalista atual e como ele opera na política externa.

5.2.1 O conceito e principais características

Como destacado anteriormente, partilhamos do conceito de neonacionalismo similar ao de Zhao (2022), mas com algumas distinções importantes. Compreendemos que o neonacionalismo é uma forma de política de identidade de alta intensidade, sendo capaz de mobilizar os mais diversos temas – dos mais convencionais aos mais extremos – sob uma roupagem altamente popular, operando com valores altamente subjetivos e que permitem um "redesenho" de sua comunidade imaginada – identidade nacional – e de seus potenciais inimigos. Opera sob a condução de uma narrativa unificadora de retorno a uma "era dourada", pouco definida discursivamente em relação a qual período e quais especificidades a tornavam "gloriosa". A unificação é reforçada por meio da introdução de uma "crise" nacional que deve ser solucionada, sendo constantemente resgatada e complementada pela introdução de variados inimigos existenciais – não apenas em aspectos econômicos e políticos, mas também culturais –, variando desde adversários políticos e instituições até ameaças menos claras e subjetivas, como o "politicamente correto". Resgatando a abordagem dos modelos relacionais de identidade nacional introduzidos por Powers (2022), a necessidade neonacionalista de construção de um *in-group* unificado e homogêneo, portanto, o coloca como pautado na unidade, em detrimento da igualdade intragrupo.

Na literatura contemporânea, não há uma preocupação em situar o neonacionalismo frente a outros conceitos já estabelecidos, como o de ultradireita de Mudde (2019). Destarte, argumentamos que o neonacionalismo opera como uma categoria que interseciona com aspectos do populismo e da extrema-direita. Sua capacidade de mobilizar de forma eficaz distintas formas de nacionalismo, conciliando aspectos mais extremos com os mais convencionais, se dá pela roupagem populista que adota na esfera política. Na atuação política neonacionalista, fica claro que seu populismo opera primordialmente a partir de uma liderança carismática, sendo esta capaz de gerar transformações profundas no partido político do qual faz parte: radicalizando sua ideologia e promovendo novos representantes simpáticos aos ideais neonacionalistas.

Diferentemente da direita radical, neonacionalistas não apenas buscam desqualificar ou interferir em determinadas instituições democráticas, mas limitar a capacidade de atuação de sistemas de pesos e contrapesos e, em última instância, desmantelar esses sistemas quando necessário. Inicialmente, neonacionalistas se apresentam mais como anti-elite e defensores da "real democracia" – sem seu caráter liberal de defesa de grupos minoritários e instituições – em períodos eleitorais nos momentos iniciais de seu governo. Como consequência, passam a empregar esforços gradativos de erosão do sistema de pesos e contrapesos de sistemas democráticos, seja pela constante desqualificação do sistema eleitoral (mesmo quando se beneficiam dele) ou deslegitimação de opositores políticos, da mídia convencional e de instituições que limitem sua capacidade de ação. Nesse aspecto, o curso natural de um governo neonacionalista é a transição para uma democracia iliberal, ao mesmo tempo em que é mantido um senso de normalidade e de uma "democracia funcional" perante seus apoiadores. Quando resultados eleitorais ficam aquém do desejado, se fazem valer da narrativa de perseguição política construída ao longo de seu mandato e buscam desmantelar resultados eleitorais de forma explícita. Todavia, ainda conseguem galvanizar apoio popular mesmo após episódios claros de promoção de ruptura institucional, diferenciando-se de proponentes da extrema-direita que raramente retomam a mesma popularidade após episódios similares.

Discordamos, pelas razões apresentadas, das abordagens que busquem generalizar o conceito em torno de um tipo específico de nacionalismo, que tratem o conceito de nacionalismo de forma monolítica, a possibilidade de uma categoria voltada para a extrema-esquerda ou definições que o subdividem entre uma modalidade "ocidental" e outra "terceiro mundista". Estudos de neonacionalismo, assim como o de nacionalismos, devem priorizar uma análise mais aprofundada do objeto em questão. Para tal, se faz necessário um resgate histórico dos principais elementos nacionalistas presentes na formação nacional. Esse movimento permite, por exemplo, explicar a razão de elementos de nacionalismo étnico serem destacados por neonacionalistas em determinadas localidades e em outras não.

Como apresentado no capítulo 2, o populismo, por si só, não explica e representa suficientemente a realidade dessa nova onda política que ascendeu na década passada, uma vez que não engloba as diversas formas de nacionalismos mobilizadas e a conciliação de elementos altamente populares com elementos antidemocráticos e da extrema-direita. Diferentemente de proponentes convencionais da extrema-direita, como a *Alt-Right* nos Estados Unidos, que ascendem rapidamente para, posteriormente, perderem momentum político – justificando o apelido de "movimento de franja" –, neonacionalistas são capazes de naturalizar temáticas extremas no debate político convencional.

Tomemos como exemplo a temática da imigração ilegal nos Estados Unidos e a solução proposta por Donald Trump, ainda em 2016: a construção de um muro na fronteira com o México. Inicialmente encarada com espanto pelo *establishment* midiático e político – tanto democrata quanto republicano –, 68% da população, em 2017, também desaprovava a construção do muro na fronteira (FETTEROLF, 2017). Apesar de Trump ter construído apenas 80 milhas de novas barreiras (GILES, 2021), e se tratando de uma solução pouco eficaz para a problemática da imigração ilegal, foi capaz de posicionar a complexidade da imigração ilegal como um tema facilmente solucionável – a construção de um muro, já existente – e categorizar imigrantes ilegais como uma das principais causas das mazelas econômicas e culturais enfrentadas atualmente no país.

Ao final do mandato de Joe Biden, menos de dez anos desde que o tema do muro foi abordado pela primeira vez por Trump, pela primeira vez, 53% da população aprovou a construção do muro na fronteira (SFORZA, 2024) e apenas 37% da população detinha visões favoráveis do México – uma queda vertiginosa e contínua a partir de 2017, quando pontuava 65% (POUSHTER; LIPPERT; AUSTIN, 2024). Consequentemente, a popularização do antes tido como "inaceitável" deteve efeitos mesmo após a derrota de Trump, como a aprovação da extensão do muro na administração Biden (GONZALEZ, 2023) e uma defesa de uma legislação bipartidária que alocaria $650 milhões em gastos com o muro pela candidata democrata, Kamala Harris, durante sabatina presidencial, argumentando que, em relação ao muro, não teria medo de ideias boas quando elas são levantadas[188] (BICKERTON, 2024). A temática do muro demonstra a capacidade neonacionalista em operar de forma altamente eficaz na *Overton Window* através do posicionamento e constante reiteração de uma ameaça que pode ser neutralizada através de uma solução simples que não é empregada por falta de vontade política ou interesses escusos de uma "elite". Logo, pela forte política de identidade presente, neonacionalistas buscam promover pautas e temas políticos sempre a partir da perspectiva de um inimigo que adquire alguma vantagem – seja ela política, econômica ou de status social – em detrimento dos "verdadeiros nacionais".

Além da utilização de uma retórica que expõe "performances roteirizadas" do *establishment* político (BERGMANN, 2020), neonacionalistas fazem uso intensivo das redes sociais como uma forma de contornar a mídia convencional e construir uma realidade alternativa entre seus apoiadores nesse ambiente (DOUGLASS, 2021). No âmbito das redes sociais, sua ascensão, ao mesmo tempo em que permitiu a quebra do monopólio informacional,

[188] Uma mudança drástica se considerarmos que já havia criticado a ideia do muro em mais de cinquenta ocasiões (BICKERTON, 2024).

antes pertencente à imprensa tradicional, proporcionou o fácil acesso a um fluxo alto, contínuo e ininterrupto de informações. Esse ambiente, pensado "[...] originalmente para mirar com precisão incrível em cada consumidor, seus gostos e suas aspirações, irrompeu na política." (DA EMPOLI, 2023, p. 155), fazendo com que o imediatismo das redes sociais, a individualização de causas coletivas e seu desinteresse em combater de forma eficaz desvios e abusos de conduta nesse espaço[189] tomassem forma. Além disso, as redes sociais operam como uma ferramenta eficaz para pautar a agenda do debate político, promovendo temas específicos de seus interesses.

Destarte, como argumenta Giuliano Da Empoli (2023), a gradativa desmobilização de instituições de massa que canalizem a cólera, como a Igreja, permitiu uma desorganização na canalização das principais angústias e anseios populares. Antes mais amenizada e gerenciada, a cólera passou a se expressar de forma cada vez mais desorganizada e encontrou nas redes sociais um novo canal para se manifestar. Contudo, se antes o gerenciamento da cólera buscava amenizá-la, no contexto das redes ela é potencializada e explorada, valorizando soluções e cenários simples e pouco complexos e a criação de câmaras de eco ideológicas, explorando o viés de confirmação de usuários com o objetivo de manter o engajamento e presença nas redes. Além de ser um terreno fértil para retóricas populistas, as redes sociais servem como "dutos de radicalização"[190] ao promover anúncios personalizados para usuários, com recomendações nichadas de produtos e conteúdos que refletem suas potenciais preferências, escalando gradativamente o radicalismo nesses conteúdos através da utilização de uma linguagem aparentemente mais humorística – pela utilização de *memes*, por exemplo –, mas altamente irreverente e transgressiva (MATTHEWS, 2022).

Buscando organizar os preceitos apresentados nessa seção e aprimorar as características do neonacionalismo propostas por Bergmann (2020), a Tabela 9 apresenta uma versão revisada das principais características e estratégias do neonacionalismo. Logo, a seguinte seção irá abordar explicações que tragam maior clareza quanto às origens e causas da ascensão neonacionalista.

Tabela 9 – Principais características e estratégias neonacionalistas

Característica	Estratégia	Observações

[189] O envolvimento do *Facebook*, em 2016, com o escândalo da venda de dados de seus usuários para a empresa *Cambridge Analytica* – que desempenhou trabalhos para as campanhas do *Brexit* e de Trump – e as denúncias de uma antiga funcionária da empresa, realizadas em 2021, demonstram que a empresa, com pleno conhecimento, priorizou expandir lucros em detrimento da segurança de seus usuários, promovendo conteúdos problemáticos (racismo, xenofobia, dentre outros) que afetavam diretamente a saúde mental de usuários mais novos (ALLYN, 2021).

[190] *Radicalization pipeline*, em inglês.

1. Identidade nacional pautada na unidade	Divisão maniqueísta do mundo e do embate político, permitindo uma divisão binária entre os membros do coletivo (*in-group*) e aqueles que estão de for a (*out-group*).	- Há uma busca pela consolidação de uma identidade nacional homogênea no grupo. - Pela saliência das diferenças com o *out-group*, as comparações são realizada favoravelmente ao *in-group*, elevando a autoestima de seus membros e fortalecendo sua identidade. - A construção de uma identidade pautada na unidade se dá pela mobilização de distintas tipologias de nacionalismos inseridos na formação nacional histórica do país. - O nacionalismo banal também é explorado, promovendo símbolos que remetam ao nacional associado a figura do líder.
2. Liderança carismática	Presença de um líder altamente carismático, detendo uma relação especial com seus apoiadores.	- Ao passo que movimentos políticos da direita radical populista podem se reinventar e descentralizar o foco na figura de um líder, a preservação da liderança neonacionalista é central para a manutenção do movimento. - Ao exigir a plena lealdade de seus apoiadores e aliados, lideranças neonacionalistas buscam se proteger de constrangimentos das estruturas partidárias que participam, almejando transformar o partido à sua imagem.
3. Narrativa unificadora	A condução de uma narrativa unificadora de retorno a uma "era dourada", pouco definida discursivamente em relação a qual período e quais especificidades a tornavam "gloriosa".	- A unificação é reforçada por meio da introdução de uma "crise" nacional que deve ser solucionada. - Essa crise é constantemente resgatada e complementada pela introdução de variados inimigos existenciais, podendo ser solucionada apenas por uma liderança quase que "messiânica".
4. Vitimização	Opera de duas maneiras: para acusar inimigos de vitimização e blindar-se de ataques ou críticas.	- Adotam a mesma perspectiva da estratégia fascista: baseado em uma organização social hierárquica e meritocrática, apelos por maior igualdade política e social de minorias seria uma forma de vitimização que desorganiza essa sociedade (STANLEY, 2018; MOSSE, 2021; MANN, 2004). - A partir de comentários extremistas ou *dog whistles*, buscam blindar-se da reação negativa do *establishment* alegando perseguição de seus ideais políticos, dramatizando o ocorrido e acusando tais reações negativas como uma forma de silenciamento. - Empenham-se na utilização do tokenismo[191]: o uso simbólico de um representante de um grupo minoritário para resguardar a liderança e seu

[191] O termo vem da palavra token, um artefato que representa outro objeto ou um sistema de relações, como por exemplo o dinheiro. Todavia, o conceito específico desenvolvido na sociologia o descrevem como um mecanismo pelo qual desigualdades são injustamente mantidas nas sociedades capitalistas modernas. Logo, na política, o tokenismo é observável desde políticas de inclusividade pouco eficazes até como uma forma de blindar representantes de episódios controversos no qual fizeram uso de alguma fala, símbolo ou política pública altamente controversa e claramente direcionadas contra grupos minoritários (GRANT, 2017).

		movimento de qualquer má intenção contra essa minoria específica.
5. Retórica intransigente	Quebra de decoro e convenções discursivas já estabelecidas, com o intuito de transmitir originalidade e força política.	- Traduzido coloquialmente como uma negação do "politicamente correto", implica na negação de valores e conquistas da civilização política, como princípios básicos de respeito na retórica política, até a deslegitimação de oponentes. - Juntamente de uma comunicação simples e clara com seu público, fazem uso de um "humor" agressivo. - Negam erros cometidos ou verdades factuais mesmo quando expostos à contradição. - Diferentemente de políticos convencionais, se apresenta como o único capaz de falar explicitamente o que terceiros não tem coragem. - A retórica intransigente serve como uma manutenção de uma imagem de força, uma vez que nem mesmo a realidade factual pode constranger a liderança. - É complementada pelo uso intensivo de *fake news*, antielitismo e anti-intelectualismo.
6. Presença digital	Uso intensivo das redes sociais como uma arena de embate e presença política.	- Operam como um recurso essencial à característica número 5, potencializando sua efetividade através do compartilhamento em massa e ações de seus apoiadores e influenciadores digitais alinhados. - Permite que paixões em torno da preservação da "liberdade de expressão" sejam mobilizadas, exacerbando seus limites para permitir a normalização de discursos, retóricas e estratégias extremistas no meio digital. - Uma forma eficaz de contornar a mídia convencional, construir seguidores e criar uma realidade política separada para seus apoiadores. - Não são uma simples ferramenta política, uma vez que é a forma mais eficaz de perpetuar sua narrativa com seus apoiadores e fonte da popularização de figuras políticas que, sem esse ambiente, provavelmente não obteriam o mesmo sucesso.
7. Democracia iliberal	Defesa da "real democracia" que represente a vontade do povo.	- Buscam limitar a capacidade de atuação de sistemas de pesos e contrapesos e, em última instância, desmantelar esses sistemas quando necessário. - Inicialmente, se apresentam como anti-elite e democráticos, especialmente em períodos eleitorais. Em seguida, passam a empregar esforços gradativos de erosão do sistema de pesos e contrapesos de sistemas democráticos, a mídia convencional e instituições que limitem sua capacidade de ação. - Caminham para uma democracia iliberal mantendo o aspecto de uma

		"democracia funcional" e de certa normalidade política. - Quando confrontados com limites democráticos que ameacem sua posição política, buscam desmantelar tais limitações.
8. Reformulação da Ordem Liberal Internacional	Deslegitimar e atacar a OLI, apontando sua incompatibilidade com o cenário atual.	- Buscam esvaziar instituições e agendas supranacionais que limitem sua capacidade de ação unilateral. - A OLI é constantemente utilizada como uma ameaça existencial e principal proponente de "mazelas", como a globalização e pautas identitárias de minorias - Adoção de um neoliberalismo protecionista no âmbito econômico, buscando-se proteger a indústria nacional a partir da aplicação de tarifas e a restrição na entrada de trabalhadores estrangeiros e, ao mesmo tempo, promover uma desregulamentação financeira neoliberal (BASU, 2017).
9. Transnacionalização com lideranças autoritárias	Transnacionalização de pautas entre lideranças, com o objetivo de fortalecimento interno mútuo.	- Assim como já ocorria na transnacionalização de movimentos da ultradireita (CAMPOS, 2023), neonacionalistas são mais adeptos em expandir contato com outras lideranças similares, uma vez que há a percepção de que todos os neonacionalistas partilham da mesma "luta" global. - As redes sociais permitem não apenas o contato direto entre o líder neonacionalista e seus adeptos, mas a comunicação direta e informal entre outras lideranças e movimentos for a do país de origem. - A transnacionalização de pautas permite um fortalecimento político recíproco entre as lideranças neonacionalistas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2 Origens e causas do neonacionalismo

Similarmente ao avanço da ultradireita e do populismo no século XXI, as raízes políticas da ascensão do neonacionalismo também encontram respaldo nas explicações apresentadas por Yascha Mounk (2018), no segundo capítulo: [1] o deslocamento dos ideais democráticos com as práticas democráticas, permitindo a ascensão burocrática na esfera legislativa e de figuras políticas que clamavam representar a "voz do povo"; [2] o crescimento de Bancos Centrais independentes, detendo maior influência e impacto em decisões econômicas que afetam diretamente populações; [3] o crescimento do controle de constitucionalidade de Supremas Cortes, operando como uma forma de salvaguarda contra a tirania da maioria mas trazendo uma

percepção desrespeito à "vontade do povo"; [4] a ascensão de uma governança internacional que, cada vez mais, acabou por distanciar-se das distintas realidades nacionais e não considerar os ônus dos efeitos da globalização; e [5] a cooptação das instituições eleitorais, com um aumento das conexões entre a classe política e a elite econômica, elevação de custos com campanhas eleitorais e o avanço da atividade lobista em diversas nações.

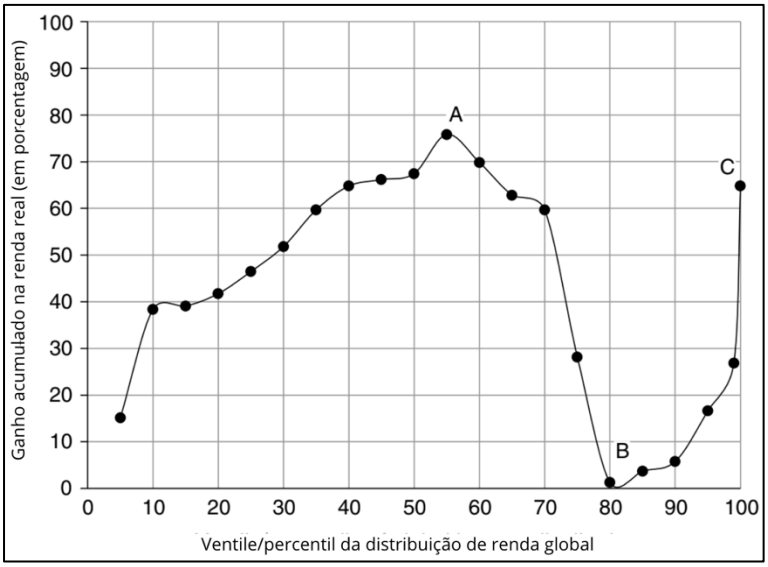
A abordagem dos "quatro Ds" – desconfiança, destruição, privação (*deprivation*, em inglês) e desalinhamento –, proposta por Eatwell e Goodwin (2020), também complementa a perspectiva anterior. Ao passo que o primeiro e o último "D" dialogam diretamente com Mounk (2018), o segundo apresenta uma explicação sob uma perspectiva cultural de uma percepção de destruição da identidade nacional de um grupo – esteja essa percepção pautada na realidade objetiva ou não. Quanto ao terceiro "D", há uma explicação mais de ordem econômica, elencando o sentimento de privação relativa de um grupo em relação a terceiros, no contexto da economia globalizada neoliberal. Reforçando a proposição dos autores de que essas tendências devem ser analisadas conjuntamente para explicações mais completas, serão apresentadas duas explicações para a ascensão do neonacionalismo: uma de ordem econômica, proposta por Branko Milanovic (2016) em *Global Inequality: A New Approach for the Age of Global*, e um esquema analítico, proposto por Dani Rodrik (2021), de ordem econômica e cultural.

Milanovic (2016) explora a desigualdade global sob a perspectiva dos que mais se beneficiaram e os que mais perderam economicamente no processo de globalização, argumentando que, ao traçar a porcentagem de ganho de renda em relação à renda original, seria possível identificar essa dinâmica. O Gráfico 6 apresenta esse ganho relativo de acordo com a renda per capita do domicílio, após os impostos, entre 1988 e 2008, com o eixo horizontal contendo os percentis da distribuição de renda global, desde as pessoas mais pobres do mundo, à esquerda, até as mais ricas, na outra extremidade. Sendo este período considerado pelo autor como o da "alta globalização", os pontos A, B e C apresentam os ganhos reais de renda mais baixos e mais altos. As pessoas no ponto A tiveram o maior crescimento de renda real, com cerca de 80% durante esses vinte anos, e correspondem, em nove de cada dez casos, ao grupo de maiores beneficiados pela globalização: indivíduos de economias asiáticas emergentes, especialmente da China, Tailândia, Índia, Vietnã e Indonésia.

Os indivíduos do ponto B, apesar de mais ricos que os do ponto A e pertencentes às economias ricas de membros da OCDE (especialmente da Europa Ocidental, América do Norte, Japão e Oceania), não detiveram qualquer crescimento na renda global nesse período. Logo, indivíduos dessas economias correspondem ao maior número de "perdedores" no processo da

globalização e são compostas, em maior parte, pela classe média baixa dessas nações. Por fim, o ponto C representa o "1% do topo global" das economias mais ricas, com aumentos de renda substanciais nessas duas décadas. Milanovic (2016) os classifica como "plutocratas globais" e argumenta que a principal implicação entre os pontos B e C seria de que as diferenças de renda entre as classes alta e baixa aumentaram no mundo rico e que a globalização acabou por favorecer nações ricas que já estavam em melhor situação. A curva de Lakner-Milanovic[192], apresentada no Gráfico 6, ilustra empiricamente o aspecto da privação relativa entre indivíduos apresentado por Eatwell e Goodwin (2020).

Gráfico 6 – Ganho relativo na renda real per capita por nível de renda global (1988-2008)



Fonte: Traduzido pelo autor a partir de Milanovic (2016).

Cabe pontuar, contudo, que o aspecto da privação relativa, a partir da criação de bodes expiatórios no neonacionalismo, direcionou as frustrações de indivíduos do grupo B contra terceiros conacionais que, muito provavelmente, não obtiveram os mesmos ganhos que o grupo C, por exemplo. Em uma adaptação recente da curva, Alvaredo et al. (2017), ao invés de utilizarem dados de renda a partir de pesquisas domiciliares, fizeram uso de estatísticas do *World Inequality Database*, buscando capturar mais realisticamente a renda de indivíduos mais ricos. Ao expandir o período de análise entre 1980 e 2016, os autores concluíram que o 1% do topo global reteve o dobro do crescimento total em relação aos 50% de indivíduos da base global. Também demonstraram que os efeitos da concentração de renda no encolhimento da classe média global:

[192] Também se popularizou como a "curva do elefante", por conta de seu formato.

> A parcela de renda da base dos 50% é mais baixa em locais onde a parcela dos 10% no topo é mais alta (Oriente Médio, Brasil, África Subsaariana) e vice-versa (Europa). A parcelada base dos 50% também caiu mais em países onde a parcela dos 10% no topo aumentou mais (Rússia, China, Índia e Estados Unidos). Ela permaneceu estável em lugares onde a renda dos 10% mais ricos também se manteve estável (ALVAREDO et al., 2017, p. 104-105, tradução nossa[193]).

Contemplando a esfera cultural e econômica, o esquema analítico proposto por Dani Rodrik (2021) propõe uma estrutura causal que endereça os mecanismos pelos quais a globalização pode instigar apoio ao elemento propulsor do neonacionalismo: o populismo. A Figura 9 corresponde a estrutura proposta pelo autor, que apresenta os lados da demanda e da oferta da política, permitindo a atuação de programas e estratégias de lideranças políticas e preferências individuais de eleitores. Logo, diferentes choques oriundos da globalização afetam esse sistema a partir de seus impactos nas condições econômicas que, por sua vez, podem influenciar resultados políticos através de quatro caminhos causais – pontos (A), (B), (C) e (D), da Figura 9. Nos dois primeiros caminhos do lado da demanda política, deslocamentos econômicos podem influenciar tanto preferências eleitorais de indivíduos mais afetados (A) quanto moldar as preferências dos eleitores indiretamente, através do efeito que têm sobre identidades ou a importância de determinados valores culturais (B). Em ambos os cenários, o voto no populismo de direita se dá pela elevação de um senso de insegurança que pode induzir eleitores a buscar maiores distinções entre um *in-group* e um *out-group*, argumentando que "[...] as preferências políticas que parecem ser impulsionadas por valores culturais terão, na verdade, raízes econômicas mais profundas." (RODRIK, 2021, p. 7, tradução nossa[194]).

Nas possibilidades do lado da oferta política, choques econômicos podem afetar a ideologia e a plataforma política de candidatos e de seus concorrentes (C). Logo, mesmo que as atitudes de eleitores não sejam alteradas, eles podem observar candidatos e partidos mais polarizados quanto às respostas contra os choques. Os choques também podem induzir, especialmente, partidos de direita a destacar mais questões culturais e identitárias como uma forma de responder aos choques ou construir uma plataforma eleitoral com maior apelo (D). Nesse sentido, quando bem executada, essa possibilidade explora elementos culturais na política e levanta a percepção de que os eleitores foram movidos por preferências culturais, quando na realidade foram choques econômicos que alteraram o comportamento e preferências

[193] The bottom 50 percent income share is lowest in places where the top 10 percent share is highest (Middle East, Brazil, sub Saharan Africa), and vice-versa (Europe). The bottom 50 percent share has also fallen most in countries where the top 10 percent has increased the most (Russia, China, India, and the United States). It has remained stable in places where the top 10 percent income has also been stable (ALVAREDO et al., 2017, p. 104-105).
[194] political preferences that appear to be driven by cultural values will in fact have deeper, economic roots (RODRIK, 2021, p. 7).

de oferta dos partidos. Por fim, o autor demonstra que choques econômicos da globalização podem influenciar no apoio ao populismo de forma direta (A) e indireta (B, C e D) e ativar o lado da oferta (C) e da demanda (A, B e D).

Frente o contexto da globalização, o neoliberalismo, sua principal força motriz, não promoveu apenas o processo de ascensão neonacionalista, mas cria um contexto propício para políticos neonacionalistas. Na obra *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*, Wendy Brown (2019), em seus estudos acerca dos diferentes movimentos de extrema-direita no mundo, aponta o neoliberalismo como um elemento crucial de sua força. A autora aponta que o neoliberalismo não somente abriu espaço para esses movimentos, como ainda os retroalimenta, uma vez que a ofensiva neoliberal ao social busca

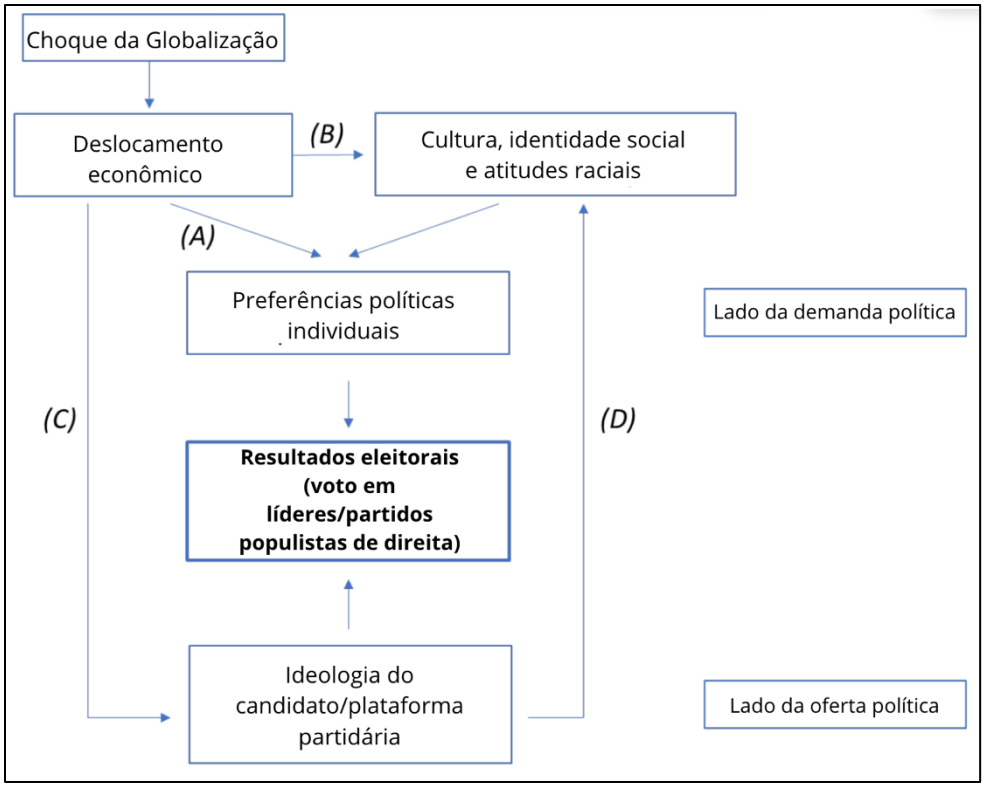
> [...] gerar uma cultura antidemocrática de baixo para cima e, ao mesmo tempo, criar e legitimar formas antidemocráticas de poder estatal de cima para baixo. A sinergia entre os dois é profunda: um cidadão cada vez menos democrático e mais antidemocrático está cada vez mais disposto a autorizar um Estado cada vez mais antidemocrático. À medida que o ataque ao social destrói uma compreensão democrática da sociedade, formada por um povo diverso com o mesmo direito de participar do autogoverno, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, rompimento e até mesmo destruição do social - seu inimigo nominal (p. 28-29, tradução nossa[195]).

No contexto atual, a autora argumenta que o neoliberalismo se caracteriza por uma forma "raivosa" de governo da maioria, abrindo maior vazão para lideranças populistas oferecerem alternativas para as crises que, primeiramente, foram causadas pelos efeitos adversos do neoliberalismo, desde a década de 1980. Nesse contexto, o ataque do neoliberalismo ao social implica, necessariamente, no ataque à justiça social em nome da "liberdade irrestrita" e das normas morais tradicionais – tornando-se o senso comum da robusta cultura neoliberal contemporânea. O que resulta desse processo são episódios cada vez mais constantes e dominantes de generalizar conceitos complexos – como a liberdade – à sua aplicabilidade máxima e subsequente normalização – como a preservação de demonstrações públicas de neonazismo em defesa da liberdade individual, por exemplo. Além do mais, a demonização do social vem a transformar políticas e princípios de inclusão e igualdade em ferramentas tirânicas de controle social (BROWN, 2019). Destarte, a percepção de mundo

[195] to generating an antidemocratic culture from below while building and legitimating antidemocratic forms of state power from above. The synergy between the two is profound: an increasingly undemocratic and antidemocratic citizenry is ever more willing to authorize an increasingly antidemocratic state. As the attack on the social vanquishes a democratic understanding of society tended by a diverse people equally entitled to share in self- rule, politics becomes a field of extreme and uncompromised positioning, and liberty becomes a right of appropriation, disruption, and even destruction of the social— its named enemy. The assault on society and social justice over the neoliberal decades is most familiar in the project of dismantling and disparaging the social state in the name of free, responsibilized individuals (BROWN, 2019, p. 28-29).

dicotômica do grosso da cultura neoliberal promove ainda mais a intensificação do processo de polarização afetiva, aumentando a identificação de eleitores com lideranças que mobilizam a sua capacidade de atuação política em torno da força de sua figura e, muitas vezes superestimada, capacidade de solucionar problemáticas complexas com soluções simples, diretas e pouco elaboradas.

Figura 9: Estrutura causal dos efeitos do choque da globalização.



Fonte: Traduzido pelo autor a partir de Rodrik (2021).

5.2.3 Implicações para a política externa

Apesar de a figura do líder ser central ao neonacionalismo, o estudo de política externa desse conceito deve voltar-se para o nível de análise do Estado. No caso do neonacionalismo, a análise deve focar mais na administração governamental em questão, no contexto histórico da formação nacional, nas reações domésticas e nos pesos e contrapesos perante decisões exteriores (BREUNING; 2007). Essa perspectiva de análise permite contrapor a manifestação de elementos neonacionalistas na esfera discursiva da política externa de governos com as decisões tomadas após dinâmicas internas, buscando demonstrar as limitações de manifestação do neonacionalismo nesse contexto. Destarte, a análise comparada do neonacionalismo em política externa nesse capítulo será dividida na [1] identificação de elementos das características

do neonacionalismo na esfera discursiva da política externa – quais os principais elementos mobilizados – como declarações, discursos, postagens em redes sociais e entrevistas concedidas pela liderança, e [2] na contraposição da esfera discursiva com a decisão tomada ou verificação de se uma decisão já tomada se sustenta após reações domésticas.

Dessa forma, será possível observar como o neonacionalismo se manifestou na política exterior brasileira e norte-americana, durante os governos de Donald Trump (2017-2021) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Nesse sentido, testaremos a hipótese de que, enquanto na política externa norte-americana o neonacionalismo operou como um instrumento político de mobilização popular que criou uma legitimidade da liderança quase que incontestável entre seus apoiadores, no caso brasileiro, o neonacionalismo teria se manifestado como uma versão mais radicalizada da corrente do americanismo ideológico de política externa, não priorizando uma perspectiva pragmática "jogo de soma-zero" utilizada por neonacionalistas.

Pelo neonacionalismo promover uma identidade nacional pautada no modelo relacional de unidade, as premissas desse modelo relacional apresentadas por Powers (2022) também se aplicam ao neonacionalismo em política externa: [1] o nacionalismo orientado para a unidade aumentará o apoio ao militarismo e à escalada de tensões frente uma ameaça à homogeneidade do grupo; [2] tanto orientado pela unidade quanto pela igualdade, ambos estarão associados a atitudes de política externa semelhantes quando a reciprocidade implicar uma resposta conflituosa; [3] e na cooperação intergrupal estará associado a menor confiança em outros membros do grupo, menor apoio a uma política externa comum e à integração militar. Consideramos que, por mais que observemos maior proximidade entre lideranças neonacionalistas, a terceira premissa também se aplica na cooperação entre lideranças neonacionalistas com menor grau de possibilidade de conflito, mas com a mesma baixa predisposição de arranjos rígidos de cooperação. Além disso, como abordado anteriormente, a autora considera a importância do papel de lideranças e partidos em instrumentalizar narrativas nacionais com o intuito de remodelar o conteúdo da identidade nacional de um país. Logo, a aplicação de seu modelo é mais do que adequada para compreender o conteúdo nacionalista mobilizado em política exterior por esses dois governos – sendo necessário, contudo, testar se as premissas acima se sustentam.

A primeira parte desse capítulo buscou retomar os conhecimentos propostos nos estudos de neonacionalismo, identificando premissas comuns e lacunas na definição do conceito. Posteriormente, pudemos propor um esquema conceitual mais completo desse conceito, buscando um diálogo interdisciplinar para um melhor posicionamento do neonacionalismo perante outros já estabelecidos – ultradireita, nacionalismos, fascismo e populismo. Destarte,

pudemos demonstrar que essa nova proposição conceitual para o neonacionalismo promove um olhar mais complexo e menos generalista do conceito, englobando e respeitando as especificidades de contextos histórico-culturais distintos, a possibilidade de mobilização de distintos elementos nacionalistas e a capacidade singular do neonacionalismo em cruzar o limiar da extrema-direita, mas sem padecer de apoio popular no processo. Esse último aspecto permite que a retórica neonacionalista acabe por, cada vez mais, normalizar discursos e ideais de grupos de extrema-direita, tornando o antes tido como "inaceitável" como parte do *mainstream* do debate político. Logo, não é adequado classificar o conceito como uma mera versão mais recente da extrema-direita, uma vez que o próprio conceito de "extremo" perde sentido com a capacidade de normalização desses elementos no neonacionalismo. A próxima seção irá utilizar as características e estratégias do neonacionalismo propostas anteriormente para analisar como se manifestou nas administrações de Trump e Bolsonaro.

5.3 O neonacionalismo em Trump e Bolsonaro

Desde suas campanhas eleitorais, Donald Trump e Jair Bolsonaro não apenas partilhavam de semelhanças em suas abordagens ou retórica política, mas também características claras de neonacionalistas. Apenas em seus slogans de campanha, "*Make America Great Again*" e "Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos", já era possível identificar a presença de elementos desde o nacionalismo romântico – retorno ao passado "glorioso" – até o nacionalismo cristão – a primazia de elementos religiosos em aspectos culturais e políticos da nação. Contudo, detinham biografias opostas: o primeiro, um empresário de sucesso e celebridade de *reality* shows, e o segundo, um militar reformado e deputado federal, desde 1989, mas pouco conhecido. Após diversos flertes com a possibilidade de candidatura à presidência, Trump e Bolsonaro, para a surpresa do *establishment* político e midiático de ambas as nações, foram eleitos após dois períodos eleitorais conturbados. Na esteira da inovação, Trump foi o primeiro candidato político que conseguiu equalizar uma estratégia de campanha política altamente agressiva e energizante com a manutenção do apoio popular, não perdendo seu apelo mesmo transgredindo os limiares do aceitável no debate político norte-americano, no dia do lançamento de sua campanha, em 16 de junho de 2015:

> Quando o México envia seu pessoal, não está enviando o que tem de melhor. Eles não estão enviando você. Eles não estão enviando você. Eles estão enviando pessoas que têm muitos problemas e estão trazendo esses problemas conosco. Estão trazendo

> drogas. Estão trazendo o crime. São estupradores. E alguns, presumo, são boas pessoas (TRUMP, 2015, apud ABC News, 2016, tradução nossa[196]).

Bolsonaro já deixava claro no início de sua pré-campanha presidencial que buscaria, da mesma maneira, desafiar as convenções políticas. Durante discurso na Paraíba, em fevereiro de 2017, afirmou que o Brasil era "[...] um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem." (apud Carta Capital, 2018). Ambos se posicionaram, primeiramente, como figuras alheias ao atual cenário de descrença na democracia representativa e, por isso, os únicos capazes de gerar alguma forma de mudança efetiva e real, através de uma liderança forte e que resgatasse o senso de "orgulho nacional" que parecia ter se perdido no decorrer da globalização.

Nesse sentido, mesmo utilizando personagens e bodes expiatórios distintos, ambos já postulavam suas narrativas unificadoras em torno da mesma ideia: lideranças messiânicas e carismáticas capazes de resgatar a glória nacional ao combater os inimigos externos e internos do *establishment* – fosse ele a mídia, os democratas, o PT, imigrantes, o "centrão", dentre outros. Em 9 de novembro de 2016 e em 28 de outubro de 2018, respectivamente, Trump e Bolsonaro foram eleitos sob plataformas que, durante o período eleitoral, estavam mais preocupadas em capitalizar sobre os ressentimentos de eleitores ao invés de propor soluções práticas que melhorassem as condições econômicas de eleitores e o atual cenário já polarizado. Em seus discursos de posse, reiteravam a mobilização desses ressentimentos, com Bolsonaro afirmando que sua eleição teria dado "[...] voz a quem não era ouvido." e que a bandeira nacional "[...] jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela."[197], e Trump, por sua vez, reforçando um cenário de terra arrasada no país e afirmando que "Essa carnificina americana termina aqui e agora.[198]".

Como abordado nos últimos capítulos, tanto a sociedade brasileira quanto a norte-americana encontravam-se, na segunda metade da década passada, altamente polarizadas, com uma percepção majoritariamente desanimada da economia, com representantes políticos convencionais cada vez mais desconectados de suas bases e uma descrença no sistema – subentendido como o atual modelo de democracia liberal. Resgatando Yascha Mounk (2018),

---

[196] When Mexico sends its people, they're not sending their best. They're not sending you. They're not sending you. They're sending people that have lots of problems, and they're bringing those problems with us. They're bringing drugs. They're bringing crime. They're rapists. And some, I assume, are good people (TRUMP, 2015, apud ABC News, 2016).

[197] (BOLSONARO, 2019, apud Ministério das Relações Exteriores, 2019).

[198] This American carnage stops right here and stops right now (TRUMP, 2017, apud BAKER; GLASSER, 2022, p. 17, tradução nossa).

no quesito da ascensão burocrática, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil passaram por transformações significativas nesse quesito. Apesar de ambos experenciarem o processo de ascensão da burocracia estatal moderna, apenas os norte-americanos puderam transitar o século passado sem nenhuma ruptura política interna e mantiveram seu curso natural de desenvolvimento nacional e, consequentemente, burocrático. Sem uma quantificação oficial, o número total de agências federais independentes no país variava entre 61 e 443, em 2017 (CREWS JR, 2021).

Além disso, a expansão do complexo militar-industrial norte-americano – especialmente desde a década de 1950, com a Guerra das Coreias e a intensificação da Guerra Fria (WILSON, 1975) – representou, em 2016, um gasto em defesa de US$ 611 bilhões que representava mais de um terço (36%) do gasto militar mundial naquele ano (TIAN et al., 2017). No caso brasileiro, o ordenamento burocrático do período da redemocratização buscou distanciar-se do aspecto tecnocrático-autoritário do período militar, optando pela descentralização administrativa e expansão da burocracia – especialmente na área social. Todavia, as disposições constitucionais permitiram que a burocracia também desempenhasse papel crucial nas relações entre o Executivo e o Legislativo na dinâmica do "presidencialismo de coalizão": constituir uma das bases materiais para o exercício da função governativa, a partir da utilização de cargos como moeda de troca para garantir apoio no Congresso (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018).

Em relação ao crescimento de Bancos Centrais independentes, os efeitos das políticas monetárias empregadas pelo *Federal Reserve* (Fed) para a crise de 2008 dispensam mais apresentações. O caso brasileiro, mesmo com a aprovação de independência apenas em 2021, discussões em torno da independência do Banco Central já pairavam o debate político na década passada, levando a então presidente a reiterar em diversas ocasiões que, apesar de não ser independente, era "autônomo" (LEAL, 2014). Quanto ao crescimento do controle de constitucionalidade, ambos os países observaram suas respectivas cortes trazerem transformações significativas na última década, cabendo citar a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo em ambos os países, a constitucionalidade do sistema de cotas raciais no Brasil e a descriminalização do porte e cultivo de maconha nos Estados Unidos. Ambas as nações também estavam inseridas no contexto da governança internacional, com o Brasil intensificando sua participação em tratados e instituições após a redemocratização. E, por fim, como abordado ainda no capítulo 2, a cooptação de instituições eleitorais intensificou-se, com um aumento da atividade lobista e elevação de gastos de campanhas eleitorais, totalizando R$ 5 bilhões nas eleições de 2014, no Brasil (BURGARELLI, 2014), e $6,5 bilhões

nas eleições de 2016, nos Estados Unidos (Open Secrets, 2024). Aliado a esse contexto, a intensificação da desigualdade.

Sob a perspectiva das causas de ordem econômica, o caso norte-americano sofre mais diretamente com os efeitos dos choques econômicos da crise de 2008, resultando, no ano seguinte, na ascensão política do movimento do *Tea Party*. Entre 1971 e 2015, a renda domiciliar da classe média norte-americana manteve um ritmo de queda e passou de 61% para 50% da população total, ao passo que a renda das classes mais altas e baixas apenas cresceu (Pew Research Center, 2015). No caso brasileiro, mesmo que mais tarde, os efeitos da recessão econômica e da inflação alta resultaram na perda de avanços sociais importantes, uma vez que 3,3 milhões de pessoas ascenderam à classe média brasileira entre 2006 e 2012, 3,5 milhões foram rebaixados para o patamar das classes mais baixas (COSTA, 2016). Nos períodos que precedem a ascensão dessas figuras políticas, a deterioração da economia e a percepção de privação relativa – seja ela exagerada ou não – viriam a ser pontos amplamente explorados nas campanhas presidenciais e nas administrações de Donald Trump e Jair Bolsonaro.

5.3 O Neonacionalismo e as políticas externas comparadas

Destarte, assim como nos resgates históricos realizados, essa seção não tem por objetivo realizar um resumo cronológico das administrações ou de sua política exterior como um todo. Utilizando a Tabela 9, serão identificadas as manifestações discursivas do neonacionalismo nas políticas externas de ambos os governos com o intuito de comparar os resultados obtidos a partir das nove características postuladas.

5.3.1 Identidade nacional pautada na unidade

A consolidação de uma identidade nacional homogênea do *in-group* é essencial ao neonacionalismo, uma vez que permite uma divisão maniqueísta do embate político com o *out-group* e possibilita comparações em favor do *in-group* – elevando sua autoestima e coesão. No contexto das duas administrações, a construção dessa identidade nacional pautada na unidade é identificável nas manifestações populares em apoio aos líderes: o bolsonarismo e o trumpismo. Quando utilizamos esses termos, estamos nos referindo aos movimentos políticos que compõem suas bases de apoio mais fiéis, compreendendo a presença de diversos grupos e perfis distintos de eleitores. Apenas no bolsonarismo, em pesquisa coordenada pela antropóloga, Isabela Kalil (2018), foram encontrados dezesseis tipos ideais de eleitores de Bolsonaro, com

categorias que variam desde “pessoas de bem” e “fiéis religiosos” até “militares e ex-militares”, “mães de direita” e “homossexuais conservadores”. Logo, o interesse não reside em uma análise etnográfica dos movimentos, mas em compreender sua composição ideológica.

No campo do bolsonarismo, Lucio Rennó (2022) o classifica como um fenômeno multidimensional que agrega organicamente grupos que, em condições normais, dificilmente estariam inseridos nesse contexto de alinhamento e promovendo uma unidade de distintos grupos frente a pautas homogeneizadoras. Dessa maneira, eleitores e apoiadores não estariam inseridos nesse movimento apenas no curto prazo. O autor define o bolsonarismo como

> [...] um alinhamento ideológico de direita no Brasil, baseado nos posicionamentos políticos de seu líder, Jair Bolsonaro, e altamente consistente com sua base central (core), que constitui aproximadamente 20% da população brasileira. Por meio de sua retórica crítica à esquerda e embasado em um projeto conservador, voltado para a defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade, Bolsonaro atraiu o apoio de um conjunto de eleitores que compartilham seus ideais e ideias e que estavam profundamente insatisfeitos com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, Bolsonaro não é um produto de publicidade (marketing), como outro líder semelhante o foi no passado – Collor de Melo –, mas um galvanizador e legitimador de posições sobre temas políticos (political issues). O bolsonarismo é marcado por: reações culturais contrárias a avanços sociais progressistas em matérias relativas a direitos de gênero e LGBTQIA+; a defesa de políticas duras de combate ao crime e à corrupção; crítico a políticas sociais de reversão de desigualdades baseadas em ação afirmativa. Além disso, Bolsonaro promove uma clara junção dessas propostas a outras associadas à direita no Brasil e na América Latina, como a redução da presença do Estado na economia, sintetizadas na defesa das privatizações, e a ideia de que indivíduos são responsáveis por seu sucesso pessoal (RENNÓ, 2022, p. 147).

Esses mesmos pontos se fazem presentes no trumpismo, compreendido aqui também como uma conjunção de grupos ideológicos alinhados à figura de Donald Trump. Entre as diferenças notáveis está o maior enfoque na imigração ilegal e ansiedades de declínio da dominância branca na sociedade norte-americana (SELCHER, 2024). Destarte, Trump e Bolsonaro reforçam a unidade em seus *in-groups* a partir da construção de ameaças existenciais. Nos Estados Unidos, Trump buscou uma distinção mais clara a partir do elemento racial e cultural – a imigração –, caracterizando imigrantes como “estupradores”, “membros de gangues”, referindo-se ao Haiti e nações africanas como “países de merda[199]” e, na preparação das *midterms* de 2018, que o país deveria se preparar para uma invasão sem precedentes de uma “caravana de imigrantes ilegais” vindo de nações da América Central (TERKEL; LEBOWITZ, 2019).

Bolsonaro, por sua vez, buscou denotar essa distinção a partir de uma clara separação entre eles e seus apoiadores contra “o sistema”, imbuído de práticas corruptas, “politicamente

[199] *Shithole countries*, em inglês.

correto" e a primazia de grupos minoritários frente à maioria. Desde sua campanha presidencial, direcionou ataques para oponentes de partidos políticos, membros da Suprema Corte, minorias e o "comunismo", afirmando em comícios e entrevistas que iria "fuzilar a petralhada do Acre", que iria varrer a cúpula do PT e do PSDB "para a lata de lixo da história" dando "um pé no traseiro do comunismo." (BENITES, 2018) e que iria acabar com o "coitadismo" já que "Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense." (CALEIRO, 2018). Trump, da mesma maneira, se apoiou na distinção entre ele e a existência de um *Deep State*, composto em sua maioria por democratas, que estariam tramando para derrubar internamente seu governo. Em pesquisa do *YouGov* realizada com o eleitorado norte-americano, 57% dos republicanos acreditavam que esse "Estado profundo" estava trabalhando ativamente para derrubar Donald Trump da presidência. A maioria dos republicanos entrevistados incluíram mais características para descrever o *Deep State* em suas respostas: "[...] 'burocracia', 'corrupção', 'entrincheirado' e/ou 'não eleito'. Alguns vão ainda mais longe, chamando aqueles que fazem parte do '*Deep State*' de 'traidores'." (FRANKOVIC, 2019, tradução nossa[200]).

Desde os momentos iniciais de seus governos, deixaram claras suas percepções de um mundo maniqueísta nas relações internacionais. Essas percepções se fazem presentes nos primeiros discursos oficiais acerca de qual será o posicionamento do Brasil e dos Estados Unidos no mundo. Em seu primeiro discurso proferido na Assembleia Geral da ONU (AGNU), Trump reforça o maniqueísmo ao utilizar o adjetivo "*evil*" para se referir a ameaças de nações não democráticas, especificamente do Irã, Coreia do Norte e Afeganistão. Apesar de não estar inserido no mesmo contexto de Bush no pós-11 de setembro de 2001, Trump também montou seu próprio "eixo do mal" ao eleger esses três países (Politico, 2017). Bolsonaro também buscou traçar a mesma distinção, trocando o terrorismo internacional e o "eixo do mal" por Cuba e Venezuela – descritas como ditaduras socialistas sem liberdade – e pela ameaça do socialismo, citando o Foro de São Paulo como "[...] uma organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido." O termo "socialismo" também é utilizado para se referir ao período que antecede sua presidência, com o Brasil ressurgindo "[...] depois de estar à beira do socialismo" e "[...] numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições." (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).

[200] "bureaucracy," 'corruption," 'entrenched and/or 'unelected. Some go even further, calling those who are part of the "Deep State" "traitors" (FRANKOVIC, 2019).

Ambos ressaltam a premissa de respeito à soberania das nações como uma forma de garantir menor ingerência internacional em questões domésticas ou na própria política exterior. No caso norte-americano, o termo "soberania" é destacado em vinte e duas ocasiões, sendo resgatado, inicialmente, para pontuar os princípios fundacionais da ONU para, em seguida, reforçar a perspectiva de que nações soberanas e diversas devem ter a possibilidade de promover seus próprios valores e cultura interna, argumentando que os atuais desafios do presente dependeriam de "[...] uma **coalizão de nações** fortes e independentes que abraçam sua soberania para promover a segurança, a prosperidade e a paz para si mesmas e para o mundo." (TRUMP, 2017, apud Politico, 2017, grifo nosso, tradução nossa[201]).

Da mesma forma, Bolsonaro utiliza o respeito à soberania para silenciar críticas perante a aceleração do desmatamento na Amazônia em seu primeiro ano de governo[202], acusando nações europeias de deterem um "espírito colonialista". O próprio posicionamento de Trump no tema da soberania foi resgatado, citando-o nominalmente: "Em especial, ao Presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania **de cada um de nós**." Por fim, Bolsonaro encerrou seu discurso deixando claro a soberania e o interesse popular nacional em detrimento da governança internacional: "Não estamos aqui para **apagar nacionalidades e soberanias** em nome de um 'interesse global' abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global! É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer!" (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019, grifo nosso).

Nesse sentido, entre pronunciamentos oficiais e extraoficiais, foi possível identificar a mobilização de elementos do nacionalismo racial, econômico, cristão e do nacionalismo de gênero, que será mais explorado no aspecto da retórica intransigente. O nacionalismo racial promovido por Trump não se baseia apenas na exploração de rivalidades com a figura de imigrantes, mas também nas estruturas administrativas do governo e no contexto internacional de discussões acerca do racismo em 2020, após o assassinato de George Floyd, em maio de 2020. Frente à escalação de protestos do movimento *Black Lives Matter* (BLM), Trump optou por inflamar ainda mais sua retórica como uma forma de mobilizar a unidade em sua base – altamente crítica do movimento negro –, mas sacrificando a possibilidade de união nacional após o episódio. Resgatou uma retórica nixoniana – "lei e ordem" e a "maioria silenciosa" –, classificando os protestos como "incendiários" e seus participantes como "bandidos" e "cães

[201] a coalition of strong and independent nations that embrace their sovereignty to promote security, prosperity, and peace for themselves and for the world (TRUMP, 2017, apud Politico, 2017).
[202] Um aumento de 88% do desmatamento em comparação com 2018 (LIS, 2019).

ferozes" que devem ser punidos pela força: "Qualquer dificuldade e nós assumiremos o controle, mas, quando os saques começarem, o tiroteio começará." (2020, apud BAKER; GLASSER, 2022, p. 490, tradução nossa[203]).

Esse episódio, juntamente com o contexto de intensificação da pandemia da Covid-19 e fortes críticas direcionadas ao seu governo, demonstra que Trump buscou explorar o elemento racial para energizar a unidade em seu *in-group*, colocando-se como um defensor da herança nacional frente ao "politicamente correto" promovido por grupos que buscam, justamente, desbancar valores de meritocracia e hierarquias sociais. Logo, adotou a bandeira do *Blue Lives Matter*[204] em comícios no período, demonstrando a utilização do nacionalismo banal através de um símbolo de carga racial altamente carregada (WANG, 2020). Apesar de mobilizar o elemento racial de forma menos explícita, Bolsonaro busca mobilizar esse elemento com o mesmo objetivo de colocar-se contra o "politicamente correto", rechaçando a existência de uma dívida histórica com a população negra[205] e utilizando seu discurso na cúpula do G20, em 2020, para criticar protestos antirracistas que haviam se iniciado no Brasil, ressaltando a impossibilidade de racismo no país e a tentativa de se importar tensões estrangeiras – o racismo estrutural – para o contexto histórico do país:

> O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações. Somos um povo **miscigenado**. [...] Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, **há quem queira destruí-la**, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, **sempre mascarados de "luta por igualdade" ou "justiça social"**. Tudo em busca de poder. [...] Como homem e presidente, enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo! Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. O que existem são homens bons e homens maus; e são as nossas escolhas e valores que determinarão qual dos dois nós seremos (BOLSONARO, 2020, apud SCHUCH, 2020, grifo nosso).

O nacionalismo racial também foi mobilizado em distintos momentos contra a figura do imigrante, defendendo a construção do muro de Trump e afirmando que "a maioria dos imigrantes não tem boas intenções[206]", em entrevista à *Fox News*, voltando atrás em sua declaração após fortes críticas e argumentando que uma "boa parte tem boas intenções, a menor parte [imigrantes ilegais] não[207]". Entretanto, o racismo racial em seu governo acabou por

[203] Any difficulty and we will assume control but, when the looting starts, the shooting starts (TRUMP, 2020, apud BAKER; GLASSER, 2022, p. 490).
[204] Movimento em reação ao BLM que defende policiais e sues familiares contra a violência, sendo constantemente resgatado como uma forma de minar protestos contra o racismo estrutural no país – especialmente dentro da força policial (THUSI, 2020).
[205] "Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida." (BOLSONARO, 2018, apud FERNANDES, 2022, p. 65).
[206] (DUCHIADE, 2019).
[207] (SOARES; ORTE, 2019).

flertar com elementos nazifascistas que, apesar de mais reservados ao contexto doméstico, foram alvos de escrutínio internacional[208], com episódios de destaque como a utilização de trechos de um discurso do ministro da propaganda nazista pelo então secretário de cultura, Roberto Alvim, a equiparação; a reprodução de um gesto supremacista por Filipe Martins, assessor internacional da Presidência da República, durante exibição ao vivo da TV Senado; e o consumo de copos com leite puro durante *live* em sua página no *Facebook*, em 2020[209], um apito de cachorro[210] amplamente utilizado por nacionalistas e supremacistas brancos para ressaltar a "vantagem genética" de brancos em digerir a lactose (GAMBERT; LINNÉ, 2018).

Da mesma forma, Trump flerta com a mesma dinâmica, minimizando a violência e a presença de grupos abertamente neonazistas durante a manifestação *Unite The Right*, em 2017, afirmando que havia "pessoas boas de ambos os lados" e, posteriormente, defendendo seus comentários e classificando Robert E. Lee, líder das forças Confederadas, como um "ótimo general"[211]; após o vazamento de informes não verificados da inteligência russa, acusou a CIA de ineficiência e questionou se o país estaria vivendo na Alemanha nazista, acusando a agência de intencionalidade no vazamento[212]; e o emprego de iconografias nazistas em produtos oficiais para sua campanha de reeleição, aproximando o símbolo nacional da águia mais para o *Reichsadler* – águia imperial adotada como símbolo nacional da Alemanha nazista – do que para a águia careca[213]. Além disso, a presença de Stephen Miller na administração como assessor e diretor de redação de discursos do presidente é notória, uma vez que já detinha claras conexões com supremacistas brancos antes de ter e-mails expostos e vazados para o público. Mesmo assim, Miller manteve-se em ambos os cargos até o final da administração (BAKER; GLASSER, 2022).

O nacionalismo econômico promovido discursivamente por ambos, contudo, detém abordagens e intuitos distintos. No caso de Donald Trump, seu nacionalismo econômico se manifesta como um elemento central contido em sua primeira *National Security Strategy*, em 2017. A seção 2 do documento trata da promoção da prosperidade nacional através de uma economia forte, abordando a política econômica como uma matéria de segurança nacional e promovendo uma dinâmica de jogo de soma-zero nas relações econômicas entre nações: "Os

---

[208] Apenas no episódio envolvendo Roberto Alvim, foram identificadas quinze notícias em portais digitais de veículos de imprensa internacional, como a *Time Magazine*, *The Guardian*, *DW*, *Euronews* e *The Times of Israel*.
[209] (LAGO; SARDINHA; LIPPELT, 2022).
[210] Em inglês, *dog whistle*, refere-se à utilização de termos e iconografias que podem passar despercebidas para o público geral. Contudo, grupos específicos são capazes de compreender e entender essas mensagens como uma forma de apoio, sendo o objetivo final dessa prática "ativar" esses grupos (OLASOV, 2016).
[211] (PHELPS, 2019).
[212] (LIMA, 2017).
[213] (O'CONNELL, 2020).

Estados Unidos não tolerarão mais abusos comerciais crônicos e buscarão relações econômicas livres, justas e recíprocas." (U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2017, tradução nossa[214]).

Nesse contexto, Trump busca estabelecer uma posição de negociação mais agressiva, mirando alto em suas demandas – como afirmar que o México arcaria com todos os custos na construção do muro[215] – e deixando pouco espaço para a outra parte ao pontuar duas únicas escolhas possíveis: uma ameaça frente à negativa e um claro incentivo mais positivo do que a primeira opção (STEFF, 2021). Atrelada a ideia já mencionada de "preservação das soberanias", o presidente norte-americano assemelhou sua retórica com medidas econômicas agressivas empreendidas em sua administração, como a guerra comercial chinesa.

Apesar de também se sustentar na mesma ideia de soberania, Bolsonaro traz uma abordagem discursiva e prática diferente de Trump. Em seu primeiro discurso no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o presidente brasileiro busca apresentar uma nação ainda economicamente "muito fechada", mas entusiasmada com a implementação de reformas neoliberais e maior participação em arranjos econômicos:

> Para isso, buscaremos integrar o Brasil ao mundo, por meio da incorporação das melhores práticas internacionais, como aquelas que são adotadas e promovidas pela OCDE. Buscaremos integrar o Brasil ao mundo também por meio de uma defesa ativa da reforma da OMC, com a finalidade de eliminar práticas desleais de comércio e garantir segurança jurídica das trocas comerciais internacionais. Vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia (BOLSONARO, 2019, apud g1, 2019).

No contexto da guerra comercial entre os EUA e a China, Bolsonaro, ainda no seu primeiro ano de governo, abandonou essa retórica agressiva. Se no período eleitoral reforçava a ideia de que as relações com o país eram desvantajosas e a necessidade de frear uma "invasão chinesa" frente a recursos naturais brasileiros (Redação Veja, 2017), após visita ao país em outubro de 2019 e um encontro com Xi Jinping no Brasil no mês seguinte, o presidente distanciou associações de um "comunismo internacional" com a China, afirmando estar em um "país capitalista" (SENRA, 2019). Na visita de Xi ao Brasil, Bolsonaro reforçou esse distanciamento com posições passadas, afirmando que a nação asiática cada vez mais estava presente no futuro do país e adotando termos que reiterassem a cooperação e a "amizade":

> Os acordos assinados, bem como os protocolos de intenção, serão potencializados por nós para **o bem dos nossos povos**. A China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil. Nosso governo vai cada vez mais tratar com devido **carinho, respeito e consideração** esse gesto do governo chinês. [...] Daqui para frente, a **amizade** e cooperação sino-brasileira têm um futuro promissor e proeminente, com confiança

[214] America will no longer tolerate chronic trade abuses and will pursue free, fair, and reciprocal economic relationships (U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2017).
[215] Apesar de constantes declarações, essa promessa não se cumpriu (DALE, 2020).

> ainda maior. Vamos trabalhar juntos para garantir que o **navio da amizade** China-Brasil avance na direção correta, supere todas as dificuldades e chegue com passos firmes a um futuro mais brilhante (MAZUI; BARBIÉRI; RODRIGUES, 2019, grifo nosso).

Quando questionado acerca da guerra comercial, o presidente brasileiro afirmou que não entraria nesse conflito: "O Brasil faz comércio com o mundo todo. Nós queremos o bem do nosso povo através deste tipo de relacionamento." (2019, apud AMARAL, 2019). Logo, o nacionalismo econômico mobilizado por Bolsonaro, até mesmo na esfera discursiva, distancia-se da abordagem adotada por Trump, por conta das claras diferenças entre as capacidades econômicas e militares de ambos os países. As sensibilidades econômicas do Brasil – juntamente com o fato de a China ser o primeiro parceiro comercial do país – explicam essa correção de rumos e adoção de uma postura internacional mais cooperativa para a atração de investimentos ou acordos bilaterais.

Na esfera do nacionalismo cristão, ambas as lideranças buscaram explorar dinâmicas discursivas que reiterassem a associação entre aspectos culturais e políticos com a identidade cristã, a partir da perspectiva apresentada por Whitehead e Perry (2020) no capítulo 2. Ambas as lideranças retomam um posicionamento de uma liderança messiânica e a necessidade de proteção dos valores cristãos ocidentais no cenário internacional. Em seu discurso de posse como chanceler das Relações Exteriores, Ernesto Araújo faz uma associação com o mito do sebastianismo e o momento atual de libertação da política externa brasileira: Dom Sebastião se tornou um mito, aquele que há de voltar das ondas do mar, num dia de muita névoa. "[...] O mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao presidente Bolsonaro." (2017, apud Ministério das Relações Exteriores, 2021).

Bolsonaro, em discurso na Assembleia Geral, também reiterou o mesmo ponto, promovendo a defesa da liberdade religiosa das nações e combater a "cristofobia", uma vez que, segundo sua percepção, tratava-se de uma versão e perseguição ao cristianismo (SANCHES, 2020). O mandatário brasileiro, com o slogan "Deus, Pátria e Família", deixa clara a associação de valores familiares e cristãos com a identidade nacional do país. O chanceler também buscou salientar a indivisibilidade de valores cristãos com a cultura e história brasileira, proferindo um trecho da reza Ave Maria em tupi e alertando para uma perseguição a esses valores:

> Além da oikofobia, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a teofobia**, o ódio contra Deus**. Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, **em todo o mundo**. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não-

> pensamento que **perfazem a agenda global**. Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é **contra isso que nos insurgimos** (ARAÚJO, 2017, apud Ministério das Relações Exteriores, 2021).

Trump, da mesma forma, adotou um posicionamento de defesa da liberdade religiosa na ordem executiva número 13.296, em 2020, caracterizando a liberdade religiosa internacional como um elemento que deve ser integrado na política externa dos Estados Unidos (Federal Register, 2020). Haynes (2021) demonstra que seu governo buscou inserir o nacionalismo cristão na política exterior como uma forma de enfraquecer os direitos de mulheres e grupos minoritários, como a tentativa na ONU em remover todas as referências à "saúde sexual e reprodutiva". Similarmente ao governo bolsonarista, reforça os valores judeu-cristãos, afirmando que encerrará ataques contra estes, voltando a nação para um período de primazia desses valores: "Não adoramos o governo, adoramos a Deus, [...] Nossos fundadores invocaram nosso criador quatro vezes na Declaração de Independência. E como os tempos mudaram. Mas sabe de uma coisa? Agora eles estão mudando de novo." (TRUMP, 2017, apud TAYLOR, 2017, tradução nossa[216]). Em comícios com apoiadores, constantemente fazia as mesmas associações entre a cultura e identidade nacional com a família e o cristianismo: "Eu realmente acredito que temos Deus ao nosso lado. [...] Vamos conquistar outra vitória monumental para a fé e a família, Deus e o país, a bandeira e a liberdade." (TRUMP, 2020, apud JENKINS, 2020, tradução nossa[217]).

O episódio mais simbólico de instrumentalização do nacionalismo cristão ocorreu no último ano de seu governo, fotos na St. John's Church, em Washington D.C. Enfrentando fortes críticas perante a pandemia e o BLM, sua administração organizou uma demonstração simbólica: caminhar da Casa Branca até a igreja e citar trechos da Bíblia para jornalistas presentes. Contudo, Trump e sua equipe não apenas não notificaram as autoridades clericais da St. John's, como o presidente apenas se posicionou em frente da igreja enquanto segurava a Bíblia sem ler ou citar qualquer passagem. Quando questionado no local se a Bíblia que apresentava aos jornalistas era sua, Trump respondeu que era apenas "uma Bíblia" (BAKER; GLASSER, 2022). O nacionalismo cristão será retomado ao abordarmos o aspecto das narrativas unificadoras.

---

[216] We don't worship government, we worship God, [...] Our founders invoked our creator four times in the Declaration of Independence. And how times have changed. But you know what? Now they're changing back again (TRUMP, 2017, apud TAYLOR, 2017).

[217] I really do believe we have God on our side. [...] We're going to win another monumental victory for faith and family, God and country, flag and freedom (TRUMP, 2020, apud JENKINS, 2020).

5.3.2 Liderança carismática

O papel de lideranças na formulação da política exterior corresponde ao primeiro nível de análise dos estudos da área de política externa, assumindo a premissa de que indivíduos seriam capazes de formular as decisões e alterar o curso da história de uma nação. Por tratar-se de lideranças carismáticas, estaríamos mais próximos de uma análise das personalidades do que apenas de suas percepções, justamente por abordarmos as crenças, valores e características dessas personalidades na formulação da política externa (BREUNING, 2007). Como abordado no capítulo dois, legitimidade pelo carisma adiciona maior grau de imprevisibilidade acerca das decisões que podem ser tomadas pela liderança, uma vez que está ligada a aspectos altamente subjetivos – com uma liderança carismática podendo ser, simultaneamente, adorada por um grupo e detestada por outro – e por haver uma constante necessidade da liderança em renovar sua conexão com sua base de apoiadores (WEBER, 1965).

O elemento carismático se faz inegavelmente presente nas figuras de Bolsonaro e Trump, não somente por seus valores e características, mas sob o ponto de vista prático entre seus apoiadores. Ambos foram figuras altamente polarizantes em seu governo, com suas aprovações a nível nacional não passando de 46%: o pico de Trump foi de 45,8%, enquanto Bolsonaro teve um pico de 39% entre os que o julgavam como "ótimo/bom" e de 30% que achavam seu governo "regular" (Datafolha, 2022, apud g1, 2022; Five Thirty Eight, 2021). Mesmo com os episódios negacionistas no período da pandemia, Trump, mesmo perdendo as eleições, se tornou o segundo presidente mais votado da história dos EUA e aumentou em 18% sua votação popular, em relação a 2016 (CNN Politics, 2020; Ibid, 2016). Da mesma forma, Bolsonaro também se tornou o segundo mais votado nas eleições brasileiras de 2022, perdendo com uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos (CERQUEIRA, 2022). E, finalmente, mesmo após os episódios do Capitólio e da Praça dos Três Poderes, ambos ainda seguem como as principais lideranças da "direita" em suas nações.

A fidelidade de grande parte de seus apoiadores é reforçada pela relação especial que detém com a figura de um líder forte, capaz de sanar suas principais dores políticas e econômicas e que, ao mesmo tempo, é altamente identificável por sua originalidade. O clima de uma "campanha eleitoral constante" durante seus governos, com Trump realizando 71 comícios no ano eleitoral (OLIVEIRA, 2021) e Bolsonaro realizando diversas manifestações populares – com e sem sua presença – e as "motociatas", explica-se pela necessidade de energizar constantemente seus apoiadores. Bolsonaro buscava esse contato mais direto com seus apoiadores, com seu governo instalando um cercado na saída do Palácio da Alvorada –

futuramente apelidado de "cercadinho" – no qual o presidente comunicava diretrizes e frustrações, além de comentar os principais acontecimentos com seus apoiadores. Também servia como um local altamente performático para sua figura, hostilizando jornalistas (AMARAL, 2020) e convocando um humorista para responder perguntas da imprensa sobre o baixo crescimento do PIB, em 2019 (MILITÃO, 2020).

Por se tratar de um fenômeno que tem na base de sua composição distintas formas de nacionalismo, a diferenciação entre o *in-group* e o *out-group* que constantemente empregam, tem por objetivo mobilizar o grupo frente a novas ameaças existenciais e acaba por, consequentemente, elevar a identificação com posições mais autoritárias que busquem proteger o grupo ou seguir na narrativa unificadora. As associações entre tendências autoritárias e apoio para os dois candidatos se fazem presentes, uma vez que, no caso de Bolsonaro, entre seus eleitores que mais apoiavam golpes, maiores eram as chances de "gostarem muito do presidente" (CHAGURI; AMARAL, 2021).

O apoio a tendências autoritárias também se manifesta com Trump, uma vez que quase metade de seus apoiadores concordaram com uma frase que, para os organizadores do estudo, era "praticamente um grito nazista": "Assim que os líderes do nosso governo e as autoridades condenarem os elementos perigosos da nossa sociedade, será dever de todo cidadão patriota ajudar a **eliminar a podridão que está envenenando nosso país por dentro**." (ALTEMEYER; DEAD, 2020, apud INGRAHAM, 2020, grifo nosso, tradução nossa[218]).

No âmbito da política exterior, os objetivos de uma liderança carismática podem variar desde a defesa do status quo internacional até uma tentativa de reformulação da ordem internacional vigente, apresentando-se como uma liderança transformacional e inspiracional e capaz de oferecer um propósito maior. Logo, elas conseguem promover um senso de pertencimento entre seus apoiadores e dar significado à sua identidade nacional, promovendo uma narrativa – normalmente mais simplificada – que permite que compreendam as complexidades que enfrentam e quais os rumos para o futuro. Destarte, lideranças carismáticas empregam três práticas comunicativas para sinalizar seus objetivos e intensificar seu vínculo com seus apoiadores: [1] justificar a narrativa apelando para valores dicotômicos, como "certo e errado" e "bom e ruim"; [2] comunicar-se de forma simbólica para tornar a mensagem clara e vívida, e [3] mostrar convicção e paixão pela missão por meio de demonstrações emocionais (WIVEL; GRØN, 2021). Dessa forma, promovem imagens estereotipadas e não complexas para

[218] Once our government leaders and the authorities condemn the dangerous elements in our society, it will be the duty of every patriotic citizen to help stomp out the rot that is poisoning our country from within (ALTEMEYER; DEAD, 2020, apud INGRAHAM, 2020).

representar o "outro", que são constantemente utilizadas como mapas para guiar suas intenções em política externa (WEHNER, 2023).

Na esfera exterior, o presidente norte-americano, em sua empreitada de desnuclearização da Coreia do Norte, por exemplo, fez uso intensivo das redes sociais para justificar e comunicar a necessidade de maior agressividade com o país, utilizando sua conta pessoal no antigo *Twitter*. Sua paixão era facilmente demonstrada pela iminência da ameaça e a forma satírica como tratou o outro líder, buscando emascular sua figura afirmando que o seu "botão" nuclear não funciona:

> A Coreia do Norte realizou um grande teste nuclear. Suas palavras e ações continuam a ser muito hostis e perigosas para os Estados Unidos....." (TRUMP, 3 set. 2017, 08:30AM, tradução nossa[219]).
>
> O líder norte-coreano Kim Jong Un acaba de declarar que o "Botão Nuclear está em sua mesa o tempo todo". Alguém de seu regime exaurido e faminto de alimentos poderia informá-lo de que eu também tenho um botão nuclear, mas é muito maior e mais poderoso do que o dele, e meu botão funciona! (TRUMP, 2 jan. 2018, 10:49 AM, tradução nossa[220]).
>
> Ser gentil com o homem do foguete [Kim Jong-un] não funcionou em 25 anos, por que funcionaria agora? Clinton fracassou, Bush fracassou e Obama fracassou. Eu não vou fracassar. (TRUMP, 1 out. 2017, 4:01PM, tradução nossa[221]).

Da mesma maneira, Bolsonaro utilizou-se dessa dinâmica para justificar e comunicar, após críticas, a razão pela qual vetou o artigo do Plano Plurianual (2020-2023) que incluía o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU. Seu *tweet*, na ocasião, conectava a Agenda 2030 a elementos que despertavam ansiedade em seus apoiadores: "Dentre as 'metas' da agenda 2030, estão a nefasta ideologia de gênero e o aborto, sob o disfarce de 'direitos sexuais e reprodutivos'" (BOLSONARO, 2019, apud TAIAR, 2019).

Pela reiteração da necessidade de retorno a um "passado glorioso", ambas as lideranças buscam realizar pontes com figuras políticas históricas que detêm uma grande adesão no imaginário coletivo conservador de cada país. Trump já se comparou com diversas figuras conservadoras históricas, como Lincoln, FDR, Nixon, Winston Churchill e, especialmente, Ronald Reagan. Nesse último caso, Trump partilha seu principal lema com o antigo presidente republicano – *make America great again* – e constantemente utiliza sua figura no campo de ação política, com a própria *Reagan Foundation* exigindo que Trump e o RNC parassem de usar a imagem do falecido presidente na campanha eleitoral, uma vez que e-mails da campanha

[219] North Korea has conducted a major Nuclear Test. Their words and actions continue to be very hostile and dangerous to the United States..... (TRUMP, 3 set. 2017, 08:30AM).
[220] North Korean Leader Kim Jong Un just stated that the "Nuclear Button is on his desk at all times." Will someone from his depleted and food starved regime please inform him that I too have a Nuclear Button, but it is a much bigger & more powerful one than his, and my Button works! (TRUMP, 2 jan. 2018, 10:49 AM).
[221] Being nice to Rocket Man hasn't worked in 25 years, why would it work now? Clinton failed, Bush failed, and Obama failed. I won't fail (TRUMP, 1 out. 2017, 4:01PM).

de arrecadação de fundos ofereciam moedas com a imagem de Reagan e Trump juntas (Al Jazeera, 2020). Nas redes sociais, também promovia postagens buscando a mesma "legitimação" com o passado, repostando uma foto sua com o antigo presidente com uma falsa citação de Reagan: "Pela minha vida, e nunca saberei como explicar, quando conheci aquele jovem [Donald Trump], senti como se fosse eu quem estivesse apertando a mão do presidente." (DALE, 2019).

Bolsonaro elabora o mesmo tipo de associação através de um resgate da tradição conservadora autoritária mais recente do país, evocando figuras associadas à ditadura militar brasileira e o controverso político médico candidato à presidência em 1994, Enéas Carneiro. No primeiro caso, as associações são reiteradas tanto na esfera discursiva – "O erro da ditadura foi torturar e não matar", "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff", "graças aos militares nós hoje gozamos de democracia"[222] –, para legitimar posições e promover uma retórica agressiva contra críticos do período, quanto na estética, batendo continência, gritos de ordem e associando-se à imagem deles, uma vez que, ao longo de seus 27 anos como deputado federal, tinha quadros de todos os presidentes da ditadura atrás de sua mesa (DIEGUEZ, 2022). O próprio slogan adotado em seu governo, "Pátria Amada Brasil", retoma o tom ufanista do período ditatorial e parte de seu lema, "Brasil acima de tudo", é retirado de um brado de paraquedistas do exército que se popularizara no ambiente militar, após o AI-5, e que, por sua vez, era uma cópia do lema "*Deutschland über alles*" (Alemanha acima de tudo), utilizado pelo Terceiro Reich (CASALI, 2016). No caso de Enéas, Bolsonaro faz uso de uma figura política que complementa os defeitos em sua figura: uma oratória muito bem articulada e "bagagem cultural". O mandatário, enquanto deputado, já solicitou a inclusão de Enéas no "Livro de Heróis e Heroínas da Pátria" e constantemente o chamava de "o homem do futuro" (FELLET, 2017).

Contudo, apesar de utilizarem estratégias similares em suas personalidades carismáticas, Trump constrói sua imagem em torno de uma liderança central para a formulação da política exterior norte-americana, argumentando ser seu próprio estrategista e que o país, como um todo, precisava de mais "ego" (STEFF, 2021). Ao ser questionado se o Departamento de Estado não tinha poucas nomeações de sua administração, Trump deixou claro como observa sua centralidade no processo de formulação da política exterior: "Deixe-me dizer a vocês que o **que importa sou eu**. Eu sou o **único** que importa, porque, quando chega a hora, é assim que a política será feita. Vocês já viram isso, vocês já viram isso com veemência." (TRUMP, 2017,

[222] (Congresso em Foco, 2019).

apud CHAPPELL, 2017, tradução nossa[223]). Logo, Trump promove a centralidade de sua figura até mesmo para seu sucesso, afirmando em diversas ocasiões ser um "gênio muito estável" quando suas decisões domésticas e exteriores são colocadas sob escrutínio (DIAZ, 2018), permitindo que entre seus apoiadores mais fiéis sintam-se inspirados e investidos emocionalmente em suas decisões exteriores – mesmo que não façam sentido ou estejam marcadas por contradições (STEFF, 2021).

Por outro lado, Bolsonaro buscou pautar sua liderança carismática em torno da figura de um homem simples que compreende as dificuldades do brasileiro comum, buscando transmitir essa humildade mesmo custando desgastar a imagem de uma liderança central para a política externa. Em diversos momentos, Bolsonaro reitera sua falta de conhecimento acerca de assuntos de ordem econômica – "Quando se fala em economia, eu sou ingênuo mesmo.[224]" –, seu baixo repertório cultural – "Quer comparar a minha bagagem cultural com a do general Heleno? Não dá para comparar[225]." – e sobre sua falta de capacitação como mandatário: "Quando alguns me criticam, falam sobre capacidade. A Bíblia diz que Deus não escolhe os capacitados. Capacita os escolhidos.[226]".

5.3.3 Narrativa unificadora

Para compreender a forma como mobilizam uma narrativa unificadora no plano exterior, é necessário, primeiramente, explicar o teor ideológico presente nelas. O núcleo ideológico de suas administrações foi marcado pelas ideias centrais de duas figuras: Olavo de Carvalho e Steve Bannon. Ambos são influenciados diretamente pelos ideais dos autores da segunda onda da ultradireita apresentados no segundo capítulo, tendo como ponto central a luta contra o globalismo. De forma sucinta, é compreendido como um conjunto de conspirações orquestradas por instituições internacionais, pela China e por bilionários filantropos – especialmente os que são judeus, como George Soros – para impor uma "Nova Ordem Mundial", utilizando-se da governança global para minar o "poder do povo" nas mais distintas empreitadas, como o controle populacional, através da normalização da homossexualidade, redução da população branca – *white genocide* –, promoção de ideais esquerdistas para deturpar valores familiares e

[223] Let me tell you, the one that matters is me. I'm the only one that matters, because when it comes to it, that's what the policy is going to be. You've seen that, you've seen it strongly (TRUMP, 2017, apud CHAPPELL, 2017).
[224] (BOLSONARO, 2019, apud CURY, 2019).
[225] (Ibid).
[226] (BOLSONARO, 2019, apud DEKGADO, 2019).

cristãos no Ocidente global, através da doutrinação a nível escolar, midiático, cultural e econômico (BOLTON, 2018).

Bannon adaptou essa teoria conspiratória para a realidade norte-americana, explorando ansiedades em torno do declínio da superpotência, aspectos mais raciais do país e a necessidade de retomada da identidade Ocidental através de valores judeu-cristãos. Olavo, por sua vez, buscou adaptar o globalismo para o contexto brasileiro, explorando as ansiedades narrativo-históricas relacionadas com o comunismo no Brasil, em detrimento de aspectos raciais mais explícitos e constantes, reforçando que a única saída para os descaminhos do país seria um retorno ao conjunto harmônico formado pela família, religião e pátria (DIEGUEZ, 2022). De qualquer forma, ambas as concepções postulam a necessidade de se combater o atual cenário de globalização promovido pela OLI, tido como imoral.

Em matéria de política externa, a luta contra o globalismo é a narrativa unificadora postulada pelos dois governos. Ernesto Araújo, indicado por Olavo de Carvalho ao posto de chanceler, evidencia o embate contra o globalismo e a retomada da civilização Ocidental em seu discurso de posse. Dentre as oito ocasiões em que o termo "globalismo" foi citado, esteve associado à limitação do comércio, ao atraso que trouxe para o Brasil – antes do novo governo, sendo um "país inferior" – e que se constituí "[...] no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano." (2017, apud Ministério das Relações Exteriores, 2017). Nas últimas referências ao termo, o ex-chanceler argumenta que a luta contra o globalismo se dá através do "[...] poder infinito da palavra, que é o **logos criador**. O presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. **Porque diz a verdade. E isso é o logos**." (Ibid). A utilização da palavra grega "logos" nesse contexto faz alusão ao seu aspecto voltado ao cristianismo, sendo compreendida como a "razão divina" (PEREIRA; BATISTA, 2024). Logo, Bolsonaro deteria a "razão divina" para conduzir o país por ter chegado até a posição da presidência dizendo "a verdade".

O elemento da luta contra o globalismo se faz presente em todos os discursos proferidos pelos dois mandatários nas sessões da Assembleia Geral da ONU, durante a duração de suas presidências. Nesse sentido, todas as ameaças que mobilizam no plano internacional, apesar de algumas bem distintas, têm como ponto de origem os males do globalismo. Ambos ressaltam que nessa luta, suas políticas exteriores não são orientadas por "valores ideológicos", como em "Somos guiados **por resultados, não por ideologia**. Temos uma política de realismo com base em princípios [...]." (TRUMP, 2017, apud U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2017, grifo

nosso, tradução nossa[227]) e em "[...] afastamos do Mercosul a ideologia e conquistamos importantes vitórias comerciais, [...].[228]". Logo, o termo ideologia – entendida nesse contexto como um sinônimo de políticas progressistas, "comunismo e socialismo" e "esquerdismo" – é associado ao "mal" até mesmo à nível espiritual: "A ideologia **invadiu** a própria **alma humana** para dela **expulsar Deus** e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou.[229]".

Ambos os presidentes atrelam o combate ao socialismo a inimigos externos que devem ser combatidos. Uma ameaça externa presente em todos os discursos proferidos por ambos foi o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela. O presidente norte-americano apresentou os malefícios do socialismo – "opressão", "expansionismo", "miséria" –, os associando ao regime e convocando outras nações para auxiliarem na mudança de regime no país: "Com esse espírito, pedimos às nações aqui reunidas que **se juntem a nós** no apelo pela restauração da democracia na Venezuela." (tradução nossa[230]). Um ano após o chamado de Trump, o presidente brasileiro iria proferir seu primeiro discurso reiterando a necessidade de restabelecimento da democracia no país:

> Na Venezuela, esses agentes do regime cubano, levados por Hugo Chávez, também chegaram e hoje são aproximadamente 60 mil, que controlam e interferem em todas as áreas da sociedade local, principalmente na Inteligência e na Defesa. A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. [...] Trabalhamos com outros países, entre eles os EUA, para que a democracia seja restabelecida na Venezuela (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).

Como abordado anteriormente, o combate à ideologia do globalismo também implica na proteção das soberanias e da perseguição religiosa – especialmente aos cristãos. Da mesma forma que abordamos a promoção da liberdade religiosa internacional em Trump, o governo Bolsonaro também se empenhou nessas iniciativas, assinando, em 2021, um memorando de entendimento para a promoção da tolerância e liberdade religiosa entre o Brasil e o Reino do Bahrein, afirmando que "Nossa cooperação não deverá se esgotar no âmbito bilateral, mas sim contribuir para a promoção desse princípio [da liberdade religiosa] em nossas regiões e no mundo.[231]". A promoção da liberdade religiosa internacional é um ponto de controvérsia no âmbito internacional, uma vez que não há uma clareza em relação ao que se fazer perante uma

[227] We are guided by outcomes, not ideology. We have a policy of principled realism [...] (TRUMP, 2017, apud U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2017).
[228] (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).
[229] (Ibid).
[230] In that spirit, we ask the nations gathered here to join us in calling for the restoration of democracy in Venezuela (TRUMP, 2018, apud The White House Archive, 2018).
[231] (BOLSONARO, 2021, apud Planalto, 2021).

perseguição religiosa em uma nação. A perseguição está de fato ocorrendo ou está sendo utilizada pelo governo local para perseguir outros grupos? Quem deve intervir? O fato de esse conceito já estar internalizado nas estruturas da política exterior norte-americana também levanta mais questionamentos acerca das reais intenções nessa empreitada.

> Como a moeda da promoção da democracia como estratégia de política externa dos EUA se desvalorizou, após os fracassos políticos no Iraque e no Afeganistão, cada vez mais a IRF é apresentada por seus defensores como uma ferramenta necessária na caixa diplomática dos Estados Unidos. **A Liberdade Religiosa Internacional é apresentada como uma questão de segurança nacional da mesma forma que a promoção da democracia** e atrai críticas semelhantes sobre a universalização dos valores americanos (MARSDEN, 2020, grifo nosso, tradução nossa[232]

A possibilidade de utilização desse conceito para reforçar a não ingerência da governança global em assuntos domésticos – desviar-se de críticas – é notória quando esse memorando é assinado no Bahrein, uma monarquia constitucional que, segundo um reporte do próprio Departamento de Estado, é acusada de perseguir minorias xiitas no território (U.S. Department of State, 2023). Destarte, compreende-se que o foco não está na proteção de todas as liberdades religiosas. No caso de Trump e Bolsonaro, o foco não é apenas a proteção de valores e da cultura cristã, mas também a promoção de seus valores na comunidade internacional. A instrumentalização da promoção da liberdade religiosa internacional se dá por meio da mobilização discursiva do nacionalismo cristão.

Os discursos de Trump na Assembleia passam a abordar o tema apenas em seu terceiro ano de mandato, apresentando a defesa da liberdade religiosa internacional como um compromisso "ferrenho" do país[233]. Contudo, no ano seguinte, posiciona sua empreitada como uma pauta essencial da ONU – juntamente com o combate ao terrorismo –, colocando em xeque sua eficiência:

> Para que as Nações Unidas sejam uma **organização eficaz**, ela deve se concentrar nos problemas reais do mundo. Isso inclui o terrorismo, a opressão das mulheres, o trabalho forçado, o tráfico de drogas, o tráfico humano e sexual, a perseguição religiosa e a limpeza étnica de minorias religiosas (TRUMP, 2020, apud The White House Archive, 2020, grifo nosso, tradução nossa[234]).

---

[232] As the currency of democracy promotion as a US foreign policy strategy has devalued, following the policy failures in Iraq and Afghanistan, so increasingly IRF is presented by its proponents as a necessary tool in the United States' diplomatic box. IRF is presented as national security issue in the same way democracy promotion has been, and attracting similar criticism of universalising American values (MARSDEN, 2020).

[233] (TRUMP, 2019, apud The White House Archive, 2019.).

[234] If the United Nations is to be an effective organization, it must focus on the real problems of the world. This includes terrorism, the oppression of women, forced labor, drug trafficking, human and sex trafficking, religious persecution, and the ethnic cleansing of religious minorities (TRUMP, 2020, apud The White House Archive, 2020).

Bolsonaro, assim como o presidente norte-americano, abordou o tema em seu primeiro discurso, em 2019, questionando também a ineficiência do órgão em ser capaz de resguardar a segurança de grupos religiosos, destacando principalmente os cristãos: "É inadmissível que, em pleno século XXI, com **tantos instrumentos, tratados e organismos** com a finalidade de resguardar direitos de todo tipo e de toda sorte, ainda haja milhões de cristãos e pessoas de outras religiões que perdem sua vida ou sua liberdade em razão de sua fé.[235]". Logo, a defesa da liberdade religiosa internacional é mobilizada por ambos não apenas como um instrumento de promoção de valores do nacionalismo cristão, mas também como mais uma forma de minar discursivamente a OLI. Cabe destacar, contudo, que esse elemento fica ausente dos discursos proferidos em 2020 e 2021. No último ano de seu governo, apenas faz referência a defesa da liberdade religiosa a partir de uma crítica direta ao governo da Nicarágua[236]. Essa mudança pode ser explicada tanto pelas críticas que o governo sofreu com a pandemia, em 2020 – focando a maior parte de seu discurso nessas questões –, quanto após a derrota eleitoral de Trump, em 2021.

O caso brasileiro, contudo, apresenta grandes diferenças quando comparamos os discursos proferidos por Bolsonaro e pelos últimos presidentes brasileiros: entre FHC e Temer, Lula foi o único presidente a fazer uma referência a Deus em seus discursos na Assembleia Geral[237]. Os mandatários anteriores não fizeram qualquer referência, nem mesmo no encerramento de seus discursos, ao passo que Bolsonaro encerrou todos os seus discursos agradecendo a Deus – encerrando seu último discurso com o seu lema "Deus, Pátria, Família e Liberdade![238]". No total, Bolsonaro utilizou o termo 7 vezes em seus discursos, sendo mobilizado mais diretamente em torno do nacionalismo cristão ao associar sua figura aos elementos tradicionalistas que defende: família tradicional, soberania do povo, fé e o respeito à Constituição – e, conjuntamente, aos militares: "O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo[239]." Ainda na Assembleia, foi o primeiro presidente brasileiro a buscar atrelar as principais pautas da ONU com princípios do nacionalismo cristão e citação direta a uma de suas frases bíblicas mais utilizadas:

---

[235] (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).
[236] (BOLSONARO, 2022, apud Agência Brasil, 2022).
[237] Lula mobiliza faz uso do termo não para a promoção de uma identidade cristã, mas para o combate à desigualdades através dos ideais cristãos: "Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las." (2003, apud Partido dos Trabalhadores, 2019).
[238] (BOLSONARO, 2022, apud Agência Brasil, 2022).
[239] (BOLSONARO, 2021, apud Planalto, 2021).

> Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8,32, '**E conheceis a verdade, e a verdade vos libertarás**'. Esta não é a Organização do Interesse Global! (BOLSONARO, 2019, apud Ministério das Relações Exteriores, 2019, grifo nosso).

A presença desse elemento no discurso e na prática da política externa norte-americana não é uma novidade inaugurada com Trump, sendo uma constante em discursos presidenciais – com referências a Deus e à identidade nacional do país. Todavia, o presidente, apenas em seu discurso de 2018, utilizou por três vezes a palavra *God*. Em seus quatro discursos, Trump a utilizou em dezessete ocasiões: dois momentos a associando ao respeito a soberania frente à governança global e um contra o financiamento ao aborto[240], em 2019; e uma ocasião, em 2020, pedindo a Deus que nunca tenha que utilizar suas armas avançadas contra o Afeganistão[241]. A título de comparação, George W. Bush, em seu discurso no mesmo órgão após quase dois meses dos atentados de 11 de setembro de 2001, utilizou a mesma palavra apenas duas vezes para criticar a mobilização do nome de Deus em prol da causa violenta dos terroristas[242]. Mesmo utilizando maniqueísmos, nem mesmo Bush, no auge da guerra ao terrorismo, mobilizou a palavra *God* e elementos do nacionalismo cristão da mesma maneira que Trump.

Uma diferença nítida na narrativa construída por Trump ocorre em 2020, após o início da pandemia. Em seus três discursos anteriores – mesmo com a guerra comercial – Trump adotava uma posição discursiva pragmática com a China: alguns elogios à liderança de Xi Jinping buscando a solução da guerra comercial, mas exigindo tratamento comercial justo. Mesmo que denunciasse práticas comerciais chinesas, deixava clara sua disposição para uma cooperação mais justa: "O povo americano está absolutamente comprometido com o restabelecimento do equilíbrio em nosso relacionamento com a China. [...] Todos nós contamos com o presidente Xi como um grande líder." (TRUMP, 2019, apud The White House Archives, 2019, tradução nossa[243]). Com a pandemia e as pressões internas enfrentadas[244], Trump focou quase que praticamente em posicionar a China como uma ameaça existencial em seu último discurso na Assembleia Geral, citando-a onze vezes, e a culpando diretamente pela pandemia, pela poluição global e por seus abusos comerciais, sendo necessário que as nações a responsabilizem: "Ao buscarmos esse futuro brilhante, devemos responsabilizar a nação que

[240] (TRUMP, 2019, apud The White House Archive, 2019).
[241] (TRUMP, 2020, apud The White House Archive, 2020).
[242] (BUSH, 2001, apud The White House Archive, 2001).
[243] The American people are absolutely committed to restoring balance to our relationship with China. [...] We are all counting on President Xi as a great leader (TRUMP, 2019, apud The White House Archives, 2019).
[244] Período eleitoral no qual Trump acumulava diversas controvérsias em torno da sua administração em como lidaram no combate e prevenção ao vírus, com a economia e os protestos do BLM (BAKER; GLASSER, 2022).

desencadeou essa praga no mundo: a China." (TRUMP, 2020, apud The White House Archives, 2020, tradução nossa[245]). Nesse sentido, Trump buscou mobilizar ameaças subjetivas e físicas – Estados, Organizações Internacionais, mídia – em seus discursos, sempre a associando-as à narrativa de combate às estruturas do globalismo.

No caso brasileiro, Bolsonaro muda drasticamente o tom de seus pronunciamentos a partir da derrota de Trump nas urnas, em 2020. No seu próximo discurso, o presidente brasileiro mantém o tom de preservação da "liberdade", mas reduzindo o tom messiânico de uma missão global. Mesmo no tema da pandemia, não buscou realizar ataques diretos a organizações ou nações, gastando mais tempo em apresentar um país modernizado, "sem casos de corrupção", que possui "tudo o que investidor procura", mais industrializado e com uma legislação ambiental completa[246]. O ponto da "modernização" se faz presente em seus quatro discursos, quando reitera a ideia de que se trata de um novo país, diferente do "Brasil do passado" de outros governos. Em 2022, no contexto da Guerra da Ucrânia, agradece a cooperação de nações europeias que auxiliaram na evacuação de civis brasileiros e reitera uma posição de neutralidade no conflito. Além disso, não há desafios diretos à OLI, mas uma instrumentalização de temas, como o meio ambiente, buscando apresentar-se como um participante engajado nesses temas[247].

A própria necessidade de correção de rumos foi reconhecida pelo deputado federal Pastor Marco Feliciano (Republicanos), vice-líder do governo na câmara e aliado ferrenho do ex-presidente – e um dos promotores de elementos do nacionalismo cristão na sociedade brasileira[248]. O deputado pediu pragmatismo nas relações com a China, mas sem deixar de invocar elementos religiosos em sua argumentação

> Nós, conservadores, temos a característica de sermos essencialmente **realistas**. E, queiramos ou não, **com a posse de Biden** hoje à frente da maior potência mundial, o jogo todo muda. **Jogo novo requer estratégia nova**. A antiga não serve mais. [...] Entendo que quanto mais tempo demoramos para mudar nosso posicionamento no plano internacional, pior será. [...] A hora é de total pragmatismo nas relações internacionais. **Já dizia o imperador Vespasiano que dinheiro não tem cheiro**. E a China tem interesses geopolíticos de primeira ordem no Brasil (FELICIANO, 2021, apud UOL, 2021).

Destarte, mesmo antes da correção de rumos na política exterior com um EUA pós-Trump, Bolsonaro sempre reiterou a narrativa no contexto de demonstrar que o Brasil é um país

[245] As we pursue this bright future, we must hold accountable the nation which unleashed this plague onto the world: China (TRUMP, 2020, apud The White House Archives, 2020).
[246] (BOLSONARO, 2021, apud Planalto, 2021).
[247] (BOLSONARO, 2022, apud Agência Brasil, 2022).
[248] A título de exemplo, Feliciano, durante o governo Bolsonaro, buscou amenizar as críticas que o presidente sofria por seu saudosismo com o período ditatorial, argumentando defender o uso da violência através da disciplina com base em princípios cristãos: "É cristão você pegar um chicote e espancar as pessoas? Jesus fez isso no momento oportuno quando necessário." (FELICIANO, 2019, apud SCHREIBER, 2019).

modernizado e pragmático no quesito de investimentos. Que se coloca à disposição para participar do sistema internacional, mas que não renuncia seus princípios e valores – especialmente em torno do nacionalismo cristão – e não tolera ingerências internas da governança internacional.

5.3.4 Vitimização, Retórica Intransigente e Presença Digital

A junção de três características nessa seção justifica-se pela interconectividade entre esses elementos do neonacionalismo, sendo mais adequado abordá-las em conjunto e facilitando a análise entre os governos. O conceito de vitimização, sem sua essência, é uma reivindicação por justiça, autorizando o vitimado a abordar o mal causado, exigindo reconhecimento e reparação. O fio condutor do processo de vitimização ocorre a partir do reconhecimento de que uma injustiça ou mal social se faz presente em um *in-group*, que pode ser, ou não, uma minoria sitiada. Todavia, no contexto neonacionalista – assim como em muitos movimentos da ultradireita – o contexto da vitimização acaba por atingir grupos que necessariamente não se enquadram na categoria de grupos minoritários que são historicamente acometidos por injustiças sociais. No atual contexto, o sentimento mobilizado é o do "ressentimento", que, na percepção nietzschiana, trata-se de um fenômeno facilmente generalizável na esfera cultural e psicológica. Logo, os ressentidos são definidos passivamente por sua condição de vítima, tornando-se ativos apenas em seu ódio contra seus "opressores" (HORWITZ, 2018).

Contudo, ao passo que a vitimização do *in-group* é válida e explorada por ambas as lideranças, as reivindicações de vitimização pelo *out-group* – especialmente grupos minoritários ou oponentes políticos – são caracterizadas como irrelevantes, uma vez que, sob sua percepção, é justamente o *out-group* minoritário que conquistou "regalias" e "privilégios" no decorrer da globalização. Logo, essa "vitimização em duas esferas" permite que se protejam de críticas, alegando perseguição política, e deslegitimem demandas do *out-group*, classificando-os de *snowflakes*[249] e pedindo que deixem de ser um "país de maricas[250]". No âmbito da política exterior, a vitimização reforça ainda mais a narrativa antiglobalista de

[249] Em português, "floco de neve", o termo é empregado constantemente por apoiadores de Trump para se referir aos seus oponentes democratas no Congresso e na sociedade, com o intuito de classificar qualquer demanda por justiça social como uma fragilidade de um grupo privilegiado (GALLAGHER, 2020).

[250] Bolsonaro utilizou o termo para evitar críticas perante a não implementação de um *lockdown* na atividade econômica nacional, durante a pandemia. O presidente disse ser necessário enfrentar a pandemia de "peito aberto", reclamando que "tudo agora é pandemia, tem que acabar esse negócio, pô." (BOLSONARO, 2020, apud GOMES, 2020).

retomada de uma liberdade de ação sem constrangimentos, a unidade na identidade nacional neonacionalista e promove a manifestação agressiva de ressentimentos contra os vitimadores.

Em seu anúncio de retirada do Acordo de Paris, em junho de 2017, Donald Trump, novamente, reitera um cenário de calamidade nacional anterior ao seu governo. Em seguida, relata drásticas mudanças positivas desde o início de seu mandato, apontando que "Uma a uma, estamos cumprindo as promessas que fiz ao povo americano [...]" (tradução nossa[251]). Afirmando não querer que nada atrapalhe a execução dos objetivos de seu governo, Trump anuncia a intenção de retirada do Acordo e pontua o quão injusto ele é não apenas para o país, mas como é permissivo com outras nações em desenvolvimento e prejudica diretamente seus apoiadores:

> Como presidente, não posso colocar nenhuma outra consideração antes do bem-estar dos cidadãos americanos. O Acordo Climático de Paris é simplesmente o exemplo mais recente de Washington entrando em um acordo que coloca os Estados Unidos em desvantagem para o benefício exclusivo de outros países, deixando os trabalhadores americanos – **que eu amo** – e os contribuintes absorverem o custo em termos de perda de empregos, salários mais baixos, fábricas fechadas e produção econômica amplamente reduzida. [...] Por exemplo, de acordo com o Acordo, a China poderá aumentar essas emissões por um número impressionante de anos – 13. **Eles podem fazer o que quiserem por 13 anos**. Nós não. A Índia condiciona sua participação ao recebimento de bilhões e bilhões e bilhões de dólares em ajuda externa dos países desenvolvidos. Há muitos outros exemplos. Mas o ponto principal é que o Acordo de Paris é **muito injusto, no mais alto nível, para os Estados Unidos** (TRUMP, 2017, apud The White House Archives, 2017, grifo nosso, tradução nossa[252]).

Perante as críticas internacionais que o Brasil vinha sofrendo em relação ao aumento de contágios pelo vírus da covid-19 e à intensificação do desmatamento ilegal na região da Floresta Amazônica, o presidente abre seu discurso na 75ª Assembleia Geral da ONU enquadrando seu governo no papel de vítima no contexto pandêmico, argumentando que, desde o início, tomou todas as medidas necessidade de combater o vírus e "cuidar" da economia. Contudo, por uma "decisão judicial", as medidas de combate ao vírus e "restrições de liberdade" estariam sob responsabilidade dos governadores, cabendo ao presidente apenas "o envio de recursos e meios a todo o país." Nesse sentido, Bolsonaro buscou posicionar externamente um governo que,

---

[251] One by one, we are keeping the promises I made to the American people (TRUMP, 2017, apud The White House Archives, 2017).

[252] As President, I can put no other consideration before the wellbeing of American citizens. The Paris Climate Accord is simply the latest example of Washington entering into an agreement that disadvantages the United States to the exclusive benefit of other countries, leaving American workers – who I love – and taxpayers to absorb the cost in terms of lost jobs, lower wages, shuttered factories, and vastly diminished economic production. [...] For example, under the agreement, China will be able to increase these emissions by a staggering number of years – 13. They can do whatever they want for 13 years. Not us. India makes its participation contingent on receiving billions and billions and billions of dollars in foreign aid from developed countries. There are many other examples. But the bottom line is that the Paris Accord is very unfair, at the highest level, to the United States (TRUMP, 2017, apud The White House Archives, 2017).

mesmo em um cenário catastrófico, recebia "um aumento do ingresso de investimentos" e que, perante a pandemia, estaria impossibilitado de ir além do que a "decisão judicial" permitia (BOLSONARO, 2020, apud Agência Brasil, 2020).

Antes de abordar críticas quanto ao desmatamento, o presidente explica que o país havia contribuído para que "o mundo continuasse se alimentando"[253], através do forte agronegócio que respeita "a melhor legislação ambiental do planeta". Bolsonaro apresenta uma nação benevolente para, em seguida, pontuar uma grande injustiça que a acometeu: "Mesmo assim, **somos vítimas** de uma das mais **brutais campanhas de desinformação** sobre a Amazônia e o Pantanal." (grifo nosso[254]). Uma vez na posição de uma nação vitimada, o presidente pode apontar aqueles que vitimaram o Brasil, expondo seus interesses em suas riquezas naturais: "Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa **campanha escorada em interesses escusos** que se unem a **associações brasileiras**, aproveitadoras e **impatrióticas**, com o objetivo de prejudicar o governo **e o próprio Brasil**." (grifo nosso[255]). No contexto internacional dessa vitimização performática, tanto Trump quanto Bolsonaro buscam associar não seus governos, mas a nação – entendida aqui como seu *in-group* – à posição de vítima amplamente injustiçada.

Outro elemento importante da vitimização é o constante uso de "tokens políticos", compreendido como o uso simbólico de um representante de um grupo minoritário com o intuito de resguardar a liderança e seus apoiadores de qualquer má intenção contra grupos minoritários. Frente a acusações, críticas e falas controversas, a prática política do tokenismo é uma forma de se blindar perante acusações de racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa, dentre outras. Essa prática se faz presente na relação de Trump com a parcela latina e negra de eleitores republicanos, reiterando ser a pessoa menos racista possível (BAKER; GLASSER, 2022). Durante comício com apoiadores na cidade do Novo México, em 2019, deixou claro que há uma separação entre hispânicos que os apoiam e os que não o fazem, declarando que "nós amamos os **nossos** hispânicos" (grifo nosso, tradução nossa[256]). Destacando elementos do nacionalismo racial e cristão, Trump reconheceu a presença de um comentarista hispânico da CNN[257] e explicou estar surpreso com sua etnia, uma vez que ele era um hispânico o defendendo na televisão e não aparentava ser hispânico "[...] ele se parece mais

[253] (BOLSONARO, 2020, apud Agência Brasil, 2020).
[254] (Ibid).
[255] (Ibid).
[256] We love our Hispanics (TRUMP, 2019, apud PETTYPIECE; ALBA, 2019).
[257] *Cable News Network*.

com um WASP [protestante anglo-saxão branco] do que eu" (2019, apud PETTYPIECE; ALBA, 2019, tradução nossa[258]).

Bolsonaro, da mesma maneira, empenhou essa prática durante seu governo, como Damares Alves como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, pastora evangélica altamente conservadora e que manteve pautas no sentido de combater a dita "ideologia de gênero", e Sergio Camargo, um autointitulado negro de direita "anti-vitimista", contra o "racismo Nutella da esquerda" e contra as cotas raciais, para comandar a Fundação Cultural Palmares, responsável pela promoção da afro-brasilidade (WATSON, 2020). Na política externa, levou Ysani Kalapalo, *youtuber* e autointitulada "indígena de direita", para chancelá-la como representante dos povos originários do país perante a comunidade internacional, durante discurso na ONU em 2019. Após críticas perante a Amazônia, Bolsonaro reconhece a presença da comunicadora antes de entrar no tema, buscando demonstrar que suas políticas estão em conformidade com os direitos dos povos originários: "Senhorita Ysany Kalapalo, indígena aqui presente do Brasil, agora vamos falar de Amazônia.[259]". Mais cedo, o presidente havia lido uma suposta carta na qual Ysani teria o aval de 52 povos indígenas para representá-los, retomando o tema em seu discurso para atacar o Cacique Raoni, liderança indígena crítica do governo: "A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia.[260]". Não apenas buscou retirar a legitimidade de uma liderança indígena já estabelecida, como uma forma de legitimar sua política para esses povos, mas também inverteu os papéis, acusando organizações nacionais e internacionais de inferiorizar esses povos: "Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiadas em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas[261].").

Na manifestação do ressentimento é que a retórica intransigente proporciona uma "vingança" contra seus vitimadores, quebrando convenções do mínimo de civilidade na retórica política e na deslegitimação – e até a desumanização – de adversários políticos[262], transmitindo força política, originalidade e identificação através de um humor mais agressivo. Essa retórica é uma confirmação constante aos seus apoiadores de que, independentemente do cenário,

[258] [...] he looks more like a WASP than I do (TRUMP, 2019, apud PETTYPIECE; ALBA, 2019).
[259] (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).
[260] (BOLSONARO, 2019, apud VERDÉLIO, 2019).
[261] (Ibid).
[262] Trump reiteradas vezes se referiu-se a imigrantes como animais (ESCALANTE, 2018) e Bolsonaro já disse que o negro de quilombo "nem para procriar ele serve mais" (CIPRIANI, 2018).

sempre se apresentará disposto a proferir o que outros não têm coragem. O termo "intransigente" implica uma retórica que não faz concessões políticas discursivas a adversários políticos, impossibilitando, propositalmente, a construção de uma ponte de comunicação. Logo, é compreensível a razão de ambos os líderes em fazerem usos constantes de ofensas e de apelidos específicos para se referir a oponentes: ao mesmo tempo em que o "politicamente correto" é quebrado, as opiniões e presença de seus oponentes são desconsideradas.

Nesse quesito, Trump é eficaz na arte do insulto, criando apelidos simples, memoráveis e que denotem as principais inseguranças e incapacidades de seus oponentes e "traidores" políticos, como "*Crooked* Hillary", "Jeb '*Low Energy*' Bush", "*Lyging* Ted Cruz", "*Little* Marco Rubio", "AOC *plus three*[263]*"* e "*Sleepy* Joe Biden". Bolsonaro, apesar de não ter a mesma quantidade de apelidos que cunhou, também faz uso de apelidos promovidos por sua base, palavras de ordem autoritária e ofensas contra oponentes, como "Globo lixo", "mortadelas", "petralhas", "acabou porra!" – em reação à operação da PF contra aliados[264] – e quando disse a um jornalista ter "vontade de encher tua boca de porrada[265]".

No âmbito da política exterior, ambas as lideranças fizeram uso de uma linguagem degradante para se referir a seus desafetos internacionais, utilizando, especialmente, o nacionalismo de gênero para desautorizar autoridades estrangeiras femininas, como quando Trump atacou a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, após ela não demonstrar interesse em sua ideia de comprar a Groenlândia, um território da Dinamarca: "Achei que a declaração da primeira-ministra, de que era 'absurda', de que era 'uma ideia absurda', foi nojenta, [...]" (2019, apud BLAKE, 2019, grifo nosso, tradução nossa[266]). Em suas rusgas com o presidente francês, Bolsonaro reagiu com risadas a uma postagem no *Facebook* que zombava da aparência da primeira-dama francesa, Brigitte Macron, comparando-a com a primeira-dama brasileira, conforme Figura 10. O uso dessa forma de linguagem nas relações exteriores quebra, até mesmo, com insultos diplomáticos mais aceitos. Como aponta Alisher Faizullaev (2017), mesmo o denominado "soco diplomático" – menções diretas e ofensas diplomáticas – que, mesmo buscando escalar a situação e coagir a outra parte, ainda opera as ofensas muito mais no campo da ambiguidade. Logo, a utilização do nacionalismo de gênero, ao mesmo tempo,

[263] Como se refere ao chamado *The Squad*, grupo de congressistas democratas mulheres, composto por Alexandria Ocasio-Cortez, Ilhan Omar, Ayanna Pressley e Rashida Tlaib.
[264] (BOLSONARO, 2020, apud FERRO, 2020).
[265] (BOLSONARO, 2020, apud ARBEX, 2020).
[266] I thought that the prime minister's statement, that it was 'absurd,' that it was 'an absurd idea,' it was nasty, [...] (TRUMP, 2019, apud BLAKE, 2019).

busca reforçar a transmissão de valores hierárquicos tradicionalistas de gênero na arena exterior e deslegitimar a capacidade de lideranças femininas opositoras.

Como abordado na Tabela 9 e na primeira parte desse capítulo, o uso intensivo das redes sociais complementa a retórica intransigente de neonacionalistas, apresentando uma maneira eficaz de contornar a mídia convencional através de uma base engajada de apoiadores e criar uma realidade política separada para seus apoiadores. Juntamente com dutos de radicalização, anonimato digital e a criação de câmaras de eco, as redes sociais intensificam ainda mais a dinâmica de diferenciação do *in-group* com o *out-group*, permitindo uma maior consolidação da unidade no grupo através da mobilização de paixões em torno da "liberdade de expressão" irrestrita e, assim, normalizando falas e posicionamentos mais extremos no meio digital. Logo, a consolidação de uma comunidade digital pautada na unidade explica a disposição constante de mobilizações em prol da liderança ou suas ideias e a disseminação volumétrica de notícias falsas.

Figura 10: Bolsonaro reagindo a post de apoiador zombando da primeira-dama francesa



Fonte: Redação Veja (2019).

No contexto da política externa, o advento das redes sociais e, consequentemente, de um fluxo mais intenso de informações difusas, tornou mais difícil para os cidadãos "alcançarem" as informações e restringirem os líderes, porque as opiniões que contradizem as crenças dos cidadãos têm menos probabilidade de serem divulgadas quando a mídia está mais

fragmentada. Com o surgimento de um mensageiro confiável, mensagens e publicações dissonantes em redes sociais passam a ser popularizadas por conta das câmaras de eco. Logo, com a intensificação da polarização nesse ambiente, torna-se cada vez mais improvável que seguidores responsabilizem essa liderança por contradições ou erros e que passem a negar cada vez mais elementos da realidade factual dissonantes com as narrativas e valores de seu grupo. Destarte, Baum e Potter (2019) identificam três mudanças essenciais na política externa frente às redes sociais: [1] permite que a liderança envolva diretamente os seguidores em questões de política externa sem o pré-requisito de que eles estejam bem-informados; [2] a mídia tradicional passa a ser menos complacente às fontes oficiais, por passar a ter outros pontos de acesso às informações; e [3] o colapso do papel da mídia tradicional como um *gatekeeper* informacional, tornando mais difícil para indivíduos discernirem entre informações factuais e falsas.

Ambas as lideranças ainda detêm alto engajamento em suas principais redes sociais, com Trump representando o segundo líder político do mundo com o maior número de seguidores em suas redes, com 96 milhões de seguidores totais. Bolsonaro, apesar de ocupar a quarta posição, teve quase o dobro do engajamento do presidente norte-americano (Bites, 2019). O alto engajamento de Bolsonaro pode ser explicado pelas suas *lives* semanais de quinta-feira no *YouTube*, nas quais o então presidente busca comunicar e articular os principais feitos do governo, as notícias da semana e, consequentemente, um reforço constante à narrativa unificadora com seus apoiadores. Apenas nos dois primeiros anos de governo, o mandatário brasileiro acumulava mais de 138 horas de transmissões de *lives* (GULLINO; MAIA; FARIAS, 2020).

Frente à pandemia da covid-19, ambos os presidentes negaram a severidade da pandemia e buscaram politizar o combate ao vírus, introduzindo a hidroxicloroquina e a ivermectina como medicações capazes de prevenir, combater e reverter o então cenário de crise, não sendo necessário a utilização de métodos recomendados cientificamente, como o distanciamento social, a utilização de máscaras e a implementação da quarentena nos estágios iniciais da pandemia. A promoção de uma "ciência alternativa" obteve impactos não somente na saúde pública de cada nação, mas também na política externa, tornando os dois países párias no combate à pandemia (CASARÕES; MAGALHÃES, 2021).

Esse caso também evidencia os elementos do antielitismo e do anti-intelectualismo presentes na forma como ambos construíram uma narrativa conspiratória em política exterior em torno da pandemia. Ao culpabilizar a China e reforçar a narrativa de que os EUA estariam fazendo o máximo em seu alcance para frear o contágio do vírus, a administração Trump estava tentando resguardar-se frente a possíveis implicações de responsabilidade em relação ao

discurso negacionista adotado no início da pandemia. Com o banimento de voos para a China, Trump defendeu o uso do termo "vírus chinês", se colocou contra o *lockdown*, a vacinação, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e promoveu o uso de medicamentos não testados ou não recomendados por autoridades médicas, sugerindo que a própria população deveria autoadministrar seu uso: "Tome. O que você tem a perder?" (Al Jazeera, 2020, tradução nossa[267]).

Em seu último discurso na Assembleia Geral, busca culpabilizar diretamente China pelo vírus. Em 11 citações à China, 6 fazem referência à sua responsabilidade na origem e transmissão internacional do vírus, 3 denunciam as emissões de carbono do país, 1 remete aos abusos chineses em trocas comerciais com os EUA e 1 faz um apelo à ONU: "As Nações Unidas devem responsabilizar a China por suas ações." (TRUMP, 2020, apud The White House Archive, 2020, tradução nossa[268]). O discurso segue a mesma lógica de construção narrativa: posicionar a China como o *out-group* responsável pelos contratempos domésticos e internacionais, e reiterar as injustiças que recaem sobre os EUA frente à suas boas práticas e avanços. Todavia, ao mesmo tempo em que Trump pede para que a China seja responsabilizada pela ONU, indiretamente acusa a organização de estar envolvida em conspirações chinesas ao afirmar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) seria "[...] praticamente controlada pela China[269]." (Ibid).

No âmbito das redes sociais, seus *tweets* buscaram construir um senso de unidade frente uma ameaça estrangeira, fazendo uso de uma retórica similar a períodos de guerra, uma vez que tratam a situação como a vitória de seu *in-group* contra outro, explicando a utilização de estereótipos raciais – como quando chamou o vírus de "*kung flu*[270]" – para se referir ao inimigo: "O 'vírus chinês', o 'vírus da China' e a 'praga da China' são metáforas, pois o domínio-alvo (COVID-19) é descrito usando o domínio-fonte (China), **confundindo assim a pandemia com a identidade nacional**. (FAUX, 2020, grifo nosso, tradução nossa[271]). Um levantamento do *Pew Research Center* em julho de 2020 evidencia o aumento da percepção negativa sobre a China. Após o início da pandemia, saltou de 66% para 73%. Além disso, 78% apontaram a China como principal responsável pelo contágio. Na mesma questão, 73% de eleitores

[267] Take it. What do you have to lose? (Al Jazeera, 2020).
[268] The United Nations must hold China accountable for their actions (TRUMP, 2020, apud The White House Archive, 2020).
[269] [...] virtually controlled by China (Ibid).
[270] Uma mistura entre o kung fu e a palavra "gripe", em inglês.
[271] "Chinese virus", "China virus" and "China plague" are metaphors as the target domain (COVID-19) is described using the source domain (China), thereby conflating the pandemic with national identity (FAUX, 2020).

republicanos e 38% dos democratas culparam o governo chinês (SILVER; DEVLIN; HUANG, 2020).

No caso brasileiro, Bolsonaro não foi a autoridade brasileira a disparar os primeiros ataques associando a China com o vírus. Em *tweets* já deletados, seu filho e deputado federal pelo estado de São Paulo, Eduardo Bolsonaro, viria a associar a responsabilidade do governo chinês na propagação do vírus com o acobertamento do governo soviético no acidente de Chernobyl: "... +1 vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a expor tendo desgaste, mas q[eu] salvaria inúmeras vidas. A culpa é da China e liberdade seria a solução." (CNN Brasil, 2020). Esta associação se assemelha à forma pela qual Trump posicionou a China no mesmo período, acrescentando o elemento do "comunismo" – imbuído de carga emocional negativa no imaginário coletivo de grande parte da população brasileira. O Ministro da Educação no período, Abraham Weintraub, foi a próxima autoridade estatal a fazer um ataque direto e racista à China. Em outro *tweet* já deletado, zomba da fonética chinesa na língua portuguesa e reitera a narrativa conspiratória de que a China teria causado a pandemia com o intuito de "sair mais forte" e fortalecer seus planos de dominação internacional. Em artigo intitulado "Chegou o Comunavírus", o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reiterou as narrativas conspiratórias envolvendo o papel da China na configuração de uma "Nova Ordem Mundial" a partir da propagação intencional de um vírus que avançaria a agenda "globalista" (QUINAN; ARAUJO; ALBUQUERQUE, 2021).

As manifestações anti-China, quando vindas diretamente da presidência, eram mais presentes em *lives* semanais transmitidas em suas redes sociais. Bolsonaro não poupou esforços em associar a China às narrativas conspiratórias, ironizando a vacina Coronavac, afirmando que compraria as vacinas produzidas pela Universidade de Oxford, já que "Não é daquele outro país não, tá ok, pessoal?..." (apud ANDRADE, 2020). Porém, nas dimensões institucionais, o discurso de Bolsonaro na AGNU não fez menção à China ou a associaria, mesmo que de forma implícita, à Covid-19 – optando por abordar responsabilizar o Supremo Tribunal Federal, prefeitos e governadores[272]. Assim, não buscou protagonizar discursos conspiratórios envolvendo a China e a pandemia, nos subsequentes discursos proferidos.

Em cerimônia com generais, levantou a hipótese de fabricação do vírus com o intuito de causar uma "guerra química": "Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês." (apud COLETTA, 2021). Quando questionado sobre associar à China, apontou que não havia citado o país em momento algum. Cabe destacar que o vazamento de trechos da reunião

[272] (BOLSONARO, 2020, apud Agência Brasil, 2020).

ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020 evidenciou a dificuldade de Bolsonaro em conciliar as narrativas conspiratórias contra a China perante a balança comercial brasileira. Os trechos suprimidos no vazamento, muito provavelmente, fazem referência aos chineses: “Em alguns ministérios tem gente deles [alusão à espiões chineses] plantado aqui dentro, né? Então não queremos brigar com [trecho suprimido], zero briga com a [trecho suprimido]. **Precisamos deles pra vender? Sim**. Eles precisam também de nós (apud Redação Veja, grifo nosso, 2020).

5.3.5 Democracia iliberal, Reformulação da OLI e Transnacionalização com lideranças autoritárias

As três últimas características também estão estritamente conectadas, uma vez que a desestabilização e deslegitimação das instituições políticas e jurídicas domésticas permite uma capacidade de ação sem restrições na política exterior. Frente à postulação de narrativas de luta contra o “globalismo” e de resgate do princípio de nações soberanas cooperando sem uma governança internacional. Ao mesmo tempo, a aproximação com outros governantes com tendências autoritárias busca justamente permitir menores entraves diplomáticos e comerciais, transnacionalizando pautas iliberais e conservadoras – como a promoção da liberdade religiosa internacional, citada anteriormente – que busquem justamente menor constrangimento doméstico na atuação exterior. Todavia, ainda é difícil compreender como operaria essa OLI reformulada e o quão sustentável ela seria no longo prazo, não apenas sob o ponto de vista dos valores que promove, mas também em termos práticos. Embora lideranças neonacionalistas constantemente afirmem o quão desnecessárias as organizações internacionais são e ameacem se retirar delas, ao assumirem, continuam a tomar parte em suas estruturas para avançar seus objetivos, se projetar internacionalmente e deslegitimar valores da OLI, de dentro para fora.

No contexto doméstico da democracia iliberal, Trump e Bolsonaro realizaram movimentos similares: lançar dúvidas acerca do processo eleitoral durante a campanha, afirmando que uma possível derrota constituiria uma fraude no sistema; deslegitimar *gatekeepers* da democracia liberal, como instituições democráticas, a mídia e oponentes políticos; após as eleições e durante seu mandato, continuar a promover a narrativa de fraude eleitoral entre apoiadores e um clima de constante acirramento com os pesos e contrapesos da democracia liberal; e, após uma derrota no ciclo eleitoral seguinte, ativar a narrativa de fraude e conluio do sistema contra sua liderança, mobilizando apoiadores para “salvarem sua liberdade”. Contestações e teorias conspiratórias acerca de eleições não são, de forma alguma, um movimento inédito. A originalidade dessas novas lideranças está na forma como, mesmo

após eleitos, atentam contra o sistema que os elegeu e do qual, ironicamente, fazem parte. Ao final de seus governos, pudemos observar o ápice da promoção de elementos iliberais em um sistema democrático liberal: tentativa de reversão dos resultados eleitorais a partir de atos de violência política e física.

Ainda nas primárias republicanas, Trump já acusava seu principal oponente, Ted Cruz, de fraude eleitoral, após sua derrota no estado do Iowa (TENNERY, 2016). Após a conquista da nomeação, retomou a mesma narrativa, agora contra sua concorrente democrata, Hillary Clinton, argumentando que não ficaria surpreso se a eleição estivesse "roubada" (WEIGEL, 2016) e, após sua vitória, continuou a reiterar que tinha ganhado por muito mais votos e que milhões votaram ilegalmente nas eleições (JACOBS; LEVIN, 2017). Ao longo de seu mandato, pediu pela prisão de opositores e "traidores" políticos, demitiu o diretor do FBI e o procurador-geral por não atenderem seus pedidos de abafar investigações contra sua administração, classificou a imprensa como "inimiga do povo", atacou juízes federais e distritais (KLAAS, 2019) e, na preparação para as eleições, retomou a narrativa de fraude eleitoral, potencializada por conspirações de voto por correio na pandemia (BAKER; GLASSER, 2022).

Bolsonaro, enquanto deputado, defendia abertamente o fechamento do Congresso e as medidas violentas implementadas pela ditadura militar brasileira (DIEGUEZ, 2022). Ao longo de sua campanha presidencial, o mandatário adotou uma postura mais similar à de Trump, proferindo ataques contra opositores, o sistema e o voto na urna eletrônica, alegando, assim como Trump, que apresentaria provas de fraude nas eleições – o que não ocorreu (DIAS, 2020). Segundo levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas, apenas entre janeiro e outubro de 2019, o presidente fez 99 ataques diretos à imprensa e jornalistas (Senado Notícias, 2019). Atacou por diversas vezes ministros do STF, os chamando de "canalhas", afirmando que não cumpriria nenhuma decisão da corte e que só deixaria o poder pela vontade de Deus e que nunca seria preso (Poder360, 2021). Ao longo de seu mandato, reiterou e intensificou o tema de uma possível fraude eleitoral para 2022, comunicando em suas *lives* semanais a necessidade do voto impresso – que, mesmo se aprovado, dificilmente seria implementado na eleição seguinte. A partir da metade de seu governo, o tema das urnas se tornou mais presente nas transmissões e adotou um clima mais violento e golpista no ano eleitoral (HIRABAHASI, 2021).

Essa cruzada iliberal doméstica promovida por essas lideranças, consequentemente, resultaria em uma queda na confiança dessas instituições democráticas, com apenas 16% dos brasileiros afirmando confiarem muito no STF, enquanto 45% confiam pouco e apenas 42% avaliam o trabalho do TSE no processo eleitoral como "positivo" (Quaest, 2022, apud SHALDERS, 2022). Da mesma maneira, a confiança de eleitores de Trump nas instituições

norte-americanas pontuava mais baixo dentre o restante do eleitorado, ao final de seu primeiro ano de governo (BOON et al., 2018).

No contexto de abandono do multilateralismo e deslegitimação da OLI, Trump foi mais além do que o ex-presidente brasileiro, tanto na esfera discursiva quanto na prática. Em termos práticos, retirou-se do TPP, interrompeu as negociações com a EU sobre uma parceria transatlântica de comércio e investimento, recusou-se a nomear juízes para o órgão de apelação da OMC (BRATTBERG; KIMMAGE, 2018), securitizou ainda mais o discurso e a política fronteiriça – implementando um *travel ban* que limitava a quantidade de migrantes de países muçulmanos – abandonou o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU e o acordo nuclear com o Irã (BAKER; GLASSER, 2022) e alterou a embaixada em Israel de Tel Aviv para Jerusalém – dificultando ainda mais o processo de paz na região ao reconhecer a cidade como a capital israelense (BAKER; GLASSER, 2022).

O presidente também criticou constantemente o custo de manutenção de organizações "obsoletas", como a OTAN (BERGEN, 2022), e buscou implementar uma série de cortes de programas essenciais de assistência externa, anunciando um corte de 22% nesses programas para o orçamento de 2021 (PARRA; ELLIS, 2020). Sob o ponto de vista discursivo, desde seu primeiro discurso na AGNU, Trump deixou clara a insatisfação com a contribuição orçamentária norte-americana para a Organização, reforçando que os Estados Unidos despendem custos injustos, argumentando que a nação espera que a ONU possa vir a ser mais responsabilizada e eficaz no processo de construção da paz[273]. Em 2018, Trump deixaria mais clara sua intenção de um futuro menos multilateral nas relações internacionais: "O futuro não pertence aos globalistas. O futuro pertence aos patriotas. O futuro pertence às nações soberanas e independentes que protegem seus cidadãos, respeitam seus vizinhos e honram as diferenças que tornam cada país especial e único." (TRUMP, 2018, apud The White House Archive, 2018, tradução nossa[274]).

Assim como na relação com a China e as limitações do discurso brasileiro perante suas capacidades econômicas, o governo Bolsonaro adotou uma postura exterior menos afrontosa e desafiadora do que os norte-americanos. Apesar de tentar mimetizar alguns passos de Trump, Bolsonaro voltou atrás na ideia de transferência da embaixada brasileira para Jerusalém, muito por conta da reação negativa de países árabes que compunham 6% do mercado das exportações brasileiras (QUERO, 2019). Dentre as promessas de retirar o Brasil de órgãos e tratados

[273] (TRUMP, 2017, apud U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2017).
[274] The future does not belong to globalists. The future belongs to patriots. The future belongs to sovereign and independent nations who protect their citizens, respect their neighbors, and honor the differences that make each country special and unique (TRUMP, 2018, apud The White House Archive, 2018, tradução nossa).

multilaterais, ocorrera apenas a saída do Pacto Global para a Imigração (CUNHA, 2019). No âmbito do CDH, sua atuação é paradoxal: ao mesmo tempo em que buscou deslegitimar o órgão, ameaçando retirar-se e atacando sua então presidente, almejava uma participação mais ativa na liderança de pautas do nacionalismo cristão no órgão, candidatando e elegendo o país para um assento no mandato de janeiro de 2020 a dezembro de 2022 (Nações Unidas, 2019).

Na esfera discursiva, ataques mais diretos contra instituições internacionais no exterior não transpareceram da mesma forma. Ao que tudo indica, ataques iliberais diretos foram mais reservados para instituições domésticas e a mídia como um todo, como apontado em discurso sobre a Amazônia. Mesmo na promoção de uma narrativa conspiratória e negacionista na pandemia, ao longo de seus discursos na AGNU, não há uma atribuição de culpa direta à ONU ou órgãos secundários. No contexto doméstico, buscou mobilizar críticas contra a OMS sob o ponto de vista da ingerência global na imposição de regras que limitassem a "liberdade" do brasileiro, ameaçando uma iniciativa igual à de Trump, mas que, como pudemos observar, não se cumpriu: "E adianto aqui, os Estados Unidos saíram da OMS, e a gente estuda, no futuro, ou a OMS trabalha **sem viés ideológico**, ou vamos estar fora também. Não precisamos de ninguém de **lá de fora** para **dar palpite** na saúde aqui dentro." (BOLSONARO, 2020, apud VILELA, 2020, grifo nosso).

A abordagem discursiva e prática no comércio internacional empregada por ambas as lideranças também difere. De uma forma sucinta, a política econômica exterior de Donald Trump foi pautada por dois objetivos: a promoção de um comércio justo, e consequentemente mais favorável, ao país e a interrupção do deslocamento de atividades produtivas dos EUA, fortalecendo a economia e criando novos empregos. Nesse sentido, regras da OMC e de alguns acordos comerciais bilaterais e plurilaterais são frequentemente apontadas como entraves para a liberalização das relações comerciais, baseando-se no princípio da segurança nacional para justificar ações:

> [...] a Política Externa de Trump oferece uma "abordagem mais agressiva", baseada em um neoprotecionismo em alguns setores estratégicos da economia dos Estados Unidos. Esse neoprotecionismo busca "encorajar outros países a dar aos produtores americanos acesso justo e recíproco a seus mercados" e conta com o uso da ferramenta mais clássica dessa política de comércio internacional: **as tarifas**. [...] Em uma perspectiva jurídica, as tarifas neoprotecionistas de Trump violam muitas regras e princípios do Direito Comercial Internacional. [...] A administração de Trump admitiu implicitamente a existência de violações das regras da OMC, pois apresentou uma das exceções à obrigação de respeitar as regras de consolidação de tarifas. As autoridades dos Estados Unidos, na verdade, invocaram a cláusula de "segurança nacional" do

> Artigo XXI b) do GATT, que representa a exceção mais ampla e controversa do GATT (GEORGIEVA, 2019, p. 695; 698-699, grifo nosso, tradução nossa[275]).

Como já observado nas seções anteriores, o discurso econômico promovido por Bolsonaro teve como motivação atrair investimentos internacionais, reconfigurar a presença brasileira na economia internacional e não danificar os vínculos econômicos com os chineses. Longe de uma abordagem mais protecionista, o presidente brasileiro foi justamente eleito sob uma plataforma neoliberal de privatizações e atração de investimento estrangeiro, defendendo a realização de reformas na área previdenciária, tributária e administrativa – muito diferente dos objetivos de Trump. No nível regional, o enfoque do governo era direcionado para a preservação dos mercados sul-americanos, colocando a integração regional, com novos compromissos e responsabilidades institucionais, em segundo plano (HIRST; MACIEL, 2022).

Ao mesmo tempo em que essa abordagem deveria transmitir maior pragmatismo nas decisões econômicas brasileiras, as relações com os Estados Unidos privilegiaram mais aspectos subjetivos do que práticos. Mesmo antes do período da pandemia, a balança comercial brasileira já registrava um saldo negativo de 519 milhões de dólares nas relações com os EUA (BALDEZ, 2019). O caso da OCDE também evidencia essa dinâmica. Buscando apoio norte-americano à entrada do bloco, o governo brasileiro liberou uma cota anual de 750 mil toneladas de trigo sem tarifa, estendeu a importação de etanol americano isenta de uma tarifa de 20% e abdicou do status de país em desenvolvimento na OMC. Ainda no âmbito do órgão internacional, Bolsonaro retirou a candidatura brasileira para defender o candidato norte-americano na presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (HIRST; MACIEL, 2022).

Com base nos preceitos neonacionalistas apresentados, a política econômica exterior adotada pelo governo é um claro desvio desses preceitos, priorizando um alinhamento do que, de fato, uma busca por autonomia econômica brasileira. Mudança no discurso de posse do novo chanceler brasileiro, Carlos Alberto França, após o início do governo de Joe Biden, elencando a área da saúde, da economia e do desenvolvimento sustentável como questões emergenciais que o país iria enfrentar. O novo chanceler também criticou a gestão de Araújo e o

[275] [...] Trump´s Foreign Policy offers a "more aggressive approach", based on a neo-protectionism in some strategic sectors of the United States´ economy. This neo-protectionism seeks to "encourage other countries to give U.S. producers fair and reciprocal access to their markets"11 and relies on the use of the most classical tool of this international trade policy: the tariffs. [...] In a legal perspective, Trump´s neo-protectionist tariffs violate many rules and principles of International Trade Law. [...] Trump's Administration has implicitly admitted the existence of violations of WTO rules, as it has advanced one of the exceptions to the obligation to respect tariffs consolidation rules. The United States authorities have actually invoked the "national security" clause under GATT Article XXI b),22 which represents the broadest and more controversial GATT exception (GEORGIEVA, 2019, p. 695; 698-699).

"antiglobalismo", reconheceu a urgência climática do período e, como esperado, ressaltou o interesse do país na OCDE (GULLINO, 2021, apud BERRINGER et al., 2022).

No âmbito da transnacionalização com lideranças autoritárias, ainda no período eleitoral de 2016, Trump contou com a presença do mais novo expoente da direita radical britânica e principal articulador político do *Brexit*, Nigel Farage. No comício, Trump buscou se alinhar ao movimento do *Leave*, dizendo que já previa o resultado da votação do referendo e utilizou-se do bordão de Farage – "independência" do Reino Unido, após o *Brexit* – para galvanizar apoio: "8 de novembro é a nossa chance de redeclarar a independência americana." (TRUMP, 2016, apud HOLLAND, 2016, tradução nossa[276]). Enquanto Trump não prestou apoio aberto a Bolsonaro durante a campanha de 2018, o presidente norte-americano declarou apoio ao ex-capitão durante a campanha de 2022, argumentando que teria feito um excelente trabalho no Brasil e concedendo "elogios" que estavam distantes das medidas implementadas até então (Poder360, 2022). Dois dias antes das eleições brasileiras, defendeu novamente o voto no mandatário, ironizou a figura de seu oponente, Lula, e reiterou um cenário de catástrofe certa caso Bolsonaro perdesse:

> Domingo é um grande dia para o Brasil e para o mundo. O Presidente Jair Bolsonaro, um grande e respeitado líder, que também é um grande homem com um grande coração, está concorrendo à reeleição. Seu oponente, "Lulu", é um **lunático da esquerda radical** que rapidamente **destruirá seu país e todo o tremendo progresso que foi feito** sob o comando do Presidente Bolsonaro, incluindo o fato de que o Brasil é um país respeitado novamente. No domingo, VOTE no Presidente JAIR BOLSONARO – ELE NUNCA VAI DEIXAR VOCÊ PARA TRÁS!!! (TRUMP, 28 out. 2022, 9:49 AM, tradução nossa[277]).

Após eleitos, o distanciamento com antigos aliados diplomáticos já se fazia claro nas primeiras viagens internacionais de ambos os presidentes. Esnobando aliados e nações vizinhas, Trump não fez do México e do Canadá suas primeiras visitas, quebrando com uma tradição diplomática em curso desde Ronald Reagan e elegendo a Arábia Saudita como primeiro destino. Pouco surpreendente no caso brasileiro, a primeira visita de Bolsonaro foi para os Estados Unidos em detrimento de vizinhos latino-americanos que, normalmente, são o primeiro destino nas viagens presidenciais. Cabe destacar que Bolsonaro bateu recorde de viagens para os Estados Unidos com sete ao todo, sendo, apenas nos dois últimos anos de governo Trump, quatro viagens com encontros pessoais com o presidente norte-americano. (Office of The

[276] November 8 is our chance to redeclare American independence (TRUMP, 2016, apud HOLLAND, 2016).
[277] Sunday is a big day for Brazil, and for the World. A great and respected leader, who also happens to be a great guy with a very big heart, President Jair Bolsonaro, is up for re-election. His opponent, "Lulu," is a Radical Left Lunatic who will quickly destroy your Country and all of the tremendous progress that has been made under President Bolsonaro, including the fact that Brazil is a respected country again. On Sunday, VOTE for President JAIR BOLSONARO - HE WILL NEVER LET YOU DOWN!! (TRUMP, 28 out. 2022, 9:49 AM).

Historian, 2020; Biblioteca da Presidência da República, 2022). Aproveitando uma onda de governos mais conservadores na América do Sul e a interrupção das atividades da UNASUL, a criação do Fórum do Progresso e Desenvolvimento para a América do Sul (PROSUL)[278] e a pronta participação brasileira em sua criação, logo no início de seu governo, já denotava que os parâmetros de uma "política externa sem viés ideológico" não incluiriam a cooperação com lideranças conservadoras e autoritárias.

Enquanto iniciativas como a aliança internacional pela liberdade religiosa, citada anteriormente, servem como instrumentos de deslegitimação da OLI de dentro para fora, outras formas de intensificação da transnacionalização com outras lideranças autoritárias, em uma esfera mais institucionalizada, podem ser observadas a partir da internacionalização de conferências conservadoras. Fundada em 1973 nos Estados Unidos, *a Conservative Political Action Conference* (CPAC) opera como uma conferência anual que reúne as principais figuras conservadoras norte-americanas, articulando pautas e conexões entre conservadores. Todavia, a partir de 2014, o evento abriu as portas pela primeira vez para que figuras da ultradireita europeia endereçassem discursos, com Farage discursando pela primeira vez no ano seguinte (COLOM, 2024). Nos anos seguintes, o evento se expandiu e ganhou edições em países como Japão, Austrália, México, Coreia do Sul, Argentina e Brasil (CPAC, 2024). A edição brasileira, organizada no primeiro ano de governo Bolsonaro, contou com a presença do próprio presidente, figuras do partido republicano, Ernesto Araújo e jornalistas da *Fox News* norte-americana (GORTÁZAR, 2019). Em 2020, Eduardo Bolsonaro participou da edição norte-americana do evento, prestando apoio ao presidente dos EUA nas eleições e defendendo a segunda emenda à Constituição do país (ORTE, 2020).

Todavia, as edições norte-americanas intensificaram cada vez mais a participação de figuras da ultradireita global, contando com as presenças de Marion Maréchal-Le Pen, Viktor Orbán, Giorgia Meloni, o comunicador Tucker Carlson e membros dos partidos *Fidesz*, *Vox* e Liga Norte. Dentre as pautas abordadas entre 2013 e 2014, Colom (2024) evidenciou a convergência de temas em torno do protecionismo cultural, restrições migratórias, rejeição de políticas inclusivas (especialmente para pessoas LGBTQIA+), nacionalismo econômico e pautas de cooperação entre partidos políticos norte-americanos e europeus, buscando consolidar uma aliança internacional. Essa tendência apenas se intensificou, com CPAC Brasil 2024 contando com figuras conservadoras proeminentes, como o novo presidente argentino, Javier

[278] Cabe destacar que o PROSUL é duramente criticado por ser concebido como um claro projeto ideológico, com a maior parte de seus membros-fundadores sendo composta, em 2019, por governos de direita, aumentando a possibilidade de pulverização do bloco a depender dos resultados de ciclos eleitorais em seus países membros (Observatório do Regionalismo, 2023).

Milei, Jair Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Ricardo Salles, Magno Malta e Eduardo Verástegui. Logo, ao mesmo tempo em que permite a presença de figuras institucionais da ultradireita e o compartilhamento de pautas, ajuda a alavancar a militância orgânica local e no exterior – seja nas redes sociais ou não (DIP et al., 2024).

5.3.6 Considerações da análise

O presente capítulo buscou elucidar uma base conceitual mais robusta para compreender a presença de elementos neonacionalistas na política exterior dos Estados Unidos e do Brasil. Mesmo com algumas similaridades e momentos de mimetização de discursos e atitudes, o neonacionalismo opera de forma menos pragmática no caso brasileiro. O elemento que mais denuncia essa questão foi a abordagem econômica exterior adotada pelo governo Bolsonaro. Enquanto Trump buscava deslegitimar elementos da OLI com o intuito de obter maior liberdade de atuação em política externa, Bolsonaro o fazia sem levar em conta cálculos estratégicos – especialmente nas relações com os Estados Unidos. Logo, a abordagem neonacionalista do governo Bolsonaro não gerava uma dissonância apenas frente às tradições da política exterior brasileira, mas também entre a narrativa doméstica e externa adotada: enquanto dirigia uma agressividade direta e clara contra instituições nacionais, evitava importar o mesmo discurso na arena internacional. Logo, as capacidades econômicas são centrais na abordagem neonacionalista, uma vez que a retórica agressiva é complementada por políticas econômicas exteriores igualmente agressivas.

No contexto internacional, foi observado que a narrativa unificadora neonacionalista tem como denominador comum o respeito aos Estados soberanos, livres de ingerências da governança global. Mesmo com adaptações à realidade de uma nação, o neonacionalismo, assim como outros movimentos conectados à ultradireita, tem a ideia da metapolítica em sua base: galvanizar apoio pelo viés cultural. No contexto doméstico, serve para desmobilizar instituições e garantir coesão e controle das narrativas, enquanto no contexto internacional, também aplicam o mesmo princípio: primeiro desmobilizam o apoio à Ordem Liberal Internacional através da esfera discursiva, denunciando suas ineficiências e apresentando alternativas mais simples e menos institucionais.

Contudo, não é possível reduzir a política externa neonacionalista de Bolsonaro como uma nova versão do americanismo ideológico. Tanto nas relações com a China quanto em manifestações discursivas acerca da pandemia, houve um recuo brasileiro frente à escalada de tensões promovida por Trump. Indo contra a hipótese apresentada nessa pesquisa, é mais

cabível argumentar que, apesar da aproximação com os Estados Unidos, a política exterior do governo Bolsonaro foi menos eficaz por não ser capaz de conciliar a narrativa neonacionalista doméstica com a no exterior. Com a derrota de Trump, essa dissonância somente se intensificou. As premissas de Powers (2022) aplicadas ao neonacionalismo em política externa demonstraram como o elemento da identidade nacional pautada na unidade é essencial para compreender o neonacionalismo na arena internacional.

A terceira premissa que, aparentemente, estaria em desacordo com a análise apresentada frente à transnacionalização com lideranças autoritárias, é explicada pelo baixo grau de institucionalização promovido em áreas de cooperação com essas lideranças. Como fora observado, a cooperação entre lideranças autoritárias opera através do princípio de soberania defendido por Trump e Bolsonaro, priorizando o bilateralismo e arranjos cada vez menos institucionalizados. Destarte, o capítulo demonstrou também o papel que lideranças neonacionalistas detêm no processo de formulação da política externa, levando-a para fora de canais mais institucionais e centralizando-a na figura do líder carismático, trazendo maior imprevisibilidade quanto aos seus próximos passos na arena internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Certa vez, Bannon relembrou a um entrevistador a rejeição interna que recebeu em relação ao discurso [de inauguração de Trump]. “Devemos unir o país”, Bannon se lembra de terem dito a ele. Mas não era esse o ponto em que ele estava. Não era onde Trump estava. “Não ganhamos uma eleição para unir o país”, Bannon recorda ter dito. “Não é hora de unir o país. **Está na hora de acabar com as elites deste país**. Levar as chamas para eles. **Dar-lhes um golpe com lança-chamas**” (BAKER. GLASSER, 2022, p. 17, grifo nosso, tradução nossa[279]).

No momento de escrita da conclusão dessa tese, em janeiro de 2025, Donald Trump acabou de iniciar seu mandato como 47º presidente dos Estados Unidos da América após uma turbulenta corrida presidencial que contou, até mesmo, com uma tentativa de assassinato do atual presidente durante comício eleitoral em Butler, Pennsylvania. Se o Trump candidato de 2016 já espantava com suas declarações, sua “nova” versão vai mais além, com episódios como quando declarou que imigrantes estão envenenando o sangue da nação e que imigrantes haitianos estariam “comendo” cães e gatos em Ohio; o comício no Madison Square Garden, que atraiu comparações com o infame comício nazista realizado no mesmo local, em 1939, e que só tenderiam a se intensificar com a saudação nazista de Elon Musk, no dia de sua inauguração; o interesse em anexar o Canadá e a Groelândia; a intensificação de deportações violentas de imigrantes (em situação ilegal, ou não); a retirada do país do CDH e da OMS na primeira semana de governo; e a declaração, feita em conjunto com Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense, de que os Estados Unidos iriam “tomar” o território da Faixa de Gaza, realocando mais de um milhão e meio de refugiados palestinos para outras nações e buscando explorar o “potencial inacreditável” de Gaza, referenciada pelo presidente como a “Riviera do Oriente médio”.

Apesar de duplamente inelegível desde 2023, Jair Messias Bolsonaro ainda segue como o principal representante da “direita” brasileira, com seu partido – Partido Liberal (PL) – saindo como o grande vitorioso das eleições municipais de 2024. Buscando alternativas para reverter sua inelegibilidade, a vitória de Trump galvaniza ainda mais força em torno de Bolsonaro, permitindo comparações diretas de um retorno “messiânico” para as eleições de 2026: ambos

[279] Bannon once recalled for an interviewer the internal pushback he had gotten about the speech. “We should bring the country together”, Bannon remembered them telling him. But that was not where he was at. It was not where Trump was at. “We didn’t win an election to bring the country together,” Bannon remembered saying. “It’s not time to bring the country together. It’s time to take the elites in this country. Take the torch to them. Hit them with a blowtorch” (BAKER. GLASSER, 2022, p. 17).

injustiçados pelo sistema e com atentados contra suas vidas, agora trilham um *comeback story* político digno de uma adaptação hollywoodiana. Todavia, a "volta por cima" é bem distinta se comparada com figuras políticas históricas acometidas por reais injustiças e perseguições políticas. Longe de serem vítimas, o retorno de Trump ao poder, juntamente com a possibilidade de retorno de Bolsonaro – ou de outra figura do bolsonarismo –, evidenciam que, mesmo com duas tentativas violentas de se manterem no poder, o período em que estiveram longe da presidência não foi o suficiente para a retomada de uma abordagem política mais civilizada que respeita e preserva os valores da democracia liberal. Se antes o ressentimento era contra o sistema, agora ele toma a forma de uma "vingança pessoal" entre seus apoiadores, ressentidos contra o poder que lhes foi "tirado" nos últimos ciclos eleitorais e ansiosos para que o líder se empenhe de forma ainda mais explícita em desmantelar esse sistema e minar – ou até mesmo eliminar – seus defensores.

Ao longo da presente tese, foi possível observar a complexidade inerente aos estudos de nacionalismos, tornando-se tipologias cada vez mais necessárias para compreender as especificidades de elementos, sentimentos e recursos históricos mobilizados por figuras políticas contemporâneas. O primeiro capítulo também demonstrou as limitações de conceitos como o fascismo, populismo e ultradireitas para classificar os governos de Trump e Bolsonaro. O fascismo se apresenta como uma experiência histórica mais específica, mas que ainda é uma fonte de inspiração iconográfica e de estratégias retóricas utilizadas por essas lideranças. O populismo é demasiadamente reducionista se utilizado para rotular ambos como meros populistas, uma vez que, assim como Mudde, compreendemos o populismo como uma *thin-centered ideology*, se atrelando a outras ideologias – como o neonacionalismo. O conceito de extrema-direita, como reiterado diversas vezes, também não é suficiente o bastante para explicar como os movimentos do bolsonarismo e trumpismo não se dissiparam e nem perderam força popular e na política representativa após atentados democráticos.

O terceiro e o quarto capítulos foram essenciais para esclarecer as dinâmicas nacionalistas ao longo do processo de formação histórica dos Estados Unidos e do Brasil. Ficou evidente a presença de elementos do nacionalismo cívico, étnico, econômico, expansionista, cultural e o cristão no contexto de formação da identidade nacional norte-americana, ao passo que, no caso brasileiro, há uma baixa inserção de elementos do nacionalismo cívico, étnico e expansionista. Todavia, como demonstrado, a baixa adesão ao nacionalismo étnico no Brasil não implicou na reconciliação ou superação de aspectos raciais na sociedade brasileira. O nacionalismo cívico, apesar de ser uma constante na história norte-americana, também esteve acompanhado do nacionalismo cristão no país, misturando a valorização de suas instituições e

história em comum com aspectos da cultura judaico-cristã. A dificuldade de compreender o que seria uma "identidade brasileira" foi explicada pela capacidade da identidade nacional do país em incorporar novos elementos à sua identidade que, simultaneamente, permite disputas de narrativas e revisionismos históricos quanto aos elementos que a compõem – como a possibilidade de instrumentalização por lideranças políticas messiânicas.

O nacionalismo banal, no contexto norte-americano, é marcante na formação histórica e na consolidação de símbolos que compõem a identidade nacional do país, estando eles não apenas associados ao nacionalismo cívico – presença da bandeira nacional em locais públicos, por exemplo – mas também com aspectos raciais não superados desde o processo de Reconstrução Nacional do país, após a guerra civil. As constantes rupturas institucionais no Brasil explicam a baixa adesão do nacionalismo cívico no país, uma vez que dificultam a consolidação de uma memória coletiva internalizada ao longo da formação nacional e compartilhada entre conacionais. Logo, o terceiro e o quarto capítulo demonstraram como elementos nacionalistas presentes nos governos de Bolsonaro e Trump – mesmo que aparentemente chocantes em primeiro contato – sempre se fizeram presentes em diversos momentos da formação nacional norte-americana e brasileira.

O último capítulo da pesquisa apresentou uma base conceitual mais robusta para o neonacionalismo, buscando uma interconectividade entre elementos populistas, distintas formas de nacionalismos e o arcabouço conceitual da ultradireita. Também foi demonstrada a necessidade de mais produções acadêmicas que busquem distanciar análises neonacionalistas de uma perspectiva generalista ou com maior enfoque em nações ocidentais, justamente pela importância de fazer um resgate histórico-nacional para compreender quais elementos nacionalistas deram maior adesão dentro do neonacionalismo.

Todavia, ainda restam direções nas quais os estudos de neonacionalismo devem ser expandidos. Sendo necessário compreender a formação histórica de identidades nacionais, estudos etnográficos voltados para a identificação de elementos nacionalistas em um Estado seriam capazes de proporcionar uma base empírica mais sólida para futuros estudos na área, podendo evidenciar também transformações na compreensão local de uma identidade nacional ao longo das décadas. Além disso, a forte presença digital de neonacionalistas levanta a necessidade de integrar esses estudos com a literatura já consolidada do nacionalismo digital, angariando uma melhor compreensão e possibilidade de sistematizar como neonacionalistas operam no ambiente digital, sob a perspectiva transnacional. Por fim, e uma melhor compreensão de, se resistentes à OII, como essa "Ordem Internacional Iliberal" neonacionalista seria concebida por essas lideranças, cabendo questionar se, para início de conversa, essas

lideranças teriam qualquer pretensão em de fato reformular esses arranjos internacionais à sua maneira ou se buscam operar internacionalmente sem nenhuma restrição institucional e na base da "lei da nação soberana mais forte".

No âmbito da política externa de Trump e Bolsonaro, ficaram evidentes as restrições que a capacidade de poder do Estado impõe sobre a atuação internacional de neonacionalistas, mais do que no âmbito doméstico. Ao passo que Trump pôde dobrar a aposta e intensificar sua retórica neonacionalista, Bolsonaro, enquanto desafiava semanalmente as instituições nacionais, encontrou graves limitações para adotar a mesma postura no ambiente internacional – especialmente após a derrota de Trump, denotando uma clara correção de rumos. A não confirmação da hipótese apresentada não implica, necessariamente, que o neonacionalismo brasileiro, em política exterior, teria sido mais uma nova versão do americanismo ideológico. A correção de rumos pós-Trump apenas evidenciou que os elementos que guiavam a política externa bolsonarista não estavam relegados apenas à idolatria norte-americana, mas sim ao ideário neonacionalista e à figura de liderança de Trump nessa tentativa de transitar para uma "Nova Ordem Mundial".

É possível argumentar que neonacionalistas observam a arena política a partir da mesma perspectiva do conceito do político de Carl Schmitt, teórico político renomado e membro proeminente do Partido Nazista alemão: "A distinção política específica à qual as ações e motivos políticos podem ser reduzidos é aquela entre amigo e inimigo" (tradução nossa[280]). Trump e Bolsonaro, em diversas ocasiões, demonstram corroborar com essa distinção de Schmitt, promovendo a consolidação de identidades nacionais pautadas na diferenciação entre ameaças domésticas, externas e os "traidores". De toda forma, o cenário contemporâneo é altamente preocupante. Mesmo com uma onda progressista em alguns ciclos eleitorais recentes, já podemos apontar para um claro "efeito rebote", com a ascensão de mais figuras autoritárias em democracias liberais e o retorno de antigas lideranças autoritárias aos seus postos de poder.

Ao mesmo tempo, estamos observando um *cultural shift* dentro de empresas do setor privado e, especialmente, nas redes sociais. Aparentemente, as *big techs* parecem ter concluído que, entre moderar o conteúdo e o discurso das plataformas para proteger grupos minoritários em um ambiente composto em grande parte por discursos e conteúdos extremistas, compensaria muito mais renunciar políticas de inclusão e moderação de conteúdo, uma vez que permite maior número de compartilhamentos, *likes* e, consequentemente, lucro com propaganda. A presença de CEOs das principais *big techs* na recente inauguração de Donald Trump é um

[280] The specific political distinction to which political actions and motives can be reduced is that between friend and enemy (SCHMITT, 2007, p. 45).

símbolo emblemático da proximidade de interesses com a atual administração e o início de um novo período na cultura digital.

A última eleição de Donald Trump demonstrou que as mesmas desconexões e insatisfações com a democracia liberal, sejam elas de ordem política, econômica ou cultural, ainda persistem. Ao passo que foi importante que o governo democrata reforçasse a necessidade de proteção das instituições democráticas norte-americanas, não fora capaz de endereçar e solucionar as principais demandas da classe média norte-americana. Quando essas questões eram endereçadas, a desconexão da classe política convencional com seus eleitores dificultava uma comunicação eficaz e clara. Além disso, a oposição trumpista foi capaz de continuar a promover um cenário de disrupção política constante, pautando o debate político popular e constrangendo a atuação do Executivo a partir de uma comunicação e atuação política multidimensional, envolvendo políticos, ativistas, influenciadores, redes sociais, empresários, dentre outros. A mesma dinâmica que ocorreu ao longo do mandato de Biden também ocorreu nos dois primeiros anos do governo Lula, iniciado em 2023.

Muito se foi dito acerca da necessidade de governos progressistas e de esquerda terem que "jogar mais à direita" para agradar eleitores. A realidade é que, no atual cenário, a direita conservadora e convencional ou foi sufocada pela ascensão da ultradireita, ou reinventou-se e adotou o estilo de política trumpista ou bolsonarista – mesmo não tendo qualquer familiaridade ideológica. No Brasil, os pesos e contrapesos foram capazes de operar mais rapidamente que nos Estados Unidos, responsabilizando Bolsonaro por delitos cometidos quando estava no cargo e cassando seus direitos políticos por oito anos. Mesmo que, sob o ponto de vista da legislação eleitoral brasileira, Bolsonaro esteja tecnicamente "morto politicamente", ainda centraliza grande parte da liderança, do discurso e da narrativa do que a "direita" brasileira deve ser.

No congresso, figuras bolsonaristas continuam a se popularizar e, nas últimas eleições municipais, foram capazes de expandir para 43,1% seu número de vereadores e elegeram 516 prefeitos – sendo quatro em capitais[281]. Parlamentares da ultradireita foram capazes de ditar, derrubar diversas pautas do governo em votações no Congresso Nacional e mobilizar apoiadores em redes sociais para engajar em suas causas. Independentemente de serem meras "pautas-bombas", *fake news* ou cortinas de fumaça, a verdade é que a classe política progressista ainda deixa muito a desejar no quesito do apelo na comunicação popular. A irreverência dessas "novas direitas" nada mais é do que uma negação de um status de

[281] (MOTA, 2024).

moralidade constantemente defendido por progressistas e pela esquerda. O problema em defender uma superioridade moral e valores mais inclusivos ocorre quando, na percepção de grande parte de eleitores em democracias liberais, estes se sobrepõem a melhorias concretas de condições sociais ou são utilizados como meros instrumentos de engajamento político. Nesse contexto, não é surpreendente que neonacionalistas, ao ascenderem politicamente, ataquem diretamente esses valores e sejam aplaudidos pelas grandes massas.

REFERÊNCIAS

"CONSTITUIÇÃO de 1988 tornou-se extremamente corporativista". **Jornal da USP**, 5 out. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/constituicao-de-1988-tornou-se-extremamente-corporativista/. Acesso em 3 jan. 2025.

100 DIAS de Governo Bolsonaro. **Bites**, 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/04/ANA%CC%81LISE_BITES_100DIAS_BOLSONARO-1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

2020 PRESIDENTIAL Election Results. **CNN Politics**, 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/election/2020/results/president. Acesso em: 21 jan. 2025.

2023 REPORT on International Religious Freedom: Bahrain. **U.S. Department of State**, 2023. Disponível em: https://www.state.gov/reports/2023-report-on-international-religious-freedom/bahrain/. Acesso em: 26 jan. 2025.

69% VÊEM corrupção no governo FHC. **Datafolha**, 15 fev. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200212.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

8 ENTRE 10 brasileiros apóiam protestos pelo país, diz Datafolha. **G1**, 29 jun. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/8-entre-10-brasileiros-apoiam-protestos-pelo-pais-diz-datafolha.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

A CHRISTIAN Nation? Understanding the Threat of Christian Nationalism to American Democracy and Culture**. PRRI** , 2 ago. 2023a. Disponível em: https://www.prri.org/research/a-christian-nation-understanding-the-threat-of-christian-nationalism-to-american-democracy-and-culture/. Acesso em: 15 set. 2023.

A TIMELINE of the Trump administration's coronavirus actions. **Al Jazeera**, 23 abr. 2020a.
About DHS. **Department of Homeland Security**, 2019. Disponível em: https://www.dhs.gov/about-dhs. Acesso em: 20 ago. 2024.

ABREU, Alzira Alves de. Atlas Histórico do Brasil: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB). **FGV CPDOC**, 2023. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/8844. Acesso em: 27 nov. 2024.

ABREU, L. A. Nacionalismo, Autoritarismo e Desenvolvimento no Brasil de Vargas. Métis: História & Cultura, v. 13, n. 26, 2014, p. 171-184. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2370. Acesso em: 10 out. 2024.

ABREU, Marcelo de Paiva. JK, sebastianismo e mito: o herói e a inflação como auxiliar mágico rumo ao desenvolvimento. **O Estado de São Paulo**, 16 set. 2002. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/oesp02.09.16.PDF. Acesso em: 12 nov. 2024.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (ed.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. [S. l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. p. 23-57.

ACS. Cláusulas Pétreas. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, 3 nov. 2023. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/clausulas-petreas. Acesso em: 10 nov. 2024.

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora UNESP, 2020. 103 p.

AGOSTINI, Renata. Jair Bolsonaro já acumula quase 600 processos, indica levantamento feito pelo PL. **CNN Brasil**, 15 maio 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jair-bolsonaro-ja-acumula-quase-600-processos-indica-levantamento-feito-pelo-pl/#:~:text=Jair%20Bolsonaro%20já%20acumula%20quase%20600%20processos,%20indica%20levantamento%20feito%20pelo%20PL,-Legenda%20monitora%20os&text=Jair%20Bolsonaro%20já%20responde%20a,em%20boa%20parte%20das%20ações. Acesso em: 12 dez. 2023.

ALFONSECA, Kiara. What does 'woke' mean and why are some conservatives using it? **ABC News**, 23 jan. 2024. Disponível em: https://abcnews.go.com/Politics/woke-conservatives/story?id=93051138. Acesso em: 1 fev. 2024.

ALLOUCHE, Sabiha et al. The Politics of Moral Panics. **The Century Foundation**, 9 mai. 2022. Disponível em: https://tcf.org/content/report/the-politics-of-moral-panics/. Acesso em: 19 out. 2023.

ALLYN, Bobby. Here are 4 key points from the Facebook whistleblower's testimony on Capitol Hill. **NPR**, 5 out. 2021. Disponível em: https://www.npr.org/2021/10/05/1043377310/facebook-whistleblower-frances-haugen-congress. Acesso em: 15 jan. 2025.

ALMEIDA, L. F. Não comprar gato por lebre – por um reexame da relação entre nacionalismo e antiimperialismo nos anos JK. Lutas Sociais, 2006, p. 77-90. Disponível em: https://doi.org/10.23925/ls.v0i15/16.18825. Acesso em: 11 out. 2024.

ALVAREDO, Facundo et al. The Elephant Curve of Global Inequality and Growth. **AEA Papers and Proceedings**, v. 108, mai. 2018, p. 103–08. Disponível em: DOI: 10.1257/pandp.20181073. Acesso em: 15 jan. 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz; GALIZA, Francisco. **Demografia e Economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI**. Rio de Janeiro: ENS, 2022, 177 p.

AMARAL, Iracema. Bolsonaro manda jornalistas ficarem 'quietos' para apoiador chamar imprensa de 'canalha'. **Estado de Minas**, 31 mar. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/31/interna_politica,1134162/bolsonaro-manda-jornalistas-ficarem-quietos-para-apoiador-chamar-imp.shtml#google_vignette. Acesso em: 25 jan. 2025.

AMARAL, Luciana. Bolsonaro diz não entrar em guerra comercial sobre protecionismo americano. **Uol**, 14 nov. 2019. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/14/bolsonaro-diz-nao-entrar-em-guerra-comercial-sobre-protecionismo-americano.htm. Acesso em: 19 jan. 2025.

AMATO, Rita de Cássia Fucci. Villa-Lobos, nacionalismo e canto orfeônico: projetos musicais e educativos no governo Vargas. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 27, p. 210-220, set. 2007.

AMBROSIUS, Lloyd E.Woodrow Wilson and The Birth of a Nation. **American Democracy and International Relations, Diplomacy & Statecraft**, v. 18, n. 4, 2007, p. 689-718.
amor'. **Uol**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/06/lives-viram-ultimo-contraponto-a-versao-paz-e-amor-de-bolsonaro.htm> Acesso em 28 jan. 2025.

AN ANTISEMITIC Conspiracy: The Protocols of the Elders of Zion. **Holocaust Encyclopedia**, 2024. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/protocols-of-the-elders-of-zion. Acesso em: 08 ago. 2024.
ANDERSON, Benedict R. O'G. **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1991. 224 p.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. A trajetória da extrema direita no Brasil: integralismo, neonazismo e revisionismo histórico (1930 - 2012). *In*: REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, 2013, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 72-86.

ANDRADE, H. de. Bolsonaro faz das lives contraponto à sua versão 'Jairzinho paz e amor'. **Uol**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/06/lives-viram-ultimo-contraponto-a-versao-paz-e-amor-de-bolsonaro.htm> Acesso em 28 jan. 2025.

ANDRADE, Hanrrikson de. Mais da metade das 180 mortes da ditadura militar foram entre 1969 e 1974. **Uol**, 10 dez. 2014. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/10/vitimas-da-ditadura-mais-da-metade-morreu-durante-governo-medici-diz-cnv.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

APOIO à democracia cai na América Latina, enquanto respaldo ao autoritarismo cresce, aponta pesquisa. **Agence France-Presse**, 21 jul. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/07/21/apoio-a-democracia-cai-na-america-latina-enquanto-respaldo-ao-autoritarismo-cresce-aponta-pesquisa.htm. Acesso em: 31 jan. 2024.

ARBEX, Thais. 'Vontade de encher tua boca de porrada', diz Bolsonaro a jornalista. **CNN Brasil**, 23 ago. 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vontade-de-encher-tua-boca-de-porrada-diz-bolsonaro-a-jornalista-apos-pergunt/. Acesso em: 27 jan. 2025.

ARMSTRONG, John Alexander. **Nations before nationalism**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982.

AS PARTISAN Hostility Grows, Signs of Frustration With the Two-Party System. **Pew Research Center**, 9 ago. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2022/08/09/as-partisan-hostility-grows-signs-of-frustration-with-the-two-party-system/. Acesso em: 1 set. 2024.

ASMUS, Ronald D.; VONDRA, Alexandr. The Origins of Atlanticism in Central and Eastern Europe. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 18, n. 2, p. 203-216, jul. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09557570500164439. Acesso em: 24 nov. 2023.

ASSIS, Francisco Carlos de; GUALTER, Mariana. 'Furamos o teto porque ele foi muito mal construído', diz Paulo Guedes. **Uol**, 26 out. 2022. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/10/26/furamos-o-teto-porque-ele-foi-muito-mal-construido-diz-guedes.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

ASSIS, Mariana. STF tem piora na avaliação e é reprovado por 38%; aprovação é de 27%, diz Datafolha. **Estadão**, 9 dez. 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/stf-supremo-tribunal-federal-reprovado-38-aprovado-27-pesquisa-datafolha-dezembro-2023-nprp/. Acesso em: 31 jan. 2024.

AVALIAÇÃO de Presidentes: DATAFOLHA. **CEM/USP**, 2022. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao. Acesso em 22 dez. 2024.

AYDIN, C. Pan-Nationalism of Pan-Islamic, Pan-Asian, and Pan-African Thought. *In*: BREUILLY, J. **The Oxford Handbook of The History of Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, pp. 672-693, 2013.

BAKER, Peter; GLASSER, Susan. **The Divider: Trump in the White House, 2017-2021**. New York: Doubleday, 2022. 725 p.

BALDEZ, Lucas. Brasil já perdeu R$ 3,5 bilhões no comércio com EUA e Israel. **Terra**, 18 set. 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/brasil-ja-perdeu-r-35-bilhoes-no-comercio-com-eua-e-israel,0660f4897e8e562927a90c83b57ec2855n52v3b0.html#google_vignette. Acesso em: 30 jan. 2025.

BANOVIĆ-MARKOVSKA, Angelina. Pan-nationalism and the European Union: how to achieve a European political and cultural identity. **Култура/Culture**, [S.l.], n. 3, p. 71-78, sep. 2014. Disponível em: https://cultcenter.net/journals/index.php/culture/article/view/101. Acesso em 18 set. 2023.

BARBOSA, Manoela; CASARÕES, Guilherme. Nacionalismo Religioso: As origens e os impactos da ascensão evangélica na política brasileira. **FGV RIC**, v. 3, p. 1-61, 2022. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/ric/article/view/88023 Acesso em 20 set. 2023.
BARKER, Philip W. Religion and Nationalism in a Modern World. 30 mar. **Berkley Center for Religion, Peace and World Affairs**, 2022. Disponível em: https://berkleycenter.georgetown.edu/responses/religion-and-nationalism-in-a-modern-world. Acesso em: 26 out. 2023.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. Um breve panorama da política externa brasileira nos

últimos vinte anos : princípios, alterações e continuidade. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 321-329, 2010.

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo?** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 160 p.

BASU, Kaushik. America's Dangerous Neo-Protectionism. **Project Syndicate**, 13 fev. 2017. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-protectionism-no-help-for-workers-by-kaushik-basu-2017-02. Acesso em: 10 jan. 2025.

BAUBÖCK, Rainer. Why liberal nationalism does not resolve the progressive's trilemma: Comment on Will Kymlicka's article: "Solidarity in Diverse Societies". **Comparative Migration Studies**, v. 4, n. 1, 20 jun. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40878-016-0031-1. Acesso em: 10 out. 2023.

BAUM, M. A; POTTER, P. B. K. Media, Public Opinion, and Foreign Policy in the Age of Social Media. **The Journal of Politics**, v. 81, n. 2, 2019, p. 747–756. Disponível em: doi:10.1086/702233. Acesso em: 28 jan. 2025.

BAYER, Jozsef. The waning spectre of neo-nationalism in East-Central Europe. In: BAYER, Jozsef. **Transformations of Post-Communist States**. London: Palgrave Macmillan UK, 2000. p. 243-258. ISBN 9781349411467. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230511309_14. Acesso em: 10 jan. 2025.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines. [S. l.]: University of Michigan Press, 2013. 208 p. ISBN 9780472051892.
BECK, Ulrich. Neo-Nationalism or a Europe of Individuals. **Theoria: A Journal of Social and Political Theory**, n. 88, p. 55-68, dez. 1996.

BENITES, Afonso. Bolsonaro ameaça oponentes e ataca legitimidade da disputa eleitoral pelo Planalto. **El País**, 5 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536190564_625684.html. Acesso em: 11 jan. 2025.

BERGEN, Peter L. **The Cost of Chaos**: The Trump Administration and the World. Londres: Penguin Books, 2022. 432 p.

BERGMANN, EIRIKUR. **Neo-nationalism: The Rise of Nationalist Populism**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 244.

BERRINGER, Tatiana et al. Relações Brasil-EUA nos governos Biden e Bolsonaro. In: BERRINGER, Tatiana. **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2022. p. 113-129.

BERTONHA, J. F. A direita radical brasileira no século XX: Do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011). **Studia Historica. Historia Contemporánea**, 2013, v. 30, p. 133–150. Disponível em: https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/9904. Acesso em 10 out. 2024.

BETHELL, Leslie. O Brasil e o Mundo. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil**

nação: A Construção Nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. p. 131-178.

BEYME, Klaus von. **Right-wing Extremism in Western Europe**. [*S. l.*]: Routledge, 2013. *E-book*. ISBN 9781315035338. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781315035338. Acesso em: 31 jan. 2024.

BICKERTON, James. Anderson Cooper gives Kamala Harris a bruising CNN town hall. **Newsweek**, 24 out. 2024. Disponível em: https://www.newsweek.com/anderson-cooper-gives-kamala-harris-bruising-cnn-town-hall-1974105. Acesso em: 15 jan. 2025.

BICKFORD, Kiley. **Nationalism in the French Revolution of 1789**. 2014. 61 p. University of Maine, Maine, 2014. Disponível em: https://digitalcommons.library.umaine.edu/honors/147. Acesso em: 14 set. 2023.

BILGIN, Klaral. The Decline of American Leadership: The Obama Years. **41 Fletcher Foreign World Affairs**, v. 41, n. 2, p. 59, 2017.

BLAKE, Aaron. 'Nasty' is Trump's insult of choice for women, but he uses it plenty on men, too. **The Washington Post**, 21 ago. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/politics/2019/08/21/nasty-is-trumps-insult-choice-women-he-uses-it-plenty-men-too/. Acesso em: 27 jan. 2025.

BLOOM, Robert L. et al. "6. Nationalism Develops in the United States, 1789-1871. Pt. XIII: Political Liberalism and Nationalism, 1815-1871." **Ideas and Institutions of Western Man**, 1958, p. 62-63.

BLUMENTHAL, Sidney. Trump's Increasingly Weird Attempts to Compare Himself to Lincoln. **The New Yorker**, 24 out. 2019. Disponível em: https://www.newyorker.com/news/daily-comment/trumps-increasingly-weird-attempts-to-compare-himself-to-lincoln. Acesso em: 27 jan. 2025.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 3 ed. 1995, 129 p.

BOBRIC, George-Daniel. The Overton Window: A Tool for Information Warfare. *In*: International Conference on Cyber Warfare And Security, 2021, Oak Ridge. **International Conference on Cyber Warfare and Security**. Oak Ridge: Oak Ridge National Laboratory, 2021. p. 20-27. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BpgjEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA20&dq=overton+window+&ots=tJ4-4hFEkI&sig=Mv6ypRMFk_GnBNuedXenib7MiLY#v=onepage&q=overton%20window&f=false. Acesso em: 14 dez. 2023.

BOGERT, Carroll; HANCOCK, LynNell. Analysis: How the media created a 'superpredator' myth that harmed a generation of Black youth. **NBC News**, 20 nov. 2020. Disponível em: https://www.nbcnews.com/news/us-news/analysis-how-media-created-superpredator-myth-harmed-generation-black-youth-n1248101. Acesso em: 13 set. 2024.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 out. 2018. Disponível em:

https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acesso em: 10 jan. 2025.

BOLSONARO faz alerta contra ‘invasão chinesa’ no Brasil. **Redação Veja**, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-faz-alerta-contra-invasao-chinesa-no-brasil> Acesso em: 28 jan. 2025.

BOLSONARO já fez 99 ataques à imprensa brasileira, aponta Fenaj. **Senado Notícias**, 4 nov. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/04/bolsonaro-ja-fez-99-ataques-a-imprensa-brasileira-aponta-fenaj. Acesso em: 28 jan. 2025.

BOLSONARO termina governo aprovado por 39% e reprovado por 37%, diz Datafolha. **G1**, 30 dez. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/aprovacao-reprovacao-bolsonaro-datafolha.ghtml. Acesso em: 20 jan. 2025.

BOLSONARO zomba da esposa de Macron e é acusado de sexismo. **Redação Veja**, 25 ago. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-zomba-da-esposa-de-macron-e-e-acusado-de-sexismo. Acesso em: 27 jan. 2025.

BOLTON, K. R. Cultural Marxism: Origins, Development and Significance. **The Journal of Social, Political and Economic Studies**, v. 43, n. 3, p. 272-284, 2018.

BOON, Miriam et al. Trump supporters have little trust in societal institutions. **The Conversation**, 16 fev. 2020. Disponível em: https://theconversation.com/trump-supporters-have-little-trust-in-societal-institutions-131113. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOOT, Max. Think Again: Neocons. **Foreign Policy**, 28 out. 2009. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2009/10/28/think-again-neocons/. Acesso em: 15 ago. 2025.

BOSI, Alfredo. Cultura. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Construção Nacional (1830-1889).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. p. 225-280.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Nacionalismo de meios e Nacionalismo de fins no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *In*: XV Encontro Estadual de História ANPUH RS, 2020, Passo Fundo. **XV Encontro Estadual de História ANPUH RS**. [*S. l.*]: Universidade de Passo Fundo, 2020. p. 1-13.

BRANDS, Hal. Richard Nixon and Economic Nationalism in Latin America: The Problem of Expropriations, 1969–1974. **Diplomacy and Statecraft**, v. 18, 2007, p. 215-235.

BRASIL quita dívida com FMI ainda em 2005. **Exame**, 9 out. 2008. Disponível em: https://exame.com/economia/n0079651/. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL recebe prêmio internacional por Bolsa Família. **Ipea**, 14 out. 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=20191:ipea-e-mds-apresentam-dados-ineditos-sobre-o-bolsa-familia&catid=4:presidencia&directory=1&Itemid=1#:~:text=A%20Associação%20Internacional%20de%20Seguridade,da%20população%20mais%20vulnerável%20do. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Nações Unidas**, 17 out. 2019. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/10/1691271. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50165787> Acesso em 19 jan. 2025.

BRASIL, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50165787> Acesso em 19 jan. 2025.

BRATTBERG, Erik; KIMMAGE, Michael. Trump and the (Liberal) International Order. **Carnegie Endowment for International Peace**, 26 fev. 2018. Disponível em: https://carnegieendowment.org/posts/2018/02/trump-and-the-liberal-international-order?lang=en. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRENAN, Megan. Extreme Pride in Being American Remains Near Record Low. **Gallup**, 29 jun. 2023. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/507980/extreme-pride-american-remains-near-record-low.aspx. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRENAN, Megan. U.S. National Pride Falls to Record Low. **Gallup**, 15 jun. 2020. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/312644/national-pride-falls-record-low.aspx. Acesso em:20 nov. 2024.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). **Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**, 2006, 24 p. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/a-educacao-no-projeto-nacionalista-do-primeiro-governo-vargas-1930-1945. Acesso em: 11 out. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019, 256 p.

BULL, Anna Cento. Neo-fascism. *In*: BOSWORTH, R. J. B. (ed.). **The Oxford Handbook of Fascism**. Oxford: Oxford University Press, 2010. ISBN 978-019174368-9;978-019959478. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199594788.013.0032. Acesso em: 7 set. 2023.

BURGARELLI, Rodrigo. Campanhas gastaram R$ 5 bilhões em 2014. **Estadão**, 1 dez. 2014. Disponível em: https://www-estadao-com-br.translate.goog/politica/campanhas-gastaram-r-5-bilhoes-em-2014-imp-/?srsltid=AfmBOopVF0Bwjn4zuMOz7Dc_oGPHS4bfXAuj-h3gvTVN5H0WUKJMDCkD&_x_tr_sl=auto&_x_tr_tl=pt-BR&_x_tr_hl=pt-BR. Acesso em: 10 jan. 2025.

BUSH, George; Scowcroft, Brent. **A World Transformed**. New York: Alfred A. Knopf, 1998, 416 p.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 137, 30 mai. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i58p137-156. Acesso em: 12 nov. 2024.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil: entre escalas, abordagens e historicidade. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 29, n. 52, p. 702-709, 27 mar. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7976.2022.e92675. Acesso em: 20 out. 2023.

CALEIRO, João Pedro. Bolsonaro promete fim do "coitadismo" de negro, gay, mulher e nordestino. **Exame**, 23 out. 2018. Disponível em: https://exame.com/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/. Acesso em: 15 jan. 2025.

CALIL, Gilberto. Os Integralistas Frente Ao Estado Novo: Euforia, decepção e subordinação". **Locus: Revista De História**, v. 16, n. 1, 2010. Disponpivel em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20135. Acesso em: 12 nov. 2024.

CALVIN SCHERMERHORN. History Explains the Racial Wealth Gap. **Time**, 4 dez. 2023. Disponível em: https://time.com/6334291/racial-wealth-gap-reagan-history/. Acesso em: 4 set. 2025.

CAMPOS, Rodrigo. The International Turn in Far-Right Studies: A Critical Assessment. Millennium: **Journal of International Studies**, 25 set. 2023, p. 892-919. Disponível em: https://doi.org/10.1177/03058298231198992. Acesso em: 15 jan. 2025.

CAMUS, Jean-Yves. Alain de Benoist and the New Right. *In*: CAMUS, Jean-Yves. **Key Thinkers of the Radical Right**. [*S. l.*]: Oxford University Press, 2019. p. 73-90. ISBN 9780190877583. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oso/9780190877583.003.0005. Acesso em: 1 fev. 2024.

CARNEIRO, M. Luiza Tucci. Sob a mascara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 23–40, 1990. Disponível em: https://eialonline.org/index.php/eial/article/view/1309. Acesso em: 10 out. 2024.

CARTOCE, Raquel Elisa. TOALHAS, REVISTAS E UMA BICICLETA: O milagre econômico nas páginas publicitárias. In: SILVA, Jailson Pereira et al (ed.). **Histórias anunciadas**: Publicidade e Ditadura no Brasil dos anos 1970. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2023. p. 119-153.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Construção Nacional (1830-1889).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012c. p. 83-130.

CARVALHO, José Murilo de. Américas. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Construção Nacional (1830-1889).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012a. p. 281-286.

CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do Período. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Construção Nacional (1830-1889).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012b. p. 19-36.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0011-52581997000200003. Acesso em: 10 out. 2024.

CASALI, Coronel Cláudio Tavares. **“Brasil, Acima de Tudo”**. 2016. Disponível em: https://www.cipqdt.eb.mil.br/images/trabalhos_cientificos/o_brado_brasil_acima_de_tudo.pdf . Acesso em: 27 jan. 2025.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHAES, David. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 197-214, Fev. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122021000100197&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. de 2025.

CASARÕES, Guilherme. 2022. “Todo O Mundo é Um Palco: Viagens De Campanha Nas eleições Presidenciais Brasileiras De 1989”. **Locus: Revista De História**, v. 28, n. 1, p.88-117. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36663. Acesso em: 27 nov. 2024.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de “Nação Evangélica” no Brasil? **Interesse Nacional**, abr. – jun. 2020, p. 9-16. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7630/2020_casaroes_religiao_poder_ascensao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 out. 2023.

CASARÕES, Guilherme. Religião e poder: a ascensão de um projeto de "nação evangélica" no Brasil?. **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 13, n. 49, p. 9-16, abr./jun. 2020.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 55, n. 1, 2018. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8548.. Acesso em: 19 nov. 2024.

CERQUEIRA, Carolina. No 2º turno, Bolsonaro teve 400 mil votos a mais em 2022 do que em 2018. **CNN Brasil**, 30 out. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-2o-turno-bolsonaro-teve-400-mil-votos-a-mais-em-2022-do-que-em-2018/. Acesso em: 21 jan. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Editora da Universidade de Brasília, 2011, 595 p.

CHAGURI, Mariana. Índice de Autoritarismo traça a base fiel de Bolsonaro: quanto mais apoio a golpes, mais fã do presidente. **El País Brasil**, 21 mar. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-03-23/indice-de-autoritarismo-traca-a-base-fiel-de-bolsonaro-quanto-mais-apoio-a-golpes-mais-fa-do-presidente.html. Acesso em: 21 jan. 2025.

CHAPPELL, Bill. 'I'm The Only One That Matters,' Trump Says Of State Dept. Job Vacancies. **NPR**, 3 nov. 2017. Disponível em: https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2017/11/03/561797675/im-the-only-one-that-matters-trump-says-of-state-dept-job-vacancies. Acesso em: 22 jan. 2025.

CHATTERJEE, Partha. Whose Imagined Community? **Millennium**: Journal of International Studies, v. 20, n. 3, p. 521-525, mar. 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1177/03058298910200030601. Acesso em: 8 set. 2023.

CHATZKY, Andrew; MCBRIDE, James; SERGIE, Mohammed Aly. NAFTA and the USMCA: Weighing the Impact of North American Trade. **Council on Foreign Relations**, 1 jul. 2020. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/naftas-economic-impact#:~:text=Most%20estimates%20conclude%20[PDF]%20that,of%20added%20growth%20per%20year. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHOI, Annette. Record number of anti-LGBTQ bills have been introduced this year. **CNN Politics**, 6 abr. 2023. Disponível em: https://edition.cnn.com/2023/04/06/politics/anti-lgbtq-plus-state-bill-rights-dg/index.html. Acesso em: 26 set. 2023.

CIPRIANI, Juliana. Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou 'brincadeira'. **Estado de Minas**, 14 abr. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml. Acesso em: 27 jan. 2025.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. 3. ed. New York: Routledge, 2002. ISBN 0415267110.

COLETTA, R. D. Em novo ataque, Bolsonaro sugere que China faz guerra biológica com Covid. **Folha de S. Paulo**, 5 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/em-novo-ataque-bolsonaro-sugere-que-china-faz-guerra-quimica-com-covid.shtml> Acesso em: 28 jan. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Like one of the family: race, ethnicity, and the paradox of US national identity. **Ethnic and Racial Studies**, v. 24, n. 1, 2001, p. 3-28.

COLOM, Guillem. An International Far-Right Alliance? A Comparative Analysis of the Linkages Between the Republican Party and European Far-Right Parties. **SSRN**, 26 fev. 2024. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=4739346. Acesso em: 30 jan. 2025.

COLWELL, Ann; WATKINS, Tom. CNN Fact Check: Illegal border crossings at lowest levels in 40 years. **CNN Politics**, 13 fev. 2013. Disponível em: https://edition.cnn.com/2013/02/13/politics/fact-check-immigration/index.html. Acesso em: 10 set. 2024.

COM BIDEN, Feliciano diz que Brasil precisa mudar política externa. **Uol**, 20 jan. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/20/feliciano-pede-mudanca-na-politica-externa-do-brasil-e-na-relacao-com-china.htm. Acesso em 26 jan. 2025.

COMISSÃO Nacional da Verdade: Relatório, Volume 1. Brasília: **Comissão Nacional da Verdade**, 2014. 975 p. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

CONVERSI, Daniele. Reassessing current theories of nationalism: Nationalism as boundary maintenance and creation. **Nationalism and Ethnic Politics**, v. 1, n. 1, p. 73-85, mar. 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13537119508428421. Acesso em: 18 set. 2023.

COOPERATION for Recovery: The Marshall Plan. **International Monetary Fund**, 2014. Disponível em: https://www.imf.org/external/np/exr/center/mm/eng/mm_dr_03.htm#:~:text=Marshall%20aid%20came%20with%20%22conditionality,eliminating%20discrimination%20against%20U.S.%20imports. Acesso em: 16 nov. 2024.

COPSEY, Nigel. The Radical Right and Fascism. *In*: JENS, Rydgren. **The Oxford Handbook of The Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 5 fev. 2018. 9780190274559. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190274559.013.6. Acesso em: 20 set. 2023.

COSTA E SILVA, Alberto da. População e sociedade. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Crise colonial e independência (1808-1830)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. p. 35-74.

COSTA, Daiane. Um milhão de famílias entrará para as classes D e E até 2025. **O Globo**, 9 out. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/um-milhao-de-familias-entrara-para-as-classes-e-ate-2025-20261906. Acesso em: 13 jan. 2025.

CPAC Around The World. **CPAC**, 2024. Disponível em: https://www.cpac.org/post/cpac-around-the-world. Acesso em 31 jan. 2025.

CREATING More Inclusive Public Spaces: Structural Racism, Confederate Memorials, and Building for the Future. **PRRI**, 28 set. 2022. Disponível em: https://www.prri.org/research/creating-more-inclusive-public-spaces-structural-racism-confederate-memorials-and-building-for-the-future/. Acesso em: 16 nov. 2024.

CREWS JR, Clyde Wayne. How Many Federal Agencies Exist? We Can't Drain The Swamp Until We Know. **Forbes**, 10 dez. 2021. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/waynecrews/2017/07/05/how-many-federal-agencies-exist-we-cant-drain-the-swamp-until-we-know/. Acesso em: 16 jan. 2025.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. Cultura política e nacionalismo nas Forças Armadas (1964-1979). **Security and Defense Studies Review**, v. 8, verão 2008, p. 47-92. Disponível em: https://wjpcenter.org/wp-content/uploads/2023/09/SDSR-Vol08-No1-Cultura-politica.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

CULLEN, James. The History of Mass Incarceration. **Brennan Center for Justice**, 20 jun. 2018. Disponível em: https://www.brennancenter.org/our-work/analysis-opinion/history-mass-incarceration#:~:text=When%20Reagan%20took%20office%20in,then%20and%20remain%20so%20today. Acesso em: 10 ago. 2024.

CUNHA, Carolina. Migrações - governo de Bolsonaro abandona pacto mundial das migrações da ONU. **Uol**, 1 jan. 2019. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/migracoes---governo-de-bolsonaro-abandona-pacto-mundial-das-

migracoes-da-onu.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

CURY, Teo. Bolsonaro: 'Em economia sou ingênuo mesmo, tenho humildade para reconhecer'. **Uol**, 5 jul. 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/07/05/em-economia-sou-ingenuo-mesmo-tenho-humildade-para-reconhecer-diz-bolsonaro.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

D'ARAUJO, Maria Celina. Nacionalismo de direita no Brasil. *In*: **Nacionalismo e democracia na Europa e no Brasil**. São Paulo: Fundação FHC, 2024. p. 103-128. ISBN 978-65-87503-44-8.

DALE, Daniel. Fact check: Trump is still falsely claiming that Mexico is paying for his border wall. **CNN Politics**, 15 out. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/10/14/politics/fact-check-trump-mexico-paying-for-the-wall/index.html. Acesso em: 22 jan. 2025.

DALE, Daniel. Fact check: Trump promotes fake Ronald Reagan quote about him. **CNN Politics**, 8 jul. 2019. Disponível em: https://edition.cnn.com/2019/07/08/politics/trump-fake-reagan-quote-fact-check/index.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

DANILLER, Andrew. **Republicans view Reagan, Trump as best recent presidents**. 22 ago. 2023. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/08/22/republicans-view-reagan-trump-as-best-recent-presidents/. Acesso em: 3 dez. 2024.

DEBORA, GERSHON. Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados. **Observatório do Legislativo Brasileiro**, 24 maio 2022. Disponível em: https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/. Acesso em: 27 set. 2023.

DECKMAN, Melissa. Civility, gender, and gendered nationalism in the age of Trump. **Politics, Groups, and Identities**, p. 1-25, 11 nov. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/21565503.2020.1842771. Acesso em: 28 nov. 2023.

DELGADO, Malu. Em Israel, Bolsonaro relembra homenagem que fez a torturador. **Valor Econômico**, 2 abr. 2019. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/em-israel-bolsonaro-relembra-homenagem-que-fez-a-torturador.ghtml. Acesso em: 24 jan. 2025.

DIAS, Marina. Sem apresentar provas, Bolsonaro diz que houve fraude eleitoral e que foi eleito no 1º turno. **Folha de S. Paulo**, 9 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-que-houve-fraude-eleitoral-e-que-foi-eleito-no-1o-turno.shtml. Acesso em: 28 jan. 2025.

DIAS, Tatiana. Aqui está o vídeo apagado que pode implicar Bolsonaro pelo 8 de janeiro – e que a META diz 'não ter mais'. **The Intercept Brasil**, 8 dez. 2023. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/12/08/8-de-janeiro-video-apagado-que-pode-implicar-jair-bolsonaro/. Acesso em: 12 dez. 2023.

DIAZ, Daniella. Trump: I'm a 'very stable genius'. **CNN Politics**, 6 jan. 2018. Disponível

em: https://edition.cnn.com/2018/01/06/politics/donald-trump-white-house-fitness-very-stable-genius/index.html. Acesso em: 24 jan. 2025.

DIEGUEZ, Consuelo. **O Ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo**, seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 328 p.

DIMOCK, Michael. How America Changed During Barack Obama's Presidency. **Pew Research Center**, 10 jan. 2017. Disponível em: https://www.pewresearch.org/social-trends/2017/01/10/how-america-changed-during-barack-obamas-presidency/. Acesso em: 20 set. 2024.

DINIZ, Maiana. Temer diz que não é hora de falar em crise, mas em trabalhar. **Agência Brasil**, 12 maio 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/temer-diz-que-nao-e-hora-de-falar-em-crise-mas-em-trabalhar. Acesso em: 23 out. 2024.

DIONNE JR, E. J. **Why The Right Went Wrong**: Conservatism - From Goldwater to Trump and Beyond. New York: Simon & Schuster, 2016, 548 p.

DIP, Andrea. CPAC põe Brasil no centro da extrema direita internacional, diz cientista política. **Pública**, 13 jul. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/07/cpac-poe-brasil-no-centro-da-extrema-direita-internacional-diz-cientista-politica/. Acesso em: 31 jan. 2025. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019. **Ministério das Relações Exteriores**, 2 jan. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019. Acesso em: 10 jan. 2025.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76° Assembleia-Geral da ONU. **Planalto**, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu. Acesso em: 26 jan. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/4/23/a-timeline-of-the-trump-administrations-coronavirus-actions. Acesso em 27 jan. 2025.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Nacionalismo no Brasil: o papel dos intelectuais do ISEB. **Revista Intellectus**, v. 1, p. 1-30, 2008.

DONALD J. Trump - Travels of the President - Travels - Department History. **Office of the Historian**,2021. Disponível em: https://history.state.gov/departmenthistory/travels/president/trump-donald-j. Acesso em: 30 jan. 2025.

DONALD Trump's First-Term Approval Ratings. **Five Thirty Eight**, 20 jan. 2021. Disponível em: https://projects.fivethirtyeight.com/trump-approval-ratings/. Acesso em: 20 jan. 2025.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil e o Mundo. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Abertura para o Mundo (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva,

2012. p. 133-172.

DOUGLASS, John Aubrey. **Neo-Nationalism and Universities: Populists, Autocrats, and the Future of Higher Education**. Johns Hopkins University Press, 2021, 320 p.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-20702003000200004. Acesso em: 27 nov. 2024.

DRUCKMAN, James; LEVY, Jeremy. Affective polarization in the American public. *In*: DRUCKMAN, James; LEVY, Jeremy. **On collective representation**. [*S. l.*]: Edward Elgar Publishing, 2022. p. 257-270. Disponível em: https://doi.org/10.4337/9781800379619.00030. Acesso em: 08 ago. 2024.

DUCHIADE, André. 'Grande maioria dos imigrantes não tem boas intenções nem quer fazer o bem aos americanos', afirma Bolsonaro à Fox News. **O Globo**, 19 mar. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/grande-maioria-dos-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-nem-quer-fazer-bem-aos-americanos-afirma-bolsonaro-fox-news-23533047. Acesso em: 17 jan. 2025.

DUECK, Colin. **Age Of Iron**: on Conservatism Nationalism. New York: Oxford University Press, 2019, 228 p.

DUNNE, Grainne. **Four Ways the Obama Administration Has Advanced Criminal Justice Reform**. 19 maio 2016. Disponível em: https://www.brennancenter.org/our-work/analysis-opinion/four-ways-obama-administration-has-advanced-criminal-justice-reform. Acesso em: 10 ago. 2024.

DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 229-274.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal**. São Paulo: Record, 2020. 350 p.

Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus; embaixador chinês repudia fala. **CNN Brasil**, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala/> Acesso em 28 jan. 2025.

EGER, Maureen A.; VALDEZ, Sarah. Neo-nationalism in Western Europe. **European Sociological Review**, v. 31, n. 1, p. 115-130, 13 dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1093/esr/jcu087. Acesso em: 10 jan. 2025.

EMENDA Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 out. 1969.
ENCARNACIÓN, Omar G. The Ghost of Franco Still Haunts Catalonia. **Foreign Policy**, 5 out. 2017. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2017/10/05/the-ghost-of-franco-still-haunts-catalonia/. Acesso em: 19 out. 2023.

ERNESTO Araújo – Discurso de posse. **Ministério das Relações Exteriores**, 19 nov. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-

estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse. Acesso em: 19 jan. 2025.

ESCALANTE, Juan. It's not just rhetoric: Trump's policies treat immigrants like me as "animals". **Vox**, 18 maio 2018. Disponível em: https://www.vox.com/first-person/2018/5/18/17369044/trump-ms-13-gang-animals-immigrants. Acesso em: 27 jan. 2025.

EXECUTIVE Order 13926—Advancing International Religious Freedom. **Federal Register**, 2 jun. 2020. Disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/DCPD-202000422/pdf/DCPD-202000422.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

FACT Check: Which U.S. presidents led the nation into new wars? **Reuters**, 2 fev. 2021. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/fact-check-which-us-presidents-led-the-nation-into-new-wars-idUSKBN2A22QR/. Acesso em: 10 jul. 2024.

FAIZULLAEV, A. Symbolic Insult in Diplomacy: A Subtle Game of Diplomatic Slap. **Brill Research Perspectives in Diplomacy and Foreign Policy**, 2(4), 2017, p. 1-116. Disponível em: https://doi.org/10.1163/24056006-12340008. Acesso em: 28 jan. 2025.

FALCÃO, Frederico José. O "RELATÓRIO SECRETO" DE KRUSCHEV E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB): DESESTALINIZAÇÃO E CRISE. *In*: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Rio de Janeiro. **XII Encontro Regional de História**. [*S. l.*]: Anpuh, 2006. p. 1-7. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

FAUSTO, Boris. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 91-142.
FAUX, Emily. Trump's Twitter: A Coronavirus Response. 2020. Disponível em: https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/E.%20Faux_Short%20Article.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

FELLET, João. O retorno de Enéas, ícone da extrema-direita e 'herói' de Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 7 ago. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40833881. Acesso em: 27 jan. 2025.

FERNANDES, L. M. Fascismo à brasileira?: Análise dos discursos de Jair Messias Bolsonaro. Dialética, 2022, 108 p.

FERNANDES, Mayala. O apagamento da militância negra durante a ditadura militar no Paraná. **Brasil de Fato**, 24 jun. 2024. Disponível em: https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/24/o-apagamento-da-militancia-negra-durante-a-ditadura-militar-no-parana. Acesso em: 18 dez. 2024.

FERNANDO Henrique Cardoso discute conceito de 'nacionalismo' | 1988. **Roda Viva**, 26 set. 2021. 1 vídeo (3 min 51 s). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fZw9YwHPs5Q. Acesso em: 26 nov. 2024.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 333-355, dez. 2008. Disponível

em: https://doi.org/10.1590/s0101-32622008000300004. Acesso em: 10 out. 2024.

FERRO, Maurício. "Acabou, porra!", diz Bolsonaro sobre decisões monocráticas como a do STF. **Poder 360**, 28 maio 2020. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/acabou-porra-diz-bolsonaro-sobre-decisoes-monocraticas-como-a-do-stf/. Acesso em: 27 jan. 2025.

FETTEROLF, Janell. Border wall is Trump's least popular policy internationally. **Pew Research Center**, 28 jul. 2017. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2017/07/28/border-wall-is-trumps-least-popular-policy-internationally/. Acesso em: 10 jan. 2025.

FINCHELSTEIN, Federico. **From Fascism to Populism in History**. [S. l.]: University of California Press, 2019. 376 p. ISBN 9780520974302.

FONTAINHA, Fernando; LIMA, Amanda Evelyn. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do mensalão à lava-jato. Revista da Associação de Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2019, DOI:10.13140/RG.2.2.30607.61607.

FONTENELLE, André. **Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego**. 5 maio 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego. Acesso em: 1 dez. 2024.

FRANKOVIC, Kathy. How Americans view the "Deep State". **YouGov**, 31 out. 2019. Disponível em: https://today.yougov.com/politics/articles/26081-how-americans-view-deep-state-poll. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREITAS, Verônica Tavares de. Os protestos de junho de 2013 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil. **[SYN]THESIS**, v. 16, n. 3, p. 42-53, dez. 2023.

FRIEDMAN, Uri. What Is a Populist? **The Atlantic**, 27 fev. 2017. Disponível em: https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/02/what-is-populist-trump/516525/. Acesso em: 12 dez. 2023.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, set. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560. Acesso em: 28 nov. 2024.

FUKUYAMA, Francis. More Proof That This Really Is the End of History. **The Atlantic,** 17 out. 2022. Disponível em: https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/10/francis-fukuyama-still-end-history/671761/. Acesso em: 12 set. 2023.

FULL text: Trump's 2017 U.N. speech transcript. **Politico**, 19 set. 2017. Disponível em: https://www.politico.com/story/2017/09/19/trump-un-speech-2017-full-text-transcript-242879. Acesso em: 18 jan. 2025.

GABRIEL, Ralph H. NATIONALISM AND THE ATOM. **The Virginia Quarterly Review**, v. 33, n. 4, 1957, p. 539-548.

GAITHER, Milton. Homeschooling in the United States: A review of select research topics. **Pro-Posições**, v. 28, n. 2, p. 213-241, ago. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0171. Acesso em: 20 ago. 2024.

GALLAGHER, Sophie. What does the term snowflake mean and why is it used? **Independent**, 6 out. 2020. Disponível em: https://www.independent.co.uk/life-style/snowflake-meaning-definition-gammon-piers-morgan-trump-b737499.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

GALVÃO, Eduardo. O universo do lobby: pesquisa revela quantos lobistas existem no Brasil. **Congresso em Foco**, 9 ago. 2018. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/quantos-lobistas-existem-no-brasil/. Acesso em: 31 jan. 2024.

GAMBERT, Iselin; LINNÉ, Tobias. How the alt-right uses milk to promote white supremacy. **The Conversation**, 26 abr. 2018. Disponível em: https://theconversation.com/how-the-alt-right-uses-milk-to-promote-white-supremacy-94854. Acesso em: 17 jan. 2025.

GARDEN, Rose. Statement by President Trump on the Paris Climate Accord. **The White House**,1 jun. 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/. Acesso em: 27 jan. 2025.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983. 150 p. ISBN 0801416620.

GEORGIEVA, Virdzhiniya Petrova. Trump's Foreign Policy and International Trade Law. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, v. 20, 2020, p. 687-721. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v20/1870-4654-amdi-20-687.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

GERVAIS, Bryan T.; MORRIS, Irwin L. Reading the Tea Leaves: Understanding Tea Party Caucus Membership in the US House of Representatives. **PS: Political Science & Politics**, v. 45, n. 02, p. 245-250, 14 mar. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1017/s1049096511002058. Acesso em: 15 ago. 2024.

GIBBS, Kelsey. Intense moments erupt at Murfreesboro protest to remove Confederate statue. **News Channel 5 Nashville**, 20 jun. 2020. Disponível em: https://www.newschannel5.com/news/intense-moments-erupt-at-murfreesboro-protest-to-remove-confederate-statue. Acesso em: 23 out. 2024.

GIBSON, Caitlin. A disturbing new glimpse at the Reagan administration's indifference to AIDS. **The Washington Post**, 1 dez. 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/arts-and-entertainment/wp/2015/12/01/a-disturbing-new-glimpse-at-the-reagan-administrations-indifference-to-aids/. Acesso em: 10 ago. 2024.

GILES, Christopher. Trump's wall: How much has been built during his term? **BBC**, 12 jan. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-us-canada-46748492. Acesso em: 10 jan. 2025.

GINGRICH, ANDRE. Neo-nationalism and the reconfiguration of Europe. **Social Anthropology**, v. 14, n. 02, p. 195, jun. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1017/s0964028206002539. Acesso em: 10 jan. 2025.

GIRIT, Selin. O populismo é uma ameaça à democracia? **BBC News Brasil**, 10 dez. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9xr665p6l6o. Acesso em: 12 dez. 2023.

GLADDING, Ian. Rise of Economic Nationalism and Its Implications | Faculty Forum. In: GLEASON, P. American identity and Americanization. *In*: W. Peterson, M. Novak, & P. Gleason (Eds.), **Concepts of ethnicity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980, p. 57–143.

GOEBEL, MICHAEL. Introduction: Nationalism, the Left and Hegemony in Latin America. **Bulletin of Latin American Research**, v. 26, n. 3, p. 311-318, jul. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2007.00226.x. Acesso em: 10 set. 2023.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 41-90.

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', diz Bolsonaro. **G1**, 10 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml. Acesso em: 27 jan. 2025.

GONZALEZ, VALERIE. The Biden administration says it is using executive power to allow border wall construction in Texas. **AP News**, 4 out. 2023. Disponível em: https://apnews.com/article/border-wall-biden-immigration-texas-rio-grande-147d7ab497e6991e9ea929242f21ceb2. Acesso em: 15 jan. 2025.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. Moral Panics: Culture, Politics, and Social Construction. **Annual Review of Sociology**, v. 20, n. 1, p. 149-171, ago. 1994. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev.so.20.080194.001053. Acesso em: 24 set. 2023.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Encontro ultraconservador busca novo fôlego bolsonarista em meio à perda da popularidade. **El País Brasil**, 13 out. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/13/politica/1570994671_481129.html. Acesso em: 31 jan. 2025.

GOULD, Lewis L. **The Republicans**: A History of the Grand Old Party. 2 ed. New York: Oxford University Press. 2014, 416 p.

GRAMLICH, John. Under Trump, the federal prison population continued its recent decline. **Pew Research Center**, 17 fev. 2021. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2021/02/17/under-trump-the-federal-prison-population-continued-its-recent-decline/. Acesso em: 18 ago. 2024.

GRANT, Bligh. Tokenism. In **The SAGE Encyclopedia of Political Behavior**, 834-37. Thousand Oaks: SAGE Publications, v. 2, 2017, p. 834-837. Dsiponível em:

https://doi.org/10.4135/9781483391144. Acesso em: 15 jan. 2025.

GREAT Depression and World War II, 1929-1945: President Franklin Delano Roosevelt and the New Deal, 1933-1945. Library of Congress, 2020. Disponível em: 154 http://www.loc.gov/teachers/classroommaterials/presentationsandactivities/presentations/timelin e/depwwii/newdeal/. Acesso em: 10 ago. 2024.

GREGOR, A. James; CHANG, Maria Hsia. Nazionalfascismo and the Revolutionary Nationalism of Sun Yat-sen. **The Journal of Asian Studies**, v. 39, n. 1, p. 21-37, nov. 1979. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2053502. Acesso em: 6 out. 2023.

GREGOR, A. James. **Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism**. [*S. l.*]: University of California Press, 1979. *E-book*. ISBN 9780520333154. Disponível em: https://doi.org/10.1525/9780520333154. Acesso em: 4 set. 2023.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. London: Pinter, 1991. 245 p. ISBN 086187112X.
GROSSMAN, Zoltán. FROM WOUNDED KNEE TO YEMEN: U.S. MILITARY INTERVENTIONS SINCE 1890. **The Evergreen State College**, 2024. Disponível em: https://sites.evergreen.edu/zoltan/interventions/. Acesso em: 17 nov. 2024.

GUFFEY, Elizabeth. Knowing Their Space: Signs of Jim Crow in the Segregated South. **Design Issues**, v. 28, n. 2, p. 41-60, abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1162/desi_a_00142. Acesso em: 20 nov. 2024.

GULLINO, Daniel; MAIA, Gustavo; FARIAS, Victor. Bolsonaro já fez mais de 138 horas de lives nos dois primeiros anos de mandato. **O Globo**, 27 dez. 2020. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/bolsonaro-ja-fez-mais-de-138-horas-de-lives-nos-dois-primeiros-anos-de-mandato.html. Acesso em: 28 jan. 2025.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James. SIXTY-THREE. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2005. p. 337-343.

HARTIG, Hannah; DOHERTY, Carroll. Two Decades Later, the Enduring Legacy of 9/11. **Pew Research Center**, 2 set. 2021. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2021/09/02/two-decades-later-the-enduring-legacy-of-9-11/. Acesso em: 20 set. 2024.

HAYNES, Jeffrey. **Trump and the Politics of Neo-Nationalism: The Christian Right and Secular Nationalism in America**. Taylor & Francis Group, 2021, 116 p.

HERVIK, Peter. Neo-nationalism and far right studies. In: HERVIK, Peter. **Researching the Far Right**. New York: Routledge, 2020, p. 92-108. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781315304670-6. Acesso em: 10 jan. 2025.

HEYWOOD, Andrew. **Political Ideologies**: An Introduction. Macmillan International Higher Education, 2017, 400 p.

HIRABAHASI, Gabriel. PF diz que Bolsonaro teve atuação direta em fake news sobre urnas eletrônicas. **CNN Brasil**, 16 dez. 2021. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-diz-que-bolsonaro-teve-atuacao-direta-em-fake-news-sobre-urnas-eletronicas/. Acesso em: 28 jan. 2025.

HIRST, M.; MACIEL, T. **A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro**. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771. Acesso em: 30 jan. 2025.

HITCHCOCK, William I. **The Age of Eisenhower**: America and the World in the 1950s. [*S. l.*]: Simon & Schuster, 2018. 672 p.

HOBAN, Virgie. 'Discredit, disrupt, and destroy': FBI records acquired by the Library reveal violent surveillance of Black leaders, civil rights organizations. **UC Berkeley Library**, 18 jan. 2021. Disponível em: https://www.lib.berkeley.edu/about/news/fbi. Acesso em: 23 out. 2024.

HOBSBAWM, E. J. **Nations and nationalism since 1780**: Programme, myth, reality. Cambridge [England]: Cambridge University Press, 1990. 191 p.

HOLLAND, Steve. Nigel Farage addresses Trump rally, bashes Clinton. **Reuters**, 24 ago. 2016. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/nigel-farage-addresses-trump-rally-bashes-clinton-idUSKCN10Z059/. Acesso em: 31 jan. 2025.

HORWITZ, Robert B. Politics as Victimhood, Victimhood as Politics. **The Journal of Policy History**, v. 30, n. 3, 2018, p. 552-574.

How Many People Did The Nazis Murder? **United States Holocaust Memorial Museum** 26 set. 2023. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution. Acesso em: 12 out. 2023.

HUNTER, P. Makoto. Public Confederate Markers in the United States. **Ballard Brief**,2021. Disponível em: https://ballardbrief.byu.edu/issue-briefs/public-confederate-markers-in-the-united-states. Acesso em: 21 out. 2024.

HUNTINGTON, John. The Kennedy Speech that Stoked the Rise of the Christian Right. **Politico Magazine**, 3 ago. 2020. Disponível em: https://www.politico.com/news/magazine/2020/03/08/the-kennedy-speech-that-stoked-the-rise-of-the-christian-right-123369. Acesso em: 13 nov. 2024.

HURST, Steven. Myths of Neoconservatism: George W. Bush's "Neo-conservative" Foreign Policy Revisited. **International Politics**, v. 42, n. 1, p. 75–96, 2005. DOI:10.1057/palgrave.ip.8800103. Acesso em: 19 ago. 2025.

HUTCHINSON, John. **The dynamics of cultural nationalism**: The Gaelic revival and the creation of the Irish nation state. London: Allen & Unwin, 1987. 343 p.

IGNAZI, Piero. The Extreme Right. *In*: IGNAZI, Piero. **Shadows over Europe**. New York: Palgrave Macmillan US, 2002. p. 21-37. ISBN 9781349388202. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230109186_2. Acesso em: 1 fev. 2024.

IMAGENS e documentos do período de 1964 – 1985: Serviço Nacional de Informações – SNI. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni. Acesso em: 10 out. 2024.

INGRAHAM, Christopher. New research explores authoritarian mind-set of Trump's core supporters. **The Washington Post**, 12 out. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2020/10/12/trump-voter-authoritarian-research/. Acesso em: 22 jan. 2025.

INS Records for 1930s Mexican Repatriations. **U.S. Citizenship and Immigration Services**, 2025. Disponível em: https://www.uscis.gov/about-us/our-history/stories-from-the-archives/ins-records-for-1930s-mexican-repatriations. Acesso em 4 fev. 2025.

JACOBS, Ben; LEVIN, Sam. Mike Pence: Trump administration planning 'full evaluation' of voter fraud. **The Guardian**, 27 jan. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/26/trump-administration-voter-fraud-investigation-mike-pence. Acesso em: 28 jan. 2025.

JANIK, Rachel. 'Writing History With Lightning': The Birth of a Nation at 100. **Time**, 8 fev. 2015. Disponível em: https://time.com/3699084/100-years-birth-of-a-nation/. Acesso em: 13 nov. 2024.

Japanese-American Incarceration During World War II. **National Archives**, 2024. Disponível em: https://www.archives.gov/education/lessons/japanese-relocation#background. Acesso em: 24 nov. 2024.

JENKINS, Jack. In speech to evangelicals, Trump says God is 'on our side'. **RNS**, 4 jan. 2020. Disponível em: https://religionnews.com/2020/01/04/in-speech-to-evangelicals-trump-says-god-is-on-our-side/. Acesso em: 21 jan. 2025.

JONES, Robert P. The Roots of Christian Nationalism Go Back Further Than You Think. **TIME**, 31 ago. 2023. Disponível em: https://time.com/6309657/us-christian-nationalism-columbus-essay/. Acesso em: 23 set. 2023.

KABASERVICE, Geoffrey M. **Rule and ruin**: The downfall of moderation and the destruction of the Republican Party, from Eisenhower to the Tea Party. Oxford: Oxford University Press, 2012. 482 p.

KALIL, Isabela Oliveira et al. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. São Paulo: Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. 27 p.

KAPLAN, Sarah. Mixing quantitative and qualitative research. In: ELSBACH, Kimberly; KRAMER, Roderick Moreland. **Handbook of Innovative Qualitative Research Methods**: Pathways to Cool Ideas and Interesting Papers. [s. l.: s. n.], 2014, pp. 1–18.

KAUFMAN, Burton I. John F. Kennedy as World Leader: A Perspective on the Literature. **Diplomatic History**, v. 17, n. 3, p. 447-470, jul. 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-7709.1993.tb00590.x. Acesso em: 20 set. 2024.

KELLEY, Robert. Ideology and Political Culture from Jefferson to Nixon. **The American Historical Review**, v. 82, n. 3, jun. 1977, pp. 531-562.

KIL, Sang Hea. Fearing yellow, imagining white: media analysis of the Chinese Exclusion Act of 1882. **Social Identities**: Journal for the Study of Race, Nation and Culture, v. 18, n. 6, 2012, p. 663-677.

KLAAS, Brian. For two years, Trump has been undermining American democracy. Here's a damage report. **The Washington Post**, 23 jan. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/2019/01/23/two-years-trump-has-been-undermining-american-democracy-heres-damage-report/. Acesso em: 28 jan. 2025.

KLINCK, David. Louis de Bonald: The foreshadowing of the integral nationalism of Charles Maurras and the action Française in the thought of the French counterrevolution. **History of European Ideas**, v. 15, n. 1-3, p. 327-332, dez. 1992. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0191-6599(92)90147-5. Acesso em: 24 nov. 2023.

KLINGBEIL, Matthew W.; RUSSELL, John Clyde; STUCKEY, Mary E. The Oratory of Ronald Reagan. *In*: KLINGBEIL, Matthew W.; RUSSELL, John Clyde; STUCKEY, Mary E. **Republican Orators from Eisenhower to Trump**. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 87-104. ISBN 9783319685441. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-68545-8_5. Acesso em: 08 ago. 2024.

KNOTT, Stephen. George H. W. Bush: Foreign Affairs. **Miller Center**, 2024. Disponível em: https://millercenter.org/president/bush/foreign-affairs. Acesso em: 20 set. 2024.

KOHN, Hans. **The age of nationalism**: The first era of global history. New York: Harper and Row, 1962. 172 p.

KRAMER, Sarah Kate. When Nazis Took Manhattan. **NPR**, 20 fev. 2019. Disponível em: https://www.npr.org/sections/codeswitch/2019/02/20/695941323/when-nazis-took-manhattan. Acesso em: 17 nov. 2024.

Ku Klux Klan. **Southern Poverty Law Center**, 2024. Disponível em: https://www.splcenter.org/resources/extremist-files/ku-klux-klan/. Acesso em: 20 nov. 2024.

KUSHI, Sidita; TOFT, Monica Duffy. Introducing the Military Intervention Project: A New Dataset on US Military Interventions, 1776–2019. **Journal of Conflict Resolution**, v. 67, n. 4, 8 ago. 2022, p. 752-779 Disponível em: https://doi.org/10.1177/00220027221117546. Acesso em: 02 dez. 2024.

LAGO, Rudolfo; SARDINHA, Edson; LIPPELT, Vanessa. Onze vezes em que o bolsonarismo flertou com o nazismo. **Congresso em Foco**, 10 fev. 2022. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/onze-vezes-em-que-o-bolsonarismo-flertou-com-o-nazismo/. Acesso em: 18 jan. 2025.

LAKOFF, George. Moral politics: How liberals and conservatives think. **The University of Chicago Press**: Chicago and London, 3. ed. [S. l.: s. n.], 2016. 490 p.

LAVIETES, Matt. 'Groomer,' 'pro-pedophile': Old tropes find new life in anti-LGBTQ movement. **NBC NEWS**, 12 abr. 2022. Disponível em: https://www.nbcnews.com/nbc-out/out-politics-and-policy/groomer-pedophile-old-tropes-find-new-life-anti-lgbtq-movement-rcna23931. Acesso em: 7 out. 2023.

LAWRENCE, John A. How the 'Watergate Babies' Broke American Politics. **Politico Magazine**, 26 mai. 2018. Disponível em: https://www.politico.com/magazine/story/2018/05/26/congress-broke-american-politics-218544/. Acesso em: 13 nov. 2024.

LEAL, Aline. Dilma diz que Banco Central independente seria um "quarto poder". **Agência Brasil**, 14 set. 2014. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-09/dilma-diz-que-banco-central-independente-seria-um-quarto-poder. Acesso em: 10 jan. 2025.

LEDBETTER, James**.** How Eisenhower worked stealthily to rein in Joseph McCarthy. **The Washington Post**, 14 abr. 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/how-eisenhower-worked-stealthily-to-reign-in-joseph-mccarthy/2017/04/14/59ac86a2-f9ee-11e6-be05-1a3817ac21a5_story.html. Acesso em: 24 ago. 2024.

LEERSSEN, Joep. Notes toward a Definition of Romantic Nationalism. **Romantik**: Journal for the Study of Romanticisms, v. 2, n. 1, p. 9, 1 dez. 2013. Disponível em: https://www.lewisu.edu/experts/wordpress/index.php/rise-of-economic-nationalism-and-itsimplications. Acesso em: 9 out. 2023.

LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo. **Poder 360**, 7 set. 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/. Acesso em: 28 jan. 2025.

LEIA a íntegra do primeiro discurso de Lula na ONU. **Partido dos Trabalhadores**, 23 set. 2019. Disponível em: https://pt.org.br/leia-a-integra-do-primeiro-discurso-de-lula-na-onu/. Acesso em: 26 jan. 2025.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 237-256, abr. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-40142008000100016. Acesso em: 20 out. 2024.

LESSER, Jeffrey. **A Invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 296 p.
LEVY, Michael. United States presidential election of 1992. **Britannica**, 2009. Disponível em: https://www.britannica.com/event/United-States-presidential-election-of-1992#ref285344. Acesso em: 18 ago. 2024.

LIEBER, Robert J. Diplomacy's Aversion to Power: Consequences of Retreat. **World Affairs**, v. 179, n. 1, p. 35-45, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0043820016662740.

LIEVEN, Anatol. **America Right Or Wrong**: An Anatomy of American Nationalism. 2 ed. New York: Oxford University Press. 2012, 312 p.

LIMA, Cristiano. CIA chief calls Trump Nazi Germany comparison ‘outrageous’. **Politico**, 15 jan. 2017. Disponível em: https://www.politico.eu/article/cia-chief-calls-trump-nazi-germany-comparison-outrageous/. Acesso em: 18 jan. 2025.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 8 out. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230058. Acesso em: 10 dez. 2024.

LIN, Katy; DOHERTY, Carrol. Favorable views of Supreme Court fall to historic low. **Pew Research Center**, 21 jul. 2023. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/07/21/favorable-views-of-supreme-court-fall-to-historic-low/. Acesso em: 30 jan. 2024.

LIS, Laís. Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil. **G1**, 21 jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml. Acesso em: 16 jan. 2025.

LITTLEJOHN, Brad. National Conservatism, Then and Now. **National Affairs**, 2023. Disponível em: https://www.nationalaffairs.com/publications/detail/national-conservatism-then-and-now. Acesso em: 19 out. 2023.

LITTO, Fredric Michael. Noah Webster's Theory of Linguistic Nationalism. **Acta Semiotica et Lingvistica**, v. 5, n. 1, pp. 133-155, 1984. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/16797 Acesso em 27 set. 2023

Lobbying Data Summary. **OpenSecrets**, 2023. Disponível em: https://www.opensecrets.org/federal-lobbying. Acesso em: 31 jan. 2024.

LÖFFLMANN, Georg. From the Obama Doctrine to America First: the erosion of the Washington consensus on grand strategy. **International Politics**, v. 57, n. 4, p. 588-605, 20 fev. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1057/s41311-019-00172-0. Acesso em: 16 nov. 2024.

LOWRY, Rich. **The Case for Nationalism**: How it made US Powerful, United and Free. New York: Broadside Books, 2019, 280 p.

LYDIA, Wang. What It Means That Trump Has Abandoned The American Flag For The Blue Lives Matter Flag. **Refinery29**, 29 out. 2020. Disponível em: https://www.refinery29.com/en-us/2020/10/10135048/blue-lives-matter-flag-trump-rally-replace-american-flag. Acesso em: 13 jan. 2025.

M & S COLLECTION of American radical extremist literature of the 20th century, 1934-1981. Washington D.C.: **Library of Congress**. Pamphlets, 1934-1981*,* Box 58, 63, 71.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310. Acesso em: 20 out. 2024.

MAGISTRO, Ethan. Project Blitz's Latest Playbook Emerges. It's Bad, But It Could Be Much Worse. **Americans United for The Separation of Church and State**. 14 jul. 2021. Disponível em: https://www.au.org/the-latest/articles/project-blitz-new-playbook/. Acesso em: 21 set. 2023.

MAGNOTTA, Fernanda. **As Ideias Importam**: o Excepcionalismo Norte-americano no Alvorecer da Superpotência. 1 ed. São Paulo: Appris, 2016, 161 p.

MAGUIRE, Lori. The Destruction of New York City: A Recurrent Nightmare of American Cold War Cinema. **Cold War History**, v. 8, n. 4, 2009, p.513-524.

MALEŠEVIC, Siniša. Nationalism and racism. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 18, n. 37, p. 39-56, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/7765/7078/33686 Acesso em 17 set. 2023.

MAMADOUH, Virginie. Beyond nationalism: Three visions of the European Union and their implications for the linguistic regime of its institutions. **GeoJournal**, v. 48, p. 133–144, 1999.
MANN, Michael. A Political Theory of Nationalism and its Excesses. *In*: PERIWAL, S. (ed.) **Notions of Nationalism**, Budapest: Central European University Press,1995, p. 44–64.

MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**: A revista de informações e debates do Ipea, ano 13, ed. 88, 23 nov. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&catid=2. Acesso em: 10 out. 2024.

MARINI, Luisa. Em 27 anos de Câmara, Bolsonaro prioriza militares e ignora saúde e educação. **Congresso em Foco**, 7 ago. 2018. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/na-camara-bolsonaro-prioriza-militares-e-ignora-saude-e-educacao/. Acesso em: 2 fev. 2025.

MARKS, Samara *et al.* **From Panic to Pride**: The AIDS Pandemic. 2023. Disponível em: https://otago.shorthandstories.com/from-panic-to-pride-the-aids-pandemic/. Acesso em: 10 out. 2023.

MARSDEN, Lee. International Religious Freedom Promotion and US Foreign Policy. **Religions**, v. 11, n. 5, p. 260, 21 maio 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/rel11050260. Acesso em: 26 jan. 2025.

MARTINS, Enio Viterbo. **O governo de Eurico Gaspar Dutra e a transição de regime**: entre o autoritarismo e as concepções democráticas. 2021. 266 p. Tese de doutorado — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/53138. Acesso em: 10 out. 2024.

MARTINS, Rafael Moro; NEVES, Rafael; DEMORI, Leandro. O namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo. **The Intercept**, 9 fev. 2021. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2021/02/09/namoro-lava-jato-rede-globo/. Acesso em: 10 nov. 2024.

MASSEY, Douglas S. The Bipartisan Origins of White Nationalism. **Daedalus**, v. 150, n. 2, p. 5-22, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1162/daed_a_01843. Acesso em: 20 set. 2024.

Massive Retaliation. Encyclopedia Britannica, 2024. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/nuclear-strategy/Massive-retaliation#ref1224925. Acesso em 20 ago. 2024.

MATTHEWS, Jeanna. Radicalization pipelines: How targeted advertising on social media drives people to extremes. **The Conversation**, 12 jan. 2022. Disponível em: https://theconversation.com/radicalization-pipelines-how-targeted-advertising-on-social-media-drives-people-to-extremes-173568. Acesso em: 15 jan. 2025.

MATTOS, Hebe. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Abertura para o Mundo (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. p. 85-132.

MAZUI, G; BARBIÉRI, L. F; RODRIGUES, M. "China cada vez mais faz parte do futuro do Brasil", diz Bolsonaro. **G1**, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/13/bolsonaro-recebe-presidente-da-china-no-itamaraty-antes-de-cupula-de-lideres-do-brics.ghtml> Acesso em 19 jan. 2025.

MCCALL, J. Holly. For the second week in a row, neo-Nazis take to Nashville streets. **Tennessee Lookout**, 15 jul. 2024. Disponível em: https://tennesseelookout.com/2024/07/15/for-the-second-week-in-a-row-neo-nazis-take-over-nashville-streets/. Acesso em: 28 nov. 2024.

McCARTNEY, Paul. American Nationalism and U.S. Foreign Policy from September 11 to the Iraq War. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 3. 2004, p. 399-423.

MCCLINTOCK, Anne. Family Feuds: Gender, Nationalism and the Family. **Feminist Review**, n. 44, p. 61, 1993. Disponível em: https://doi.org/10.2307/1395196. Acesso em: 3 set. 2023.

MCLEAN, Scott. Land That I Love: Feelings Toward Country at Century's End. **The Public Perspective**, p. 21-25, 1999. Disponível em: https://ropercenter.cornell.edu/sites/default/files/2018-07/103021.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

MEARSHEIMER, John. Liberalism and Nationalism in Contemporary America. **Political Science & Politics**, v. 54, n. 1, 2020, p. 1-8.

MEDO da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública,** 2017. São Paulo, 39 p. ISBN 978-85-67450-05-6.

MERRITT, Eve Collyer. The Extraordinary Injustice of McCarthy's America. **E-International Relations**, 3 nov. 2011. Disponível em: https://www.e-ir.info/2011/11/03/the-extraordinary-injustice-of-mccarthy's-america/#google_vignette. Acesso em: 16 nov. 2024.

MESMO com investigações, Bolsonaro mantém popularidade. **Poder 360**, 26 ago. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/pesquisas/mesmo-com-investigacoes-bolsonaro-mantem-popularidade/. Acesso em: 12 dez. 2023.

MILANOVIC, Branko. **Global Inequality**: A New Approach for the Age of Globalization. [S. l.]: Harvard University Press, 2016. 320 p. ISBN 9780674969797.

MILITÃO, Eduardo. Bolsonaro faz piada com PIB usando humorista Carioca em entrevista. **Uol**, 4 mar. 2020. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/04/apos-pib-desacelerar-bolsonaro-usa-humorista-para-evitar-assunto.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

MIRANDA, Samir. A "nova política externa brasileira" de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126-138, 30 set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2178-8839.95362. Acesso em: 19 out. 2024.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p. 507-527, dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0101-31572011000400001. Acesso em: 25 nov. 2024.

MOSBEY, John. Russia, Dugin, and Traditionalism in Politics: Political and Theological Placement of The Fourth Political Theory. **Trinity College Dublin**, mar. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273060377_Russia_Dugin_and_Traditionalism_in_Politics_Political_and_Theological_Placement_of_The_Fourth_Political_Theory Acesso em: 3 out. 2023.

MOSSE, George L.; GRIFFIN, Roger. **The Fascist Revolution**: Toward a General Theory of Fascism. [S. l.]: University of Wisconsin Press, 2021. ISBN 9780299332945.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 432 p. ISBN 978-85-3593-208-9.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism**: A Very Short Introduction. [S. l.]: Oxford University Press, 2017. E-book. ISBN 9780190234874. Disponível em: https://doi.org/10.1093/actrade/9780190234874.001.0001. Acesso em: 11 dez. 2023.

MUDDE, Cas. **Far Right Today**. [*S. l.*]: Polity Press, 2019. 160 p. ISBN 9781509536849.

MUDDE, Cas. Riding the fourth wave. **IPPR Progressive Review**, v. 26, n. 4, p. 296-304, mar. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/newe.12175. Acesso em: 31 jan. 2024.

MUDDE, Cas. The Trump phenomenon and the European populist radical right. **The Washington Post**, 26 ago. 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/08/26/the-trump-phenomenon-and-the-european-populist-radical-right/. Acesso em: 12 dez. 2023.

MULLER, Jerry Z. Us and Them: The Enduring Power of Ethnic Nationalism. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 2, p. 18-35, mar./apr. 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20032578 Acesso em 17 set. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Autêntica, 2023. 152 p.

Mussolini on Motorbike. **Mary Evans Picture Library**, 2023. Imagem. Disponível em: https://www.maryevans.com/history/mussolini-on-motorbike-10036446. Acesso em: 18 out. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016. 232 p.

NASCIMENTO, Gilberto. Igreja Bilionária. **The Intercept**, 20 jul. 2022. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2022/07/20/universal-embolsa-33-bilhoes-em-doacoes-bancarias/. Acesso em: 21 set. 2023.

NATIONAL Rifle Assn Profile: Totals. **OpenSecrets**, 2024. Disponível em: https://www.opensecrets.org/orgs/national-rifle-assn/totals?id=d000000082. Acesso em: 31 jan. 2024.

NEIVA, Lucas. Por ordens de Lupi, PDT expulsa 50 "infiltrados" de extrema-direita. **Congresso em Foco**, 23 out. 2023. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/por-ordens-de-lupi-pdt-expulsa-50-infiltrados-de-extrema-direita/. Acesso em: 30 out. 2023.

NELSON, Michael. Barack Obama: Domestic Affairs. **Miller Center**,. 2024. Disponível em: https://millercenter.org/president/obama/domestic-affairs. Acesso em: 20 set. 2024.

NETO, Odilon Caldeira; GONÇALVES, Leandro Pereira. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. São Paulo: Editora FGV, 2020. 238 p.

NETO, Reynaldo Zorzi.A Política social nos dois primeiros mandatos do governo Lula: apontamentos para o debate. **Cadernos PROMUSPP**, v. 3, n. 3, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://orcid.org/0009-0006-8076-2655. Acesso em: 03 jan. 2025.

NETO, S. Lourenço. Entre o neodesenvolvimentismo e a ortodoxia: contradições da política econômica no governo Dilma Rousseff. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 13, n. 3, p. 491-507, 1 out. 2021.

NETTO, David Antonio de Castro. NAÇÃO, NACIONALISMO E CULTURA: uma análise da propaganda brasileira durante a ditadura militar. In: SILVA, Jailson Pereira et al (ed.). **Histórias anunciadas**: Publicidade e Ditadura no Brasil dos anos 1970. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2023. p. 60-93.

NICHOLS, David A. **A Matter of Justice**: Eisenhower and the Beginning of the Civil Rights Revolution. [*S. l.*]: Simon & Schuster, 2008. 368 p.

NIELSEN, Kai. **Cultural nationalism, neither ethnic nor civic**. The Philosophical Forum, Albany: State University of New York Press. 1999.

O'CONNELL, Oliver. Trump re-election T-shirts accused of having Nazi-like symbol. **Independent**, 4 jul. 2020. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-election/donald-trump-nazi-tshirt-symbol-campaign-america-first-a9600466.html. Acesso em: 18 jan. 2025.

O'KEEFE, Shannon Mullen. Gallup Vault: Americans Narrowly OK'd 1964 Civil Rights Law. **Gallup**, 29 jul. 2020. Disponível em: https://news.gallup.com/vault/316130/gallup-vault-americans-narrowly-1964-civil-rights-law.aspx. Acesso em: 10 out. 2024.

O'KRUK, Amy; MERRILL, Curt. Donald Trump's criminal cases, in one place. **CNN Politics**, 11 dez. 2023. Disponível em: https://edition.cnn.com/interactive/2023/07/politics/trump-indictments-criminal-cases/. Acesso em: 12 dez. 2023.

OBAMA Leadership Image Takes a Hit, GOP ratings decline. **Pew Research Center**, 2011. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2011/08/25/section-2-the-2012-election. Acesso em: 11 ago. 2024.

OBAMA Leaves Office on High Note, But Public Has Mixed Views of Accomplishments. **Pew Research Center**, 14 dez. 2016. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2016/12/14/obama-leaves-office-on-high-note-but-public-has-mixed-views-of-accomplishments/. Acesso em: 20 set. 2024.

OFER, Udi. How the 1994 Crime Bill Fed the Mass Incarceration Crisis. **ACLU**,4 jun. 2019. Disponível em: https://www.aclu.org/news/smart-justice/how-1994-crime-bill-fed-mass-incarceration-crisis. Acesso em: 18 set. 2024.

OLASOV, Ian. Offensive political dog whistles: you know them when you hear them. Or do you? **Vox**, 7 nov. 2016. Disponível em: https://www.vox.com/the-bigidea/2016/11/7/13549154/dog-whistles-campaign-racism. Acesso em: 11 jan. 2025.

OLIVEIRA, C. A. T. A Política Externa do Governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais**, v. 17, n. 34, 2018, p. 296-309. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, Thiago. **O nacionalismo e a política externa dos Estados Unidos: o Partido Republicano no século XXI**. 2021. 166 p. Dissertação de mestrado — PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7a622f09-d126-47fc-8c7d-cd9f1904c5af. Acesso em: 25 jan. 2025.

ONZE vezes em que Bolsonaro ofendeu vítimas da ditadura. **Congresso em Foco**, 30 jul. 2019. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura/. Acesso em: 27 jan. 2025.

ORTE, Paola de. Em conferência da direita nos EUA, Eduardo Bolsonaro defende direito à posse de arma na Constituição. **O Globo**, 29 fev. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/em-conferencia-da-direita-nos-eua-eduardo-bolsonaro-defende-direito-posse-de-arma-na-constituicao-24279499. Acesso em: 31 jan. 2025.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 152 p. ISBN 9788511070149.

ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of Nationalism**: A Critical Introduction. 3. ed. [*S. l.*]: Macmillan Education UK, 2017. 271 p.

P. ERICKSEN, Robert. The Role of American Churches in the McCarthy Era. **Kirchliche Zeitgeschichte**, n. 1, mai. 1990, p. 45-58.

PACH, Chester J. Dwight D. Eisenhower: Foreign Affairs. **Miller Center**, 2024. Disponível em: https://millercenter.org/president/eisenhower/foreign-affairs. Acesso em: 23 nov. 2024.

PAINTER, Nell Irvin. Martin R. Delany: Elitism and Black Nationalism. *In*: LITWACK; MEIER, 1991. **Black Leaders of the Nineteenth Century**. University of Illinois Press, 360 p.

PAÍSES do Pacto Amazônico rechaçam ingerência externa. **Correio Braziliense**, 7 mai. 1989. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/48698_20190222_085836.PDF. Acesso em: 20 dez. 2024.

PALIN's Speech at the Republican National Convention. **The New York Times**, 3 set. 2008. Disponível em: https://www.nytimes.com/elections/2008/president/conventions/videos/transcripts/20080903_PA LIN_SPEECH.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

PARRA, Vanessa; ELLIS, Nicole. Trump Administration Announces Devastating Cuts to Foreign Aid. **CARE**, 2020. Disponível em: https://www.care.org/media-and-press/trump-administration-announces-devastating-cuts-to-u-s-foreign-assistance/. Acesso em: 29 jan. 2025.

PARTISAN Polarization Surges in Bush, Obama Years. **Pew Research Center**, 2012. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2012/06/04/partisan-polarization-surgesin-bush-obama-years/. Acesso em: 14 ago. 2024.

PAULA, Pedro Augusto Oliveira de. **Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro no Império**. 2016. 90 p. Monografia — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/14825. Acesso em: 29 nov. 2024.

PAXTON, Robert O. The Five Stages of Fascism. **The Journal of Modern History**, v. 70, n. 1, p. 1-23, mar. 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1086/235001. Acesso em: 19 out. 2023.

PAYNE, Stanley G**. Fascism**: Comparison and definition. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1980. 234 p.

PAYNE, Stanley G. **History of Fascism, 1914-1945**. [*S. l.*]: Taylor & Francis Group, 2003. 613 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003/2014): A AMÉRICA DO SUL. **Perspectivas**, v. 50, p. 13-45, dez. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A new Strategic Dialogue: Brazil-US relations in Lula's presidency (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, spe, p. 132-150, dez. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0034-73292010000300008. Acesso em: 25 nov. 2024.

PECEQUILO, Cristina. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. GEN LTC, 2013, p. 208.

PELEG, Ilan. **Legacy of George W. Bush's Foreign Policy**: Moving Beyond Neoconservatism. [S. l.]: Avalon Publishing, 2009. 218 p.

PEREIRA, Laurindo Mékie; PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. A nação segundo Lula: “o reencontro do Brasil consigo mesmo”. **Dimensões**, v. 26, p. 350-370, 2011.

PEREIRA, Thiago da Silva; BATISTA, Flávio Donizete. Análise comparativa entre os conceitos do logos divino no pensamento estoico do antigo pórtico e no cristianismo primevo. **Contradição - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.33872/revcontrad.v5n2.e069. Acesso em: 26 jan. 2025. Pesquisa: Aprovação ao governo FHC cai para 23% - 22/09/2002. **Folha de S. Paulo**, 22 set. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200229.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

PETTYPIECE, Shannon; ALBA, Monica. Trump in New Mexico: 'Who do you like more — the country or the Hispanics?'. **NBC News**, 17 set. 2019. Disponível em: https://www.nbcnews.com/politics/white-house/trump-new-mexico-who-do-you-love-more-country-or-n1055176. Acesso em: 27 jan. 2025.

PHELPS, Jordyn. Trump defends 2017 'very fine people' comments, calls Robert E. Lee 'a great general'. **ABC News**, 26 abr. 2019. Disponível em: https://abcnews.go.com/Politics/trump-defends-2017-fine-people-comments-calls-robert/story?id=62653478. Acesso em: 18 jan. 2025.

PIERRE, Maurice A. St. Reaganomics and Its Implications for African-American Family Life. **Journal of Black Studies**, v. 21, n. 3, mar. 1991, p. 325-340.

PINA, Rute. Como surgiu o "antipetismo", e do que ele se alimenta? **Brasil de Fato**, 27 out. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/27/como-e-alimentado-o-antipetismo-e-por-que. Acesso em: 18 nov. 2024.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 84 p.

PIRRO, Andre L. P. Far right: The significance of an umbrella concept. **Nations and Nationalism**, v. 29, n. 1, p. 101-112, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1111/nana.12860. Acesso em: 31 jan. 2024.

POLITICAL Polarization in the American Public. **Pew Research Center**, 12 jun. 2014. Disponível em: https://www.pewresearch.org/politics/2014/06/12/political-polarization-in-the-american-public/. Acesso em: 17 ago. 2024.

POUSHTER, Jacob; LIPPERT, Jordan; AUSTIN, Sarah. How Mexicans and Americans view each other and their governments' handling of the border. **Pew Research Center**, 12 ago. 2024. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2024/08/12/how-mexicans-and-americans-view-each-other-and-their-governments-handling-of-the-border/. Acesso em: 10 jan. 2025.

POWERS, Kathleen. **Nationalisms in International Politics**. [*S. l.*]: Princeton University Press, 2022. 344 p. ISBN 9780691224565.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 67-80, jan. 2010.

PRATES, Letícia Pedrassa; HEUSER, Ester Maria Dreher. Considerações sobre o partido nazista no Brasil. **Alamedas**, v. 12, n. 3, p. 263-272, 13 ago. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.48075/ra.v12i3.33143. Acesso em: 23 nov. 2024.

PRATT, Julius W. The Origin of "Manifest Destiny". **The American Historical Review**, v. 32, n. 4, p. 795, jul. 1927. Disponível em: https://doi.org/10.2307/1837859. Acesso em: 22 nov. 2024.

PRAZERES, Leandro. Como bolsonarismo 'encolheu' bancada evangélica na Câmara. **BBC News Brasil**, 10 out. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63181071. Acesso em: 30 set. 2023.

PRESIDÊNCIA> Ex-Presidentes > Bolsonaro > Viagens. 2022. **Biblioteca da Presidência da República**, Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens. Acesso em: 30 jan. 2025.

PRESIDENT Bush Speaks to United Nations. **The White House Archive**, 10 nov. 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011110-3.html. Acesso em 26 jan. 2025.

PRESIDENT Trump Announces National Security Strategy. **U.S. Embassy & Consulates in Brazil**, 2017. Disponível em: https://br.usembassy.gov/president-trump-announces-national-security-strategy/. Acesso em: 15 jan. 2025.

PRESIDENTE Jair Bolsonaro assina acordo de entendimento para promoção da liberdade religiosa. **Planalto**, 16 nov. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/presidente-jair-bolsonaro-assina-acordo-de-entendimento-para-promocao-da-liberdade-religiosa. Acesso em: 26 jan. 2025.

PRESIDENTIAL Approval Ratings: George W. Bush. **Gallup**, 2024. Disponível em: https://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx. Acesso em: 04 dez. 2024.

PRESIDENTIAL Results. **CNN Politics**, 2016. Disponível em: https://edition.cnn.com/election/2016/results/president. Acesso em: 21 jan. 2025.

PROGRAMA Calha Norte. **Ministério da Defesa**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte. Acesso em: 20 dez. 2024.

PROJETOS da Rouanet injetaram R$ 49,78 bilhões na economia em 27 anos. **Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura**, 14 dez. 2018. Disponível em: https://web.archive.org/web/20181220203450/http:/www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/projetos-da-rouanet-injetaram-r-49-78-bilhoes-na-economia-em-27-anos/10883. Acesso em: 21 dez. 2024.

PRYKE, Sam. Economic Nationalism: Theory, History and Prospects. **Global Policy**, v. 3, n. 3, p. 281-291, set. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1758-5899.2011.00146.x. Acesso em: 17 out. 2023.

PRYKE, Sam. Economic Nationalism: Theory, History and Prospects. **Global Policy**, v. 3, n. 3, p. 281-291, set. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1758-5899.2011.00146.x. Acesso em: 10 set. 2024.

PURKISS, Jessica; SERLE, Jack. Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. **The Bureau of Investigative Journalism**, 17 jan. 2017. Disponível em: https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush/. Acesso em: 1 set. 2024.

QUERO, Caio. Bolsonaro em Israel: Presidente brasileiro recua sobre embaixada e anuncia escritório comercial em Jerusalém. **BBC News Brasil**, 31 mar. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47766575. Acesso em: 29 jan. 2025.

QUINAN, R.; ARAUJO, M.; ALBUQUERQUE, A. A Culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no Governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, 2021, p. 151-174.

QUINTÃO, Thales Torres. Os Media e a Construção dos Caras-pintadas. **Anagrama**, v. 3, n. 4, p. 1-16, 14 abr. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2010.35460. Acesso em: 27 nov. 2024.

RABINOWITZ, B. S. **Defensive Nationalism**: Explaining the Rise of Populism and Fascism in the 21st Century. (New York: Oxford Academic, 2023, 304 p.

RAY, Rashawn; GALSTON, William A. Did the 1994 crime bill cause mass incarceration? **Brookings**, 28 ago. 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/did-the-1994-crime-bill-cause-mass-incarceration/. Acesso em: 4 set. 2024.

REAGAN foundation demands Trump, RNC stop using likeness: Report. **Al Jazeera**, 26 jul.

2020b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/7/26/reagan-foundation-demands-trump-rnc-stop-using-likeness-report. Acesso em: 27 jan. 2025.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 374 p.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014. p. 75-126.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165522. Acesso em: 24 nov. 2023.

REMARKS by President Trump to the 73rd Session of the United Nations General Assembly, New York, NY. **The White House Archive**, 25 set. 2018. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-73rd-session-united-nations-general-assembly-new-york-ny/. Acesso em: 25 jan. 2025.

REMARKS by President Trump to the 74th Session of the United Nations General Assembly. **The White House Archive**, 25 set. 2019. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-74th-session-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 26 jan. 2025.

REMARKS by President Trump to the 75th Session of the United Nations General Assembly. **The White House Archive**, 22 set. 2020. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-75th-session-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 26 jan. 2025.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009. Acesso em: 10 jan. 2025.

Reservas internacionais encerram 2010 em US$ 288,5 bilhões. **G1**, 3 jan. 2011. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/01/reservas-internacionais-encerram-2010-em-us-2885-bilhoes.html. Acesso em: 20 nov. 2024.

RESTAD, Hilde Eliassen. U.S. foreign policy traditions: Multilateralism vs. unilateralism since 1776. Oslo: Norwegian Institute for Defence Studies, 2010. 125 p.

RIBEIRO, Cassio Garcia; NOVAES, Henrique T. Da “Lei do Petróleo” ao Leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 39, p. 34-58, 25 out. 2014.

RICE, Condoleezza. Remarks at the American University in Cairo. **U.S. Department of State**, 20 jun. 2005. Disponível em: https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/48328.htm. Acesso em: 05 dez. 2024.

RICHARDSON, Heather Cox. **To Make Men Free**: A History of the Republican Party. New York: Basic Books. 2014, 418 p.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016)**. Campinas: Editora Versal, 2017. 784 p.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014. p. 233-284.

RODRIGUES, Léo. Conselho leva à ONU alerta sobre avanço do neonazismo no Brasil. **Agência Brasil**, 9 abr. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/conselho-leva-onu-alerta-sobre-avanco-do-neonazismo-no-brasil. Acesso em: 18 out. 2024.

RODRIK, Dani. Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture, and the Rise of Right-Wing Populism. **Annual Review of Economics**, v. 13, n. 1, p. 133-170, 5 ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-economics-070220-032416. Acesso em: 10 fev. 2025.

ROSE, Steve. A deadly ideology: how the 'great replacement theory' went mainstream. **The Guardian**, 8 jun. 2022. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2022/jun/08/a-deadly-ideology-how-the-great-replacement-theory-went-mainstream. Acesso em: 27 set. 2023.

ROSSINOW, Doug. Reaganism and the rise of the carceral state. **Oxford University Press Blog**, 14 dez. 2015. Disponível em: https://blog.oup.com/2015/12/reagan-era-imprisonment/. Acesso em: 4 set. 2024.

ROTHKOPF, David. Obama's 'Don't Do Stupid Shit' Foreign Policy. **Carnegie Endowment for International Peace**, 4 jun. 2014. Disponível em: https://carnegieendowment.org/posts/2014/06/obamas-dont-do-stupid-shit-foreign-policy?lang=en. Acesso em: 20 set. 2024.

ROUBICEK, Marcelo. 5 anos do teto de gastos: resultados, alternativas e futuro. **Nexo Jornal**,14 dez. 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/12/14/5-anos-do-teto-de-gastos-resultados-alternativas-e-futuro. Acesso em: 21 out. 2024.

SALGADO, Rodrigo. MP investiga vereador de BH Nikolas Ferreira suspeito de expor aluna trans em vídeo. **G1**, 6 jul. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/07/06/mp-investiga-vereador-de-bh-nikolas-ferreira-suspeito-de-expor-aluna-trans-em-video.ghtml. Acesso em: 19 set. 2023.

SALIBA, Elias. Cultura. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Abertura para o Mundo (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. p. 239-294.
SALOMÃO, I. C. Do Cruzado à moratória: uma análise da heterodoxia econômica da Nova República através dos pronunciamentos do presidente José Sarney. **Locus: Revista de História**, *[S. l.]*, v. 22, n. 1, 2016a. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20824. Acesso em: 10 dez. 2024.

SALOMÃO, Ivan. DO ESTRANGULAMENTO EXTERNO À MORATÓRIA: A NEGOCIAÇÃO BRASILEIRA COM O FMI NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 5-27, abr. 2016b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198055272011. Acesso em: 10 dez. 2024.

SALVANTO, Anthony; DE PINTO, Jennifer. George H.W. Bush: The public's view of him during his presidency. **CBS News**, 3 dez. 2018. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/george-h-w-bush-the-publics-view-of-him-during-his-presidency/. Acesso em: 23 set. 2024.

SANCHES, Mariana. De 'cristofobia' a Amazônia: os sete pontos polêmicos do discurso de Bolsonaro na ONU. **BBC News Brasil**, 22 set. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54251800. Acesso em: 19 jan. 2025.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional?. **Revista de História**, São Paulo, n. 118, p. 3–12, 1985. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61324. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, L. C. Villafañe. O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil. Tensões Mundiais, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 13–34, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/653. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, Lorenna Oliveira dos. **Lula em capas da revista Veja**: um estudo semântico-cognitivo em perspectiva ecológica. 2023. Tese de doutorado — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39193. Acesso em: 22 nov. 2024.

SAVELLE, Max Nationalism and Other Loyalties in the American Revolution. **The American Historical Review**, v. 67, n. 4, jul. 1962, p. 901-923. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1845245. Acesso em: 7 ago. 2024.

SCHAEFFER, Katherine. On July Fourth, how Americans see their country and their democracy. **Pew Research Center**, 30 jun. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/06/30/how-americans-see-their-country-and-their-democracy/. Acesso em: 31 jan. 2024.

SCHMITT, Carl. **The Concept of The Political**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, 134 p.

SCHNEIDER, Howard. Middle class decline looms over final years of Obama presidency. **Reuters**, 18 jan. 2015. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/us/middle-class-decline-looms-over-final-years-of-obama-presidency-idUSKBN0KR0HC/. Acesso em: 22 nov. 2024.

SCHNEIDER, N. (2017). Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, p. 333–345. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24745. Acesso em: 10 out. 2024.

SCHREIBER, Mariana; PRAZERES, Leandro. Acordo Mercosul-UE é assinado: o que é o tratado e por que aprová-lo na Europa é tão importante para o Brasil. **BBC News Brasil**,6 dez.

2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6234nk7x5po. Acesso em: 22 nov. 2024.

SCHREIBER, Mariana. 'Desafio a me mostrar um cristão que tenha cometido a tal da homofobia', diz Feliciano. **Época**, 20 dez. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/desafio-me-mostrar-um-cristao-que-tenha-cometido-tal-da-homofobia-diz-feliciano-24150584. Acesso em: 26 jan. 2025.

SCHUCH, Matheus. Em discurso no G20, Bolsonaro critica protestos contra o racismo pelo país. **Valor Econômico**, 21 nov. 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/21/em-discurso-no-g20-bolsonaro-critica-protestos-contra-o-racismo-pelo-pais.ghtml. Acesso em: 18 jan. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SCHWARCZ, Lilia. As marcas do período. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Abertura para o Mundo (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012a. p. 19-34.

SCHWARCZ, Lilia. Cultura. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Crise colonial e independência (1808-1830)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. p. 205-248.

SCHWARCZ, Lilia. População e sociedade. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: A Abertura para o Mundo (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012b. p. 35-84.

SELCHER, Wayne A. A Profile of Trump Voters: The Demographics of his MAGA Enthusiasts and Their Relationship to Him. **OPEU**, 12 set. 2024. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2024/09/18/a-profile-of-trump-voters-the-demographics-of-his-maga-enthusiasts/. Acesso em: 10 jan. 2025.

SENRA, R. “Estou num país capitalista”, diz Bolsonaro ao chegar à China. **BBC News**
SETON-WATSON, Hugh. **Nations and states**: An enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism. [S. l.]: Westview Press, 1977.

SHALDERS, André. Pesquisa Quaest: 72% dos brasileiros não sabem qual é a função do Supremo. **Estadão**, 30 jul. 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/pesquisa-quaest-72-dos-brasileiros-nao-sabem-qual-e-a-funcao-do-supremo/?srsltid=AfmBOoqXeS_l2jSz_OFMwYGoZA0nl5jD3krE1YMyY16msvTPCUROnqQX. Acesso em: 28 jan. 2025.

Sign This Congressional Petition and STOP ABORTION! **Moral Majority Report**, 18 mai. 1981. v 2, n 5, p. 16. Disponível em: Library of Congress, *M & S Collection of American radical extremist literature of the 20th century, 1934-1981*. Newspapers, 1946-1981 and undated., 1934-1981, Box 27.

SILVA, Francisco C. T. O Brasil no mundo. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Editora

Objetiva, 2014. p. 127-182.

SILVER, L; DEVLIN, K. Americans Fault China for Its Role in the Spread of COVID-19. **Pew Research Center**, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2020/07/30/americans-fault-china-for-its-role-in-the-spread-of-covid-19/> Acesso em 28 jan. 2025.

SINGER, Paul. O processo econômico. *In*: SCHWARCZ, Lilia (ed.). **História do Brasil nação: Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014. p. 183-232.

SKELLEY, Geoffrey. Just How Many Obama 2012-Trump 2016 Voters Were There? **The Center for Politics**, 1 jun. 2017. Disponível em: https://centerforpolitics.org/crystalball/just-how-many-obama-2012-trump-2016-voters-were-there/. Acesso em: 1 fev. 2025.

SLOBODIAN, Quinn; CALLISON, William. Pop-Up Populism: The Failure of Left-Wing Nationalism in Germany. **Dissent**, v. 66, n. 3, p. 41-47, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1353/dss.2019.0046. Acesso em: 25 set. 2023.

SMITH, Anthony D. Ethnosymbolism. *In*: SMITH, Anthony D. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism**. [*S. l.*]: Wiley Online Library, 2015. p. 1-2. ISBN 9781118663202. Disponível em: https://doi.org/10.1002/9781118663202. Acesso em: 13 set. 2023.

SMITH, Anthony D. **Nationalism and modernism**: A critical survey of recent theories of nations and nationalism. London: Routledge, 1998. 270 p. ISBN 041506340X.

SMITH, Anthony D. **The ethnic origins of nations**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 312 p.

SMITH, Anthony D. The ethnic sources of nationalism. **Survival**, v. 35, n. 1, p. 48-62, mar. 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00396339308442673. Acesso em: 9 set. 2023.

SOARES, Jussara; ORTE, Paola de. Bolsonaro volta atrás: 'Maioria dos imigrantes tem boas intenções'. **O Globo**, 19 mar. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-volta-atras-maioria-dos-imigrantes-tem-boas-intencoes-23534610. Acesso em: 17 jan. 2025.

SOBRINHO, Wanderley Preite. 7 anos após reforma trabalhista, 70% dos informais querem carteira assinada. **Uol**, 26 ago. 2024. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/reforma-trabalhista-informalidade-autonomos-clt-carteira-assinada.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos da. A construção da nacionalidade: a primeira fase dos Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. *In*: BARBATO, Luis Fernando Tosta (ed.). **Identidade Nacional Brasileira**: história e historiografia. Jundiaí: Paco, 2016. p. 87-110.

SPECHOTO, Caio. Frentes parlamentares têm alta com Dilma e Bolsonaro. **Poder 360**, 21 dez. 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/frentes-parlamentares-se-proliferam-em-numero-recorde-na-camara/. Acesso em: 31 jan. 2024.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works**: The Politics of Us and Them. [*S. l.*]: Random House Publishing Group, 2018. 256 p. ISBN 9780525511854.

STAUFFER, Robert E. Bellah's Civil Religion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 14, n. 4, p. 390, dez. 1975. Disponível em: https://doi.org/10.2307/1384412. Acesso em: 24 nov. 2024.

STEFF, Reuben. **US Foreign Policy in the Age of Trump**. New York : Routledge, 2021, 120 p.

STEIZINGER, Johannes. The Significance of Dehumanization: Nazi Ideology and Its Psychological Consequences. **Politics, Religion & Ideology**, v. 19, n. 2, p. 139-157, 24 jan. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/21567689.2018.1425144. Acesso em: 7 out. 2023.

SVITYCH, Oleksandr. **Rise of the Capital-State and Neo-Nationalism: A New Polanyian Moment**. BRILL, 2023, 200 p.

TABAK, Flávio. Níveis de satisfação com a democracia são os maiores em quatro anos. Veja resultados da nova pesquisa 'A Cara da Democracia'. **O Globo**, 21 set. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/niveis-de-satisfacao-com-a-democracia-sao-os-maiores-em-quatro-anos-veja-resultados-da-nova-pesquisa-a-cara-da-democracia.ghtml. Acesso em: 31 jan. 2024.

TAIAR, Estevão. Agenda 2030 da ONU contém nefasta ideologia de gênero e o aborto, diz Bolsonaro. **Valor Econômico**, 31 dez. 2019. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/12/31/agenda-2030-da-onu-contem-nefasta-ideologia-de-genero-e-o-aborto-diz-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 25 jan. 2025.

TAJFEL, Henri; TURNER, John. An Integrative Theory of Intergroup Conflict. *In*: TAJFEL, Henri; TURNER, John. **Organizational Identity**. [*S. l.*]: Oxford University PressOxford, 2000. p. 56-65. ISBN 9780199269464. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oso/9780199269464.003.0005. Acesso em: 10 jul. 2024.

TAMIR, Yael (Yuli). Not So Civic: Is There a Difference Between Ethnic and Civic Nationalism? **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 419-434, 11 mai. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-022018-024059. Acesso em: 15 out. 2023.

TAMIR, Yael (Yuli). Not So Civic: Is There a Difference Between Ethnic and Civic Nationalism? **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 419-434, 11 mai. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-022018-024059. Acesso em: 15 out. 2023.

TANEHAUS, Sam. **How That Confederate Flag at the White House Got There**. **The New Republic**, 13 out. 2013. Disponível em: https://newrepublic.com/article/115172/confederateflagwhite-house-intellectual-history. Acesso em: 10 ago. 2024.

TAYLOR, David. Project Blitz: the legislative assault by Christian nationalists to reshape America. **The Guardian**, 4 jun. 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2018/jun/04/project-blitz-the-legislative-assault-by-christian-nationalists-to-reshape-america. Acesso em: 29 set. 2023.

TAYLOR, Jessica. Trump To Values Voters: In America 'We Don't Worship Government, We Worship God'. **NPR**, 13 out. 2017. Disponível em: https://www.npr.org/2017/10/13/557459193/trump-set-to-address-values-voter-summit-for-first-time-as-president. Acesso em: 20 jan. 2025.

TEIXEIRA, José Enrico. As pérolas do domingo de votação na Câmara. **Época**, 18 abr. 2016. Disponível em: https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html. Acesso em: 20 out. 2024.

TENNERY, Amy. Trump accuses Cruz of stealing Iowa caucuses through 'fraud'. **Reuters**, 3 fev. 2016. Disponível em: https://www.reuters.com/article/world/trump-accuses-cruz-of-stealing-iowa-caucuses-through-fraud-idUSKCN0VC1Z9/. Acesso em: 28 jan. 2025.

TERKEL, Amanda; LEBOWITZ, Megan. From 'rapists' to 'eating the pets': Trump has long used degrading language toward immigrants. **NBC News**, 19 set. 2024. Disponível em: https://www.nbcnews.com/politics/donald-trump/trump-degrading-language-immigrants-rcna171120. Acesso em: 10 jan. 2025.

THE 5TH Amendment of the U.S. Constitution. **National Constitution Center**, 2024. Disponível em: https://constitutioncenter.org/the-constitution/amendments/amendment-v. Acesso em: 13 nov. 2024.

THE GLOBAL Religious Landscape. **Pew Research Center**, 18 dez. 2012. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/. Acesso em: 19 set. 2023.

THE HOLLOWING of the American middle class. **Pew Research Center**, 9 dez. 2015. Disponível em: https://www.pewresearch.org/social-trends/2015/12/09/1-the-hollowing-of-the-american-middle-class/. Acesso em: 10 jan. 2025.

THE OVERTON Window. **Mackinac Center For Public Policy**, 2019. Disponível em: https://www.mackinac.org/OvertonWindow. Acesso em: 14 dez. 2023.

The USA PATRIOT Act: Preserving Life and Liberty. **The Department of Justice**, 2001. Disponível em: https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

Threats to American Democracy Ahead of an Unprecedented Presidential Election. **PRRI**, 25 dez. 2023b. Disponível em: https://www.prri.org/research/threats-to-american-democracy-ahead-of-an-unprecedented-presidential-election/. Acesso em: 31 jan. 2024.

TIAN, Haoyang. Review of American Nationalism and the Historical Development. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, v. 586, 2021, p. 977-983. Disponível em: https://doi.org/10.2991/assehr.k.211020.292. Acesso em: 20 nov. 2024.

TIAN, Nan et al. Trends in World Military Expenditure, 2016. [S. l.]: **Stockholm**

International Peace Research Institute, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.55163/zzcw7025. Acesso em: 17 jan. 2025.

TICHENOR, Daniel J.; MILKIS, Sidney M. **Rivalry and Reform**: Presidents, Social Movements, and the Transformation of American Politics. University of Chicago Press, 2019. 400 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America -** Vol 1 of 2. [*S. l.*]: Forgotten Books, 2014. 494 p.

Top GOP Priority: Make Obama a One-Term President. **National Journal**, 2010. Disponível em: https://www.nationaljournal.com/member/magazine/top-gop-priority-makeobama-a-one-term-president-20101023/. Acesso em: 12 ago. 2024.

Total Cost of Election (1990-2024). **Open Secrets**, 2024. Disponível em: https://www.opensecrets.org/elections-overview/cost-of-election?cycle=2020&display=T&infl=N. Acesso em: 16 jan. 2025.

TRAUTSCH, Jasper M. The origins and nature of American nationalism. **National Identities**, v. 18, n. 3, p. 289-312, 7 abr. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14608944.2015.1027761. Acesso em: 16 nov. 2024.

TRENTA, Luca. The Obama administration's conceptual change: Imminence and the legitimation of targeted killings. **European Journal of International Security**, v. 3, n. 1, 2018, p. 69-93.

TREPTE, Sabine; LOY, Laura S. Social Identity Theory and Self-Categorization Theory. *In*: ROSSLER, Patrick. **The International Encyclopedia of Media Effects**. [*S. l.*]: John Wiley & Sons, 2017. ISBN 9781118783764.

TRUMP, Donald. Being nice to Rocket Man hasn't worked in 25 years [...]. 1 out. 2017, 04:01PM. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em: https://x.com/realDonaldTrump/status/914565910798782465?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E914565910798782465%7Ctwgr%5E3e38b019e38796628a36f5e6981c5937244b05f2%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.thetrumparchive.com%2F%3FresultssortOption%3D22Latest22searchbox%3D22rocketman22. Acesso em: 25 jan. 2025.

TRUMP, Donald. North Korea has conducted a major Nuclear Test. North Korean Leader Kim Jong Un just stated that the [...]. 2 jan. 2018, 10:49PM. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em: https://x.com/realDonaldTrump/status/948355557022420992?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E948355557022420992%7Ctwgr%5E752de86f7cdca56cf65e633bba1b7b4794ac8cc7%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.thetrumparchive.com%2F%3FresultssortOption%3D22Latest22searchbox%3D22nuclear22. Acesso em: 25 jan. 2025

TRUMP, Donald. North Korea has conducted a major Nuclear Test. Their words and actions continue to be very hostile and dangerous to [...]. 3 set. 2017, 08:30AM. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em:

https://x.com/realdonaldtrump/status/904305644651634688. Acesso em: 25 jan. 2025.

TRUMP, Donald. Sunday is a big day for Brazil, and for the World. A great and respected leader, who also happens to be a great guy [...]. 28 out. 2022, 9:49 AM. Truth Social: @realDonaldTrump. Disponível em: https://truthsocial.com/@realDonaldTrump/posts/109245978398961213. Acesso em: 30 jan. 2025.

TYSON, Alec. Obama job approval higher, but views of him are still the most polarized in recent history. **Pew Research Center**, 28 out. 2016. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2016/10/28/obama-job-approval-higher-but-views-of-him-are-still-the-most-polarized-in-recent-history/. Acesso em: 17 set. 2024.

U.S. Department of State, 2023. Exporting Pro-Kremlin Disinformation: The Case of Nova Resistência in Brazil. **Global Engagement Center Special Report**, 19 out. 2023. Disponível em: https://www.state.gov/gec-special-report-exporting-pro-kremlin-disinformation-the-case-of-nova-resistencia-in-brazil/. Acesso em 20 out. 2023

UNGER, David. The Foreign Policy Legacy of Barack Obama. **The International Spectator**, v. 51, n. 4, p. 1-16, out. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1080/03932729.2016.1227914. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIVERSAL completa 43 anos com 10 milhões de fiéis pelo mundo. **R7**, 9 jul. 2020. Disponível em: https://noticias.r7.com/brasil/universal-completa-43-anos-com-10-milhoes-de-fieis-pelo-mundo-09072020. Acesso em: 10 out. 2023.

VASCONCELOS, Francisco T. R. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. **Princípios**, v. 41, n. 163, p. 208-239, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.009. Acesso em: 1 fev. 2024.

VEJA a íntegra do discurso de Bolsonaro em Davos. **G1**, 22 jan. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-davos.ghtml. Acesso em: 19 jan. 2025.

VEJA a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 22 set. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu. Acesso em: 27 jan. 2025.

VERDÉLIO, Andreia. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 24 set. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu. Acesso em: 10 jan. 2025.

VILELA, Rafael. Bolsonaro diz que Brasil pode sair da OMS. **Agência Brasil**, 5 jun. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/bolsonaro-diz-que-brasil-pode-sair-da-oms. Acesso em: 29 jan. 2025.

VIVAS, Fernanda. Bolsonaro inelegível pela segunda vez: veja os próximos passos dos processos contra o ex-presidente. **G1**, 1 nov. 2023. Disponível em:

https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/01/bolsonaro-inelegivel-pela-segunda-vez-veja-os-proximos-passos-dos-processos-contra-o-ex-presidente.ghtml. Acesso em: 12 dez. 2023.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 99-111, 1994.

VOM HAU, Matthias *et al.* The consequences of nationalism: A scholarly exchange. **Nations and Nationalism**, 2 abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1111/nana.12947. Acesso em: 10 jul. 2024.

VON MARTIUS, Karl Friedrich; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a Historia do Brasil. **Pan American Institute of Geography and History**, v. 42, p. 433-458, dez. 1956. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/20137096. Acesso em: 02 dez. 2024.

WASHINGTON, George. Washington's Farewell Address To The People Of The United States. **U.S. Senate**, 1797. Disponível em: https://www.senate.gov/artandhistory/history/resources/pdf/Washingtons_Farewell_Address.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

WATSON, Katy. The racism denier in charge of defending black rights in Brazil. **BBC**, 15 fev. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-latin-america-51501111. Acesso em: 27 jan. 2025.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 4 ed. Brasília, DF: UnB, v.1, 2000, 456 p.

WEHNER, Leslie E. Stereotyped images and role dissonance in the foreign policy of right-wing populist leaders: Jair Bolsonaro and Donald Trump. **Cooperation and Conflict**, v. 58, n. 3, 2023, p. 275-292. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ia/iiaa223. Acesso em 22 jan. 2025.

WEISSKIRCHER, Manès. Will Germans rise up for a new left-wing movement? What to know about Aufstehen. **London School of Economics**, 30 ago. 2018. Disponível em: https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2018/08/30/will-germans-rise-up-for-a-new-left-wing-movement-what-to-know-about-aufstehen/. Acesso em: 18 out. 2023.

WENDLING, M. **Alt-Right: From 4chan to the White House**. London: Pluto Press, 2018, 616 p.

WHAT DONALD Trump Has Said About Mexico and Vice Versa. **ABC News**, 31 ago. 2016. Disponível em: https://abcnews.go.com/Politics/donald-trump-mexico-vice-versa/story?id=41767704. Acesso em: 15 jan. 2025.

WHITEHEAD, Andrew L.; PERRY, Samuel L. **Taking America Back for God**. [S. l.]: Oxford University Press, 2020.

WILCOX, Clyde. Evangelicals and the Moral Majority. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 28, n. 4, p. 400, dez. 1989. Disponível em: https://doi.org/10.2307/1386573. Acesso em: 19 jul. 2024.

WILLER, Robb; FEINBERG, Matthew; WETTS, Rachel. Threats to Racial Status Promote Tea Party Support Among White Americans. **SSRN Electronic Journal**, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.2770186. Acesso em: 17 ago. 2024.

WILLIAMS, Pete. Supreme Court rules giant cross can remain on public land. **NBC News**, 20 jun. 2019. Disponível em: https://www.nbcnews.com/politics/supreme-court/supreme-court-allows-huge-cross-remain-public-land-n1014661. Acesso em: 17 out. 2024.

WILSON, James Q. The rise of the bureaucratic state. The Public Interest, n. 62, p. 77-103, 1975.

WIVEL, Anders; GRØN, Caroline Howard. Charismatic leadership in foreign policy. **International Affairs**, v. 97, n. 2, mar. 2021, p 365–383. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ia/iiaa223. Acesso em 20 jan. 2025.

WOODS, Eric Taylor. 31 Cultural Nationalism. *In*: WOODS, Eric Taylor. **The SAGE Handbook of Cultural Sociology**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications Ltd. p. 429-441. ISBN 9781446271971. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781473957886.n31. Acesso em: 7 out. 2023.

WOODWELL, Douglas. **Nationalism in International Relations**. New York: Palgrave Macmillan US, 2007. *E-book*. ISBN 9781349539994. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230607200. Acesso em: 10 jul. 2024.

WORLD military expenditure reaches new record high as European spending surges. **SIPRI**, 24 abr. 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/media/press-release/2023/world-military-expenditure-reaches-new-record-high-european-spending-surges. Acesso em: 22 set. 2023.

WRAIGHT, Tom. Making America great (the first time): U.S. economic nationalism in historical perspective. **Nations and Nationalism**, v. 28, n. 1, p. 66-81, 14 dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1111/nana.12809. Acesso em: 18 nov. 2024.

XAVIER, Luis Gustavo. Nikolas Ferreira é o deputado mais votado do País com 1,47 milhão de votos. **Agência Câmara de Notícias**, 2 out. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milhao-de-votos/. Acesso em: 19 set. 2023.

YE'OR, Bat. Eurabia: **The Euro-Arab Axis**. [S. l.]: Fairleigh Dickinson University Press, 2005, 384 p.

YOUNG, Neil J. How George H.W. Bush enabled the rise of the religious right. **The Washington Post**, 5 dez. 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/outlook/2018/12/05/how-george-hw-bush-enabled-rise-religious-right/. Acesso em: 10 ago. 2024.

ZHOU, Shaoqing. The origins, characteristics and trends of neo-nationalism in the 21st century. **International Journal of Anthropology and Ethn**ology, v. 6, n. 1, 8 dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s41257-022-00079-4. Acesso em: 10 jan. 2025.